

# O TRABALHO E A RUA

## Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

**Ayrton Fausto**

**Ruben Cervini**

*Organizadores*





**FLACSO**

SEDE BRASIL 15º aniversário  
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Conselho Editorial

*Alda Judith Alves-Mazzotti*

*Ayrton Fausto*

*Arno Vogel*

*Daniel Jorge Canó*

*Leopoldo Bartolomé*

*Luis Antônio Cunha*

*Marco Antonio da Silva Mello*

*(Coordenador do Programa  
Editorial)*



*“Os artigos deste texto expressam as opiniões dos seus autores e não necessariamente as do UNICEF, da FLACSO e da UNESCO.”*

## **O TRABALHO E A RUA:**

### **Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**

**Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)**

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981

331.310981

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”*

Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, 5.10.1988

# Sumário

Prefácio .....	9
Introdução .....	15

## Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--------------------------------------------------------	----

*Ruben Cervini, Freda Burger*

## Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil. ....	47
-----------------------------------------------	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência .....	48
------------------------------------------------------------------------	----

*Ricardo Paes de Barros,  
Rosane S. Pinto de Mendonça*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
-----------------------------------------------------------	----

*Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos*

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
-----------------------------------------------------------------------------------------------	----

*Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos*

## Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80 .....	69
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

*Irene Rizzini, Irma Rizzini*

## Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas .....	91
------------------------------------------------------------------------	----

*Eduardo Juárez*

## Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:  
estrutura e dinâmica familiar .....117

*Alda Judith Alves-Mazzotti*

## Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como  
fascínio e descaminho .....133

*Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello*

## Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise  
psicossociológica da dinâmica familiar em  
condições de pobreza .....151

*Wilson Moura*

## Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política  
social brasileira e  
os problemas de infância e de juventude .....195

*Vilmar Faria*

## Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil  
urbano dos anos 80 .....227

*Ruben Cervini, Freda Burger,  
Lucilene Dias Cordeiro*

## Do avesso ao direito de menor a cidadão



década de 80 foi decisiva no processo, ainda em curso, de surgimento e desenvolvimento de

uma nova consciência e de uma nova postura em relação às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social no Brasil. Esta mudança — sem dúvida alguma — teve início na reflexão e ação em busca de novas maneiras de entender e agir que possibilitassem intervir de forma mais consequente na dura realidade dos meninos e meninas de rua.

De fato, o simples olhar sobre a paisagem urbana nas grandes e médias cidades brasileiras apontava uma realidade muito dura: milhares de crianças e adolescentes fazendo das ruas seu espaço de luta pela sobrevivência e até mesmo de moradia.

Era preciso aprender a olhar aqueles meninos a olho nu, com o olhar desarmado das categorias estigmatizantes do Código de Menores (“situação irregular”) e da PNBEM (Política Nacional de Bem-Estar do Menor). Chamá-los de “menores” era enquadrá-los nas categorias inscritas nas leis de controle social da infância e da juventude que, só então, nos espíritos mais críticos, começavam a ser percebidas como parte do entulho autoritário que a reconstrução democrática da vida nacional, um dia, haveria de banir do panorama legal brasileiro.

O Código de Menores e a PNBEM começavam, assim, a perfilar junto com os demais ordenamentos do regime autoritário, como os atos de exceção, a Lei de Greve, a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e tantos outros instrumentos de controle da sociedade por parte do Estado.

O avanço das reflexões nesta linha permitiu perceber o menino de rua como figura emblemática da situação da infância e da adolescência no Brasil. Por trás dos meninos e meninas que estão nas ruas vamos encontrar as periferias urbanas, onde milhões de famílias subsistem sem condições mínimas de bem-estar e de dignidade. Indo mais além, por trás da duríssima realidade das periferias, vamos encontrar as zonas rurais pauperizadas, a cruel realidade rural brasileira, responsável pela expulsão de milhões de famílias do campo em direção às regiões metropolitanas e às grandes e médias cidades.

A correta compreensão destes fatos conduzia à percepção de que uma abordagem inovadora à questão do atendimento aos meninos e meninas de rua poderia ser um bom começo para um processo de reversão da política brasileira de atendimento aos direitos da infância e da juventude. Não se tinha, neste momento, uma visão muito nítida da natureza e dos desdobramentos do que vinha pela frente. Uma coisa, no entanto, era certa: era preciso começar a fazer alguma coisa. Nesse sentido, encarar o trabalho social e educativo junto aos meninos e meninas de rua através da ótica e da prática das alternativas comunitárias de atendimento era certamente um caminho promissor. Valia a pena seguir por esta trilha, mesmo que, em alguns trechos, fosse necessário abrir caminho com os próprios pés.

Este foi o tipo de sentimentos e percepções que levou um grupo de técnicos do UNICEF, da FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) e da SAS (Secretaria de Ação Social) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) a darem início ao Projeto Alternativas de Atendimento a Meninos de Rua, com base em um termo de acordo celebrado entre dirigentes das três instituições. A FLACSO (Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais — Sede Brasil) articulou-se ao processo mediante convênio com o MPAS, iniciando com a SAS a avaliação e acompanhamento de vários programas.

## Aprendendo com quem faz: 82-84

Constituída a equipe, seu primeiro passo foi aprender a fazer com quem estava fazendo. Assim, teve início o processo de identificação, registro e divulgação de experiências bem-sucedidas de atendimento a meninos e meninas que estavam nas ruas ou nas comunidades pobres.

O clima de criatividade institucional que marcou aquele período levou o grupo a desenvolver uma estratégia de aprendizagem/ensino chamada *semitágio* (termo resultante da fusão do termo “seminário” com o termo “estágio”), o qual permitia a reflexão conjunta e aprofundada sobre uma experiência na qual o grupo tinha oportunidade de imergir de forma completa.

Oficinas, reuniões e encontros, junto com a produção de cartilhas e vídeos, formaram os canais de socialização da riqueza produzida nos *semitágios*, encontros que duravam uma semana e que, além de espaço de transmissão e produção de idéias, conhecimentos e posturas, serviram também para favorecer a criação e o estreitamento de laços de amizade entre as pessoas, gerando, desta maneira, um profundo sentimento de solidariedade e de vínculo entre os participantes destas jornadas.

Do processo desenvolvido nesta fase emergiram com grande nitidez dois resultados:

- primeiro, um patrimônio de idéias e experiências capaz de ser usado tanto para a geração de novos programas de atendimento, como para a melhoria dos programas existentes;
- segundo, um grupo de lideranças, conhecido e reconhecido em escala nacional, representativo do que havia de melhor em termos de compromisso político e de competência real nas atividades junto aos meninos e meninas nas ruas e em suas comunidades de origem.

O evento mais forte e mais característico desta fase foi o I Seminário Latino-americano de Alternativas Comunitárias de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, realizado em Brasília no mês de novembro de 1984. Ali, o atendimento alternativo revelou-se perante a Nação com toda sua força e com todo seu frescor de planta nova emergindo com vigor na rica e diversificada floração do movimento social brasileiro naquele período.

Não resta dúvida de que, a partir daquele evento, as alternativas comunitárias de atendimento se impuseram com uma crítica em ato ao velho modelo assistencialista e correccional-repressivo resultante da articulação entre o Código de Menores e a desgastada Política Nacional de Bem-Estar do Menor.

## Ganhando força: 84-86

O passo seguinte foi organizar um movimento nacional amplo em favor dos meninos e meninas de rua. Isto não foi uma tarefa difícil. Na verdade, já havia meio caminho andado na fase anterior. Tratava-

se agora de imprimir uma feição e uma identidade política aos grupos de pessoas interessadas que, aos níveis local, estadual e nacional, já se articulavam de maneira informal em torno da questão dos meninos e meninas de rua. Foram organizadas as comissões locais, depois as comissões estaduais e estas, finalmente, em 1985 elegeram a Coordenação Nacional do Movimento Meninos e Meninas de Rua, que foi, sem sombra de dúvida, o evento e a conquista mais importante deste período.

## Entrando na luta: 86-88

Em maio de 1986 realiza-se em Brasília o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Este grande evento vem pôr em evidência perante o país inteiro a natureza política e a identidade progressista do Movimento Nacional.

As crianças e adolescentes que compareceram ao Encontro tinham passado por um processo de discussão aos níveis local e estadual, de modo que o grau de consciência política exibido por eles nos debates em plenário e nas reuniões em pequenos grupos surpreendia os observadores mais céticos.

Os meninos discutiram saúde, família, trabalho, escola, sexualidade, direitos e outros termos nesta linha. Em todos os grupos, porém, uma palavra eclodia com espantosa freqüência e nitidez: VIOLÊNCIA.

Os meninos denunciavam a constante e sistemática violação de seus direitos de pessoas humanas e cidadãos. Denunciavam a violência pessoal na família, nas ruas, na polícia, na justiça e nas instituições de bem-estar do menor.

Mas denunciavam também a violência da falta de terra, de salário digno para os pais, de trabalho, de habitação, de escolas, de programas de capacitação para o trabalho e de condições dignas de cultura, esporte, lazer e recreação.

Esse nível de maturidade e de organização espantou muitas pessoas. Aqueles que estavam junto com os meninos e meninas acabaram por se convencer de que era chegada a hora de iniciar a luta das crianças e dos adolescentes no campo dos direitos. A convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte configurava um momento e uma oportunidade únicos de pôr o Estado democrático de direito, desde o início de sua construção, para funcionar em favor das crianças e adolescentes do Brasil.

Esta era uma tarefa não apenas deste ou daquele movimento ou entidade. Para conseguir colocar os direitos da criança e do adolescente na Carta Constitucional tornava-se necessário começar a trabalhar antes mesmo das eleições dos parlamentares constituintes, no sentido de levar os candidatos a assumirem compromissos públicos com a causa dos direitos da infância e da juventude.

Nesta nova etapa da luta política pelos direitos da criança e do adolescente, os programas envolvidos eram numerosos, apresentando identidades ideológicas e composição social as mais diversas; no entanto, o compromisso político com a promoção e defesa dos direitos da infância e da juventude era o mesmo em todos eles.

Nesta fase destacam-se:

- a Frente Nacional de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- a Pastoral do Menor da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil);
- o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua;
- a Comissão Nacional Criança e Constituinte.

Em setembro de 1986 foi assinada a Portaria Interministerial nº 449, criando a Comissão Nacional Criança e Constituinte. Esta articulação do setor público federal envolvia os Ministérios da Educação, Saúde, Previdência e Assistência Social, Justiça, Trabalho e Planejamento. Em novembro do mesmo ano, o UNICEF assina com o Ministério da Educação um termo de acordo de Cooperação Técnica e Financeira, assegurando assim a sua efetiva participação no processo de mudanças no panorama legal que ocorreria nos quatro próximos anos.

A Comissão Nacional Criança e Constituinte realiza um amplo processo de sensibilização, conscientização e mobilização da opinião pública e dos constituintes. Encontros Nacionais, debates em diversos Estados, ampla difusão de mensagens nos meios de comunicação, eventos envolvendo milhares de crianças em frente ao Congresso Nacional, distribuição de panfletos e abordagem pessoal aos parlamentares constituintes, participação dos membros da Comissão nas Audiências Públicas dos grupos de trabalho responsáveis pelas diversas áreas temáticas do texto constitucional, carta de reivindicações contendo mais de 1,4 milhão de assinaturas de crianças e adolescentes exigiam dos parlamentares constituintes a introdução dos seus direitos na nova Carta.

A iniciativa privada participou também deste esforço nacional. As redes de televisão cederam espaços para divulgação de mensagens. O mesmo fizeram as emissoras de rádio e os jornais. Estima-se que nesta fase o aporte em termos de cessão de espaços nos meios de comunicação superou a casa de US\$ 1,8

milhão, conforme a publicação “Acerto de Contas com o Futuro” do Conselho Nacional de Propaganda — órgão do empresariado desta área — cuja contribuição foi decisiva tanto no planejamento como na execução e na articulação de patrocínio para as atividades de comunicação e mobilização social desenvolvidas neste período.

Duas emendas de iniciativa popular, perfazendo mais de 200 mil assinaturas de eleitores, foram apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte: “Criança e Constituinte” e “Criança — Prioridade Nacional”. Seus textos foram fundidos e acabaram entrando no corpo da Constituição com a expressiva maioria de 435 votos a favor e apenas 8 contra.

O *caput* do artigo 227 introduziu na Constituição brasileira o enfoque e a substância básica da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, texto cujo projeto já era conhecido no Brasil quando da elaboração da Carta Constitucional. Assim, em 05 de outubro de 1988, o Brasil incorporou em sua Carta Magna os elementos essenciais de uma Convenção Internacional que só seria aprovada em 20 de novembro de 1989. Isto ocorreu basicamente em razão da força, da habilidade, da resolução e do compromisso do movimento social que se forjou em torno dos direitos da criança e do adolescente.

A síntese de todo o esforço realizado encontra-se condensada neste extraordinário e seminal *caput* do artigo 227 da Constituição, onde se lê:

“Art. 227 — É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”

## Colhendo a vitória

Conquistada a vitória na Constituição, faltava elaborar a lei ordinária que revogasse, de uma vez por todas, a velha legislação do período autoritário. Nesse momento, num gesto de extraordinária maturidade política, as entidades não governamentais articularam-se no Fórum-DCA: Fórum nacional permanente de entidades não-governamentais de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A articulação do Fórum deu-se em torno de três princípios básicos:

- o respeito à identidade;
- o respeito à autonomia; e
- o respeito ao dinamismo de cada uma das entidades-membro.

Milhares de encontros, congressos, seminários, reuniões e jornadas foram realizados em todo o país. Centenas de manifestações, contendo subsídios, chegaram ao grupo de redação e foram consideradas na elaboração do Estatuto, o qual foi apresentado, a um só tempo, nas duas Casas do Congresso Nacional: o Senado Federal e a Câmara dos Deputados.

Três forças se uniram em torno do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei que regulamentou as conquistas constitucionais e revogou o Código de Menores e a Política Nacional de Bem-Estar do Menor:

1. O mundo jurídico: representado por juízes, promotores de justiça, advogados e professores de direito;
2. O mundo das políticas públicas: representado por assessores progressistas da Funabem e por dirigentes e técnicos dos órgãos estaduais reunidos no Fonacriad — o Fórum nacional de dirigentes de políticas estaduais para a criança e o adolescente;
3. O Movimento Social: representado pelo Fórum-DCA e por um considerável grupo de entidades não-governamentais que lhe manifestaram apoio, solidariedade e incentivos durante a campanha, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a SBP (Sociedade Brasileira de Pediatria) e a Abri-no (Associação dos Fabricantes de Brinquedos), representando esta o mundo empresarial.

De todos estes atores do processo, sem sombra de dúvida, o mais importante foi o movimento social. Ele convocou, liderou e uniu os demais protagonistas em torno de sua estratégia de luta e trabalho asentada sobre três pontos básicos:

- mudanças no panorama legal;
- reordenamento institucional;
- melhoria das formas de atenção direta.

Aprovado pelo Congresso Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente foi sancionado pelo Presidente da República, tornando-se a Lei 8069 de 13 de julho de 1990.

# O Impacto de uma Década de Luta e Trabalho

## O impacto sobre a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

O novo ordenamento jurídico da questão da infância e da juventude introduz basicamente três tipos de inovações na política de promoção e defesa de direitos: (1) as mudanças de *conteúdo*, (2) as de *método*, e (3) as de *gestão*.

O Estatuto, além de introduzir novos *conteúdos* no elenco de ações da política de atendimento, como defesa jurídica-social e assistência médica e psicossocial às crianças e adolescentes vitimados, reorganiza o campo das políticas públicas. Essa reorganização agrupa e hierarquiza as políticas dividindo-as em:

- políticas sociais básicas;
- políticas assistenciais; e
- programas de proteção especial para crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis.

No âmbito dos *métodos* e processos, a nova lei introduz dois enfoques de tipo realmente novo. Na área do trabalho sócio-educativo, ela substitui as práticas assistencialistas e correccionais/repressivas por uma proposta de trabalho sócio-educativo emancipador baseado na noção de cidadania.

No campo judiciário, a doutrina da situação irregular, de caráter subjetivo e discricionário, é substituída pela concepção garantista, que cria salvaguardas jurídicas capazes de assegurar à criança e ao adolescente o respeito à sua condição de sujeito de direitos, ou seja, de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento com prioridade absoluta.

No que diz respeito à *gestão*, o Estatuto regulamenta as conquistas do artigo 204, que assegura à participação popular, por meio de suas entidades representativas, a formulação das políticas e o controle das ações em todos os níveis. Para concretizar este avanço, o Estatuto cria os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente. Conselhos fortes, deliberativos, paritários, formuladores das políticas e controladores das ações.

## O impacto sobre os movimentos e entidades não-governamentais.

No início da década de 80 tínhamos no Brasil apenas programas de atenção direta. Hoje, o quadro é bem outro. Os programas e ações não-governamentais se diversificaram e elevaram-se a patamares mais altos de complexidade e organização.

Após uma década de luta e trabalho, podemos encontrar entre os programas não-governamentais as seguintes modalidades:

1. Programas que atuam somente através da atenção direta a determinado número de crianças e/ou adolescentes.
2. Programas que, além do atendimento, se dedicam também à promoção e defesa de direitos.
3. Programas que se dedicam apenas à promoção e defesa de direitos.
4. Redes de programas que se dedicam à atenção direta.
5. Redes de programas que se dedicam à promoção e defesa de direitos.

Essa diferenciação estrutural e funcional dos programas decorreu do processo de complexificação da luta e do trabalho desenvolvido ao longo dos anos 80.

# O impacto sobre as políticas públicas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz para as políticas públicas um grande desafio: o desafio de empreenderem as mudanças em *conteúdo, método e gestão* necessárias à efetiva e plena implantação do novo direito da infância e da juventude brasileiras em áreas como saúde, educação, trabalho e assistência social.

O primeiro passo nessa direção é, naturalmente, a construção de uma compreensão mais abrangente e profunda do que realmente se passa em cada uma dessas áreas. Sem essa preliminar, os processos de formulação e de implementação de novas políticas e programas correm o sério risco de repetir os equívocos do passado. Daí a importância fundamental dos estudos, visando “dar a ver” a real situação da criança e do adolescente em cada um desses grandes campos de intervenção.

Na área do trabalho, faz-se necessária a construção de uma nova política de capacitação, encaminhamento e, sobretudo, de proteção às crianças e adolescentes contra todas as formas de abuso e exploração.

Em relação às crianças e adolescentes que trabalham e/ou vivem nas ruas, cabe traduzir em políticas públicas e não-governamentais, eficientes e eficazes, preventivas (creches, educação, lazer e recreação) e de recuperação, o enorme esforço antes descrito.

Em ambos os casos, é prioridade destacar a diferenciação por gênero, atendendo às necessidades específicas das meninas e dos meninos.

Consideramos que o conjunto de estudos englobados neste volume representa um importante avanço no sentido de um melhor conhecimento das relações das crianças e jovens em circunstâncias especialmente difíceis e o mundo da cidade, da família e do trabalho, com tudo o que ele traz de riscos e possibilidades para o desenvolvimento pessoal e social da nossa população infanto-juvenil de baixa renda.

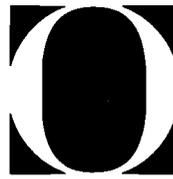
*Antonio Carlos Gomes da Costa*  
(ex-Presidente do CBIA)

*Agop Kayayan*  
UNICEF Brasil  
(Representante)

*Ayrton Fausto*  
FLACSO Sede Acadêmica Brasil  
(ex-Diretor)  
UNESCO — Brasil  
(consultor)

# Introdução

Ayrton Fausto  
Ruben Cervini



O principal desafio para os países da América Latina e do Caribe, na década que se inicia, é o da reto-

mada do processo de desenvolvimento econômico com justiça social. Neste sentido, é prioridade indiscutível a mais rápida reversão dos processos responsáveis pela permanência e, em certos aspectos, agravamento do gigantesco problema da existência de milhões de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, na periferia de nossas cidades.

Em conseqüência, o início desta década mostra que, apesar das iniciativas empreendidas e dos resultados positivos obtidos na década anterior, persistem, em relação a esta prioridade, as mesmas necessidades enfrentadas no passado: maiores investimentos em políticas públicas (econômicas e sociais) e na produção de informação objetiva e de diagnósticos pertinentes, indispensáveis tanto para minimizar riscos de ineficiência e ineficácia em sua execução, como para permitir avaliações confiáveis.

Este livro foi concebido com o objetivo de contribuir, com informações e diagnósticos atualizados, à segunda dessas necessidades.

Sua origem esteve na decisão do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO) de somar esforços para difundir amplamente o resultado de um conjunto de estudos e pesquisas realizados durante o ano de 1990 sobre o(a) menino(a) trabalhador(a) e o(a) menino(a) de rua no Brasil. Coincidindo plenamente com este objetivo, a UNESCO, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura integrou-se posteriormente à iniciativa.

Pretende-se pois, principalmente, proporcionar a todos os interessados material de referência que possa auxiliar em reflexões, debates e processos de definição de políticas e programas dirigidos a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Os textos selecionados são o resultado de diversos estudos e pesquisas apoiados pelo UNICEF ao longo do ano de 1990:

- Como parte de uma longa colaboração entre o IPEA e o UNICEF, foram desenvolvidos alguns trabalhos orientados a sistematizar e analisar as informações existentes sobre o(a) menino(a) trabalhador(a) no Brasil. Os dois primeiros capítulos do presente volume são uma conseqüência deste esforço, o que também permitiu definir e fortalecer essa linha de trabalho e preocupação em ambas as instituições.
- Simultaneamente, o Instituto Innocenti do UNICEF, em Florença, havia desenvolvido a idéia de registrar a experiência do Brasil na década de 80 no tratamento da questão da criança urbana, o que determinou a necessidade de organização do conhecimento já existente e da produção de conhecimentos mais especificamente orientados. Com base no apoio prestado por este Instituto, aproveitou-se a longa experiência de técnicos da CESPI, da Universidade Santa Úrsula, para desenvolver o conteúdo do Capítulo 3 deste livro. O convênio entre a FLACSO e o UNICEF permitiu executar as pesquisas cujos resultados são sintetizados nos Capítulos 5, 6, 7 e 8.
- O Capítulo 4 resulta da colaboração do UNICEF com o Governo do Estado de Pernambuco, num trabalho orientado, originalmente, a produzir subsídios tanto para a definição das políticas estaduais e municipais, quanto para a atuação das organizações não-governamentais nesta área. Finalmente, a apresentação das estatísticas constantes no Anexo deste capítulo foi possível graças ao empenho que os técnicos do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais (DEISO) do IBGE têm tido durante os últimos anos para sistematizar as informações disponíveis sobre crianças e adolescentes nas pesquisas populacionais e institucionais.

Como resultado final deste processo, obteve-se um conjunto de trabalhos que, de perspectivas diferentes e particulares, contribuem para uma melhor caracterização da situação das crianças e adolescentes nas áreas urbanas do país. No Capítulo 1 são apresentadas e analisadas as informações estatísticas disponíveis sobre o trabalho infanto-juvenil nas áreas urbanas do país, com o intuito de fornecer uma visão global das dimensões do problema, de suas relações com os fatores mais relevantes e do que sucedeu com referência ao trabalho infanto-juvenil durante a década de 80.

O Capítulo 2 constitui-se num esforço para aprofundar o conhecimento das relações entre o trabalho infanto-juvenil e a situação de pobreza familiar, paralelamente a outros fatores, com base num tratamento mais sofisticado e detalhado dos dados produzidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1988. Desta forma, esses dois capítulos definem um marco de referência macrossocial do tema em questão.

Já no Capítulo 3, apresenta-se a revisão de um conjunto de pesquisas específicas sobre meninos(as) na rua e meninos(as) institucionalizados(as). Realizadas durante a década passada nas mais diversas cidades brasileiras e com metodologias também diversas, tais pesquisas permitem explicitar algumas características e situações que não poderiam ser captadas através das pesquisas populacionais utilizadas nos dois primeiros capítulos. Ao mesmo tempo, seus resultados contribuem para uma melhor compreensão dos números e informações apresentados nos capítulos anteriores.

Os Capítulos 4 a 7 consistem em versões resumidas de relatórios de pesquisas de campo, orientadas a produzir conhecimentos específicos sobre os fatores, processos e mecanismos que agem no sentido de “produzir” o(a) menino(a) de rua e o(a) menino(a) trabalhador(a).

No Capítulo 4, a ênfase situa-se na procura das características demográficas da família, centralizando-se no papel desempenhado pelas mães desses(as) meninos(as) e discutindo algumas hipóteses e idéias de uso mais freqüente — do “senso comum” —, tudo isto com base em informações oriundas de uma pesquisa com crianças de Recife e suas respectivas famílias.

Os três estudos sintetizados nos Capítulos 5, 6 e 7 podem ser lidos como peças autônomas de reflexão sobre dimensões específicas da problemática dos(as) meninos(as) de rua. No entanto, formam um conjunto, pois, concebidos a partir de um termo de referência comum, estão voltados para a “identificação dos fatores da dinâmica familiar de crianças em situação de risco”; além disso, procedem à sua investigação a partir de dados do mesmo universo (o das crianças em situação de risco atendidas pela Fundação de Promoção Social em Goiânia), e, finalmente, foram elaborados com base em intercâmbio e discussão inter e transdisciplinar dos dados obtidos.

O primeiro desses estudos (Capítulo 5) analisa, numa perspectiva quantitativa, um grande número de variáveis, incluindo aquelas tradicionalmente invocadas quando se trata de explicar como se “produzem” meninos(as) de rua, mediante a comparação das famílias destes(as) meninos(as) com um elenco equivalente de famílias de menores em situação de subemprego, diferenciados quanto aos respectivos tipos de ocupação.

O segundo estudo (Capítulo 6), de caráter sócio-antropológico, aborda os problemas suscitados a partir de uma teoria de infância traída, mostrando a tensão que se desenvolve entre a casa (isto é, a família), e a rua (isto é, a “turma”) e como, graças a uma perversão dos papéis no grupo familiar, o grupo de pares consegue atrair os seus membros prestes a se desgarrarem. Enfatiza a necessidade de uma compreensão mais acurada das “turmas”, que, com seu empreendimento de conquista da cidade, conseguem atrair e envolver os(as) meninos(as) que a família se revela incapaz de reter no seu quadro.

O terceiro estudo (Capítulo 7) é de caráter psicossocial. A partir da comparação da dinâmica familiar, tal como esta emerge das histórias de vida dos(as) meninos(as) de rua ou do subemprego, procura rastrear os seus fatores críticos. Com base numa série de indicadores de investimento na construção da família — como presença física, esforço dispendido para sobrevivência interna, empenho na sobrevivência externa e experiências compartilhadas —, analisa sua influência sobre a trajetória que leva os(as) meninos(as) ao subemprego e à rua.

Embora cada um destes três estudos tenha privilegiado certos aspectos da questão, a abordagem inter e transdisciplinar permite contribuições ao aprofundamento da discussão e à formulação de políticas sociais.

O Capítulo 8 analisa as políticas dirigidas às crianças e adolescentes na sua inserção na evolução da política social desenvolvida na década passada, situando o caso brasileiro no panorama internacional e contribuindo para o dimensionamento e os requisitos dos esforços futuros necessários para reverter os processos que hoje alimentam o número crescente de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Finalmente, no Anexo Estatístico, encontram-se sintetizadas as informações provenientes das PNAD's e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) sobre a situação sócio-econômica de crianças e adolescentes nas áreas urbanas do país e em duas grandes áreas metropolitanas tipicamente diferenciadas — São Paulo e Recife.

# O MENINO TRABALHADOR NO BRASIL URBANO DOS ANOS 80

Ruben Cervini (*UNICEF*)  
Freda Burger (*IPEA*)



## Capítulo

### Índice

Introdução

- 1.** Esquema conceitual
- 2.** Informalização e pobreza no Brasil
- 3.** O trabalho infanto-juvenil
- 4.** A oferta do trabalho infanto-juvenil
- 5.** A demanda pelo trabalho infanto-juvenil

# Introdução

**D**m fins da década de setenta e início dos anos oitenta, a análise acadêmica e crítica do modelo político e econômico vigente, junto com os movimentos sociais que o questionavam, destacaram de forma recorrente suas diversas conseqüências sociais negativas. Entre elas, o problema dos “meninos de rua” aparecia como uma das expressões crescentes e mais nítidas dos níveis de pobreza e desigualdade social existentes no país. Sua visibilidade e aparente crescimento nas grandes cidades privilegiava este tema como de grande força simbólica, condensando uma ampla gama de fracassos das políticas sociais e econômicas que haviam dominado a década anterior.

Não obstante, o desenvolvimento deste debate e, paralelamente, a emergência de programas inovadores, tanto governamentais como não-governamentais, não foram acompanhados por uma produção ou análise de informações adequadas a tal fim. Pelo contrário, diversas informações foram divulgadas e aceitas como corretas, sem uma clara explicação de suas formas de produção. As que traziam esta explicação, na maioria das vezes, eram utilizadas de forma inadequada em relação aos conceitos que faziam parte dos discursos justificativos. Embora isto não tenha impedido que mudanças significativas fossem registradas na consciência da sociedade e nas diversas formas de intervenção programática, conduziu freqüentemente a algumas confusões conceituais sérias e ao conseqüente ocultamento de aspectos relevantes da realidade.

Talvez um dos aspectos mais afetados tenha sido o que diz respeito ao menino trabalhador nas áreas urbanas do país. A assimilação ou a confusão de diversas situações — meninos de rua, abandono infantil, pobreza, infração etc — transformaram-se, de certa forma, em um obstáculo para o tratamento mais adequado desta situação social de amplas dimensões.

Foi em meados da década de 80 que a exploração dos dados dos Censos e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios — PNADs — sobre o trabalho infanto-juvenil abriu possibilidade para seu conhecimento mais sistemático. Nesta linha, a Fundação IBGE, por exemplo, começou a produzir e divulgar regularmente um conjunto de dados referentes às crianças e adolescentes trabalhadores, os quais permitem realizar comparações através do tempo, entre estratos sociais e diferentes regiões do país.

O objetivo deste capítulo é precisamente o de apresentar e analisar parte destas informações para a década de 80 sobre as características do trabalhador infanto-juvenil das áreas urbanas do país, de sua família e do trabalho que ele próprio realiza, com ênfase em duas grandes regiões metropolitanas: São Paulo e Recife.

A tarefa proposta é realizada com base em alguns critérios. Em primeiro lugar, são utilizados dados provenientes das PNADs e da Pesquisa Mensal de Emprego — PME — e disponíveis através das tabulações do

Sistema Nacional de Informações sobre a Criança e o Adolescente (SINCA) ou de processamentos especiais. Em segundo lugar, tenta-se apresentar um panorama o mais recente possível da situação (1988) e, ao mesmo tempo, reconstruir o que ocorreu durante a década através das informações deste período (1981 a 1988). Em terceiro, sempre que possível, a análise é conduzida através de três eixos básicos, o que permite uma melhor compreensão do problema: a faixa etária, a pobreza, e a formalidade/informalidade do mercado de trabalho.

- A análise é realizada através de duas faixas etárias: 10 a 14 e 15 a 17 anos, correspondendo a crianças e adolescentes, respectivamente. A eleição dessas faixas reflete mais um critério operacional prático — disponibilidade das informações agregadas nestes intervalos etários — do que a pretensão de dar uma resposta operacional adequada a questões teóricas mais substantivas, referentes aos papéis desempenhados por essas faixas etárias e aqueles esperados pelo conjunto da sociedade<sup>1</sup>.

- Foi escolhido o intervalo de até 1/2 salário-mínimo familiar *per capita* como limite superior para definição de população pobre<sup>2</sup>. Esta escolha reflete novamente a mesma limitação operacional anterior.

- Além da área urbana como um todo, foram analisados dados de duas grandes regiões metropolitanas — São Paulo e Recife — por representarem tipos urbanos bastante distintos, não apenas pelos níveis de pobreza, como pela informalização do mercado de trabalho. Enquanto em São Paulo predominam as re-

---

1. Constitui lugar comum a observação de que os limites etários que definem a infância e a adolescência têm um caráter histórico-social: eles mudam temporalmente e de sociedade para sociedade. Deve-se recordar que no Brasil o instrumento legal vigente nesta matéria define como criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos de idade” (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 2º). Mudam também os próprios conteúdos dessas categorias sociais, ou seja, os papéis desempenhados e socialmente aceitos para a infância têm sido distintos em tempos e em sociedades diferentes. Existe bastante consenso em relação ao fato de que lazer, brincadeiras e educação (socialização) são atividades próprias da infância na sociedade atual.

Por outro lado, o limite inferior de 10 anos de idade adotado neste trabalho deve-se ao fato de que as PNADs e a PME levantam informações sobre a atividade produtiva das pessoas de 10 anos e mais, não existindo, portanto, informações regulares a respeito de crianças abaixo dessa idade em relação a este assunto.

2. Diversos estudos realizados no país permitem concluir que, a níveis similares de salário-mínimo, não correspondem níveis similares de pobreza nas diferentes áreas geográficas ou cidades brasileiras. As diferenças nos custos de vida em cada área metropolitana são muito significativas. Desta forma, Rocha (1990) encontrou que enquanto 54% do salário-mínimo em Recife definia a linha de pobreza em 1986, em São Paulo esta era definida por 77%. Assim, no presente caso, as populações incluídas no intervalo de até menos de 1/2 salário-mínimo familiar *per capita* em São Paulo, devem ser, em média, mais pobres do que aquelas incluídas nesse intervalo na cidade de Recife. Portanto, a leitura comparativa dos dados de São Paulo e de Recife, por faixa de renda, deverá ser realizada com essa precaução.

Neste trabalho, a comparação dos indicadores entre 1981 e 1988 segundo o rendimento familiar *per capita* tem por objetivo destacar as diferenças mais marcantes observadas na década; mas esta deve ser aceita com reservas pelos problemas de comparabilidade de renda que surgem em contextos inflacionários elevados, qualquer que seja o deflator utilizado. Adicionalmente, a PNAD-1981 levantou as informações sobre renda imediatamente após um reajuste de salário-mínimo. Portanto, esta PNAD pode estar subestimando a proporção de pobres e, na comparação com outro ano, conduzir à idéia de aumento excessivo na pobreza em relação a esse ano.

lações formalizadas, em Recife o mercado de trabalho é mais informalizado<sup>3</sup>.

As informações organizadas com base nesses critérios e que são objeto da análise deste capítulo encontram-se nas tabelas do Anexo Estatístico ao final desta publicação.

Este capítulo encontra-se organizado da seguinte forma. Em primeiro lugar, apresenta-se um esquema conceitual orientado para destacar os fatores do trabalho infanto-juvenil, o que permite simultaneamente organizar a exposição subsequente. Em segundo lugar, realiza-se uma análise do contexto urbano ao longo de dois eixos especialmente relevantes para o trabalho infanto-juvenil: a pobreza e a informalidade do trabalho. O terceiro tópico apresenta a evolução e a intensidade do trabalho infanto-juvenil durante a década. Finalmente, apresentam-se os principais fatores que incidem no trabalho das crianças e adolescentes, tanto do ponto de vista da oferta (tópico 4) quanto da demanda (tópico 5).

# 1. Esquema conceitual

**D**iversos trabalhos têm abordado o tema dos fatores que levam determinadas crianças à incorporação precoce no mercado de trabalho. É bastante aceita a idéia de que as dimensões, as condições e o conteúdo do trabalho infantil dependem de duas ordens de macrofatores (ver Diagrama a seguir):

- a pobreza, que obriga as famílias a adotar formas de comportamento que incluem a oferta de mão-de-obra dos filhos menores de idade;
- a estrutura do mercado de trabalho, que oferece espaços apropriados à incorporação desse contingente específico de mão-de-obra.

Estes dois conjuntos de fatores operam através das preferências e dos comportamentos de duas unidades básicas de decisão: a família e a empresa. Esta última é entendida em um sentido amplo, mais apropriado às condições peculiares de mercados heterogêneos; assim, em mercados informalizados, empresa significa, mais freqüentemente, a família ou a própria criança, por exemplo, o trabalho autônomo.

Entretanto, as decisões das famílias ou das empresas são o resultado do efeito combinado daqueles macro-fatores (pobreza e mercado de trabalho) com o sistema geral de valores dominante na sociedade, que fundamenta preferências e comportamentos; com as condições de oferta de determinados bens e serviços

sociais e com a regulamentação e controle por parte do Estado e da sociedade civil.

Assim como existe um sistema de legitimação para a manutenção e a reprodução da estrutura social mais geral, da qual a pobreza e a estrutura ocupacional fazem parte, existe também um sistema simbólico que legitima e regula as relações entre as crianças e a ordem social mais geral. As ideologias do trabalho, da educação e do lazer, bem como o modo como a criança é vista em relação a estas atividades, devem ser destacadas como exemplos relevantes de valores próprios desse sistema. Todavia, pode-se afirmar que todos esses valores estão organizados através da “construção social de uma hierarquia etária” (Elson, 1982), a qual legitima as relações desiguais entre adultos e crianças (relação de poder) e impede a autonomia das faixas etárias subordinadas (infância e adolescência), definindo quais são suas necessidades.

Este sistema simbólico conforma as “estruturas de preferência”, penetrando nos processos de decisão tanto das famílias quanto das unidades de produção. Assim, por exemplo, do lado das famílias, tal sistema legitima as opções por parte dos adultos entre as necessidades presentes da família e o bem-estar futuro da criança, isto é, a opção pelo trabalho (e não pela educação), com base em uma avaliação “adulta” dos futuros retornos da educação; ou também a opção por determinadas ocupações em detrimento de outras. Ao lado da empresa legitima-se, por exemplo, o baixo salário pago à criança, por seu caráter “complementar” ao rendimento do adulto.

Finalmente, as características dos serviços sociais disponíveis é outra dimensão que influi na inserção das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho. Acessibilidade, qualidade e custos da educação parecem influir no rumo da principal decisão da família: escola ou trabalho. Pelo lado da demanda, a capacidade reguladora (normas jurídicas sobre limitações e condições do trabalho infantil) e de controle (fiscalização da aplicação efetiva dessas normas) são fatores que ajudam a modelar o comportamento das empresas e do mercado em geral.

Assim, a saída de crianças rumo ao mercado de trabalho é produto de uma decisão “familiar”, na qual os adultos têm um peso maior. As distintas formas pelas quais as famílias, principalmente as pobres, enfrentam as condições objetivas de existência, definindo “quem e quando participa das atividades de produção de valores de uso e de produção no mercado” (Montali, 1990), estão ligadas tanto à posição que estas ocupam na estrutura social quanto ao sistema simbólico e às condições de acesso aos serviços públicos.

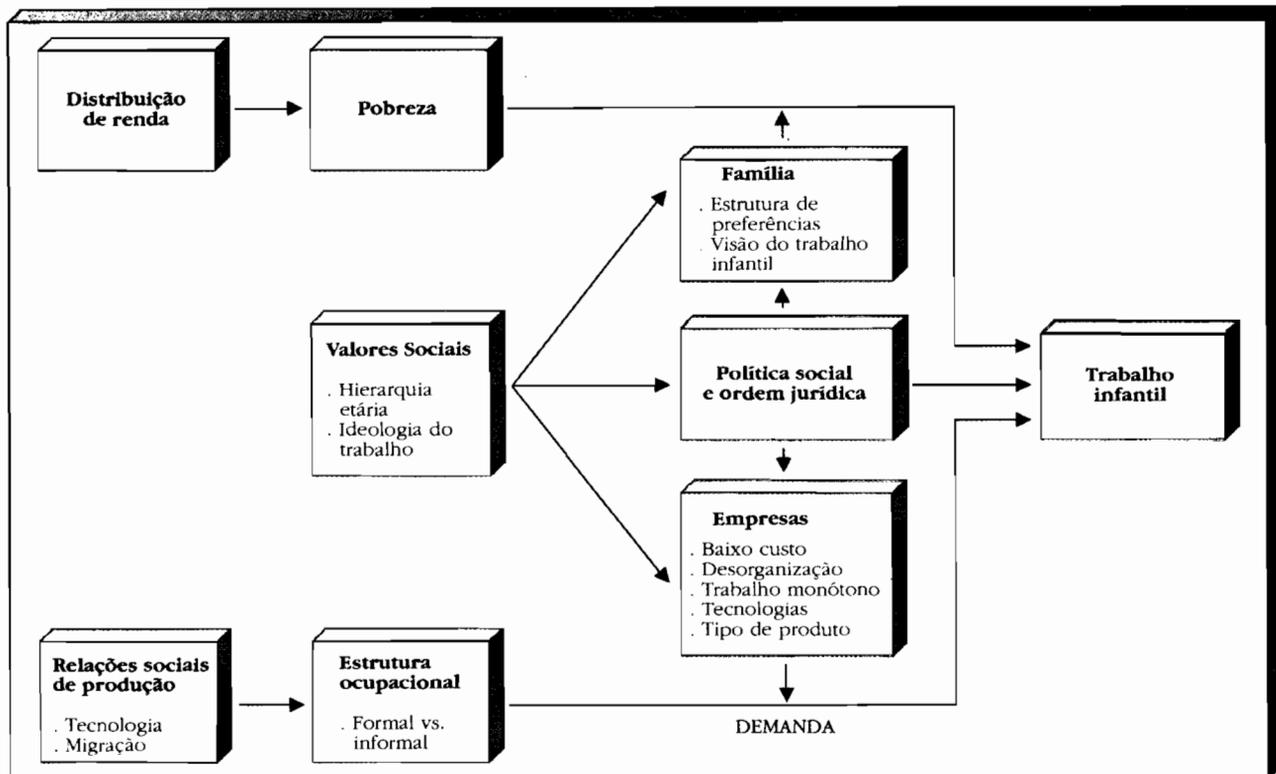
No outro extremo, a demanda ou a incorporação efetiva do trabalho infantil nas empresas ou em determinados espaços do mercado de trabalho reflete não apenas as qualificações dessa força de trabalho para realizar determinadas tarefas em contextos tecnológicos específicos, mas também as conseqüências vantajosas que certos valores ou formas de intervenção ou omissão estatal acarretam para a empresa. Desta forma, as possibilidades de incorporação efetiva ao trabalho estão vinculadas, por um lado, ao baixo custo e à docilidade reivindicativa e política desta mão-de-obra peculiar e, por outro, as suas características biológicas, que a tornam mais apropriada para determinadas tarefas em contextos tecnológicos específicos.

3. São Paulo é o pólo de maior desenvolvimento e industrialização do país. Em 1988, 33% da PEA se localizava na indústria de transformação, enquanto em Recife esse ramo de atividade ocupava 14%. A distribuição dos ocupados em ambas as cidades, segundo a posição na ocupação, permite que se tenha uma idéia precisa das diferenças na informalização de ambos os mercados.

S. Paulo — empregados com carteira: 62%; empregados sem carteira: 18%; conta própria: 15%; Recife — empregados com carteira: 49%; empregados sem carteira 24%; conta própria: 23%.

## Diagrama

### Trabalho infantil: esquema conceitual



É importante indicar que o modelo conceitual apresentado no Diagrama refere-se especialmente às crianças, embora o presente trabalho aborde também a população adolescente (15 a 17 anos); para esta população, o modelo só se aplica parcialmente. Deve-se considerar, para estes, a força crescente que tem a "liberdade de escolha" e, portanto, outros fatores começam a ter maior peso. Os níveis de rendimento dos adolescentes, por exemplo, deverão ter um papel mais relevante na explicação das variações na participação no mercado de trabalho.

## 2. Informalização e pobreza no Brasil

### 2.1. Os conceitos

**A**mérica Latina, e o Brasil como parte dela, tem se caracterizado por sua estrutura produtiva heterogênea, com amplo contingente de sua força de trabalho realizando atividades informais. Essa força de trabalho, considerada "excedente", na medida em que não encontra espaço para incorporar-se ao setor moderno da economia, insere-se em ocupações geradas através de pequenas unidades de produção. Estas, com pouca ou nenhuma dotação de capital físico e humano, dedi-

cam-se a atividades com facilidade de acesso ao setor e têm requerimentos organizacionais simples. Desta forma, elas podem usar o rendimento médio como variável de ajuste e reagir assim com agilidade às mudanças no mercado de trabalho.

A origem deste excedente de mão-de-obra está nas características do capitalismo periférico e na dinâmica do crescimento populacional. A incorporação tardia da região ao processo de industrialização capitalista conduziu à incorporação de tecnologias importadas, adequadas aos seus países de origem em termos de escassez relativa de fatores, mas que produziram distorções nos países latino-americanos. O emprego que estas tecnologias geraram não foi suficiente para absorver a mão-de-obra. Essa insuficiência foi agravada pela impossibilidade de expandir o setor por causa de restrições na demanda, devido à distribuição desigual de ativos e renda na região.

Adicionalmente, a dinâmica de crescimento populacional e a intensificação das migrações internas aumentaram ainda mais o excedente pelo lado da oferta. Incrementos significativos e acelerados na oferta e restrições na demanda criaram um excedente permanente de força de trabalho, que deveria ocupar-se em atividades de menor produtividade — o setor informal.

Completando este quadro, temos a pobreza, entendida como dificuldade ou impossibilidade de acesso aos bens e serviços considerados como básicos por uma sociedade em um determinado tempo. Sua magnitude e transformação tem a ver: com o perfil da distribuição de ativos e, conseqüentemente, de renda; com o nível médio de renda real; com o desemprego e o subemprego, este último entendido como a combinação entre baixa educação e baixa remuneração.

Embora estejam profundamente interligadas, a pobreza e a informalização não devem ser confundidas. Dada a heterogeneidade da renda dentro do setor informal, este não pode ser considerado como sinônimo de pobreza. Pelo contrário, evidências empíricas indicam que é possível que os aumentos nos níveis de pobreza não estejam associados a aumentos na informalização, e que segmentos do setor informal, comparáveis ao setor formal em níveis de educação, estejam situados em faixas de rendimento superiores às do setor formal<sup>4</sup>.

## 2.2. A formalização/informalização do trabalho urbano no Brasil

Durante o período de 1960/80, e ao contrário dos demais países da América Latina, o Brasil parece ter experimentado um processo de industrialização sem terciarização, ou seja, a População Economicamente Ativa — PEA — em serviços aumentou menos que a PEA em produção de bens não-agrícolas no setor urbano. Paralelamente, a produtividade em serviços foi maior do que na indústria, configurando um padrão muito particular de industrialização sem terciarização espúria e com informalização decrescente (PREALC/OIT, 1986).

Mas, observando este período, mais particularmente a década de 70, vê-se que, embora o padrão de formalização da economia tenha se mantido com a tendência crescente observada na década anterior, existiram algumas mudanças dignas de destaque (Tabela 1\*): a) a formalização continuou crescendo no setor de serviços e não na indústria; b) existiu um claro processo de terciarização do setor informal; c) dentro do setor de serviços, o maior crescimento relativo pertenceu ao informal (Índice 1970=100: setor formal=206; setor informal=210); d) verificou-se um claro aumento dos serviços pessoais, tanto formais quanto informais, e uma queda em comércio e transportes (Tabela 2); e) a informalidade nos serviços, não obstante, concentrou-se em 1980 em comércio e transporte. Em resumo, o processo de formalização crescente, baseado na geração de empregos na indústria, alcançou seu ápice ao final da década de 60 e, a partir daí, foi o setor de serviços que passou a comandar a formalização e a informalização.

Já na primeira metade da década de 80 acentuou-se a tendência de informalização da força de trabalho<sup>5</sup>, impulsionada pela crise do período 1981/83. Tanto o

setor secundário quanto o terciário apresentaram um ritmo de crescimento maior no setor informal; mais acentuado, todavia, no secundário. Após a crise, o setor terciário recuperou sua tendência de formalização, enquanto no secundário o formal e o informal cresceram equilibradamente (Arias, 1989). Como consequência da recuperação da formalização durante o período posterior ao da crise de 1981/83, o balanço final do período 1981/88 não é de um nítido processo de informalização do mercado de trabalho (Tabela 3).

Mais especificamente, parece ter havido uma transformação no interior do setor informal urbano. Se se observam os dados da Tabela 4 para as áreas metropolitanas de Recife e de São Paulo, além das conclusões anteriores sobre o comportamento cíclico e sobre o balanço final equilibrado para o período, outras conclusões podem ser extraídas: os mais afetados pela segunda crise (1986/88) não foram os assalariados com carteira, que continuaram crescendo acima da média da ocupação (São Paulo = 4,22; Recife = 3,37), mas sim os sem carteira, que experimentaram crescimento negativo, a expensas de uma aceleração no crescimento dos conta própria (6,92 e 5,93 respectivamente). Em consequência, o que parece caracterizar a dinâmica do mercado de trabalho (formal/informal) durante todo o período, é o fato de o trabalho autônomo ter mantido um crescimento maior que o dos demais.

Por outro lado, esse processo se deu com a aceleração do crescimento da ocupação em relação ao produto e com uma queda notável da produtividade média nos setores secundário e terciário e, em particular, do comércio (Arias, 1989). Isto põe em relevo o fato de que a dinâmica do mercado de trabalho durante a década de 80 possuiu características bem diferentes das da década de 70.

## 2.3. A pobreza urbana no Brasil

Durante os anos 70, a desigualdade na distribuição de renda da PEA aumentou, embora menos do que na década anterior e, ao mesmo tempo, verificou-se um grande crescimento no rendimento médio e uma queda substancial na pobreza absoluta da PEA. Mas quando se analisa a distribuição de renda entre as famílias, observa-se que a desigualdade teve uma queda significativa na década e que houve também uma redução substancial no nível de pobreza absoluta<sup>6</sup>. A explicação mais plausível para essas diferenças no comportamento da desigualdade de distribuição de renda é o impacto da in-

4. No Brasil, no ano de 1980, a renda média mensal do trabalhador conta própria em relação ao assalariado, ambos com 0-3 anos de estudos, era 5% superior (CEPAL, 1988). Por sua vez a maior parte do "subemprego" se encontrava, segundo a CEPAL, no setor formal. Além disso, enquanto 27,9% dos assalariados (setor formal) de São Paulo, em 1985, encontrava-se em lares acima da linha de pobreza, essa percentagem subia para 31,9% entre os conta própria (informal). Finalmente, entre 1982 e 1985, enquanto a proporção de famílias pobres aumentava 1,3 pontos percentuais, a de lares no setor informal diminuía em 0,8 pontos, mostrando a independência possível entre ambos os fenômenos.

\* Esta tabela e as demais citadas neste Capítulo encontram-se no Anexo Estatístico ao final desta publicação.

5. O conceito de informalidade aqui usado não se refere nem ao nível de ingresso, nem à legalidade ou clandestinidade da atividade, mas sim às condições da unidade produtiva onde o trabalhador se insere (Tokman, 1987). Não obstante, a medição direta não pode ser realizada com facilidade. Ao longo deste trabalho será utilizada como *proxy* a proporção de assalariados sem carteira assinada, os trabalhadores por conta própria e os sem remuneração, dependendo da disponibilidade de informação.

6. Os estudos mais relevantes sobre a evolução da pobreza durante a década concordam em que houve uma redução da mesma [ver Pfeffermann & Webb, (1983) e Denslow & Tyler, (1983), assim como suas referências bibliográficas]. O crescimento do rendimento médio por pessoa ativa foi estimado em 80%, sendo que o índice de Gini passou de 0,604 em 1970 para 0,624 em 1980, e a pobreza na PEA foi reduzida em um terço. Já o índice de Gini para a distribuição das famílias segundo seu rendimento familiar passou de 0,608 para 0,597 (Hoffmann, 1984).

corporação ao mercado de trabalho das mulheres, especialmente "cônjuges", e das crianças, cujos rendimentos seriam somados ao rendimento familiar, encurtando as distâncias entre os diferentes intervalos de renda.

A década de 80 se caracterizou por uma queda acentuada dos rendimentos médios reais até 1984 e a partir daí observou-se uma significativa recuperação, embora seus valores em 1988 ainda fossem inferiores aos de 1981, início da crise (Hoffmann, 1990).

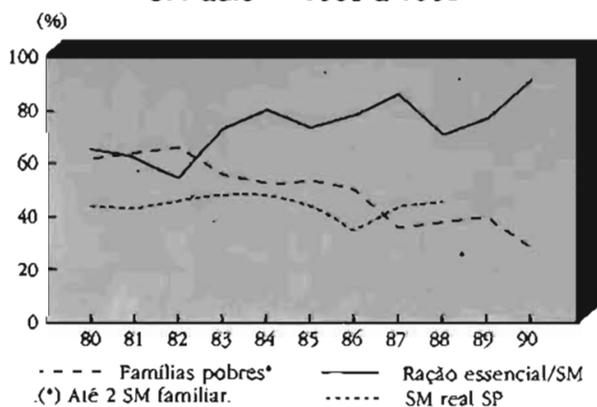
Paralelamente, a desigualdade na distribuição de renda foi relativamente estável até 1986, tanto para a PEA quanto para as famílias, quando ocorreu uma nítida tendência de crescimento (Hoffmann, 1990; Bonelli & Sedlacek, 1989). A proporção de famílias pobres acompanhou a evolução dos rendimentos, aumentando até 1984 e registrando uma queda momentânea, quando retomou a mesma tendência anterior de crescimento. Conseqüentemente, no ano de 1988, o nível de pobreza observado para o país era superior ao do início da década<sup>7</sup>.

A evolução do salário mínimo real durante a década refletiu de forma mais dramática o comportamento observado para os demais rendimentos, atingindo em 1990 a metade do valor de 1980 (Tabela 5, Gráfico 1). O comportamento deste indicador, por uma parte, e a percentagem de gasto do salário-mínimo com a ração essencial, por outra, indicam com bastante clareza a tendência de empobrecimento observada na década.

Finalmente, observou-se que embora a taxa de atividade das mulheres tenha continuado a aumentar constantemente durante a década, passando de 33,7% em 1981 para 40,0% em 1989, não produziu o efeito de suavizar o agravamento da pobreza, como ocorreu durante a década anterior<sup>8</sup>.

Gráfico 1

Salário mínimo real, ração/salário e pobreza. S. Paulo — 1980 a 1990



7. A leitura dos dados deve levar em conta as observações referidas na nota 2.

8. Alguns estudos têm indicado que a incorporação da mulher ao mercado de trabalho tem tido um impacto negativo sobre a desigualdade na distribuição geral da renda, devido ao fato de que a desigualdade desta entre as mulheres é maior do que entre a dos homens (Paes de Barros & Mendonça, 1989).

### 3. O trabalho infanto-juvenil

**D**urante a década de 70 verificou-se uma intensificação na incorporação da força de trabalho infantil nas áreas urbanas do país. Nesse período, momentos de auge e de crises econômicas foram acompanhados por aumentos na desigualdade de renda da PEA e pela aceleração do processo de urbanização.

A incorporação dos diversos componentes familiares à força de trabalho, especialmente mulheres, crianças e adolescentes, constituiu-se numa forma de compensar os efeitos perversos, no interior da família, do agravamento do perfil de distribuição de renda da PEA, impedindo que se detectasse qualquer empobrecimento familiar durante a década.

Na tabela a seguir pode-se observar como durante a década de 70 estes dois últimos segmentos populacionais — crianças e adolescentes — cresceram mais rapidamente que o conjunto da PEA, fato que se reflete numa maior participação na força de trabalho<sup>9</sup>.

Taxas de crescimento decenal da PEA, de participação e de atividade da população de 10 a 19 anos, por faixas etárias Brasil Urbano — 1970 e 1980

	(%)				
Taxa de crescimento decenal	-	-	110.1	91.5	85.0
Taxa de participação na PEA*	2.4	13.5	2.9	14.2	-
Taxa de atividade**	6.1	37.3	9.7	46.7	-

Fonte: FIBGE/Censos Demográficos de 1970 e 1980.

(\*)PEA nas faixas etárias/PEA total.

(\*\*)PEA nas faixas etárias/população nas faixas etárias.

Nos anos 80, contrariamente à década anterior, experimentou-se um decréscimo constante na proporção da faixa etária de 10 a 17 anos no conjunto da PEA (taxa de participação). Isto refletiu sobretudo mudanças demográficas, já observadas em fins dos anos 70, e

9. A diferença entre as taxas de atividade em 1970 e 1980 deve ser, não obstante, bastante menor que a observada na tabela, dado que o Censo de 1970 subenumerou a força de trabalho infanto-juvenil em comparação ao Censo de 1980, já que este último enfatizou mais o levantamento da situação de atividade, restringindo as situações de inatividade (Ribeiro, 1988).

### 3.1. Quem e o quanto trabalha

que se expressaram através de quedas nas taxas de fecundidade e no crescimento populacional. O crescimento desta parcela da PEA dá-se em ritmo muito mais lento do que para o conjunto da PEA durante o período, na área urbana como um todo e também em mercados específicos como São Paulo e Recife (Tabela 6).

Entretanto, os fluxos de entrada e de saída do mercado de trabalho viram-se afetados por diferentes conjunturas sócio-econômicas (crise e recuperação), mas de forma diferenciada para cada faixa etária e para cada contexto urbano. Em geral, o contingente de crianças e adolescentes economicamente ativos é mais afetado negativamente nas crises ou na desaceleração econômica do que o conjunto da PEA (períodos de 1981/84 e 1986/88) mas, ao mesmo tempo, essa parcela é a que mais rapidamente reage às condições favoráveis do mercado (1984/86). É interessante observar, por outro lado, que as crianças foram menos afetadas que os adolescentes na crise do início da década, enquanto, no período posterior a 1986 foram os adolescentes os menos afetados em seu ritmo de incorporação à PEA.

Observaram-se também comportamentos diferentes, de acordo com as condições de mercado durante essa década, sobretudo no período posterior a 1984. Em São Paulo, o crescimento da PEA infantil (3,40%) foi menor que o da total (4,10%), enquanto em mercados mais informalizados, como Recife, a PEA infanto-juvenil indicou uma tendência de crescimento mais acelerado, especialmente na faixa dos adolescentes (7,19%) do que na PEA total (4,59%) naquele ano.

Ao mesmo tempo que a taxa de atividade das crianças e dos adolescentes tem acompanhado também os ciclos econômicos, não se pode afirmar que, ao contrário do ocorrido com a taxa de participação e com o volume da mão-de-obra infantil, ela tenha sofrido uma queda no período. Pelo contrário, os dados da Tabela 7 indicam que até o final da década os níveis dessa participação eram iguais ou mesmo levemente superiores no conjunto das áreas urbanas do país.

A estabilidade das taxas de atividades das crianças e dos adolescentes durante a década de 80, período de nítido empobrecimento da população e das famílias, questiona a hipótese de uma estreita relação entre ambas as variáveis. Essas taxas parecem ter atingido um patamar persistente refletindo, em primeiro lugar, a tendência à estagnação ou, ainda, ao crescimento negativo da economia nesse período. Mas, por outro lado, na medida em que essas taxas refletem muito parcialmente a extensão real da força de trabalho infanto-juvenil, a aparente estabilidade pode estar ocultando algumas mudanças ocorridas durante a década.

Nesse sentido, o trabalho infanto-juvenil pode ter crescido em maior proporção no setor informal não registrado pelas PNADs, como resposta ao aumento da pobreza familiar. São indícios desse processo algumas constatações a serem tratadas mais adiante, tais como o aumento do setor informal, especialmente em cidades como Recife (ver tópico 5) e a relativa estabilidade das taxas de frequência à escola da faixa etária de 10 a 14 anos (tópico 4), o que descartaria a hipótese de uma tendência à substituição do trabalho pela escola nesse período.

Em 1988 a taxa de atividade das crianças urbanas era de 12,1%, enquanto a dos adolescentes ascendia a 46,8% (Tabela 7), o que significava contingentes aproximados de 1360 e de 2960 pessoas em cada uma destas faixas etárias, respectivamente.

Esse trabalho infanto-juvenil do país caracteriza-se por algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, a taxa de atividade é função crescente da idade, sendo que a partir de algumas faixas etárias verifica-se uma aceleração em seus níveis. Portanto, as crianças de 10 a 14 anos apresentam taxas bem menores do que as dos adolescentes, qualquer que seja o contexto urbano. É claro que essas taxas subestimam o trabalho real das crianças, devido a problemas de medição. É bem possível, também, que os erros de omissão não sejam similares nos diferentes contextos urbanos, podendo-se levantar a hipótese de que sejam muito superiores nas áreas mais informalizadas e pobres (Painel 1).

Em segundo lugar, enquanto as taxas de atividade das crianças são relativamente similares em diferentes contextos urbanos (ao redor de 8,0%), as taxas dos adolescentes variam fortemente. Desse modo, enquanto em São Paulo a taxa média de atividade dos adolescentes foi de 52,4% no período 1981/88, a de Recife se situou num patamar de 29,0%.

Deixando de lado o possível efeito das diferenças nos erros de omissão, em consequência das peculiaridades de cada mercado, é plausível aceitar que os níveis de atividade de ambos os tipos de mercado possam explicar grande parte dessas diferenças (ver Capítulo 2 desta publicação). Em outras palavras, os distintos fatores que determinam a entrada do adolescente no mercado de trabalho se dão com intensidade e forma diferenciadas, em cada contexto da heterogênea estrutura urbana brasileira. Portanto, não podem ser feitas inferências únicas e válidas para os diferentes contextos urbanos.

Em terceiro lugar, os níveis de incorporação ao mercado de trabalho são bastante diferentes quando analisados por gênero. Observa-se que em geral os meninos trabalham mais do que as meninas. Para o conjunto das áreas urbanas, as mulheres, tanto crianças como adolescentes, trabalham cerca de 40% menos que os homens. Isso leva a supor que pouco menos de 2/3 da PEA infanto-juvenil seja do gênero masculino (Tabela 8).

Mesmo que o padrão se mantenha, essas diferenças variam de acordo com cada contexto metropolitano. Em Recife, por exemplo, as diferenças entre gênero para as crianças apresentam-se mais exacerbadas (60%), enquanto em São Paulo as diferenças para adolescentes caem notavelmente (cerca de 30%). O primeiro reflete a menor oportunidade de incorporação da criança do sexo feminino ao mercado de trabalho mais informalizado — que envolve mais trabalho de rua — e sua maior utilização como mão-de-obra doméstica. O segundo, maiores oportunidades de emprego — tipo de ocupação — e maior atividade e homogeneidade de salários para a adolescente do sexo feminino.

# Medição do trabalho infantil

O dimensionamento do trabalho infantil constitui uma área muito controversa. A maioria dos autores tende a concordar que existe uma alta subenumeração do trabalho infantil quando medida através das pesquisas tradicionais de mão-de-obra. Essa perspectiva é assumida não apenas no Brasil, mas também em numerosos trabalhos realizados em vários outros países.

O primeiro problema surge com o uso do indicador clássico — “trabalho” na semana de referência — para as crianças. Existe uma grande diferença, condicionada pela síndrome de valores sociais, entre o que significa trabalho para o adulto e para a criança. Um mesmo tipo de atividade, quando realizado por um adulto, pode ser considerado como trabalho, enquanto no caso de uma criança, existe uma predisposição em considerá-lo como “ajuda”. A existência de leis que proíbem o trabalho infantil — bem como o seu conhecimento mais ou menos difuso — e o caráter intermitente desse trabalho reforçam esta inclinação, inibindo os declarantes a considerar as atividades das crianças como “trabalho”.

Supõe-se, também, que uma parcela não desprezível do trabalho infantil desenvolvido sobretudo no setor informal é, além de intermitente, tão difusa e heterogênea que não pode ser apreendida pelo quesito clássico sobre o trabalho. Também escapa a esta medição uma parcela significativa daquelas crianças que não “procuram” trabalho, mas entram no mercado através de outros mecanismos.

Em segundo lugar, o levantamento de informações sobre trabalho se aplica à população de 10 anos e mais, deixando de fora uma parcela bastante relevante da infância potencialmente trabalhadora. Em consequência, não é possível conhecer as taxas de atividade das crianças menores de 10 anos através das pesquisas tradicionais nessa área.

O impacto que estes fatores combinados possuem, potencialmente, sobre as estimativas da taxa de atividade das crianças, frequentemente tem levado a rechaçar sua validade ou a afirmar que ela se refere apenas a uma parcela de um fenômeno social muito mais extenso (Ribeiro, 1988). Portanto, é necessário fazer algumas considerações sobre este indicador no Brasil. Uma revisão do conceito de trabalho infantil e do uso de indicadores e pesquisas alternativas pode trazer alguns elementos novos para esta área.

Em primeiro lugar, se trabalho infantil é

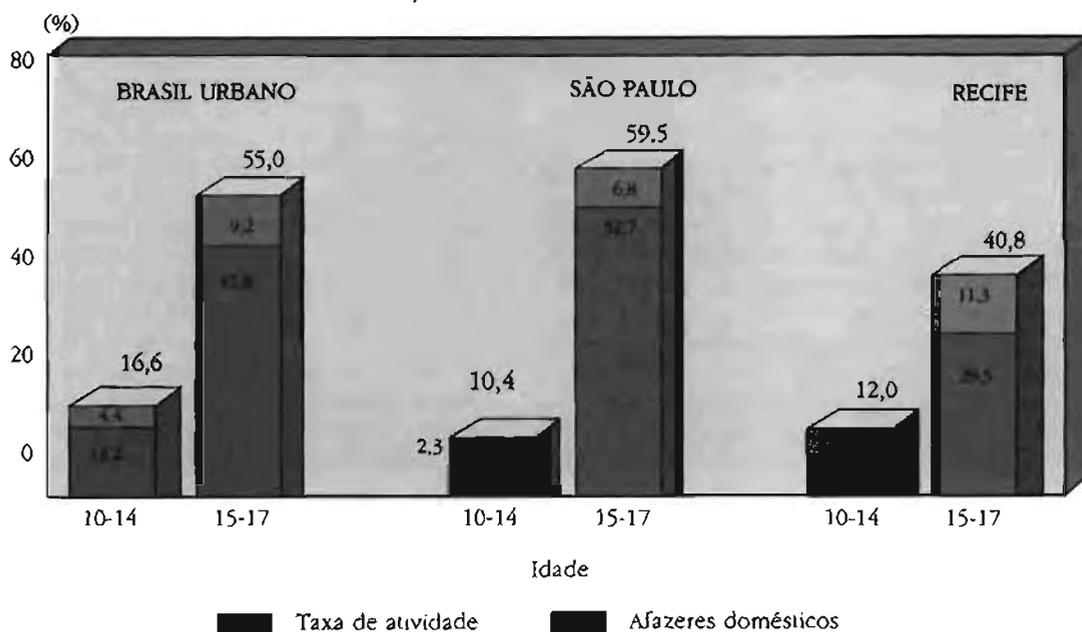
aquela atividade que compromete o desenvolvimento da criança, especialmente o seu direito a aprender e a freqüentar a escola (Fyfe, 1989), algumas situações não consideradas normalmente nas taxas de atividade dos adultos deveriam ser incluídas na medição do trabalho infantil. Entre elas, a de “trabalho doméstico exclusivo” — sem freqüência à escola — talvez seja a mais relevante. Adicionando essa atividade à taxa tradicional, obtém-se uma medição mais completa: taxa ampla. Desta forma, a extensão do trabalho infantil na década de 80 passa de 12,2% para 16,6% entre as crianças de 10 a 14 anos da área urbana (Tabela 9, Gráfico 2).

A inclusão do “trabalho doméstico exclusivo” tem um impacto relevante sobre as estimativas de atividade em cada contexto urbano. Por exemplo, a relação entre as intensidades do trabalho infantil, comparando São Paulo com Recife, se inverte. Na realidade, em contextos mais pobres, a criança é muito explorada através desta forma de atividade mais oculta e socialmente aceitável, sem que, no entanto, seja considerada “trabalho”.

Em segundo lugar, existe uma parcela da população infanto-juvenil que é percebida como não tendo nenhuma atividade produtiva e que, simultaneamente, está excluída do sistema escolar. Durante a década de 80, 3% em média das crianças e adolescentes das áreas urbanas do país se encontravam nesta situação, sendo que em algumas cidades, como Recife, esse valor ascendeu a 4,6% para as crianças e 5,6% para os adolescentes. Deve ser aceita com reserva qualquer inferência em relação a este segmento da infância, na medida em que sua composição pode ser bastante heterogênea, compreendendo situações das mais diversas. Pode-se, entretanto, levantar a hipótese de que uma parcela dela está realizando atividades direta ou indiretamente produtivas, que não são assim percebidas pelas próprias famílias. Em todo o caso, elas representam também um dos indícios sociais mais freqüentes de exclusão do sistema educacional e de futura incorporação precoce ao mercado de trabalho, em condições francamente desfavoráveis. Uma indicação nesse sentido seria a de que essa situação é muito mais freqüente entre as populações mais pobres. Em 1988, 8,4% e 6,6% dos filhos de 10 a 17 anos nas famílias com 1/2 salário-mínimo familiar *per capita*, de São Paulo e Recife, respectivamente, foram percebidos como não realizando qualquer atividade.

Gráfico 2

Taxa média de atividade ampla\* de crianças e adolescentes  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1981-1989



(\*) Taxa de atividade + afazeres domésticos exclusivamente.

Em terceiro lugar, é possível comparar os resultados obtidos através do quesito tradicional e de outras formas alternativas. O Suplemento da PNAD-85 pesquisou características da situação de trabalho infantil através de dois quesitos não convencionais na área, um para as crianças de 7 a 14 e outro para as de 5 a 9 anos de idade<sup>1</sup>.

• Com base no primeiro quesito, obteve-se uma taxa de atividade das crianças de 10 a 14 anos um pouco superior àquela baseada na medição tradicional (Tabela 10). Não obstante, ambas as taxas são bastante similares se se levar em consideração que, neste caso, não está excluído o trabalho não-remunerado, inferior a 15

horas semanais, o que é feito normalmente com o indicador tradicional. Em São Paulo, 11,7% das crianças nessa faixa etária executavam serviços, enquanto em Recife essa taxa era um pouco menor (10,0%). Nessa estimativa não está incluído "afazeres domésticos exclusivo", o que explica a maior incidência aparente do trabalho infantil em São Paulo. Por outro lado, se à taxa tradicional somar-se "afazeres domésticos exclusivo", este resultado se situa em patamar superior ao novo indicador (12,8%).

O quesito, quando aplicado à população de 7 a 9 anos, permitiu também obter, pela primeira vez, uma estimativa do trabalho infantil dessa faixa etária nas áreas metropolitanas. Os dados são consistentes como os encontrados por diversas pesquisas: verifica-se uma queda na taxa de atividade quando comparada à faixa de 10 a 14 anos, sendo que em Recife continuam a verificar-se os mais altos níveis de trabalho infantil (4,3%, São Paulo, 2,3%).

Apesar de não se ter uma estimativa específica para as crianças de 7 a 9 anos ocupadas em "afazeres domésticos", a comparação entre a taxa de afazeres domésticos para as de 7 a 14 anos e a estimativa do indicador tradicional para a faixa

1. O questionário da PNAD-85 interrogou sobre o trabalho infantil da seguinte forma:

• Para as crianças de 7 a 14 anos: foi perguntado se "normalmente executa algum tipo de serviço?". Também foi incluída uma pergunta em separado sobre afazeres domésticos: "Ajuda normalmente nos afazeres domésticos?". Estes dois quesitos não são mutuamente excludentes, o que não permite somar os resultados para obter uma taxa ampla de atividade. Adicionalmente, não se dispôs de informação sobre afazeres domésticos desagregada para cada sub-faixa etária. Assim, não foi possível dimensionar o total de trabalho e afazeres domésticos para cada uma delas.

• Para as crianças de 5 a 9 anos: foi perguntado se "faz alguma tarefa ou serviço (inclusive doméstico)?" e "que tipo de tarefa ou serviço realiza (remunerado — não-remunerado/doméstico)?"". Aqui, portanto, trabalho e afazeres domésticos são dimensionados separadamente.

de 10 a 14 anos, sugere que esta situação é tão ou mais freqüente entre as crianças de 7 a 9 anos. Isto levaria a concluir que o tipo de trabalho mais usual nessa faixa etária é o de "afazeres domésticos", tendo como consequência a liberação potencial da mão-de-obra adulta, e que a taxa ampla de atividade seria, no mínimo, o dobro da taxa tradicional.

- A segunda pergunta permitiu produzir outra estimativa do trabalho infantil entre as crianças de 7 a 9 anos. As taxas de atividade assim obtidas são praticamente iguais aos resultados do quesito anterior (2,2% e 4,0% para São Paulo e Recife, respectivamente). Este indicador, por sua vez, permitiu dispor da estimativa em separado da dedicação exclusiva a afazeres domésticos. Observa-se que, de acordo com o previsto no indicador anterior, o "trabalho doméstico exclusivo" é tão ou mais freqüente que outras formas de trabalho nessa faixa etária. É importante observar que quando essa atividade é somada ao trabalho, atingem-se taxas que, em alguns contextos, como Recife (8,4%), são

significativamente altas e se aproximam das taxas da faixa etária superior.

Os dados apresentados permitem concluir que não existem grandes diferenças nas estimativas obtidas através dos diversos quesitos. A hipótese de altos níveis de subenumeração do trabalho infantil, devido à forma específica de construção do indicador (corpo básico da PNAD), não pôde ser provada. Fica em aberto, não obstante, a crítica ao uso deste tipo de pesquisa em geral como fonte confiável para estimar o trabalho infantil.

Finalmente, vinculado a este último aspecto, é importante destacar que, como forma de superar a subenumeração do trabalho informal nas pesquisas domiciliares tradicionais sobre mão-de-obra, tem-se proposto a realização de pesquisas sobre as crianças que se encontram trabalhando, ou, simplesmente, andando pelas ruas. Neste caso, é possível superar algumas das limitações anteriormente encontradas; mas, em contrapartida, não é possível produzir generalizações confiáveis, na medida em que as estimativas são produzidas através de amostras cuja representatividade não pode ser especificada. Em geral, elas superestimam a proporção do trabalho informal desse segmento da força de trabalho.

Tais diferenças entre gênero diminuem acentuadamente quando é incluída na taxa de atividade de crianças e adolescentes a dedicação exclusiva a afazeres domésticos (Painel 1). Obviamente, sua desconsideração afeta principalmente a enumeração do trabalho infanto-juvenil feminino, na medida em que constitui-se em seu principal componente, especialmente nas áreas mais informalizadas e pobres.

Finalmente, a análise das taxas de atividade segundo a cor da pele evidencia também outra ordem de desigualdade. No conjunto do Brasil urbano, as crianças e os adolescentes pretos trabalham proporcionalmente mais que o restante das crianças e adolescentes. Entretanto, isto não significa que a maioria da PEA infanto-juvenil seja de cor preta ou parda, já que, pelo contrário, mais da metade (52%) é de origem branca.

As diferenças entre brancos e pretos são notadamente maiores no caso das crianças, enquanto para os adolescentes elas são menores. Isto ocorre porque, no caso das primeiras, refletem-se mais diretamente as desigualdades sócio-econômicas existentes por trás das diferenças raciais. Em Recife, por exemplo, a taxa de atividade das crianças negras é 250% superior ao das brancas. Para os adolescentes, como sugerido anteriormente, outros fatores além da pobreza agem sobre os níveis de incorporação ao mercado de trabalho. Conseqüentemente, em São Paulo, por exemplo, os adolescentes brancos trabalham apenas 1/10 a menos que os pretos.

## 3.2. A intensidade do trabalho

Um outro caminho para verificar a dimensão e a expansão do trabalho infantil durante a década de 80 é através das horas trabalhadas, ou seja, quão intenso é o trabalho embutido nas taxas de atividade. A primeira constatação é a de que a maioria do trabalho infanto-juvenil (72%) é de jornada completa. A imagem bastante comum deste trabalho como predominantemente esporádico e pouco regular não se confirma pelas informações existentes. Pelo contrário, este setor trabalha com intensidade próxima à verificada para o conjunto da força de trabalho<sup>10</sup>.

Em segundo lugar, é possível constatar que a intensidade do trabalho também é função da idade e, portanto, o tempo de trabalho das crianças é menor do que o dos adolescentes. Por outro lado, embora seja na faixa etária de 15 a 17 anos que mais freqüentemente ocorre a jornada de trabalho completa (79,1%), mais da metade das crianças de 10 a 14 anos que trabalham na área urbana (53,7%) o fazem em jornada completa (Tabela 11).

Em terceiro lugar, observa-se que a proporção de trabalho de jornada completa é maior em São Paulo do que em Recife, tanto para as crianças quanto para

10. De acordo com a PNAD-88, a proporção de crianças e de adolescentes que em São Paulo trabalhavam 40 horas ou mais (83,7) era praticamente igual à do conjunto dos ocupados nessa situação (85,7%). Recife, embora com uma diferença um pouco maior (61% e 77%) respectivamente, também confirma essa conclusão. Deve-se ter presente que este tipo de pesquisa subestima a captação do trabalho mais esporádico (ver Painel 1), levando a uma possível sobrestimação da intensidade horária real do trabalho do conjunto da PEA infanto-juvenil (ver também nota 11).

os adolescentes. A explicação é a maior formalização do trabalho em São Paulo, o que implica em maior proporção de vínculos empregatícios de jornada completa, enquanto em Recife — mais informalizado — o trabalho eventual ou esporádico é mais freqüente<sup>11</sup>. Conseqüentemente, em Recife, mais de 11, 5% dos jovens trabalham até 20 horas e 27% não trabalham jornada completa, enquanto em São Paulo esta última situação não chega a 14,0%.

Informações disponíveis permitem que se tenha uma idéia do que ocorreu durante a década de 80 em relação à intensidade do trabalho infantil (FIBGE/UNICEF, 1988). Para as áreas urbanas como um todo, em geral verificaram-se oscilações na proporção de crianças e adolescentes que trabalhavam 40 horas semanais ou mais, acompanhando os ciclos econômicos da década. Assim, por exemplo, tanto para as crianças como para os adolescentes, o ano de 1983 apresentou uma queda significativa nesta proporção, recuperando em 1986 o nível do início da década, enquanto a partir de 1987 ocorreram períodos alternados de queda e recuperação. Observa-se novamente o impacto dos ciclos econômicos sobre a participação de crianças e jovens no mercado de trabalho.

### 3.3. O trabalho precoce

Tem sido uma preocupação recorrente nos diferentes estudos realizados nessa área a determinação da idade a partir da qual as crianças e os adolescentes começam a trabalhar. Além da idéia bastante generalizada de que quanto maior a pobreza mais provável se torna que a família veja-se obrigada a recorrer aos seus membros mais novos, existe também a idéia de que quanto mais cedo o indivíduo se incorpora ao mercado de trabalho, mais fortemente estará comprometido o seu futuro bem-estar (ver Capítulo 2 desta publicação).

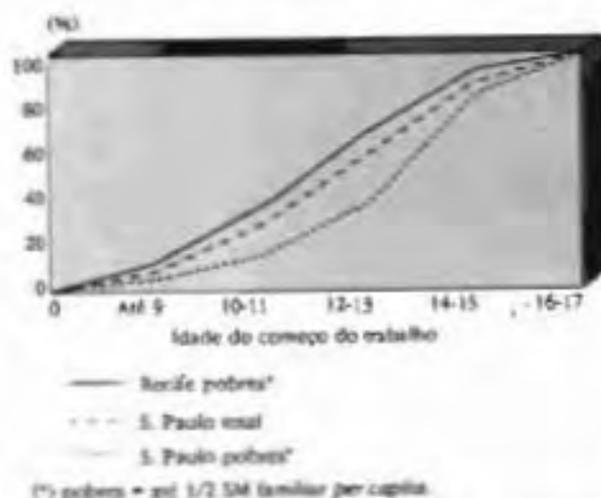
Várias pesquisas permitiram realizar algumas estimativas nessa área, embora tenha sido freqüentemente parciais devido às limitações da amostra e do universo estudado (ver Capítulo 4 desta publicação). Não obstante, com base nos dados da PNAD-85, é possível ter uma imagem mais completa da distribuição etária do início das atividades econômicas das crianças e adolescentes que estão trabalhando (Gráfico 3).

Em primeiro lugar, constata-se que, em contextos urbanos de maior pobreza, as crianças começam a trabalhar mais cedo. Em São Paulo, mais de 64% começam depois dos 14 anos, ou seja, depois do intervalo etário propriamente escolar. Em Recife, enquanto, apenas 36% dos ocupados infanto-juvenis estão nessa situação. Obviamente, esta diferença se refletirá nos perfis educacionais da PEA de ambas as cidades (ver tópico 5).

Em segundo lugar, o perfil etário de incorporação ao mercado de trabalho é muito diferente quando se comparam as populações mais pobres com a popula-

Gráfico 3

Distribuição acumulada das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, segundo a idade em que começaram a trabalhar  
S. Paulo e Recife — 1985



(\*) pobres = até 1/2 SM familiar per capita.

ção total. Em São Paulo, por exemplo, quase 30% dos trabalhadores infanto-juvenis pertencentes a famílias mais carentes começaram a trabalhar com 11 anos ou menos, enquanto no conjunto dos ocupados menos de 15% estão nessa situação.

## 4. A oferta do trabalho infanto-juvenil

A extensão do trabalho infantil está condicionada pelas características da família à qual pertencem as crianças, as quais se referem não apenas ao nível de acesso a bens e serviços materiais (rendimentos) e culturais (educação), mas também a suas formas de inserção no mercado de trabalho e à própria estrutura familiar. A seguir, essas relações serão ilustradas através de algumas informações disponíveis.

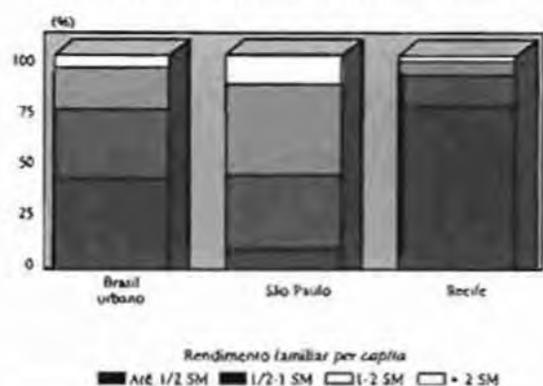
### 4.1. As condições sócio-econômicas da família

As relações entre a pobreza e o trabalho infanto-juvenil podem ser ilustradas, em um primeiro momento, através da origem familiar daqueles que trabalham, expressas pelo salário familiar. Nas áreas urbanas do

11. Convergência, uma pesquisa sobre crianças que trabalhavam na rua em São Paulo, no setor informal, encontrou que 46,5% delas trabalhavam mais de 40 horas, valor menor que o observado na Tabela 11 (Pires, 1988).

Gráfico 4

PEA de 10 a 17 anos por classes de rendimento familiar *per capita*.  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988



país, as famílias pobres (até um salário familiar *per capita*) fornecem quase 75,0% do total da força de trabalho infanto-juvenil (Gráfico 4). Esta situação é ainda mais expressiva em contextos de maior pobreza, como Recife, onde mais de 90,0% da força de trabalho provém desse nível de renda. Novamente, por trás destes números, encontram-se algumas diferenças entre crianças e adolescentes.

Na realidade, são as crianças de 10 a 14 anos as mais penalizadas, além de serem o elo por onde começa a reprodução da pobreza. A composição social da PEA infantil das áreas urbanas ilustra claramente a tese bastante difundida de que o trabalho infantil responde primordialmente à exigência de satisfação das necessidades básicas das famílias de origem pobre, sendo que mais de 80,0% das crianças trabalhadoras provêm de lares de extrema pobreza. Em Recife a situação se agrava e a quase totalidade dessas crianças se origina de famílias nessa situação (Tabela 12).

Para os adolescentes este perfil perde um pouco da nitidez extrema observada para a faixa etária anterior. Algumas hipóteses explicativas podem ser levantadas para esse fato. Em primeiro lugar, em algumas áreas urbanas a sua contribuição proporcional é maior para a renda familiar, ocasionando o deslocamento da família para faixas de rendimento superior. Em segundo lugar, o desejo de autonomia financeira e de acesso aos bens de mercado faz com que os dados sejam suavizados, apresentando às vezes um comportamento inverso. Assim, em São Paulo, quase 60,0% do trabalho de adolescentes se verifica em famílias com mais de um salário-mínimo *per capita*. Finalmente, é possível também considerar a hipótese de que as condições mais seletivas de mercado e as menores proporções de informalização possam ter um efeito negativo nos níveis de emprego dos adolescentes das famílias mais pobres, na medida em que são eles que reúnem, comparativamente, menos condições de satisfazer os requerimentos desses mercados.

Em contrapartida, contextos mais pobres e informalizados, como Recife, mostram um perfil bem diferente do de São Paulo, mantendo, com algumas pequenas diferenças, o mesmo padrão observado para as crianças, ou seja, quase 90,0% provêm de famílias de baixa renda.

As taxas de atividade infantil confirmam, em geral, essas tendências. O ordenamento das taxas de atividade por faixa de renda familiar *per capita*, incluindo o rendimento das crianças, é nítido para o conjunto do Brasil urbano e mais evidente ainda em Recife, enquanto em São Paulo observam-se taxas menores nas populações mais pobres (Tabela 13). A explicação desse aparente paradoxo em São Paulo encontra-se na maior importância relativa da contribuição do rendimento infantil à renda familiar<sup>12</sup>. Junto com esse efeito puramente estatístico, outro fato explica o comportamento dos números: os filhos dessas populações mais carentes têm menores probabilidades de ascender às posições ocupacionais mais frequentes em São Paulo (empregados com ou sem carteira). As suas opções são as de trabalho familiar não remunerado ou por conta própria, o que parece ser um "teto" restrito.

Já em Recife estes fatores seguem o sentido inverso, evidenciando com maior clareza a relação entre a renda familiar e o trabalho infantil. Poder-se-ia afirmar que ali as crianças são levadas a trabalhar mesmo quando têm rendimentos muito inexpressivos. Esse tipo de trabalho é facilitado pela presença mais significativa do setor conta própria em atividades autônomas, sem relações trabalhistas formalizadas.

No caso dos adolescentes, verifica-se novamente a presença de uma relação não-linear entre as duas dimensões, especialmente em São Paulo, quando comparado com Recife. Recorde-se que as taxas de atividade dos adolescentes são bem maiores em São Paulo, e confirma-se que tal sucede independentemente do nível de renda familiar. Isto volta a confirmar a ideia de que, para essa faixa etária, além da necessidade de outros fatores determinam as diferenças na disposição de trabalhar, tais como a atratividade do mercado, no caso de São Paulo, ou os baixos rendimentos e a falta de oportunidades, em Recife.

Com o objetivo de visualizar mais claramente as relações entre a situação de pobreza e o trabalho infanto-juvenil, as taxas podem ser apresentadas ao longo dos diferentes níveis de rendimento familiar *per capita*, mas com a própria contribuição das crianças e adolescentes expurgada (Gráfico 5). O aparente paradoxo anterior desaparece e a relação entre ambas as dimensões toma-se mais transparente (ver Capítulo 2 desta publicação).

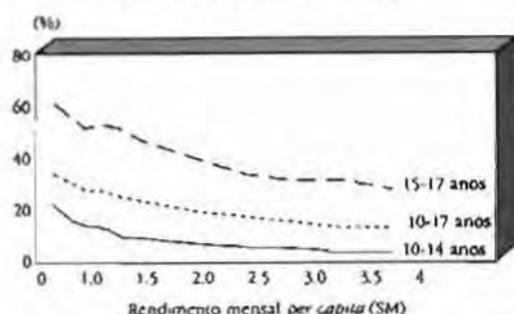
Por outro lado, verifica-se também que o trabalho de crianças e adolescentes continua a apresentar diferenças significativas no que diz respeito ao nível de sensibilidade ao rendimento familiar. Observa-se, por exemplo, que as distâncias entre as taxas de atividade nos extremos das escalas de rendimento familiar são muito maiores para as crianças (470%) do que para os adolescentes (220%). Reconfirma-se, dessa forma, que o trabalho infantil é especialmente sensível à pobreza familiar, enquanto o do adolescente está sujeito também a outros fatores importantes.

Em conclusão, a evidência apresentada confirma a hipótese bastante difundida e óbvia de que o trabalho infantil tem sua origem principalmente nas condições

12. Na medida em que o rendimento familiar inclui o rendimento das crianças, quanto maior for a contribuição da criança em relação à dos adultos, mais oculta ficará a relação entre a renda familiar e o trabalho infantil. Num contexto como São Paulo, onde a renda média é bem superior à de cidades como Recife, a renda infantil produz mais facilmente o efeito de deslocar as famílias para faixas superiores.

Gráfico 5

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos por rendimento mensal adulto *per capita* Brasil Urbano — 1988



### 4.1.1. Contribuição do trabalho do menor

Publicações recentes têm mostrado a importância da contribuição ao rendimento familiar de cada criança e adolescente que trabalha, mesmo que o nível daquela seja só parcialmente registrado, já que deixa de fora o rendimento que as crianças auferem e destinam a seus próprios gastos pessoais, aliviando assim o orçamento familiar. Obviamente, a magnitude dessa contribuição aumenta à medida que diminui o rendimento familiar, ou seja, é mais importante nos estratos mais pobres da população (FIBGE, 1990). Adicionalmente, o significado dessa contribuição aumenta ainda mais quando, em vez de considerar o aporte financeiro de cada criança e adolescente separadamente, presta-se atenção às contribuições do trabalho infanto-juvenil como um todo, dentro da família (Paine! 2).

### 4.1.2. Educação dos pais

Em países como o Brasil é bastante recorrente a verificação de que não apenas o nível de rendimentos mas também o nível educacional dos pais são fatores determinantes do bem-estar futuro da criança. Estudos realizados demonstram que o nível educacional dos pais tem uma influência sobre a educação dos filhos até maior do que seus rendimentos. Mesmo quando uma alta correlação entre ingresso e escolarização torna difícil a tarefa de separar ou especificar os efeitos de ambas as dimensões, é bastante aceita a idéia de que a educação dos pais contribui com uma parcela em nada desprezível na explicação das desigualdades educacionais dos filhos.

Da mesma forma, diversos estudos de campo verificaram que o nível de participação das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho está inversamente correlacionado com o nível educacional dos pais. Entretanto, é importante observar que a sensibilidade do trabalho em relação à educação paterna, é diferente para crianças e adolescentes (Gráfico 7). Desta forma, o diferencial entre as taxas de atividade das crianças nos extremos da escala educacional dos pais é maior do que o dos adolescentes (90% e 78%, respectivamente).

Também é possível inferir que mais de 80% da PEA infanto-juvenil nas áreas urbanas do país provém de famílias cujos pais alcançaram no máximo quatro anos de estudo, apresentando assim as determinantes da desigualdade social no trabalho infanto-juvenil.

### 4.1.3. Ocupação do pai

Além do nível de rendimento familiar e da educação dos pais, outras características dos membros da

de extrema pobreza de amplos contingentes de famílias urbanas. Entretanto essa relação não pode ser generalizada para o trabalho juvenil. Enquanto em contextos urbanos de grande pobreza e informalização ele continua a ser predominante, em mercados de trabalho como São Paulo outros fatores possuem maior peso.

A composição sócio-econômica da força de trabalho infantil não foi alterada durante a década, no conjunto das áreas urbanas. As diferenças no perfil, quando comparados os dados de 1981 e 1988, não são muito expressivas (Tabela 12). Entretanto, pode-se notar algumas mudanças significativas quando os dados são desagregados para áreas metropolitanas. Em Recife, por exemplo, a tendência foi de maior empobrecimento da PEA infantil e adolescente, já que passa de 65,0% de crianças e adolescentes em famílias de extrema pobreza em 1981 para 76,0% em 1988. Em São Paulo, ao contrário, ela parece ter sido oposta, especialmente para as crianças, pois passa de 22,7% para 14,7% respectivamente. Este empobrecimento da origem familiar da PEA infanto-juvenil pode ser também observado na distribuição das taxas de atividade por rendimento familiar durante a década (Tabela 13). As taxas de atividade para as populações de menor renda mostram tendência ascendente para o conjunto do Brasil urbano e especialmente para áreas metropolitanas como Recife. No entanto, em São Paulo, e em especial para os adolescentes, observa-se tendência inversa<sup>13</sup>.

13. Deve-se recordar que as taxas se referem à população residente, exclusiva a categoria "domésticos", a qual é de especial importância no caso de crianças e adolescentes. As diferenças entre a taxa de atividade da população residente e a calculada sobre as pessoas parece ser maior para 1981, sendo que a primeira subestimaria a taxa real. Possivelmente, em 1981, o trabalho de empregada doméstica residente no emprego fosse mais intenso do que em 1988. Isto sugeriria que, na comparação entre os dois anos, pequenas diferenças nas taxas não deveriam ser consideradas. Não obstante, no caso dos adolescentes, as diferenças parecem afastar qualquer dúvida.

# Contribuição do rendimento infanto-juvenil à renda familiar



A relevância do dimensionamento da contribuição dos rendimentos dos menores trabalhadores à renda familiar total reside no fato de poder esclarecer a importância desse trabalho para a sobrevivência familiar.

a. Uma primeira forma de realizar essa medição tem sido através da contribuição proporcional do rendimento individual de cada criança e adolescente à renda familiar total. Os dados das PNADs têm demonstrado a importância dessa contribuição, especialmente para as famílias de rendas mais baixas (IBGE, 1990). Na Tabela 14 pode-se observar que, ao final da década de 80, 28% dos adolescentes trabalhadores que pertenciam a famílias pobres contribuíam com mais de 30% do total dos rendimentos familiares. Este nível de contribuição é também similar em Recife, mas muito mais elevado em São Paulo, onde quase metade dos adolescentes contribuem com aquela percentagem, o que reflete não apenas um acesso maior desta faixa etária ao mercado de trabalho, mas também uma maior valorização monetária de seu trabalho, situação bem

oposta à que ocorre em contextos mais informalizados e pobres. Por outro lado, é precisamente neste tipo de contexto urbano que a renda do trabalho infantil torna-se proporcionalmente mais importante do que em cidades como São Paulo e na média urbana nacional.

b. Uma segunda medição, mais apropriada para dimensionar o fenômeno em questão e alternativa à anterior, pode ser utilizada. Trata-se da proporção do rendimento familiar total devido a todos os rendimentos infanto-juvenis numa família. Através dessa forma de operacionalização se reflete mais adequadamente o conceito de contribuição do "trabalho infanto-juvenil" como um todo.

O Gráfico 6 permite visualizar os resultados obtidos pelas duas medições e suas diferenças. Com base na última, é possível observar que mais de 30% das famílias, onde existe pelo menos uma criança ou adolescente no mercado de trabalho, recebem uma contribuição acima de 30% do total da sua renda, proveniente desse trabalho infanto-juvenil. Desta forma, encontra-se nos dados uma base sólida para descartar a hipótese do caráter meramente complementar do trabalho infanto-juvenil.

Gráfico 6

## Participação do rendimento de cada filho e dos filhos de 10 a 17 anos no rendimento familiar Brasil Urbano — 1988

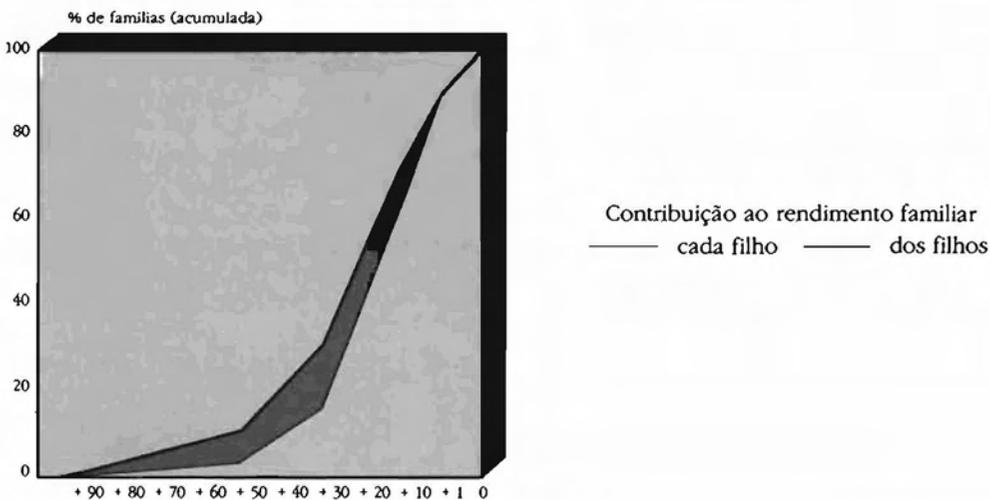
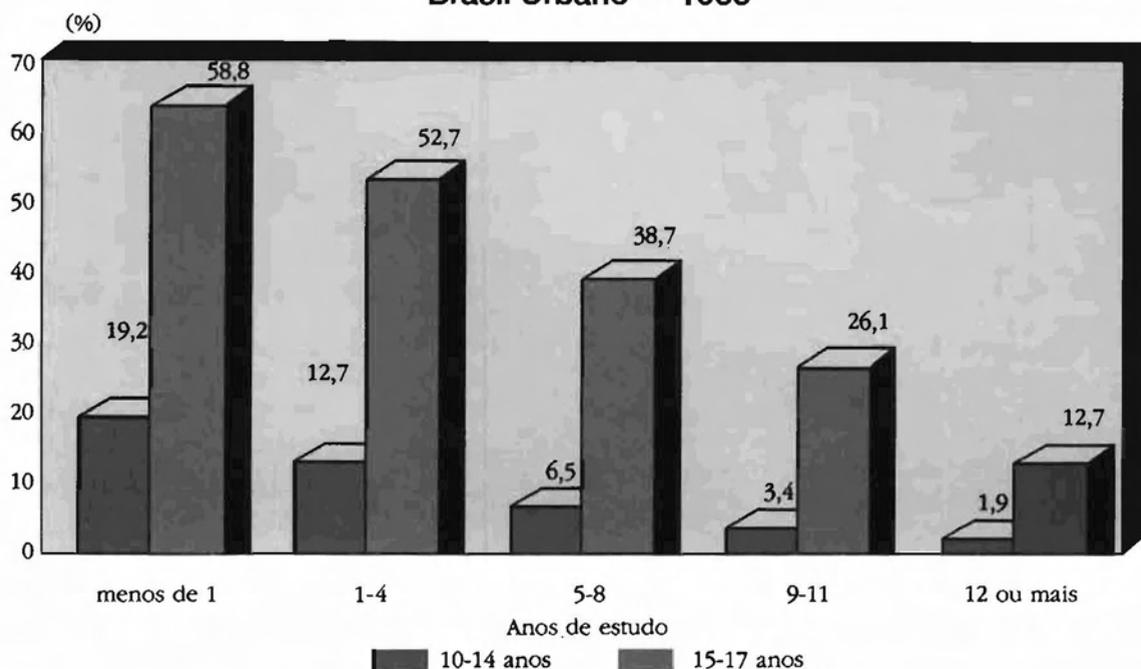


Gráfico 7

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos,  
segundo a educação do pai  
Brasil Urbano — 1988



família, tais como o tipo de atividade produtiva, podem agir como condicionantes do trabalho infanto-juvenil. As diferentes formas de inserção no mercado de trabalho são acompanhadas por diferenças, não apenas no nível da prática, mas também nas síndromes de idéias e valores. Fazem parte dessas síndromes transmitidas no seio da família tanto os valores adequados à reprodução de posições ocupacionais similares, quanto as distintas formas de percepção e de valorização do trabalho infantil por parte dos membros adultos da família.

Um primeiro conhecimento dessas relações pode ser obtido através da análise dos ramos de atividade e das posições ocupadas pelos pais dos menores trabalhadores (Tabela 15). Em primeiro lugar, os dados indicam que nas áreas urbanas não existe uma predominância de ramos de atividade relativa à origem do trabalho infanto-juvenil, ou seja, as taxas de atividade se assemelham nos diferentes setores. Em segundo lugar, as taxas de atividade das crianças e adolescentes divergem sistematicamente quando analisadas no eixo das posições: é entre pais com relações assalariadas informais (sem benefícios previdenciários e sem carteira assinada) que se encontra a maior probabilidade de trabalhar, seguida pelo setor dos conta própria (Painel 3).

Baseando-se nessas informações, pode-se concluir que a posição do pai na ocupação tem uma clara relação com a intensidade com que a população infanto-juvenil é oferecida ao mercado de trabalho.

## 4.2. A estrutura familiar

A família é o espaço social concreto através do qual os diferentes setores sociais conseguem sua sobrevivência e reprodução. Para enfrentar esse desafio e condicionada por particularidades culturais, demográficas, econômicas e políticas, tanto históricas quanto conjunturais, a família assume formas concretas de organização (arranjos familiares). Essa organização expressa-se através de uma unidade cotidiana de práticas e representações, que define e integra os diferentes papéis de cada componente familiar. Sua configuração, portanto, é definida não apenas por suas características demográficas, mas também por elementos simbólicos e pela estrutura das relações entre seus membros.

A disponibilidade — oferta — do trabalho infanto-juvenil reflete uma forma específica de arranjo familiar adotada por determinados setores sociais para conseguir sua sobrevivência. Nesta perspectiva, o fato de uma criança trabalhar ou não, depende, por um lado, da posição que a mesma ocupa na estrutura familiar e da posição que essa família ocupa na estrutura social mais ampla e, por outro, das próprias condições do mercado de trabalho. Diversos trabalhos têm abordado, através de diferentes perspectivas, o estudo das relações entre algumas características das famílias, suas formas de organização e o trabalho das crianças e adolescentes.

## 4.2.1. A presença do pai

Alguns estudos recentes têm mostrado que, para níveis similares de renda, as taxas de inserção dos filhos menores de 17 anos no mercado de trabalho, nas famílias chefiadas por mulheres, são mais altas do que as de qualquer outro tipo de estrutura familiar (Lopes & Gottschalk, 1990). Apesar desse maior esforço familiar coletivo, tais famílias têm dificuldades especiais para superar situações de extrema pobreza. O trabalho mal-remunerado das mulheres, bem como a precariedade do trabalho infanto-juvenil de grande parcela destas famílias, faz com que elas se encontrem em situação de extrema pobreza — 41,0% dessas famílias estão situadas abaixo da linha de pobreza (FIBGE, 1989)<sup>14</sup> — além de serem uma das mais vulneráveis durante os períodos de crise econômica.

Durante a década de 80 esse tipo de família mostrou um crescimento sustentado e significativo. Nas áreas urbanas este crescimento tem sido de mais de 20,0%, sendo que até o final da década, em cidades como Recife, mais de 18,0% das crianças e adolescentes pertenciam a este tipo de estrutura familiar. É especialmente entre as famílias pobres que esta situação adquiriu maiores dimensões. Entre elas, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 15,6% no início da década para 20,2% ao final dela. Em cidades mais pobres, foram atingidos patamares de até 29% (Tabela 16).

Junto com esse crescimento verificou-se também a existência de desigualdades significativas na incorporação precoce dos filhos dessas famílias ao mercado de trabalho. No Gráfico 9 pode-se observar que as desigualdades existentes entre estes dois tipos de estrutura familiar — com ou sem pai — no conjunto das áreas urbanas, acentuou-se nas áreas metropolitanas, especialmente naquelas com maior nível de pobreza. Em Recife, por exemplo, a probabilidade de que as crianças participem do mercado de trabalho é três vezes maior nas famílias sem a presença do pai do que quando ele está presente<sup>15</sup>.

Essas taxas sugerem que cerca de 20% da PEA infantil urbana provêm de famílias sem a presença do pai, sendo que em cidades como Recife essa situação alcança mais de 35,0% das crianças que trabalham. Não obstante, isto não significa que a totalidade dessa força de trabalho infantil seja explicada pela desagregação familiar. Pelo contrário, grande parte desta deve-se aos níveis de pobreza experimentados por essas populações, sendo ela, portanto, a causa última do trabalho infantil.

## 4.2.2. Número de irmãos

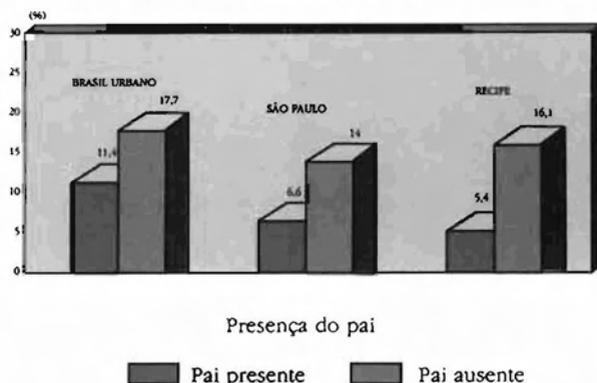
Os arranjos familiares que definem quem trabalha e estuda são afetados não apenas pela fase de ciclo

14. Para São Paulo, Montali (1990) encontrou percentagens ainda maiores para o início da década.

15. Os adolescentes mostram, em contrapartida, uma sensibilidade bem menor à ausência do pai. Em geral, as taxas de atividade diferem em 30% entre os dois tipos de família.

Gráfico 9

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos segundo a presença do pai  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988



vital dos membros da família, como também pelo tamanho da família e, especialmente, pelo número de filhos.

Algumas pesquisas têm mostrado que a criança possui mais probabilidade de ingressar precocemente na força de trabalho quando pertence a uma família nuclear, do que no caso de famílias extensas (Rodgers e Standing, 1981). Isto se vincula à idéia de que as famílias nucleares, sobretudo as de populações pobres, utilizariam seu filho como o único recurso em situações de dificuldades econômicas. Mas, por outro lado, tem sido mencionado que quanto maior a família, maior a percentagem de crianças que trabalham (Boyden, 1989), sendo que os mais afetados seriam os primogênitos.

Alguns desses aspectos que determinam o nível de trabalho infanto-juvenil podem ser mostrados, no caso brasileiro, através das taxas de atividade ordenadas pelo número de irmãos. O padrão observado para o conjunto das áreas urbanas é que, a partir de um irmão, as taxas de atividade são ascendentes até quatro, e daí em diante as taxas tendem a estabilizar-se (Tabela 17, Gráfico 10).

Conclui-se, então, que as oportunidades de trabalhar são maiores à medida que aumenta o número de irmãos (e, portanto, quanto maior for a família), embora esta relação seja válida apenas até determinado ponto, a partir do qual o risco é indiferente ao número de membros da família.

Este padrão se mantém em termos gerais, em contextos urbanos mais específicos, com algumas pequenas diferenças. A sensibilidade ao número de irmãos parece ser um pouco maior em cidades mais pobres, como Recife, enquanto em mercados que oferecem melhores oportunidades para os adolescentes as taxas mantêm a tendência ascendente, sem encontrar ponto de estabilização.

Por outro lado, observa-se que os dados indicam uma tendência de maior trabalho infantil no caso de famílias nucleares, com um filho só. Essa hipótese se verifica especialmente em cidades como São Paulo,

# A ocupação dos pais e o trabalho infanto-juvenil



probabilidade que existe de os filhos se integrarem à PEA não varia muito em relação aos ramos de atividade (indústria, comércio, serviços etc.) em que se encontram seus pais. As taxas de atividade das crianças e adolescentes são bastante similares em todos os setores, sendo que os da prestação de serviços e os da construção civil apresentam níveis mais elevados.

O mesmo não ocorre quando se analisa a participação no trabalho segundo a posição do pai na ocupação (empregado com e sem carteira, ou conta própria). O Gráfico 8 mostra que qualquer que seja o ramo de atividade do pai, as mais altas taxas correspondem aos filhos de pais em relações assalariadas sem amparo trabalhista, sendo mais atingidos os do setor serviços (36,4%).

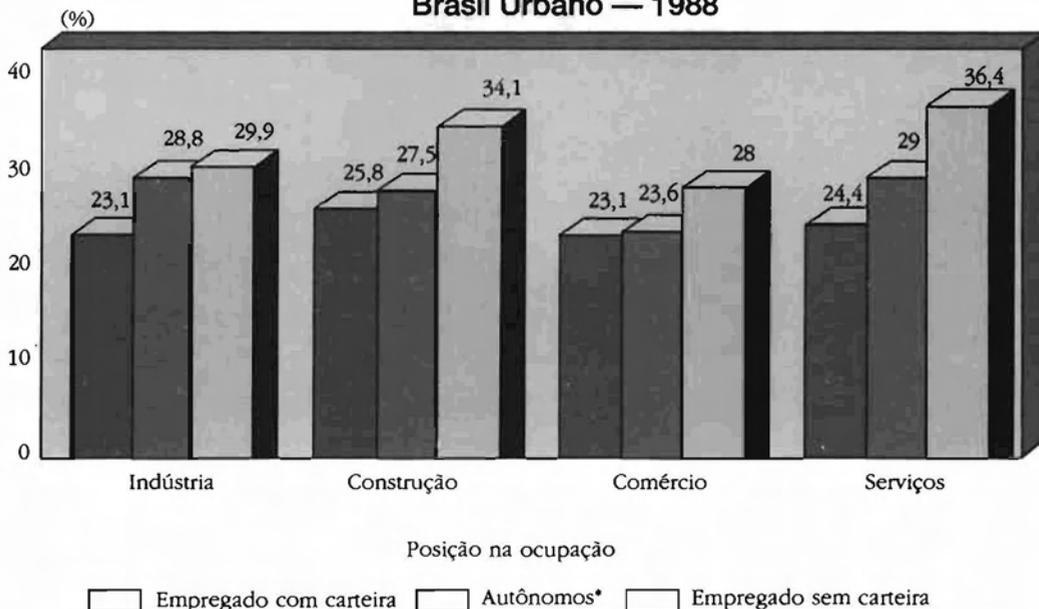
A taxa dos conta própria vem em segundo lugar. É importante indicar que, dada a heterogeneidade desse setor, é provável que uma parcela possa experimentar taxas inclusive superiores

às dos empregados sem carteira. Como consequência dessa distribuição desigual da probabilidade de incorporação ao trabalho, 36% da PEA infanto-juvenil provêm do setor conta própria, embora este ocupe apenas 21% da PEA adulta.

A seqüência indicada no Gráfico 8 não se verifica, entretanto, para qualquer faixa etária, ou mesmo para qualquer contexto urbano. No Brasil urbano como um todo e em cidades como São Paulo, as taxas de atividade dos adolescentes filhos de pais conta própria se igualam às dos assalariados do setor formal da economia (Tabela 15). De fato, essa igualdade pode estar refletindo as condições sócio-econômicas mais favoráveis para o setor de autônomos nesses contextos. Já em Recife ocorre exatamente o contrário com os adolescentes. Para as crianças, também nessa área metropolitana, o padrão se inverte, constatando-se que os conta própria apresentam maiores taxas de atividade para seus filhos em relação às outras categorias ocupacionais.

Gráfico 8

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos segundo setor de atividade e posição na ocupação do pai  
Brasil Urbano — 1988



(\*) Exclusive os "com educação superior".

onde as taxas de atividade dos filhos únicos são muito mais altas do que entre aqueles que possuem até três irmãos.

### 4.2.3. Os filhos e os parentes

Uma parcela não desprezível das crianças urbanas vive com famílias, sem ser filho do chefe da família, mas com algum laço de parentesco. Parte desse contingente expressa uma estratégia de sobrevivência das famílias mais pobres, que consiste no afastamento de alguns de seus componentes para integrar outras famílias com aparentemente melhores condições para conseguir meios de sobrevivência.

É possível detectar aqui outra desigualdade que afeta a infância urbana do Brasil. Os dados existentes mostram que, para o conjunto das áreas urbanas, os níveis de incorporação dessas crianças ao mercado de trabalho, embora sendo superiores, não diferem muito dos atingidos pelos filhos dos chefes de família (Tabela 17). Entretanto, no caso de grandes áreas metropolitanas, o diferencial das taxas de atividade é bastante expressivo. É precisamente neste contexto urbano que se encontra uma proporção maior de famílias migrantes, ou componente de famílias desintegradas no processo de migração, à procura de novas oportunidades de trabalho. De alguma forma, estas diferenças nas taxas de atividade

refletem um maior contingente de crianças migrantes que se integram a famílias já estabelecidas, com o objetivo específico de se incorporar ao mercado de trabalho.

### 4.3. A oferta educacional

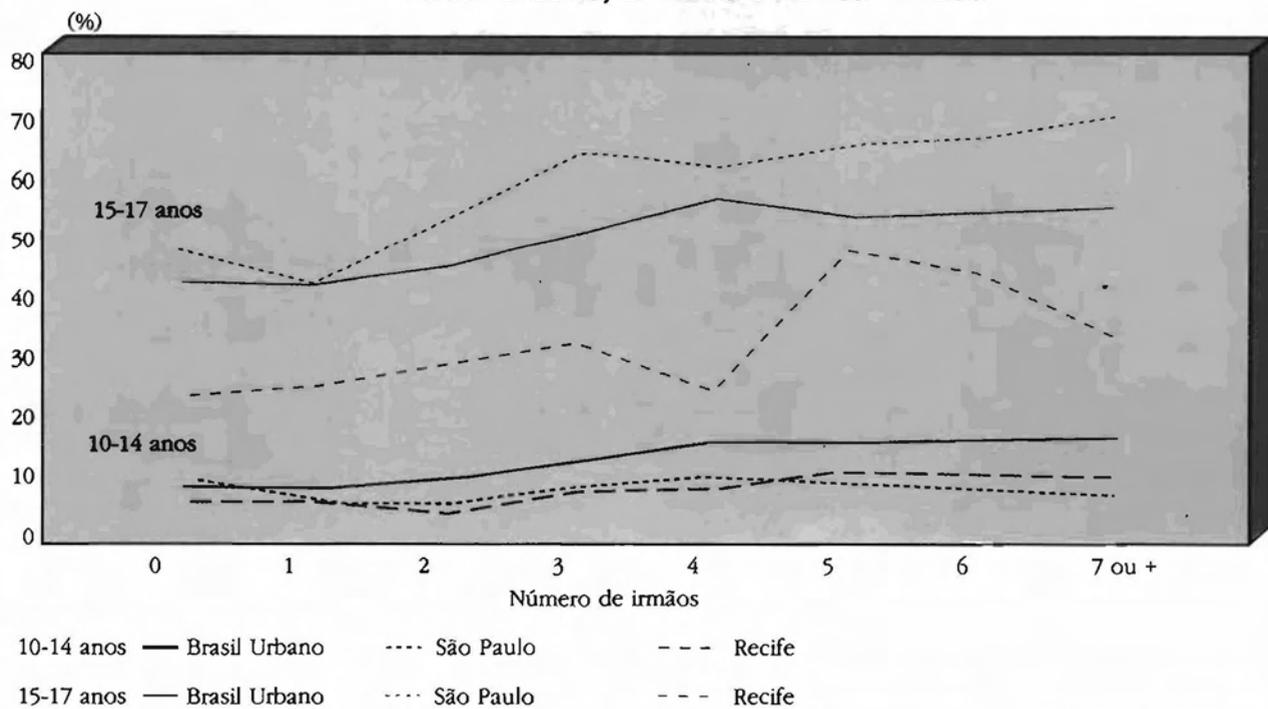
Mesmo dentro de uma perspectiva de conflito, existe um consenso em torno do papel potencial da educação como o principal mecanismo de democratização, de distribuição da renda e de mobilidade social. A educação se desenvolve em um campo conflitante, onde se encontram duas tendências antagônicas: a necessidade de inculcar valores e conhecimentos necessários à reprodução social e econômica de uma sociedade desigual e, ao mesmo tempo, a pressão por uma distribuição de renda mais igualitária, possibilitando maior mobilidade social e uma consciência mais crítica e universal<sup>16</sup>.

Se amplos setores da sociedade são excluídos do acesso à escola, ou a ela incorporados de forma precária e incompleta, a segunda tendência da escola está seriamente comprometida. Os fatores que incidem nessa exclusão têm sido um dos temas mais estudados na literatura de sociologia da educação. De acordo com o esquema conceitual do Diagrama, a decisão dos pais de enviar a criança à escola, ou a do adolescente em frequentá-la, está determinada por duas ordens de fatores:

16. Para uma excelente exposição da tradição deste tipo de enfoque ver Camoy & Levin (1987) e também a bibliografia aí indicada.

**Gráfico 10**

**Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos segundo o número de irmãos Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988**



o esquema de preferências, que decide sobre as relações entre as necessidades presentes e o bem-estar futuro da criança, e as condições de oferta de serviços.

A relação entre a educação e o trabalho se situa, então, no centro do problema da construção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Se a não-frequência ou o abandono escolar estiverem ligados ao “trabalho infantil” como um dos componentes das estratégias de sobrevivência das famílias mais pobres da sociedade, então a escola se transforma num dos principais mecanismos de reprodução da desigualdade social. A exclusão da escola consegue, simultaneamente, negar a distribuição mais igualitária dos valores e legitimar a permanência dessa desigualdade, transferindo para o expulso a responsabilidade por sua situação — incapacidade de cumprir os requisitos “objetivos” da escola — constituindo-se, desta forma, em um mecanismo de reprodução social.

No que diz respeito às relações entre a pobreza e o trabalho infantil, a expansão do sistema educacional tem sido utilizada para interpretar a manutenção das baixas taxas de atividade das crianças, apesar de um empobrecimento significativo da população (Scott, 1982). O estreitamento da possibilidade de trabalhar nos setores econômicos mais modernos (mudanças tecnológicas intensivas de capital e legislação restritiva), bem como as restrições existentes no setor informal e as baixas remunerações, tornam a educação uma opção mais atraente para os pais. Em outras palavras, aumentam os retornos esperados da educação, fazendo com que os pais enviem ou mantenham por mais tempo seus filhos na escola, apesar dos altos níveis e/ou do agravamento da pobreza. A expansão do sistema educacional seria, em parte, um reflexo destas mudanças na estrutura de preferência da demanda.

No Brasil, verificou-se uma pronunciada expansão do sistema educacional durante a década de 80. Efetivamente, a taxa de escolarização da população em idade escolar nas áreas urbanas subiu de 83,8% em 1981, para 89,4% em 1988 (Tabela 18). Entretanto, esse crescimento não foi homogêneo para todas as faixas etárias. De fato, assistiu-se a um grande incremento das taxas entre as crianças de 7 a 9 anos (79,3% para 90,3%), e uma estabilidade nas das crianças de 10 a 14 anos (86,7% para 88,9%). Aquele aumento refletiu, sobretudo, as mudanças etárias ocorridas no ingresso à escola, ou seja, o aumento específico da escolarização aos 7 anos. Assistiu-se, assim, a uma inversão nas ordens de grandeza das taxas de ambas as faixas etárias durante a década.

Por outro lado, é precisamente no início da faixa de 10 a 14 anos em que se acelera a incorporação ao mercado de trabalho, incidindo fortemente o abandono escolar sobre os mesmos. Em resumo, se houve um aumento na valorização da educação durante a década, esta não conseguiu ultrapassar as determinações da pobreza — necessidade de sobrevivência — que obrigam a optar pelo trabalho, quando se chega a uma determinada idade.

A expansão da escolarização das crianças de 7 a 9 anos atingiu com a mesma intensidade a maioria dos diferentes contextos urbanos, salvo algumas exceções, mantendo quase inalteradas as diferenças regionais existentes, embora breves, nas suas taxas. Em São Paulo são mantidas as taxas mais elevadas dessa faixa etária, 92,4%, enquanto em Recife ela chega a 90,0%.

No outro extremo, as taxas de escolarização dos adolescentes das áreas urbanas evidenciam uma es-

tagnação. É importante notar que São Paulo possui níveis de escolarização mais baixos (64,4%) do que os observados em contextos mais pobres e informalizados, como Recife (66,8%). Como já foi referido anteriormente, estas diferenças podem estar refletindo, entre outros fatores, desigualdades significativas nos níveis de atratividade do mercado (oportunidade de emprego e níveis salariais). Pode-se observar, então, a existência de uma realidade aparentemente paradoxal: em contextos mais pobres e informalizados (Recife), os adolescentes encontram-se mais na escola e trabalham menos, enquanto em cidades como São Paulo, com melhor padrão de vida e mercado mais formalizado, eles estudam menos e trabalham mais (ver Capítulo 2 desta publicação).

A expansão dos níveis de escolarização na primeira fase da idade escolar (7-9 anos) também foi experimentada pelos setores mais pobres. Se em alguns contextos, como São Paulo, esse crescimento foi inclusive mais acelerado do que a média urbana, encurtando, portanto, as diferenças por renda, em outros simplesmente acompanhou o ritmo médio, mantendo-se as desigualdades sociais na escolarização das crianças.

Conseqüentemente, até o final da década, a probabilidade desse grupo etário frequentar ou não a escola parece estar claramente associada à sua origem social, medida pela renda e independente do contexto urbano. O Gráfico 11 mostra como as taxas de escolarização são claramente crescentes em função da renda familiar.

Se esta expansão acelerada da escolarização não teve efeitos maiores nos indicadores de resultado foi porque, paralelamente, aumentaram os níveis de abandono escolar, mantendo-se ou ampliando-se assim as diferenças sociais. Em outras palavras, os ganhos aparentes obtidos pelo aumento da escolarização nas populações mais pobres perderam-se pelo subsequente abandono do sistema, em ritmo ainda mais acelerado. A não-permanência no sistema escolar só aumentou entre a população mais pobre durante a década (1981=9,6%; 1988=10,9%), aprofundando-se, portanto, as diferenças sociais (Tabela 19, Gráfico 12).

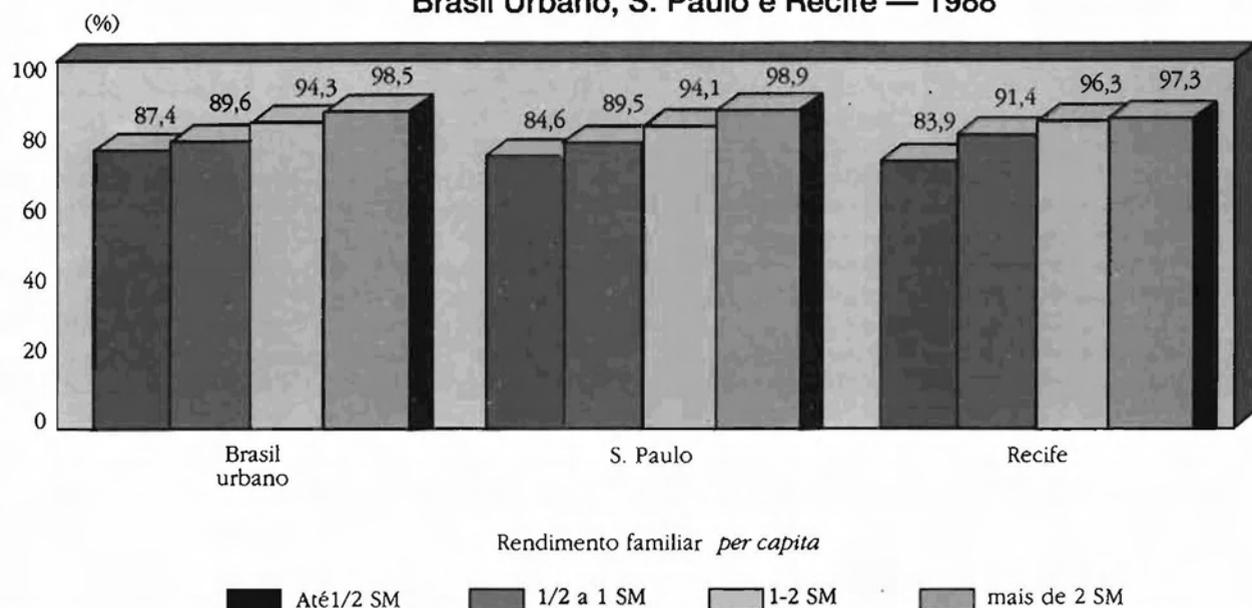
Por outro lado, diferentes contextos urbanos apresentam diferenças significativas. Destaca-se o fato de, por exemplo, as populações menos favorecidas de Recife acusarem os maiores aumentos e os mais altos níveis de expulsão de seus filhos do sistema educacional (1981=8,3%; 1988=10,9%).

De acordo com essa conclusão, e ao contrário do ocorrido na faixa de 7 a 9 anos, as taxas de escolarização das crianças de 10 a 14 anos aumentaram muito levemente durante a década (Tabela 18). De 86,7% no início da década passaram para 88,9% para o conjunto das áreas urbanas, sendo que, em cidades como São Paulo, possivelmente devido à constante imigração de populações não escolarizadas e à dificuldade em conseguir ganhos a partir das taxas já atingidas (92%), não se observou nenhuma mudança. As populações mais pobres, em geral, acompanharam esses crescimentos relativos ou, em alguns casos, como o de São Paulo, diminuíram sua participação no sistema escolar, aprofundando-se, assim, as distâncias sociais existentes.

É possível observar, entretanto, que em cidades como Recife essas distâncias estão ainda mais potencializadas, não tanto pela diferença entre as taxas dos dois ex-

Gráfico 11

Crianças de 10 a 14 anos que freqüentam escola,  
por rendimento mensal familiar *per capita*  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988



tremos da escala de renda, mas pelo fato de a população mais pobre ser proporcionalmente mais numerosa<sup>17</sup>.

### 4.3.1. Estudar e trabalhar

Essa convergência perversa entre o aumento de escolarização e a deserção escolar é, em parte, a expressão da relação maior entre a escola e o trabalho. Os números da Tabela 20 mostram, parcialmente, as dimensões das diferentes formas de inter-relação entre o mundo da escola e do trabalho. Mais precisamente, como se distribuem as crianças e os adolescentes com relação a essas duas dimensões sociais. Novamente, o perfil das crianças e o dos jovens diferem significativamente e, portanto, é conveniente que sejam analisados separadamente.

A distribuição para as crianças mostra, em primeiro lugar, que quase 20,0% delas ou realizam outras atividades conjugadas com a escolar, ou simplesmente estão excluídas da escola. Inclusive a média urbana nacional de dedicação exclusiva à escola está abaixo, não apenas dos valores mais elevados para São Paulo (87,9%), mas também para os de Recife (83,3%), mostrando que outras áreas metropolitanas, ou ainda, cidades de médio e pequeno porte, estão comprometendo mais intensivamente a dedicação exclusiva da infância à educação plena.

Em segundo lugar, observa-se que em geral a maioria dos que trabalham também estudam, embora isto não seja tão marcante em cidades como Recife. Finalmente, é importante notar que uma parte não

desprezível da infância urbana (6,5%), mais freqüente ainda em cidades como Recife (9,4%), dedica-se exclusivamente a afazeres domésticos ou a nenhuma atividade, pondo em destaque a contribuição da criança a uma das estratégias de sobrevivência familiar: a liberação da força de trabalho adulta, ao cobrir a criança as necessidades próprias do lar (Painel 1).

Já no caso dos adolescentes, a primeira característica a destacar são os menores níveis de dedicação exclusiva ao estudo, sendo estes muito mais evidentes em São Paulo do que em Recife. Naquela cidade a maioria dos adolescentes trabalha (mais de 52,0%), sendo que a metade destes realiza simultaneamente atividades escolares (25,8%). Já em Recife, a distribuição dos que trabalham sugere um leve predomínio da dedicação exclusiva, ao mesmo tempo em que mostra maior nível de incompatibilidade entre o trabalho e a escola. Finalmente, destaca-se outra vez a presença expressiva de um contingente de jovens que se encontram excluídos do sistema educacional, com dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, cumprindo, possivelmente, um papel de apoio ao lar, permitindo a liberação da força de trabalho adicional nas famílias.

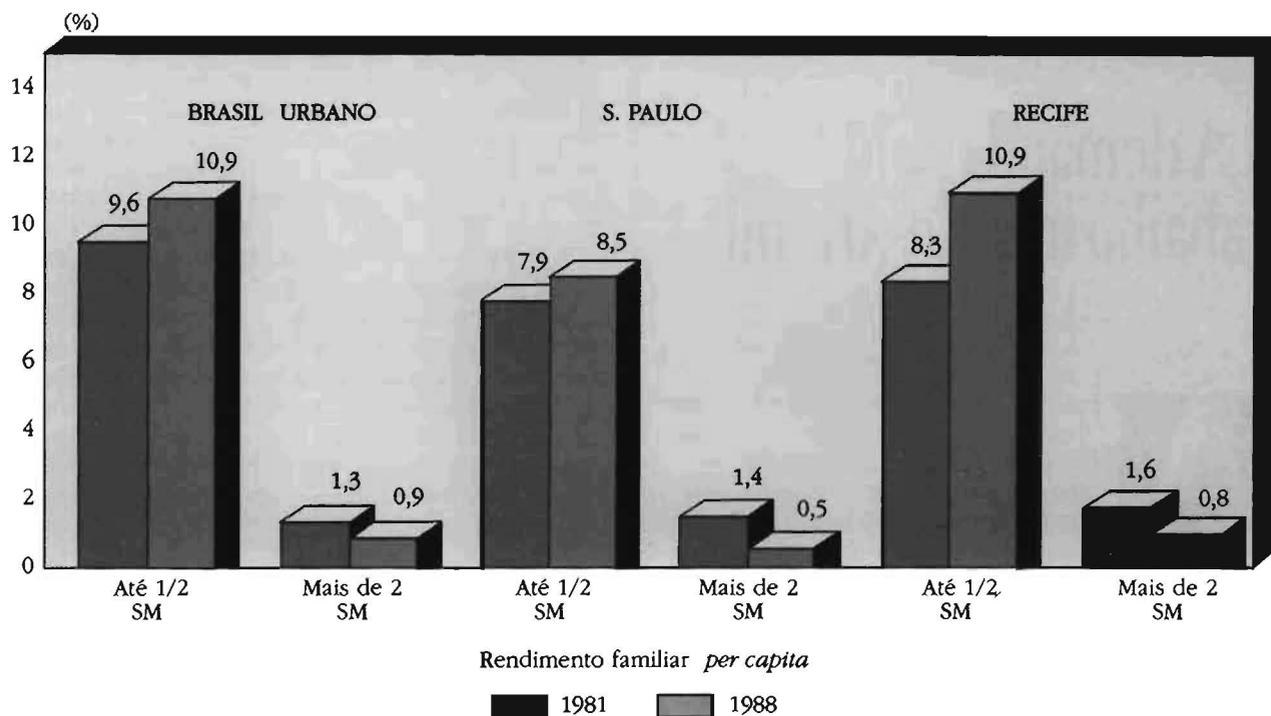
Esta situação é particularmente relevante em Recife, onde se pode levantar a hipótese desta maior dificuldade para entrar no mercado de trabalho, especialmente no caso das meninas. O predomínio do mercado informal — principalmente o trabalho de rua — inibe a saída da menina, ao que se adiciona os baixos rendimentos, que não estimulam sua participação no mercado.

Em resumo, pode-se afirmar que grande parte das crianças que trabalham está na escola, em qualquer dos contextos urbanos estudados, e que uma parcela importante dos excluídos do sistema escolar encontra-se no lar, cumprindo papéis de apoio à sobrevivência

17. Apesar de grande diferença entre Recife e São Paulo no tamanho da população, as taxas de 83,9% e 84,6% de escolarização significam, respectivamente, que 35 mil crianças pobres estão fora da escola, em ambas as cidades.

Gráfico 12

Crianças de 10 a 14 anos que não freqüentam escola mas já freqüentaram, por rendimento familiar *per capita* Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1981 e 1988



familiar. Esta conclusão fica ainda mais evidente entre os adolescentes, especialmente nas áreas mais pobres e informalizadas.

Este perfil das relações entre a escola e o trabalho pouco mudou durante a década. O fato de a expansão do sistema educacional não haver afetado mais as crianças maiores de 10 anos e os adolescentes se expressa através das pequenas variações nas distribuições desde o início da década de 80. A dedicação exclusiva à escola, por outro lado, manteve-se constante entre as crianças, enquanto entre os adolescentes ela apresentou tendência de queda, vinculada especialmente às flutuações da economia e do mercado de trabalho. De fato, entre os adolescentes isto expressou maior sensibilidade às condições de atratividade e oportunidade no mercado de trabalho.

#### 4.3.2. O trabalho e a permanência na escola

De acordo com o observado anteriormente, as relações entre a pobreza, a necessidade de trabalhar e a freqüência à escola se dão não apenas através da exclusão mútua, mas também através de relações de inclusão, embora de formas socialmente muito desiguais. Tem sido também objeto da literatura o efeito específico que o trabalho possui sobre a incorpora-

ção, a permanência e o êxito na escola<sup>18</sup>. A entrada tardia à escola, os freqüentes abandonos temporários, a repetência, o atraso etário com relação à série e, finalmente, a expulsão definitiva, constituem fases recorrentes do caminho escolar — estigmatizante e corrodor da auto-estima do menino carente e trabalhador.

Este caminho sinuoso expressa o caráter dinâmico das relações entre a escola e o trabalho, onde persistem simultaneamente a necessidade do trabalho com o desejo de completar o caminho escolar socialmente consagrado, desejo reforçado pelo fato de a maioria dessas atividades produtivas não qualificarem e, portanto, serem inúteis como mecanismos de promoção social<sup>19</sup>.

Dados disponíveis para as áreas urbanas do Brasil indicam que a exclusão escolar afeta especialmente o menino trabalhador. Adicionalmente, existe um grave

18. Para uma revisão da literatura existente no país sobre o tema, ver Pires (1988).

19. A maioria das pesquisas de campo sobre o menino trabalhador encontra uma forte valorização e reconhecimento da escola, bem como o desejo de retomar a freqüência à mesma, junto com a percepção negativa do trabalho realizado quanto às possibilidades de desenvolver habilidades e competências socialmente valiosas. Por outro lado, verifica-se que a maioria dos adolescentes e uma grande parte das crianças trabalhadoras não freqüentam a escola [ver Ferreira (1983), Melo (1986), Spindel (1985), IPLAN (1980), Pires (1988) e a bibliografia neles citadas]. Adicionalmente, estas pesquisas chegam à conclusão de que não existe relação entre o tipo de trabalho desempenhado pela criança — formal/informal — e a freqüência à escola, sendo que qualquer tipo de trabalho a afeta igualmente (Pires, 1988).

problema no conjunto do sistema educacional, posto em relevo pelo alto nível generalizado de inadequação série/idade. Entretanto, este problema afeta também mais intensamente a criança trabalhadora, sobretudo aquela que mora em contextos urbanos com maior pobreza e falta de infraestrutura. Conseqüentemente, a criança trabalhadora vai mais à escola, e o faz mais na série adequada em São Paulo do que em cidades como Recife (Painel 4).

## 5. A demanda pelo trabalho infanto-juvenil

**A** extensão da incorporação da criança e do adolescente ao mercado de trabalho está vinculada a dois fatores de atração: a informalidade e o nível salarial. Do primeiro depende a maior ou menor facilidade de ingresso de amplos contingentes de crianças sem qualificação no mercado de trabalho e, do segundo, a decisão de trabalhar, frente a outras possíveis opções. Estudos realizados nesta área têm acentuado, por vezes, o grau de informalidade no Brasil como sendo o principal facilitador do trabalho infantil e, outras vezes, têm enfatizado os diferenciais de rendimento como explicação para as variações nas taxas de atividade. O enfoque aqui adotado é o de que estes dois fatores agem combinados, mas com predomínio de um deles, segundo a faixa etária (criança ou adolescente) e o contexto do mercado em questão.

Desta forma, é possível caracterizar o trabalhador infanto-juvenil pela sua forma de inserção na estrutura produtiva — ramos de atividade e posição na ocupação —, pelos tipos de atividade que desempenha — ocupações —, por seu custo e por seu nível educacional.

### 5.1. O trabalho infanto-juvenil na estrutura produtiva

A grande maioria dos ocupados de 10 a 17 anos no Brasil urbano de 1988 encontrava-se no setor terciário, concentrada principalmente na prestação de serviços, no comércio e em "outras atividades" (Tabela 23). Não obstante, a indústria de transformação também registrou uma razoável concentração desta força de trabalho.

Por sua vez, São Paulo e Recife apresentavam perfis bastante diferenciados. Enquanto na primeira região a concentração estava na indústria de transformação (31,7%), na segunda, a maioria das crianças en-

contrava-se engajada em atividades de prestação de serviços (35,4%). Adicionalmente, em São Paulo encontrava-se um contingente expressivo de crianças trabalhando no setor de serviços auxiliares à atividade econômica.

É importante destacar que os menores em São Paulo estavam ocupados com a mesma intensidade que os adultos na indústria de transformação (31,7% e 32,8% respectivamente), sendo que a diferença entre os dois grupos etários estava justamente na concentração da PEA infanto-juvenil no setor de comércio.

Também em Recife, adultos e menores estavam ocupados na indústria com a mesma intensidade<sup>20</sup>. No entanto, a ênfase maior estava na ocupação dos menores em serviços pessoais (35,4% contra 24,8% para os adultos).

Adicionalmente, a "posição na ocupação" das crianças e adolescentes permite extrair algumas conclusões sobre a formalidade/informalidade desse trabalho até fins da década de 80. Em primeiro lugar, o trabalhador infanto-juvenil da área urbana é principalmente assalariado. A soma do trabalho por conta própria e sem remuneração (trabalho "familiar", em sua maior parte) chega a apenas 15%, embora seja bastante mais expressivo em crianças quando comparado com adolescentes: 22,5% e 11,2%, respectivamente (Tabela 23).

A comparação com os adultos desmistifica também a crença de que àquele grupo etário estaria reservado apenas o segmento não assalariado do mercado de trabalho. Em 1988, cerca de 85% das pessoas de 10 a 17 anos era empregada, ao passo que a proporção das de 10 anos e mais na mesma situação era de 71%. A grande diferença se situa no fato de que a maioria das crianças e jovens se encontrava numa relação trabalhista desprotegida, sem carteira assinada (59,7%), enquanto entre os adultos esta situação era menor (25%).

Essa imagem geral da área urbana oculta fortes diferenças em cada contexto de mercado de trabalho. Assim, quando se compara São Paulo com Recife, observa-se que, embora o trabalho assalariado continue sendo a situação mais freqüente (94,0% e 74,8% respectivamente), tanto para as crianças como para os adolescentes, os níveis de informalidade são muito distintos (Gráfico 14). Enquanto em São Paulo mais da metade das crianças e adolescentes trabalha numa relação assalariada formal, em Recife menos de 10% se encontra nessa situação. Evidentemente, esta distribuição varia de crianças para adolescentes, mas a diferença entre regiões se mantém: em São Paulo quase 35% das crianças trabalham com carteira assinada, enquanto em Recife estas são praticamente inexistentes.

Vale a pena destacar que o conjunto do trabalho por conta própria com o não-remunerado é bastante reduzido em São Paulo, ao passo que em Recife e em outras áreas com características similares ele representa um quarto da força de trabalho das crianças e adolescentes, com diferenças etárias previsíveis, onde

20. Dados da Pesquisa Mensal de Emprego, no entanto, apontam para uma situação contraditória nessa cidade, onde a proporção de crianças na indústria de transformação é bem inferior à dos adultos (10,5% e 19,5% respectivamente).

# O trabalho e a defasagem escolar

**A** comparação entre as crianças e os adolescentes trabalhadores e não-trabalhadores, com base em duas dimensões que sintetizam caminhos convergentes no sistema escolar — exclusão e inclusão inadequadas —, destaca claramente as desigualdades sociais existentes na área urbana.

Com relação ao primeiro aspecto, observa-se que a maioria das crianças urbanas que trabalham freqüenta a escola (61%) (Tabela 21). Entretanto, 39% delas estão excluídas do sistema, enquanto entre os não-ocupados, apenas 8,0% não freqüentam a escola. Nestes, estão incluídos também àqueles que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos e que não são computados entre os ocupados.

O segundo aspecto é a defasagem escolar, que sintetiza um conjunto de situações conflitantes no interior do sistema escolar, conduzindo finalmente à expulsão da criança. Observa-se em geral que, trabalhe ou não, seus níveis de inadequação série/idade são muito altos. Em São Paulo, por exemplo, entre as crianças que não trabalham o índice de inadequação se situa acima de 63,0%. De alguma forma, isto expressa não apenas os elevados níveis de pobreza de grandes contingentes da população, mas também os próprios problemas do sistema escolar em dar respostas eficazes face a esta situação generalizada.

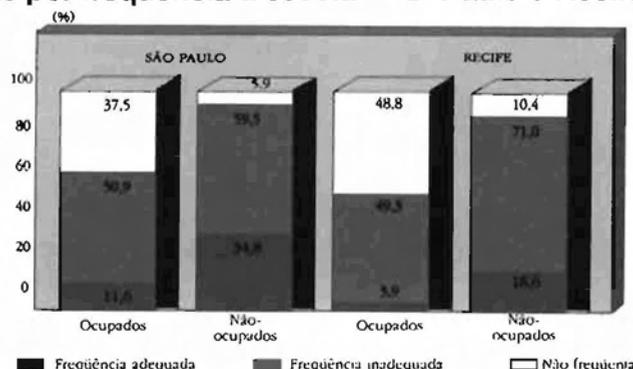
Mas, ao mesmo tempo, a situação do menino

trabalhador é ainda mais grave quando comparada à daqueles que não trabalham. Do total das crianças que freqüentam a escola e trabalham, mais de 84% estão, no mínimo, atrasadas em uma série para sua idade. Esse impacto negativo se confirma em qualquer contexto urbano, embora em Recife os números indiquem uma situação ainda mais extrema. Do total de ocupados, apenas 3,9% freqüentam a escola na série adequada, enquanto entre os não-ocupados esta situação ascende a 18,6% (Gráfico 13). Em São Paulo, ainda que as diferenças se mantenham, as percentagens são notavelmente superiores (11,6% e 34,8% respectivamente). Os dados levariam à constatação, por outro caminho, de que qualquer que fosse o contexto urbano, o trabalho estaria operando como um mecanismo conflitante com o sistema escolar, promovendo maiores defasagens e exclusão<sup>1</sup>.

Nos adolescentes verifica-se o mesmo padrão do comportamento, no que diz respeito às desigualdades entre os diferentes grupos. É possível observar, entretanto, que os níveis de não-freqüência à escola e a defasagem série/idade nos adolescentes trabalhadores são muito mais pronunciados do que nas crianças (Tabela 21). Isto reflete tanto o abandono definitivo da escola por amplos contingentes de jovens que acabaram o primeiro grau, como a defasagem acumulada no decorrer de todo este ciclo. Mesmo entre os que não trabalham se observa idêntico comportamento<sup>2</sup>.

Gráfico 13

Crianças de 10 a 14 anos ocupadas e não-ocupadas por freqüência à escola — S. Paulo e Recife — 1988

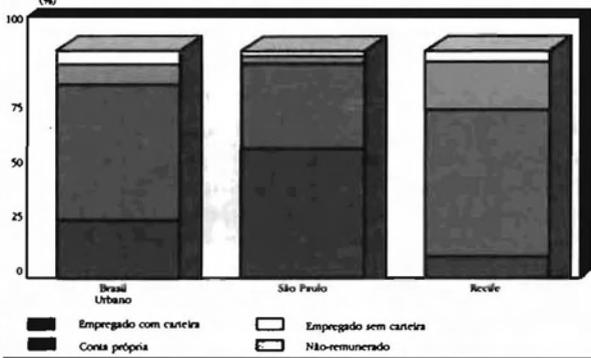


1. A constatação deste fato para o Brasil urbano não implica na rejeição de certas propostas metodológicas, socialmente válidas, para a vinculação efetiva entre o trabalho e a escola.

2. É preciso recordar que os não-ocupados incluem não só os que realizam exclusivamente afazeres domésticos — parcela relativamente importante desta faixa etária — como os "desempregados", que não foram excluídos desta agregação.

Gráfico 14

**Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas,  
por posição na ocupação  
Brasil Urbano, S. Paulo e Recife — 1988**



as crianças são mais frequentes que os adolescentes<sup>21</sup>.

Coerentemente, em São Paulo há uma maior proporção de adultos do que de menores trabalhando por conta própria (14,6% e 2,6% respectivamente). Em compensação, a proporção de crianças e adolescentes trabalhando sem carteira assinada e sem remuneração (39,4%) é bem superior à dos adultos (18,7%), sendo que a inserção de ambos no mercado formal — com carteira assinada — é muito similar (62% e 57%).

Já para Recife, a proporção de trabalhadores por conta própria é bastante semelhante para adultos e menores (23,0% e 20,7%), bem como a de trabalhadores assalariados (73,0% e 74,0%). No entanto, a percentagem de crianças e adolescentes com registro em carteira é muitíssimo inferior à de adultos (9,9% e 49,3%, respectivamente).

É, portanto, impossível definir uma imagem homogênea acerca das características do trabalho infanto-juvenil para o conjunto das áreas urbanas do Brasil. Pelo contrário, surge com clareza a existência de formas de inserção muito diferentes em cada mercado de trabalho urbano, sendo que em São Paulo a maioria desse trabalho se dá em relações formalizadas (relações empregatícias com carteira)<sup>22</sup>, enquanto em contextos como Recife, cerca de 90,0% ou mais encontra-se no setor informal (conta própria e assalariados sem carteira).

Finalmente, é importante destacar que a frequência relativa desses dois padrões varia em função dos ramos

21. A idéia de que a grande maioria das crianças trabalhadoras encontra-se no setor informal (entendido como trabalho por conta própria ou familiar) e não é registrada nas estatísticas oficiais, provém de dois fatos possíveis. O primeiro, de generalizar resultados de pesquisas sobre crianças que se encontram trabalhando na rua. Obviamente, este tipo de amostra tem um viés específico para o setor informal e, em consequência, superdimensiona-o. O segundo se refere ao conceito de "informal". Embora a princípio se concorde que as pesquisas populacionais clássicas subestimam o setor informal, também é certo que parte do mesmo — dependendo do conceito utilizado — está registrado nessas estatísticas.

22. É impossível notar que grande parte do trabalho "formal", como está sendo aqui definido, realiza-se em pequenas e médias empresas (Spindel, 1984). Segundo a abordagem conceitual exposta anteriormente no Tópico I, ele deveria ser considerado igualmente informal. Não obstante, neste item a medição continua sendo correta, na medida em que enfatiza as condições de trabalho do menor do ponto de vista do reconhecimento de sua condição de trabalhador e dos direitos que lhe são próprios.

de atividade. O primeiro, independente do contexto urbano, ocorre sobretudo na indústria de transformação; entretanto, cerca de metade das crianças e dos adolescentes urbanos ocupados na indústria de transformação trabalham por relações informalizadas, enquanto em Recife esta proporção dobra. O segundo é observado principalmente no ramo da prestação de serviços, sendo que, numa cidade como Recife, os conta própria se concentram nas atividades de comércio (Tabela 24).

## 5.2. A evolução durante a década

Comparando o perfil atual do trabalho da criança e adolescente no conjunto das áreas urbanas com o que existia no início da década, não se observam grandes diferenças. A distribuição da PEA infanto-juvenil segundo ramos de atividade (Tabela 23) e posição na ocupação (Tabela 22), no ano de 1988, não diferia muito de 1981, além de uma pequena tendência à queda nas atividades "não-remuneradas".

Não obstante, esta aparente semelhança oculta novamente algumas mudanças significativas ocorridas nas formas de inserção da criança e do adolescente no mercado de trabalho em diferentes contextos urbanos. Enquanto em São Paulo, verifica-se uma tendência à formalização, através da queda dos assalariados sem carteira e dos sem remuneração, em Recife a tendência é oposta: embora se mantenha a última categoria, existe um aumento expressivo do setor conta própria. Portanto, a aparente estabilidade do padrão formalidade/informalidade do trabalho infanto-juvenil em nível do país é o resultado de dois processos divergentes na estrutura heterogênea do mercado de trabalho: enquanto em algumas áreas se verifica um processo de formalização, em outras ocorre o inverso, especialmente pelo aumento expressivo do setor conta própria.

Através da análise do crescimento das diferentes posições na ocupação, é possível também confirmar essa conclusão. Conseqüentemente, São Paulo presenciou durante a década de 80 maior crescimento do setor formal (com carteira = 3,40%), enquanto o informal não cresceu no mesmo ritmo da ocupação (2,39%). Já em Recife, as crianças e adolescentes com carteira apresentaram crescimento negativo (-3,35%), enquanto os diferentes segmentos informais ou acompanharam a dinâmica ocupacional (sem carteira = 2,42%) ou alcançaram níveis bem superiores, como é o caso dos conta própria (14,13%) (Tabela 24).

Este resultado, entretanto, não reflete um comportamento linear durante o período. Pelo contrário, o trabalho infantil é afetado, da mesma forma que os demais segmentos, pelas oscilações que se verificaram na economia durante toda a década. Mais ainda, as evidências indicam que este segmento é mais sensível que os demais, tanto em relação às crises quanto aos períodos de recuperação.

O impacto das crises sobre a informalização do mercado de trabalho da criança e do adolescente adquire características distintas nos dois contextos urbanos

considerados. Em São Paulo, durante a primeira crise (1981/83), a informalização se caracterizou pela migração de contingentes de trabalhadores assalariados formais para informais, já que o crescimento destes últimos neste período superou largamente o incremento médio da ocupação (6,61%). Durante o segundo período de estagnação econômica (1986/88), a expulsão parece ter ocorrido principalmente no setor assalariado não formal (-11,81%), sendo que o formal decresceu bem menos que o conjunto das ocupações (-0,90%).

Em Recife, a mudança no nível de informalização durante a primeira crise significou a passagem do assalariado formal para o setor conta própria (17,0%), já que os sem carteira continuaram decrescendo, embora não tão intensamente quanto o formal. No segundo período, ao contrário, o maior incremento relativo ocorreu entre os conta própria (12,32%), ainda que os empregados com e sem carteira tenham crescido acima da média da ocupação, o que foi possível em função da queda do trabalho infantil não-remunerado.

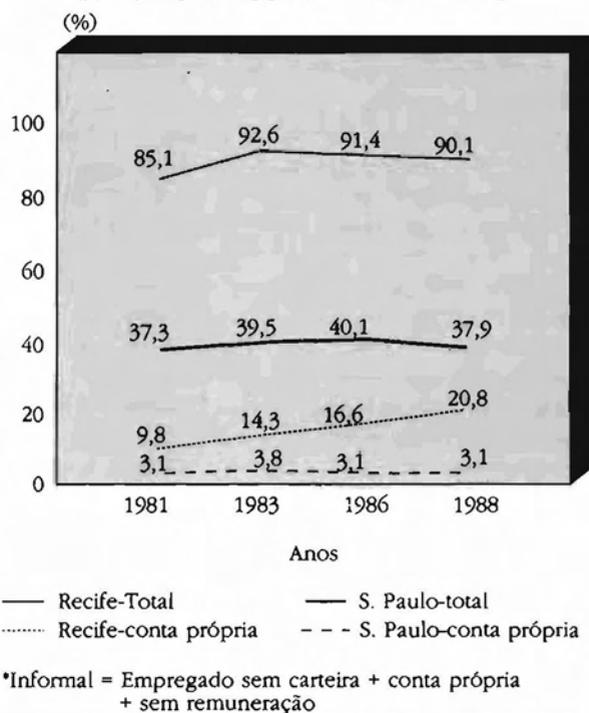
Uma imagem sintética do que ocorreu durante a década com a informalização do trabalho infanto-juvenil pode ser obtida através da evolução dos trabalhadores sem carteira e conta própria nesses anos (Gráfico 15). Em resumo, pode-se aceitar a hipótese de que em locais como São Paulo ocorreram processos de informalização procíclicos, afetando, principalmente, o trabalho assalariado formal, embora no final da década houvesse ocorrido uma tendência à retomada dos níveis iniciais de informalização. Já em contextos como Recife, os níveis de informalização foram aparentemente mantidos, sustentados principalmente pelo aumento do trabalho autônomo.

### 5.3. As ocupações

A distribuição da força de trabalho infanto-juvenil segundo o tipo de atividade desempenhada concretamente no mercado de trabalho varia também nos diferentes contextos urbanos. A comparação entre as ocupações de crianças e jovens nas regiões metropolitanas de São Paulo e Recife sugere a existência de dois padrões distintos. Dados da PME para 1989 indicam que as atividades mais freqüentes, tanto para as crianças quanto para os adolescentes, eram as de contínuos e auxiliares de escritórios, seguidas por aquelas vinculadas ao comércio (vendedores) e o trabalho doméstico. Em Recife, ao contrário, esta última ocupação era a mais freqüente, tanto para as crianças quanto para os adolescentes. Uma outra categoria ocupacional — “trabalhador braçal” — agregando tipos de ocupações menos qualificadas, aparecia como a segunda mais freqüente e, em terceiro lugar, as atividades de comércio por conta própria, enquanto as atividades de contínuos e auxiliares de escritório não tinham nenhuma expressividade. Conseqüentemente, o trabalhador infanto-juvenil de São Paulo ocupa com mais freqüência posições que exigem mais altos níveis de qualificação, ou simplesmente mais educação escolar, que os de Recife, onde as ocupações informais menos qualificadas predominam.

Gráfico 15

### Evolução do trabalho informal\* das pessoas de 10 a 17 anos S. Paulo e Recife — 1981-1988



Por outro lado, as pesquisas sobre meninos trabalhando na rua, as quais descrevem, portanto, com maior precisão, os tipos de atividade que crianças e adolescentes realizam nesse setor informal, têm sido convergentes no sentido de registrar como principais ocupações as de vendedores de rua, engraxates, vigias e lavadores de carro, e outras como carregadores de feiras e supermercados, catadores de papel e “ferro-velho” (ver Capítulo 5 desta publicação).

### 5.4. O custo do trabalhador infantil

A “construção social de uma hierarquia etária”, onde são legitimadas as relações desiguais entre adultos e crianças, se expressa na forma de discriminação salarial imposta às crianças e adolescentes. Isto ocorre porque, entre outros fatos, no nível das empresas é generalizada a idéia de que o trabalho infantil é complementar ao do adulto e, conseqüentemente, sua remuneração também. Uma segunda razão é a de encarar esse trabalho como sendo menos eficiente que o realizado pelos adultos.

Uma análise genérica demonstra que as remunerações do trabalho das crianças e adolescentes são sistematicamente inferiores às do adulto (Tabela 25). O va-

lor percebido pela faixa etária de 10 a 17 anos é três vezes inferior ao das pessoas de 10 anos e mais, sendo as crianças de 10 a 14 anos as mais discriminadas, percebendo em média apenas 20% do valor pago aos adultos. Enquanto para o Brasil urbano, em 1988, pouco mais de 15% das pessoas ocupadas de 10 anos e mais recebiam até um salário-mínimo, na faixa de 10 a 17 anos este percentual atingia cerca de 78%, sendo que na faixa de 10 a 14 anos ultrapassava os 90% (Tabela 26).

A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, expressa pelas disparidades inter-regionais no seu nível de desenvolvimento e na sua modernização, explica o subemprego e os baixos níveis de renda da força de trabalho (Jatobá, 1988). Na região metropolitana de São Paulo, em 1988, cerca de 7,7% das pessoas de 10 anos e mais percebiam até um salário-mínimo, enquanto em Recife esta proporção atingia quase 36%. Também aí as crianças e os adolescentes são mais penalizados<sup>23</sup>, recebendo 91% deles até um salário-mínimo, enquanto São Paulo registrava índices quase pela metade (43%).

As políticas econômicas implementadas e as condições do mercado de trabalho não foram capazes de reverter substancialmente a situação diferencial que crianças e adolescentes enfrentaram durante a década. O rendimento médio mensal total das pessoas de 10 anos e mais manteve-se estabilizado no período 81/88, o mesmo ocorrendo para a faixa de 10 a 17 anos<sup>24</sup>.

O crescimento na proporção de crianças e jovens que auferem os menores rendimentos (até um salário-mínimo), ao passo que uma parcela dos adultos tem migrado para níveis superiores de rendimento, é outro indicador da posição diferencial que estes grupos etários enfrentam no mercado de trabalho (Tabela 26).

Alguns estudos têm indicado também que à cor encontram-se associadas variáveis sócio-econômicas que determinam a forma de inserção dos indivíduos no processo produtivo, evidenciando situações de desigualdade entre os grupos sociais de cor branca e negra (Chaia, 1986).

Dados da PNAD para 1988 informam sobre as diferenças salariais observadas em função da cor das crianças e jovens. A discriminação salarial se manifestava de forma muito nítida em Recife, onde 20% das pessoas brancas de 10 a 17 anos recebiam até 1/4 do salário-mínimo, enquanto esta proporção ascendia a 45% quando o rendimento se referia aos menores de cor preta. Esta informação vem confirmar o que já tem sido apontado em alguns estudos, ou seja, à cor estão associadas questões como baixa escolaridade e menor qualificação, em função do maior nível de pobreza.

As remunerações obtidas em função do número de horas trabalhadas é outro importante indicador que ca-

racteriza a posição que crianças e adolescentes ocupam na disputa pelo mercado de trabalho. Para o trabalho infanto-juvenil, no conjunto do Brasil urbano, melhores remunerações só ocorrem com um aumento significativo no número de horas trabalhadas, ou seja, quando a jornada de trabalho passa de 40 horas por semana. Esta situação se dá com mais evidência justamente na faixa etária mais frágil — 10 a 14 anos. Para os adolescentes, por outro lado, há uma correlação mais estreita entre o aumento nas horas trabalhadas com o aumento dos rendimentos, expressando, desta forma, maior reconhecimento monetário pelo trabalho realizado.

As diferenças etárias nos perfis de remuneração dependem também das peculiaridades de cada mercado. Em São Paulo, as remunerações de adultos e crianças segundo cargas horárias não possuem diferenciais muito acentuados. Enquanto 65% das crianças e 32% dos jovens com 20 horas de trabalho recebiam até 1/2 salário-mínimo em 1989, somente 15% das pessoas de 25 a 39 anos tinham idêntica remuneração (Tabela 27). Em Recife, por outro lado, as desigualdades sofridas pelas crianças e pelos adolescentes são maiores, na medida em que é mais baixa a sensibilidade das remunerações ao acréscimo no número de horas trabalhadas.

Em áreas mais carentes, dobrar o número de horas trabalhadas para as crianças de 10 a 14 anos não as levará para níveis salariais muito superiores. Os pequenos trabalhadores, ao contrário dos adolescentes, possuem um patamar superior quase rígido em seus níveis de rendimento, que pouco se modifica, não apenas no decorrer do tempo, mas também em função de outras variáveis, tais como o aumento de trabalho. Portanto, ser trabalhador menor em regiões pobres é ser duplamente discriminado.

Outra questão que se coloca é saber se, de fato, e até que ponto a educação formal se reflete sobre o aumento dos rendimentos do trabalho infanto-juvenil. Uma longa tradição de pesquisas em países desenvolvidos tem sido convergente na idéia de que a escolaridade — os anos de estudo — tem um efeito muito forte sobre o *status* ocupacional e a renda<sup>25</sup>. Menos evidente e convergente resultaram no Brasil os esforços para esclarecer qual a proporção dos aumentos relativos da renda que se devem à habilidade e competência cognitiva adquiridas durante a escolarização, e qual ao reconhecimento social dos valores adquiridos na escola e, especialmente, nas famílias de origem.

Esta última questão se relaciona também à constatação de que, mesmo em países desenvolvidos, o mercado de trabalho está formado por segmentos ocupacionais aos quais têm acesso mais freqüentemente populações com determinadas características, sendo a escolarização um dos principais mecanismos de seleção. Alguns destes segmentos ocupacionais seriam discriminados e, em conseqüência, variações nos níveis de escolarização de seus componentes não se refletiriam em diferenças significativas de rendimento.

Este parece ser o caso das crianças trabalhadoras nas áreas urbanas. Em São Paulo, possuir o primeiro grau parece não influir muito na melhoria de seu rendimento. A mesma situação ocorre de forma mais intensa em Recife, onde 76,1% das crianças que nunca freqüenta-

23. Algumas pesquisas realizadas com crianças trabalhando na rua no setor informal (Pires (1988), Myers (1989)) encontraram seus rendimentos muito elevados, às vezes maiores que os do setor mais formalizado. Poder-se-ia sugerir que o nível de rendimento do setor informal estaria subestimado nas PNADs, na medida em que nelas o mesmo se encontra subenumerado. Mas, por outro lado, não é aceitável pensar que níveis superiores de rendimento não seriam reportados pelas próprias famílias nessa pesquisa domiciliar.

24. Estudos recentes, no entanto, utilizando diferentes deflatores, mostram que no decorrer da década os rendimentos médios apresentaram algumas oscilações, com tendência de queda, acompanhada de maior concentração na renda, até o final da década (Hoffmann, 1990).

25. Para uma revisão das principais pesquisas sobre este tema nos Estados Unidos, ver Carnoy & Levin (1987).

ram a escola recebem até 1/2 salário-mínimo, enquanto permanecem no elevado patamar de 70,5% daquelas que possuem o primeiro grau, com o mesmo rendimento (Tabela 28). Desta forma, a criança faz parte de um segmento ocupacional onde os níveis de rendimento parecem estar sujeitos a uma "homogeneização" advinda da desvalorização extra-econômica do trabalho infantil.

Para os jovens, o efeito da instrução sobre os rendimentos é um pouco mais nítido, sobretudo em São Paulo, onde é mais evidente a migração para faixas salariais superiores à medida que aumenta o grau de instrução. O mesmo já não ocorre em Recife, onde os efeitos de maiores graus de instrução sobre os níveis salariais têm limites.

Em resumo, nas áreas urbanas em geral, os diferenciais salariais entre os diversos níveis educacionais começam a se tornar relevantes a partir de uma determinada idade — em torno dos 13 anos — no caso da força de trabalho infanto-juvenil (Gráfico 16).

## 5.5. O nível educacional da PEA

Durante a década de 80 houve uma mudança significativa no perfil educacional da PEA infanto-juvenil. Em termos gerais, constatou-se um aumento do nível educacional, tanto para as crianças quanto para os adolescentes, não só no conjunto das áreas urbanas, mas também nos diferentes contextos metropolitanos. A percentagem de crianças que trabalham e que possuem menos de um ano de estudo (analfabetas) passou de 19,6% para 12,2% nas áreas urbanas do Brasil, sendo esta tendência seguida nas áreas metropolitanas, sobretudo em Recife: 32,9% e 13,9%, respectivamente (Tabela 29). Compensando esses descêndimos, houve um aumento expressivo entre as crianças com níveis educacionais bem próximos (Recife: 1 a 2 anos) ou muito mais altos (São Paulo: 4 a 7 anos).

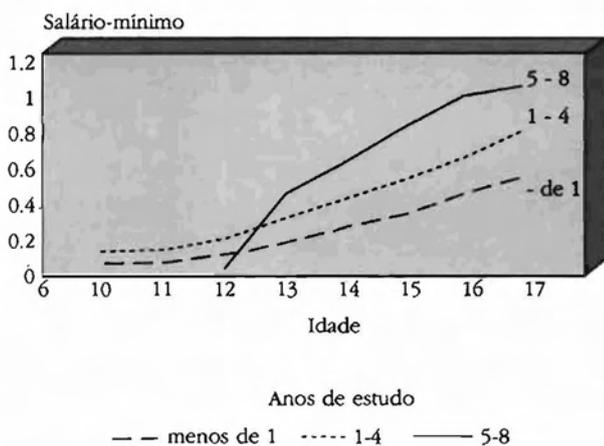
Esta melhoria no perfil educacional reflete mais o efeito da expansão do sistema educacional, sobretudo no primeiro período da idade escolar, do que uma mudança ascendente na composição social da PEA. Mas como já foi observado anteriormente, dados sobre a origem social das crianças que estudam parecem indicar um aumento de participação dos setores mais pobres no sistema escolar.

Adicionalmente, o comportamento das taxas de atividade segundo o nível educacional indica que, simultaneamente, o mercado aumentou seus padrões de seletividade. Verifica-se uma tendência de queda nas taxas de atividade das crianças com os mais baixos níveis educacionais (analfabetismo) sendo, em geral, acompanhada pelo aumento nas taxas de atividade das crianças que têm de 1 a 3 anos de estudo.

A mesma tendência observada para as crianças ocorre para os adolescentes. O nível educacional que indica maior crescimento durante a década é o de 5 a 7 anos de estudo, passando de 34,2% para 39,8% nas áreas urbanas, com maior expressão em cidades como São Paulo (de 41,5% para 52,1%). Não obstante, é interessante observar que não houve aumentos importantes na participação de adolescentes que já haviam completado o ciclo da educação básica, especialmente em cidades como Recife, onde as percentagens do

Gráfico 16

Salário médio mensal (em SM)  
das pessoas de 10 a 17 anos,  
por anos de estudo  
Brasil Urbano — 1988



início da década se mantiveram até o seu final. Por outro lado, isto também reflete o caráter incompleto da expansão do sistema educacional, que não consegue reter e, portanto, completar a educação de amplos contingentes de crianças pertencentes às famílias mais carentes, levando-as ao mercado de trabalho sem haver concluído o ciclo escolar básico.

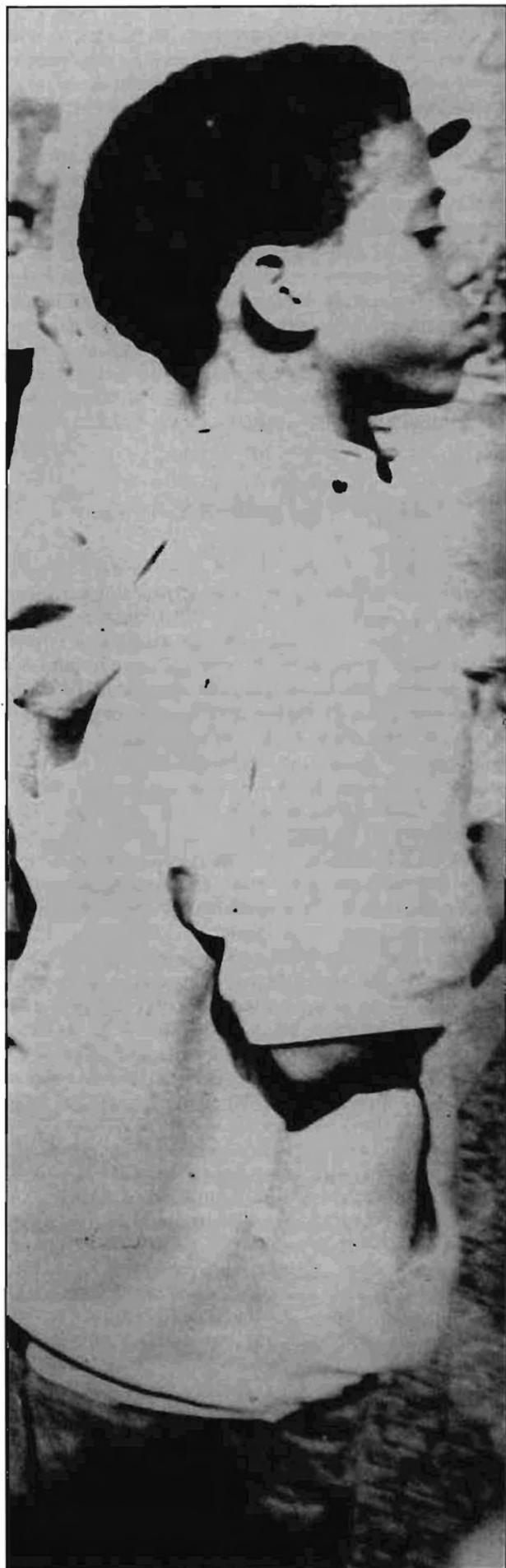
A expansão educacional ocorrida não conseguiu superar as carências educacionais básicas da PEA infanto-juvenil, nem alterar o quadro de desigualdades existente entre os diferentes contextos urbanos. Até o final da década, mais da metade da PEA infantil das áreas urbanas não havia completado 3 anos de estudo, nível esperado para essa faixa etária, enquanto pouco mais de 18,0% dos adolescentes tinham completado o primeiro grau. Em outras palavras, uma fatia muito pequena de jovens está ingressando no mercado de trabalho com a educação básica completa.

Em Recife, essa situação é ainda mais extrema, na medida em que mais de 70,0% das crianças trabalhadoras não haviam completado a 4ª série básica. Essa posição relativamente desfavorável também se mantém entre os adolescentes, sendo importante observar que, mesmo em cidades como São Paulo, a PEA juvenil com o primeiro grau completo é pouco freqüente e não diverge muito da média nacional.

Observam-se, também, algumas diferenças entre o perfil educacional dos adolescentes segundo sua posição na ocupação. Dados da PME para 1989 mostram que, em São Paulo, adolescentes que trabalhavam como assalariados com o segundo grau completo, formavam uma proporção um pouco maior (14,0%) do que os conta própria (8,2%), embora o nível de analfabetismo fosse muito similar em ambas as posições (Tabela 30). Já em Recife, o setor conta própria tinha não apenas menor número de pessoas com o primeiro grau, mas também uma taxa de analfabetismo muito mais expressiva. É importante observar que nesse tipo

de contexto urbano, mesmo em relações empregatícias, existia um contingente importante de analfabetos.

As tendências nas mudanças educacionais são similares em ambos os setores, verificando-se maior seletividade de mão-de-obra tanto no setor formal quanto no informal. Essas informações, especialmente para Recife, confirmam a idéia de que a expansão educacional não se explica apenas pelas mudanças na demanda por qualificação do trabalho — requerimentos tecnológicos do mercado —, mas também pelo uso da credencial educativa como mecanismo de seletividade social que, de alguma forma, acompanha as mudanças ocorridas nas relações entre o sistema educacional e a estrutura social.



# Referências Bibliográficas

- ARIAS, A. & THEODORO, M. (1989). Cenários de emprego e renda no Brasil até o ano 2000. In: *Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas*, 3. Brasília, DF: IPEA.
- BONELLI, R. & SEDLACEK, G. (1989). Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G. & BARROS, R. P. *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- BOYDEN, J. (1989). Working children in Lima, Peru. In: E. Willian MYERS (ed.). *Protecting working children*. Staff Working Paper. New York: UNICEF.
- CARNOY, M. & LEVIN H. (1987). *Escola e trabalho no Estado capitalista*. São Paulo: Cortez.
- CEPAL (1988). *El impacto de la crisis en estratos populares de los sectores formal e informal: implicancias para la medición y el análisis del subempleo*, Documento LC/R. 637 da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Santiago do Chile.
- CHAIA, M. (1986). Discriminação racial. In: *São Paulo em Perspectiva*, 2 (2-3): 7-14. São Paulo: SEADE.
- DENSLOW JR., D. & TYLER, W. (1983). Perspectivas sobre pobreza e desigualdade de renda no Brasil. In: *Pesq. Plan. Econ.*, 13 (3): 863-904. Rio de Janeiro.
- ELSON, D. (1982). The differentiation of children's labour in the capitalist labour market. In: *Development and change*. Londres e Beverly Hills: SAGE.
- FARAHT, L. (1986). Menor Trabalhador. In: *São Paulo em perspectiva*, 2 (1): 1-80. São Paulo: SEADE.
- FERREIRA, B. G. (1983). *Um mundo "menor" no maior: um estudo do trabalho do menor na indústria de Fortaleza*. Fortaleza: s/ ed.
- FIBGE (1989). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — Tabulação especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA*. Rio de Janeiro: IBGE.
- FIBGE (1990). *Crianças e adolescentes - Indicadores sociais*, 2. Rio de Janeiro: IBGE.
- FIBGE (1990). *Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1981 a 1989*. Rio de Janeiro: IBGE.
- FIBGE/UNICEF (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil — Sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1981-1983*. Rio de Janeiro: IBGE.
- FYFE, A. (1989). *Child Labour*. Cambridge, EUA: Polity Press.
- HOFFMANN, R. (1984). *A pobreza no Brasil: análise dos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980*. São Paulo (mimeo.).
- . (1990). *Desigualdade e pobreza no Brasil, 1979/88*. São Paulo (mimeo.).
- IPLANCE (1980). O trabalho do menor no setor informal — Fortaleza. In: *Relatório de Pesquisa*, 1. Fortaleza.
- LOPES, J. & GOTTSCHALK, A. (1990). Recessão, pobreza e família — a década pior do que perdida. In: *São Paulo em Perspectiva*, 4(1): 100-109, jan./mar 90. São Paulo: SEADE.
- MELO, M. S. (1986). *AMPE: Aprendizagem Metódica no Próprio Emprego. Uma estratégia de preparação profissional para o menor*. São Paulo: SENAI - Divisão de pesquisas, estudos e avaliação.
- MYERS, W. (1980). Urban working children. A comparison of four surveys from South America. In: *International Labour Review*, 128 (3) Genebra: OIT.
- MONTALI, L. (1990). Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. In: *Cadernos de Pesquisa São Paulo*, (72): 58-69. São Paulo.
- PAES DE BARROS, R. & MENDONÇA, R. (1989). *Família e distribuição de renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho*. Texto para Discussão Interna nº. 164. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- PFEFFERMANN, G. & WEBB, R. (1983). Pobreza e distribuição de renda no Brasil: 1960-1980. In: *Revista Brasileira de Economia*, 37 (2): 147-175. Rio de Janeiro.

- PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil, a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP/FEA (Dissertação de Mestrado).
- PREALC/OIT (1986). *La Evolución del empleo formal e informal en el sector servicios latinoamericanos*. Documento nº PRE-ALC/279, da Organização Internacional do Trabalho, Santiago do Chile.
- RIBEIRO, R. (1988). A PNAD como instrumento de trabalho para o estudo da situação do menor no Brasil. In: Diana O. SAWYER. *PNAD em Foco — Anos 80*. Rio de Janeiro: ABEP.
- ROCHA, S. (1990). A Pobreza no Brasil nos Anos 80. In: *Revista Occidental*, 7, (3). México.
- SCOTT, A. (1982). Changes in the structure of child labour under conditions of dualistic economic growth. In: *Development and change*, 13: 537-550. Londres e Beverly Hills: SAGE
- RODGERS, G. & STANDING, G. (1991). Función económica de los niños en países de bajos ingresos. In: *Revista internacional del Trabajo*, 100 (2). Genebra: OIT.
- SEDLACEK, G. & PAES DE BARROS, R., eds. (1989). *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES.
- SPINDEL, C. (1984). *O menor migrante assalariado registrado: trabalho, escola e família*. São Paulo: IDESP.
- . (1985). *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo: Nobel/Ministério do Trabalho.
- . C. (1988). *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho família, escola e empresa*. São Paulo: Brasiliense.
- TOKMAN, V. (1987). El sector informal: quince años después. In: *El Trimestre Económico* 3(215), jul.-set. Santiago do Chile: PREALC/OIT.

# POBREZA, COR E TRABALHO INFANTO- JUVENIL

Ricardo Paes de Barros *(IPEA)*

Eleonora Cruz Santos *(IPEA)*

Rosane Silva Pinto de Mendonça *(PUC)*



# Capítulo

# 2

## Índice

**I.** As consequências da pobreza sobre a infância e a adolescência

**II.** Consequências de longo prazo do trabalho precoce

**III.** O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro

# I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência\*

Ricardo Paes de Barros (IPEA)

Rosane Silva Pinto de Mendonça (PUC)

## 1. Introdução

**P**obreza é um fenômeno tão mais preocupante quanto mais graves forem suas conseqüências. Estas conseqüências, por sua vez, são tão mais graves quanto mais a sociedade permite que o bem-estar dos menores seja sensível ao nível de renda das famílias a que pertencem. Uma alta sensibilidade do bem-estar destes à renda doméstica, numa sociedade onde haja pobreza e elevada desigualdade de renda, preocupa não só pela injustiça social advinda da concentração das privações derivadas da pobreza em um subgrupo de menores mas, acima de tudo, por caracterizá-la como sendo uma sociedade onde não prevalece a igualdade de oportunidades. Isto é, na medida em que se permite que os menores nascidos em famílias pobres sejam duramente afetados de forma a comprometer seu desempenho econômico futuro, fecha-se, assim, o círculo da pobreza: os menores pobres de hoje constituirão, com maior probabilidade, as unidades familiares pobres de amanhã.

Neste trabalho investigamos algumas das conseqüências da pobreza sobre o bem-estar de crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos e, portanto, alguns dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza. Especificamente, com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1987, descrevemos como a freqüência à escola e a entrada de menores<sup>1</sup> no mercado de trabalho se relacionam com o nível de renda da unidade doméstica a que pertencem. A análise é conduzida por gênero e idade dos menores, e também de acordo com a região de residência. O objetivo desta classificação é verificar se as conseqüências da pobreza são diferenciadas segundo essas dimensões. Em outras palavras, procuramos responder a perguntas tais como: é o bem-estar das meninas mais sensível aos recursos econômicos dos seus pais e parentes

(\*) Gostaríamos de agradecer a Jaime Pontes, Renata Patrícia Jeronimo e Valéria Lúcia Pero pelo excelente apoio a esta pesquisa. Gostaríamos também de agradecer a Ruben Cervini, cujos comentários a versões anteriores deste trabalho levaram a substanciais alterações.

1. Neste trabalho entende-se como menores o conjunto das crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos.

do que o bem-estar dos meninos? São as crianças mais afetadas pela pobreza do que os adolescentes? É o bem-estar das crianças e adolescentes mais dependente dos recursos de suas famílias em áreas mais desenvolvidas, como a região metropolitana de São Paulo, ou em áreas mais pobres, como a região metropolitana de Fortaleza? Conhecer em que grupos sociais as conseqüências da pobreza são mais graves é essencial para a formulação de políticas públicas compensatórias que possam efetivamente atenuá-las.

Este trabalho encontra-se organizado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção seguinte são introduzidos o universo de análise e os principais conceitos utilizados ao longo do trabalho. A terceira seção investiga a relação entre as taxas de participação no mercado de trabalho e a freqüência à escola com a idade, o gênero e a região metropolitana. A quarta seção analisa a sensibilidade destas duas taxas aos recursos das unidades domésticas em que os menores vivem, diferenciadas por idade, gênero e região de residência. Finalmente, a quinta seção resume as principais conclusões do trabalho.

## 2. Universo de análise e conceitos básicos

**O** universo de análise foi restrito aos membros do domicílio<sup>2</sup> com idade entre 7 e 17 anos, cuja situação no domicílio não seja a de chefe ou de cônjuge, em três regiões metropolitanas brasileiras: Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre. Como fonte de informações utilizou-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD-1987 —, que gerou uma amostra com 8.686 menores. Destes, 31% estão na faixa de 7 a 9 anos, 44% entre 10 e 14 anos e 25% entre 15 e 17 anos. A distribuição detalhada da amostra por Região Metropolitana, gênero e faixa etária encontra-se na Tabela A-1 em anexo. O requerimento de uma idade mínima de 7 anos é natural dado que uma das variáveis que procuramos explicar é a freqüência à escola. De fato, 7 anos é a idade típica em que uma criança inicia a 1ª série do 1º grau.

Ao estudarmos a participação no mercado de trabalho, apenas menores com 10 anos ou mais são considerados uma vez que esta é a idade mínima para a coleta de informações sobre participação no mercado de trabalho pela PNAD. Considerou-se que um menor pertence à população economicamente ativa se este tinha trabalho na semana de referência da pesquisa ou procurou trabalho nos últimos dois meses<sup>3</sup>.

2. Considera-se como membros do domicílio: o chefe, o cônjuge, os filhos, os parentes e os agregados. Exclui-se os pensionistas, empregados domésticos e seus familiares. Foram considerados na análise apenas os domicílios particulares.

3. Cumpre lembrar que o IBGE utiliza uma definição mais restritiva. Segundo a definição do IBGE, uma pessoa pertence à população economicamente ativa se possui trabalho ou tiver procurado trabalho na semana anterior a pesquisa.

Um dos pontos fundamentais deste trabalho é a análise de como a participação de menores no mercado de trabalho e sua frequência à escola dependem dos recursos das unidades domésticas a que pertencem. Em princípio, a renda domiciliar *per capita* ou a renda familiar *per capita* seriam candidatos naturais como medidas dos recursos domésticos. Contudo, a renda domiciliar ou familiar inclui a renda dos menores que trabalham e, portanto, não só afeta a decisão do menor trabalhar, como também é afetada pela participação destes no mercado de trabalho.

Quando a renda domiciliar inclui os rendimentos dos menores, observa-se uma relação em forma de U-invertido entre a taxa de participação de menores na força de trabalho e a renda domiciliar *per capita*. Esta relação é, na verdade, o artefato de uma combinação (1) da relação inversa natural entre taxa de participação e renda domiciliar *per capita*, e (2) da associação direta entre estas variáveis, para baixos níveis de renda, induzida pela inclusão na renda domiciliar dos rendimentos dos menores.

Assim sendo, decidiu-se utilizar como uma medida dos recursos domésticos o somatório da renda dos membros adultos<sup>4</sup> do domicílio, dividido pelo número total de membros do domicílio<sup>5</sup>.

## 3. Participação no mercado de trabalho e frequência à escola

### 3.1. Idade

**I**m termos gerais, tanto a taxa de participação no mercado de trabalho como a taxa de não-frequência à escola (para crianças com mais de 9 anos) crescem acentuadamente com a idade (veja Tabela 1). A taxa de participação é sempre crescente, ao passo que a taxa de não-frequência à escola decresce ligeiramente entre as idades de 7 a 9 anos para, então, a partir dos 10 anos, crescer de forma acelerada. De fato, estas variações com a idade são muito superiores às variações por gênero e região metropolitana que iremos analisar abaixo.

Conforme a Tabela 1 ilustra, um significativo contingente de crianças de 10 a 12 anos encontra-se no mercado de trabalho e fora da escola, demonstrando

que tanto a compulsoriedade do ensino primário, como a proibição legal do trabalho de menores de 12 anos estão longe de serem cumpridas.

Diversos estudos têm procurado descrever as razões do crescimento destas taxas com a idade (veja, por exemplo, Pires, 1988 e Barros & Mendonça, 1990). Estas razões podem ser agrupadas em três categorias. Em primeiro lugar, tem-se explicações baseadas na crescente atratividade do mercado de trabalho com a idade: os salários crescem, talvez como uma consequência do crescimento da produtividade com a idade; além disso, a oferta de empregos com melhores condições de trabalho, como, por exemplo, empregos com carteira, torna-se mais freqüente à medida que as restrições legais ao trabalho tendem a se reduzir, quando se considera menores com idades cada vez mais avançadas. Em segundo lugar, a compulsoriedade e, talvez, a atratividade da escola tendem a se reduzir com a idade. A queda da atratividade da escola com a idade deve-se, por sua vez, tanto à repetência, quanto à insatisfação ou desilusão com o sistema educacional. Finalmente, a crescente independência, com a idade leva não só a uma maior demanda por um orçamento próprio, como também ao acesso a locais e horários de trabalho antes não permitidos. Estes três fatores em conjunto se complementam levando a uma crescente preferência pelo trabalho. Com freqüência, estudar passa a ser uma atividade noturna e, finalmente, é abandonada.

### 3.2. Gênero

Tanto a taxa de participação no mercado de trabalho como a taxa de não-frequência à escola são diferenciadas por gênero, sendo que aquela é bastante inferior entre as meninas, enquanto esta é apenas ligeiramente inferior (veja Tabela 1). Em outras palavras, o mercado de trabalho surge como bem mais atraente ou acessível aos meninos, ao passo que a escola aparece como mais atraente às meninas.

Uma taxa de participação no mercado de trabalho mais baixa entre as meninas do que entre os meninos é um fato universalmente observado. Este fato é em parte explicado por um mercado de trabalho menos atraente quando visto pelas meninas, devido aos salários mais baixos a elas oferecidos. Além disso, fatores culturais podem estar também induzindo a uma menor taxa de participação entre as meninas devido tanto a um tradicional maior envolvimento destas nos afazeres domésticos, quanto a um maior não consentimento familiar para certas ocupações e locais ou horários de trabalho.

Por outro lado, uma maior taxa de não-frequência à escola entre os meninos do que entre as meninas é um fato raro em países em desenvolvimento. Em geral, existe nestes países um considerável viés educacional contra as meninas. Como a educação da mãe é um importante determinante do estado nutricional, da taxa de mortalidade e da freqüência à escola das crianças, o viés contra a educação feminina existente nestes países tem sido uma das causas pelas quais estes países têm encontrado sérias dificuldades em melho-

4. Por definição, os membros adultos do domicílio são todos aqueles que não são menores, isto é, o chefe, o cônjuge e, sempre que maiores de 17 anos, os filhos, outros parentes e agregados.

5. Masters (1969), em seu artigo sobre o efeito da renda familiar sobre a educação das crianças, utiliza como medida dos recursos domésticos a renda familiar sem incluir os rendimentos dos menores.

Tabela 1

**Taxas de participação na força de trabalho e não-frequência à escola, segundo a faixa etária, gênero e região metropolitana —1987—**

(%)

Região Metropolitana	Homem				Mulher			
	7-9	10-12	13-14	15-17	7-9	10-12	13-14	15-17
<b>Taxa de participação</b>								
Fortaleza	—	7,4	17,5	46,6	—	3,7	9,2	25,4
São Paulo	—	5,0	24,3	66,9	—	1,1	12,5	46,0
Porto Alegre	—	5,8	26,9	62,2	—	3,1	15,1	37,6
<b>Taxa de não-frequência</b>								
Fortaleza	11,9	10,8	15,5	34,7	13,8	12,6	16,5	29,0
São Paulo	6,3	3,8	17,7	36,5	4,6	4,0	12,8	35,1
Porto Alegre	11,7	8,5	23,1	47,5	10,7	9,4	23,9	37,6

Fonte: PNAD-1987. Tabulações dos autores.

rar seus indicadores sociais. A ausência deste viés no sistema educacional brasileiro é, portanto, um importante fator que facilitará, se complementado por outras políticas sociais, a redução da desnutrição e da mortalidade infantil no país.

### 3.3. Região metropolitana

Os resultados referentes às variações nas taxas de participação no mercado de trabalho e não-frequência à escola por região metropolitana são bastante surpreendentes. Tem-se que Fortaleza — que é considerada das três a mais pobre, menos desenvolvida e com pior infra-estrutura social — é a região não só com a menor taxa de não-frequência à escola (no caso dos adolescentes de 13 a 14 e de 15 a 17 anos), como também a região com a menor taxa de participação de menores na força de trabalho (veja Tabela 1). Comparando-se São Paulo e Porto Alegre, tem-se que a taxa de participação no mercado de trabalho é ligeiramente maior em São Paulo, enquanto a taxa de não-frequência à escola é significativamente maior em Porto Alegre.

Estas diferenças regionais parecem indicar que, contrariamente à ênfase dada na literatura, as decisões dos menores de trabalhar e abandonar a escola são decisivamente influenciadas pela atratividade do mercado de trabalho em que se inserem. Assim, em São Paulo e Porto Alegre, onde os salários ofertados são mais elevados e as chances de obter um emprego com carteira mais altas, as taxas de participação no mercado de trabalho são mais elevadas, levando, como consequência, a uma maior taxa de não-frequência à escola. É surpreendente que a qualidade das escolas, que deve ser maior em Porto Alegre e São Paulo do que

em Fortaleza, não atue com força suficiente para neutralizar a maior atratividade do mercado de trabalho e levar a uma menor taxa de não-frequência à escola nessas regiões.

## 4. As conseqüências diferenciadas da pobreza<sup>6</sup>

**N**esta seção analisamos a sensibilidade das taxas de participação e não-frequência à escola com relação aos recursos domésticos, diferenciando-as por idade, gênero e região metropolitana.

Utilizando a nossa definição para recursos domésticos, podemos observar que tanto a taxa de participação na força de trabalho como a taxa de não-frequência à escola dos menores encontram-se inversamente relacionadas com os recursos das unidades domésticas em que vivem<sup>7</sup> (veja Tabela 2). Lembra-se que segundo esta definição, os recursos domésticos não incluem os rendimentos dos menores.

Caso a renda dos menores seja incluída, essa relação inversa entre taxa de participação no mercado de trabalho e renda domiciliar *per capita* não é mais observada. De fato, ao usarmos como medida dos recursos domésticos a renda domiciliar como usualmente

6. Os resultados desta seção foram retirados dos modelos desenvolvidos em Barros & Mendonça (1990).

7. No caso da região metropolitana de São Paulo, a taxa de não-frequência à escola não segue o mesmo padrão das demais regiões.

Tabela 2

**Taxas de participação na força de trabalho e não-freqüência à escola segundo a faixa etária, região metropolitana e classes de renda<sup>8</sup> dos adultos *per capita* — 1987 —**

(%)

Região	10 a 14				15 a 17			
	0-1/2	1/2-1	1-2	>2	0-1/2	1/2-1	1-2	>2
<b>Metropolitana</b>								
<b>Taxa de participação</b>								
Fortaleza	12,9	5,2	1,7	0,8	47,8	28,3	28,4	8,7
São Paulo	14,2	11,5	7,4	5,7	65,9	65,8	56,9	42,0
Porto Alegre	22,0	13,0	8,4	2,5	75,4	62,2	50,6	20,7
<b>Taxa de não-freqüência</b>								
Fortaleza	12,3	7,0	1,7	1,6	44,2	33,9	34,1	8,7
São Paulo	6,8	10,6	10,5	6,1	38,6	63,7	60,7	49,2
Porto Alegre	16,3	14,0	11,6	3,2	61,7	61,1	59,0	27,2

Fonte: PNAD-1987. Tabulações dos autores.

definida, isto é, incluindo a renda de todos os membros, a relação entre taxa de participação no mercado de trabalho e renda domiciliar *per capita* passa a ter a forma de U-invertido, com um pico em torno de um salário-mínimo *per capita*, similar à encontrada na literatura (veja Silva *et alii*, 1988).

#### 4.1. Idade

Com respeito à idade dos menores (veja Gráficos 1a e 1b)<sup>9</sup> os resultados indicam que a sensibilidade aos recursos domésticos, tanto da taxa de participação no mercado de trabalho como da taxa de não-freqüência à escola decrescem com a idade. Em outras palavras, as decisões de participar no mercado de trabalho e abandonar a escola entre adolescentes tendem a ser mais independentes dos recursos da unidade doméstica em que vivem do que as correspondentes decisões entre crianças. Em suma, dada a crescente independência dos menores com a idade, os impactos da pobreza tendem a ser mais sérios entre as crianças do que entre os adolescentes.

#### 4.2. Gênero

Quanto ao gênero, obtivemos que a sensibilidade aos recursos domésticos, tanto da taxa de participação no mercado de trabalho como da taxa de

não-freqüência à escola, é a mesma para meninos e meninas (veja Gráficos 2a e 2b). Em outras palavras, meninas e meninos são igualmente afetados pela pobreza das unidades domésticas em que vivem.

Uma vez que a educação da mãe é um importante mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza, é importante observar que caso as famílias pobres brasileiras concentrassem os impactos da pobreza sobre os menores do sexo feminino, então os níveis de transmissão intergeracional da pobreza no Brasil seriam ainda mais elevados do que já são. Assim, o fato de não termos uma evasão escolar viesada contra as meninas é um aspecto positivo do ponto de vista da transmissão da pobreza.

#### 4.3. Região metropolitana

Os resultados sobre a sensibilidade diferenciada das taxas de participação no mercado de trabalho e não-freqüência à escola por região metropolitana são surpreendentes. Em princípio, dever-se-ia esperar que a sensibilidade aos recursos domésticos destas duas taxas fosse maior nas regiões com pior infraestrutura social. A idéia é que, em regiões com melhor infraestrutura social, como, por exemplo, com escolas de melhor qualidade, a tendência seria de as decisões dos menores abandonarem a escola e entrarem no mercado de trabalho serem menos sensíveis aos recursos das unidades domésticas em que vivem.

Com base nesta argumentação, a sensibilidade das taxas de participação no mercado de trabalho e não-freqüência à escola aos recursos domésticos deveria ser maior em Fortaleza e menor em Porto

8. Em salários-mínimos.

9. Os gráficos nesta seção foram extraídos de Barros & Mendonça (1990).

Gráfico 1a

Taxa de participação no mercado de trabalho: Homens — São Paulo

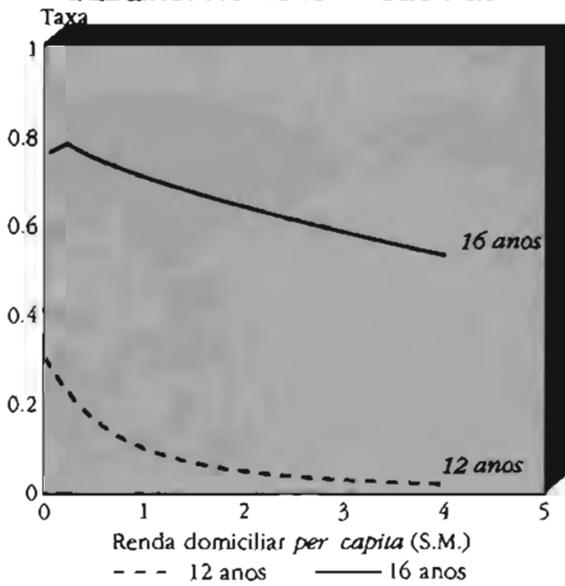


Gráfico 1b

Taxa de não-freqüência à escola: Homens — São Paulo

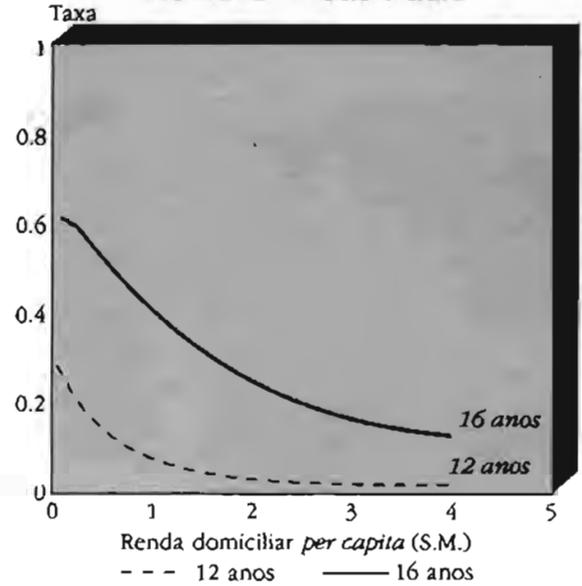


Gráfico 2a

Taxa de participação no mercado de trabalho: 16 anos — São Paulo

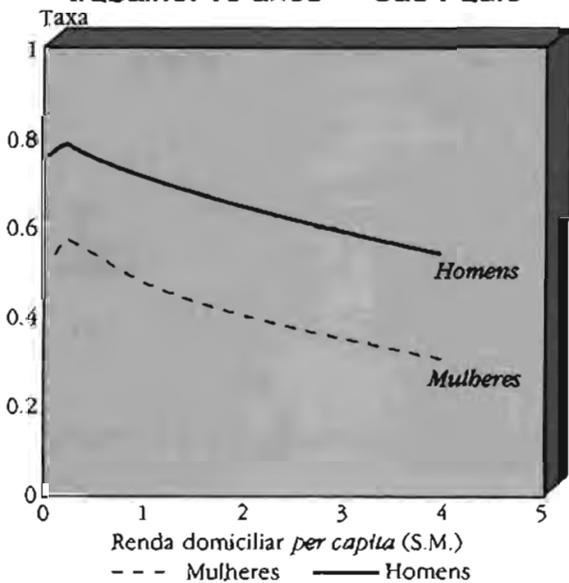
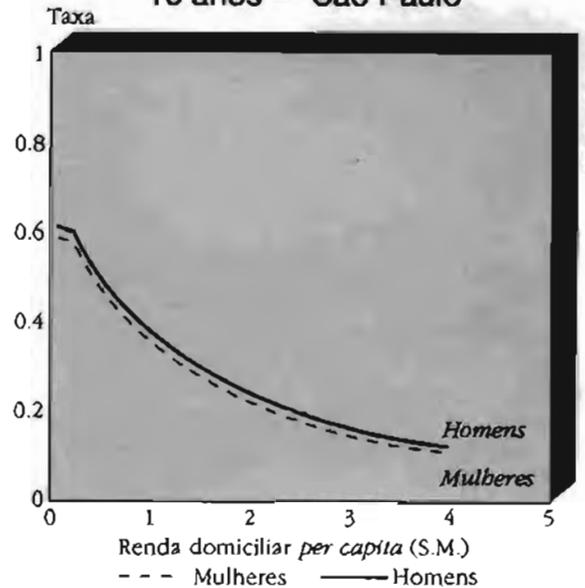


Gráfico 2b

Taxa de não-freqüência à escola: 16 anos — São Paulo



Alegre, com São Paulo ocupando uma posição intermediária, se acreditamos ser este o inverso da ordenação destas regiões, segundo a qualidade da infra-estrutura social. Nossos resultados confirmam esta previsão para a posição relativa a Fortaleza e São Paulo (veja Gráficos 3a e 3b). Os resultados para Porto Alegre são inesperados: não só Porto Alegre revela níveis de sensibilidade aos recursos domésticos superiores a São Paulo como, no caso da taxa de participação no mercado de trabalho, a sensibilidade é tão elevada quanto a estimada para Fortaleza.

## 5. Sumário

**N**este trabalho mostramos que a taxa de participação de menores no mercado de trabalho e a taxa de não-freqüência à escola são (a) crescentes com a idade, (b) mais baixas para as meninas do que para os meninos, (c) em São Pau-

Gráfico 3a

## Taxa de participação no mercado de trabalho: 16 anos — Homens

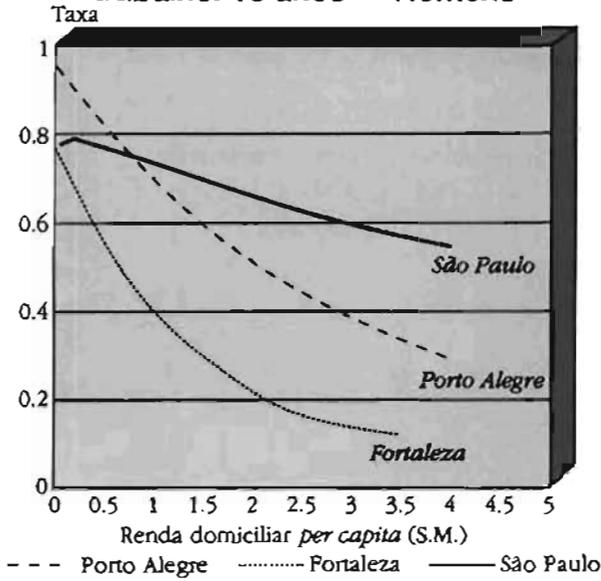
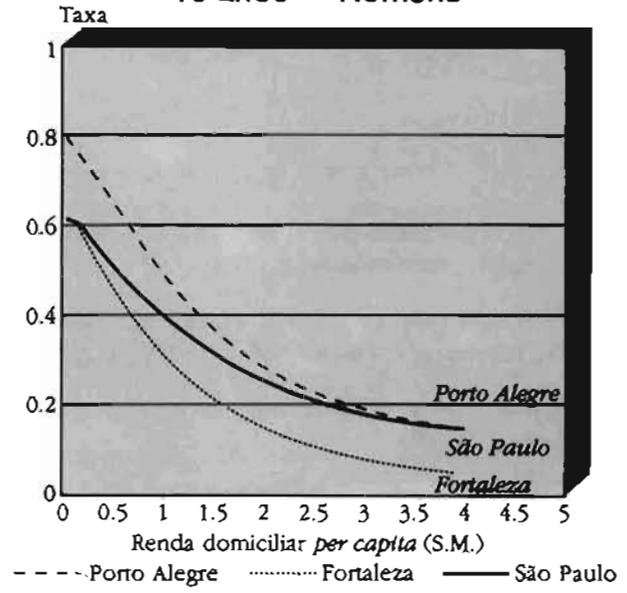


Gráfico 3b

## Taxa de não-freqüência à escola: 16 anos — Homens



lo e Porto Alegre do que em Fortaleza e (d) decrescentes com os recursos da unidade doméstica em que vivem.

Dentre estes fatos merece destaque, em primeiro lugar, o fato de as meninas possuírem uma maior taxa de freqüência à escola do que os meninos. Como dissemos, esta é uma característica rara em países em desenvolvimento, nos quais existe, em geral, um considerável preconceito contra a educação das meninas. Como a educação da mãe é um determinante do bem-estar das crianças, a ausência de tal preconceito no sistema educacional brasileiro é um importante fator que, complementado por outras políticas sociais, poderá facilitar a redução da desnutrição e da mortalidade infantil no país.

Em segundo lugar, destacamos o fato de a taxa de participação no mercado de trabalho ser menor e a taxa de freqüência à escola maior em Fortaleza do que nas regiões metropolitanas mais ricas e desenvolvidas do Sul e Sudeste. Estas diferenças regionais parecem indicar que as decisões dos menores de trabalhar e abandonar a escola são decisivamente influenciadas pela atratividade do mercado de trabalho em que se inserem, e não pela escassez de recursos das unidades domésticas em que vivem. Assim, em São Paulo e Por-

to Alegre, onde os salários ofertados são mais elevados e maiores as chances de obter um emprego com carteira, as taxas de participação no mercado de trabalho são mais elevadas, levando como conseqüência a uma maior taxa de não-freqüência à escola.

Finalmente, investigamos se as conseqüências da pobreza são diferenciadas por faixa etária, gênero e região metropolitana. Mostramos (a) que as crianças são mais afetadas pela pobreza do que os adolescentes, (b) que o bem-estar das meninas é tão sensível aos recursos econômicos dos seus pais e parentes quanto o bem-estar dos meninos e, (c) que, possivelmente, devido à melhor infraestrutura social em São Paulo, o bem-estar das crianças e adolescentes é menos dependente dos recursos de suas famílias nesta região do que em Fortaleza e Porto Alegre.

Cabe destacar que o fato da educação da mãe ser um mecanismo fundamental no processo de transmissão intergeracional da pobreza, é importante observar que as famílias pobres brasileiras não concentram os impactos da pobreza sobre os menores do sexo feminino. Assim, puramente do ponto de vista da transmissão da pobreza, é um fator positivo não termos no Brasil uma sensibilidade da evasão escolar aos recursos domésticos maior entre as meninas do que entre os meninos.

# Referências Bibliográficas

BARROS, R.P. & MENDONÇA, R. (1990). *Determinantes da participação de menores na força de trabalho* (mimeo.).

—— *Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região metropolitana* (mimeo.).

MASTERS, S. H. (1990). The effect of family income on children's education some findings on inequality of opportunity. *The Journal of Human Resources*, v(IV), n.2. Spring 1969.

PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. Dissertação de Mestrado em Economia, São Paulo: USP/FEA.

SILVA, R. da , SABÓIA, A.L. & CASTELLO BRANCO, H. (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

Tabela A-1

Distribuição da amostra por faixa etária, gênero e região metropolitana  
— 1987 —

(%)

Região Metropolitana	Homem			Mulher		
	7 a 9	10 a 14	15 a 17	7 a 9	10 a 14	15 a 17
Fortaleza	328	491	294	362	531	307
São Paulo	557	820	441	584	789	485
Porto Alegre	419	567	341	449	610	311

Fonte: PNAD-1987. Tabulações dos autores.

# II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce

Ricardo Paes de Barros (IPEA)

Eleonora Cruz Santos (IPEA)

## 1. A lacuna

O trabalho precoce<sup>1</sup> tem sido apontado, e portanto combatido, como sendo um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza. Argumentos nesse sentido baseiam-se, necessariamente, em duas relações causais: primeiro, é necessário que a pobreza familiar seja uma das *causas* da entrada precoce de menores no mercado de trabalho; segundo, é necessário que a entrada precoce no mercado de trabalho seja uma das *causas* da pobreza futura desses menores.

Com respeito à primeira relação já existe hoje no Brasil um grande número de trabalhos<sup>2</sup> que, quer com base nos Censos demográficos, quer com base nas PNADs, claramente evidenciam uma associação inversa entre recursos familiares e participação dos menores no mercado de trabalho.

Relativo à segunda relação causal, em contraposição à primeira, não parece existir nenhuma evidência direta de que o trabalho precoce induza a menores rendimentos no futuro. Toda evidência existente nesse caso é indireta. De fato, encontra-se bem documentado que o trabalho precoce está inversamente associado à frequência escolar<sup>3</sup> e que a escolaridade e a renda estão estreitamente relacionadas.

Essa evidência, no entanto, é incompleta, por duas razões: em primeiro lugar, a evidência de uma associação inversa entre trabalho precoce e frequência à escola só é relevante na medida em que o primeiro (trabalho precoce) causa o segundo (frequência à escola), o que não é necessariamente verdade. Pode ocorrer que o sentido da causalidade seja o inverso: famílias pobres, talvez por terem acesso apenas a escolas de baixa qualidade, optam por não enviarem seus filhos à escola, e entram precocemente no mercado de trabalho. Nesse caso não há ganhos futuros em retardar a entrada no mercado de trabalho, dado que a escolarização foi interrompida de forma independente.

1. Neste estudo considera-se trabalho precoce como a participação de pessoas com menos de 17 anos no mercado de trabalho.

2. Ver, por exemplo, IPEA/UNICEF (1990), IBGE/UNICEF (1988, 1989a, 1989b, 1990), Zylberstajn *et alli* (1985), Calsing *et alli* (1985), Barros & Mendonça (1990a e 1990b).

3. Ver, por exemplo, IPEA/UNICEF (1990), IBGE/UNICEF (1988, 1989a, 1989b, 1990), Zylberstajn *et alli* (1985), Calsing *et alli* (1985).

Em segundo lugar, a relação inversa que tem sido observada é entre trabalho e frequência à escola, em um ponto no tempo. Não há evidência de uma relação inversa entre o trabalho precoce e o grau de escolaridade finalmente atingido. É possível que, apesar de trabalho e estudo serem atividades incompatíveis de ser executadas simultaneamente, trabalhar hoje pode ser um importante determinante de estudar amanhã, quer devido à renda adquirida, que pode servir para pagar os custos da educação, quer devido à maior percepção da relevância da educação que o trabalho pode gerar. Em suma, é possível que trabalho e estudo sejam atividades incompatíveis, porém complementares, intertemporalmente. Nesse caso, a relação entre essas duas atividades, em um ponto no tempo, pode ser extremamente enganosa da verdadeira relação entre essas atividades, ao longo do ciclo de vida das pessoas.

Assim, o aprofundamento da visão do trabalho precoce como um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza requer que as conseqüências do trabalho precoce, tanto sobre o rendimento em idade adulta quanto sobre o grau de escolaridade finalmente atingido sejam investigadas diretamente.

Ao estudarmos as conseqüências do trabalho precoce é fundamental termos em mente que essas conseqüências podem ser bastante diferenciadas segundo o nível dos recursos domésticos. Sempre que esse for o caso devemos ter em mente que a relação importante para se caracterizar o trabalho precoce como um mecanismo de transmissão intergeracional da pobreza é a relação válida para a família pobre, e não a relação válida para a família com recursos médios ou medianos. É possível que, exatamente por terem boas oportunidades de estudo e de emprego futuro, o trabalho precoce tenha sérias conseqüências para crianças em famílias não-pobres, mas que as conseqüências do trabalho precoce sobre crianças pobres sejam irrisórias, dada a ausência de oportunidades de boas escolas e empregos futuros. Cumpre lembramos que, se esse for o caso, então o trabalho precoce não é um dos mecanismos de transmissão intergeracional da pobreza.

## 2. Objetivos

O objetivo deste trabalho é preencher essa "lacuna", com base em informações provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD — relativa ao ano de 1982. A PNAD-1982 é particularmente útil, pois contém informações retrospectivas, para cada adulto integrante da força de trabalho, sobre a idade em que começou a trabalhar, bem como o nível educacional de seus pais. O universo da análise foi restrito aos homens ocupados com idade entre 35 e 45 anos, residentes em alguma das dez (10) regiões metropolitanas investigadas

pela PNAD<sup>4</sup>. A amostra da PNAD-82 relativa a esse universo é de cerca de 10 mil observações<sup>5</sup>.

Com base nessa amostra investigamos quatro tópicos inter-relacionados. Primeiro, estimamos, com base nas informações usadas no âmbito desse trabalho, um indicador da magnitude da transmissão intergeracional da pobreza. Isso foi realizado estimando-se a relação entre o rendimento do trabalho<sup>6</sup> e (a) a escolaridade atingida por um indivíduo<sup>7</sup> e (b) o nível educacional de seu pai. Usamos como indicador da escolaridade atingida por um grupo de indivíduos a proporção desses que completaram ao menos uma série do secundário.

Em segundo lugar, procuramos obter evidências diretas de que o trabalho precoce tem, de fato, efeitos deletérios de longo prazo. Das duas “condições causais” necessárias para a caracterização do trabalho precoce como um dos veículos de transmissão intergeracional da pobreza, essa é a menos estudada, e, portanto, o foco central desse trabalho. Especificamente, estimamos as relações entre a idade em que o indivíduo começou a trabalhar e (a) o rendimento em idade adulta e (b) a escolaridade finalmente atingida. Cada uma dessas duas relações foi estimada, primeiro, sem controle e, depois, controlando-se pela (a) educação do pai, pela (b) idade e (c) região atual de residência do indivíduo. Estimamos também essas duas relações restringindo-se o universo de análise àqueles indivíduos cujos pais não possuíam nenhuma escolaridade. O objetivo é obter indicações *diretas* sobre em que medida as conseqüências de longo prazo do trabalho precoce são diferenciadas de acordo com a educação dos pais. É importante lembrar que uma condição necessária para que o trabalho precoce seja um mecanismo de transmissão da pobreza é que ele tenha conseqüências de longo prazo, não sobre as crianças em geral, mas sim sobre crianças nascidas em domicílios *pobres*.

Em terceiro lugar, investigamos a outra condição necessária para que o trabalho precoce seja um dos veículos da transmissão intergeracional da pobreza. Isto é, estimamos em que medida o nível educacional do pai e, portanto, o nível de renda familiar, de fato influencia a idade em que os indivíduos começaram a trabalhar. Essa parte nos dá uma estimativa da relação, já bastante investigada, entre pobreza e trabalho precoce, com base em quesitos retrospectivos, que é uma perspectiva nunca antes utilizada para estimar essa relação.

Finalmente, com base nas duas últimas análises, estimamos qual a contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza. Em síntese, essa estimativa baseia-se em simular “em quanto o diferencial de renda entre indivíduos cujos pais tinham níveis educacionais distintos seria reduzido se a propensão ao trabalho precoce fosse igual para todos, e não maior entre aqueles cujos pais são menos escolarizados”.

4. As regiões metropolitanas são: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

5. O número exato dessa amostra é de 11.772 observações. Esse total se reduz a 9.662 quando observações com informações incompletas são eliminadas da amostra.

6. Considerou-se o rendimento em todos os trabalhos que o indivíduo tivesse na época da pesquisa.

7. O indivíduo é considerado como o homem que começou a trabalhar na menoridade e está situado, hoje, no grupo etário de 35 a 45 anos de idade.

## 3. Resultados

### 3.1 Transmissão da pobreza:

Os resultados apresentados no Gráfico 1<sup>8</sup> indicam um elevado grau de transmissão intergeracional da pobreza. Indivíduos cujos pais tinham o ensino elementar completo têm um nível médio de rendimento cerca de 4 vezes superior àqueles cujos pais eram analfabetos.

Quanto à escolaridade<sup>9</sup>, tem-se que a probabilidade de ingresso no segundo ciclo (ensino secundário) é cerca de 60 pontos percentuais maior entre indivíduos cujos pais completam pelo menos o ciclo elementar (primeiro ciclo) do que entre aqueles cujos pais eram analfabetos.

### 3.2. Conseqüências do trabalho precoce:

Os Gráficos 1, 2<sup>10</sup> e 3<sup>11</sup> confirmam a crença generalizada de que o trabalho precoce tem efeitos deletérios sérios, de longo prazo, tanto sobre o nível dos rendimentos quanto sobre a escolaridade finalmente atingida em idade adulta. A magnitude desses efeitos é atenuada quando são incluídos controles para educação do pai, idade atual e região de residência, muito embora os efeitos ainda se mostrem significativos; é importante ressaltar que, de toda a forma, os efeitos permanecem significativos.

No entanto, a Tabela A-2 e os Gráficos 2 e 3 indicam que esses efeitos, embora importantes para os menores em geral, são bastante reduzidos se limitarmos a análise àqueles indivíduos cujos pais eram analfabetos. Esse resultado indica que, apesar do trabalho precoce ter, em geral, importantes conseqüências de longo prazo, essas conseqüências parecem não estar presentes entre os pobres e, portanto, *não corroboram a noção de que o trabalho do menor seja um veículo de transmissão intergeracional da pobreza*.

8. No Gráfico 1, (a) o rendimento do trabalho inclui o rendimento em todos os trabalhos e está medido em múltiplos de salário-mínimo; (b) a escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário; e, (c) as variáveis de controle são a idade atual e a região de residência.

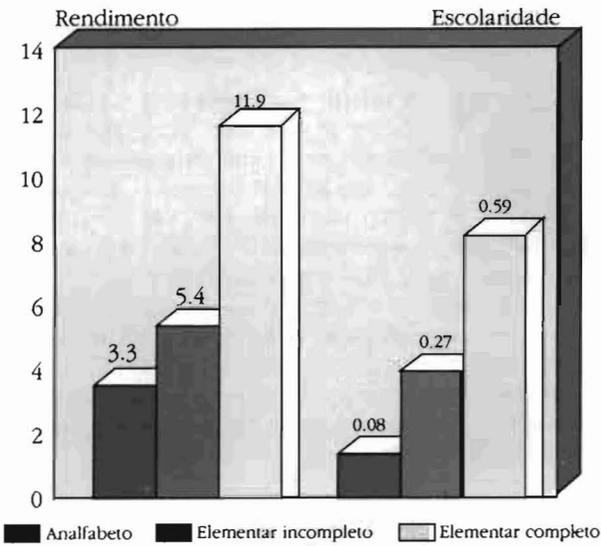
9. Lembre-se que a escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.

10. Os valores apresentados no Gráfico 2 representam a variação percentual do rendimento no trabalho de cada grupo etário em relação ao rendimento do grupo etário de adultos entre 35 e 45 anos que começaram a trabalhar entre 5 e 7 anos (fonte: Tabela A-2).

11. Os valores apresentados no Gráfico 3 referem-se à diferença entre o grau de escolaridade dos grupos etários subseqüentes ao primeiro grupo etário, e este grupo (homens que começaram a trabalhar entre os 5 e os 7 anos e hoje encontram-se no grupo etário entre 35 e 45 anos (ver Tabela A-2).

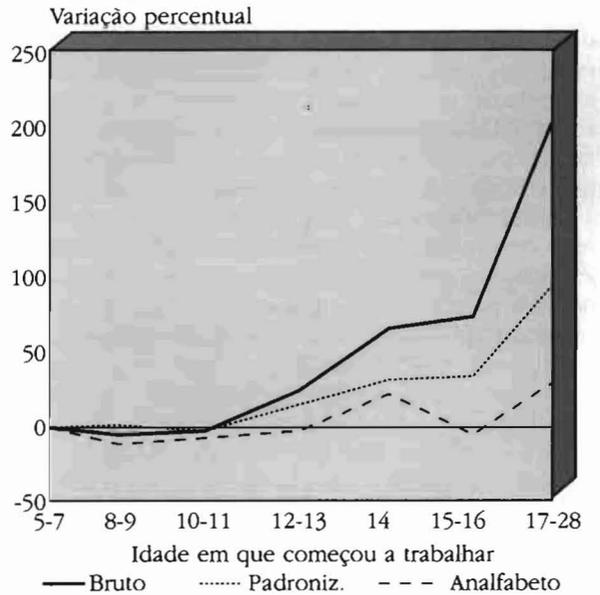
**Gráfico 1**

**Rendimento no trabalho e escolaridade, homens 30-35 anos segundo nível educacional do pai. Brasil - 1982**



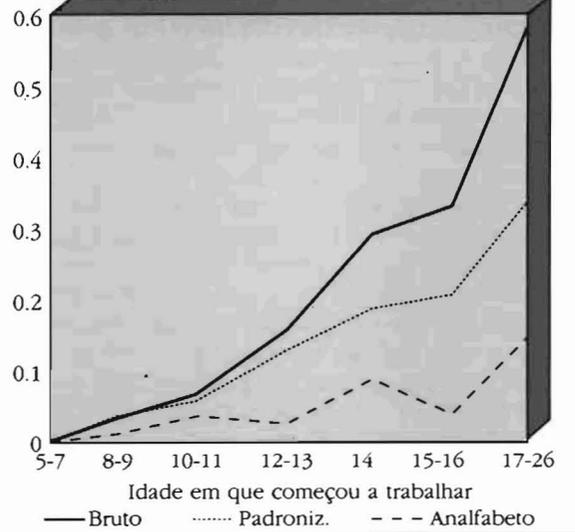
**Gráfico 2**

**Conseqüência do trabalho precoce sobre a renda**



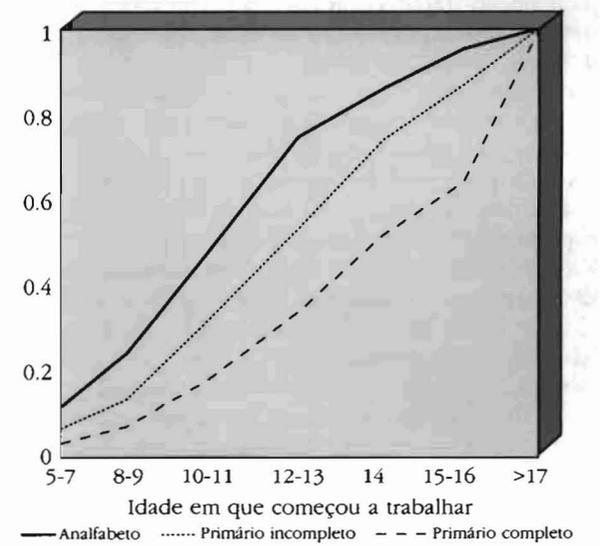
**Gráfico 3**

**Conseqüência do trabalho precoce sobre a probabilidade de completar o elementar**



**Gráfico 4**

**Distribuição acumulada: idade em que começaram a trabalhar, segundo a educação do pai**



### 3.3. Educação dos pais e o trabalho precoce:

O Gráfico 4 demonstra que, de fato, existe uma relação extremamente forte entre a idade em que o indivíduo começa a trabalhar e o nível educacional de seu pai. Por exemplo, a proporção de menores que começaram a trabalhar aos 14 anos, ou antes, é de 35 pontos percentuais mais elevada entre aqueles cujos pais eram analfabetos, do que entre aqueles cujos pais tinham ao menos o primário completo.

### 3.4. Contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza:

Nas duas seções acima (3.2 e 3.3), encontram-se dois resultados importantes. Por um lado, fica mais uma vez demonstrado que o trabalho precoce é, de fato, uma consequência da pobreza familiar (associada à baixa escolaridade do pai); por outro lado, não foram obtidas evidências de que o trabalho precoce tenha consequência para menores cujos pais são analfabetos. Dessa forma, o ciclo de pobreza não se fecha via o trabalho precoce. Em outras palavras, o trabalho precoce não fica caracterizado como um dos veículos, e portanto muito menos como o veículo, para a transmissão intergeracional da pobreza.

Nesta seção, procuramos sumarizar essa característica não transmissora da pobreza via trabalho precoce. Com esse objetivo, simulamos qual teria sido o nível de rendimento dos indivíduos cujos pais são analfabetos, caso o padrão etário com que os indivíduos entram no mercado de trabalho fosse aquele correspondente a indivíduos cujos pais possuem maior escolaridade. Caso o trabalho precoce fosse a causa da pobreza dos indivíduos cujos pais são analfabetos (caso esse em que o trabalho precoce seria um dos veículos da transmissão intergeracional da pobreza), então, ao atribuímos a esses indivíduos o mesmo padrão etário de entrada no mercado de trabalho daqueles indivíduos cujos pais têm maior escolaridade, grande parte da pobreza dos indivíduos cujos pais são analfabetos deveria ser eliminada.

A parcela da pobreza que é eliminada via essa simulação contra-factual é, portanto, uma medida da contribuição do trabalho precoce à transmissão intergeracional da pobreza. Se o trabalho precoce, de fato, não representa um veículo do processo de transmissão da pobreza, então essa parcela deve ser insignificante.

Os resultados obtidos ratificam inteiramente esta última observação; eles indicam que o trabalho precoce explica apenas 9,8% da diferença de rendimentos entre filhos de analfabetos e filhos de pais que tinham o primário incompleto. Quanto à diferença de rendimentos entre indivíduos cujos pais eram analfabetos e aqueles cujos pais tinham ao menos o primário completo, o trabalho precoce consegue explicar somente

5,5%. Em suma, cerca de 90 a 95 % da transmissão intergeracional da pobreza não pode ser explicada com base no trabalho precoce.

## 4. Conclusões

**D**os resultados obtidos nas seções 3.1 a 3.4, alguns merecem ser sumarizados e enfatizados à guisa de conclusão. Em primeiro lugar, constatou-se que, de fato, há um elevado grau de transmissão intergeracional da pobreza, uma vez que estimamos a relação entre o rendimento do trabalho e (a) a escolaridade finalmente atingida pelo indivíduo e (b) o nível educacional de seu pai. A magnitude dessa transmissão é elevada tanto para o rendimento do trabalho quanto para a escolaridade atingida, sem que controles para a educação do pai sejam incluídos. Obtivemos também evidência de que quanto menor o grau de escolaridade do pai, maior é a probabilidade de o indivíduo começar a trabalhar precocemente. Isso corrobora com a primeira conclusão extraída dessa análise.

Em segundo lugar, quando controles para a educação do pai, além dos anteriormente adotados (região de residência e idade atual), são incluídos, a magnitude da transmissão intergeracional da pobreza ainda se mantém significativa. No entanto, ao limitarmos nossa análise àqueles indivíduos cujos pais não tinham nenhum grau de instrução (analfabetos) e mantermos as mesmas variáveis de controle (educação do pai, região de residência e idade atual), os efeitos do trabalho precoce sobre o nível de rendimentos e grau de escolaridade finalmente atingidos são pouco significativos. E, como bastante frisado anteriormente, o que se torna imprescindível para que o trabalho precoce seja caracterizado como um transmissor intergeracional de pobreza é que ele afete crianças residentes em domicílios pobres. O que pretendemos enfatizar com isso é simplesmente que, dada a ausência de boas oportunidades de estudo e trabalho futuro para crianças residentes em domicílios pobres, seria extremamente enganoso imaginarmos que o trabalho precoce teria sérias consequências de longo prazo, o que podemos constatar com esta última conclusão (ver Tabela A-2).

Por fim, para salientarmos esta última conclusão, qual seja, de que o trabalho precoce não é o veículo de transmissão intergeracional da pobreza, fizemos simulações para indivíduos cujos pais são analfabetos, de qual seria o rendimento dos mesmos (indivíduos) caso o padrão etário de entrada no mercado de trabalho correspondesse àquele cujos pais possuem maior escolaridade. O resultado corrobora com a hipótese de que a parcela da pobreza atribuída ao trabalho precoce é insignificante, denotando que o trabalho precoce não explica quase nada do diferencial de rendimentos auferidos pelos indivíduos cujos pais não tinham nenhum grau de instrução e (a) os pais que tinham primário incompleto e (b) primário completo.

# Referências Bibliográficas

- ALMEIDA REIS, J.G. & BARROS, R. P. (1991). Wage inequality and the distribution of education: a study of the evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. *Journal of development economics*; 36.
- BARROS, R.P. & MENDONÇA, R.S.P. (1990). Determinantes da participação de menores na força de trabalho. *Texto para discussão interna*, nº 200. Rio de Janeiro: IPEA-RJ.
- BARROS, R.P. & MENDONÇA, R.S.P. (1990). Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência. *Texto para discussão interna*, nº 202. Rio de Janeiro: IPEA-RJ.
- CALSING, E.F., SCHMIDT, B.V. & COSTA, R.A. (1986). *O menor e a pobreza*. Brasília: IPLAN/IPEA — UNICEF-SUDENE. Série Instrumentos para a ação, 5.
- CASTELLO BRANCO, R. (1979). *Crescimento acelerado e o mercado de trabalho; a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- IBGE/UNICEF (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes — 1981-1983-1986*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1989). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*, vol. 1. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1990). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*, vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1991). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: a situação do menor — 1985*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IPEA/UNICEF (1990). *A Criança no Brasil: o que fazer?* Brasília: IPEA/IPLAN. Série Acompanhamento de políticas públicas, 23.
- LANGONI, D.G. (1973). *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- LEVISON, D. & LAM, D. (1990). *Declining inequality in schooling in Brazil and its effects on inequality, in earnings*. Economic Growth Center, Discussion Paper nº 618, Yale University.
- MEDEIROS, J. (1982). Alcance e limitações da teoria do capital humano: diferenças de ganhos no Brasil em 1973. *Ensaio Econômico* nº 17. São Paulo: IPE/USP.
- SENN, J. (1976). Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 30, (2).
- ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C.S & PASTORE, J. (1985). *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo: Nobel. Ministério do Trabalho.

# Anexo 1

Tabela A-2

Rendimento de trabalho<sup>1</sup> e escolaridade<sup>2</sup> dos homens entre 35 e 45 anos:  
total e daqueles cujos pais eram analfabetos,  
segundo a idade em que começaram a trabalhar  
Brasil – 1982

5 a 7	5,1	4,5	0,19	0,12	3,1	3,3	0,04	0,04
8 a 9	5,1	4,3	0,22	0,15	2,9	3,0	0,04	0,05
10 a 11	4,8	4,4	0,23	0,18	3,0	3,0	0,07	0,07
12 a 13	5,7	5,3	0,31	0,27	3,2	3,1	0,07	0,07
14	5,9	7,3	0,38	0,42	4,1	4,1	0,12	0,13
15 a 16	7,0	7,5	0,40	0,45	3,2	3,2	0,08	0,08
17 <sup>5</sup>	10,4	13,2	0,53	0,70	4,4	4,3	0,19	0,21

Notas: 1. O rendimento no trabalho inclui o rendimento em todos os trabalhos e está medido em múltiplos do salário-mínimo.

2. A escolaridade é medida pela probabilidade de se ter completado pelo menos uma série do ensino secundário.

3. As variáveis de controle são idade atual, região de residência e nível educacional do pai.

4. As variáveis de controle são idade atual e região de residência.

5. Indivíduos que entraram no mercado de trabalho após os 26 anos foram eliminados da amostra.

# III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro

Ricardo Paes de Barros (IPEA)

Eleonora Cruz Santos (IPEA)

## 1. Introdução

Diversos estudos têm ratificado a percepção generalizada de que a cor desempenha, no Brasil, um importante papel de diferenciação ou estratificação social. A importância da cor no mercado de trabalho talvez tenha sido o aspecto mais investigado dessa questão<sup>1</sup>, embora existam também estudos de várias outras nuances da discriminação racial no Brasil. Exemplos elucidativos são os trabalhos de Lovell & Wood (1989) sobre a relação entre cor e mortalidade infantil, de Hasenbalg (1985) sobre a relação entre cor e ascensão social, e o trabalho de Mello e Souza & Valle Silva (1991) sobre a relação entre cor e demanda por educação. No entanto, não parece existir nenhum estudo sobre o papel da cor na inserção de menores no mercado de trabalho brasileiro.

O objetivo deste trabalho é preencher parte dessa lacuna, investigando, em primeiro lugar, como a taxa de participação<sup>2</sup> de menores no mercado de trabalho metropolitano<sup>3</sup> varia com a cor. Em segundo lugar, investigamos, entre os menores que trabalham, como variar com a cor da pele (a) o rendimento médio<sup>4</sup>, (b) a jornada média de trabalho semanal<sup>5</sup>, e (c) a proporção dos que ocupam postos de trabalho com carteira de trabalho assinada<sup>6</sup> (ver Tabela A-3).

1. Ver, por exemplo, Valle Silva (1978, 1980, 1985), Lovell (1989).

2. Considerou-se como participando do mercado de trabalho os menores que ou tinham trabalho na semana de referência da pesquisa, ou procuraram trabalho nos últimos dois meses. No entanto, caso o menor tenha trabalhado no último mês anterior à pesquisa, mas esteja desempregado na semana de referência da mesma, esse menor não foi incluído no cálculo da População Economicamente Ativa (PEA).

3. Mais precisamente, o universo da análise consiste dos indivíduos com idade entre 10 e 17 anos, residentes em uma das dez regiões metropolitanas brasileiras (a constar, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre).

4. Por rendimento entende-se o rendimento mensal normalmente recebido em todos os trabalhos.

5. Por jornada de trabalho entende-se o número de horas normalmente trabalhadas por semana, em todos os trabalhos (ocupações).

6. A proporção com carteira de trabalho, neste estudo, é calculada como a proporção dos menores *ocupados* que possuem carteira de trabalho na sua ocupação principal; e não, como é mais usual, ou seja, a proporção dos *empregados* que possuem carteira de trabalho assinada na ocupação principal.

Por um lado, como é bem conhecido, a composição da população, por cor, no Brasil, possui variações regionais dramáticas. Por exemplo, Hasenbalg (1985) mostra que, de acordo com a PNAD-76, enquanto 28% dos brancos vivem no Estado de São Paulo, somente 11% dos pardos e pretos vivem nesse Estado. Quando se considera os Estados do Nordeste, a situação se inverte: 19% dos brancos vivem no Nordeste, ao passo que 47% dos pardos e pretos lá residem.

Por outro lado, diferenças regionais em termos de níveis de renda e formalização das relações de trabalho não são menos dramáticas. Jatobá (1989) faz uma excelente e compreensiva comparação dos mercados de trabalho regionais no Brasil<sup>7</sup>.

Em conjunto, esses dois fatores indicam que os diferenciais por cor, no Brasil, possuem dois componentes: (a) os diferenciais por cor intra-regionais e (b) os diferenciais por cor advindos de uma maior concentração de indivíduos de cor preta e parda nas regiões mais atrasadas e pobres do país. Além disso, dada a magnitude das diferenças entre os mercados de trabalho regionais na composição da população por cor, levanta-se a possibilidade de que as diferenças por cor, no Brasil, sejam quase que completamente advindas de diferenças regionais, com os diferenciais intra-regionais desempenhando um papel inexpressivo.

Para verificar essa hipótese, os diferenciais por cor intra-regionais foram calculados e comparados aos diferenciais totais. A metodologia utilizada no cálculo dos diferenciais intra-regionais consiste em calcular os diferenciais por cor, separadamente, para cada uma das dez regiões metropolitanas que compõem o nosso universo de análise, e então tomar a média ponderada desses diferenciais. A média ponderada foi calculada adotando-se pesos que constituem a proporção de menores, do nosso universo, que reside em cada uma dessas regiões metropolitanas.

Este trabalho encontra-se organizado da seguinte forma: na próxima seção, os diferenciais (totais) por cor são analisados e comparados com aqueles encontrados entre os adultos. Na seção 3 são introduzidos os diferenciais intra-regionais e comparados com os diferenciais totais. A seção 4 apresenta um sumário dos principais resultados.

## 2. Os diferenciais brutos

**T**axa de participação: a taxa global de participação dos menores no mercado de trabalho metropolitano brasileiro, em 1988, é de 21%, apresentando significativos diferenciais por cor; a taxa de participação entre menores de cor preta ou parda é 2,5 pontos percentuais acima da taxa entre menores de cor branca<sup>8</sup>. Esse diferencial por cor — 2,5 pontos percentuais na taxa de participação — é

7. Ver também Savedoff (1989), Rocha (1989), Cacciamali (1990).

8. Menores de cor amarela foram incluídos na categoria dos menores de cor branca.

essencialmente o mesmo que se observa quando fazemos a comparação entre adultos<sup>9</sup>.

**Rendimentos:** o rendimento médio dos menores ocupados no mercado de trabalho metropolitano brasileiro é de 1,0 salário-mínimo; os rendimentos dos menores de cor parda e preta são cerca de 30% inferiores àqueles de cor branca. Esse diferencial de rendimento por cor é substancialmente inferior àquele observado entre adultos; adultos de cor preta ou parda possuem rendimentos mais de 54% inferiores aos de cor branca.

**Jornada de trabalho:** em média, os menores no mercado de trabalho metropolitano brasileiro têm uma jornada de trabalho de 40,9 horas semanais, o que é bastante elevado, tendo em vista, em particular, que a jornada média dos adultos é de 44,5 horas semanais.

Quanto aos diferenciais por cor, tem-se que os menores de cor preta ou parda trabalham cerca de duas horas a mais, por semana, do que os de cor branca. Os diferenciais entre adultos são de mesma natureza: os de cor branca têm jornadas ligeiramente mais curtas.

**Carteira de trabalho:** dos menores que se encontram ocupados no mercado de trabalho, 37,5% têm carteira de trabalho assinada. Entre adultos essa proporção é de 58,3%.

O diferencial por cor é extremamente elevado com a proporção de menores empregados de cor branca, que possuem carteira de trabalho assinada, sendo aproximadamente o dobro da correspondente proporção de menores de cor preta e parda (cerca de 23 pontos percentuais).

Esses diferenciais por cor são bastante surpreendentes, principalmente quando se observa que, entre adultos, esses diferenciais são quase inexistentes; as variações por cor, na proporção de adultos ocupados com carteira de trabalho, é inferior a 2 pontos percentuais.

**Sumário:** comparando-se aos menores de cor branca, os menores de cor preta e parda trabalham mais, ocupam piores postos de trabalho (menor proporção ocupando postos de trabalho com carteira de trabalho) e percebem menores rendimentos.

### 3. Diferenciais intra-regionais

**O** cômputo dos diferenciais intra-regionais demonstram que os diferenciais totais por cor são extremamente influenciados pelas diferenças entre os mercados de trabalho regionais. De fato, os diferenciais intra-regionais por cor estimados são dramaticamente diferentes dos correspondentes diferenciais totais (Gráficos 1 a 4).

Relativo aos indicadores da intensidade da inserção de menores no mercado de trabalho — a taxa de participação no mercado de trabalho e a duração da jornada

de trabalho — tem-se que, por um lado, os diferenciais intra-regionais são substancialmente maiores que os diferenciais totais. Por outro lado, os diferenciais relativos à qualidade dos postos de trabalho — rendimento médio e proporção em postos com carteira de trabalho assinada — são dramaticamente reduzidos ao passarmos dos diferenciais totais aos diferenciais intra-regionais.

Em suma, os diferenciais intra-regionais possuem uma natureza bastante distinta dos diferenciais totais. Por um lado, os diferenciais totais indicam que menores de cor preta e parda trabalham ligeiramente mais que menores de cor branca, e o fazem em postos de trabalho de qualidade substancialmente inferior. Os diferenciais intra-regionais, por outro lado, indicam que menores de cor preta e parda trabalham substancialmente mais do que menores de cor branca, e que não existem diferenças significativas associadas à cor no que diz respeito à qualidade dos postos de trabalho que ocupam.

Dessa forma, as diferenças de qualidade de emprego observadas entre pretos e pardos, de um lado, e brancos, do outro, são em grande extensão o resultado de as condições no mercado de trabalho serem piores no Nordeste, onde a população preta e parda encontra-se relativamente mais concentrada.

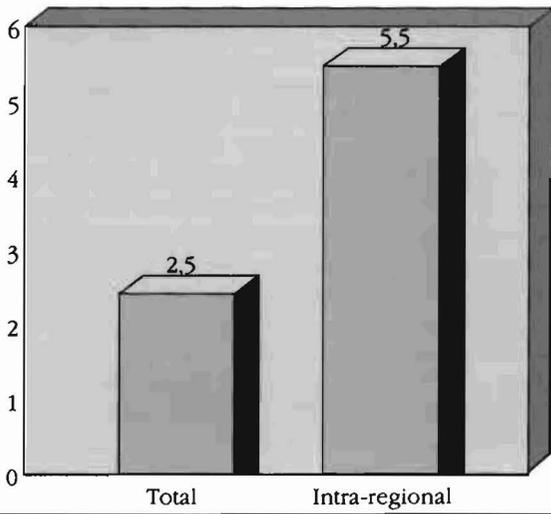
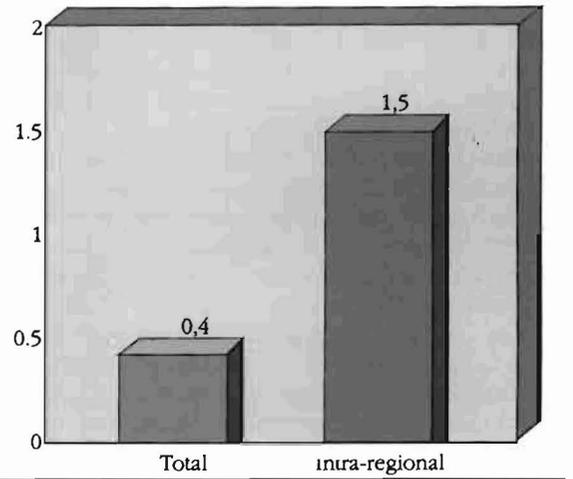
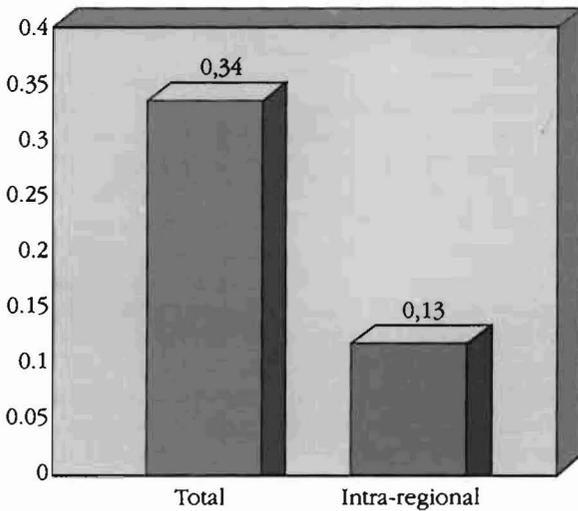
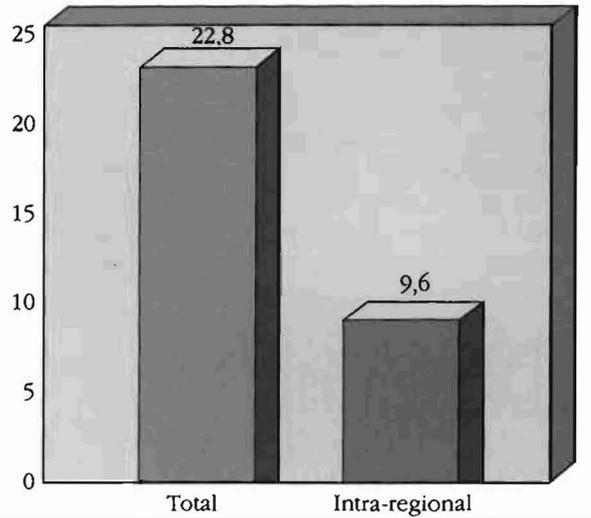
Ademais, o fato de os diferenciais intra-regionais relativos à intensidade da inserção de menores no mercado de trabalho serem maiores do que os diferenciais totais é uma consequência do fato de a inserção de menores no mercado de trabalho ocorrer com menor intensidade nas regiões metropolitanas localizadas no Nordeste, onde os menores de cor preta e parda estão super-representados.

É preciso clarificar a idéia de que não são os diferenciais intra-regionais aqueles que devem ser tratados como relevantes, deixando-se de lado os diferenciais advindos (a) das diferenças entre os mercados de trabalho regionais e (b) de uma distribuição por cor regionalmente “desbalanceada”. Na verdade, a super-representação de menores de cor preta e parda no Nordeste, região com piores condições de postos de trabalho e rendimento, é uma medida da discriminação por cor como fruto de um enclausuramento geográfico a que tem sido submetida a população de cor preta e parda no Brasil. O que este trabalho tenta evidenciar é exatamente em que medida a cor é uma característica importante na participação dos menores no mercado de trabalho, constatando-se, ao longo dessa análise, a importância significativa das diferentes condições do mercado de trabalho inter-regionais, assim como da desigualdade na distribuição por cor dos menores de 10 a 17 anos nas regiões metropolitanas brasileiras.

### 4. Sumário

**A** investigação da importância da cor como uma característica de inserção dos menores no mercado de trabalho advém, primordialmente, do fato de existir no senso comum a idéia de que os menores de cor preta e parda en-

9. Para efeito dessas comparações, considerou-se como adultos pessoas entre 25 e 50 anos de idade.

**Gráfico 1****Taxa de participação****Gráfico 2****Jornada de trabalho semanal****Gráfico 3****Rendimento médio dos ocupados****Gráfico 4****Posse de carteira de trabalho**

contram-se em “desvantagem” no mercado de trabalho, comparando-se aos menores de cor branca, tanto no que diz respeito à qualidade dos postos de trabalho ocupados quanto à intensificação dessa inserção.

O que podemos constatar é que, de fato, há uma segregação regional dos menores; segregação essa extremamente favorável aos menores de cor branca, dado que estes encontram-se majoritariamente nas regiões Sul e Sudeste, as quais oferecem melhores oportunidades no mercado de trabalho, enquanto os menores de cor preta e parda encontram-se majoritariamente no Nordeste.

Ademais, os menores de cor preta e parda, além de geograficamente desfavorecidos, apresentam taxas de participação superiores aos brancos, jornadas mais extensas, rendimentos cerca de 30% inferiores e ocupam

postos de trabalho de qualidade também inferior.

Os exercícios de padronização propostos na seção 3 corroboram, em parte, com o que apresentamos no parágrafo anterior. Ou seja, realmente há evidência de que os menores de cor preta e parda têm maiores taxas de participação no mercado de trabalho metropolitano brasileiro e jornadas de trabalho mais extensas do que os brancos. Essa constatação advém da comparação entre os diferenciais intra-regionais (bem superiores) e os diferenciais totais. Em outras palavras, se ao padronizarmos encontramos diferenciais intra-regionais bem superiores àqueles anteriormente observados (diferenciais totais), então constatamos que menores de cor preta e parda trabalham bem mais que menores de cor branca.

Porém, após a padronização podemos observar

que os diferenciais intra-regionais relativos à qualidade dos postos de trabalho são substancialmente reduzidos quando comparados aos diferenciais totais. Isso contrapõe à idéia de que os menores de cor preta e parda ocupam postos de trabalho inferiores àqueles ocupados por brancos. Ou melhor, de fato há uma evidência empírica de que menores pretos e pardos ocupam postos qualitativamente inferiores; porém, o que os diferenciais intra-regionais constata é que isso advém do fato de que as condições do mercado de trabalho da região onde encontra-se a maior parte da população menor preta e parda (região Nordeste) serem inferiores àquelas onde encontra-se a maior parte da população branca (regiões Sul e Sudeste).

Por fim, como exaustivamente frisado, os diferenciais intra-regionais devem ser realçados, mas não superestimados. Fortes evidências de que existe uma diferenciação no mercado de trabalho inter-regionais, bem como uma composição por cor extremamente desigual, corroborando na "discriminação" racial, também devem ser realçadas.



# Referências Bibliográficas

- CACCIAMALI, M.C. (1990). As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: *XVIII Encontro Nacional de Economia*. Brasília.
- HASENBALG, C. A. (1985). Race and Socioeconomic Inequalities in Brazil. In: P.F. Fontaine (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California Press.
- JATOBÁ, J. (1989). A Dimensão Regional da Pobreza e os Mercados de Trabalho: o caso brasileiro, 1970/83. In: G. L. Sedlacek & R. P. Barros (eds.). *Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/ Série Monográfica 35.
- LOVELL, P. A. (1989). *Racial inequality and the Brazilian labor market*. Universidade da Flórida. (Dissertação de Doutorado.)
- LOVELL, P. A. & WOOD, C.H. (1989). *Racial inequality and child mortality in Brazil*. Trabalho apresentado no I Encontro Sobre Demografia e Mercado de Trabalho. CEDEPLAR/IPEA (mimeo.).
- MELLO e SOUZA, A. & VALLE SILVA, N. (1991). *Family background, quality of education, and public and private schools in São Paulo: relationships and effects on school transitions*. Trabalho apresentado no Seminário sobre Educação, Crescimento e Desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro (mimeo.).
- ROCHA, S. (1989). Incidência de pobreza nas regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80. *Texto para discussão interna*, nº 166. Rio de Janeiro: IPEA-RJ.
- SAVEDOFF, N. (1989). Regional wage differences and segmentation in Brazil's urban labor markets. *Texto para discussão interna*, nº 176. Rio de Janeiro: IPEA-RJ.
- VALLE SILVA, N. (1978). *Black-White Income Differentials: Brazil, 1960*. Universidade de Michigan. (Dissertação de Doutorado.)
- . (1980). O Preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 10: 21-44.
- . (1985). Updating the cost of not being white in Brazil. In: P.F. Fontaine (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: University of California Press.

# Anexo 1

Tabela A-3

Diferenciais por cor totais e intra-regionais segundo taxa de participação no mercado de trabalho, jornada de trabalho, rendimento médio e posse da carteira de trabalho assinada. Menores e adultos:

Brasil metropolitano — 1988

Grupo etário Característica	Média	Diferencial	
		Total	Intra-regional
<b>Menores de 10 a 17 anos</b>			
Taxa de participação (%)	21,4	2,5	5,5
Jornada de trabalho (h/sem.)	40,9	0,4	1,8
Rendimento (SM)	1,01	0,34	0,13
Posse de carteira (%)	37,5	22,8	9,6
<b>Adultos de 25 a 50 anos</b>			
Taxa de participação (%)	74,8	1,7	1,3
Jornada de trabalho (h/sem.)	44,5	0,4	0,9
Rendimento (SM)	5,99	4,02	3,97
Posse de carteira (%)	58,3	1,7	-0,6

Fonte: PNAD 1988.

# “MENORES” INSTITUCIO- NALIZADOS E MENINOS DE RUA:

Irene Rizzini\*  
Irma Rizzini\*\*

*\* Pesquisadora e Coordenadora da CESPIIUSU — Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre Infância/Universidade Santa Úrsula*

*\*\* Pesquisadora e Dirigente do Centro de Documentação da Infância da CESPIIUSU.*

*Marcelo Montes Penha participou como Assistente na realização da pesquisa em que se baseia este trabalho.*



## Capítulo

# 3

## Índice

### Introdução

- 1.** Os temas da pesquisa
- 2.** Balanço final: avanços, lacunas e recomendações
- 3.** A título de conclusão

# Introdução

## Da visão assistencialista às novas proposições da sociedade

**O** texto que ora apresentamos constitui uma síntese comentada dos resultados de uma seleção de pesquisas produzidas na década de 80 sobre a situação da infância pobre no Brasil<sup>1</sup>.

Serviram de base para este texto os temas que, a nosso ver, melhor refletem as transformações que se processaram nos anos 80 em relação ao entendimento da questão.

Nas próximas linhas, traçaremos de forma sucinta o avanço que acreditamos tornar a década de 80 um período que deixará marcas profundas na história da assistência à infância no país.

A partir de meados dos anos 70, o problema popularmente conhecido como do “menor abandonado” passou a ser alvo de crescente atenção. Palavra de ordem na época, e sobretudo nos primeiros anos da década de 80, era a necessidade de se revelar a verdadeira situação em que se encontravam as crianças provenientes das camadas pobres e miseráveis da população. Surgem as primeiras iniciativas de pesquisa social para investigar a questão nas principais cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) e uma Comissão Parlamentar de Inquérito, divulgada em 1976. Assim, o tema do menor, antes caracterizado por dados escassos e difusos e pela ausência de pesquisas que dimensionassem e aprofundassem o problema, torna-se um objeto de estudo que passa a ser cada vez mais visado. Acrescenta-se às iniciativas preliminares de investigação mencionadas, o surgimento de uma vasta produção acadêmica na passagem da década de 70 para a de 80, reafirmando a importância que o tema adquiriu, sobretudo no âmbito das ciências sociais<sup>2</sup>.

1. Este trabalho é resultado de um estudo encomendado pelo UNICEF à Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CESPI), da Universidade Santa Úrsula, sobre a produção acadêmica na década de 80. Para tanto, efetuou-se um levantamento que englobou 70 pesquisas. O critério de seleção obedeceu às seguintes condições: a) a data de realização ou publicação deveria ser da última década. Exceção a essa condição foi a inclusão de duas pesquisas produzidas em 1979 (Gonçalves e Ferreira), devido à importância das mesmas, as quais são apontadas como precursoras de uma linha de pesquisa que se difundiu nos anos seguintes sobre os “meninos de rua”; b) para fins deste estudo, considerou-se como pesquisa todo estudo que produzisse dados primários, quantitativos e/ou qualitativos. Demos especial atenção aos dados qualitativos disponíveis sobre o tema, por entendermos que, além de serem mais escassos os estudos que os contêm, sua divulgação é também bem mais restrita.

2. Segundo estudos sobre a produção acadêmica do tema em questão, estima-se que houve um aumento superior a 300% na produção da década de 80 em relação ao período de 1975 a 1979 (Alvim & Valladares, 1988; Rizzini, 1989).

Em termos concretos, de que maneira este conjunto de informações repercutiria na sociedade? Ora, todo este conhecimento que traduzia em números uma problemática cujas evidências não se podia mais subestimar, provocou o rompimento de uma série de mitos até então sustentados. Merecem destaque as seguintes revelações, em virtude do impacto que causaram na sociedade:

1. Os “menores abandonados” não são realmente abandonados — eles têm família. Ao contrário do que se pensava, eles se originam de famílias pobres, mas não necessariamente desestruturadas. Os anos 80 vieram a comprovar que os menores vivem em sua maioria em famílias nucleares, que para sobreviverem precisam dos recursos obtidos por todos os membros da família, inclusive as crianças. O que era percebido como desagregação, em muitos casos poderia ser interpretado como solidariedade.

2. O menor carente não constitui uma minoria no país, já que mais da metade da população de 0 a 17 anos (57,1% em 1981) poderia ser assim classificada, por pertencer a unidades domésticas pobres e miseráveis (IBGE, 1989).

A partir do questionamento destes mitos, muito se avançou em termos do conhecimento sobre as condições reais de vida da população infantil, redirecionando a ótica predominante. De menores abandonados que necessitavam da caridade e da intervenção assistencial do Estado, chegou-se ao reconhecimento de que havia no país milhões de crianças cruelmente atingidas pelas mazelas da pobreza imposta às suas famílias em virtude da política social injusta vigente no país. Essa compreensão possibilitou uma mudança radical de perspectiva em relação ao problema e abriu espaço para o surgimento de novas propostas da sociedade para o enfrentamento do mesmo.

A divulgação sistemática dos dados obtidos com base em investigações de indiscutível credibilidade possibilitou uma conscientização crescente por parte da sociedade em relação ao problema. Este foi gradualmente sendo percebido como parte de uma conjuntura política que primava pela desigualdade social, permitindo a uma minoria o usufruto de grande parte da riqueza nacional. Era fundamental conhecer a origem do problema. Caso contrário, como pensar em soluções? Aí está, em síntese, a base do conhecimento que propiciou as mudanças de postura observadas no decorrer dos anos 80, face à situação da infância. É possível identificar um sem-número de iniciativas em todo o país convergindo na mesma direção — a articulação de esforços de diversos segmentos da sociedade em defesa da criança e do adolescente, que reuniria os elementos necessários para uma reforma sem precedentes, inclusive a nível jurídico<sup>3</sup>.

Discutiremos, no texto que se segue, a contribuição legada no âmbito da pesquisa, através de dois temas que acompanharam o debate da década:

3. De Norte a Sul, inúmeras contribuições se somaram no sentido de elaborar uma nova lei que preconizasse o respeito aos direitos da criança. Esse processo resultou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que em julho de 1990 revogou o antigo Código de Menores (1927/1979).

## 1. Os menores institucionalizados.

Tema amplamente focalizado pelos pesquisadores na virada da década. Como veremos, estas pesquisas contribuíram de forma efetiva para a mudança na concepção de infância ocorrida na década de 80.

## 2. A criança pobre e suas estratégias de sobrevivência.

Incluem-se aqui as pesquisas e estudos de campo cuja proposta era corrigir e ampliar o conhecimento existente sobre as condições de vida das crianças e adolescentes classificados como pobres. Destacam-se as pesquisas sobre os chamados "meninos de rua", em face do número crescente de crianças que passaram a fazer das ruas seu espaço de trabalho e/ou moradia nos últimos anos. Os resultados dessas pesquisas foram decisivos para a mudança de perspectiva da sociedade em relação ao problema.

Por fim, gostaríamos de destacar que, ao longo do artigo, procuramos nos manter fiéis à terminologia empregada pelos autores para designar a população alvo das pesquisas, pois ela reflete a concepção de infância predominantemente aceita na época. Por exemplo, no início da década, o termo "menor" é ainda utilizado de maneira pouco crítica, o que aparece nitidamente nas pesquisas sobre a internação de crianças. Já a partir da metade da década, começa-se a questionar o seu emprego, sendo entendido como discriminatório e estigmatizante.

# 1. Os temas da pesquisa

## 1.1. Os "menores" institucionalizados

**U**m grande número de pesquisas sobre a questão da internação de crianças em instituições de assistência para menores surgiu no final da década de 70 e, sobretudo, na primeira metade da década de 80. Tais estudos caracterizam-se por constituir abordagens essencialmente qualitativas, que visam estabelecer um perfil do grupo que se encontra dentro das instituições, composto tanto por menores carentes como infratores. Destacam-se alguns temas privilegiados pelos pesquisadores em seus estudos, como, por exemplo: as características comuns aos internos no que se refere à idade, gênero, origem e relações familiares. Questões tais como as causas da internação e as consequências, a curto e a longo prazos, que podem ser associadas à experiência de vida nos internatos são também salientadas pelas pesquisas.

Apresentaremos a seguir uma síntese dos resultados das pesquisas que focalizaram o tema da institucionalização de crianças.

## O perfil do "menor" institucionalizado

### Quais são as características comuns às crianças internadas?

É necessário ressaltar que não é possível estabelecer um perfil nacional da criança internada, já que não há dados censitários sobre essa população, embora a internação tenha historicamente constituído uma das principais práticas de atendimento à infância pobre no país. As pesquisas que surgem na década de 80 privilegiam o estudo dos internos na fase de adolescência (10 aos 18 anos), o que não significa que esta seja a faixa etária predominante nos internatos. Guirado (1980) mostra que a procura para internação se dá com mais frequência para crianças com idade inferior a 6 anos, voltando a aumentar entre os 12 e 14 anos.

Não se observa nestas pesquisas a preocupação de analisar as possíveis diferenças de gênero. Somente duas pesquisas focalizaram a questão da menina internada, referindo-se à exploração sofrida pela "menor-mulher" na sociedade, principalmente com relação ao trabalho doméstico, que na maioria das vezes é a única opção que encontram ao saírem da instituição (Silveira, 1989 e Cabral, 1982). Entretanto, é interessante destacar que a própria instituição não faz essa diferenciação, lidando com os internos como se fossem seres assexuados. Somente quando a sexualidade começa a despontar com mais intensidade, o que é percebido como problema, é que a instituição se preocupa com a diferenciação de sexo. Na verdade, trata-se de uma discriminação entre os sexos, onde meninas e meninos são separados e, segundo Altoé (1990), não implica em nenhuma diferença significativa de tratamento. A autora pesquisou sete internatos de uma Fundação, onde crianças de ambos os sexos conviviam indistintamente até os seis anos. Os meninos só conviviam com as meninas até essa idade, quando então eram transferidos para outros estabelecimentos próximos. A partir dos 12 anos, a Fundação só atendia meninos, alegando ter muitos problemas no atendimento de meninas.

Embora as pesquisas raramente abordem as características étnicas da população internada, os resultados sugerem que apenas uma minoria poderia ser incluída na categoria "branca". No Rio de Janeiro, em três instituições estudadas, foi registrado um percentual de 39% de crianças pardas, 30% de cor negra e 31% de cor branca (Rizzini, 1985). Na mesma cidade, a população atendida pela Fundação Estadual de Educação do Menor, em seus vários programas, era composta de 38% de pardos, dado bem aproximado ao encontrado por Rizzini. O levantamento da FEEM (1982) não especifica a composição étnica do restante da população atendida, assumindo a percentagem de pardos como majoritária.

Quanto à questão da origem das crianças, os estudos indicam que estas são, em sua maioria, naturais das próprias capitais onde estão internadas, particularmente das áreas mais pobres e periféricas das cidades (Guirado, 1980; Vainsencher, 1989; FEEM/RJ, 1987; Silveira, 1989 e Rizzini & Wiik, 1990).

Um aspecto importante a ser considerado no perfil das crianças internadas refere-se às suas famílias (Painel 1). Observa-se que os estudos realizados nos primeiros anos da década de 80 apresentam a família do “menor institucionalizado” como invariavelmente “desorganizada” ou “desestruturada”. Os estudos mais recentes evitam tal qualificação das famílias, a partir das críticas que se tem feito, segundo as quais as categorias acima citadas seriam definidas tomando-se como parâmetro um padrão dominante de família que não corresponderia à realidade de vida das camadas mais pobres da população.

O dado mais expressivo a ser destacado sobre as famílias dessas crianças é o fato de serem constituídas com grande frequência em torno da figura de um dos pais, em geral a mãe. A ausência da figura paterna é comumente associada à desorganização das famílias e à conseqüente dificuldade que teriam as mães de arcar sozinhas com a responsabilidade de cuidar de seus filhos (Guirado, 1980; Cabral, 1982; Campos, 1984). Embora não defendendo o ponto de vista da desorganização familiar, outras pesquisas confirmam o fato de que a ausência paterna constitui uma realidade para a maioria dos menores internados. Por exemplo, uma pesquisa realizada em Recife mostrou que 72% dos internos não tinham pai ou informações sobre o mesmo (Vainsencher, 1989). Outro estudo, proveniente de Fortaleza, registrou a proporção de 44% de famílias constituídas em torno de apenas um dos pais (Silveira, 1989).

É interessante observar que são poucos os estudos que investigam o vínculo da criança internada com sua família, apesar da unanimidade na concordância quanto a sua importância para o desenvolvimento da criança. Do estudo de Rizzini (1985) com 363 menores internados de ambos os sexos, 42% deles tinham contato sistemático com a família e, em 58% dos casos, o contato era esporádico ou inexistente. A autora obser-

vou que quando a internação era feita pela própria família, os laços tendiam a se manter, o que não ocorria quando a iniciativa provinha do Juizado de Menores.

### Por que se interna crianças no Brasil?

Embora nem sempre as pesquisas apontem as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias de baixa renda como a causa imediata da internação dos filhos, a pobreza aparece invariavelmente como um fator determinante. Isto é também verdadeiro para os casos dos menores que são internados por terem cometido algum tipo de infração.

Uma causa apontada com frequência é a dificuldade da família em lidar com a conduta da criança. Nestes casos, é a própria família que procura a instituição ou o Juizado de Menores para auxiliá-la na tarefa de disciplinar seus filhos. Em Fortaleza, 30% das meninas internadas no Centro de Recepção e Triagem da FEBEM/Ce lá estavam por desobediência aos pais. A perambulância aparece em 25% dos casos e a suspeita de furto em 13% das internações. Até problemas psiquiátricos aparecem como motivos de internação, perfazendo 8% dos casos (Silveira, 1989).

Outra via identificada como causa da internação é a ação repressiva do Estado motivada pelo “comportamento infrator do menor”, ou seja, por uma ação que tenha infringido a legislação vigente na época (Código de Menores), ou até mesmo por suspeita de infração.

A pobreza aparece como um fator que conduz à internação. É comum também a família buscar a internação por dificuldade de lidar com os filhos.

#### Painel 1

## Quem são as crianças e os jovens que se encontram dentro dos internatos para menores no país?

A população internada é composta por crianças e jovens, que são tratados como órfãos e abandonados, embora possuam famílias. Os muitos “orfanatos” espalhados pelas cidades brasileiras estão abarrotados de “menores” que teriam sido internados por encontrarem-se em “situação irregular” (Código de Menores / 1927-1990). Tal irregularidade poderia consistir, por exemplo, no fato de terem nascido pobres e terem sobrevivido, sem que suas famílias tivessem condições de sustentá-los.

Os menores internados são em geral originários do mesmo município onde estão localizadas as instituições, provindos dos locais mais pobres das cidades, como as favelas e os bairros das periferias. Suas comunidades de origem são com frequência muito distantes das instituições nas quais residem, dificultando a manutenção dos laços familiares. Estes vão conseqüentemente se enfraquecendo à medida que os anos passam, o que torna pertinente a seguinte dúvida: poderia a internação ser considerada uma alternativa válida para as famílias que têm dificuldade de cuidar de seus filhos, ou funcionaria ela como um incentivo ao abandono? Diversos estudos sugerem que a internação, salvo em situações excepcionais, causa mais danos do que beneficia aqueles que a ela recorrem.

Dados levantados por uma pesquisa de Recife (Vainsencher, 1989) identificam o percentual de internações motivadas pela ação da polícia: 18% por roubo, 11% por vadiagem ou fuga de casa, 8% por assassinato ou suspeita de e 7% por consumo de drogas nas ruas.

Fatores que retratem as motivações internas dos pais e as circunstâncias específicas na vida das crianças que levam suas famílias a interná-las são pouco explorados pelas pesquisas. Uma exceção é o estudo de Fonseca (1987) em uma favela de Porto Alegre. A autora relata que famílias em situação de crise, por separação conjugal ou morte de um dos cônjuges, recorriam à FEBEM para garantir a sobrevivência dos filhos, embora a instituição estivesse em último lugar na escala de preferência dessas pessoas.

Visto por que as crianças são internadas, é importante considerar quem as interna. As pesquisas demonstram que as crianças são internadas pela família, pela polícia e até por iniciativa própria — por “estar cansada de sofrer” (Cabral, 1982). A procura de internação por parte da própria criança é também abordada na pesquisa de Fonseca (1987), segundo a qual havia casos em que os próprios adolescentes preferiam ir para a instituição, por ter cama própria, refeições regulares e a possibilidade de interromper a internação pela fuga, quando quisessem.

### Quais são os efeitos da internação na vida da criança?

Os estudos indicam que a experiência de vida dentro de instituições fechadas, principalmente nos casos de longa duração, é prejudicial em vários aspectos, em especial no processo de formação da identidade, na escolarização e no desenvolvimento

das relações sociais (Painel 2). A questão da formação da identidade do menor internado é alvo de preocupação de alguns autores de formação psicológica, que realizaram pesquisas predominantemente de cunho qualitativo.

Violante (1984), no seu estudo sobre menores internados na FEBEM de São Paulo, revela que muitas vezes o indivíduo acaba por cumprir a “carreira” que a instituição lhe traça, adquirindo a identidade que lhe atribuem e se distanciando cada vez mais do modelo de identidade dos “normais”. Campos (1984), no seu trabalho sobre alunos e ex-alunos da FUNABEM, aborda a mesma questão, mostrando como a instituição impõe ao menor a identidade idealizada do “recuperado”, tratando-o, porém, de acordo com a identidade atribuída de “infrator”. A autora mostra como muitas vezes o menor acaba se identificando com os valores da classe dominante, passados como valores da instituição.

Num outro tipo de abordagem, Marin (1988), referindo-se a crianças pequenas internas na FEBEM/SP, considera que o processo de identidade da criança é prejudicado pelo fato de a instituição pretender ocupar o lugar da família, ocultando sua situação social e levando-a ao silêncio e à submissão.

A única pesquisa que aborda a questão da criança internada desde a sua entrada quando bebê até a sua saída com 18 anos é a de Altoé (1990). A autora analisa o funcionamento cotidiano da instituição, mostrando que o internato oferece um atendimento violento (violência explícita e implícita na rotina) e contrário à formação do sujeito e do cidadão. Não há lugar para a diferenciação na instituição; o que existe é regularidade e ordem, uma “vivência da mesmice”, que dificultaria a formação de indivíduos autônomos.

O problema da inserção social é abordado por vários pesquisadores. O estudo de Fróes (1983) mostra

## Painel 2

### Os efeitos da internação na vida da criança.

Os indivíduos que durante a infância passam pela condição de “menores institucionalizados” encontram dificuldade em se adaptar à vida social fora dos muros do internato e tornam-se adultos que podem apresentar sérios problemas de identidade.

A internação de crianças em instituições de assistência (conhecidas como asilos, dispensários, orfanatos etc.) constitui uma prática que se origina do século passado, sem que, no entanto, tenha sido abolida no Brasil. Embora não existam dados censitários sobre a população internada e sobre as instituições espalhadas pelo país, sabe-se que ainda existem muitas em pleno funcionamento, apesar de serem mundialmente condenadas como prática de atendimento a crianças desassistidas. E por que se condena as instituições? As pesquisas revelam que a vida institucional, por suas características de rotinização, massificação e rígida disciplina, cria um ambiente de impessoalidade e falta de afeto, que pode prejudicar o indivíduo de várias maneiras. Os principais aspectos destacados pelas pesquisas como efeitos causados pela internação dizem respeito à formação de identidade do indivíduo e a sua inserção social. Crianças que passam um longo período de suas vidas dentro de internatos tornam-se, com frequência, indivíduos despreparados para a vida e enfrentam enormes dificuldades de aceitação e adaptação fora da instituição. Os pesquisadores que se dedicaram a estudar a vivência daqueles que passaram pela experiência de internação chamam a atenção para o fato de que os indivíduos desenvolvem uma imagem extremamente negativa de si mesmos.

As pesquisas revelam que a experiência de longa duração no internato é prejudicial ao processo de formação da identidade e de inserção social do indivíduo.

que o preconceito da sociedade com relação ao interno não é somente dirigido ao jovem, visto como um "marginal". No seu estudo com crianças institucionalizadas que passavam a freqüentar a escola quando completavam 5 anos, a autora mostra o difícil caminho enfrentado por estas crianças para, de um lado, se adaptarem ao novo ambiente e, de outro, para serem aceitas no mesmo. No entanto, a maior parte dos estudos aborda a questão sob o ponto de vista do adolescente em vias de deixar a instituição ou após o seu desligamento. Campos (1984), focalizando um grupo de egressos da FUNABEM, testemunha a dificuldade de inserção do ex-interno na sociedade. A autora analisa essa dificuldade a partir do despreparo do jovem em nível do real e da mudança brusca de vida a que é submetido, passando do "conforto total e gratuito a um abandono completo".

Poucos estudos tratam do caso específico dos menores que de alguma forma infringem a lei e são detidos nos internatos.

Queiroz (1984) aborda a saída do menor infrator da instituição, mostrando que a marca da FEBEM e da polícia dá a certeza de que ele é intrinsecamente criminoso, tornando-o para sempre culpado perante a sociedade. Portanto, a passagem pelo internato tende a piorar a sua situação, dificultando suas possibilidades de inserção social por outra via que não a da marginalidade.

Altoé (1989), num estudo sobre egressos de internatos para menores, aponta que ao ser desligado da instituição o ex-interno não conta com um período de transição para adaptar-se aos problemas da vida cotidiana fora do contexto em que foi socializado. O indivíduo, desta forma, defronta-se com uma sociedade cujas regras pouco conhece e na qual deve cuidar de sua sobrevivência e assumir sua condição de cidadão. As suas expectativas colidem com a realidade, podendo ser geradas a partir daí várias trajetórias sociais. Além do que, é um indivíduo marcado pela institucionalização, fazendo com que sofra o estigma social de ter passado por uma instituição como a FUNABEM, percebida pela sociedade como sinônimo de uma "fábrica de marginais"<sup>4</sup>. Este fator, somado ao seu pouco preparo para enfrentar o mundo do trabalho, acaba freqüentemente impelindo-o para a ilegalidade a fim de garantir a sua sobrevivência. É uma saída também traumática, já que requer igualmente uma experiência distinta da que o menor teve no internato.

4. Esta representação das instituições de assistência foi consolidada na época do SAM (1941-1964) e mantida posteriormente com a criação da FUNABEM (1964-1990), quando se pretendia justamente mudar a imagem de "escolas do crime" que os estabelecimentos carregavam. Com as reformulações que se processaram no plano legislativo, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (julho de 1990), espera-se mudanças significativas na política de assistência à infância, com ênfase na garantia dos direitos deste segmento da população.

## O que as pesquisas detectam com relação aos sentimentos e às representações das crianças?

Os autores mostram que as representações dos menores institucionalizados frente a si mesmos são enormemente influenciadas pela imagem negativa e preconceituosa que a instituição tem deles. Desta forma, Campos (1984) defende o ponto de vista de que o menor, ao ser considerado em "falta", elabora uma auto-imagem de um sujeito em "falta", em "erro", e que necessita portanto do apoio paternalista e assistencialista que a instituição lhe oferece.

Nesse sentido, Cabral (1982), em seu estudo sobre meninas internadas, discute a existência nelas de um auto-conceito negativo, reforçado pelo fato de esta-

Alguns autores destacam que os internos apresentam um auto-conceito negativo e se percebem como um peso para suas famílias e para a sociedade.

rem internadas. Vainsencher (1989), por sua vez, aponta que a maioria dos menores internados aceita passivamente a internação, seja ela determinada pelas dificuldades financeiras enfrentadas por suas famílias, seja pelo fato de terem praticado atos considerados anti-sociais. É um alto grau de resignação, que os faz sentir como um peso para suas famílias e para a sociedade.

A pesquisa de Altoé (1989) com ex-internos da FUNABEM e instituições semelhantes revela que a família representa para estes proteção, afeto, apoio e até o vínculo com o mundo fora dos muros da instituição. A perda do vínculo familiar é percebida pelos ex-internos como irreparável. Contudo, nem sempre os sentimentos frente à família são harmoniosos. O sentimento de revolta pela internação aparece, por exemplo, no grupo de meninas estudado por Cabral (1982), as quais depositavam na família as causas de sua situação de vida.

As representações dos menores internados em relação à instituição que os abrigava também é objeto de estudo de alguns autores. Altoé (1989) mostra que os egressos de instituições tendem a ter uma visão idealizada do internato, como uma "família" que lhes deu tudo e que ele, o ex-interno, não soube aproveitar. Nas palavras da autora, "o ex-interno se coloca contra si próprio e 'elogia' a instituição" (p. 104). Esta aparente divergência de representações da instituição pode ser entendida pelo fato de serem provenientes de internos e ex-internos. O egresso, tendo que lutar com a dificuldade diária de sobrevivência, preocupação antes inexistente, tende a idealizar a instituição provedora, onde tinha, a seu ver, "regalias" e "mordomias", agora inimagináveis.

Essas observações são igualmente verdadeiras no caso dos menores infratores entrevistados. Segundo Edmundo (1987), os menores entrevistados na

FEBEM/Pe, viam a instituição como “mãe”, com toda a ambigüidade que a imagem carrega: a instituição como a figura materna nega sua vivência, o anula, mas sempre que possível o acolhe e compreende.

É de certa maneira surpreendente que tão pouca atenção tenha sido dada à questão do trabalho nas pesquisas sobre menores institucionalizados, em face da ênfase que normalmente se dá à formação e à ocupação profissional dos mesmos.

Observa-se que os sentimentos dos menores internados frente às atividades exercidas na instituição constitui um tema abordado de forma breve pelas pesquisas. No que se refere à vivência do trabalho na própria instituição, Cabral (1982) aponta que esta é percebida pela maioria dos menores como castigo.

Já Violante (1984) verificou que a prática escolar e profissionalizante, usada como contenção e com descaço dentro da FEBEM/SP, não produzia as condições necessárias para a posterior sobrevivência do interno na sociedade. Este fato levava-os a adquirir representações negativas a respeito do trabalho. O mesmo fenômeno foi constatado por Altoé (1990) e é apontado claramente pelos internos. Segundo relato de um deles, a atividade na oficina “é só para manter a gente ocupado” (p. 227).

No que diz respeito ao trabalho propriamente dito, o estudo de Altoé (1989) sobre egressos de instituições revela que este é percebido como uma via de inserção social valorizada, muito embora com enormes obstáculos para essa população, por motivos diversos: falta de apoio familiar, formação profissional inadequada e salário precário.

### Quais são as expectativas dos internos em relação ao seu futuro?

Diversos autores relatam a dificuldade que o menor internado tem em estabelecer um projeto de vida, em pensar o seu futuro. É uma questão que lhe traz grande angústia, pois, de certa forma, pressente as dificuldades que terá que enfrentar no mundo lá fora, muitas vezes sem ajuda alguma. Guirado (1986) chega a afirmar que a instituição é o substituto do projeto de vida, da singularidade e da vida.

A pesquisa de Cabral (1982) aborda as dificuldades vividas pelas menores, principalmente aquelas que estavam internadas durante vários anos. Segundo a autora, a impotência para planejar o futuro constitui o sentimento dominante entre as internas, que afirmaram desejar trabalhar, sair da instituição, ter uma casa, família e proteção.

Vainsencher (1989) relata que a solicitação para que os internos manifestassem o que gostariam de fazer na vida gerou angústia, desencorajamento e apatia. Sua pesquisa demonstra que 12% dos menores não conseguiram sequer pronunciar qualquer palavra so-

É muito difícil para o “menor” que se encontra internado até mesmo pensar no seu futuro.

bre suas expectativas e projetos. Dos que conseguiram fazer projeções para o futuro, estas eram extremamente vagas, como por exemplo ter um trabalho qualquer (17% dos casos).

Silveira (1989) relata em sua pesquisa como as internas de uma instituição da FEBEM/Ce, quando têm algum projeto de vida, em geral reproduzem o modelo opressor interiorizado a partir de sua condição de menor-mulher: ser empregada doméstica ou prostituir-se. Segundo a autora, a vida de algumas internas é permeada pela desesperança e pelo desalento.

Outra demonstração da dificuldade dos internos em pensarem num projeto de vida consiste na tentativa de manter sua situação atual, sem grandes modificações. Esta tentativa é expressa no desejo de ingressar nas Forças Armadas, na busca de segurança e de um futuro previsível. Dos 96 alunos entrevistados por Altoé (1990), 64 almejavam entrar nas Forças Armadas. Nada melhor do que a fala dos meninos para expressar esse sentimento (ver Silveira, 1989: 246):

“Vou sair daqui e vou direto para outra escola que é o quartel” (16 anos).

“Eu quero ir para o Exército porque já acostumei a vida preso” (16 anos).

“Quero ir para as Forças Armadas. Quero sair da gaiola para ir para o viveiro. Tem mais espaço” (15 anos).

Altoé (1989) encontrou nos ex-internos a mesma falta de esperança e de opções, o que os impossibilitava de fazer planos concretos para o futuro. Apenas os que tinham um mínimo de infraestrutura necessária à sobrevivência conseguiram manifestar um “projeto de vida”. Desejavam para o futuro poder esquecer o passado e mudar de vida — trabalhar, comprar a casa própria, constituir família ou mesmo ingressar nas Forças Armadas.

## 1.2. A criança pobre e suas estratégias de sobrevivência



medida que a década de 80 avança, intensifica-se o questionamento do conceito de “menor”, até então aplicado de forma pouco crítica. Nos anos 70 e mesmo no início da década de 80, não era tão óbvio quanto parece hoje que o problema do “menor abandonado” fosse uma consequência direta da política nacional de priorização do crescimento econômico, em detrimento do bem-estar da população.

Fica patente nos anos 80 o reconhecimento por parte da sociedade de que a presença em massa de crianças nas ruas não pode ser ignorada. Procura-se explicar essa presença pela necessidade que as crianças pobres teriam de gerar renda para contribuir com o orçamento familiar, fato com frequência associado ao processo de empobrecimento do país.

As pesquisas da época passam a apontar as estratégias desenvolvidas pelas crianças para sobreviverem, indicando que estas, em idade cada vez mais precoce,

assumem a responsabilidade de garantir até mesmo o próprio sustento<sup>5</sup>. Os diversos estudos que surgem com o objetivo de diagnosticar a situação da infância pobre no país também sinalizam a enorme importância que o fator “ter que gerar renda” adquire para aqueles que constituem a clientela alvo dos programas de assistência ao menor.

Nesta seção, abordaremos o tema sob a ótica das pesquisas que retratam as estratégias desenvolvidas pelas crianças e jovens para conseguirem dinheiro nas ruas das grandes cidades, merecendo a designação genérica de “meninos de rua”. Cabe esclarecer que os meios utilizados pelas crianças para sobreviverem nas ruas (as “estratégias de sobrevivência”) englobam uma série de atividades (do tipo “biscate”), inclusive as ilegais. Consideraremos também alguns dados de pesquisas sobre os trabalhadores assalariados, embora mais para efeito de comparação, pois as pesquisas que focalizam o menor trabalhador em geral lidam com dados censitários e, portanto, não foram incluídas neste texto (ver Capítulo 1 desta publicação).

### *Meninos e meninas “de” e “nas” ruas*

A partir de meados da metade da década de 80 difunde-se uma nova forma de designar as crianças e jovens que se encontravam nas ruas — os chamados “meninos de rua”. O uso do termo consolida-se nesta época, embora identifique-se a sua origem em terminologia empregada em duas pesquisas publicadas no ano de 1979, em Belém e em São Paulo (Gonçalves, 1979 e Ferreira, 1979).

Ao atingir a dimensão de um fenômeno que adquiriu considerável visibilidade nas grandes cidades de todo o país, o tema “meninos de rua” passa a ser explorado por muitos pesquisadores. Os estudos que surgem têm em comum a proposta de caracterizar um grupo ainda não conhecido. Trata-se de pesquisas que apresentam um perfil dos “meninos de rua”, destacando suas características, origem, atividades, inserção familiar, sobrevivência e assim por diante (Gonçalves, 1979; Governo do Estado do Ceará/IPLANCE, 1980; Rizzini, 1986; Myers, 1988; Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988; Pires, 1988; Oliveira, 1989 e Capítulo 4 desta publicação).

Este tipo de pesquisa, que diríamos marcar uma primeira fase de produção sobre o tema, apresenta uma interessante similaridade de resultados em diversas cidades, o que vem a assegurar a extensão e a gravidade do problema, que passa a ser reconhecido como um fenômeno de âmbito nacional. Outro traço a ser apontado é que estas pesquisas não diferenciam os grupos de crianças que podem ser encontrados nas ruas, razão pela qual, na designação genérica de “meninos de rua”, inclui-se também as meninas, os que

trabalham e retornam à casa e aqueles que moram nas ruas. Na verdade, estas pesquisas focalizam somente o grupo mais visível nas ruas, ou seja, aquele composto por crianças envolvidas em atividades que lhes rendem algum dinheiro — um grupo que, sem dúvida, cresceu rapidamente na década em questão, devido ao período de prolongada recessão econômica e o conseqüente empobrecimento da população. Por outro lado, as pesquisas indicam também a existência de uma percentagem, que, apesar de pequena não poderia ser ignorada, de crianças e adolescentes que perdem o vínculo com a família ou que o mantêm de forma ocasional.

O fato é que somente no final da década de 80 estabelece-se uma distinção clara entre os dois grupos — os que moram nas ruas e os que passam os dias nas ruas — sendo assim denominados “meninos(as) *de* rua” e “meninos(as) *nas* ruas”. Esta distinção é resultado do conhecimento adquirido, nos anos anteriores, sobre a realidade de vida destas crianças e torna-se possível a partir da constatação de que a grande maioria das crianças e jovens que se encontram nas ruas retornam à casa no final do dia.

Ao contrário do que se pensava, dado o número crescente de crianças desacompanhadas nas ruas, estas não são abandonadas, muito embora vários estudos indiquem uma tendência ao enfraquecimento dos laços familiares devido às relações que as mesmas estabelecem nas ruas sem a interferência da família. Solidificou-se, assim, o conhecimento de que se trata de crianças pobres, precocemente imbuídas da responsabilidade de participarem do orçamento familiar.

Outras contribuições a nível de pesquisa podem ser identificadas nos últimos anos da década, embora ainda sejam predominantes os estudos de perfil das crianças. Destaca-se algumas pesquisas que apontam para o esforço de focalizar os demais grupos existentes nas vias públicas, como por exemplo as crianças que permanecem nas ruas com suas famílias (Lusk, 1989) ou, ainda, a tentativa de incluir nas pesquisas sobre “meninos de rua” o tema da família, como elemento indispensável para o estudo do problema (ver Capítulos 5 a 7 desta publicação). Nesse sentido, não se pode deixar de mencionar uma tendência mais recente — os estudos sobre a violência contra a população infantil nas ruas — provocada por uma seqüência de denúncias a respeito de um outro fenômeno que desponta em todo o país: o extermínio de crianças (Dimenstein, 1990; MNMMR-IBASE-NEV/USP, 1991)<sup>6</sup>.

5. Não há como dissociar deste contexto de pobreza e constrição social o fato de que, ainda hoje, o trabalho infantil seja encarado com tanta naturalidade. A despeito da legislação, que proíbe o trabalho para menores de 14 anos, as pesquisas mostram e as estatísticas o comprovam, que muitas vezes crianças com idade inferior a 10 anos trabalham nas mesmas condições que os adultos, não sendo necessariamente sequer remuneradas.

6. Os estudos que surgiram recentemente apresentam várias semelhanças metodológicas, sendo fortemente marcados pelo teor de denúncia acerca do extermínio de crianças no país. Apesar de não trabalharmos com os resultados de tais estudos neste texto, seria faltar de nossa parte deixar de registrar a sua existência como uma importante tendência presente no final da década de 80.

## O perfil dos meninos e das meninas que se encontram nas ruas

Das pesquisas que surgiram no período de 1979 a 1990, identificamos 16 que abordam as condições de vida e a vivência das crianças nas ruas. Apresentaremos a seguir uma síntese dos resultados dessas pesquisas.

As crianças e jovens que se encontram nas ruas são, em sua grande maioria, do sexo masculino, como se pode ver na Tabela 1.

As pesquisas sugerem, embora não aprofundem a questão, que as famílias procuram, sempre que possível, manter as meninas em casa, seja para ajudar nas tarefas domésticas, seja para evitar que caiam nas redes da prostituição. Cabe ressaltar, em relação a essas pesquisas, que como não há uma preocupação em retratar o caso específico das meninas, os resultados não são discriminados de acordo com o gênero.

A faixa etária dos menores estudados vai, em média, dos 7 aos 17 anos, havendo uma maior concentração na faixa dos 11 aos 14 anos, o que parece indicar a existência de um maior número de crianças trabalhando nas ruas neste período de suas vidas.

As pesquisas apontam que a idade de iniciação das crianças em atividades de rua se situa na faixa dos 7 aos 12 anos, com predominância na idade dos 9 anos. Verifica-se que em geral os menores tendem a permanecer nas ruas até a faixa dos 15-16 anos. No Rio de Janeiro, da amostra considerada, havia nas ruas apenas 17% de adolescentes com mais de 14 anos (Rizzini, 1986) e, em Fortaleza, os jovens entre 14 e 18 anos compunham somente 12,3% da amostra (Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988). As pesquisas não focalizam as ocupações dos adolescentes à medida que se aproximam da maioridade. Ao que tudo indica, boa parte deles abandona o setor informal, principalmente o trabalho exercido nas ruas, em busca de uma situação de emprego mais segura, no que se refere ao salário e à aceitação na sociedade.

Poucos estudos referem-se à origem étnica das crianças. No Rio de Janeiro, Rizzini (1986) encontrou uma percentagem de 28% de menores de cor branca, sendo, portanto, a grande maioria da amostra composta por negros e pardos. Quanto ao local de origem, as crianças, em geral, são provenientes das favelas e das periferias das grandes cidades, onde se concentra a população de baixa renda.

### O que se sabe sobre as famílias das crianças que estão nas ruas?

Apesar do reconhecimento expresso pela maioria dos pesquisadores de que é importante estudar as relações familiares das crianças nas ruas para se obter um conhecimento mais adequado da questão, a família não tem constituído objeto de estudo específico das pesquisas. Normalmente, o tema da família é abordado apenas como uma das áreas em torno das quais precisa-se levantar informações a respeito das crian-

**Tabela 1**

### A presença de crianças e adolescentes nas ruas, segundo o gênero

Local	Ano	Meninos (%)	Meninas (%)
Belém	1979	97	3
Rio de Janeiro	1986	87	13
Fortaleza	1988	90	10
Recife	1989	90	10
Recife	1990	84	16
Salvador	1990	89	11
Goiânia	1990	88	12

Fontes: Gonçalves; Rizzini; Governo do Estado do Ceará; Oliveira; Juárez; Ibase e FLACSO.

ças. Conseqüentemente, via de regra, os dados sobre a família são obtidos de forma indireta através de entrevistas com as crianças, o que resulta numa visão unilateral, não contrastada com a visão dos demais membros da família. Os dados publicados limitam-se a apresentar um perfil aproximado das famílias, através dos depoimentos prestados pelas crianças, a partir de entrevistas realizadas em geral nas ruas.

Uma pesquisa recente, realizada em Goiânia pela FLACSO, procurou superar esta dificuldade ao entrevistar famílias de crianças que saíam às ruas para trabalhar, bem como daquelas que moravam nas ruas. A pesquisa levantou dados sobre as famílias de ambos os grupos, procurando detectar a existência de possíveis diferenças em sua estrutura e dinâmica, assim como também nas condições de vida presentes, que justificassem a saída definitiva da criança de casa<sup>7</sup>.

Ao contrário do que se imagina, a maior parte das crianças que vemos nas ruas têm família e vivem com ambos os pais, como se pode ver na Tabela 2<sup>8</sup>. As pesquisas que abordam a questão da composição familiar das crianças permitem afirmar que: a) há uma certa predominância de famílias nucleares entre as crianças e adolescentes que estão nas ruas; b) encontra-se também uma parcela significativa de famílias organizadas em torno apenas da mãe; c) registra-se, ainda, um pequeno grupo que reside nas ruas, tendo perdido o contato com a família ou o mantendo de forma irregular.

Alguns comentários sobre a pesquisa de Goiânia fazem-se necessários, em virtude de sua singularidade metodológica. Essa pesquisa estabelece uma distinção entre as crianças que trabalham nas ruas e retornam à casa e aquelas que residem nas ruas. De acordo com os resultados obtidos, 96% das crianças que trabalham nas ruas residem com a família, sendo que 47% das famílias são "nucleares" e 40% são "de-

7. Para uma leitura detalhada da pesquisa da FLACSO, consulte os Capítulos 5 a 7 deste livro.

8. Cabe esclarecer aqui que se trata de famílias organizadas em torno tanto da figura materna, quanto da paterna, não envolvendo necessariamente laços de sangue.

sagregadas”<sup>9</sup>. Isso significa que aproximadamente metade das crianças mora com os pais e a outra parte, possivelmente, só com a mãe. Esses dados coincidem com a realidade de outras regiões do país, como indica a Tabela 2.

As crianças *de* rua, embora tenham como característica a não coabitação com a família, provêm de grupos familiares do tipo nuclear em 42% dos casos. As famílias consideradas desagregadas formam 44% do grupo estudado. Tais dados, muito semelhantes aos encontrados entre as crianças que trabalham *nas* ruas, conduzem os autores a repensar a idéia corrente de que a composição familiar por si possa explicar a saída definitiva da criança de casa. Outros fatores inerentes à dinâmica familiar ganham relevo na visão dos pesquisadores, como, por exemplo, a deterioração do relacionamento no interior da família, o que viria a comprometer o envolvimento grupal entre seus membros.

### Qual é o tamanho da família das crianças que vemos nas ruas?

O tamanho da família constitui um outro dado que compõe o perfil dos meninos(as) que estão nas ruas. As pesquisas mostram que as famílias das crianças e jovens que precisam sair às ruas para ganhar dinheiro são geralmente grandes (ver Tabela 3).

**Tabela 2**

### Com quem vivem as crianças que estão nas ruas

Belém	1979	44	39	2
Rio de Janeiro	1986	41	35	6
São Paulo	1988	58	30	-
Fortaleza	1988	52	36	4
Recife <sup>10</sup>	1989	36	33	16
Recife	1989	52	21	5
Goiânia	1990	47	40	4

Fontes: Gonçalves; Rizzini; Pires; Governo do Estado do Ceará/SAS; Oliveira; UFPE; FLACSO.

9. Famílias desagregadas são definidas pelos autores como “aquelas em que se observa a ausência do pai ou da mãe biológicos” (ver Capítulo 5 desta publicação).

10. A disparidade dos resultados entre os dois estudos de Recife talvez possa ser explicada pela diferença entre as amostras consideradas. A primeira pesquisa relacionada no quadro focaliza um grupo aleatório de crianças encontradas nas ruas de Recife, enquanto a segunda trabalha com dois grupos específicos de menores trabalhadores nas ruas: um vinculado a entidades de assistência e outro formado por trabalhadores autônomos.

**Tabela 3**

### Número de pessoas que compõem as famílias das crianças que estão nas ruas

Fortaleza	1980	-	7,2 <sup>11</sup>
R. Janeiro	1986	56	4-8
Fortaleza	1988	53	5-8
São Paulo	1989	54	5-7
Recife	1989	45	6-8

Fontes: Rizzini; Governo do Estado do Ceará/IPLANCE; Pires; Oliveira.

Trata-se de um quadro curioso, quando se sabe que a tendência dos anos 80 é a redução do tamanho da família, que variou de 4,3 em 1981, para 3,9 membros em 1989. No entanto, ele faz sentido ao se constatar que a tendência não é verdadeira para as camadas mais pobres da população. A família numerosa continua sendo uma das características dos grupos de menor poder aquisitivo do país (IBGE, 1990).

Os dados sobre a renda familiar apontados pelas pesquisas confirmam o que acabamos de dizer. Mesmo com todas as dificuldades registradas pelos pesquisadores para se obter esse tipo de informação das crianças entrevistadas — o que se reflete na enorme discrepância entre os números apresentados — todos atestam que as crianças pertencem a famílias extremamente pobres que, de fato, contam com os ganhos de seus filhos. Outro indicador de pobreza das famílias muito referido nas pesquisas é o fato de predominar entre os chefes de família as ocupações de baixa qualificação e o desemprego.

### A experiência de vida dos meninos e meninas nas ruas

Um dos aspectos mais interessantes e esclarecedores das pesquisas sobre “meninos de rua” é aquele que trata das atividades que as crianças desenvolvem e a maneira pela qual ocupam o seu tempo nas ruas. É através do dia-a-dia vivido e relatado pelas crianças que o pesquisador e o leitor penetram no mundo pouco conhecido desses meninos e meninas. Interessa saber o que fazem nas ruas, como ganham dinheiro, como se relacionam com os companheiros, com a polícia e com os transeuntes, quais os perigos que enfrentam, o que esperam do futuro e assim por diante.

Por outro lado, do ponto de vista das crianças que

11. No caso deste estudo realizado pelo governo do Ceará, o número 7,2 refere-se ao tamanho médio das famílias.

são abordadas, as perguntas sobre o seu cotidiano são também as que mais lhe atraem, na medida em que são chamadas a falar de si próprias e de suas experiências. Além disso, a aproximação de um adulto que procura contato sem agredi-las e humilhá-las é, muitas vezes, correspondida com ricas histórias de vida, as quais parecem valer tão pouco diante do descaso da sociedade para com essas crianças.

Vejamos o que, segundo as pesquisas, pode ser dito sobre a vida das crianças nas ruas, principalmente nas ruas mais movimentadas e, com frequências violentas, das grandes cidades brasileiras.

## O que fazem as crianças nas ruas? Como sobrevivem?

Focalizaremos, a seguir, os resultados que dizem respeito às atividades com que se ocupam as crianças nas ruas. As pesquisas revelam que elas se envolvem numa série de atividades que lhes possibilite ganhar algum dinheiro. Entre as atividades mais comumente escolhidas pelas crianças, destaca-se a de vendedor ambulante: 64% em Belém (Gonçalves, 1979); 40% em Recife (Oliveira, 1989); 26% no Rio de Janeiro (Rizzini, 1986) e 21% em grupos estudados em diversos estados do país (Myers, 1988). Nas ruas, os meninos e meninas vendem qualquer coisa — balas, chicletes, frutas, biscoitos etc. Eles se ocupam igualmente como engraxates, guardadores e lavadores de carros, carregadores nas feiras e supermercados. Enfim, atividades que se incluem no chamado mercado informal, com as crianças compondo um verdadeiro exército de trabalhadores mirins nas ruas. Segundo as pesquisas, as características do trabalho infantil nas ruas são as seguintes:

### *Tipo de trabalho*

Os meninos e meninas que exercem algum tipo de atividade nas ruas com o propósito de auferir ganhos podem ser divididos em dois grupos: a) os que trabalham por conta própria, de forma autônoma; b) aqueles que são vinculados a adultos que os empregam — os “assalariados informais” (Cacciamali, 1983; Pires, 1988).

As pesquisas indicam que a maior parte dos trabalhadores infantis do setor informal exerce suas atividades de forma autônoma. Por exemplo, a amostra de Pires (1989) referente às crianças que desenvolvem vários tipos de atividades nas ruas da cidade de São Paulo, é formada majoritariamente por trabalhadores autônomos. Já o grupo estudado por Oliveira (1989) em Recife é, em 56,6% dos casos, formado por menores cujas ocupações são “próprias” e, em 22,8%, “alugadas”.

Um levantamento realizado pelo IBASE (1990) em Salvador, cujo método foi contar as crianças que se encontravam nas ruas, apresentou o seguinte quadro: 1079 crianças trabalhando a sós e 481 trabalhando com adultos, em um total de 2419 menores localizados no período da manhã. Não há estimativas confiáveis sobre o número de crianças nas ruas das principais cidades

brasileiras; portanto, o mérito do estudo consiste no esforço de se estabelecer algum tipo de parâmetro acerca da extensão do problema. Cabe-nos apenas salientar que o fato de existirem crianças trabalhando a sós não implica em que sejam necessariamente autônomas.

### *Jornada de trabalho*

Os números revelados pelas pesquisas acerca da jornada de trabalho das crianças e adolescentes nas ruas constituem um dado impressionante. São 20 a 48 horas semanais de trabalho em plena rua. Em Fortaleza, uma pesquisa realizada pelo Governo do Estado do Ceará/ IPLANCE (1980) aponta que aproximadamente metade das crianças/jovens trabalha mais de 48 horas por semana! Como se pode ver no Painel 3, os resultados provenientes de outros estados apontam nesta mesma direção.

### *Ponto de trabalho*

Alguns estudos abordam a questão do local de trabalho na rua e ressaltam a tendência das crianças e jovens de se fixarem em um “ponto” específico para desenvolverem suas atividades. Os principais resultados das pesquisas estão sintetizados no Painel 4.

## O que leva uma criança a trabalhar na rua?

Embora praticamente todos os autores abordem os motivos que conduzem a criança a trabalhar na rua, a maioria limita-se a classificar as respostas das crianças, as quais podem ser agrupadas da seguinte maneira:

- O motivo mais comum alegado pela criança para começar a trabalhar é a necessidade de ajudar a família.

- Os motivos referentes às necessidades pessoais da criança e do jovem também aparecem, como no estudo de Juarez (ver Capítulo 4 desta publicação), onde 23,7% da amostra se enquadram neste item. No entanto, não se tem como especificar que necessidades seriam.

- Outro motivo que aparece com muita frequência refere-se à dificuldade no relacionamento familiar: 13,1% no Recife (Oliveira, 1989) e 2,3% em Fortaleza (Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988). Também neste caso os estudos não aprofundam o tema, limitando-se a registrar as informações prestadas pelas crianças a respeito de conflitos familiares que contribuem para o seu afastamento de casa.

Além dos motivos citados, o estudo da UFPE (1989) revela outros aspectos que afloram do discurso dos entrevistados:

- O trabalho como legitimação ética de um estilo de vida — onde este aparece como um meio de inclusão na sociedade.

- O trabalho como obrigação compulsória — concepção que apareceu em quase todas as falas: toda criança de “classe baixa” deve trabalhar.

### Painel 3

## A jornada de trabalho dos(as) meninos(as) nas ruas.

Pires (1989) investigou a influência da jornada de trabalho no rendimento percebido pelas crianças nas ruas da cidade de São Paulo. O autor informa que 82% das que recebem mais de 2 SM, trabalham 41 horas ou mais por semana, ao passo que, para as crianças, cuja faixa salarial situa-se entre 0,75 a 2 SM, a jornada equivalente a 41 horas ou mais não ultrapassa 50% dos casos.

A jornada de trabalho média encontrada por Oliveira (1989) em Recife foi de 9 horas diárias. Na mesma cidade, a pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Pernambuco (1989) detecta a simultaneidade de atividades para garantir o aumento da renda: cerca de 40% das crianças estudadas exercem duas ou mais atividades, o que prolonga sua jornada de trabalho. Os resultados são coincidentes com os de outras pesquisas, ao indicar que todas as crianças que trabalham por iniciativa própria nas ruas recorrem a este expediente.

O estudo realizado pelo Governo do Ceará/SAS (1988) em Fortaleza revela que 70,3% das crianças permanecem nas ruas meio período por dia.

Na pesquisa de Myers (1988), que engloba vários estados, 59% das crianças têm uma jornada diária de 5 a 8 horas.

### Painel 4

## Os(as) meninos(as) e o ponto nas ruas.

Ferreira (1980) identifica esta tendência na cidade de São Paulo, analisando-a sob o ponto de vista da reprodução das relações de trabalho existentes na sociedade: o ponto reproduziria as formas de divisão do trabalho, de hierarquização do poder e de controle sobre o espaço ocupado.

No Rio de Janeiro, Medeiros (1985) mostra como o ponto é protegido da saturação pelos seus ocupantes através da passagem aos novos membros de normas e códigos, de maneira quase sempre violenta. Focalizando algumas áreas de maior concentração de crianças nas ruas da cidade, Rizzini (1986) revela que 85% dos(as) meninos(as) têm ponto fixo de trabalho na rua, com um tempo considerável de permanência no mesmo: 35% dos entrevistados afirmaram estar no mesmo local há mais de dois anos e 40%, há pelo menos um ano.

Oliveira (1989) também encontra no Recife uma percentagem significativa de menores (60%) que mantêm ponto certo para desenvolver suas atividades.

Em Belém, Gonçalves (1979) investiga os tipos de permanência dos menores, denominando-os de “focos de atração”, por representarem para seus frequentadores mirins o que a autora chama de “zona de mercado de trabalho”, visto agruparem os fornecedores do “trabalho marginal” e sua clientela (pp.147-8).

- O trabalho como forma de ocupar o tempo (controle) — de forma a evitar a ociosidade.

- O trabalho como preparação para a vida — como uma prática educativa.

Uma outra característica que dificulta a compreensão deste item é que muitas vezes não se pode distinguir os motivos que levam a criança à rua daqueles que conduzem especificamente à busca de trabalho.

Comparando esses dados com os provenientes dos menores trabalhadores assalariados, verificamos que, neste caso, além do fator econômico, existe uma outra motivação para o trabalho. Spindel (1986), no seu estudo com menores assalariados registrados, informa que 47,3% da amostra considerada trabalham por razões não-econômicas, como, por exemplo, para “ter autonomia”, “ser livre”.

Um outro fator importante que leva a criança a tra-

balhar refere-se à posição que a criança passa a ocupar na hierarquia familiar, por contribuir para o orçamento, alterando possivelmente as relações de autoridade. O estudo de Gouveia (1983) com menores assalariados aborda a questão, mostrando que para a grande maioria dos entrevistados o trabalho dava certo *status* no seio da família. Estes sentiam-se mais seguros para reagir quando submetidos a tratamento disciplinar mais severo na família; a autora detectou ainda um sentimento de auto-realização, um certo orgulho pelo fato de trabalharem.

Há que se considerar também a pressão da família para que a criança trabalhe, preocupada em afastá-la das más companhias, principalmente a partir dos 13-14 anos (Gouveia, 1983). Desta forma, o trabalho é percebido como mecanismo disciplinador e como forma de inserção no mundo aceito socialmente.

## Que lugar ocupa a escola na vida dos meninos e meninas que se encontram nas ruas?

Para as crianças que passam a maior parte do seu tempo nas ruas, a escola é percebida como importante, embora concretamente esteja fora de seu alcance. É comum a criança afirmar que quer estudar para “ser alguma coisa na vida” e negar que não freqüenta a escola, mesmo quando questionada pelo pesquisador, que sabe de sua permanência prolongada e diária nas ruas. Ao que tudo indica, grande parte das crianças que vemos nas ruas encontra-se de fato matriculada em alguma escola e chegou a freqüentar as aulas, ainda que de forma descontínua. Acreditamos que isto em parte explique os elevados índices de freqüência à escola alegados pelas crianças entrevistadas, como indica a Tabela 4.

A grande variação de percentual observada pode ser atribuída às diferenças das amostras utilizadas nas pesquisas, a partir de algumas variáveis que podem funcionar como incentivadoras ou inibidoras da escolarização, como, por exemplo, a idade, a situação sócio-econômica da família e a participação ou não da criança em programas assistenciais.

A despeito da disparidade dos resultados, os estudos indicam que o trabalho e a permanência da criança nas ruas produzem um impacto negativo para a sua escolarização, fazendo com que uma parcela significativa abandone a escola e com que os que continuam estudando sofram um grande atraso escolar.

O atraso escolar é um fenômeno presente na maioria dos grupos de menores estudados, como evidenciam os dados expostos no Painel 5.

As crianças e jovens estudados atribuem mais comumente a ausência na escola a problemas pessoais e familiares do que a problemas da escola. As falhas do sistema escolar, como, por exemplo, a falta de vagas, aparecem também com certa freqüência. Naturalmente, os motivos apresentados como de caráter pessoal/familiar (a necessidade de trabalhar e a dificuldade financeira) não podem ser desvinculados da realidade social e econômica em que se insere essa população, a qual interfere diretamente na educação.

Os motivos apresentados coincidem na maioria das cidades. O mais citado é a necessidade de trabalhar, constituindo entre 20 a 30% dos casos. A dificuldade financeira surge em segundo lugar, com percentagens que vão de 10 a 30%. O desinteresse da criança pela escola aparece de forma significativa em Recife: 14,5% (1989); Fortaleza: 19,5% (1988), e Belém: 17,7% (1979). No Rio de Janeiro (1986), 16,1% das crianças que abandonaram a escola alegam não gostar da mesma ou da professora. No caso de São Paulo, há uma pequena diferença com relação às outras cidades abordadas. Os motivos como mudança da família e falta de documentos constituem as causas alegadas pela grande maioria dos casos de evasão escolar (Pires, 1988 e Silva, 1983).

Como foi mostrado anteriormente, as pesquisas apontam para os danos causados pelo trabalho na escolarização da criança. Entretanto, o mesmo não ocor-

**Tabela 4**

## Proporção de crianças que estão nas ruas e afirmam freqüentar a escola

Local	Ano	Porcentagem
Belém	1979	71
Fortaleza	1980	70
Rio de Janeiro	1986	53
Fortaleza	1988	63
Vários	1988	82
São Paulo	1989	75

Fontes: Gonçalves; Rizzini; Governo do Ceará/IPLANCE; Myers; Pires.

re necessariamente quando se trata do envolvimento de menores no mercado formal (trabalho assalariado/registo), segundo indicam os autores que investigaram o tema.

Spindel (1986) mostra que o nível de escolaridade dos menores assalariados registrados é superior ao das outras categorias de trabalho infantil, o que, segundo a autora, é reflexo da utilização pelo mercado de trabalho do critério “grau de escolaridade” como fator de seleção da mão-de-obra. Os dados apresentados pela autora sugerem que o grupo em questão percebia salários mais altos do que os trabalhadores infantis de rua e até daqueles empregados no próprio setor formal em ocupações menos valorizadas.

No entanto, a própria autora reconhece que os assalariados registrados constituem uma “elite” dentro do universo do menor trabalhador. Estes são oriundos de famílias com renda superior à de, por exemplo, seus colegas que trabalham informalmente. Contudo, essas famílias também não podem dispensar a contribuição dos filhos no orçamento familiar, ainda que a sua remuneração seja apenas empregada para o sustento dos mesmos. O mercado de trabalho formal destinado aos menores de idade alija um contingente enorme de crianças que não têm possibilidades de atender às suas exigências. Este incorpora basicamente menores que têm acesso a cursos profissionalizantes, como os do SENAI, e aqueles que preenchem os requisitos básicos exigidos quanto ao nível de escolaridade e à idade. Além do que, esses jovens são geralmente filhos de operários que têm acesso à informação das ofertas de emprego existentes.

## Quais são as aspirações da criança e do jovem com relação ao seu futuro?

As pesquisas apresentam resultados semelhantes no que se refere à visão da criança em relação ao seu futuro e a mudanças na sua vida atual.

É interessante notar, dadas as dificuldades que enfrentam no trabalho e no estudo, que parcela significa-

## O atraso escolar dos(as) meninos(as) que estão nas ruas.

Na amostra de Pires (1988), em São Paulo, 41,1% dos menores estavam de 3 a 5 anos atrasados na escola, fator relacionado pelo autor com a idade em que começaram a trabalhar. Dos que ingressaram na vida produtiva entre 7 e 9 anos, 45,5% estavam com 3 a 5 anos de atraso, enquanto dos que o fizeram com 13-14 anos, somente 11,1% tinham o atraso correspondente. No estudo de Silva, também realizado na cidade de São Paulo, apenas um dos carregadores de feira apresentou idade adequada à série escolar freqüentada.

Das poucas crianças que freqüentavam a escola no grupo estudado por Oliveira (1989) no Recife, nenhuma até a idade de 14 anos tinha completado a 8ª série do 1º grau.

O estudo do Governo do Estado do Ceará/IPLANCE (1980) também atesta o alto índice de defasagem escolar entre as crianças e jovens focalizados no seu estudo: 1 a 4 anos em 80,1% dos casos. A outra pesquisa do Governo do Estado do Ceará/SAS (1988), em Fortaleza, não mediu o atraso escolar, mas verificou que 71,6% dos menores tinham a última série cursada dentro das primeiras séries do 1º grau.

Segundo Gonçalves (1979), a proporção mais significativa dos menores, em Belém, encontrava-se cursando as séries iniciais do 1º grau.

tiva das crianças condiciona seu futuro justamente a estes itens: percebe-se uma grande valorização do estudo e do trabalho, aliado ao esforço pessoal, como meio idealizado, pois aceito pela sociedade, para sair da situação em que se encontram. Ferreira (1979) alerta para o fato de que o projeto de ascensão social por esta via é percebido pela criança, clara ou nebulosamente, como praticamente impossível, em virtude dos obstáculos que ela terá que enfrentar.

O trabalho é a grande aspiração da criança e do jovem. As profissões sem qualificação ou semiqualficadas são as mais almeçadas por eles. Um número menor deseja alcançar profissões de nível superior, mas denota ter consciência de suas limitações.

Dois estudos enumeram as expectativas das crianças com relação a sua vida. No Recife (Oliveira, 1989), 42,8% das crianças apresentam como projeto de vida trabalhar, enquanto 19,4% pretendem estudar e, 16,4%, estudar e trabalhar. Em Fortaleza (Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988), as crianças afirmam esperar mudanças em suas vidas através do trabalho (34%), da assistência (19,4%) e da educação (18,2%).

Nada mais exemplificador do que os depoimentos das próprias crianças<sup>12</sup>:

"Tenho que arrumar um trabalho senão não saio dessa vida, não. Sou novo, não quero morrer cedo. Penso em voltar para a escola para estudar. Queria ser gravador de jóias" (15 anos).

"Não tenho outro futuro e vendo doce. Queria trabalhar em emprego, assim de porteiro, vigia de banco, carregar caixa de azeite" (13 anos).

"Eu comecei a trabalhar na rua com meu irmão pra ver se aprendia alguma coisa boa. Tô indo em frente. Quero ser engenheiro para trabalhar. Se eu me esforçar no estudo, eu consigo" (12 anos).

"Eu quero ser doutor de hospital ou então motorista. Eu acho uma profissão bonita. Eu pretendo. A gente tendo força de vontade para conseguir as coisas, a gente consegue" (17 anos).

## O que se sabe sobre os rendimentos das crianças nas ruas?

Aqui há dois aspectos a serem considerados: quanto as crianças ganham em suas atividades nas ruas e qual é a sua participação na renda familiar.

Pouco se pode dizer sobre os ganhos das crianças nas ruas, em parte porque é variável e elas nem sempre sabem especificar e, em parte, porque elas resistem a dar esse tipo de informação. Conseqüentemente, os dados parecem pouco confiáveis quando comparados, sendo, inclusive, insuficientes para se tirar maiores conclusões sobre as diferenças regionais que se manifestam. Os dados conseguidos apenas sugerem que o rendimento auferido pelas crianças do Norte e Nordeste é inferior ao das demais regiões do país.

Os pesquisadores que tentam estabelecer um parâmetro entre os ganhos da criança e o salário-mínimo estipulam uma variação de 0,5 até 1,5 salários-mínimos. Estes valores, que à primeira vista parecem irrisórios diante do sacrifício imposto a tantas vidas em tão tenra idade, são importantes para a sobrevivência da criança e de sua família. É bom lembrar que, segundo a PNAD-1988, 54% das crianças e adolescentes (0-17 anos) do país pertencem a unidades domésticas cuja renda mensal *per capita* é de 0,5 salário-mínimo. Destas, 30,6% vivem em famílias cuja renda *per capita* é de até 0,25 do salário-mínimo (IBGE, 1989).

Tal consideração leva-nos à questão da participação dos rendimentos das crianças no orçamento familiar. Os dados levantados pelas pesquisas indicam que o dinheiro conseguido pelos pequenos que se ocupam nas ruas é indispensável à manutenção de um padrão mínimo de consumo que permite ao grupo familiar sobreviver. Assim, os autores tendem a ver a participação da criança como um complemento importante, com o qual as famílias contam (como se pode ver no Painel 6).

Os resultados até então apresentados referem-se aos proventos que as crianças obtêm nas ruas como

12. Ver Rizzini, 1986.

fruto de suas atividades, as quais, como foi apontado, podem ser múltiplas. Cabe acrescentar que, obviamente, nem todas as crianças limitam-se a ganhar dinheiro via trabalho. Há outras formas de obtê-lo, algumas das quais são bem mais fáceis e rendosas do que trabalhar de sol a sol como vendedor ou engraxate. Por exemplo, muitas crianças contam que, além das atividades que exercem, também abordam pessoas para pedir dinheiro nas ruas. No entanto, as mesmas crianças já não admitem com a mesma facilidade, embora umas denunciem as outras, que lançam mão, ainda que esporadicamente, de atividades consideradas ilegais para "fazer um extra", como, por exemplo o furto, o tráfico de drogas e a prostituição<sup>13</sup>.

### Os meninos e as meninas que estão nas ruas também lançam mão de outras atividades para sobreviver...

Alguns autores referem-se a atividades que não podem ser caracterizadas como trabalho, denominando-as atividades "marginais" e dividindo-as em dois tipos: as infratoras (furto, roubo, prostituição, tráfico de drogas) e as não-infratoras (mendicância, perambulância).

Os resultados das pesquisas demonstram que o número de menores envolvidos em atividades marginais é bem inferior ao de menores trabalhadores. Isso é verdadeiro mesmo levando-se em conta a dificuldade de se abordar a questão da infração, seja porque as crianças tendem a se calar como forma de se protegem,

seja porque as pesquisas focalizam predominantemente aquelas que se encontram envolvidas em atividades que não infringem a lei. Trata-se, portanto, de um assunto inexplorado. Muito pouco se sabe sobre a vinculação de crianças e jovens com as redes do crime e a sua atuação nas ruas. Os pesquisadores limitam-se a sugerir que esse grupo seria composto por menores numa faixa de idade mais avançada (14 a 18 anos), possivelmente com experiência de vida nas ruas e, sobretudo, aqueles que romperam com as suas famílias.

Não há registro de pesquisas sobre o caso específico de crianças e adolescentes que exercem de forma sistemática atividades marginais infratoras nas ruas como meio de sobrevivência. Os estudos que existem normalmente exploram o tema da delinquência a partir dos locais de recepção, triagem e detenção, como os juizados de menores e os centros de recolhimento e recuperação de infratores. Ainda assim, interessa-nos apresentar alguns resultados desses estudos, uma vez que com frequência as crianças são flagradas e detidas nas ruas, recolhidas às instituições e posteriormente retornam às ruas, principalmente através de fugas.

O que as pesquisas revelam sobre as infrações cometidas por menores de idade é que as mais comuns incluem-se na categoria "crimes contra o patrimônio", em particular os casos de furtos. Este dado é confirmado por pesquisas realizadas em diversas cidades; em São Paulo, 60% dos casos de infração são constituídos por furtos; em Porto Alegre, 60%; em Recife, 52%, e em João Pessoa, 50%. Outros delitos apontados devido a sua incidência são: no Rio de Janeiro (FEEM, 1982), o consumo de tóxicos, que representa 45% dos casos estudados; perambulância, 40%; prostituição e consumo

#### Painel 6

### O trabalho dos(as) meninos(as) nas ruas e sua participação no rendimento familiar.

As pesquisas realizadas em São Paulo sugerem que a participação das crianças no rendimento familiar não pode ser desprezada. Pires (1989) afirma que as crianças contribuem com 25 a 40% da renda em 36% das famílias, sendo que a participação chega a ultrapassar 40% da renda em 29% dos casos. A autora registra inclusive a ocorrência de casos nos quais a participação das crianças no orçamento familiar atinge 70% da renda. Silva (1983) e Ferreira (1979) ressaltam que a criança contribui ativamente para cobrir os gastos familiares e na criação de estratégias de sobrevivência para si e para a família.

O estudo do Governo do Estado do Ceará/IPLANCE (1980) realizado em Fortaleza também focaliza este aspecto do trabalho da criança, citando que a sua renda compõe em média 22,3% da renda familiar. Levantamento mais recente feito pelo Governo do Estado do Ceará/SAS (1988) mostra que parcela significativa das crianças que trabalham nas ruas destinam seus rendimentos à família (69,8% dos entrevistados), contribuindo, muito possivelmente, de forma decisiva para a economia familiar.

O mesmo ocorre no Recife, onde Oliveira (1989) verificou que 34,9% das crianças entregam todo o "ganho" para a família, enquanto 34,2% o faz parcialmente. Outro estudo de Recife (UFPE, 1989) aponta que as crianças entregam, em média, 50% dos seus rendimentos à família.

13. Cabe aqui um esclarecimento. A prática de atos infracionais por parte das crianças e dos adolescentes que vemos nas ruas constitui um dos itens mais obscuros sobre esse grupo. No caso, estamos nos referindo apenas a práticas esporádicas que as crianças parecem utilizar mais por "pintar uma chance" (alguém oferece uma quantia

para uma ida ao motel) ou por alguém ter "dado uma boeira" (por exemplo, alguém passa distraído com a bolsa ou o relógio e é assaltado). Uma outra coisa é o caso de meninos(as), normalmente de mais idade, que, de forma sistemática, infringem a lei. Sobre esse grupo pouco se sabe, como veremos adiante.

de drogas, 10%, e prostituição, 5%. Em Porto Alegre (Schneider, 1982) aparecem os delitos contra a pessoa, 17%, com maior incidência de casos de lesão corporal (88%), e delitos contra os costumes (12%), predominando os casos de sedução (75%). Em Recife, Edmundo (1987) constata maior índice de furto na faixa de 15 a 18 anos (52% dos delitos) e contrasta esse quadro com o que ocorre na faixa de 10 a 14 anos, na qual predomina a "vadiagem" (53%).

As poucas pesquisas que focalizam a questão das atividades marginais sob o ponto de vista do grupo que passa a maior parte do seu tempo efetivamente nas vias públicas reportam que a mendicância é uma prática comum entre as crianças nas ruas. De 300 crianças e adolescentes abordados nas ruas do Rio de Janeiro (Rizzini, 1986), 18% admitem esmolar, embora não fosse essa a sua única fonte de renda. O quadro guarda semelhança com os casos de Recife (14% do grupo estudado, segundo Oliveira, 1989) e de Fortaleza (13%, segundo Governo do Ceará/SAS, 1988).

Um ponto que não poderia escapar à atenção dos pesquisadores é a relação entre as crianças que estão nas ruas e as instituições responsáveis pela manutenção da ordem pública e pela proteção da infância, especificamente a polícia, juizados e delegacias de menores. A maioria das pesquisas revela que esses meninos e meninas têm uma relação muito conflituosa com os representantes dessas instâncias e, em particular, temem a ação violenta da polícia (Medeiros, 1985; Rizzini, 1986; Oliveira, 1989).

Chama-nos a atenção o fato de não termos encontrado estudos que investigassem especificamente a questão das atividades marginais junto aos meninos e meninas que se encontram nas ruas, particularmente aqueles que vivem nelas, tendo assim mais chance de se envolverem com o mundo do crime. A maior dificuldade é que as pesquisas citadas não permitem estabelecer uma distinção entre os diferentes grupos que se encontram nas ruas. Esta lacuna é detectada por Lusk (1990), que afirma estar ausente do conhecimento que se tem sobre a população infanto-juvenil nas ruas uma "tipologia" que englobe toda a variedade de características passíveis de serem observadas na mesma.

## *A tentativa de diferenciar*

### *os grupos que estão nas ruas*

Embora seja possível detectar uma disposição na produção acadêmica do final da década para reconhecer a existência de grupos distintos nas ruas, a tentativa de estudá-los separadamente constitui até o momento um exemplo isolado. É o caso do estudo de Lusk, no qual o autor, com base numa amostra de 103 menores entrevistados nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, identifica quatro grupos diferentes de meninos(as) *de e nas ruas*:

a. Crianças que trabalham nas ruas, mantidos os vínculos familiares (*family-based street workers*): 21,4% do grupo estudado.

Trata-se do grupo constituído por crianças que moram com suas famílias, mantendo estreito vínculo com as mesmas. A ida para a rua é motivada pela necessidade de trabalhar. São, na sua grande maioria, meninos (90,9%), que freqüentam a escola (72,7%) e cujas famílias são constituídas por pai (ou padrasto) e mãe em 59,1% dos casos. O envolvimento com atividades ilegais é expressivamente menor do que nos outros grupos. A idade média dos meninos (as) é de 13 anos.

b. Crianças que trabalham nas ruas de forma independente (*independent street workers*): 50,5%, representando o maior grupo.

Neste caso, o laço com a família começa a se romper e a criança se envolve mais profundamente com os valores da "cultura da rua". Suas famílias de origem são formadas por ambos os pais em 61,5% dos casos. Periodicamente dormem nas ruas e o seu envolvimento com atividades ilegais é bem mais expressivo: 44,9% exercem "atividades ilegais", sendo que 61,5% usam drogas. São na sua maioria meninos (73,1%), que já tiveram contato com a polícia e com instituições de atendimento (em torno de 60% dos casos), com baixa freqüência escolar (30,8%). A idade média das crianças fica, como no primeiro grupo, em torno dos 13 anos.

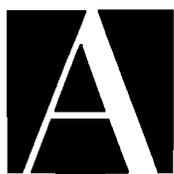
c. Crianças de rua (*children of the streets*): 14,6% do total.

Esses meninos e meninas não têm mais contato com a família, residindo permanentemente nas ruas. Vêm de famílias formadas por ambos os pais em 53,3% dos casos. Com forte tendência a exercerem atividades ilegais (60%), essas crianças, meninos em sua maioria (73,3%), têm um grande envolvimento com drogas (80%). Muitos admitem já ter sido presos (60%) e detidos em instituições para menores (80%). A idade média é de 14 anos e a freqüência à escola cai vertiginosamente: só ocorre em 6,7% dos casos.

d. Crianças com famílias nas ruas (*children of street families*): 13,6% do grupo.

São crianças que vivem ou passam o dia nas ruas com suas famílias, constituídas primordialmente ao redor da figura materna. Em apenas 35,7% dos casos registra-se a presença de um adulto do sexo masculino. Essas crianças têm um envolvimento significativo com atividades ilegais (38,5%) e utilizam drogas em 57,1% dos casos. No entanto, o contato com os órgãos repressivos (Juizado de Menores, polícia, centros de detenção etc.) é menor, talvez por estarem na companhia da família — somente 14,3% admitem ter passado por uma instituição para menores, porém 42,9% alegam ter sido apreendidos pela polícia. A percentagem de meninos é um pouco menor (64,3%) e a idade média cai também (10,4 anos); a freqüência à escola é baixa: 14,3%. O tempo de permanência na rua também é menor do que nos outros grupos: 1,3 anos, pois naqueles situa-se entre 3 e 4 anos. Embora o autor não se detenha para explicar este fato, a curta permanência na rua com relação aos outros grupos talvez possa indicar que a presença de famílias inteiras morando nas ruas seja um fenômeno recente. Trata-se de um tema não pesquisado, o qual, sem dúvida, merece ser investigado, a partir da constatação do seu crescimento nos grandes centros urbanos brasileiros.

## 2. Balanço final: avanços, lacunas e recomendações



A avaliação que se pode fazer dos resultados que acabamos de apresentar é que a década de 80 produziu um conhecimento consistente sobre a situação da infância pobre no país. O avanço é surpreendente se compararmos a produção acadêmica correspondente às décadas anteriores, tanto no que se refere ao volume de material que veio a público, quanto à qualidade do mesmo.

Para fins de elaboração deste texto, agrupamos as pesquisas em dois grandes temas que acompanham o debate da década: os menores institucionalizados e a criança pobre e suas estratégias de sobrevivência.

Historicamente, foi o tema da institucionalização de crianças que abriu as portas para a pesquisa na “área do menor”. A partir do final da década de 70, surgiu uma série de estudos focalizando a criança que vivia internada, cujo universo era desconhecido para os pesquisadores e para a sociedade como um todo. As pesquisas ajudaram a provocar uma acirrada discussão sobre os efeitos da institucionalização na vida presente e futura da criança e do jovem, contribuindo para a fundamentação das denúncias que se seguiram contra uma prática assistencial voltada para a contenção do desvio, caracterizada como discriminatória e estigmatizante.

Levando-se em consideração todas as áreas de pesquisa abordadas, pode-se dizer que os estudos sobre a institucionalização de crianças são os que mais efetivamente têm exercido influência sobre a esfera da ação. Exemplo disso vem a ser a abolição da prática de internar crianças pobres, conforme estabelecido pela nova legislação que dispõe sobre os direitos da criança e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

A despeito da importante contribuição que estes estudos vêm trazendo para a revisão da prática assistencial e do aparente esgotamento do tema, podemos apontar algumas lacunas relativas ao estudo da criança institucionalizada.

- Um assunto pouco pesquisado, mas que certamente chama a atenção, é o nascimento de crianças nos internatos. Um estudo realizado em Recife aponta que 12% dos internos teriam nascido na própria instituição pesquisada (Vainsencher, 1989).

- A questão da expressão e da repressão à sexualidade nos internatos dificilmente é abordada, e sempre de forma breve. É um tema percebido como tabu, as próprias instituições preferindo evitar a sua eclosão por meio da separação total entre os sexos na pré-adolescência.

- A volta da criança e do jovem à família: as reações, os conflitos gerados pela separação e a manutenção ou não dos laços familiares.

- A trajetória dos egressos: como encaminham a sua vida na sociedade, o casamento, a vida familiar, os filhos, o trabalho.

- A internação de crianças órfãs e abandonadas: o que podem esperar para o futuro? Quanto tempo permanecem internadas até serem adotadas? Quantos são e quem são os adotados? O acompanhamento da criança adotada e de sua família nos anos posteriores à adoção — quais são os fatores que levam ao sucesso e ao insucesso da adoção?

- A internação de crianças psicóticas, com deficiências mentais e distúrbios neurológicos graves. É um tema absolutamente esquecido pelos pesquisadores. Se a criança que é pobre tem seus direitos violados, pode-se imaginar que o quadro se agrava em relação ao grupo dos denominados “excepcionais”. Quais as necessidades deste grupo? Qual o tratamento dispensado ao mesmo? Como as instituições concebem estas crianças? Como responder de maneira adequada às necessidades que apresentam?

Apesar das instituições em si não constituírem alvo de análise neste artigo, sugerimos que se estude com cuidado as instituições que permanecerem funcionando após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A quem interessa a sua manutenção? Quem as mantém? O que pretendem? As instituições consideradas alternativas, como, por exemplo, as que acolhem crianças em pequenos grupos e tentam reproduzir o sistema familiar — até que ponto elas realmente se diferenciam do internato típico? Quais as conseqüências que a permanência nestas instituições acarreta para o desenvolvimento da criança e para a sua vida futura?

É fundamental que os pesquisadores se detenham igualmente no estudo das instituições destinadas aos adolescentes infratores. É preciso que se aponte as falhas das práticas correccionais até então utilizadas e se busque novos métodos que venham ao encontro das necessidades apresentadas por este grupo.

Tais foram as questões que, a partir de uma revisão das pesquisas sobre o menor institucionalizado, nos pareceram mais urgentes. Focalizaremos a seguir a discussão sobre as pesquisas que têm como alvo as estratégias a que a criança pobre recorre na luta pela sobrevivência.

Ao avaliarmos a produção acadêmica da década, constatamos que as pesquisas sobre as estratégias de sobrevivência da criança pobre, particularmente as desenvolvidas nas ruas das grandes cidades do país, marcam uma época de importantes mudanças na história da infância no Brasil. Pode-se dizer que estas pesquisas são as que apresentam um perfil mais completo sobre as condições de vida do grupo social aqui examinado. Isso ocorre como resultado da tentativa de se compreender o fenômeno que no decorrer da última década ficou conhecido como o dos “meninos e meninas de rua”. Diversas pesquisas do tipo *survey* surgiram em várias regiões do país, investigando diferentes aspectos do cotidiano das crianças e jovens que passaram a fazer das ruas seu espaço de trabalho e mesmo de moradia. São estudos que possibilitam a realização de uma série de comparações entre os resultados obtidos devido à utilização de métodos semelhantes de investigação.

A principal lacuna a ser apontada com relação a estas pesquisas consiste na não diferenciação dos grupos que se encontram nas ruas. Como a grande maio-

ria das pesquisas enfocam predominantemente as crianças que trabalham nas ruas mas permanecem vinculadas à família, pouco se sabe sobre aquelas que vivem nas ruas.

Queremos salientar a necessidade de se aprofundar o estudo dessas diferenças e sugerir outros temas sobre os quais faltam pesquisas consistentes.

Embora exista uma vasta bibliografia de cunho jurídico sobre a questão dos “menores infratores”, são poucas as pesquisas que abordam o tema tendo como alvo os(as) meninos(as) que sobrevivem nas ruas. Muitos trabalhos foram produzidos em virtude da comoção que o tema provoca, contudo pouco se sabe efetivamente e de forma confiável sobre este grupo social, percebido de maneira extremamente preconceituosa pela sociedade.

Com relação às atividades não infratoras, como a mendicância, estas costumam ser apontadas pelos estudos sobre os meninos e as meninas que se encontram nas ruas, sem contudo haver uma discussão mais aprofundada do tema.

Embora tenhamos apontado as dificuldades existentes para se pesquisar o grupo que se envolve em atividades marginais, os resultados das pesquisas consultadas mostram que o número de menores envolvidos nesse tipo de atividade é pequeno se comparado com o universo daqueles que trabalham. No entanto, não se conhece a dimensão e as particularidades do problema, o qual é em muito ampliado, sobretudo pela forma como a sociedade se sente ameaçada com a sua presença e pela forma com que muitas vezes é abordado pela imprensa. Torna-se imperativo que as pesquisas focalizem o tema para que seus resultados possam subsidiar novas propostas de trabalho que atendam de maneira mais adequada as dificuldades enfrentadas por este grupo. As práticas de atendimento dirigidas aos “menores infratores” são as mesmas que costumavam ser adotadas no século passado para os “menores criminosos ou viciosos” e não vão muito além do encarceramento dos jovens quando detidos pela polícia.

Relegar a segundo plano a importância de se estudar a fundo a questão da delinquência constitui uma grave lacuna, que tem custado a vida de centenas de crianças por ano em praticamente todo o país. Podemos dizer que o mito de que toda criança que vemos perambulando pelas ruas é “pivete” ou “trombadinha” não caiu por terra. No entanto, há dados surpreendentes que sugerem que a parcela de “menores infratores” nas ruas é pouco significativa. Uma pesquisa recente sobre o assassinato de crianças e adolescentes mostra que na maioria dos casos não havia indícios de que as vítimas já tivessem passagens pela polícia ou por qualquer instituição oficial, nem que portassem armas ou ingerissem drogas (MNMNR, IBASE & NEV/USP, 1991).

Uma outra lacuna que gostaríamos de apontar diz respeito ao fato de as pesquisas não discriminarem os dados de acordo com o gênero. O caso específico da menina, em particular o seu ingresso no mundo da rua, é ainda pouco estudado, embora possamos detectar, a partir do final da última década, uma crescente preocupação com a questão, que ainda não foi traduzida em pesquisas de maior impacto. A posição secundária da “menor-mulher” na sociedade fica mais evidenciada ainda por essa pouca atenção que tem

despertado como objeto de estudo. No entanto, as meninas são tão ou mais discriminadas que as crianças e jovens do sexo masculino, seja no exercício do trabalho doméstico, seja no seu envolvimento com atividades marginais, como a prostituição — duas situações importantes do seu mundo praticamente desconhecido pelos pesquisadores.

A nosso ver, o estudo sobre a situação das meninas traria luz aos problemas que elas enfrentam no âmbito familiar, uma vez que os conflitos familiares parecem constituir a principal causa de sua ida definitiva para a rua. Diferentemente do que ocorre com os meninos, a saída das meninas para a rua implica com freqüência no rompimento dos laços familiares, pelo confronto gerado com a recusa do papel reservado a elas no meio familiar.

Chama-nos a atenção o fato de os estudos não retratarem o relacionamento entre as crianças que estão nas ruas. A pesquisa de Ferreira (1979) indica que as relações entre as crianças no grupo são marcadas pelo individualismo, onde cada um responde por si, dada as condições de violência e insegurança que têm de enfrentar. Por outro lado, o grupo funciona como elemento de apoio e de adestramento, principalmente nas fases iniciais em que o indivíduo é introduzido na rua. O estudo precário do tema dos bandos (“gangs”) de rua parece indicar à primeira vista a não existência de grupos organizados nas ruas, como ocorre em outros países<sup>14</sup>. Outra possível explicação para essa lacuna refere-se ao fato de não se tratar de um fenômeno muito visível nas cidades brasileiras.

As questões referentes aos sentimentos das crianças que passam pela dura experiência de permanecer nas ruas e de ter precocemente a responsabilidade de trabalhar são igualmente pouco abordadas pelas pesquisas. É possível que as questões práticas referentes às condições de vida e à necessidade de sobrevivência ofusquem os pontos mais subjetivos que afetam as crianças. Para que esse grupo possa ser melhor conhecido e eventualmente beneficiado, é fundamental que se estude as conseqüências dessa inserção prematura no mundo do trabalho, sobretudo no que se refere à esfera das relações familiares.

Uma vez constatado pela grande maioria das pesquisas que as crianças que vemos nas ruas não são abandonadas, é da maior importância que se aprofunde o conhecimento sobre suas famílias. De acordo com os depoimentos das crianças, sabe-se que há conflitos familiares, por vezes graves a ponto de determinar o afastamento definitivo da criança. Muitas alegam que a permanência na rua representa um alívio diante das dificuldades enfrentadas em casa, como a violência, o abuso sexual, a fome e a instabilidade nas relações entre os membros. Desta forma, sugerimos as seguintes questões para estudo:

- fatores que influem para o enfraquecimento e o rompimento dos laços familiares;
- trajetória, história de vida dos grupos que já romperam com os laços familiares, o que inclui pontos pouco abordados na literatura, como as relações afetivas substitutivas e a história familiar, inclusive das famílias com crianças nas ruas;

14. Cabe ressaltar que Mello & Vogel, no Capítulo 6 desta publicação, iniciam uma discussão sobre a “turma da rua”, seus valores, seu código de ética e suas leis de convivência.

- alternativas que pudessem estancar o fluxo das crianças para as ruas, sobretudo a partir das suas comunidades de origem.

Outro fato que nos chamou a atenção foi não ter sido possível o acesso a pesquisas provenientes da região Sul do país. Temos alguns indicadores que permitem afirmar que: a) embora se admita a existência de “meninos de rua” no Sul do país, em particular no Rio Grande do Sul, é bem menos expressiva a presença de crianças nas ruas das cidades daquela região, em comparação com o Sudeste e o Nordeste; b) o intercâmbio de estudos e pesquisas na área da infância é ainda bastante limitado entre todas as regiões do país, sendo particularmente difícil no caso da região Sul.

### 3. A título de conclusão

**A** preocupação da sociedade brasileira em relação à infância pobre não constitui novidade. Há mais de um século ela vem se manifestando através de discursos indignados e múltiplas práticas, com o objetivo de proteger os pequenos e os inocentes<sup>15</sup>.

Uma nova virada de século se aproxima e não se pode dizer que a sociedade tenha logrado lidar satisfatoriamente com os problemas que afligem um número tão grande de crianças e jovens no país. Pelo contrário, as condições de vida desses *minores*, como diria Francisco de Assis<sup>16</sup>, têm progressivamente atingido dimensões assustadoras, constituindo um dos mais graves problemas sociais que testemunhamos nos dias de hoje. Contrasta com nossas aspirações de desenvolvimento e modernidade a presença vergonhosa de milhões de crianças sobrevivendo em condições desumanas, expostas a toda sorte de violência e privações.

É preciso que se diga com todas as letras, e temos base científica para o fazer, que ao contrário do que convenientemente se manteve por muito tempo, essas crianças não são órfãs, abandonadas ou perigosas. São, antes, vítimas de um sistema injusto, que lhes nega o básico e lhes condena ao descaso, ao abandono e à orfandade de sua cidadania.

Acreditamos que o conhecimento produzido na década de 80 constitua um importante passo no sentido de reverter o quadro apresentado neste texto. É apenas um pequeno degrau diante do que está por se fazer. É preciso empenho e determinação por parte de toda a sociedade para que o século XXI não nos pegue ainda tentando lidar com as questões políticas e sociais do país à revelia da imensa maioria de sua população.

15. Para uma análise cuidadosa sobre a história da assistência à infância no Brasil, consulte a pesquisa de Rizzini (1989).

16. Termo com que Francisco de Assis costumava designar os seus. Explica-nos Michel Mollat que a palavra era utilizada na linguagem corrente para qualificar as camadas inferiores da sociedade, tendo uma conotação pejorativa de dependência e de incapacidade jurídica (Mollat, 1989).



# Referências Bibliográficas

- ALTOÉ S. (1989). *Menores em tempo de maioridade*. Rio de Janeiro: CESME/USU/FINEP (Relatório de pesquisa).
- ALTOÉ, S. (1990). *Infâncias perdidas*. Rio de Janeiro: Xenon.
- ALVIM, M. R. B. & VALLADARES, L. P. (1988). Infância e sociedade no Brasil — uma análise da literatura. In: *Boletim informativo bibliográfico em ciências sociais*, 26: 13-27, 2º sem. Rio de Janeiro: ANPOCS.
- ANTUNIASSI, M. H. R. (1983). *Trabalhador infantil e escolarização no meio rural*. Rio de Janeiro: Zahar.
- ARRUDA, R. S. V. (1983). *Pequenos bandidos*. São Paulo: Global Editora.
- CACCIAMALI (1983). *Setor informal urbano e formas de participação na produção*. São Paulo: USP/IPE.
- CABRAL, M. A. V. (1982). *Estudo do "menor carente" na perspectiva da política da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)*. Rio de Janeiro: FGV (Dissertação de Mestrado).
- CALSING, E. F., SCHMIDT, B. V. & COSTA, R. A. (1986). *O menor e a pobreza*. Brasília: IPLAN/IPEA/UNICEF/SUDENE (Série Instrumentos para a Ação, 5).
- CAMPOS, A. V. D. S. (1984). *O menor institucionalizado — um desafio para a sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- CARVALHO, M. A. de (1989). *O discurso do menino de rua: uma abordagem sociolinguística internacional*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás (Dissertação de Mestrado).
- CARVALHO, M. A. de (1989). *Tô vivu - histórias dos meninos de rua*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás.
- CENTRO de Defesa da Qualidade da Vida (1980). *A situação da criança no Brasil*. Rio de Janeiro: Muro.
- CENTRO de Estudos das Populações Marginais (1989). *Extermínio de menores no Brasil*. Rio de Janeiro.
- CHENIAUX, S. (1982). *Trapaceados e trapaceiros — o menor de rua e o serviço social*. São Paulo: Cortez.
- DAL-ROSSO, S. & RESENDE, M. L. S. (1986). *As condições de emprego do menor trabalhador*. Brasília: Thesaurus.
- DIMENSTEIN, G. (1990). *A guerra dos meninos*. São Paulo: Brasiliense.
- EDMUNDO, L. P. (1987). *Instituição — escola de marginalidade?* São Paulo: Cortez.
- FALEIROS, V. P. (coord.) (1989). *Política, sociedade, família e criança*. Brasília: NEPPoS/UnB (Relatório de pesquisa).
- FARATH, L. M. (1986). Menor trabalhador. In: *São Paulo em Perspectiva* 2(1):49-65, jan. São Paulo: Seade.
- FEEM/Assessoria de Estudos e Projetos Especiais (1982). *Perfil da clientela assistida*. Rio de Janeiro.
- FERREIRA, R. M.. (1979). *Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: Ibrex.
- FONSECA, C. (1987). O internato do pobre: FEBEM e a organização doméstica em um grupo porto-alegrense de baixa renda. In: *Temas IMESC.21-39*. São Paulo: Soc. Dir. Saúde.
- FRÓES, B. M. (1983). *O choque da inserção sociocultural de crianças institucionalizadas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (Dissertação de Mestrado).
- FUKUI, L. F., SAMPAIO, E. M. S. & BRIOSCHI, L. R. (1982). Escolarização e sociedade: um estudo de excluídos da escola. In: *Educação e Sociedade*, 11:72-91, jan. São Paulo: CEDES.

- GONÇALVES, Z. A. (1979). *Meninos de rua e a marginalidade urbana em Belém*. Belém: Salesianos do Pará.
- GOUVEIA, A. J. (1983). O trabalho do menor — necessidade transfigurada em virtude. In: *Cadernos de Pesquisas* 44: 55-62, fev. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- GOVERNO do Estado do Ceará/IPLANCE (1980). *O trabalho do menor no setor informal* — Fortaleza. Fortaleza: IPLANCE.
- GOVERNO do Estado do Ceará/Secretaria de Ação Social (SAS). (1988). *Perfil do menino e menina de rua de Fortaleza*. Fortaleza: SAS (Relatório de pesquisa).
- GUIRADO, M. (1980). *A criança e a FEBEM*. São Paulo: Perspectiva.
- GUIRADO, M. (1986). *Instituição e relações afetivas — o vínculo com o abandono*. São Paulo: Summus.
- IBASE (1986). *O menor que dorme na rua do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBASE (mimeo.).
- IBASE (1988). *Relatório de crianças de rua — município de Fortaleza/CE*. Rio de Janeiro: IBASE (mimeo.).
- IBASE (1990). *Contagem de crianças de rua no município de Salvador/Bahia*. Salvador: IBASE (mimeo.).
- IBGE (1989). *Família: indicadores sociais*, v.1. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1990). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais*, v. 2. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (1990). *Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1981 a 1989*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes — 1981-1983-1986*. Rio de Janeiro: IBGE.
- LEITE, L. C. (1987). *A magia dos invencíveis*. Rio de Janeiro: IESAE/FGV (Dissertação de Mestrado).
- LIMA, M. H. de & IWAMOTO, N. (1982). *A mão-de-obra do menor no município da capital*. São Paulo: SENAI (Relatório de pesquisa).
- LIMA, R. R. A. & BURGUER, F. (1988). O menor e o mercado de trabalho no Brasil: da crise ao cruzado. In: *Crise e infância no Brasil*. São Paulo: IPE/USP/UNICEF.
- LUSK, M. W. (1989). *Street children of Rio de Janeiro: preliminary issues and findings*. Rio de Janeiro (mimeo.).
- MACEDO, R. (1984). A crise e as crianças brasileiras: o caso do Estado de São Paulo. In: *Estudos Econômicos*, 14:441-467, Rio de Janeiro.
- MADEIRA, F. R. (1986). Los jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. In: *Revista de la CEPAL*, 29:57-80, ago. Santiago: Naciones Unidas.
- MARIN, I. S. K. (1988). *FEBEM, família e identidade — o lugar do outro*. São Paulo: Babel Cultural.
- MEDEIROS, M. S. F. (1985). *O trabalhador infantil — estudo sobre o trabalho autônomo do menor de rua*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Dissertação de Mestrado).
- MNMMR, IBASE & NEV/USP (1991). *Vidas em risco: assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil*. Rio de Janeiro.
- MOLLAT, M. (1989). *Os pobres na Idade Média*. Rio de Janeiro: Campus.
- MYERS, W. (1988). *Characteristics of some urban working children: a comparison of four surveys from South America*. USA: Stanford University Law School (mimeo.).
- OLIVEIRA, C. F. G. (1989). *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: UNICEF.
- PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP/FEA (Dissertação de Mestrado).

- QUEIROZ, J. J. (org.) (1984). *O mundo do menor infrator*. São Paulo: Cortez.
- RAMAZZINI, C. G. S. (1988). *Estudo preliminar sobre diversas situações da população atendida, equipamentos sociais e recursos humanos da FEEM*. Rio de Janeiro: FEEM (mimeo.).
- RIBEIRO, I. (1982). *A multiplicação dos braços*. Rio de Janeiro: IUPERJ (Dissertação de Mestrado).
- RIZZINI, I. (1986). A geração da rua: um estudo sobre as crianças marginalizadas no Rio de Janeiro. In: *Série: Estudos e Pesquisas - 1*. Rio de Janeiro: USU/CESME.
- RIZZINI, I. (1985). A internação de crianças em estabelecimentos de menores: alternativa ou incentivo ao abandono? In: *Espaço*, 11: 17-38. jul. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula/CESME. (Cadernos de Cultura USU).
- RIZZINI, I. (1989). Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil. In: *Série Estudos e Pesquisas - 3*. Rio de Janeiro: CESME/USU.
- RIZZINI, I. & WIIK, F. B. (1990). *O que o Rio tem feito por suas crianças?* Rio de Janeiro: CESME-USU/IBASE.
- RIZZINI, I. (1989). *A assistência à infância no Brasil — uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: CESME/USU/FINEP.
- SCHNEIDER, L. (1982). *Marginalidade e delinquência juvenil*. São Paulo: Cortez.
- SILVA, A. R. (1983). Um estudo preliminar sobre o menor carregador em feiras-livres. In: *Cadernos PUC*, 61, dez. São Paulo: PUC.
- SILVA, R. M. R. (1987). Educação e trabalho do menor: dimensão nacional e manifestações regionais. In: *Menor e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Loyola.
- SILVEIRA, R. L. L. (1989). *O menor-mulher: a dupla opressão*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (Dissertação de Mestrado).
- SPINDEL, C. R. (1986). *Espaços de socialização e exploração do menor assalariado: família, escola e empresa*. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo.
- SPINDEL, C. R. (1985). *O menor trabalhador: um assalariado registrado*. São Paulo: Livraria Nobel.
- UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco (Mestrado em Serviço Social) (1989). *Trabalho e menor — contradições, perspectivas*. Recife (Relatório de pesquisa).
- VAINSENER, S. A. (1989). *O projeto de vida do menor institucionalizado*. Recife: UNICEF.
- VALLADARES, L. (1986). Growing up in the favela. *1 Congress of Social Research*. New Deli (mimeo.).
- VIOLANTE, M. L. (1984). *O dilema do decente malandro: a questão da identidade do menor FEBEM*. São Paulo: Cortez.
- ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C. S. & PASTORE, J. (1985). *A mulher e o menor na força de trabalho*. São Paulo: Nobel/Ministério do Trabalho.

# CRIANÇAS DE RUA:

Um estudo das suas  
características  
demográficas

Eduardo Juárez (CEDEPLAR)



# Capítulo

# 4

## Índice

Introdução

**1.** O estudo do “problema  
do menor”

**2.** A abordagem  
metodológica

**3.** Alguns resultados

**4.** A título de conclusões

Anexo 1 - Metodologia

Anexo 2 - Tabelas

...pois criança é, também,  
o menino trombadinha.

Toquinho, Deveres e Direitos, em  
*Canção de todas as crianças.*

## Introdução

O tópico central da apreciação do fenômeno “crianças de rua” é a divergência que apresenta em relação a um padrão de vida supostamente normal, ligado com a idade, onde as atividades esperadas de uma criança seriam estudar e brincar, em condições de dependente dentro de uma família. Entretanto, sendo reconhecida a condição econômica como pano de fundo desta apreciação, são associados atributos familiares que supostamente agem para levar as crianças para a rua, segundo o raciocínio que relaciona a pobreza com a alta fecundidade, nascimentos fora de união, descaso e abandono pelas mães, e multiplicidade de parceiros, convergindo estas noções para uma hipótese de instabilidade familiar.

Mas as crianças de rua representam uma fenomenologia da pobreza que, diferente de outras crianças pobres, na favela, “periferia” ou no cortiço, são vistas por amplos setores da sociedade no seu dia-a-dia. Criança pobre é, na percepção pública, aquela para quem são feitas as políticas sociais: aquela que precisa de escola, alimentação, atendimento na rede pública de saúde etc. Mas essas crianças pobres são pensadas “lá”: na favela, na periferia ou no cortiço. Os meninos pedintes, ambulantes ou limpadores de pára-brisas correspondem às crianças pobres de “cá”: os meninos de rua.

O raciocínio de senso comum é que essas crianças, além do fato de serem pobres, não conseguem ser mantidas “lá” devido a outros motivos. Assim, na percepção pública, a explicação do fenômeno “crianças de rua” deve-se a fatores familiares, basicamente referidos à mãe: mães com muitos filhos, muitos parceiros e morando em muitos domicílios, motivos de desestruturação familiar e descaso pelos filhos, tendo a pobreza como pano de fundo.

A pesquisa social, ao se basear nestas noções como diretrizes conceituais, acaba por enfatizar o estudo do fenômeno “crianças de rua” tendo em conta, por um lado, uma noção de pobreza e idade e, por outro, uma concepção de abandono destas crianças pelas famílias. Aqui está subjacente a hipótese de instabilidade familiar, comum nesses estudos, como causa principal para um crescente número de “crianças de rua”. Em estreita relação com a estigmatização social da condição de pobreza, os aspectos de “promiscuidade” das mães e descaso pelos filhos surgem como argumentos que justificam tal hipótese.

O estudo das crianças de rua enquadrar-se-á geralmente em duas temáticas: uma do tipo pragmático, referida

ao seu atendimento e, outra, relativa aos aspectos contextuais da sua gênese social: pobreza, “abandono”, instabilidade familiar etc. Paradoxalmente, a grande maioria dos trabalhos sobre o tema, embora apresentem informações sobre algumas características demográficas dessas crianças e suas famílias, não ultrapassam as explicações de senso comum por causa do tratamento deficiente que dão ao assunto

Este trabalho, vinculado com a tese de Doutorado em Demografia do autor no CEDEPLAR/UFMG, baseia-se em entrevistas feitas com crianças freqüentadoras de seis organizações de atendimento de crianças de rua e com as suas mães na área urbana de Recife, e busca contribuir para o conhecimento das características demográficas das crianças de rua, discutindo também alguns aspectos contextuais.

O primeiro ponto apresenta uma revisão do tipo de aproximações que são comumente apresentadas nesta área; o segundo explicita a abordagem metodológica utilizada e a operacionalização dos conceitos; o terceiro mostra alguns resultados da pesquisa, e o quarto, algumas conclusões que decorrem das informações apresentadas. Os Anexos apresentam informações auxiliares.

## 1. O estudo do “problema do menor”

Dentro da demografia, as “crianças de rua” não têm sido tema de estudo em termos formais nem substantivos. No entanto, é comum achar em diversos trabalhos sobre meninos de rua informações “demográficas” relativas fundamentalmente a “menores” em famílias de baixa renda. É nesse tipo de aproximação que geralmente fala-se dos números estratosféricos de “menores carentes”, “abandonados”, “infratores” etc., incluindo-se, na construção social que se tem feito destes termos, todo o tipo de criança pobre, onde as “crianças de rua” constituem o componente comumente referido.

A literatura existente sobre a infância pobre no Brasil, que abrange o estudo do fenômeno “crianças de rua”, cobre um amplo panorama temático com aproximações desde com o romance (*Capitães da Areia* de Jorge Amado, 1937), passando por um grande volume de literatura jurídica, de caráter histórico, sanitário, até, mais recentemente, com a literatura surgida da sociologia, da antropologia, da ciência política e da economia<sup>1</sup>.

Podem-se distinguir duas linhas básicas referentes ao estudo da infância pobre, que abrange as crianças de rua. Uma primeira, relativa ao atendimento das

1. Para uma análise da produção bibliográfica relativa ao tema “infância pobre” no Brasil, incluindo 212 títulos dos últimos 25 anos, ver Valladares (1988).

crianças carentes pelo setor público, onde a educação, o trabalho e o *status* jurídico do menor são as principais preocupações. Aí, enquadram-se temáticas tais como delinquência, violência e criminalidade; trabalho do menor; legislação sobre o menor; o menor institucionalizado; educação; meninos de rua e política social para o menor. Nesta linha apresentam-se tanto colocações críticas em relação à situação e atendimento das crianças de rua como propostas alternativas a partir da definição do papel do Estado. A segunda linha refere-se ao estudo das próprias condições das crianças, abrangendo como temas criança e família, características sócio-econômicas e história da criança pobre. Nesta linha, o raciocínio básico, por um lado, coloca as crianças em relação a aspectos macrosociais e, por outro, em relação às famílias, ao entrosamento dos menores nas estratégias de sobrevivência familiares, como agentes econômicos.

Para o estudo das crianças de rua, a disponibilidade e idoneidade das informações demográficas são limitadas. No caso das informações primárias existentes, trata-se de levantamentos específicos segundo o interesse da pesquisa, onde aparece o componente demográfico como um referente geral sem maior elaboração, deficiente, seja pelos critérios e métodos de coleta ou pela forma de análise. Estas características das informações não permitem que sejam retomadas para um estudo demográfico, embora, às vezes, esteja nitidamente definido o universo de pesquisa como "crianças de rua" (ver, por exemplo, Governo do Estado do Ceará/SAS, 1988; de Oliveira, 1989; Vainsencher, 1989; Ferreira, 1979).

Quanto às informações secundárias disponíveis, referem-se geralmente a pessoas na faixa de idade de 0 a 17 anos, em famílias de baixa renda, sendo assim de restrita utilidade para o estudo específico do fenômeno "crianças de rua".

Entretanto, do convênio IBGE/UNICEF, têm surgido diversas publicações referentes a pesquisas diversas sobre a população de 0 a 17 anos (Fundação IBGE/UNICEF, 1982, 1984, 1986, 1988a, 1988b, 1989) e recentemente têm sido produzidas uma série de informações estatísticas com o propósito de acompanhar a situação da criança e do adolescente, sendo basicamente tabulações especiais de censos, PNADs, RAIS, estatísticas escolares e de saúde.

Em relação ao estudo das famílias, predominam os levantamentos de informações individuais, referentes a pontos específicos no tempo, que dificultam por um lado a análise longitudinal e, por outro, de relações grupais (família, comunidade). No caso das informações domiciliares, o fato de estarem geralmente focalizadas a partir do chefe de família ou domicílio — método de chefia domiciliar (ver Brass, 1983; Nações Unidas, 1973) — não é possível captar a dinâmica do percurso de vida dos indivíduos ou da família, mas apenas se obter "imagens" médias dos grupos domiciliares.

Estas características das informações limitam grandemente o seu uso para o estudo demográfico das crianças em geral, dado que se trata de uma faixa etária que também é seletiva em termos familiares e, além disso, não refletem a dinâmica familiar na qual desenvolvem-se as condições de saída das crianças, seja considerando o relacionamento família/contexto sócio-econômico (análises de estratégias familiares) ou

os papéis dos indivíduos nas famílias. A nossa preocupação é conhecer as forças que agem em nível familiar e as suas mudanças no tempo que definem as estruturas familiares vivenciadas pelas crianças. Nesse sentido, Medina (1974:24) assinala, para o caso do Brasil, que "podemos estar seguros de que algo se transforma [em relação à família], mas o que efetivamente ocorre não sabemos".

Em resumo, consideramos que as estatísticas comumente geradas e usadas para se referir às "crianças de rua" apresentam-se deficientes, dadas: a) a falta de clareza conceitual dos termos habitualmente usados, que empobrece as possibilidades da análise; b) a abrangência dos instrumentos de coleta que, portanto, se referem a uma situação geral da população na faixa de 0 a 17 anos e dissolve em números médios e conceitos gerais as informações pertinentes para estudar demograficamente as crianças de rua; c) as informações serem geralmente levantadas para pontos específicos no tempo, não permitindo enxergar os percursos de vida dos indivíduos e nem de suas famílias.

## 2. A abordagem metodológica



A carência de informações adequadas para o estudo demográfico das crianças de rua exigiu um esforço conceitual e operacional para ultrapassar tais limitações. Em primeiro lugar, dentro de uma perspectiva analítica de histórias de vida, levantaram-se informações longitudinais retrospectivas das crianças e mães.

Em segundo lugar, conhecida a dificuldade que sempre surge no primeiro contato com as crianças de rua, em termos das informações que fornecem, trabalhou-se junto com organizações diretamente vinculadas a elas. Isto assegurou a qualidade das respostas, controlada pelo conhecimento que o pessoal das organizações dispõe sobre a vida das crianças, mas, por outra parte, foi necessário gerar um instrumental de coleta de dados adequados ao perfil dos entrevistadores, num processo conjunto de análise, avaliação e teste.

Em terceiro lugar, foi privilegiada a relação das crianças com a mãe. A díada filho-mãe representa neste trabalho o centro de atenção para estudar eventos demográficos familiares<sup>2</sup>.

Dada a diversidade de noções que atualmente referem-se ao fenômeno "crianças de rua", consideramos

2. A posição central das mães para o estudo das famílias encontra-se sustentada, para o caso do Brasil, em grande diversidade de trabalhos, tanto dentro da demografia histórica como da contemporânea, que questionam profundamente o estereótipo da família "patriarcal". Evidências recentes com relação à co-residência com a mãe indicam que, para a população residente em regiões metropolitanas (onde habita 69% da população do Brasil em idades de 0 a 17 anos), 95,5% das pessoas nesta faixa etária residem com a mãe sendo a menor percentagem em Belém (92,2%) e a maior em Belo Horizonte

que, no intuito de conhecer e analisar as características demográficas deste segmento da sociedade, é necessário basicamente partir de uma definição operacional que incorpore as premissas conceituais sob a nossa consideração.

Neste trabalho partimos de uma definição fenomenológica das crianças de rua: crianças de rua são aquelas que freqüentam as organizações de atendimento a crianças de rua. Esta definição, embora simplista, refere-se diretamente àquelas crianças que a sociedade reconhece como em situação fora do normal, de acordo com as expectativas de papéis sociais segundo idade e gênero, nos quais as crianças deveriam se manter como dependentes familiares, dedicando-se a brincar e estudar. Na realidade deparamos com o fato de que nem todos os menores são dependentes e dedicam-se a brincar e estudar: têm que cobrir funções familiares dentro ou fora de casa.

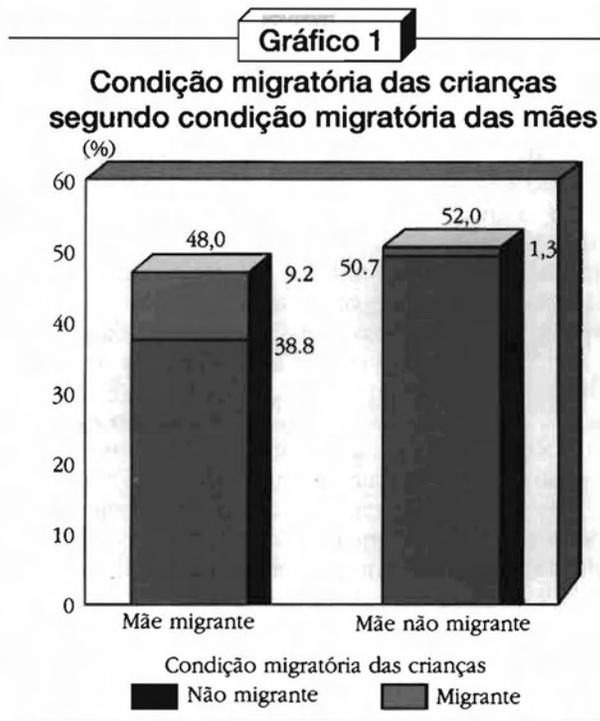
Uma outra diretriz metodológica tem a ver com o método de escolha dos casos a serem trabalhados. A abordagem aqui feita foi a de selecionar as organizações, mais do que as crianças, pelo perfil de criança com que trabalham. Consideramos que, embora nossa aproximação não possa resolver plenamente a difícil questão da representatividade, ao se tratar de um estudo de caso restrito, tem o valor de explicitar o viés da seleção. Este trabalho explora as informações de 152 crianças vinculadas com seis organizações da área urbana da Região Metropolitana de Recife, e das suas 102 mães, incorporando indiretamente informações dos irmãos, quando necessário (ver Anexo 1 — Metodologia).

### 3. Alguns resultados

**O** abe esclarecer que as informações aqui apresentadas têm um caráter descritivo das condições que apresentam as crianças e mães aqui pesquisadas. Isto é, não se pode atribuir representatividade para um conjunto maior de crianças devido às características estatísticas dos dados, por exemplo, tamanho da população em observação e a decorrente variabilidade. No entanto, como estudo de caso, lança algumas luzes sobre um segmento desta população, ligado com organizações de atendimento.

Este esclarecimento é muito importante, dado que o uso ou interpretação indevidos de informações de um estudo de caso pode levar a postulados gerais incorretos, conceitualmente, e inconsistentes, estatisticamente.

(96,5%). Para Recife, a percentagem é de 94% (Juárez, 1989). Também vale a pena levar em consideração que, segundo informações contidas neste relatório, 2% das mães nunca estiveram em união e 34% tiveram duas ou mais uniões, ao tempo em que 32% das mães têm tido dois ou mais domicílios. Estas situações indicam mudanças nas estruturas familiares e inclusive na hierarquia dentro das famílias, o que inviabiliza qualquer aproximação pelo simples critério de chefia familiar ou domiciliar. Daí que possamos considerar a mãe como o referente adequado para a nossa análise.



### 3.1. Características das crianças

A. *Gênero e idade*: existe um grande número de indivíduos do sexo masculino no conjunto estudado: 5,33 meninos para cada menina ou 84,2% de homens e 15,8% de mulheres. Em média, os meninos são um pouco mais novos do que as meninas (12,4 e 12,8 anos de idade, respectivamente).

B. *Condição migratória*: esta é uma das características que comumente se diz que está associada à condição de criança de rua, sendo colocado que, ao se tratar de migrantes, as suas oportunidades de "integração" vêm-se diminuídas. Esta colocação, surgida de uma interpretação simplista da inter-relação entre população e mudança social decorrente da teoria da modernização, tem sido rejeitada por evidência gerada pelo estudo da história da família (Hareven, 1987:viii) e aqui é questionada mais uma vez. Na verdade, 89,5% das crianças não são migrantes (Gráfico 1).

Na suposição de uma "transitividade" intergeracional de falta de condições de acesso a um meio considerado "normal", caberia esperar que a condição migratória das mães afetasse os filhos, mas as percentagens de mães migrantes e não migrantes são virtualmente iguais. Daí, é possível dizer que ser ou não filho de mãe migrante não é um fator significativo para a composição do conjunto de crianças de rua. 50,7% das crianças filhas de mães não-migrantes, também não são migrantes.

C. *A ruptura da residência conjunta com a mãe* é outra das características que comumente se diz estar relacionada à condição de criança de rua. Supõe-se que estas são abandonadas pelas mães ou o descaso delas leva à separação dos filhos.

Gráfico 2

Trajetórias residenciais das crianças  
(percentagens de crianças)

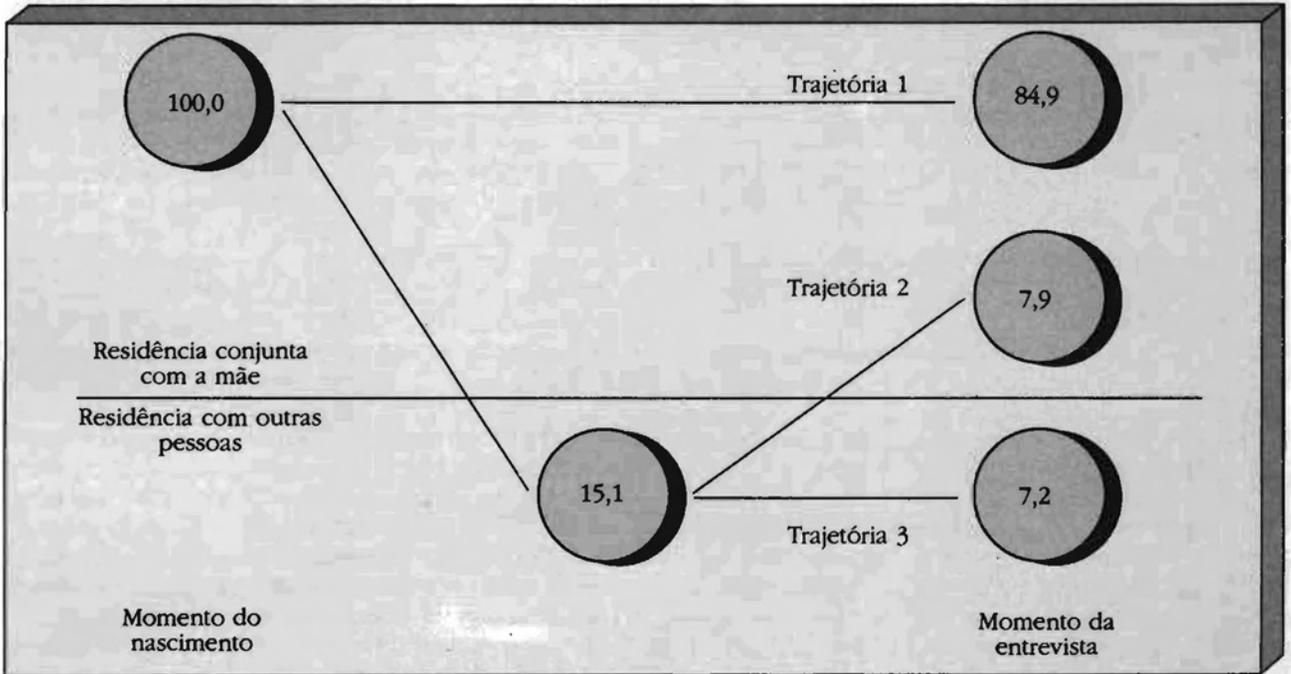
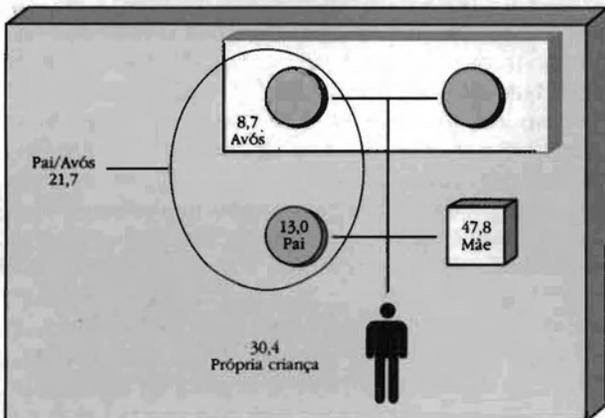


Gráfico 3

Crianças alguma vez não-residentes com a mãe. Pessoa que decidiu a saída (%)

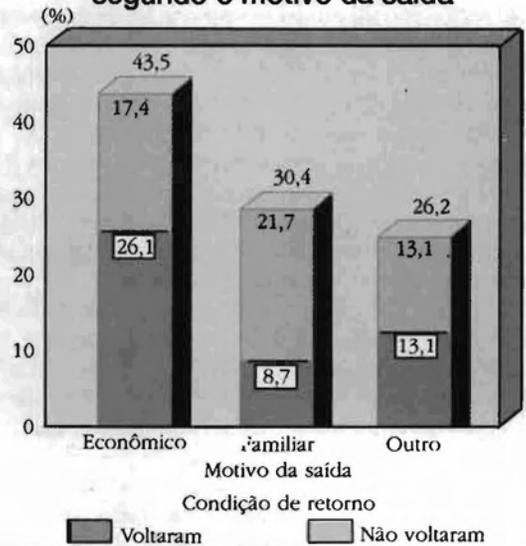


Entre o nascimento e o momento da entrevista, o conjunto das crianças aqui abordado apresentou três diferentes tipos de trajetórias residenciais (Gráfico 2). A grande maioria sempre tem morado com a mãe (84,9%), enquanto 15,1% das crianças têm deixado de morar com ela: 7,9% voltaram depois e 7,2% não retornaram à moradia materna. Portanto, a presença de crianças na rua não é explicada pela ruptura da residência conjunta com a mãe.

Por outra parte, a decisão de as crianças deixarem de morar com a mãe inscreve-se sempre dentro da família, sendo que tem maior importância a decisão das

Gráfico 4

Crianças alguma vez não-residentes com a mãe, por condição de retorno, segundo o motivo da saída



mães em 47,8% (Gráfico 3). As próprias crianças decidiram a separação em número não desprezível (30,5%), enquanto em 21,6% dos casos o fizeram por decisão de outros parentes, sejam o pai ou os avós.

A tomada de decisões da saída das crianças associa-se com mais clareza as condições econômicas ou fami-

liares, conquanto também se apresentem outros tipos de motivações. Os motivos principais de separação no entanto referem-se às condições econômicas da família da criança; porém, quando a saída corresponde a estes últimos, o retorno é maior. A separação que parece ser mais definitiva é aquela que se deve a condições familiares (Gráfico 4).

Constatou-se também que as mães tomam tal decisão principalmente por motivos econômicos; o pai ou avós igualmente por motivos familiares, e as próprias crianças basicamente por motivos familiares ou outros (Tabela A-1). Portanto, embora as mães tenham decidido em maior número de casos a separação, considerando os motivos, o retorno das crianças é mais provável.

A idade na saída é importante para diferenciar as trajetórias residenciais das crianças, sendo que nos casos das crianças que alguma vez deixaram de morar com a mãe, 43,5% das saídas ocorreram antes de a criança completar um ano de vida (Tabela A-2). As chances de atualmente não morar com a mãe segundo idade ao momento da saída são maiores para aquelas que saíram com mais de um ano de idade.

O principal destino das crianças ao deixar de morar com a mãe é dentro da própria família, 69,6%, enquanto fora da família moraram 30,4% das crianças (Gráfico 5). Isto questiona a noção de abandono familiar e leva a considerar relações familiares mais abrangentes em se pensando na perda da residência conjunta com a mãe. Por outro lado, salienta o papel da família, em sentido amplo, como parte da rede de sobrevivência das crianças. Se a ruptura da residência conjunta com a mãe não é fator importante face à presença das crianças na rua, outro fator a considerar é o trabalho, levando em conta que todas as crianças pesquisadas realizam algum. Entendemos aqui como trabalho qualquer atividade extradomiciliar, remunerada ou não, que tenha valor reconhecido no mercado e também atividades que, sem ter valor reconhecido no mercado, geram renda ou retorno econômico, seja dinheiro, bens ou serviços para quem as realiza. O Gráfico 6 apresenta a relação temporal da data de início no trabalho com o momento de início da ruptura da residência conjunta com a mãe para as crianças que vivenciaram esta ruptura. Observa-se que nenhuma criança começou a trabalhar simultaneamente com a ruptura da residência conjunta com a mãe, sendo que, das crianças que alguma vez deixaram de morar com a mãe, 86,9% começaram a trabalhar depois da ruptura da residência conjunta com ela. Isto é atribuível basicamente ao fato de que, na maioria destes casos, a ruptura da residência conjunta aconteceu em idade adiantada, e, portanto, antes de as crianças atingirem idade "suficiente" para começar a trabalhar.

Pode-se inferir que o evento fundamental que coloca as crianças fora de casa é a saída para o trabalho e não a separação da mãe. Coincidimos aqui com a colocação geral da importância dos fatores econômicos como motivo de saída das crianças, mas a pergunta que tentamos responder refere-se basicamente às características dessas crianças que encontramos nas ruas.

D. *O trabalho* constitui a atividade principal desenvolvida pelas crianças. Destas, 63,2% começaram a trabalhar na faixa dos 5 aos 9 anos de idade, exis-

tindo também 1,3% de casos de início no trabalho com menos de 5 anos, e 35,5% na faixa dos 10 a 14 anos. As *idades médias ao início no trabalho* (8,6 e 9,0 anos, respectivamente, para homens e mulheres) ilustram as idades de risco real para início no trabalho. A idade mediana mostra que aos 9 anos de idade 50% das crianças estavam já envolvidas no trabalho (ver Tabela 1).

A duração média no trabalho permite perfilar em média, como trajetória de vida das crianças, um estágio sem trabalhar de 8,6 anos mais 3,4 anos de vida laboral, atingindo, então, uma idade de 12 anos.

A alocação das crianças dentro do arranjo familiar é feita considerando a ordem de nascimento como uma variável "proxy" do número de filhos<sup>3</sup>. Na Tabela 2 observa-se, em primeiro lugar, que a média total das ordens de nascimento supõe a existência de, pelo menos, quatro irmãos nascidos anteriormente. As médias de ordens de nascimento dos homens, menor do que as das mulheres, sugere que, dentro do arranjo familiar, eles se encontrariam trabalhando antes das mulheres. Pode-se observar também que, tanto para homens como para mulheres, a ordem de nascimento e a idade ao início no trabalho mostram uma relação inversa: na medida em que aumenta o grupo de idade do início do trabalho, diminui a ordem de nascimento. Em decorrência, pode-se inferir a existência de uma seletividade dentro dos arranjos familiares, alocando no trabalho os filhos disponíveis de ordens de nascimento menores, porém de idades maiores e, portanto, as crianças mais velhas disponíveis dentro do arranjo familiar, ao tempo que a presença de crianças de baixa idade e ordem de nascimento alta faria supor, considerando a censura dos dados analisados, que irmãos de ordens de nascimento menor e maior idade encontram-se já no trabalho.

Segundo o total de filhos, verifica-se que, no caso das mulheres, a média é sensivelmente maior do que no caso dos homens. Considerando o gênero como fator de seletividade, pode-se inferir que os homens entram no trabalho de preferência às mulheres. Se a probabilidade de iniciar no trabalho, e portanto sair de casa, aponta majoritariamente para a faixa de idade entre os 5 e 9 anos, pode-se colocar que, dentro dos arranjos familiares de nossa amostra, as chances de sair de casa recaem sobre as crianças de ordem de nascimento médio de 4,8, dentro de famílias com uma média de 7,8 filhos atualmente.

Consideramos de primeira importância se conhecer as características do *início da vida trabalhista das crianças*. A seguir apresentam-se várias análises, todas elas referidas à atividade inicial de trabalho, focalizando os seguintes aspectos: motivos pelos quais as crianças começaram a trabalhar; destino principal do retorno econômico; tipo da atividade e do retorno econômico; presença de parentes no trabalho; distância do local de residência ao local de trabalho, e duração da atividade desenvolvida.

3. A avaliação feita através da ordem de nascimento supõe que, na medida em que esta é cumulativa, dada a ordem  $i$  existem as ordens  $i-n$  anteriores, onde  $n$  é o número de irmãos que antecederam-lhe no nascimento, exceto no caso da ordem 1, na qual não existem irmãos previamente nascidos. Por sua vez, o total de filhos atual das próprias mães aloca as crianças nas condições atuais dos arranjos familiares, permitindo uma aproximação diacrônica.

Tabela 1

## Crianças por idade ao início no trabalho segundo idade atual

	IDADE ATUAL (%)			TOTAL	Duração Média (anos)
	5-9	10-14	15-17		
<b>Idade ao início no trabalho</b>					
Menos de 5	1,3	0,0	0,0	1,3	4,0
5-9	15,1	40,8	7,2	63,2	4,1
10-14	0,0	29,6	5,9	35,5	2,1
TOTAL	16,4	70,4	13,2	100,0	3,4
<b>Idade ao início no trabalho</b>	Homens		Mulheres		TOTAL
Média	8,6		8,9		8,6
Mediana	9,0		9,0		9,0

Total de crianças = 152

Dado que conhecemos a estrutura por idade e gênero das crianças ao iniciar no trabalho, nos concentramos nos *motivos pelos quais as crianças trabalham e o destino do retorno econômico recebido*. Enfatizou-se na entrevista que o destino declarado fosse o principal<sup>4</sup>.

O Gráfico 7 mostra que o motivo de início no trabalho corresponde em 71,1% à necessidade familiar e em 23,7% à necessidade manifestada como própria. Já a vontade, seja própria ou de outros, como motivo de início no trabalho, responde por apenas 5,3% dos casos.

Em relação ao *destino principal do retorno econômico*, a família ocupa a primeira posição, com 87,5%. Em 7,9% dos casos o destino principal são as próprias crianças e, em 4,6%, as atividades são desenvolvidas sem retorno econômico.

Na avaliação conjunta dos motivos de início no trabalho e o destino principal do retorno econômico pode-se detectar que a participação econômica das crianças dentro das famílias é diversa e sugere a existência de três formas básicas: a) contribuindo diretamente, no caso de trabalharem por necessidade familiar ou por vontade de outros e tendo como destino principal a família (63,2%); b) subsidiando as famílias, nos casos de trabalharem por necessidade ou vontade próprias, tendo como destino principal as famílias ou trabalhar por quaisquer motivos, tendo como destino principal as próprias crianças (32,2%); e c) contribuindo simplesmente com trabalho — crianças que trabalham por necessidade familiar, sem retorno (4,6%).

Diferentemente das categorizações das atividades econômicas baseadas nas suas características concretas (por ocupação ou por setores), que não fornecem

elementos para avaliar a presença ou não das crianças na rua, as *atividades iniciais das crianças são consideradas em duas categorias (de rua, não de rua)*, tendo como critério o fato de a atividade inicial corresponder àquelas que necessariamente são desenvolvidas na rua (biscateiro, carregador, limpador, lavador e vigia de carros, entregador, feirista, guia turístico, pedinte, carroceiro, ambulante) ou àquelas que são desenvolvidas em locais fechados (ajudante em ofícios vários, artesão, bolsista, fabricante de artigos vários, mecânico, padeiro, serviços domésticos). Dentro das atividades *não de rua* encontram-se 7,9% do total de crianças que iniciaram-se no trabalho desenvolvendo atividades no setor primário (canavieiro, granjeiro, ajudante de pescador).

Como tipo de atividade inicial predominam as atividades de rua (77,6%), sendo que, segundo o gênero, 83,6% dos homens e 45,8% das mulheres iniciaram-se neste tipo de atividade (Tabela A-3). Cabe então, considerar que nem todas as crianças começam a vida laboral na rua, assinalando com isso que, mesmo que todas as crianças trabalhem, existe uma diferenciação entre criança trabalhadora e criança de rua.

Considerando os *tipos de atividade e de retorno*, nas atividades de rua não aparecem os tipos em que o retorno em espécie (coisas) seja único ou principal: a categoria "só dinheiro" contribui como a principal forma de retorno, seguida da categoria "principalmente dinheiro". As atividades não de rua apresentam uma diversificação dos tipos de retorno, embora predominem os retornos que envolvem dinheiro, tendo a categoria "só dinheiro" uma contribuição maior.

Segundo o *tipo de retorno e gênero*, predomina o dinheiro como tipo de retorno principal em ambos os gêneros, embora no caso dos homens este seja superior ao no caso das mulheres (80,5% e 70,8%, respectivamente).

Analisando as *idades médias ao início no trabalho*

4. Com isto, ultrapassa-se o problema que apresenta a Tabela 14 do Suplemento da PNAD-1985 sobre o menor (IBGE, 1988), na qual a grande maioria dos casos corresponde ao destino compartilhado criança-família.

Tabela 2

Ordem de nascimento média das crianças e total de filhos atual da própria mãe por idade ao início no trabalho segundo gênero

		IDADE AO INÍCIO NO TRABALHO			
		Menos de 5	5-9	10-14	TOTAL
	TOTAL	2 1,3	96 63,2	54 35,5	152 100,0
<b>Ordem de nascimento</b> (Média)	Homens	5,5	4,6	3,9	4,4
	Mulheres	n.a.	5,9	4,5	5,2
	TOTAL	5,5	4,8	4,0	4,5
<b>Total de filhos</b> (Média)	Homens	6,0	7,5	6,3	7,0
	Mulheres	n.a.	9,6	8,5	9,1
	TOTAL	6,0	7,8	6,8	7,4

n.a. = não se aplica pelas características da amostra

por tipo de atividade segundo o gênero, encontra-se que: a) a idade média mais adiantada corresponde aos homens em atividades de rua, com 8,4 anos, enquanto em atividades não de rua alcança os 8,9 anos; b) quanto às idades médias das mulheres, a idade mais adiantada corresponde a atividades de rua, com 8,9 anos e, nas atividades não de rua, com 9,0 anos (Tabela 3). Embora sejam pequenas as diferenças nos números, pode-se observar que para ambos os sexos as atividades de rua aparecem como primeira alternativa de início no trabalho.

A presença de parentes no trabalho e a distância do local de trabalho são levadas em conta, considerando-se que podem facilitar o início das crianças no trabalho. No caso da presença de parentes, pode-se pensar que, mesmo ao saírem para trabalhar, as crianças não saem da família, no sentido mais abrangente; além disso é provável que a possibilidade de as crianças se iniciarem no trabalho com parentes, adiante a idade de início, representando, por exemplo, uma maior segurança no serviço. Levando em conta a distância, cabe explicitar o critério utilizado. Este foi completamente qualitativo, sem mediar considerações de distância física, de tempo ou de custo, considerando que mesmo a condição da distância é variável segundo a idade. Assim, se para uma criança pequena sair para trabalhar num bairro vizinho pode ser longe, no caso de uma criança maior não o é. Em todo o caso, tenta-se avaliar se a distância, assim entendida, facilita a saída ao trabalho.

Quanto à presença de parentes, em 67,8% dos casos as crianças iniciaram-se no trabalho sem parentes, enquanto que apenas 32,2% o fizeram com a presença deles. Isto aparece mais acentuado no caso dos homens, onde 70,3% começaram a trabalhar sem parentes, enquanto, no caso das mulheres, reúnem-se nesta situação 54,2% dos casos.

Quanto ao critério de distância, em 72,4% dos casos as crianças iniciaram-se no trabalho perto da casa da mãe (Tabela 4). Cabe esclarecer que, no caso de crianças que não residiam com a mãe quando do início no trabalho (basicamente por se tratar de crianças que desde cedo não residia com ela), considerou-se o do-

mício de residência habitual ao início no trabalho. Segundo o gênero, 71,9% dos homens começaram a trabalhar perto da casa da mãe, sendo 14,1% com parentes e 57,8% sem a presença dos mesmos. Dos 28,1% restantes, correspondentes àqueles que começaram a trabalhar longe, 15,6% começaram com parentes e 12,5% sem parentes. No caso das mulheres, 75,0% começaram a trabalhar perto da casa da mãe: 20,8% com parentes e 54,2% sem a presença de parentes. Os restantes 25% correspondem às mulheres que começaram trabalhando longe do domicílio da mãe, todas elas com presença de parentes.

Embora o início no trabalho seja predominantemente sem parentes, é importante levar em consideração o efeito, por idade, segundo o gênero. As crianças que começaram a trabalhar com parentes apresentam uma idade média ao início no trabalho menor do que aquelas que começaram sem a presença deles. Assim, trabalhar com parentes, para ambos os gêneros, adiantou em 1,2 anos de idade a média de início no trabalho (Tabela 5).

Quanto à distância da casa da mãe, parece ter um efeito menor do que a presença de parentes. No caso dos homens, a condição de distância não afeta sensivelmente a idade média ao início no trabalho. Porém, no caso das mulheres, a proximidade do serviço adianta em 0,3 anos de idade a média de início no trabalho (Tabela 6).

Assim, pode-se dizer que a presença de parentes, embora não predominante em números totais, possibilita o ingresso antecipado no trabalho e a proximidade, majoritária nos casos investigados, não afeta grandemente o adiamento do início no trabalho.

A experiência de trabalho é variada no que diz respeito ao número de trabalhos que as crianças têm desenvolvido. No entanto, a grande maioria das crianças não tem ultrapassado três trabalhos e encontram-se principalmente no primeiro (Tabela A-4). Segundo o gênero, o primeiro é o mais importante no caso dos homens e o segundo no caso das mulheres. Por outra parte, pouco mais de sete em cada dez crianças encontram-se atualmente desenvolvendo atividades de rua,

Gráfico 5

Crianças que alguma vez não residiram com a mãe  
Pessoas com quem morou (%)

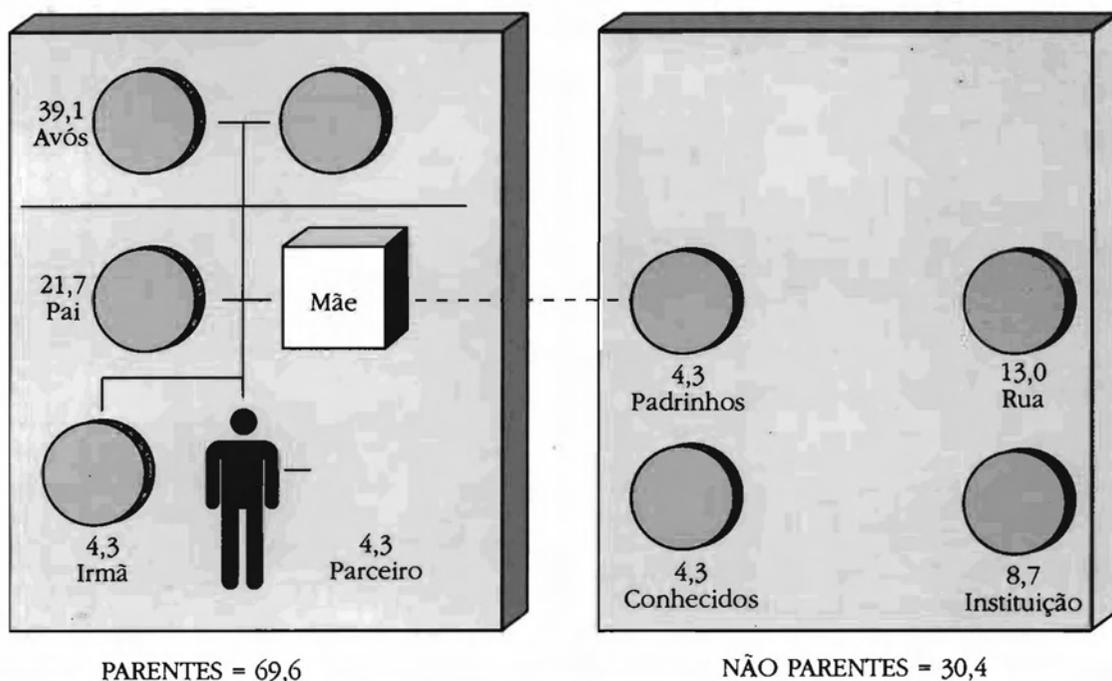
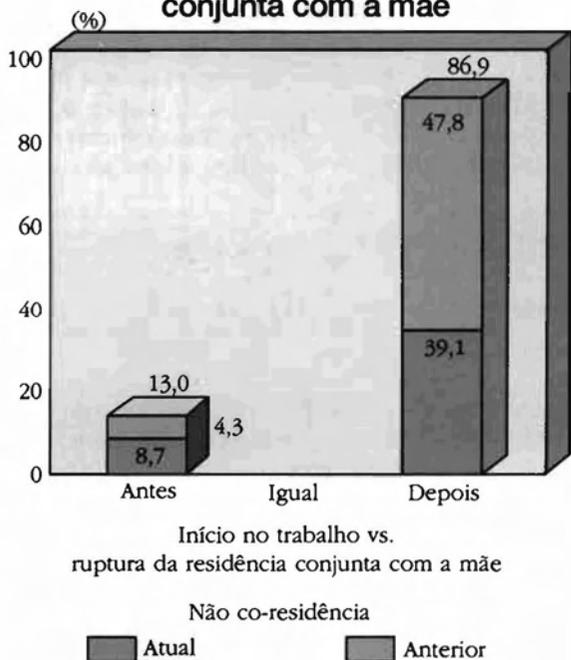


Gráfico 6  
Comparação das datas de início no trabalho e ruptura da residência conjunta com a mãe



o que evidencia transferências de 9,8% do total das crianças provenientes da categoria "não de rua", no início da vida produtiva das crianças. Em termos de gêneros, as atividades de rua continuam a ser mais impor-

tantes para os homens, enquanto para as mulheres o tipo de atividade aparece como indiferente (Gráfico 8).

E. A *escolaridade* tem um lugar privilegiado na análise de situação das crianças de rua na medida em que trabalho e frequência escolar competem pelo seu tempo. No entanto, o papel da educação não tem uma interpretação clara na medida em que é considerada indistintamente em dois sentidos: por uma parte, em termos sintomáticos, a educação das crianças interpreta-se como indicador de bem-estar familiar mas, por outra, em termos predictivos, considera-se como fator de mobilidade social ascendente. Nossa interpretação, sob as luzes das informações analisadas, é que a escolaridade é uma variável cujas relações com o bem-estar, presente ou futuro, são mediadas por outras circunstâncias.

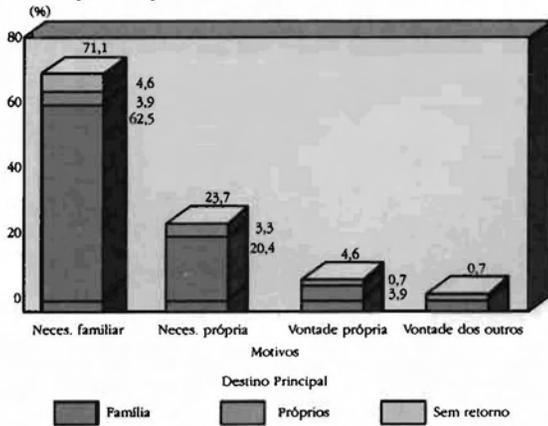
Mais de nove em cada dez crianças têm *frequentado* alguma vez a escola e aquelas crianças que nunca frequentaram a escola correspondem aos homens em sua totalidade. Existem 6,6% de crianças que frequentaram a escola, mas não conseguiram concluir nenhuma série, sendo todas elas homens.

Segundo a *idade ao início na escola* revela-se, em geral, um atraso na idade, que deveria ser aos seis anos, com predominância da faixa de 7 a 9 anos como idade para iniciar os estudos. Este atraso é ainda maior no caso dos homens do que no das mulheres, embora nenhuma delas tenha começado com a idade de seis anos.

Para ilustrar o *desempenho escolar* das crianças gerou-se um indicador (d) que pondera o número de vezes que as crianças têm frequentado a escola com o máximo de séries cursadas e completadas. Desta maneira relativiza-se a quantidade de vezes que as crianças têm frequentado a escola e completado ciclos leti-

**Gráfico 7**

**Crianças por motivo de início no trabalho, segundo destino principal do retorno econômico**



**Tabela 3**

**Idades médias das crianças ao início no trabalho por tipo de atividade segundo gênero**

Gênero e	Tipo de atividade		TOTAL
	De rua	Não de rua	
Homens	8,4	8,9	8,6
Mulheres	8,9	9,0	9,0
Total	8,5	8,9	8,6

vos pelo avanço em escolaridade real. Esta variável pode ser interpretada como a quantidade de anos que leva uma criança para completar uma série, onde idealmente seria uma série completada por cada frequência escolar de ciclo letivo completo, sendo o desempenho escolar igual a 1. Só um terço das crianças têm conseguido completar uma série por ano, enquanto, dentre aqueles que levaram mais tempo, na sua grande maioria precisaram de um a dois anos. As categorias mais relevantes para os homens são um ano, dois anos e de dois a três anos, enquanto para as mulheres são as categorias de um a dois anos, de três anos e de mais de três anos. A apreciação destes números permite considerar que a escolaridade privilegia aos homens.

Esta situação de escolaridade tem peculiaridades segundo gênero e coorte de nascimento. O número *máximo de séries cursadas* e completadas, embora afetado pela censura das informações, mostra que o avanço escolar não muda substancialmente para as diferentes coortes. Seria de se esperar que as coortes mais velhas tivessem uma escolaridade superior às menores, considerando que a diferença em idade, de coorte a coorte, é de 5 anos. No entanto, pode-se constatar que as diferenças na escolaridade das coortes são de pouco mais de uma série. Em termos de gêneros, as mulheres apresentam, em média, uma escolaridade um pouco supe-

**Tabela 4**

**Crianças por critério de distância segundo gênero e presença de parentes no trabalho inicial**

Gênero e presença de parentes	Distância da casa da mãe		TOTAL
	Perto	Longe	
<b>Homens</b>			
Parentes	14,1	15,6	29,7
Não parentes	57,8	12,5	70,3
Soma	71,9	28,1	100,0
<b>Mulheres</b>			
Parentes	20,8	25,0	45,8
Não parentes	54,2	0,0	54,2
Soma	75,0	25,0	100,0
<b>Total</b>			
Parentes	15,1	17,1	32,2
Não parentes	57,2	10,5	67,8
Total	72,4	27,6	100,0

rior a dos homens, mas rias idades mais adiantadas a escolaridade dos homens é superior (Gráfico 9).

Supostamente, uma criança nascida em 1974, sem repetência e começando a escolaridade com seis anos teria, no momento da entrevista, oito séries cursadas e completadas, enquanto na realidade sua coorte apenas ultrapassa quatro séries.

Por outro lado, o nosso indicador de *desempenho escolar* mostra uma tendência descendente no tempo que faria pensar numa melhoria do desempenho. Entre gêneros, as médias do desempenho escolar são mais iguais mas, segundo coortes, observa-se que a melhora apresentada no conjunto deve-se fundamentalmente ao desempenho dos homens. No entanto, no melhor dos casos, as crianças da coorte mais nova estão demorando um ano e quatro meses para completar uma série escolar.

**3.2. Características das mães e das famílias**

**A. Distribuição etária das mães:** o método de seleção de casos toma por fundamento as idades das mães, as quais devem, necessariamente, ter filhos na faixa etária de 0 a 17 anos. Considerando-se que as mulheres têm filhos, normalmente, entre os 15 e 45 anos, as coortes de nascimento das mães abrangeriam de 1927 a 1974. As mães pesquisadas foram agrupadas segundo coorte quinquenal, como mostra a Tabela 7.

Assim, a maioria das mães (75,4%) pertence às coortes de nascimento de 1945 a 1959, com idades, no momento da entrevista, entre 30 e 44 anos. Esta relação entre as idades das mães e das crianças sustenta-se nas características da fecundidade, sobretudo em relação à época da vida reprodutiva das mães em que estas crianças nasceram.

Tabela 5

Idades médias ao início no trabalho por condição de trabalho com parente ou não, segundo gênero

Gênero	Trabalhavam com parente		TOTAL
	Sim	Não	
Homens	7,6	9,0	8,6
Mulheres	8,5	9,4	9,0
Total	7,8	9,0	8,6

B. *Fecundidade*: apresenta-se como um dos traços mais relevantes, o fato de que este conjunto de mães já vivenciou parte significativa de seu período reprodutivo. A maioria das mães teve seus filhos entre os 20 e 24 anos, mas, segundo coortes, verificou-se um decréscimo da idade e uma tendência generalizada de concentração dos nascimentos em idades menores.

As idades médias das mães ao nascimento dos seus filhos e atual diferem em 12,7 anos. Esta diferença fica evidente no deslocamento das curvas ilustrado no Gráfico 10.

Levando em consideração as idades atuais das mães e a tendência observada de concentração dos nascimentos na faixa de 20 a 25 anos podemos inferir que, futuramente, as trajetórias de vida destas mulheres não sofrerão um impacto muito grande em função do acréscimo de filhos. Por outro lado, a diferença que existe entre a idade média das mães ao nascimento de todos os seus filhos e quando do nascimento das crianças em observação (0,1 anos), sugere que a distribuição etária destas crianças em observação pode ser semelhante à de todos os filhos que estas mulheres já tiveram.

C. *Trajetórias familiares*: um argumento recorrente na percepção do fenômeno das crianças de rua refere-se à situação familiar: prevaleceriam a desestruturação e a instabilidade. Supõe-se que as mães não cumprem com seus papéis e suas responsabilidades. Segundo este raciocínio, as supostas condições de instabilidade familiar fariam com que as crianças saíssem ou fossem forçadas a sair das famílias, tornando-se crianças "abandonadas". Sujeitas a uniões efêmeras, as mães não cumprem com seu papel de esposas e, associado a este descumprimento do papel de esposas, está a percepção de que também não cumprem o seu papel de mães. Além disto, não vivenciariam um tipo de família socialmente esperado. Este seria identificado pela convivência de pais e filhos, sem outros parentes, no primeiro casamento da mãe.

Entretanto, em 1987, menos de 60% das famílias brasileiras correspondiam a este modelo. Consideramos que, em existindo um "padrão" de família normal, este não seria mais que uma fase inicial dentro das trajetórias familiares. As mães poderiam, no caso, vivenciar estágios familiares adicionais, relacionados a mudanças na nupcialidade e na situação residencial, que redefiniriam as trajetórias familiares.

As trajetórias familiares destas mulheres revela que elas experimentaram uma seqüência de eventos que,

Tabela 6

Idades médias ao início no trabalho por condição de distância da casa da mãe segundo gênero

Gênero	Distância da casa da mãe		TOTAL
	Perto	Longe	
Homens	8,6	8,5	8,6
Mulheres	8,9	9,2	9,0
Total	8,6	8,6	8,6

por sua vez, deram lugar a estágios familiares. Estes eventos são de natureza diversa e serão analisados em função do interesse do analista. Neste estudo, consideramos: (1) o *casamento*, entendido como qualquer forma de união; (2) a *separação*, entendida como a ruptura do casamento, independentemente da forma (separação, divórcio ou viuvez); ambos os eventos vão definir as entradas e saídas de famílias conjugais ou monoparentais; (3) o *exercício da chefia familiar na família de procriação*: geralmente (mas não necessariamente) ligada com a união, cuja perda define com frequência a entrada em famílias estendidas; e (4) o *nascimento do primeiro filho*, que constitui uma transição fundamental na formação da família de procriação. Em relação ao momento de formação da família, as situações de transição marcadas pelo nascimento do primeiro filho, ou passagens possíveis, seriam: a) de uma família conjugal<sup>5</sup> sem filhos a uma conjugal com filhos; b) de uma família de mãe que engravidou sem qualquer tipo de união e que não vive com sua família de orientação (ou seja, a família onde detém a condição de filha), a uma família monoparental<sup>6</sup> com filhos; c) de uma família de mãe que ganha o primeiro filho quando ainda no interior de sua família de orientação, passando então a vivenciar uma dupla mudança — a de ter sua própria família de procriação, embora mantendo-se na família de orientação e vivendo, de fato, a situação de uma família estendida.

O nascimento do primeiro filho, a diferença dos outros eventos em observação, é não renovável. Uma vez ocorrido, as possíveis mudanças nas trajetórias familiares das mães vão depender das transições ligadas à nupcialidade e aos arranjos de convivência com parentes, ou seja, todos eles eventos renováveis.

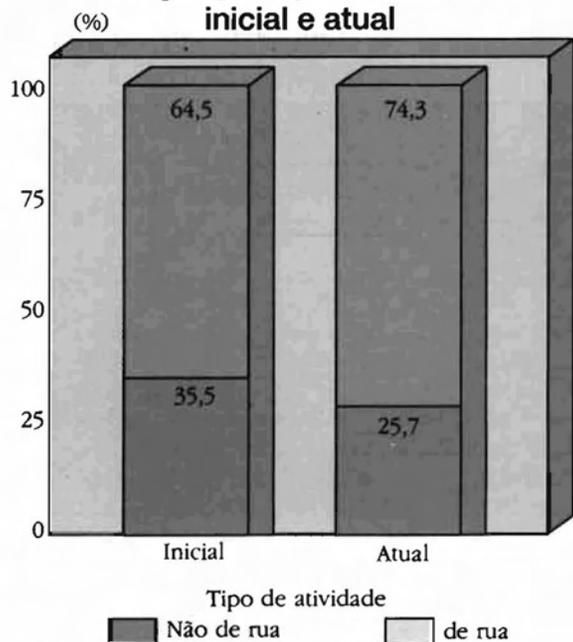
Sendo estes os eventos que determinam os estágios familiares, cada estágio familiar aponta implicitamente para um diferente tipo de família. Assim, por exemplo, a passagem de uma família conjugal com filhos a uma monoparental com filhos supõe a ocorrência da ruptura da união; por sua vez, a passagem de uma família conjugal sem filhos à situação de conjugal com filhos supõe a ocorrência do nascimento do primeiro filho. Mais que traçar as transições ao longo das traje-

5. Entendemos como família conjugal aquela em que a mulher está em união, independentemente do tipo desta e da existência ou não de filhos.

6. Em sentido estrito, monoparental refere-se à presença de só um dos pais com os seus filhos. O nosso escopo de pesquisa incorpora exclusivamente as mães e, portanto, ao nos referirmos a famílias monoparentais, referimo-nos a famílias do tipo mãe com filhos.

**Gráfico 8**

**Crianças por tipo de atividade inicial e atual**



**Tabela 7**

**Mães por coortes quinquenais de nascimento**

Coortes	%
1925-29	1,0
1930-34	2,0
1935-39	2,9
1940-44	12,7
1945-49	24,5
1950-54	28,4
1955-59	22,5
1960-64	5,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Total de mães = 102

tórias familiares, nossas análises focalizam os estágios e os tipos de família por elas produzidos.

As transições familiares das mulheres inicialmente observadas, em termos dos eventos do primeiro nascimento e condição marital, geram os seguintes tipos de famílias:

**Tipologia de famílias**

Segundo condição de nascimento do primeiro filho	Segundo condição de união	
	Conjugal	Monoparental
Sem filhos	<C/sf>	<MP/sf>
Com filhos	<C/cf>	<MP/cf>

Partindo da condição de sem filhos, estágio prévio ao nascimento do primeiro filho, a observação da data de início da primeira gravidez marca o processo de formação das famílias de procriação das mães. Estes eventos podem ou não ser vivenciados em companhia do parceiro. No caso da presença do parceiro, consideramos a família como sendo do tipo conjugal sem filhos <C/sf> e, na sua ausência, a família seria do tipo monoparental sem filhos <MP/sf>.

Esta tipologia se aplica igualmente quando da presença de filhos. Ou seja, a família pode ser conjugal com filhos <C/cf> e monoparental com filhos <MP/cf>. Em todos os casos, as famílias do tipo monoparental referem-se necessariamente à mulher e seus filhos.

Entende-se por família estendida aquela representada pelas mulheres com filhos como agregadas em outras famílias. A convivência ou não em uma família estendida varia segundo o estágio da trajetória familiar da mulher, podendo ou não acontecer em união.

O conjunto de estágios familiares constitui um estoque que na análise representam unidades de

observação. Evidentemente, a identificação da ordem em que se apresenta cada tipo de família é importante para caracterizar cada um dos estágios familiares. Assim, dentro da trajetória familiar, tem diferente significado iniciar a formação da família na qualidade de mãe solteira ou vivenciar a condição de mulher com filhos, como resultado da ruptura de uma união.

Na Tabela 8 observa-se, tomando como referência a data de início da primeira gravidez, que o início das trajetórias familiares corresponde, para a maioria das mães (61), à família conjugal sem filhos. Isto, aliás, corresponderia à situação esperada como normal. Apenas duas mulheres começaram sua trajetória em família do tipo conjugal com filhos, dado que se casaram com homens que já tinham filhos. Outras 6 mulheres engravidaram estando sós, enquanto 18 começaram sua família de procriação na família de orientação, e outras 15 como agregadas em famílias de parentes.

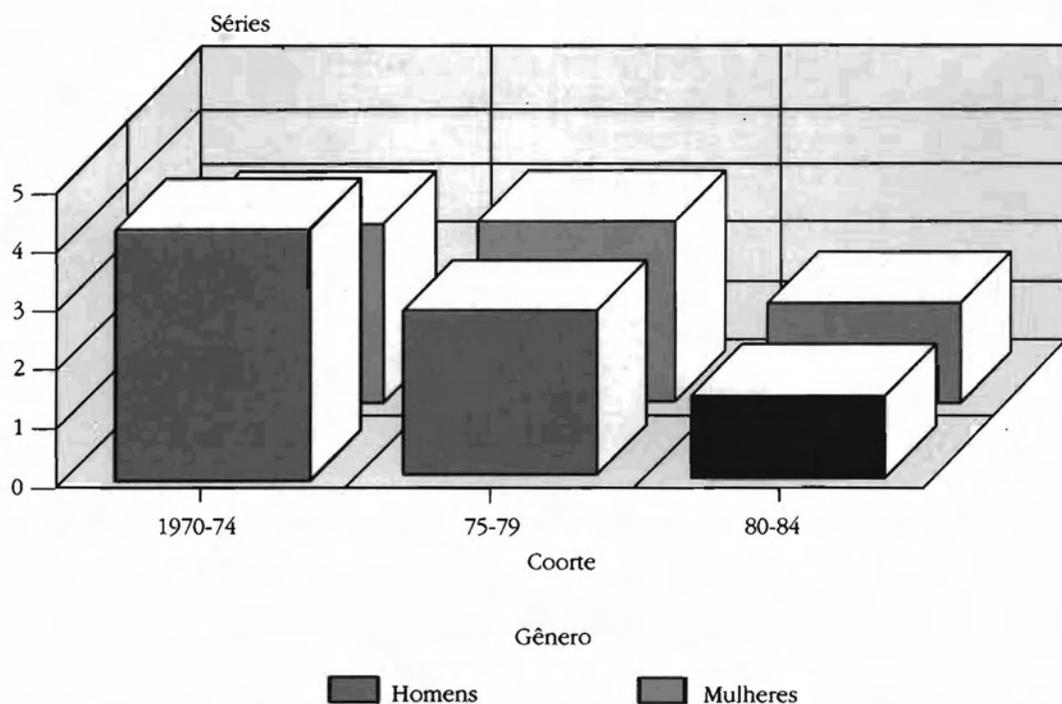
Se considerarmos que 97 de 102 mulheres vivenciaram 2 ou mais estágios familiares, observamos que 5 delas não vivenciaram mais que um estágio familiar. Já na ordem 3 acumulam-se 76,5% dos estágios familiares do estoque, o que indica a pouca relevância de um maior número de estágios familiares dentro das trajetórias familiares deste conjunto de mulheres.

A nupcialidade explica o trânsito entre os estágios dos tipos família conjugal e família monoparental, que acontece nas trajetórias familiares das mulheres basicamente após o nascimento do primeiro filho, nas ordens 3 e mais. Assim, dois em cada três estágios familiares têm sido vivenciados pelas mulheres em condição de mulheres/mães e pouco mais de quatro em cada dez na forma de família conjugal com filhos. As famílias classificadas como "outros tipos" que, no primeiro estágio, reúnem as famílias de orientação e de parentes, aparecem em situação de pouca recorrência, com menos de um em cada dez estágios familiares vivenciados pelas mães.

No estoque de famílias, 212, ou 61,4% delas, são do tipo conjugal, vivenciadas por estas mulheres na ordem 2, o que ponderaria positivamente um

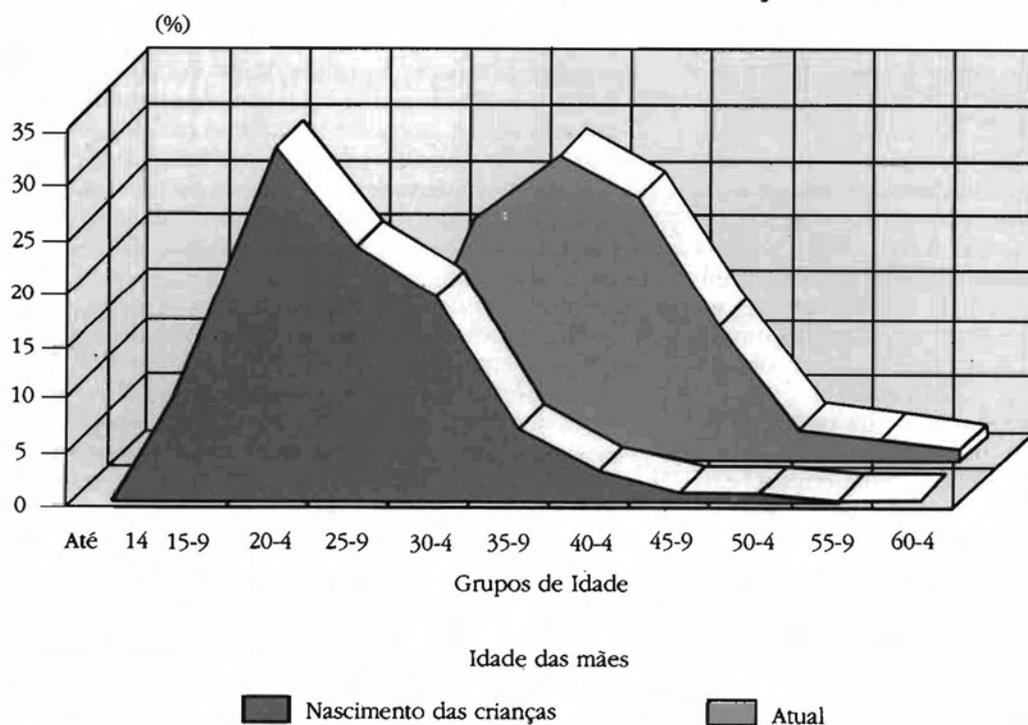
**Gráfico 9**

**Média do máximo de séries completadas por gênero segundo coorte de nascimento**



**Gráfico 10**

**Idades das mães ao nascimento das crianças e atual**



**Tabela 8**

**Estágios familiares das mães por número de ordem, segundo o tipo de família vivenciado no estágio**

Tipo de Família	Número de ordem dos estágios familiares									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
<b>Conjugal</b>										
Sem filhos	61	14								75
Com filhos	2	64	29	22	10	6	2	2		137
<b>Monoparental</b>										
Sem filhos	6	2								8
Com filhos		6	35	15	10	5	3	1	1	76
<b>Outros tipos</b>										
De orientação	18									18
De parentes	15									15
Estendida		11	1	3	1					16
<b>Total</b>	102	97	65	40	21	11	5	3	1	345
%	29,6	28,1	18,8	11,6	6,1	3,2	1,4	0,9	0,3	100,0
% acumulada	29,6	57,7	76,5	88,1	94,2	97,4	98,8	99,7	100,0	

padrão esperado como normal; 84 famílias vivenciadas por estas mulheres (24,3%) são do tipo monoparental e apenas 49 das famílias do estoque (14,2%) foram vivenciadas sob a forma de família de "outros tipos".

Assim, em linhas gerais, nossa análise permite questionar as colocações que dizem respeito à instabilidade familiar destas mulheres, que manifestar-se-ia em uma grande quantidade de famílias vivenciadas, com predominância daquelas não enquadráveis no tipo conjugal.

A duração em cada tipo de estágio familiar indica, com maior clareza, a importância das diversas alocações vivenciadas pelas mães ao longo de suas trajetórias familiares. A partir das informações da Tabela 9, avalia-se a importância do tipo de família levando-se em consideração os anos pessoa vivenciados em cada ordem. 77,5% do tempo de vivência familiar destas mulheres, a partir do início da primeira gravidez, tem lugar em famílias do tipo conjugal, especialmente no segundo estágio da trajetória familiar. Ademais, 44,4% do tempo de vivência familiar tem sido no segundo estágio familiar. Com ambas as observações, constata-se a prevalência de um padrão considerado "normal".

Atualmente, as mães encontram-se em estágios diversos dentro das suas trajetórias familiares. Na Tabela 10 observa-se que só 3 mães nunca formaram família autônoma. Em 63,7% dos casos, as mães estão em família conjugal; em 30,4% são chefes de família em famílias do tipo monoparental, e só 5,9% das mulheres fazem parte de outras famílias como agregadas. Nota-se também que 29,4% delas encontram-se no segundo estágio familiar, sendo este do tipo conjugal, o que corresponde *grosso modo*, à seqüência de tipos de famí-

lia tida como "normal". Atualmente, 79,4% das mães têm vivenciado no máximo 4 estágios familiares. Isto leva-nos a considerar que é até esta ordem que apresentam-se os eventos relevantes para a definição das trajetórias familiares das mães.

As trajetórias familiares das mães relatam a ocorrência de uma sucessão de eventos que define a passagem de um estágio familiar a outro. A Tabela A-5 apresenta as informações relativas a estas trajetórias. O efeito da nupcialidade explica a sucessão dos estágios familiares dos tipos conjugal e monoparental, principalmente a partir do quinto estágio. Evidencia-se também o papel transitório da vivência destas mulheres nas famílias de orientação ou de parentes, que corresponde à categoria "outros tipos". Isto mostra que, apesar do apoio por parte das famílias de orientação ou de parentes na formação das famílias das mães, sobretudo no caso das mães solteiras, a sua participação se reduz significativamente no conjunto de estágios familiares.

**D. Nupcialidade e trajetórias familiares.** As análises anteriores apontaram para a importância da nupcialidade dentro das trajetórias familiares das mães. Assim é que, nesta seção, nos deteremos na análise específica dos eventos determinantes da nupcialidade.

Consideram-se aqui as uniões em qualquer das suas formas (casamento civil, religioso ou união livre) e a separação, entendida como a ruptura do vínculo do casal, independentemente do motivo (separação, divórcio ou viuvez). As uniões são observadas a partir da data de início da primeira delas, podendo ter ocorrido antes ou depois do início da gravidez, ou ainda, após o nascimento do primeiro filho.

A presença de apenas duas mães celibatárias na amostra questiona a colocação comum de que as mães das crianças de rua não têm uma vida marital propriamente dita; a pouca relevância das mães que

Tabela 9

**Anos pessoa das mães por número de ordem do estágio familiar, segundo tipo de família vivenciado no estágio**

Tipo	Número de ordem									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Conjugal	3,5	40,6	14,2	10,6	5,0	2,1	0,9	0,7		77,5
Monoparental	0,2	1,0	6,1	3,6	1,6	0,4	0,1	0,0	0,01	13,0
Outros	4,7	2,9	0,1	1,7	0,3					9,5
<b>Total</b>	<b>8,4</b>	<b>44,4</b>	<b>20,4</b>	<b>15,9</b>	<b>6,9</b>	<b>2,5</b>	<b>1,0</b>	<b>0,7</b>	<b>0,01</b>	<b>100,0</b>

Total de anos pessoa = 2.068,3

se mantêm solteiras, no conjunto das mães, levou-nos a desconsiderá-las na análise.

A nupcialidade, além de ser fator importante na definição das trajetórias familiares das mulheres, pode ser considerada também uma trajetória específica. Na trajetória da nupcialidade, as uniões e as rupturas das uniões constituem transições de entrada e saída a diferentes estágios maritais. Distinguímos os tipos de estágios maritais entre casamento e união livre. O casamento é considerado em todas as suas formas (casamento civil, casamento religioso ou ambos os casamentos)<sup>7</sup>. Esta abordagem busca analisar as implicações que cada tipo de união pode ter para a trajetória marital das mães.

De maneira análoga à análise das trajetórias familiares, os estágios maritais em conjunto formam um estoque que organizamos segundo o número de ordem, o tipo de união vivenciada no estágio correspondente e a duração em cada estágio, segundo número de ordem e tipo de união. Complementariamente, a situação atual das mães fornece uma imagem das condições apresentadas pela nupcialidade no momento da entrevista. Destaca-se também a análise das características do primeiro estágio marital vivenciado por essas mães, considerando-se sua importância no processo de formação das famílias de procriação.

A informação da primeira seção da Tabela A-6 mostra que a maioria das uniões destas mulheres (68,0%) são vivenciadas como primeira união. Isto sugere que duas ou mais uniões não é um evento usual, em se referindo às mães das crianças de rua, e põe em dúvida a noção prevalecente de múltiplas uniões. Segundo o tipo da união, destaca-se que 31,3% dos estágios maritais são do tipo casamento, contrariamente à idéia de promiscuidade que implica a percepção comum da união livre, e que supõe-se como situação habitual dessas mulheres. É grande a importância do casamento como forma de união, ao considerarmos que este tipo de união ocorre principalmente no iní-

cio das trajetórias conjugais das mulheres, ou seja, como o tipo de união que caracteriza o primeiro estágio da trajetória marital, alcançando 27,2% do total de uniões vivenciadas pelas mães. Evidentemente, embora o casamento como forma de união revele-se importante, as uniões livres representam a forma de união predominante.

A relação anos pessoa vivenciada pelas mulheres em cada uma das uniões, de acordo com o tipo de união indicado na segunda seção da Tabela A-6, mostra que três em cada quatro anos de união corresponde à primeira união. Esta constatação indicaria a importância da primeira união na vida marital dessas mulheres. Segundo o tipo de uniões que elas têm vivenciado, 40,1% corresponde a uniões do tipo casamento. Isto, por sua vez, ponderaria positivamente a importância do casamento como forma de união. Também é importante notar que, na primeira união, a diferença das percentagens de anos pessoa segundo o tipo de união é substancialmente menor do que a diferença entre as percentagens correspondentes ao número de uniões, mostrada na primeira seção da Tabela de referência. A relação proporcional entre casamentos e uniões livres, vivenciadas como primeira união, foi de 1,50 uniões livres por casamento. Em termos dos anos pessoa vivenciados por essas mulheres dentro da sua primeira união, a relação muda para 1,18 anos pessoa vivenciado em união livre por ano vivenciado em casamento. Com esta observação, consideramos que a união livre, como forma de início das trajetórias familiares, não é sinônimo da instabilidade marital suposta para essas mulheres.

A informação fornecida na terceira seção da Tabela A-6 mostra as percentagens das mulheres por número de ordem das uniões que têm vivenciado segundo o tipo de união. Aí, observa-se que 65% das mães tiveram apenas uma união e só 9% delas vivenciaram três ou mais uniões. Isto constitui, também, argumento para refutar a noção de instabilidade marital. Esta última seção da Tabela A-6 não reflete propriamente a situação atual das mães, dado que algumas delas estão separadas. A vivência de mais de uma união abrange 35% das mulheres, enquanto 65% continuam na primeira união ou encontram-se atualmente separadas. O nosso interesse é saber se o tipo da primeira união marca alguma diferença na vivência de se-

7. A inclusão do casamento religioso junto com o casamento civil obedece ao fato de que, no Brasil, aquele possui validade jurídica. Por outra parte, desconsideramos a forma da ruptura das uniões, podendo ser, teoricamente, por separação, divórcio ou viuvez. Na amostra, aliás, existe só um caso de viuvez.

**Tabela 10**

**Mães por número de ordem do estágio familiar atual, segundo o tipo de família vivenciado no estágio**

Tipo de Família	Número de ordem dos estágios familiares									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Conjugal	2	30	12	11	5	3	1	1		65
Monoparental		1	13	6	5	3	1	1	1	31
Outros	3	1		2						6
Total	5	32	25	19	10	6	2	2	1	102
%	4,9	31,4	24,5	18,6	9,8	5,9	2,0	2,0	1,0	100,0
% acumulada	4,9	36,3	60,8	79,4	89,2	95,1	97,1	99,0	100,0	

parações e ulteriores uniões para este conjunto de mulheres.

As informações da Tabela 11 mostram que, embora a taxa de recasamento seja maior no caso daquelas mulheres que tiveram a união livre como forma de primeira união, o tipo da primeira união é praticamente indiferente para a situação marital vivida atualmente por essas mulheres.

As idades com que as mães vivenciaram as diferentes uniões ilustram a alocação destas transições na vida delas. A Tabela 12 mostra que, independentemente do tipo, a idade em que ocorre a primeira união é baixa: 18,2 anos, sendo de 17,3 anos em casamento e de 18,9 em união livre. Em geral, o tipo de união não modifica substancialmente as idades ao início das uniões em nenhuma das ordens. Observa-se também o efeito da idade no início de cada uma das uniões segundo a ordem, exceto no caso das uniões em ordem 4.

As durações das uniões, mostradas na Tabela 13 por número de ordem segundo o tipo da união, indicam que, na medida em que aumenta o número de uniões, reduz-se a duração média destas. Segundo o tipo de união, são aquelas uniões do tipo casamento as que têm uma duração média maior nas ordens 1 e 2: a duração dos casamentos em primeira ordem é igual a 1,36 vezes a duração das uniões livres e, em segunda união, a 1,63 vezes.

A duração média das uniões requer considerar se existe um efeito da idade. Hipoteticamente, as mulheres com idades maiores poderiam vivenciar mais uniões ou estas serem de maior duração. Por outra parte, a censura das informações dada pela data da entrevista poderia implicar que as uniões de ordens superiores fossem de menor duração, dado que acontecem em momentos mais próximos desta data. No entanto, a Tabela A-7 mostra que a média do número de uniões das mães segundo idade, no momento da primeira união, não muda substancialmente. Consideramos, portanto, que a idade maior ou a censura da entrevista afetariam a duração das uniões.

Por outra parte, o grupo de idade predominante para início da vida marital de todas as mulheres é aquele dos 15 aos 19 anos, no qual unem-se 63% das mães. Levando em consideração também a faixa etária de até

14 anos no momento da primeira união, constata-se que 75% das mães se uniram em idades inferiores a 20 anos. Adicionalmente, o início da vida conjugal com idades inferiores a 20 anos parece não guardar relação com as coortes de nascimento das mães.

Se anteriormente vimos que não parecia existir um efeito da idade na duração das uniões, na Tabela A-8 observa-se que este efeito apresenta-se em termos do número de uniões: quanto maior a idade, maior o número médio das uniões. Esta relação parece ser mais evidente nas coortes de nascimento a partir de 1950. Embora não se possa estabelecer um padrão certo, dada a censura das informações pela data da entrevistada, é possível supor que as mães de coortes de nascimento mais próximas, com uma média de uniões menor, poderiam vivenciar um número ainda maior de uniões.

Assim, a idade das mulheres tem um efeito nas suas trajetórias maritais. Este efeito estaria agindo através da exposição das mães para vivenciar um número maior de uniões, e não através da duração destas. Isto permitiria pensar na existência de um padrão nas trajetórias maritais dessas mulheres, onde se poderiam considerar durações segundo número e tipo das uniões, independentemente da idade no momento de iniciar a trajetória marital. Na Tabela 14 apresenta-se, em forma resumida, a vivência dos diferentes eventos que perfilam a trajetória marital das mães.

As observações sobre a nupcialidade sugerem que:

- há uma predominância de uniões livres, quer seja esta a primeira ou uma união subsequente;
- 75% das mães entram na primeira união antes dos vinte anos de idade, sem que isto revele diferença por coorte de nascimento;
- a duração das uniões sob forma de casamento (legal, religioso ou ambos os casamentos) é sensivelmente maior;
- tem maior expressividade a primeira união, na qual permanecem 43% das mães;
- 22% das mães não voltam a ter outra união após a ruptura da primeira;
- 33% das mães que alguma vez se uniram aparecem na condição de mães separadas;
- 24% das mães atualmente estão em uma união de ordem 2 ou mais.

**Tabela 11****Taxas de recasamento\* e situação atual das mães segundo tipo da primeira união**

Tipo da primeira união	Situação atual			
	Total	Taxa de recasamentos	Separadas	Em união
Casamento	40	30,0	32,5	67,5
União livre	60	38,3	33,3	66,7

(\*) Utilizamos o termo "recasamento" genericamente, em relação ao estabelecimento de uniões ulteriores à primeira, abrangendo tanto os casamentos propriamente ditos como as uniões livres.

**Tabela 12****Idades médias das mães no início das uniões por número de ordem das uniões segundo tipo de união (anos)**

Tipo de união	Número de ordem da união			
	1	2	3	4
Casamento	17,3	27,0	31,0	
União livre	18,9	26,7	32,3	31,3
Total	18,2	26,7	32,1	31,3

**Tabela 13****Duração média das uniões por número de ordem segundo tipo de união (anos)**

Tipo de união	Número de ordem da união			
	1	2	3	4
Casamento	15,2	15,0	3,0	
União livre	11,2	9,2	7,8	4,8
Total	12,8	10,0	7,3	4,8

**Tabela 14****Mães por vivência de eventos e estágios maritais segundo número de ordem das uniões**

Número de ordem das uniões	Mães que vivenciaram a união	Mães que ficaram nesta união	Mães que se separaram sem mais uniões	Mães que se separaram e tiveram mais uniões
1	100	43	22	35
2	35	18	8	9
3	9	4	2	3
4	3	2	1	0
Total	147	67	33	47

## 4. A título de conclusões

**O**bservamos as seguintes características como as mais marcantes do contingente de crianças de rua que participaram da pesquisa:

a. uma predominância do número de meninos em relação ao de meninas;

b. que a condição migratória é pouco relevante como atributo explicativo, inclusive considerando a própria condição das mães. Isto nos leva a uma posição crítica perante as colocações que supõem que crianças migrantes, ou filhas de mães migrantes, enfrentam circunstâncias especiais, diferenciadas, de acesso a meios de vida nas cidades. Ao mesmo tempo, raciocínios baseados na migração como fonte de desestruturação das famílias destas crianças parecem não encontrar, neste caso estudado, sustentação empírica. A evidência indica que as crianças, em sua grande maioria, não são migrantes, que só a metade das mães são migrantes para a Região Metropolitana de Recife e que a maioria delas têm filhos não migrantes;

c. que a condição de não residência conjunta com as mães, multicitada em colocações enquadradas nas conceitualizações referentes a “menores abandonados”, não encontra evidência empírica de respaldo;

d. que, mesmo considerando aquelas crianças que não residem com a mãe, constata-se que o momento da sua saída às ruas para o trabalho independe temporalmente do momento em que deixaram de residir com as mães. Assim, descarta-se o afastamento da residência materna como “gerador” das crianças de rua;

e. que o motivo principal para as crianças saírem à rua é a necessidade familiar do trabalho delas;

f. que existe uma seletividade em função de vários atributos demográficos das crianças: são predominantemente meninos, com idade média de 9 anos no momento em que se iniciam no trabalho e de ordens de nascimento menores, ou seja, os filhos mais velhos dentro dos arranjos familiares. Esta observação revelaria um efeito da pressão econômica, o qual se apresentaria de maneira seletiva dentro das famílias, segundo os atributos demográficos dos filhos;

g. que existem três formas de participação econômica das crianças nas famílias: gerando renda, subsidiando a família e contribuindo com trabalho sem retorno econômico, sendo a primeira forma predominante.

h. que nem todas as crianças iniciam ou atualmente desenvolvem atividades de rua, existindo o que se pode chamar uma “carreira profissional”. Dentro desta carreira, no entanto, a tendência é de passar das atividades consideradas como não de rua para atividades consideradas como de rua;

i. que, em média, as crianças têm trabalhado 3,4 anos, sendo 2,0 anos na primeira atividade e 1,4 em uma atividade de ordem superior;

j. que as crianças iniciam-se no trabalho perto de casa;

k. que a presença de parentes no desenvolvimento da atividade inicial, embora não predominante, facilita o trabalho das crianças longe de casa. Portanto, nem sempre a saída de casa para o trabalho significa saída

das relações familiares, entendidas estas em sentido amplo.

O perfil de criança de rua que surge das nossas observações é o de um menino de 12 anos, oriundo da Região Metropolitana de Recife; sendo o terceiro filho, tem mais quatro irmãos menores. Já trabalha há cerca de três anos e na primeira atividade permaneceu durante dois anos. Começou a trabalhar basicamente por necessidade familiar, sem parentes, mas perto da casa da sua mãe, com quem reside. Sua participação econômica dentro da família é a de contribuir com a maior parte do retorno econômico que obtém no trabalho, sendo este retorno, principalmente, dinheiro. Suas atividades econômicas são de rua, desenvolvendo atualmente um segundo tipo de atividade diferente daquele primeiro em que se iniciou. A sua escolaridade é baixa.

Quanto à análise das mães, cabe lembrar que o propósito tem sido colocar a situação delas perante alguns aspectos demográficos, tentando estabelecer, por meio desses, o “cenário” familiar onde a criança se desenvolve. Este escopo resultou ser adequado sem se ter que lançar mão de outros tipos de *markers* familiares geralmente utilizados.

As observações mais relevantes relativas às características dessas mulheres são:

a. uma idade média atual de 38,9 anos;

b. o início da sua vida reprodutiva situa-se predominantemente em idades inferiores a 20 anos, fato associado a um padrão adiantado de formação de famílias e domicílios;

c. que, considerando a situação atual de fecundidade e vida familiar das mães de 25 a 39 anos, estas seriam mais suscetíveis a ter filhos que venham a aumentar o contingente das crianças de rua, embora em escala reduzida;

d. que a condição migratória é indiferente no que se refere ao fato de ter ou não filhos dentro do contingente estudado;

e. que diferenciam-se três situações familiares: primeira, mães em família conjugal dentro da primeira união; segunda, mães que separaram-se após a primeira união e que permanecem morando com os seus filhos, em família do tipo monoparental, e, terceira, mães que vivenciam múltiplas uniões e que transitam entre os tipos de família conjugal e monoparental, com filhos em ambos os casos;

f. que, ainda na descontinuidade da trajetória da vida familiar das mães que vivenciam múltiplas uniões, elas constituem-se no referente familiar mais estável para as crianças, o que eleva a responsabilidade delas enquanto chefes de família;

g. que a vivência de uniões ocorre com todas as mulheres, exceto duas;

h. que a forma de união predominante é a união livre;

i. que as mulheres com múltiplas uniões é caso raro;

j. que o fator que desencadeia a fecundidade é a nupcialidade, a qual aumenta também o risco de exposição à gravidez;

k. que as colocações que dizem respeito à “promiscuidade” das mães, quanto à multiplicidade de parceiros, não encontram sustentação convincente;

l. e, em decorrência do acima colocado, pode-se di-

zer com certeza que o estudo da nupcialidade das mães é de capital importância para o entendimento da vida familiar das crianças de rua.

O perfil dessas mulheres é o seguinte: uma mulher na faixa etária dos 38 anos, com sete filhos e que pode, indiferentemente, ser ou não migrante. Há vinte anos começou sua vida marital, muito possivelmente em união livre e, provavelmente também, acabou esta união, encontrando-se atualmente numa segunda, sob a forma de união livre. Reside em domicílio próprio, com seus filhos e, no caso, unida ao seu segundo parceiro. É provável que ao fim da primeira união tenha morado em casa dos seus pais por algum tempo.

Em geral, consideramos que o principal resultado desta pesquisa é que este conjunto específico de crianças de rua vivenciaram trajetórias familiares que, embora as suas especificidades, não distam muito das do restante das crianças brasileiras.

A conclusão mais importante é que a presença de crianças de rua não significa a desestruturação e extinção das suas famílias. Pelo contrário, fortalece sua influência. O que efetivamente existe é um estigma demográfico que mascara as situações de pobreza: o que nas classes médias e altas identifica-se como um processo de individualização e melhora da condição feminina, nas camadas pobres possui uma conotação pecaminosa.



# Referências Bibliográficas

- AMADO, J. (1937). *Capitães da Areia*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- BRASS, W. (1983). The formal demography of the family: an overview of proximate determinants. In: *The family, proceedings of the british society for population studies conference*. London: Office of Population Censuses and Surveys. Occasional Papers, 31.
- FERREIRA, R. M. (1979). *Meninos da rua. Valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo: IBREX.
- IBGE (1988). Suplemento "Situação do menor: regiões metropolitanas". In: *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, 1985*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 9.
- IBGE/UNICEF (1982). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: características sócio-demográficas, 1970 - 1977*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1984). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: situação da Saúde — 1981*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1986). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: aspectos sócio-econômicos da mortalidade infantil em áreas urbanas*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1988a). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: a situação da fecundidade; determinantes gerais e características da transição recente*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1988b). *Perfil sócio-demográfico de crianças e mães no Brasil: sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes — 1981 - 1983 - 1986*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE/UNICEF (1989). *Crianças e adolescentes: indicadores sociais — 1987*. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE.
- GOVERNO do Estado do Ceará/SAS (Secretaria da Ação Social) (1988). *Perfil do menino e menina de rua de Fortaleza. Relatório*. Fortaleza: SAS.
- HAREVEN, T. K. (1987). *Family history at the crossroads*. Princeton: Princeton University Press.
- JUÁREZ, E. (1989). *Estimativas de afastamento de menores de 18 anos das suas mães*. Belo Horizonte: UFMG. Pesquisa de Tese de Doutorado (mimeo.).
- MEDINA, C. A. (1974). *Família e mudança; o familismo, uma sociedade arcaica em transição*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: CERIS.
- NAÇÕES UNIDAS (1973). *Methods of projecting households and families*. New York: United Nations. Population Studies, 54.
- OLIVEIRA, C. F. G. (1989). *Se essa rua fosse minha: um estudo sobre a trajetória e vivência dos meninos de rua do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/UNICEF.
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (1987). *Nuevas alternativas de atención para el niño de y en la calle de México*. Bogotá: UNICEF, Oficina Regional para América Latina y el Caribe. (Programa regional "Menores en circunstancias especialmente difíciles"). (Série Metodológica).
- UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) (1988). *Acción Guambra: programa no convencional de atención al niño de la calle, Ecuador*. Bogotá: Oficina Regional para América Latina y el Caribe. (Programa regional "Menores en circunstancias especialmente difíciles"). (Série Metodológica).

VAINSENER, S. A. (1989). *O projeto de vida do menor institucionalizado*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco (mimeo.).

VALLADARES, L. P. (coord.) (1988). *A "infância pobre" no Brasil — uma análise da literatura, das ações e das estatísticas*. Rio de Janeiro: Ford/IUPERJ (Relatório).

## Metodologia

Através do UNICEF/Recife, contou-se com o cadastro das organizações conveniadas com a FEBEM, Pernambuco, no biênio 1987-88. Os critérios para a escolha das organizações foram: a) trabalharem com crianças na rua; b) estarem no âmbito urbano da Região Metropolitana de Recife (RMR); c) serem organizações privadas, não-lucrativas, para evitar possíveis vieses e censura de informações, passíveis de ocorrer no caso de órgãos públicos ou religiosos, e d) aceitarem participar voluntariamente no projeto.

As 63 organizações cadastradas na RMR foram classificadas para a seleção segundo quatro critérios básicos: a) caráter da organização (pública, privada laica e privada religiosa); b) tipo de atendimento (comunitário, não-comunitário e de rua); c) regime de atendimento (externato, semi-internato, internato e misto), e d) metodologia de atendimento (convencional e alternativo).

Dentre as 63 organizações na RMR, participaram do projeto as seis a seguir: Grupo Sobe e Desce, Grupo Ruas e Praças, Crianças em Busca de Liberdade, Comunidade do Povo Sem Casa, Turminha do Flau, Turminha Saber Viver.

O trabalho de campo começou com entrevistas junto às organizações potencialmente participantes, definidas junto com o UNICEF/Nordeste. Foram expli-

cados os propósitos da pesquisa e seus métodos. Distribuiu-se a ficha de avaliação das crianças e cadastraram-se os casos possíveis. Definidas as organizações participantes, estabeleceu-se o trabalho conjunto com os responsáveis do projeto de cada organização. Foram discutidos o propósito da pesquisa e os instrumentos de coleta de informações. Em reuniões sucessivas aprimoraram-se os questionários, buscando sua aplicabilidade plena por parte dos entrevistadores. Gerou-se uma versão piloto que foi testada pelas organizações e, a partir desta experiência, foi definida a versão final dos questionários. A etapa seguinte foi de capacitação de 20 pessoas pertencentes às organizações, com treinamento de seis horas incluindo três blocos: a) a situação atual do conhecimento das crianças de rua no Brasil; b) as principais características da pesquisa em estudos de população, e c) a operacionalização de conceitos e manuseio dos questionários. Esta capacitação foi de curta duração devido ao trabalho prévio de esclarecimento que vinha sendo desenvolvido junto às organizações e ao valioso conhecimento empírico dos próprios entrevistadores.

O levantamento das informações durou dois meses (24 de agosto - 25 de outubro), com datas centrais de 17 e 26 de setembro para crianças e mães, respectivamente.

# Anexo 2 - Tabelas

**Tabela 1**

**Crianças alguma vez não co-residentes com a mãe, por motivo da separação, segundo a pessoa que decidiu a separação**

(%)

Decidiu a separação	Motivos			Total
	Econômicos	Familiares	Outros	
Mãe	30,4	4,3	13,0	47,8
Pai/avós	8,7	13,0		21,7
Própria criança	4,3	13,0	13,0	30,4
Total	43,5	30,4	26,1	100,0

Total de crianças que alguma vez se separaram da mãe = 23

**Tabela A-2**

**Crianças alguma vez não co-residentes com a mãe, por condição de retorno, segundo a idade no momento em que deixaram de morar com a mãe**

(%)

Idade na saída	Voltaram		Total
	Sim	Não	
Menos de 1 ano	34,8	8,7	43,5
1 ano e mais	17,4	39,1	56,5
Total	52,2	47,8	100,0

Total de crianças que alguma vez se separaram da mãe = 23

**Tabela A-3**

**Crianças por tipo de retorno econômico principal, segundo gênero e tipo de atividade inicial (%)**

Gênero e tipo de atividade	Retorno					Total
	Sem retorno	Só dinheiro	Principalmente dinheiro	Só coisas	Principalmente coisas	
<b>Homens</b>						
De rua	0,8	71,1	11,7	0,0	0,0	83,6
Não de rua	3,1	9,4	1,6	1,6	0,8	16,4
Soma	3,9	80,5	13,3	1,6	0,8	100,0
<b>Mulheres</b>						
De Rua	0,0	37,5	8,3	0,0	0,0	45,8
Não de rua	8,3	33,3	4,2	8,3	0,0	54,2
Soma	8,3	70,8	12,5	8,3	0,0	100,0
<b>Total</b>						
De rua	0,7	65,8	11,2	0,0	0,0	77,6
Não de rua	3,9	13,2	2,0	2,6	0,7	22,4
Total	4,6	78,9	13,2	2,6	0,7	100,0

**Tabela A-4****Crianças por gênero, segundo ordem e tipo do trabalho atual**

(%)

Ordem e tipo de trabalho	Homens	Mulheres	Total
<b>Ordem de trabalho</b>			
1	38,8	4,6	43,4
2	27,0	5,2	32,2
3	10,5	4,0	14,5
4	4,6	1,3	5,9
5	1,3	0,7	2,0
6	2,0	0,0	2,0
Total	84,2	15,8	100,0
<b>Tipo de atividade</b>			
De rua	66,4	7,9	74,3
Não de rua	17,8	7,9	25,7
Total	84,2	15,8	100,0

Total de crianças = 152

**Tabela A-5****Estágios familiares das mães por número de ordem, segundo os tipos de famílias de origem e destino nas transições\***

Destino Origem	Número de ordem dos estágios familiares									Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
<b>Conjugal sem filhos</b>	61	14								75
Monoparental sem filhos		3								3
Outros tipos		11								11
<b>Conjugal com filhos</b>	2	64	29	22	10	6	2	2		137
Conjugal sem filhos		59	14							73
Monoparental sem filhos			5	22	9	5	2	2		45
Outros tipos		5	10		1	1				17
<b>Monoparental sem filhos</b>	6	2								8
Conjugal sem filhos		2								2
<b>Monoparental com filhos</b>		6	35	15	10	5	3	1	1	76
Conjugal com filhos			33	14	10	5	3	1	1	67
Monoparental sem filhos		3	2							5
Outros tipos		3		1						4
<b>Outros tipos</b>	33	11	1	3	1					49
Conjugal com filhos			1	3	1					5
Outros tipos		11								11
<b>Total</b>	102	97	65	40	21	11	5	3	1	345

(\*) A categoria "Outros tipos" dos estágios familiares refere-se, na ordem 1, a famílias de orientação ou de parentes. Nas ordens superiores, refere-se a famílias estendidas.

**Tabela A-6**

Unões, anos pessoa das mães e mães por número de ordem das uniões segundo tipo de união (%)

Tipo de união	Número de ordem das uniões				Total
	1	2	3	4	
<b>Unões (%)</b>					
Casamento	27,2	3,4	0,7		31,3
União livre	40,8	20,4	5,4	2,0	68,7
Total	68,0	23,8	6,1	2,0	100,0
<b>Anos pessoa (%)</b>					
Casamento	33,5	4,4	0,2		40,06
União livre	39,4	16,0	3,7	0,9	59,94
Total	74,9	20,4	3,8	0,9	100,0
<b>Mães (%)</b>					
Casamento	28,0	5,0			33,0
União livre	37,0	21,0	6,0	3,0	67,0
Total	65,0	26,0	8,0	3,0	100,0

**Tabela A-7**

Mães por número de uniões segundo grupos de idade no momento da primeira união

Grupos de idade no momento da primeira união	Média de uniões	Número de uniões				Total
		1	2	3	4	
Até 14	1,42	7	5			12
15-19	1,49	40	17	4	2	63
20-24	1,39	14	2	1	1	18
25-29	1,57	4	2	1		7
Total	1,47	65	26	6	3	100

**Tabela A-8**

Mães por número de uniões segundo coorte de nascimento

Coorte de nascimentos	Média de uniões	Número de uniões				Total
		1	2	3	4	
1925-29	2,00		1			1
1930-34	2,50		1	1		2
1935-39	1,33	2	1			3
1940-44	1,77	5	6	2		13
1945-49	1,25	19	4	1		24
1950-54	1,55	18	8	1	2	29
1955-59	1,41	16	4	1	1	22
1960-64	1,17	5	1			6
Total	1,47	65	26	6	3	100

# MENINOS DE RUA E MENINOS NA RUA:

Estrutura e dinâmica  
familiar

Alda Judith Alves-Mazzotti\*

*FLACSO/ Sede Acadêmica Brasil/UFRJ*



# Capítulo

# 55

## Índice

1. Introdução
  2. Resultados e discussão
- Anexo 1
- Anexo 2

# 1. Introdução

O interesse pela chamada “questão do menor”<sup>1</sup> assume no Brasil crescente relevância a partir da década de 70. Vários fatores parecem ter contribuído para o alargamento da consciência sobre o problema. Em primeiro lugar, é nessa época que a produção estatística para a área social começa a apresentar, em nível internacional, indicadores sociais como forma de identificar a defasagem entre crescimento econômico e acesso aos benefícios sociais. É também nessa época que se acentuam as desigualdades na distribuição de renda, agravando a situação de pobreza de amplas camadas da população. É, ainda, na década de 70 que se acelera o processo inflacionário, acarretando perdas no poder de compra dos salários, o que atinge de modo mais perverso as famílias de mais baixa renda. Diante desse quadro de pauperização, um grande contingente de menores é levado a buscar nas ruas meios de sobrevivência, os quais, se em sua maioria constituem formas de trabalho, incluem também outros tipos de atividades legais e ilegais. A conjugação dos fatores citados, portanto, além de conduzir a um agravamento da situação do menor, lhe confere visibilidade, o que explica a maior preocupação com o problema.

Essa preocupação evidencia-se em um aumento significativo do número de pesquisas sobre essas crianças e adolescentes, notadamente na década de 80. Grande parte desses estudos, entretanto, focaliza o menor trabalhador e toma como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os quais, por serem coletados com objetivos mais amplos, não são suficientes para a identificação de fatores relevantes para a compreensão da situação do menor. Além disso, esses dados tomam, como principal referência, o mercado formal (Silva, Ferreira & Caillaux, 1988), tendo, portanto, utilidade limitada na caracterização do trabalho infantil nas áreas urbanas, que se concentra maciçamente no setor informal (Pires, 1988).

No que se refere às famílias desses menores, as informações disponíveis são bastante escassas, observando-se, também aí, larga predominância de análises baseadas nos Censos e PNADs, as quais, ao se restringirem aos aspectos demográficos, não permitem desvelar toda a complexidade da estrutura e da dinâmica familiar, bem como características sócio-culturais particulares (Silva *et alii*, 1988). É importante assinalar, ainda, que a definição de família adotada pelo Censo e pela PNAD amplia excessivamente esse conceito<sup>2</sup>, o que introduz vieses na interpretação dos resultados

apresentados por esses estudos.

Apesar das limitações apontadas, essa literatura sugere algumas características familiares que podem contribuir para a presença do menor na rua. Dentre essas características, destacam-se a extrema pobreza, a condição de migrante e a desagregação familiar — geralmente representada pela ausência do pai, transferindo à mãe o papel de chefe da família.

A segunda metade da década de 80, entretanto, marca uma nova etapa na produção do conhecimento sobre esses menores: várias pesquisas, realizadas em diversas regiões do País, procuram descrever o “perfil” e as condições de vida das crianças e adolescentes encontrados nas ruas dos grandes centros urbanos. Rizzini & Rizzini (ver Capítulo 3 deste livro), comparam os resultados dessas pesquisas e indicam alguns pontos comuns, dentre os quais podemos destacar: (a) vasta predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino (cerca de 90% do total); (b) idades variando entre 7 e 17 anos, com maior concentração na faixa de 11 a 14; (c) grande número de vendedores ambulantes, seguindo-se, como atividades mais comuns, guardadores e lavadores de carros, engraxate e carregador de feira; e (d) existência de uma parcela desses menores, embora francamente minoritária, que recorre, esporádica ou sistematicamente, a atividades marginais que incluem tanto a mendicância como diversas formas de infração (roubo, furto, consumo de drogas e prostituição, entre outras).

Mas, talvez, a maior contribuição desses estudos tenha sido a descoberta de que, ao contrário do que se pensava até então, a grande maioria dos menores encontrados nas ruas não são “abandonados”: se é certo que eles passam a maior parte do seu tempo na rua, ao final de suas geralmente longas jornadas de trabalho retornam ao convívio familiar.

Tais estudos, portanto, se de um lado ampliam o conhecimento sobre o tema, de outro apontam a necessidade de se distinguir menores *na* rua, isto é, aqueles que exercem suas atividades na rua mas vivem com suas famílias, de menores *de* rua, os quais, tendo rompido parcial ou totalmente os vínculos familiares, moram nas ruas, expondo-se, assim, a maiores riscos.

Numa tentativa de reduzir essa ambiguidade, o Encontro de Bogotá, realizado pela UNICEF em 1989, procurou caracterizar o menor *de* rua, distinguindo-o do menor *na* rua, ao qual chamou de “menor em estratégia de sobrevivência”<sup>3</sup>. Uma comparação entre as

---

e/ou moram em um mesmo domicílio, incluindo, assim, pessoas não aparentadas que moram juntas, pessoas que moram sozinhas e famílias propriamente ditas, acrescidas de seus empregados, agregados e pensionistas. Além disso, as informações estão referenciadas ao chefe do domicílio, o que faz com que o código “filho” tanto possa significar filho biológico como adotivo, ou filho de um só cônjuge.

3. Segundo o Encontro de Bogotá, menores de rua são crianças e adolescentes até 18 anos que: (a) habitam zonas urbanas; (b) têm vínculos familiares débeis, quando os têm; (c) desenvolvem habilidades e destrezas de sobrevivência; (d) têm na rua seu hábitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização; e (e) estão expostos a riscos consideráveis e específicos. Já os “menores em estratégia de sobrevivência”, são caracterizados como crianças e adolescentes até 18 anos que: (a) mantêm vínculo familiar; (b) realizam atividades destinadas a garantir seu sustento, que tanto podem estar incluídas na economia formal como na informal ou mesmo marginal; (c) se desenvolvem fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela, onde passam parte ou todo o seu tempo; (d) recebem ou não remuneração, que pode ser em dinheiro, espécie ou serviço; e (e) o que recebem pode ser para si, para seu grupo de referência ou para terceiros.

---

1. O termo “menor” é usado neste trabalho por ser uma denominação mais sintética que inclui crianças e adolescentes de ambos os sexos. Estamos conscientes das conotações pejorativas que podem acompanhar sua utilização, as quais queremos, de início, descartar.

2. Segundo a definição do Censo e da PNAD, famílias são constituídas por aqueles que têm laços de parentesco, dependência econômica

características dos dois grupos indica que as principais diferenças entre eles se referem ao nível de risco a que estão submetidos e à natureza dos vínculos que mantêm com a família.

Cabe então esclarecer algumas questões de extrema relevância para a compreensão da problemática desses menores: o que faz com que, aparentemente enfrentando condições sócio-econômicas igualmente desfavoráveis, algumas crianças permaneçam ligadas a suas famílias, enquanto outras trocam a casa pela rua? Será que existem diferenças na história, estrutura e dinâmica, bem como em condições de vida das famílias desses dois grupos de menores que possam, de alguma forma, contribuir para a manutenção ou a ruptura dos vínculos familiares? Em caso afirmativo, qual a natureza dessas diferenças? Como o conhecimento dessas diferenças pode ser usado para orientar políticas de apoio ao menor, prevenindo a "produção" de meninos de rua?

Essas são as questões de interesse desta pesquisa. Partindo do pressuposto de que o convívio familiar é, em princípio, o ambiente mais adequado ao desenvolvimento psicossocial das crianças, investigamos, em uma vasta gama de aspectos relacionados às famílias de menores *de* rua e de menores que trabalham *na* rua, quais as diferenças que poderiam estar relacionadas à manutenção dos vínculos familiares. Para efeito de comparação, procuramos caracterizar, em cada um desses grupos: (a) quem são os componentes da unidade familiar; (b) qual seu nível de renda; (c) quais as condições do local onde vivem; (d) de onde vieram; (e) qual a estrutura atual da família e por quais transformações passou; (f) como as pessoas se relacionam entre si; (g) como se relacionam com outras pessoas, grupos e instituições; e (h) quais as suas principais preocupações e com quem contam para resolvê-las. Investigamos, ainda, a percepção da família sobre a vida do menor, antes e depois da saída (para o trabalho ou a rua), bem como sobre os motivos que teriam levado à saída.

No que se refere à estrutura e interação no grupo familiar, trabalho e sustento, ouvimos, além da família, o menor, que se pronunciou, ainda, sobre sua vida anterior e posterior à saída e sobre os motivos que o levaram ao trabalho ou ao abandono do convívio familiar. Tal procedimento visou conhecer a perspectiva do menor sobre esses aspectos, além de servir como uma segunda fonte, para efeito de triangulação.

A análise destas questões foi feita através de uma integração das abordagens quantitativa e qualitativa, na qual os dados quantitativos, se de um lado fornecem suporte e orientação à investigação qualitativa, de outro ganham, através desta, maior profundidade e significação. A análise quantitativa, objeto deste capítulo, se baseia em entrevistas com 128 famílias e 128 menores, sendo que, destes, 42 são de rua e os demais, num total de 86, estão distribuídos em quatro subgrupos de menores que trabalham na rua. (A descrição completa da metodologia se encontra no Anexo 1, p. 128)

A parte qualitativa compreende uma análise sócio-antropológica (Capítulo 7) e uma análise psicossocial (Capítulo 6).

## 2. discussão e resultados



A comparação entre famílias de meninos de rua e de meninos trabalhadores foi feita em função de um grande número de variáveis, organizado em sete categorias. Os resultados (ver Tabela no Anexo 2) são analisados a seguir.

### Composição familiar

Os componentes da unidade familiar foram caracterizados segundo os seguintes aspectos: sexo, idade, grau de parentesco com o menor, escolaridade, situação de trabalho e sustento da família.

A distribuição dos componentes da família por sexo indica que os menores de rua, ao contrário dos outros estratos, pertencem a famílias onde há, do ponto de vista demográfico, predominância do sexo feminino, predominância esta que será observada em outros aspectos, como veremos posteriormente. Quanto à idade, observa-se um grande número de crianças e jovens menores de 18 anos em todos os grupos (mais de 50% em todos eles e 57,9% em média), sendo que, destes, a maioria se localiza na faixa entre 7 e 14 anos (31,5% em média). Não há diferenças sensíveis entre os estratos em qualquer das faixas consideradas.

A unidade familiar é basicamente constituída por pais e filhos (87,6%), sendo a presença de parentes pouco significativa (4,2%), assim como a de agregados (7,2%). O número médio de pessoas por unidade familiar varia de 5,4 (em famílias de menores de rua) a 8,2 (vendedores ambulantes e jornaleiros) perfazendo 6,6 em média. Esses números, bastante elevados considerando-se a média brasileira — que, segundo a PNAD 89, se concentra entre 3 e 4 pessoas por família (42,1%) — são, entretanto, característicos das famílias de baixa renda.

Quanto à escolaridade, a faixa de maior concentração para todos os grupos corresponde ao primeiro grau incompleto, o que confirma observações freqüentemente encontradas na literatura educacional da década de 80: atualmente o problema das classes de baixa renda não é tanto o acesso à escola, e sim a permanência. Embora essas populações continuem a confiar na escola como meio de ascensão social, dela vêm sendo expelidas antes de completarem o primeiro grau.

Entre menores de rua encontra-se o maior número de pais (35,7%) e de irmãos (12,4%) analfabetos, percentuais estes bem mais elevados do que os correspondentes aos menores trabalhadores (21,7% e 4,8% respectivamente).

A análise da situação de trabalho dos diversos componentes da unidade familiar indicou que as famílias dos menores de rua se distinguem das demais pelo fato de apresentarem os mais baixos percentuais de pais trabalhando (57,1%), o que não ocorre com as mães, cuja inserção no trabalho (67,9%) supera a média obtida nos demais grupos (61,3%). No extremo oposto situam-se as famílias dos menores trabalhadores dos bairros, os

quais, de um lado, apresentam a maior taxa de atividade no que refere aos pais, mas, de outro, têm o menor percentual de mães trabalhando fora (45,5%). Informações quanto ao sustento da família, obtidas junto à própria família e junto ao menor, ratificam as configurações acima descritas, sugerindo que não se trata de um fenômeno apenas conjuntural: enquanto nas famílias de menores trabalhadores (à exceção das de engraxates, lavadores de carro e catadores de papel) o pai é apontado como principal responsável pelo sustento da unidade familiar, seguindo-se as mães, nas famílias de menores de rua a situação se inverte. O contraste é mais flagrante quando estes são comparados aos menores trabalhadores de bairro, como pode ser observado na Figura 1.

É importante assinalar, também, que o próprio menor foi indicado pela família como principal fonte de sustento da unidade familiar por 14,2% das famílias de engraxates, vigias de carro e catadores de papel e por 20% das de carregadores de feira. Ainda segundo as famílias, 65,2% dos menores trabalhadores contribuem regularmente para o sustento da casa e 27% de modo eventual. Os menores de rua, ao contrário, em sua maioria (78%) não dão qualquer contribuição.

Além de contribuir diretamente para o orçamento familiar, 83,7% dos menores trabalhadores têm responsabilidades referentes a tarefas domésticas, o que constitui um ônus adicional em suas vidas já tão sacrificadas.

Em resumo, no que se refere aos meninos de rua, cabe destacar que a inversão entre mãe e pai, do papel de principal provedor da família, por contrariar dados culturais fortemente arraigados, traz conseqüências não apenas objetivas, mas também subjetivas, para a dinâmica familiar. Entre as objetivas, destaca-se a sobrecarga representada pela dupla jornada de trabalho das mães, restringindo seu convívio com os filhos. Entre as subjetivas, está a transmissão de uma imagem enfraquecida do pai, incapaz de cumprir, a contento, as funções que lhe são atribuídas socialmente.

## Renda *per capita*

Para a estimativa da renda *per capita*, foram feitos dois cálculos. O primeiro seguiu o procedimento tradicional: os rendimentos de todos os componentes da unidade familiar foram somados e divididos pelo número deles. Num segundo cálculo, fez-se o expurgo dos rendimentos dos menores, isto é, calculou-se o somatório da renda dos maiores de 14 anos e dividiu-se pelo total de membros da unidade familiar.

A comparação dos resultados dos dois cálculos — renda total e expurgada — parece confirmar, em parte, a observação feita por Barros & Mendonça (1990) de que, entre as famílias pobres, a renda familiar se apresenta um pouco mais alta exatamente naquelas em que há maior participação dos menores no mercado de trabalho: as famílias dos meninos trabalhadores de bairro, que têm a renda *per capita* mais alta (0,66% do salário-mínimo), são também aquelas que mais contam com a contribuição de menores na composição dessa renda (31,8% do total).

Em todos os grupos, os menores contribuem para o orçamento familiar, até mesmo os menores de rua, em-

bora em menor escala, como seria de se esperar. Considerando-se o conjunto de menores trabalhadores, sua participação representa 20% do total da renda familiar. Tais percentuais certamente não refletem a real contribuição dos menores para a economia familiar, uma vez que não incluem aquela que é dada sob a forma de trabalho, bem como a representada pelas despesas que estes fazem com seu próprio sustento (vestuário, material escolar, refeições na rua, entre outras).

Quanto aos valores da renda *per capita* total, ficam em torno de meio salário-mínimo. Vale lembrar que em 1988, mais de 50% dos menores pertenciam a famílias brasileiras com renda *per capita* abaixo de meio salário-mínimo (IBGE, 1990).

Como pode ser observado na Tabela apresentada no Anexo 2, as famílias de meninos de rua não são as mais pobres, mesmo quando se inclui a contribuição dos menores, parcela bem mais relevante no caso dos menores trabalhadores. Se considerarmos a renda expurgada, a média das famílias de menores trabalhadores baixa para 0,44%, enquanto a de menores de rua passa para 0,51%, só superada pela dos carregadores de feira. A renda familiar, portanto, não constitui fator relevante para a distinção entre menores de rua e menores trabalhadores. Cabe ainda esclarecer que o cálculo dos desvios-padrão indica que as famílias dos menores de rua são aquelas que apresentam maior variabilidade em termos de renda.

## Hábitat

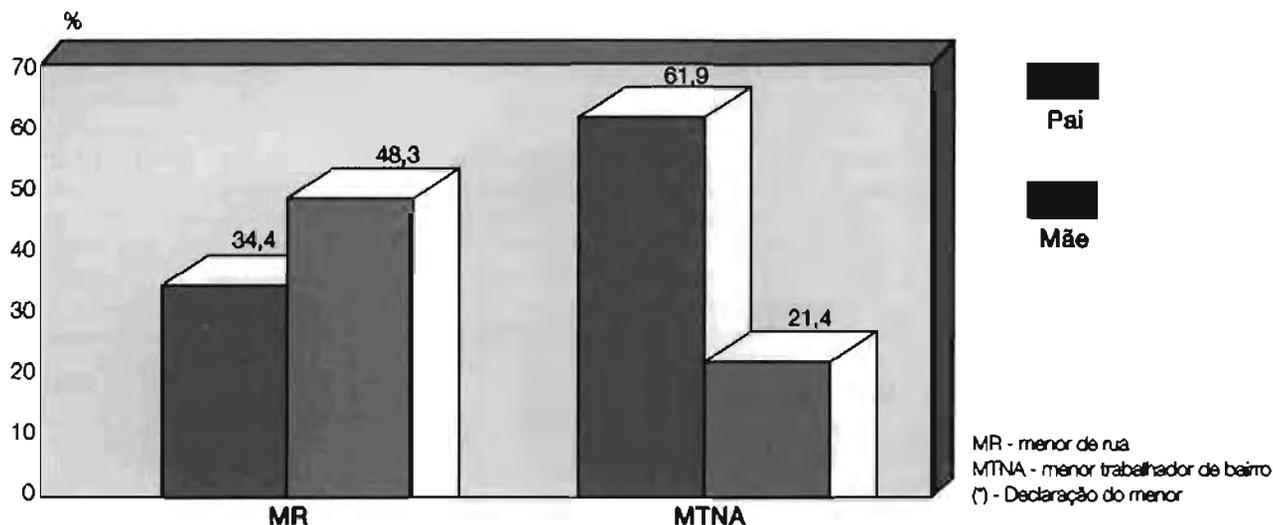
Na categoria hábitat procurou-se colher informações que pudessem lançar alguma luz sobre as condições de vida a que essas famílias estão submetidas. As seguintes variáveis foram investigadas: situação de moradia, área aproximada, número de cômodos, número de moradores, tipo de construção, condições gerais de ordem e higiene, e infraestrutura existente na área.

No que se refere à situação de sua moradia, 65,8% das famílias declararam-se proprietárias o que parece surpreendente, dada a faixa de renda em que se encontram. Esse percentual, entretanto, é ainda menor, embora bem próximo, do que os encontrados por Pires (1988) e por Haguette (1982) em pesquisas com populações de nível de renda semelhante: 72,5% e 72,7%, respectivamente. Uma explicação para esses resultados é apontada por Faleiros (1988): os moradores de "invasão" se sentem proprietários de suas casas, já que, na maioria das vezes, se apropriam dos terrenos e não das casas, que eles mesmos constroem. No caso de Goiânia, entretanto, a situação é um tanto diversa. Os governos estadual e municipal adotaram uma política de regulamentação das invasões, através da desapropriação, demarcação, urbanização e legalização de posse das áreas invadidas. É, portanto, provável que a grande maioria dos que se declaram proprietários, de fato o seja.

A maior parte das residências (74,6%) se situa na faixa de até 50m<sup>2</sup>, sendo que, destas, cerca de um terço (31,4%) têm 20m<sup>2</sup> ou menos. As famílias dos menores de rua são aquelas que têm o maior percentual de unidades vivendo em casas de maior área: 33,4% têm mais de 50m<sup>2</sup> (contra apenas 19,6%, em média, nas famílias de menores trabalhadores), embora a maioria (66,6%) viva em ca-

Fig. 1

### Principal responsável pelo sustento da família\*



sas de menos de 50m<sup>2</sup>. Tal fato provavelmente se explica pela variabilidade observada na renda desse grupo.

As residências variam entre 1 e 9 cômodos, com predominância (60,8%) das que possuem de 2 a 4 cômodos. Se considerarmos que os cômodos mais comuns nas residências de famílias dessas populações são dormitórios, a sala (geralmente reversível), a cozinha e, às vezes, o banheiro (Haguette, 1982), é de se supor que essas casas tenham no máximo 2 quartos. O número de moradores por domicílio varia de 1 a 12 pessoas. A maioria das unidades familiares (67,5%) é constituída por grupos de 5 a 8 pessoas, com maior concentração entre 6 e 7 pessoas (40,3%).

As famílias de menores de rua apresentam o maior percentual de unidades familiares pequenas, entre 1 e 4 moradores (45,9%), o que pode ser explicado, em parte, pelo fato de terem essas famílias pelo menos um e, em 50% dos casos, mais de um dos filhos morando na rua.

Quanto ao tipo de construção, 89,3% das moradias são de alvenaria ou madeira, sendo apenas 10,7% improvisadas com tábuas, zinco, papelão ou uma mistura desses ou outros materiais não originariamente destinados à construção. Segundo avaliação dos entrevistados, 47,1% das casas apresentam boas condições de ordem e higiene, 38% condições razoáveis e apenas 14,9% condições insatisfatórias.

No que se refere à infra-estrutura disponível no local de moradia, 46,5% das famílias contam com água da rede pública, e as demais utilizam-se de água de cisterna. Todas as famílias consultadas, exceto uma, de menor de rua, têm energia elétrica em suas casas. Quanto à rede de esgotos, porém, o quadro é bem diverso: apenas 32,3% das famílias contam com esse serviço.

Em resumo, no que se refere ao hábitat, o panorama aqui descrito parece bem menos dramático do que o que enfrentam as famílias de baixa renda nas grandes cidades do País. A maioria das famílias é proprietária de suas casas, estas não são construídas de modo tão precário, as condições de ordem e higiene são de boas

razoáveis na maior parte das moradias e, quanto à infra-estrutura, apenas a rede de esgotos deixa muito a desejar. O principal problema se situa no espaço físico, uma constante na caracterização das condições de vida das famílias de baixa renda nas áreas urbanas.

Quanto à distinção entre menores de rua e menores trabalhadores, as condições de vida observadas em suas respectivas famílias não apresentam diferenças relevantes.

## Migrações

A condição de migrante, freqüentemente associada a famílias de menores subempregados e de rua, se evidencia em todos os grupos pesquisados (76,4% em média), chegando a 100% no grupo de engraxates, vigias de carro e catadores de papel. Não se observam diferenças entre as famílias de menores de rua e de menores trabalhadores quanto a essa condição.

Quanto à relação entre migração e desemprego, contestada por Pires (1988) com base em dados dos Censos de 60 e 70, parece ser confirmada pelos resultados obtidos neste estudo: as famílias dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, que são 100% migrantes (28,6% migrados de outro município e 71,4% de outro estado), têm também o maior índice de desemprego (24,7%), enquanto as famílias dos meninos trabalhadores de bairros, que têm a menor percentagem de migrantes de outros estados, têm também a maior taxa de emprego (64,6%).

## Estrutura e estabilidade familiar

No que se refere à estrutura familiar, procurou-se investigar aspectos que trouxessem informações, não

apenas sobre suas características atuais, mas também sobre sua trajetória. Assim, os dados sobre o tipo de família descrevem, além da família do menor, a de seu pai e de sua mãe. Descreve-se, ainda, o tipo e estabilidade do vínculo do casal.

As informações sobre o tipo em que se enquadra a família atual foram obtidas junto à família e junto ao menor. Essas informações indicam um grande número de famílias desfeitas (definidas como aquelas em que se observa a ausência do pai ou da mãe biológicos) em todos os grupos. Segundo a visão dos menores, o grupo que apresenta maior percentual de famílias desfeitas é o dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, seguindo-se o de menores de rua, enquanto o menor percentual corresponde aos menores trabalhadores de bairro. Esses resultados são apresentados na Figura 2.

Os dados ilustrados na Figura 2 parecem confirmar a equação perversa, tantas vezes citada na literatura, entre migração, desemprego e dissolução da família: entre os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, cujas famílias são todas migrantes e apresentam o maior índice de desemprego, é que se observa maior percentual de famílias desfeitas; por outro lado, no grupo de famílias de menores trabalhadores dos bairros, onde há poucos migrantes e a taxa de inserção no mercado de trabalho é a mais alta, encontra-se o menor índice de famílias desfeitas, entre todos os grupos considerados.

Os dados obtidos confirmam, também, as conclusões de Silva *et alii* (1988), segundo as quais há, entre as famílias de baixa renda, uma grande incidência de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos, uma vez que o elemento ausente é tipicamente o pai e, em 28,5% dos casos, esse lugar não foi preenchido por um novo companheiro.

Entre as famílias ancestrais, porém, as de tipo nuclear (pai, mãe e filhos) ou ampliada (pai, mãe, filhos e parentes) predominam em todos os grupos (63,7% do lado paterno e 67,7% do lado materno), o que afasta a hipótese de uma história de "desagregação familiar". Estes resultados são bastante semelhantes aos obtidos por Juarez (ver Capítulo 4 desta publicação) que, trabalhando com populações comparáveis, encontrou entre os ancestrais imediatos 64,9% de famílias nucleares completas.

Quanto ao tipo de vínculo do casal, nas famílias dos menores trabalhadores, 52,3% são casados e 25,7% moram juntos sem casamento. Essas uniões, porém, parecem apresentar uma certa estabilidade: 82,4%, em média, têm 5 anos ou mais, 57,1% dos casais vivem sua primeira união e 34,1%, a segunda. Nas famílias de meninos de rua, as uniões são menos estáveis (apenas 60% delas têm 5 anos ou mais) e 19,5% das mães declararam nunca ter tido qualquer ligação estável.

Tomados em conjunto, esses dados não oferecem apoio para a visão estereotipada encontrada, tanto no imaginário social, como em algumas produções acadêmicas, sobre o ambiente familiar desses menores: famílias tipicamente "desagregadas" nas quais as mães trocam constantemente de parceiros, impondo essa situação aos filhos. É certo que existe um grande número de uniões desfeitas, mas isto poder ser, em parte, explicado pelas vicissitudes que a vida impõe a essas famílias. Além disso, o quadro aqui descrito não difere substancialmente do que é encontrado em famílias de classes mais favorecidas.

Finalmente, a comparação entre as características observadas nas famílias dos menores de rua e de diferentes subgrupos de menores trabalhadores indica duas configurações bem distintas: de um lado, os menores de rua e o grupo dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, com maior grau de desestruturação familiar, e, de outro, os trabalhadores de bairro e os jornaleiros e vendedores ambulantes, apresentando famílias mais estruturadas. Tais configurações podem ser sugestivas, uma vez que os dois primeiros grupos são aqueles que ficam mais "soltos" na rua. Por outro lado, os jornaleiros e ambulantes, por estarem (no caso dos menores incluídos neste estudo), mais circunscritos aos terminais rodoviários, e os trabalhadores de bairro, por exercerem suas atividades em locais mais pacatos e geralmente próximos de suas residências, estão menos fora de controle.

## Interação familiar

Na categoria interação no grupo familiar são analisados alguns indicadores de poder decisório, de comunicação e de solidariedade entre os membros da família. Para o levantamento desses dados foram ouvidos também os menores. No caso dos menores de rua, as informações referem-se ao período anterior à sua saída de casa.

Em relação à educação do menor, o poder decisório está fortemente concentrado nas mães, em todos os grupos considerados (71,9%, em média, segundo as famílias, e 63,1%, segundo os menores), o que segue o padrão dominante em nossa cultura. Embora não haja grandes diferenças entre os grupos, é entre os menores de rua que o pai detém menor poder decisório. Mas há aqui mais um dado que nos parece revelador: este foi o único grupo em que, tanto as famílias como os próprios meninos, declarou não saber quem decidia sobre a educação do menor, o que revela ou ambigüidade, ou ausência de controle sobre o filho.

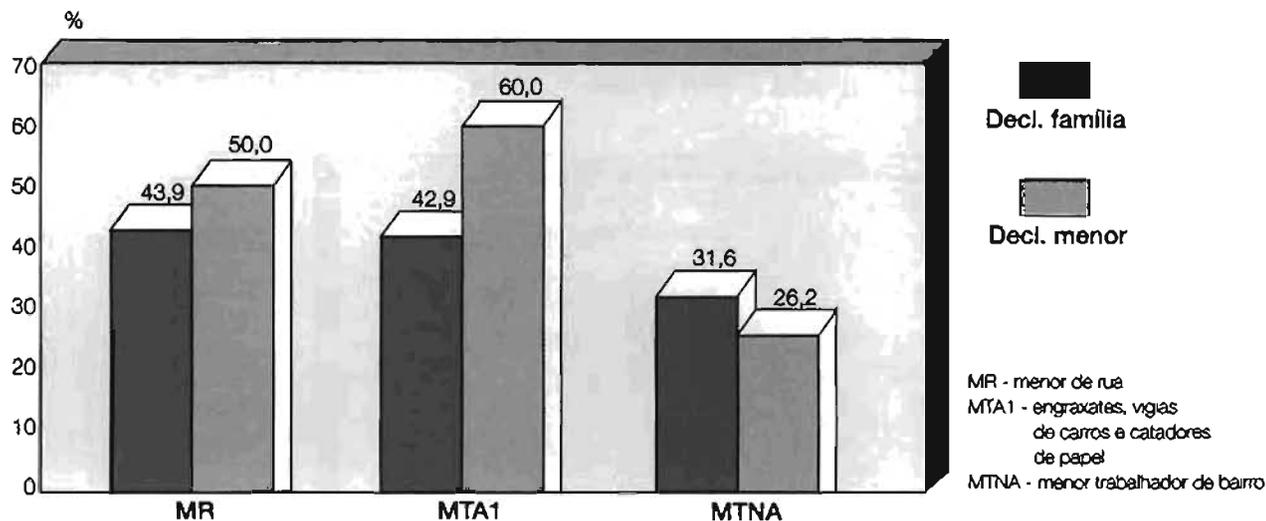
Quanto ao destino do dinheiro ganho pelo menor, novamente o poder decisório se concentra nas mães (61,1% segundo as famílias e 50% segundo o menor) e também, novamente, nas famílias de meninos de rua observa-se o mais baixo grau de poder decisório dos pais, embora haja discordância entre a opinião dos menores (21,1%) e a das famílias (5,1%).

Além de decidir sobre a educação e o destino do dinheiro ganho pelos filhos, as mães aparecem, em todos os grupos, como principais responsáveis pela punição dos menores, tanto na percepção destes (55,3%), como na das famílias (69,5%). No que se refere aos menores de rua, em comparação com os menores trabalhadores, os pais, se por um lado são os que detêm menos poder, por outro são mais punitivos, aspecto em que ambas as fontes de informação estão de acordo.

O tipo de "corretivo" mais comum, segundo as famílias, é o verbal (65,5%), predominando sobre os castigos corporais (29%). Essa visão é corroborada pelos menores de todos os grupos, exceto pelos menores de rua que, em franco desacordo com o que declaram suas famílias (39%), indicam uma alta incidência de castigos corporais (62,5%).

Fig. 2

## Famílias desfeitas segundo declaração da família e do menor



À medida que se analisam outros aspectos da dinâmica familiar, como comunicação, confiança e ajuda mútua, a figura do pai vai assumindo, cada vez mais, um plano secundário em relação às mães, em todos os grupos investigados: conversa muito menos com o menor, ajuda-o muito menos, e merece muito menos a sua confiança. Considerando-se a subjetividade desses aspectos, é interessante observar que há um alto grau de concordância entre o julgamento das famílias e as respostas dos menores, o que atesta a fidedignidade dos dados mencionados.

Poder-se-ia argumentar que tal configuração não seria específica das famílias desses menores, uma vez que, tradicionalmente, os pais, em função de seu envolvimento no trabalho, têm menos tempo para dedicar aos filhos, cabendo às mães esse papel. Entretanto, dois argumentos podem ser contrapostos a este. Em primeiro lugar, estas não são famílias "típicas", são famílias nas quais as mães apresentam altas taxas de atividade, assumindo, muitas vezes, o papel de principal provedor, em substituição aos pais. Além disso, mesmo admitindo uma menor disponibilidade de tempo dos pais, isto poderia, quando muito, explicar a menor frequência de conversas com os filhos, mas dificilmente seria explicação suficiente para os dois outros aspectos, uma vez que percepções e sentimentos referentes à ajuda e à confiança são altamente subjetivos e pouco dependentes de tempo objetivo.

Entretanto, se, em todos os grupos, o pai aparece como uma figura apagada, nas famílias de menores de rua ela praticamente se esvai. Aqui, apenas 2,6% dos pais, segundo as famílias, e 5,1% segundo os menores, são apontados como a pessoa que mais conversa com o filho. Já as mães são apontadas por 43,6% deles e os irmãos por 10,3%. Quanto à pessoa que mais o ajuda, os pais ficam com apenas 5,3% das escolhas, enquanto as mães ficam com 44,7%. E apenas um dos menores de rua apontou o pai como a pessoa em quem mais confia. Os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, mais uma vez, estão mais próximos dos menores de rua do que dos ou-

tros meninos trabalhadores: nenhum deles declarou ser o pai a pessoa em quem mais confia. A Figura 3 compara os menores de rua à média obtida entre os grupos de menores trabalhadores, no que se refere a esses três aspectos.

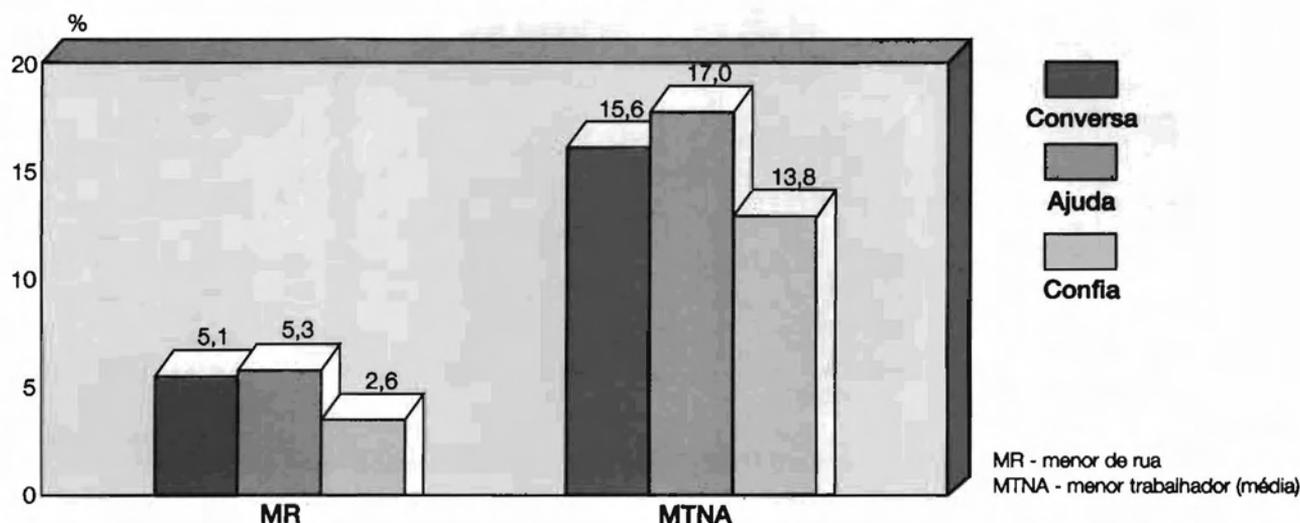
Em resposta a perguntas específicas sobre a qualidade de seus relacionamentos no grupo familiar antes de sua saída de casa, 75% dos menores de rua afirmam terem tido uma relação difícil ou inexistente com o pai biológico. Destes, cerca de 20% não conheceram seus pais. Este padrão de relacionamento os distingue ainda mais do conjunto de menores trabalhadores, 50,7% dos quais consideram normal sua relação com o pai. Os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, entretanto, são novamente uma exceção, seguindo padrão muito semelhante ao observado entre os menores de rua.

Já o relacionamento com as mães se apresenta bem melhor do que o referente aos pais em todos os grupos, embora os menores de rua revelem maior grau de dificuldade (67,5% o consideram normal, enquanto a média correspondente aos menores trabalhadores é de 86,1%). Quadro semelhante se observa com relação aos irmãos (66,7% dos menores de rua consideram normal o seu relacionamento com os irmãos, enquanto a média para os menores trabalhadores é 91,2%) e com relação a outras crianças e adolescentes da vizinhança (67,7%). Quanto a estas, vários menores de rua, assim como os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, declaram não manter com elas nenhum relacionamento.

Considerando-se todos os dados sobre relacionamentos do menor na família e na vizinhança, conclui-se que o menino de rua parece enfrentar maiores dificuldades de ordem interpessoal do que os menores trabalhadores. A dificuldade percebida por esses menores e por suas famílias em seu relacionamento com o pai é, entretanto, aquela que assume maiores proporções, o que vem confirmar aspectos negativos desse relacionamento, anteriormente mencionados.

Fig. 3

Freqüência com que o pai é apontado pelo menor como a pessoa com quem mais conversa, que mais o ajuda e em quem confia



## Vínculos externos da família

Como um dado adicional à caracterização da dinâmica familiar, procuramos investigar que ramificações externas a família estabelece. Em todos os grupos pesquisados verifica-se que o principal vínculo externo da maioria das famílias é com parentes (61,7%), seguindo-se os vizinhos (19,1%) e os amigos (15,2%).

Observa-se também que de um modo geral, a capacidade de organização e de engajamento dessas famílias é praticamente nula: apenas uma delas declarou ter algum tipo de relação com a associação de bairro e nenhuma tem vínculos com partidos políticos ou organizações sindicais.

Comparando-se as famílias de menores de rua e de menores trabalhadores, verifica-se que as primeiras são as que menos priorizam os relacionamentos com parentes (15,5%) e, por outro lado, são as que mais freqüentemente elegem amigos como seu principal vínculo (33,3%), o que pode sugerir menor valorização dos laços familiares.

Procurou-se, finalmente, saber se, além do menor entrevistado, havia outros na família na mesma condição (na rua ou trabalhando). Em todos os grupos, mais de 50% responderam afirmativamente, o que sugere forte influência das configurações familiares no encaminhamento do menor ao trabalho ou à rua.

Em resumo, a análise da dinâmica familiar parece indicar distinções relevantes na caracterização das famílias de menores de rua e menores trabalhadores. Entre estas, destacam-se: maiores dificuldades de relacionamento dos menores de rua com suas famílias, notadamente com o pai, e maior desvalorização da figura paterna, em todos os aspectos considerados.

## Áreas de preocupação e apoio nas dificuldades

Agregando-se os dados referentes a todos os grupos de menores trabalhadores, verifica-se que a principal preocupação manifestada pelas famílias é com a educação dos filhos (29,5%) — o que, mais uma vez, ratifica a confiança das famílias de baixa renda na educação como meio de ascensão social — seguindo-se o emprego (24,3%).

No caso específico dos menores de rua, as preocupações das famílias seguem outro padrão, prevalecendo a segurança (29,6%) e os relacionamentos (22,2%). Nota-se, ao mesmo tempo, pouca preocupação com a educação (11,1%) e com o trabalho (7,4%). Tais resultados sugerem que, se por um lado as famílias parecem estar conscientes dos riscos que ameaçam esses menores e da contribuição das dificuldades no relacionamento familiar para a atual situação do menor, por outro, não valorizam as alternativas possíveis a essa situação.

Quanto ao apoio com o qual a família conta em suas dificuldades, observa-se que, seja qual for o grupo considerado, esse apoio reside basicamente na própria unidade familiar (60% dos casos) e, subsidiariamente, em outros parentes (13,8%). As famílias, de um modo geral, confiam muito pouco em instituições religiosas (5,2%) e governamentais (0,2%).

Curiosamente, as famílias de menores de rua são aquelas que mais freqüentemente indicam o núcleo familiar como apoio para dificuldades (71,8). Tal fato, considerando-se respostas anteriores referentes à interação familiar e aos vínculos externos dessas famílias, parece refletir mais uma sensação de não ter mais com quem contar, do que um indicio de coesão intrafamiliar.

## Fase posterior à saída (para a rua ou o trabalho)

Procurou-se inicialmente investigar a relação entre a saída para o trabalho ou a rua e a interrupção dos estudos. Aqui, segundo as famílias, 57,5% dos meninos de rua já haviam abandonado a escola antes de ir para a rua, 25% a deixaram ao sair e 12,5% depois da saída. Apenas os engraxates, vigias de carro e catadores de papel apresentam padrão semelhante: 30,8% já estavam fora da escola ao iniciarem o trabalho e 15,4% a abandonaram depois da saída.

Esses dados indicam uma clara relação entre evasão escolar e a condição de menino de rua, uma vez que, para um número significativo deles, a evasão antecede à saída para a rua, o que não ocorre com os menores trabalhadores. Entre estes, a percentagem dos que abandonaram a escola para trabalhar, ou por estarem trabalhando é bastante reduzida em todos os subgrupos, sendo que todos os jornaleiros e vendedores continuam estudando, fato este que merece uma explicação: a Fundação de Promoção Social de Goiânia, que funcionou como intermediária na contratação desses menores, exige dos empregadores que a jornada de trabalho não ultrapasse quatro horas diárias e, dos pais, que mantenham os filhos na escola. De qualquer forma, entre os menores trabalhadores de bairro, que não são atendidos pela FPS, o percentual dos que continuam a estudar é surpreendente (cerca de 90%), considerando-se os resultados de estudos anteriores sobre o trabalho do menor.

Quanto à natureza das dificuldades encontradas pelo menor na escola, todos os respondentes afirmam serem estas principalmente de aprendizagem, exceto no caso dos meninos de rua, entre os quais predominam os problemas de comportamento. Tais informações parecem confirmar a maior dificuldade apresentada pelos meninos de rua na área pessoal/social, já observada nas interações com a família e os vizinhos.

Após a saída de casa, a maioria dos meninos de rua continua a ter algum tipo de contato com a família: segundo as famílias, apenas 17,1% não têm qualquer contato, embora a maior parte deles (46,3%) mantenha apenas contatos eventuais.

A comparação entre o relacionamento com os pais antes e depois da saída (para a rua ou o trabalho) indica uma nítida diferença entre os meninos trabalhadores e os de rua: enquanto para 26,3% das famílias destes o relacionamento piorou, isto só ocorre em 8,7% das famílias de menores trabalhadores. Tais resultados não surpreendem, uma vez que, para os menores trabalhadores, o fato de ganharem seu próprio dinheiro e poderem, mesmo eventual ou indiretamente, contribuir para o orçamento familiar, tende a melhorar seu *status* na família, o que não ocorre com os menores de rua.

É interessante destacar, ainda, que enquanto apenas 23,7% das famílias dos menores de rua consideram que o relacionamento tenha melhorado, 51,3% dos meninos têm essa opinião. Considerando-se as dificuldades de relacionamento e a frequência de castigos corporais revelados pelos depoimentos dos menores,

é compreensível que o afastamento, aliviando tensões e conflitos, faça com que eles vejam o relacionamento atual como melhor que o anterior.

## Considerações finais

A análise global dos resultados deste estudo indica que três ordens de fatores se conjugam no processo de “produção de meninos de rua”: os sócio-econômicos, os familiares e os individuais.

Embora não tenham sido encontradas diferenças entre menores trabalhadores e menores de rua no que se refere à renda familiar e às condições de vida, isto não quer dizer que esses fatores devam ser subestimados na configuração geral da situação dos meninos de rua, na medida em que a quase totalidade das famílias deste grupo se situa, como as demais, numa faixa de extrema pobreza (renda *per capita* em torno de meio salário-mínimo). Cabe lembrar, ainda, que as imensas desigualdades na distribuição de renda e no acesso às possibilidades de ascensão social que caracterizam a sociedade brasileira afetam profundamente, tanto as relações familiares como os destinos individuais. É necessário, portanto, ter em mente que a ênfase nos fatores intra-familiares não exclui a contribuição dos fatores sócio-econômicos, nem tampouco a responsabilidade social frente às condições de vida adversas impostas a essas famílias e a seus filhos.

Quanto às diferenças encontradas na comparação entre famílias de menores de rua e de menores trabalhadores, alguns aspectos parecem significativos para a compreensão do processo de esfacelamento dos vínculos familiares que ocorre com os meninos de rua. Observamos que, neste grupo, cerca de 1/5 dos menores nunca conviveu com o pai. Estando ou não o pai presente, é nessas famílias que a mãe assume mais frequentemente o papel de principal responsável pelo sustento da família. É também nessas famílias que se encontra a maior incidência de pais analfabetos, desempregados e com menor poder decisório. É, ainda, entre os meninos de rua, que a comunicação com o pai, a sensação de contar com a sua ajuda e a confiança nele depositada atingem níveis mais baixos. Finalmente, são eles que admitem maiores dificuldades de relacionamento com os pais — os quais são apontados como os mais punitivos — e os que mais denunciam a utilização de castigos corporais.

Estas características compõem uma imagem de pai despreparado e impotente para enfrentar as dificuldades da vida e as responsabilidades para com a família, imagem esta que, aliada ao distanciamento afetivo, o tornam um modelo indesejável de identificação para os filhos. As conseqüências negativas de tal situação para o processo de socialização da criança foram apontadas em estudo clássico de Bandura & Walters (1959), e evidenciadas em inúmeras pesquisas. Dentre estas, cabe destacar a de Glueck & Glueck (1974), pela impressionante similaridade entre a configuração familiar por eles descrita e os resultados obtidos nesta pesquisa. Esses autores alertam, ainda, para o fato de que a desqualificação da figura paterna como modelo de identificação tende a abrir caminho à marginalidade. Em vista disso, o traba-

lho junto aos meninos de rua, bem como a outros menores com situação familiar semelhante, deve incluir a preocupação com o oferecimento de modelos alternativos com os quais eles possam se identificar.

Além desses aspectos referentes à estrutura e à dinâmica familiar, os menores de rua se distinguem dos menores trabalhadores por apresentarem maiores dificuldades no nível individual. Suas dificuldades de relacionamento não se referem apenas aos pais, mas também às mães, aos irmãos e a outras crianças da vizinhança. E é entre eles que prevalecem os problemas de comportamento na escola, da qual se evadiram (ou foram expelidos) antes de ganharem as ruas.

Assim, podemos concluir que, por um lado, as características socioeconômicas, familiares e individuais apontadas favorecem a "produção de meninos de rua", mas por outro, diferenças intragrupo, bem como certas semelhanças intergrupos indicam que é a conjugação dessas características que detém o maior potencial explicativo.

No que se refere aos subgrupos de menores trabalhadores, a preocupação preventiva que norteou o estudo nos leva a analisar algumas semelhanças e diferenças entre eles —, associando-as aos riscos a que esses menores estão expostos. Cloward & Ohlin (1960) assinalam que, à semelhança do que ocorre com os meios legítimos de participação social e econômica, o acesso aos meios ilegítimos é também diferencialmente distribuído. Em outras palavras, a subcultura da marginalidade é uma organização social complexa, na qual, para poder participar, o indivíduo precisa ter acesso a um ambiente de aprendizagem e, uma vez treinado, tem que ser autorizado pelo grupo a desempenhar seu papel.

No caso presente, esse ambiente de aprendizagem é a rua. E quanto maior o nível de exposição e o tempo de permanência na rua, maiores os riscos de "treinamento". Dados referentes aos diferentes subgrupos incluídos neste estudo parecem sugerir uma relação entre características da estrutura e da dinâmica familiar e nível de exposição do menor à rua. Assim, os jornaleiros e vendedores, que desenvolvem suas atividades nos terminais rodoviários, e os meninos que trabalham nos bairros, não apenas por ocuparem um espaço mais

delimitado geograficamente, mas também por estarem, em sua quase totalidade, freqüentando a escola, ficam mais afastados dos riscos da rua. E são justamente estes grupos que apresentam maior grau de estruturação familiar, onde pai e mãe desempenham papéis mais compatíveis com os dados culturais e onde os relacionamentos entre os membros da família são mais fáceis. Os menores de rua e os engraxates, catadores de papel e vigias de carro, ao contrário, são os grupos de maior exposição e permanência na rua, e são também aqueles cujas famílias apresentam maior grau de menor estruturação, onde a mãe é mais onerada com múltiplas atribuições, onde a figura paterna é mais desvalorizada e os relacionamentos são mais difíceis.

Essas relações, embora devam ser vistas com cautela — e certamente mereçam maior aprofundamento — não devem ser obra do acaso. Elas parecem refletir diferentes níveis de cuidado e controle, com relação à vida do menor, por parte desses grupos de famílias.

Finalmente, os resultados deste estudo sugerem que as políticas que se ocupam da questão do menor devem centralizar seus esforços em dois aspectos: a prevenção da evasão escolar e o apoio à famílias. O atendimento do preceito constitucional de universalização da escolaridade básica, além de poder abrir melhores perspectivas de trabalho para o menor, afasta-o das ruas no mínimo até a idade de 14 anos. Não basta, entretanto garantir o acesso à escola, uma vez que, como vimos, a quase totalidade dos menores passou por ela. É preciso estimular a permanência, o que só será conseguido quando a escola estiver capacitada para lidar adequadamente com as dificuldades vividas pelas crianças da pobreza, instrumentalizando-as na busca de melhores condições de vida.

Quanto ao trabalho com as famílias, deve ter também um caráter eminentemente preventivo, baseado em uma compreensão mais profunda de aspectos relevantes da dinâmica familiar, aqui apenas delineados. Especial atenção deve ser dada às famílias dos menores que trabalham por longos períodos nas ruas, em locais distantes de suas casas, por serem os mais desprotegidos e mais expostos ao "treinamento" na subcultura da marginalidade.

# Referências Bibliográficas

- BANDURA A. & WALTERS, R. (1959). *Adolescent aggression*. New York: The Ronald Press Company.
- BARROS, R. P. & MENDONÇA, R. S. P. (1990). *Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza, diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência*. Rio de Janeiro: PEA (mimeo.).
- CLOWARD, R. A. & OHLIN, L. (1960). *Delinquency and opportunity*. Glencoe: The Free Press.
- FALEIROS, V. (1988). *Política, sociedade, família e criança*. Brasília: UnB (mimeo.).
- GLUECK, S. & GLUECK E. (1974). *Of delinquency and crime*. Springfield: Charles C. Thomas.
- HAGUETTE, T.M.F. (1982). *O mito das estratégias de sobrevivência: um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família*. Fortaleza: UFCe.
- IBGE. (1990). *Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNDA de 1981 a 1989*. Rio de Janeiro: IBGE.
- PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado).
- SILVA, R. R., FERREIRA, L. C. R. & CAILLAUX, E. L. (1988). A realidade do menor através das estatísticas. In: *A "infância pobre" no Brasil. Uma análise de literatura, da ação e das estatísticas*. Rio de Janeiro: IUPERJ (mimeo.).
- TOULIATOS, J., PERLMUTTER, B. F. & STRAUS, M. A. (1990). *Handbook of family measurements techniques*. Newbury Park Sage Publications.
- VALLADARES, L. P., ALVIM, M. R. B., RIZZINI, J. *et alii* (1988). *A "infância pobre" no Brasil. Uma análise de literatura, da ação e das estatísticas*. Rio de Janeiro: IUPERJ (mimeo.).
- UNICEF (1989). *Lineamentos para aplicación de la guía metodológica para el análisis de situación*. Bogotá.

# Metodologia



pesquisa foi realizada em Goiânia em 1990, e contou com a participação de educadores de rua, técnicos e assistentes sociais da Fundação de Promoção Social (FPS), instituição responsável pela política do Govern

no do Estado de Goiás para a área social, que vem trabalhando desde 1988 com menores em situação de risco. Sua familiaridade com o universo pesquisado foi de grande utilidade, não apenas fornecendo informações relevantes para o planejamento e desenvolvimento do estudo, como também pelo fato de terem acesso aos menores e suas famílias.

No que se refere aos menores de rua, é importante esclarecer que, em Goiânia, à época da pesquisa, a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) já havia sido extinta, passando todas as questões relativas àqueles meninos à responsabilidade do Programa de Apoio ao Menor da FPS. Para isto, o Programa conta com o Centro de Triagem Integrada (CETI), que analisa a situação de cada menor — trazido pela polícia, pelos pais ou por qualquer membro da comunidade — e o encaminha, se possível, de volta à família; se necessário, à Delegacia de Menores (no caso de infrações mais graves), ou lhe oferece os serviços do Programa, que incluem um albergue noturno e um centro de recreação e treinamento, ambos em regime aberto.

O estudo utilizou abordagens quantitativas e qualitativas. A análise quantitativa, objeto deste Capítulo... consistiu no levantamento de um grande número de variáveis através de entrevistas com 128 menores e suas respectivas famílias (N= 256). A parte qualitativa compreende uma análise sócio-antropológica (Capítulo 7) e uma análise psicossocial (Capítulo 6)

## Análise quantitativa

Segundo dados da Fundação, existiam em Goiânia, em novembro de 1989, 131 meninos de rua, dos quais 45 assistidos pelo Programa de Apoio ao Menor. Decidiu-se, então, trabalhar com esses 45 menores e suas famílias, planejando a amostra referente aos menores trabalhadores em função desse número. Entretanto, no decorrer do trabalho de campo, surgiram várias dificuldades. Alguns dos menores de rua cadastrados se recusaram a responder à entrevista, por desinteresse ou desconfiança. No que se refere às famílias, algumas haviam mudado de endereço e outras se recusaram a prestar informações, por receio de que isto as levasse a ter que assumir algum tipo de responsabilidade com relação ao menor. Diante da necessidade de completar o número de sujeitos inicialmente estipulado, os entrevistadores recorreram à ajuda dos meninos com os quais tinham mais contato. Estes indicaram, então, outros menores e acompanharam os entrevistadores, facilitando a abordagem.

Neste estudo, portanto, os meninos de rua são, em sua quase totalidade, membros dos “bandos” que habitam o centro da cidade ou, quando não, menores reconhecidos por estes como “iguais”, o que significa que moram na rua, tendo apenas eventual ou nenhum contato com suas famílias, além de não contarem regularmente com meios legais de sustento.

Quanto aos menores trabalhadores, a Fundação informou que prestava assistência a 486, dentre os que desenvolviam suas atividades no centro de Goiânia. Informou, ainda, haver distinções internas nesse grupo: os engraxates, vigias de carro e catadores de papel (N= 98), pela intermitência no exercício de suas atividades, estariam numa condição limítrofe entre trabalhadores e “de rua”; já os jornaleiros e vendedores ambulantes (N= 238), que atuam nos terminais rodoviários, e os carregadores de compras (N= 150), que trabalham nas feiras livres, teriam maior estabilidade na condição; estes últimos, porém, seriam provenientes de famílias de migração recente, às quais seriam muito ligados. Diante dessas informações, optamos por analisar separadamente esses três subgrupos.

Além desses menores “assistidos”, que desenvolvem suas atividades no centro da cidade, a FPS informou haver muitos outros que trabalham nas ruas dos bairros, aos quais ela não presta qualquer tipo de assistência. Esta circunstância, aliada ao fato de estarem distantes do centro — onde os riscos da rua são maiores — poderia implicar distinções entre eles e os outros menores trabalhadores, o que fez com que os incluíssemos na amostra como um terceiro grupo.

Para a seleção dos menores trabalhadores, utilizou-se um sistema de amostragem acidental, procurando os locais de concentração desses menores e entrevistando aqueles que se dispusessem a colaborar. Para a localização das famílias recorreu-se aos próprios menores, que forneceram os endereços.

Neste estudo, considerou-se como família o conjunto de pessoas que habitam o domicílio de origem do menor, sejam ou não ligados por laços de parentesco, desde que pertençam à mesma unidade econômica. Tal definição guarda certa semelhança com a adotada pelos Censos e PNADs, fontes de informações da maioria dos estudos sobre o assunto, o que facilita a comparação com alguns resultados desses estudos. Por outro lado, a forma como os dados foram coletados — registrando o grau de parentesco com o menor, bem como sua contribuição ou dependência da renda familiar — permite eliminar dificuldades de interpretação encontradas naqueles estudos.

Foram entrevistados 128 famílias e 128 menores. Destes, 42 são menores de rua, 46 são menores trabalhadores assistidos pela FPS e 40 são menores trabalhadores que exercem suas atividades nos bairros e não recebem assistência da Fundação. As mães constituíram a grande maioria dos respondentes pelo lado das famílias (67,7%), seguindo-se os irmãos (9,4%) e pais (7,1%). Quanto aos menores, 113 (88,3%) são meninos e 15 são meninas (11,7%). O reduzido número de me-

Tabela A-1

## Composição dos grupos por faixa etária

(%)

Idade	MR (N=42)	MTA1 (N=15)	MTA2 (N=16)	MTA3 (N=15)	MTNA	Total MT
0-7	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,6
7-14	35,0	26,7	86,7	64,3	64,3	60,5
14-18	65,0	73,3	13,3	35,7	35,7	39,5

MR	menor de rua
MTA	menor trabalhador assistido pela FPS
	MTA1 — engraxates, vigias de carro e catadores de papel
	MTA2 — vendedores ambulantes e jornaleiros
	MTA3 — carregadores de feira
MTNA	menor trabalhador não-assistido pela FPS (de bairro)

ninas localizadas não permitiu comparações por sexo entre os estratos. A idade dos menores varia de 6 a 17 anos. A composição dos grupos e subgrupos, divididos por faixa etária, é apresentada na Tabela A-1.

A decisão de apresentar os resultados sob forma de percentagens, embora possa sofrer restrições, - particularmente no que se refere aos subgrupos de menores trabalhadores, dado o pequeno número de componentes em cada um deles - teve por objetivo facilitar a comparação entre os grupos.

Dada a natureza das informações de interesse do estudo, elaborou-se, para a família, um roteiro de entrevista semi-estruturado, no qual, para cada item, havia uma parte pré-codificada, seguida de uma parte aberta, destinada a observações do entrevistador. Tais observações foram utilizadas para maior enriquecimento das respostas assinaladas, além de servir para codificação posterior de alternativas de resposta não previstas, sempre que a frequência de uma dada resposta justificava sua inclusão. Os itens, num total de 60, foram organizados em torno das sete categorias mencionadas na introdução deste Capítulo Perguntas abertas, referentes à percepção sobre as condições atuais de vida do menor, comparando-se à fase anterior, bem como indagações sobre os prováveis motivos da saída, foram incluídas no roteiro destas entrevistas, com um duplo objetivo: indicar aspectos a serem aprofundados na análise qualitativa e, ao mesmo tempo, complementá-las com informações provenientes de um grande número de sujeitos. Procurou-se, assim, aliar as vantagens do levantamento em larga escala à profundidade analítica exigida pela complexidade do tema.

As entrevistas com os menores incluíram apenas os itens referentes à estrutura familiar, trabalho e sustento e interação familiar, além das perguntas abertas.

Para a elaboração do roteiro, foi utilizada a literatura disponível sobre menores de rua e menores trabalhadores, com ênfase nos aspectos referentes à família. Dada a precariedade de dados sobre aspectos dinâmicos da organização familiar encontrada nessa literatura, recorremos também a estudos realizados em outras

áreas de conhecimento, que focalizam as relações entre aqueles aspectos e o desenvolvimento sócio-emocional das crianças, além de obras de referência sobre instrumentos de coleta de dados sobre família (por exemplo, o de Touliatos, Permuter & Straus, 1990).

A validade de conteúdo do instrumento foi atestada por três pesquisadores, com experiência na área e investigação pretendida, que o consideraram adequado aos objetivos.

Todos os entrevistadores, em número de 21 (7 sociólogos, 6 assistentes sociais, 1 economista e 7 universitários), pertenciam aos quadros da Fundação de Promoção Social. O treinamento desses entrevistadores esteve a cargo dos próprios pesquisadores. Inicialmente, procedeu-se à discussão dos itens do instrumento, esclarecendo dúvidas e incorporando sugestões julgadas pertinentes. Em seguida, passou-se à estimativa da fidedignidade do instrumento: os entrevistadores foram encaminhados, aos pares, para entrevistas com sujeitos pertencentes à mesma população, porém não incluídos na amostra da pesquisa. Durante a entrevista, cada um registrou independentemente as respostas, que foram posteriormente comparadas, indicando alto índice de concordância inter-entrevistadores.

## Análise qualitativa

A parte qualitativa do estudo compreende uma análise sócio-antropológica e uma análise psicossociológica. Esses dados foram coletados pelos próprios pesquisadores, através das seguintes estratégias:

1. *Histórias de vida.* Foram realizadas 20 entrevistas em profundidade (10 menores e respectivas famílias), tendo cada uma delas durado aproximadamente duas horas. A escolha dos entrevistados obedeceu aos seguintes critérios:

a) Subgrupo de menores de rua — oito entrevistas, isto é, quatro menores, sendo três meninos e uma menina, e respectivas famílias. Dos meninos en-

trevistados, um foi selecionado por sorteio, um escolhido por apresentar o maior número de ocorrências policiais e o outro por ser o mais jovem menino de rua. A menina foi escolhida entre as três que se dispuseram a colaborar, recaindo a preferência por aquela que se encontrava há mais tempo na rua (dez anos).

b) Subgrupo de menores trabalhadores assistidos pela FPS — oito entrevistas, com quatro menores e respectivas famílias. Neste subgrupo todos foram escolhidos por sorteio.

c) Subgrupo de menores trabalhadores não-assistidos — quatro entrevistas, dois menores e respectivas famílias. Neste caso foi elaborado um mapeamento da distribuição das feiras livres na cidade, sendo sorteados dois locais, nos quais foram realizadas várias entrevistas com os menores mais disponíveis. Entre estes, selecionou-se para o estudo em profundidade aqueles que aceitaram a visita dos pesquisadores às suas famílias.

2. *Perguntas abertas.* Informações relativas aos 256 sujeitos (128 menores e respectivas famílias) foram obtidas através de treze perguntas abertas incluídas no roteiro da entrevista utilizado na parte quantitativa.

3. *Análise documental.* As informações sobre os entrevistados e suas famílias foram complementadas utilizando prontuários e demais documentos existentes no Centro de Triagem Integrada — CETI — e nos demais estabelecimentos da Fundação da Promoção Social de Goiás.

4. *Plantão no CETI.* Durante um período de dez dias, cada membro da equipe de pesquisadores, num total de três, fez um plantão diário de duas horas no CETI. Neste local, para onde são encaminhados todos os menores recolhidos, geralmente pela polícia, entrevistaram-se diferentes atores envolvidos nas ocorrências, tais como: policiais, menores, vítimas de infrações cometidas por menores, pais ou responsáveis convocados pelo CETI, além de funcionários deste órgão.



# Anexo 2

## Comparação entre famílias de menores de rua e de menores trabalhadores

Categorias	Indicadores		Menor de Rua MR	Menores Trabalhadores (%)				Total
				Assistidos pela FPB			Não-assistidos	
				MTA1	MTA2	MTA3	MTNA	
Composição Familiar	Idade	0-7 anos	13,8	5,1	11,4	13,0	7,3	9,2
		7-14 anos	26,0	32,1	41,0	27,8	30,6	32,9
		14-18 anos	16,6	23,1	13,3	16,7	17,2	17,2
		18-40 anos	27,7	24,4	14,7	23,2	27,6	25,0
	Parentesco	Pai	11,1	9,0	10,8	10,2	12,9	10,7
		Mãe	16,2	14,1	14,7	13,9	16,4	14,8
		Irmãos	54,4	51,3	58,8	45,4	44,8	50,1
	Educação	Analfabeto	17,5	15,8	6,1	13,6	13,8	12,3
		Lê e escreve	10,7	19,7	18,2	11,7	4,5	13,5
		1º grau incomp.	48,6	53,9	60,6	58,3	70,1	60,7
	Situação de trabalho	Trabalhando	37,3	49,3	59,3	63,5	64,6	59,2
		Desempregado	16,6	24,7	8,8	13,5	10,8	14,5
		Nunca trabalhou	16,6	2,7	7,7	5,2	13,2	7,2
Participação no mercado	Pai	57,1	80,0	90,0	83,3	91,7	86,3	
	Mãe	67,9	63,6	69,2	66,7	45,5	61,3	
	Irmão	30,8	35,1	41,5	50,0	53,9	45,1	
Renda	Rendimento familiar <i>per capita</i>	Total	0,53	0,49	0,48	0,58	0,66	0,55
		Expurgada	0,51	0,41	0,35	0,53	0,46	0,44
Habitat	Moradia	Própria	65,8	84,6	50,0	60,0	65,0	65,8
		Alugada	13,2	7,7	6,3	6,7	12,5	8,3
		Cedida	13,2	7,7	18,8	0,0	17,5	11,0
		Invadida	7,9	0,0	25,0	33,4	5,0	15,8
	Área	Até 20 m²	33,3	8,3	26,7	46,7	32,5	28,6
		20-50 m²	33,3	66,7	40,0	46,7	45,0	49,6
		50 ou + m²	33,4	25,0	27,5	6,7	19,2	19,6
	Nº de cômodos	Até 2	35,1	23,1	20,0	50,0	15,4	27,1
		3	16,2	15,4	13,3	0,0	12,8	10,4
		4	18,9	38,5	33,3	21,4	23,1	29,1
Nº de moradores	Até 4	45,9	0,0	12,5	13,4	30,0	14,0	
	5	13,5	28,6	6,3	0,0	17,5	13,1	
	6	5,4	14,3	25,0	33,3	20,0	23,2	
	7	13,2	28,6	12,5	26,7	22,5	22,6	
Migração	Origem	Outro bairro	17,1	0,0	12,5	26,7	10,3	12,4
		Outro município	34,1	28,6	25,0	20,0	61,5	33,8
		Outra estado	39,0	71,4	31,3	53,3	17,9	43,5
Estrutura familiar	Estrutura (seg. a família)	Nuclear/Ampliada	48,8	57,1	62,6	40,0	55,3	53,8
		Desfeita	43,9	42,9	37,5	46,7	31,6	39,7
	Estrutura (seg. o menor)	Nuclear/Ampliada	42,5	33,4	60,0	42,9	61,9	49,6
		Desfeita	50,0	60,0	40,0	42,9	26,2	42,3
	Vínculo atual	Casamento	47,5	50,0	43,8	53,3	62,2	52,3
		Coabitação	32,5	14,3	37,5	26,7	24,3	25,7
	Tempo de composição	3 a 5 anos	25,7	0,0	18,8	7,1	12,5	9,6
5 anos ou mais		60,0	81,8	75,0	92,9	80,0	82,4	
Nº de uniões	1ª união	51,2	57,1	56,3	50,0	65,0	57,1	
	2ª união	24,4	35,7	37,5	35,7	27,5	34,1	
Preocupação	Áreas	Relacionamentos	22,2	7,1	15,4	7,7	5,6	9,6
		Emprego	7,4	42,9	30,8	7,7	16,7	24,3
		Saúde	18,5	7,1	7,7	30,8	41,7	21,8
		Habitação	7,4	0,0	0,0	7,7	5,6	3,3
		Educação	11,1	21,4	38,5	38,5	19,4	29,5
	Segurança	29,6	21,4	7,7	7,7	8,3	11,3	
	Apoio	Núcleo familiar	71,8	53,8	56,3	46,7	71,8	57,2
		Parentes	12,8	15,4	18,8	6,7	15,4	14,1

## Comparação entre famílias de menores de rua e de menores trabalhadores

Cate go rias	Indicadores		Menor de Rua		Menores Trabalhadores (%)									
					Assistidos pela FPB						Não-assistidos		Total	
			MR		MTA1		MTA2		MTA3		MTNA			
			F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
S u s t e n t o	Responsável pelo sustento	Pai	39,3	34,4	14,3	26,7	62,5	71,4	46,7	35,7	60,5	61,9	44,9	55,0
		Mãe	46,4	48,3	42,8	46,7	25,0	21,4	13,3	42,9	15,8	21,4	23,7	33,1
		Irmão	10,7	6,9	28,6	13,3	6,3	0,0	0,0	0,0	5,3	4,8	10,2	4,5
	Contribuição do menor	Regular	4,9	12,5	35,7	53,3	87,5	60,0	80,0	92,9	57,5	69,0	65,2	68,8
		Eventual	14,4	30,0	57,1	40,0	12,5	20,0	13,3	7,1	25,0	16,7	27,0	21,1
		Nenhuma	78,0	57,5	7,1	6,7	0,0	20,0	6,7	0,0	17,5	14,3	7,8	10,3
	Afazeres domésticos *	Sim	63,4	82,5	78,6	46,7	93,7	96,7	80,0	71,4	82,5	88,1	83,7	68,2
I n t e r a ç ã o	Poder decisório Educação *	Pai	7,7	17,5	21,4	20,0	25,0	40,0	13,3	7,1	12,5	10,0	18,0	19,3
		Mãe	71,8	60,0	71,4	60,0	75,1	53,4	80,0	78,6	75,0	72,5	75,4	66,2
	Poder decisório Dinheiro *	Pai	5,1	21,1	15,4	13,3	25,0	20,0	6,7	14,3	12,5	19,1	14,9	16,7
		Mãe	38,5	47,4	69,2	26,7	68,8	80,0	86,7	64,3	50,0	38,1	68,7	52,3
		O menor	41,0	15,8	7,7	46,7	6,3	0,0	6,7	14,3	30,0	40,5	12,7	25,4
	Poder Decisório Punição *	Pai	24,4	35,0	14,2	26,7	12,5	26,7	20,0	14,2	12,5	35,9	14,9	25,9
		Mãe	61,0	50,0	78,6	46,7	87,6	66,7	66,7	64,3	65,0	51,3	74,5	57,3
	Tipo de Punição *	Verbal	61,0	32,5	71,4	71,4	56,3	80,0	66,7	57,1	72,2	64,1	66,7	68,2
		Castigo corporal	39,0	62,5	28,6	21,4	31,3	20,0	26,7	28,6	19,4	28,2	26,5	24,6
	Conversa *	Pai	7,7	5,1	21,4	0,0	18,8	40,0	13,3	14,3	7,5	12,5	16,3	15,6
		Mãe	58,9	69,2	64,3	93,3	81,3	53,4	66,7	71,4	65,0	75,0	69,3	68,3
	Ajuda *	Pai	10,2	5,3	7,1	6,7	18,8	20,0	21,4	14,3	10,3	26,8	14,4	17,0
		Mãe	58,9	44,7	57,1	73,3	75,1	60,0	71,4	64,3	64,1	48,8	67,0	61,7
Confiança *	Pai	2,6	2,6	0,0	6,7	12,5	26,7	6,7	7,1	7,7	14,6	6,7	13,8	
	Mãe	44,7	53,9	85,7	66,7	87,6	66,7	80,0	78,6	61,6	61,0	78,7	68,2	
Relacionamento pai *	Normal	21,4	25,0	57,1	20,0	75,0	66,7	46,7	50,0	57,5	65,9	59,1	50,7	
	Difícil	33,3	30,0	0,0	33,3	6,3	13,3	20,0	25,0	5,0	4,9	7,8	19,1	
	Não conhece	21,4	20,0	7,1	13,3	6,3	6,7	6,7	8,3	17,5	9,8	9,4	9,5	
	Sem relação	23,8	12,5	35,7	33,3	0,0	6,7	26,7	16,7	20,0	12,2	20,6	17,2	
Relacionamento mãe *	Normal	63,4	67,5	92,9	93,3	93,8	80,0	80,0	85,7	82,5	85,4	87,3	86,1	
	Difícil	9,8	20,0	7,1	0,0	0,0	13,3	6,7	0,0	2,5	4,9	4,1	4,6	
	Não conhece	4,9	2,5	0,0	0,0	6,3	0,0	6,7	7,1	5,0	0,0	4,5	1,8	
	Sem relação	19,5	7,5	0,0	0,0	0,0	6,7	6,7	0,0	10,0	7,3	4,2	3,5	
A P O s	Interrupção dos estudos	Antes	57,5	50,0	30,8	21,4	0,0	0,0	6,7	7,7	2,5	4,9	10,0	8,5
		Quando saiu	25,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0	1,9
		Depois	2,5	12,5	15,4	21,4	0,0	0,0	13,3	0,0	7,5	2,4	9,0	6,0
S a í d a	Dificuldade na escola .	Aprendizagem	30,3	25,0	63,6	26,7	18,8	40,0	46,7	30,8	51,4	58,5	45,1	39,0
		Comportamento	54,5	44,4	18,2	13,4	12,5	20,0	6,7	23,1	18,9	12,2	14,2	17,2
	Convívio	Coabitação	9,8	7,5	92,9	86,7	100,0	100,0	93,3	92,3	97,5	100,0	95,9	94,8
		Regular	26,8	37,5	0,0	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3
Eventual		46,3	40,0	7,1	0,0	0,0	0,0	6,7	7,7	2,5	0,0	4,1	1,9	
Relacionamento com os pais	Nenhum	17,1	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Piorou	26,3	20,5	14,3	6,7	6,3	0,0	6,7	0,0	5,1	4,9	8,7	2,9	
	Melhorou	23,7	51,3	57,1	60,0	56,3	60,0	60,0	46,2	59,0	56,1	58,1	55,6	
	Não mudou	50,0	28,2	28,6	33,3	37,5	40,0	33,3	53,8	35,9	39,0	33,8	41,6	

(\*) Para os menores de rua corresponde à situação anterior à saída de casa.

F: Resposta da família

M: Resposta do menor

# DA CASA À RUA:

A cidade como fascínio  
e descaminho

Arno Vogel\*

Marco Antonio da Silva Mello\*\*

\* Professor da UFF e FLACSO Sede Acadêmica Brasil

\*\* Professor da UFRJ, UFF e FLACSO Sede Acadêmica Brasil



# Capítulo

# 66

## Índice

1. Hora de trabalhar, hora da verdade
2. Três histórias para fazer pensar
3. A retórica dos motivos
4. O estranhamento na família
5. A retórica dos motivos

# 1. Hora de trabalhar, hora da verdade

Visto me atraíçoares, fica-te aí só, que vou pelo mundo ganhar a minha vida.

Sílvio Romero, João mais Maria  
*Contos populares do Brasil*

“**D**le diz que não ajuda a mãe! Mas dar todo o dinheiro para a mãe guardar até que se tenha o suficiente para comprar as roupas dele, o seu material escolar, o lanche na escola, não é ajudar?! Ele não percebe, mas aos 11 anos de idade trabalha para garantir parte de sua educação e sustento. Está ajudando a mãe sim, e bastante. Afinal, as crianças da classe média, ou da classe alta, com essa idade, ainda são tratadas quase como bebês. Enquanto isso, os filhos da classe menos favorecida já *nascem* adultos. Evidentemente *nascem* é maneira de dizer, pois as crianças, filhas dessa classe (a menos esclarecida), já vêm ao mundo com a missão de cuidar de seu próprio sustento. Isso quando não se vêem obrigadas a cuidar também do sustento de toda a sua família, pois muitas vezes se encontram em situação *constrangedora*, tendo a mãe doente (ou ganhando muito pouco) e irmãos menores”.

“É absurdo saber que uma criança sustenta toda a família, vendendo picolés ou jornais, engraxando sapatos e assim por diante, mesmo antes de *curtir* a sua infância ou adolescência. Ao deixar de ser bebê, já se encontra obrigada a assumir responsabilidades de pessoa adulta, inserida no mercado de trabalho informal. É absurdo porque a infância deveria ser uma obrigação de todas as *pessoas adultas* para com todas as crianças. No Brasil (e nos países subdesenvolvidos) isso não acontece. O ser nasce, é bebê desnutrido, menor abandonado, menor de rua, menor trabalhador, menor infrator... e assim vai”.

“Infância?! O que é isso? Uma palavra estranha nesse meio. Afinal, na realidade ela não é do *conhecimento* de todas as crianças como deveria ser, mas apenas de uma minoria *privilegiada*”.

\*

Estas considerações de uma entrevistadora delineiam um *drama* cuja recorrência, no cotidiano das cidades brasileiras, vem-lhe conquistando um lugar de destaque na problemática obrigatória da crítica, da legislação e da política social. Possuem, além disso, a virtude de abordá-lo com a indignação de quem traz em mente uma pauta de valores da qual a realidade parece zombar.

Para compreender o alcance do drama, no entanto, convém explicitar de que valores se trata. Na verdade estamos, no caso, diante de um *valor* fundamental expresso pela palavra *infância*. Uma infância concebida sociologicamente, isto é, não como simples recorte temporal no ciclo de vida de uma pessoa, mas como uma *relação*. Ou ainda, como a maneira pela qual se concebe, idealmente, um nexos inscrito na morfologia

social, com as inevitáveis obrigações que o qualificam.

Dessa perspectiva, a infância surge como um direito das crianças a quem deve ser adequadamente proporcionada pelas “pessoas adultas”, ou pelo mundo que estas representam. Quando as coisas acontecem dessa maneira, não há problema algum. O drama só ocorre quando uma criança se vê burlada nesse seu direito. Não ter infância é sempre ruim, pois equivale a uma deficiência grave no processo de construção sucessiva de um sistema de papéis. Tão grave que deu origem a um modo corriqueiro de explicar e/ou desculpar comportamentos inadequados ou bizarros, em se dizendo “fulano não teve infância” (com o subentendido: “por isso faz essas coisas”).

O que corresponde a um adulto com atitudes de criança senão uma criança com responsabilidades de pessoa adulta? Em ambos os casos há um tipo de agramaticalidade. No primeiro, entretanto, sob a forma de uma dissonância momentânea do comportamento, ao passo que no segundo se trata de uma condição mais ou menos permanente imposta a uma criança que acaba fazendo com que se choquem, no mesmo ator, a concepção de um papel com o desempenho de outro.

Da concepção do papel de criança faz parte um corolário sobre o modo de disposição do tempo dessa criança. Quando este passa a destinar-se predominantemente ao trabalho, ou quando o tempo dedicado às atividades laborais começa a concorrer com os folguedos; quando o tempo passado no trabalho é maior do que o passado em casa ou na escola, este fato é percebido como uma iniquidade que se comete contra a criança. A iniquidade consiste em privá-la do tempo de brincar e estudar, “curtindo” a sua infância, para destiná-lo a atividades pertencentes ao seu papel futuro, numa antecipação malsã da passagem para a vida adulta. Como as limitações inerentes ao seu papel de criança restringem ao máximo a sua capacidade de se opor eficazmente a esta antecipação, configura-se o drama ao qual se dedica toda essa reflexão, articulada ou dispersa, que poderíamos chamar de *a teoria da infância traída*.

Essa teoria não se alimenta apenas da incongruência entre a ideologia e a prática de um papel. Extrai sua motivação básica do escândalo que constitui a extensão do paradoxo dessa identidade e, portanto, o agravamento insuportável de seus custos sociais. Insuportável não mais apenas para os seus atores, vítimas desse papel perverso, mas agora também, e cada vez mais, para a sociedade que o concebeu e que, perplexa, não sabe como desinventá-lo.

Sucedem, no entanto, que não se vê perspectiva de parar esse “moinho satânico”, pois para a maioria das crianças, em países como o Brasil, a hora de trabalhar vem soando antes mais cedo do que mais tarde. Assim, embora a ideologia abrangente tenha idealizado certos lugares como a casa e a escola, para o cultivo de uma infância protegida e isenta de preocupações e responsabilidades, a teoria da infância, na prática, é outra.

Existir como criança implica, para extensas camadas da sociedade, abdicar da fruição desse seu papel em favor de uma antecipação drástica do ingresso no mundo do trabalho e, por intermédio dele, na esfera pública, assumindo todos os riscos inerentes às exposições prematuras. No caso das crianças, entretanto, não se trata apenas de trocar a fome pelo trabalho, como diriam os economistas clássicos da estirpe de

Smith e Ricardo. Além da fome, troca-se também o tempo livre e, com ele, as brincadeiras, o estar à-toa na vida com suas possibilidades de experimentação lúdica do mundo. Troca-se também a formação escolar, ou, pelo menos, a perspectiva de aproveitamento e sucesso na escola. E, na maioria dos casos, troca-se o recesso de casa e quintal pelo espaço aberto da rua, onde se encontra o universo do trabalho.

Ao transitar de uma esfera para a outra toma-se uma decisão crítica. Crítica para o sistema de papéis da família, onde passa a existir uma criança que “já nasce” adulta. Não menos crítica para o protagonista desse papel paradoxal, obrigado a enfrentar desafios para os quais não parece ainda talhado, e, portanto, suportar um ônus muito além de suas capacidades. Mas crítica, sobretudo, para a família, pois para ela a hora de trabalhar que chega para alguns de seus filhos menores será também a hora da verdade.

A saída para o trabalho altera de modo sensível a morfologia do grupo, interferindo assim na sua dinâmica. Com a saída para o trabalho, o grupo familiar passa a oferecer, inevitavelmente, “uma superfície maior aos olhares dos outros, uma abertura maior à opinião” (Halbwachs, 1990:126). Nesse momento, a família se vê posta em jogo como instituição, pois a evolução ulterior dos acontecimentos vai dizer, através de quem sai, qual a capacidade efetiva que tem de regular as suas relações com o mundo externo.

O momento da saída contém, como todas as passagens, um alto potencial de indeterminação. O ato de sair inaugura uma seqüência aberta, pois, como os dados empíricos não se cansam de repetir, o seu desfecho não pode ser previsto no nível da singularidade de cada caso. De um modo geral, porém, duas alternativas podem ser prefiguradas para o desfecho. Na primeira, a saída é positivamente reciclada em favor da família, podendo significar a melhoria de suas condições financeiras, um investimento na formação dos filhos para uma inserção favorável na vida ativa, e resultar, finalmente, num incremento de sua coesão. Na segunda, um fato análogo tem um resultado oposto. A saída da criança para o trabalho volta-se contra a família, resultando, no extremo, em perda, não só para o potencial gerador de renda, mas ainda para sua imagem pública, além de constituir um rude golpe em sua capacidade de reproduzir-se como unidade de agregação.

Nessa perspectiva, o ato que resulta dessa decisão, essa troca perversa que consiste em sair de casa para trabalhar, isto é, em deixar a infância antes de tê-la vivido e fruído, faz parte de uma *estrutura dramática* que tem, além de seus agentes e coagentes, um determinado tipo de cenário e algum tipo de significado ou propósito.

Dissemos estrutura; na verdade, porém, tudo isso faz parte de um *processo*. A indignação da entrevistadora o constata e repudia. Para compreendê-lo, no entanto, é preciso retrazar as suas linhas de força, procurando surpreendê-las, inicialmente, nas representações daqueles mais diretamente implicados nessa decisão crítica, ou seja, nas versões das crianças e de suas respectivas famílias sobre os motivos ou propósitos que os levaram a tomá-la.

Algumas trajetórias entrevista no campo, podem servir-nos para ilustrar e discutir este processo dramático a que se vê submetido o *menino de casa* e que pode levá-lo, com o tempo, a transformar-se num *me-*

*nino trabalhador*, ou começar a metamorfose, ao término da qual estará convertido em *menino de rua*.

## 2. Três histórias para fazer pensar

### 2.1. A vida boa de Evandro

**E**vandro é franzino, mas tem aspecto saudável e sereno. Completou dez anos e frequenta a quarta série do 1º grau. Vai bem na escola, cujas tarefas cumpre sem maiores dificuldades. Seu objetivo é continuar estudando até se formar.

Há um ano e meio vem trabalhando como ambulante. Entre as quatro e as seis da tarde, todos os dias, menos sábado e domingo, vende bombons no Terminal Rodoviário da zona oeste de Goiânia. Ganha quase tanto quanto a mãe e o irmão, percebendo o equivalente à metade do salário regular do pai. O dinheiro é repartido. Metade vai para uma caderneta de poupança, em nome de Evandro. O restante é destinado ao consumo, servindo para suprir necessidades do próprio menino, bem como certas demandas domésticas. E, neste sentido, cabe-lhe um papel de não pouca importância, pois é o “dinheiro do meio da semana”, graças ao qual a família tem leite e pão para o café da manhã.

Os pais de Evandro vieram da roça, do interior do Estado, onde eram meeiros numa fazenda. A mãe (34 anos) e o pai (40 anos) vêm igualmente de famílias migradas da zona rural de Minas Gerais, tendo sido ambos órfãos de mãe. Sua aproximação da cidade foi gradativa. Vieram para um distrito rural de Goiânia depois que o pai dela, alegando cansaço e velhice, mudou-se para um loteamento periférico, onde passou a viver de *gambira*, isto é, mascateando mercadorias de proveniência nem sempre respeitável. O pai de Evandro se declara satisfeito com o resultado da migração para a capital. Ao mesmo tempo, fala do campo com nostalgia. Alega que só deixou a vida rural por causa dos sacrifícios que impõe àqueles que não são proprietários de terras.

Na cidade, porém, as coisas também foram apertando, de modo que todos tiveram de trabalhar. Evandro foi quem teve de fazê-lo mais cedo. A decisão não lhe foi imposta; o próprio menino parece ter concebido a idéia de trabalhar vendendo *laranjinha*. Nisto, entretanto, não fez senão seguir um preceito. Tanto o pai quanto a mãe consideram que é bom trabalhar desde pequeno. Não só porque foi esta sua própria experiência, mas porque, através dela, se alcança a noção do valor das coisas, descobrindo, ao mesmo tempo, tanto como é difícil conseguí-las, como o gosto do dinheiro na mão. Houve dificuldades, no começo. Conflitos com outros meninos, contornados com base num princípio cardeal: “não caçar, nem aceitar briga com os meninos da rua,

“não caçar, nem aceitar briga com os meninos da rua, nunca”. A obediência a essa regra, enfaticamente enunciada pela mãe, marca também a trajetória laboral de Rogério (17 anos), servente de pedreiro na mesma construtora em que trabalha o pai. Com 14 anos começou a vender *laranjinha*; com quinze era *office-boy* de um escritório, no centro da cidade. Quando saiu de lá foi vender *salgados* feitos pela mãe e pela tia. Assaltado duas vezes por meninos de rua, nunca reagiu. A última a trabalhar fora foi Rosário (19 anos), que é balconista numa lojinha perto de casa. Antes disso ajudava a mãe, cuidando dos irmãos quando esta ia trabalhar como diarista.

Todos os filhos estudam, o menor pela manhã, os mais velhos à noite, depois do trabalho. Os pais ressaltam a importância disso, pois eles mesmos não puderam ter esta oportunidade, que lhes parece o caminho mais legítimo e seguro para conseguir alguma coisa na vida. Do ponto de vista da mãe, não se deve atribuir à pobreza a proliferação das crianças que vivem nas ruas, mas à incapacidade dos pais para “relacionar o ambiente”, isto é, de construir, com os filhos, as relações sociais, inclusive aquelas com o mundo do trabalho. Considera-se, neste sentido, bem sucedida, pois todos cooperam na manutenção da família, do mais velho ao mais novo, com disposição e boa vontade. O benefício é coletivo e individual: Evandro, na medida em que ajuda em casa, “foi ficando mais influente”.

## 2.2. Robson no fio da navalha

Robson tem 17 anos. Atualmente trabalha como papeleiro, atividade que exerce já há algum tempo. Começou com 8 anos, vendendo frutas e verduras na rua, a meias com a proprietária de uma chácara. Enjoou do trabalho e foi ser engraxate. Cresceu e ficou com vergonha de continuar nesse mister. Comprou uma bicicleta e virou lavador de carros. Considera que foi o melhor trabalho que já teve, por causa dos muitos amigos, ainda mais numerosos do que na época de engraxate. Tornou a enjoar do serviço e foi catar papel, seguindo conselhos de um primo. Pensava ganhar mais dinheiro. O serviço, no entanto, é pesado. Sua postura é ambivalente: por um lado ficou conhecendo toda a cidade e as perspectivas de ganho não são más — de vez em quando, acontece de se “achar”, no meio dos papéis, relógios, pulseiras e até radinhos de pilha! Ao mesmo tempo, considera “feio” catar papel. Tem vergonha de andar sujo pela rua e sabe que os catadores de papel portam o estigma de *maloqueiros* (usuários de droga, receptadores e ladrões).

Estudou somente até a 5ª série. Deixou a escola em conflito com a diretora, que lhe reprovava o assédio às meninas. Com 7 anos foi à cidade pela primeira vez. Com oito, já trabalhava na rua. Essa experiência trouxe consigo momentos difíceis. Os meninos de rua tomaram-lhe a caixa de engraxate, certa vez. Aprendeu caratê para enfrentá-los, mas, seduzido por eles, acabou dormindo na rua. Até que foi encontrado pelo pai, recambiado e castigado com severidade.

Robson manifesta disposição de largar o serviço de

papeleiro. Pensa em voltar a lavar carros, mas não tem mais a bicicleta. Considera também a hipótese de trabalhar numa chácara, nos arredores da cidade, onde poderia tomar banho de córrego e pescar, como na roça. Apregoa bons princípios e boas relações no seio da família. Sua versão, entretanto, é obviamente para uso externo.

A família da mãe veio do interior de Goiás — mãe, pai, quatro irmãos, o tio e a avó, e ela mesma, com apenas 7 anos de idade. O motivo da migração: trabalhavam em terra alheia. O pai de Robson chegou à cidade, procedente da roça, com 18 anos. De trabalhador rural transformou-se em servente, depois armador, na construção civil. Atualmente trabalha na COMURG (Companhia de limpeza urbana de Goiânia). Além de Robson, o casal tem mais dois filhos — uma menina de 13 e um menino de 7. A mãe trabalha fora desde que se casou, com 15 anos. Ganha um salário mínimo e meio como auxiliar de cozinha, num pequeno restaurante. Entra às sete da manhã e sai às três e meia da tarde. Quem cuida da casa é uma sobrinha que mora com ela. A filha estuda à tarde e sua participação nos afazeres domésticos é limitada. Os pais investem na sua formação, esperando vê-la secretária. As relações com Robson são conflitivas. Estão descontentes com a atividade do filho, à qual atribuem os rumos indesejáveis que a vida deste vem tomando. Foram contra a sua saída para trabalhar. A mãe tentou impedi-lo por considerar que era muito pequeno e porque “os engraxates aprendem o que não presta: cheirar cola, roubar, andar em más companhias”. O pai quis expulsar o menino de casa. Tem vergonha do filho que volta para casa drogado. Não se falam e pouco se vêem, pois Robson prefere dormir no depósito de papel, durante a semana. Em casa, suas relações com a irmã são tumultuosas, pois ela o considera um *maloqueiro*. Acusa-o de ter roubado uma bicicleta, que ele alega ter comprado, em boa fé, de um colega. A polícia veio recuperá-la, causando grande constrangimento à família. Robson considera a irmã uma “fuxiqueira”, atribuindo-lhe ainda distúrbios mentais, causados pelo fantasma de sua gêmea falecida. Como prova, cita a enurese noturna da irmã.

A mãe se confessa incapaz de dar conta da situação. Assim, resolveu mandá-lo para um internato, por intercessão de sua patroa. Nele residem suas únicas esperanças. Acredita que lá Robson possa recuperar-se, pois “vai tomar remédio e vai trabalhar”.

## 2.3. A “cabeça virada” de Jr.

O pai de Jr., *seu* Virgulino, tem quarenta e três anos e é nascido e criado no interior de Minas Gerais. Os pais dele eram lavradores em terra própria, perto do Rio São Francisco. Fez serviço militar no Espírito Santo e virou carpinteiro. De lá migrou para Brasília, onde conheceu sua esposa, proveniente do sertão baiano. Da cidade satélite de Ceilândia mudou-se para Goiânia, pois a vida era cara, o ambiente (“vizinhos”) ruim e o mercado de trabalho restrito. O casal teve sete filhos — cinco meninos (incluindo Jr.) e duas meninas. A esposa é diarista e

ele mesmo está desempregado, “recebendo seguro”. Fabrica cocadas para vender na rua.

Jr. começou a fugir quando foi vender cocada para ajudar o pai. No início trabalhava direito. Entregava o dinheiro em casa. Depois foi assaltado três vezes. Em todas ficou sem as cocadas. Desde então desandou a ficar na rua. Já sumiu de casa seis vezes. Na última ficou fora quatorze dias, até ser localizado pelo pai, numa praça do centro de Goiânia. O pai declarou-se perplexo, pois não consegue explicar as fugas de Jr. Não o considera ruim. Apenas não se pode confiar nele quando sai por conta própria. Quanto ao motivo, a única hipótese que lhe parece plausível é a das más influências que lhe “viraram a cabeça”. Dos filhos, foi o único a tomar este rumo. O mais velho estuda e treina futebol a semana inteira. Sobre ele repousa a esperança que a família tem de um futuro melhor. O convite para fazer um teste num grande clube paulista parece justificar essas expectativas. Um outro irmão (10 anos) vende as cocadas do pai, estuda à tarde e quer ser pastor evangélico.

Diante da atitude de Jr., além de perplexo, o pai se considera impotente. Faz comparações: se tentasse educar seus filhos pelos padrões de seu próprio pai, não tem dúvida de que “sumiriam no mundo”. De resto, isto não seria mais possível, porque “o mundo de hoje virou tudo” — as leis impedem de surrar os filhos ou de expulsar as filhas, quando perdem a virgindade. A única solução que lhe ocorre nessas circunstâncias é internar o filho: “O resto não adianta... Ele não tem medo mais... Pegou a coragem da cidade”.

Jr. tem 12 anos de idade. Reconhece que gosta de ficar na rua e declara-se viciado em cola e esmalte que, segundo ele, “matam a fome”. Quando fica em casa trabalha: capina lotes, vende cocada, ajuda nos afazeres domésticos ou como servente de pedreiro, na vizinhança. Antigamente gostava de jogar bola. Treinava num time do outro lado da cidade. Voltava tarde. Os pais reclamavam muito, porque havia parado de estudar, tendo sido expulso do colégio. Num jogo de futebol conheceu um rapaz mais velho (14 anos), acabando por acompanhá-lo ao centro, numa experiência marcante — o começo da sua carreira de menino de rua. A vida na rua consiste, segundo ele, essencialmente, em divertir-se. Anda de um lado para o outro; pega *rabeira* nos ônibus; vê televisão nas portas das lojas; pede comida e dinheiro; cheira cola e esmalte e dorme com a turma nos *mocós* (esconderijos). Parece orgulhar-se do grupo (“nós somos muitos!”). Cada qual tem uma especialidade. Um furta nos ônibus; outro “bate carteira” na rua; outro ainda assalta lojas, e quase todos “fazem varal” (furtam roupas postas a secar nos quintais). Andar pela cidade é por si só uma aventura. É preciso reconhecer e respeitar os “territórios”. Cada turma tem seus domínios e as relações entre elas são tensas, configurando uma espécie de geopolítica dos bandos na cidade. A obediência de cada turma ao seu chefe é estrita. Quem entra dificilmente consegue sair. As sanções para a defecção incluem a morte, eventualidade na qual Jr. parece acreditar piamente.

Virgulino Jr. não revela nenhum entusiasmo pela volta ao lar. Idealiza um esquema que lhe permita “morar” na instituição (CRT) com os amigos (da rua) durante a semana, para visitar a família somente aos sábados e domingos. Virgulino “senior” perdeu a es-

perança. Já é conhecido no Centro de Triagem (CETI), fato que o constrange bastante. Tem vontade de recomendar que não levem mais o Jr. para casa. Com vergonha do filho, pergunta: “E quando ele começar a roubar?! Como vai ser?”

### 3. A retórica dos motivos

**O**ada história nos dá, ao seu modo, muito o que pensar. Todas elas têm algumas dimensões comuns. São semelhantes quando as consideramos do ponto de vista do nível de renda dos grupos familiares. Em nenhum deles se configura o caso da pobreza absoluta. São pobres, mas não são miseráveis. Os sintomas clássicos da desagregação familiar estão ausentes nas três situações descritas. Não há cônjuges solitários, nem padrastos ou madrastas. Tampouco se assinala a presença degenerativa do alcoolismo ou da doença mental. E nenhuma das famílias revelou indícios inequívocos de violência excessiva ou sistemática. Além disso, os três grupos familiares apresentam, na sua história recente, conjuntura de migração. Assim, ficam alinhadas e postas sob controle algumas das variáveis que, na reflexão acadêmica, têm servido de eixo às tentativas de explicar seja o fenômeno do trabalho infantil, seja a inquietante multiplicação dos meninos de rua.

Em cada um desses casos uma criança sai de casa para trabalhar em virtude de uma decisão que a leva a privar-se das regalias da infância, ou de boa parte delas. Em todos os casos o cenário desse drama é uma família estruturada de gente ordeira que passa por dificuldades análogas em razão de uma análoga escassez de meios de consumo. Nas três histórias encontramos um grupo similar de agentes e coagentes — as crianças, seus pais, às vezes algum parente. Em cada uma delas o meio pelo qual se dá a saída é a realização de algum tipo de trabalho: vender algo ou fazer algo com o intuito de obter dinheiro para ajudar nas despesas do grupo familiar, tendo em vista a sua reprodução social.

Apesar dessas similitudes, no entanto, os três casos relatados diferem nitidamente entre si. Distinguem-se, de imediato, ao nível dos fatos. No primeiro, o grupo consegue superar positivamente o drama, conservando-se intacto, seja na sua morfologia, seja na sua dinâmica, seja, finalmente, no *sentimento* de pertinência que consegue sustentar nos seus membros. No segundo caso, em que pese a sua integração morfológica persistente, há indícios nítidos de tensão na dinâmica do grupo, bem como um conflito aberto sobre as condições da pertinência à família. De certa forma podemos considerar que o ator, para nossos efeitos, principal, está com um pé na rua.

Na terceira história reconhecemos uma polaridade com relação à primeira. A saída para o trabalho dá início à segmentação do grupo, levando um de seus membros a trocar a casa pela rua. Ainda se trata de um processo em estágio inicial, pois a família ainda está empenhada em recompor o laço, embora já comece a consi-

derar a hipótese de declará-lo perempto, abandonando a luta. Numa dinâmica alterada pelo fracionamento, as dúvidas sobre a pertinência ao grupo começam a se instaurar de parte a parte. Virgulino pende para o CRT, reclusando seus contatos com a família, na melhor das hipóteses, aos fins de semana. A família, incapaz de manter a adesão de Jr., tanto ao grupo quanto aos seus valores, deposita sua última esperança na hipótese de uma solução heterônima — o internamento. Ao mesmo tempo deixa entrever que não descarta a hipótese mais radical da exclusão pura e simples: “às vezes tenho vontade de largar pra lá, de dizer que não levem mais ele lá em casa”, são as palavras de *seu* Virgulino.

Assim, nos três casos, estruturas dramáticas similares apresentam resultados diferentes. Em cada caso, porém, desenvolve-se uma argumentação que procura explicar o desfecho, valendo-se de uma retórica de motivos. De certa forma, definem-se estratégias de explicação para o drama, que giram em torno de uma tópica comum em que o trabalho aparece, ora como necessidade e virtude, ora como risco.

### 3.1. O trabalho como necessidade, virtude e risco

— “Foi a necessidade. Ela é a mãe da precisão”.

Esta fórmula da mãe de um menino de 13 anos que trabalha desde os nove, faz parte da tópica do sensocomum vigente no universo da pesquisa. Como tal apresenta as qualidades de todos os enunciados de sensocomum, tal como os definiu Clifford Geertz. É uma assertiva que se distingue pelo seu caráter, ao mesmo tempo natural, prático, inetódico e acessível (Geertz, 1983:85). Nela os termos *necessidade* e *precisão* se distinguem quanto ao significado. A necessidade consiste, no caso, em um estado de carência. Este estado que se resume, em outra explicação, quando o seu autor constata que resolveu sair para trabalhar “porque faltavam as coisas em casa”.

No contexto do caso específico da nossa fórmula-epígrafe, a necessidade se configura a partir da incapacidade dos pais para prover a família com os requisitos imprescindíveis para sua reprodução quotidiana, pois ambos são portadores do mal de Chagas, sendo o pai, além disso, doente mental — “um morto em pé”, como diz a mãe. A carência, a percepção de que se está *passando necessidade*, engendra a *precisão*, isto é, faz com que seja concebida a decisão de destinar outro membro do grupo à tarefa de obtenção de recursos no mercado de trabalho.

Esse tipo de circunstância surge de forma generalizada quando as famílias e/ou crianças enunciam os motivos aos quais deve atribuir-se a saída dos filhos para uma atividade laboral. As maneiras com que se referem ao contexto da necessidade são variações em torno do mesmo tema: as crianças têm de sair para “ajudar em casa”, “ajudar no sustento da família”, “complementar a renda”, “porque os pais ganham pouco”, “para melhorar de vida”, “porque o dinheiro não dá”, “por causa das dificuldades da família”, “em virtude das condições financeiras” (isto é, da falta de-

las), “para ajudar nas despesas” e assim por diante.

Em alguns casos a necessidade pode ser vista como decorrente de algum tipo de infortúnio, incluindo doença, invalidez, morte ou qualquer outra forma de falecimento dos provedores (ou ao menos de um deles), como no caso da separação ou do desemprego. Nenhuma dessas circunstâncias, entretanto, é imprescindível. Podem estar presentes pai e mãe, válidos e empregados, e ainda assim configurar-se a insuficiência do provimento, isto é, o estado de necessidade.

A decisão de “incentivar” os filhos ao trabalho, ou de “permitir” que os filhos trabalhem, ou ainda de “botar os filhos para trabalhar”, entretanto, não é concebida pelos atores do drama como algo que se reduza ao nível da mera estratégia de sobrevivência. Além de solucionar uma insuficiência de meios, identificada como tal, essa decisão costuma invocar motivos de outra natureza. Reiteradamente, surge o argumento de que a criança foi trabalhar porque “já estava na hora”, atribuindo a decisão à chegada e à identificação correta do momento em que, não só se precisa, como se *deve* trabalhar. O reconhecimento de que é chegada a hora de trabalhar se atualiza de forma diferenciada. Ora é percebido pelos pais, ora pelas próprias crianças. No primeiro caso, a atuação dos pais varia ao longo de um gradiente que vai desde o sugerir, incentivar e orientar, até o constatar e impor. A mãe de um vendedor de picolé de 11 anos de idade, por exemplo, declarou ao entrevistador que os filhos já podiam sair e trabalhar para ajudar em casa. E, segundo o menino, “que não gosta de ser obrigado a vender picolé na rua, ele não pode ficar em casa porque “a mãe põe para correr” e, se ele se mostrar renitente, “bate nele”.

No segundo caso, a iniciativa parte da própria criança. Esta percebe de algum modo que deve ajudar e toma a iniciativa de procurar trabalho espontaneamente. Os casos em que isso acontece são mais numerosos do que se tenderia a supor, dada a alienação que se costuma atribuir aos infantes. Algumas vezes as crianças simplesmente interpretam, de forma conseqüente, determinados sintomas, como, por exemplo, a falta de coisas em casa, ou a recorrência dos conflitos em torno da alocação dos recursos financeiros. Um vendedor ambulante, de 13 anos, resume esta situação quando declina os motivos que o levaram a vender picolé: “Todos em casa ficavam só brigando por causa de dinheiro. Na escola eu ficava com fome, morria de vontade de comer aquilo que os meninos comiam no intervalo. Então fui ganhar o meu”.

A necessidade ou vontade de ganhar o seu próprio dinheiro é um tema recorrente nessa retórica de motivos. Uma das situações estereotipadas que a pesquisa identificou é a da criança que formula certas demandas de consumo que não podem ser atendidas pelos pais. Esta é uma fonte comum de frustrações e conflitos. Nestes casos, o trabalho abre a perspectiva de “ter as suas coisas”: doces, refrigerantes, brinquedos, roupas e calçados, material escolar.

Na medida em que se possa “ganhar o próprio dinheiro”, entretanto, ganha-se não só a possibilidade de complementar o consumo da família e de garantir as suas próprias necessidades ou desejos, mas, graças a isto, além de acostumar-se a trabalhar desde pequeno, aprende-se a sentir “o gosto do dinheiro na mão” e a dar valor ao que se ganha com o próprio esforço.

Além dessas determinações internas ao grupo do-

méstico, a decisão pode sofrer a influência de certos co-agentes que lhe são socialmente contíguos. Assim, pode acontecer que o menino tenha sido convidado pelos amigos a engajar-se na atividade, ou que tenha tido a idéia de fazer a mesma coisa e lhes tenha proposto juntar-se a eles. Quer tenham servido de conselheiros, ou apenas de estímulo e exemplo, muitas vezes os vizinhos, amigos, parentes ou conhecidos participam da decisão, ajudando, portanto, a determinar esse ponto estratégico para a reprodução da família em que esta destina ao mercado de trabalho um novo membro.

Dessa perspectiva, a decisão de trabalhar é apreendida, ao mesmo tempo, como necessidade e virtude. Graças a ela, a família como unidade de renda poderá prover melhor suas necessidades de consumo enquanto grupo. Altruística ou interessadamente, o indivíduo é levado a assumir um papel em sintonia com um certo estado de coisas, do qual a necessidade é uma variável fundamental. Ao assumir o papel adquire, ao lado do hábito de trabalhar (“desde pequeno”), o sentido do valor (“das coisas conquistadas com o próprio esforço”), o gosto da disponibilidade financeira (“dinheiro na mão”), a capacidade de fruir (“ter as coisas que queria e os pais não podiam dar”), a independência relativa ao grupo (“não precisar pedir”) e o seu respeito (“a gente fica com o moral mais elevado e aí a conversa é em outro nível”).

Este mesmo resultado, visto pelo ângulo da família, leva à constatação da mudança no relacionamento da criança com o grupo. De um modo geral, costuma dizer-se que ela passou a ser “mais responsável”, “mais humilde”, “menos exigente” (“mais satisfeita”), “mais calma”, “mais educada”, “mais respeitada”; que “briga menos em casa” e “faz as coisas com boa vontade”; que se tornou “mais independente”; em suma, que “melhorou”. Compreende-se, pois, que ocorram alterações no sistema de atitudes pelo qual se pauta a dinâmica interna do grupo. Este começa a dar-se conta de que a criança, na verdade, já começa a levar vida de adulto. Esta, por sua vez, começa a constatar que algo mudou: ela é mais ouvida e menos punida.

Tudo isto tem, no entanto, um preço. E este preço é o tempo da infância. O trabalho não se pode realizar senão à custa do tempo livre que era função de sua ausência. E não apenas o tempo livre, mas, com frequência, também o tempo destinado à sua formação escolar. Esse custo, no entanto, constitui o escândalo que é a pedra de toque da *teoria da infância traída*. Esta não resulta, apenas, de uma percepção externa. Há quem a reivindique no próprio universo das crianças trabalhadoras. Uma delas, um engraxate de apenas 10 anos, por exemplo, acha que “os pais deveriam trabalhar mais, para que os filhos ficassem mais em casa”.

Na verdade, entretanto, um dos motivos constantemente invocados para justificar o oportuno do ingresso na esfera do trabalho prende-se ao caráter problemático que se atribui ao tempo livre. Para muitos, é bom que as crianças trabalhem, justamente, para não permanecerem desocupadas (“eu vivia preocupada com o fato dos filhos viverem desocupados”). Não é bom, portanto, para as crianças, ficarem à-toa, seja em casa, seja na rua. Em casa, porque isto eleva a frequência dos conflitos, não só com os irmãos, mas também com os pais. Na rua, porque aumentam os riscos na medida em que

se reduzem as possibilidades de controle.

Começar cedo no trabalho significa ocupar o tempo e aprender algo — a vender, a coletar, a prestar determinados serviços e, em alguns casos, talvez, um ofício. Mas significa também evitar as más companhias e, com elas, o aprendizado “daquilo que não presta”. Seria precipitado, no entanto, concluir que essa troca do tempo livre pelo trabalho implica em pura perda. Um menino de 12 anos, que há mais ou menos um ano vende *laranjinha*, ilustra uma virtualidade positiva dessa troca: “Sentia falta de colegas”, afirma. “O trabalho é como um divertimento — colegas, novos amigos e contato com pessoas que não fazem parte da família. É uma coisa importante. Fico o dia todo na rua e, à tarde, volto com novidades para comentar, principalmente, com as minhas irmãs”.

Passar os dias na rua com os colegas e amigos, ainda que a propósito do trabalho, pode, no entanto, ter implicações bem menos construtivas, do ponto de vista da família. Nenhuma família ignora esse potencial de risco inerente à decisão crítica que teve de tomar, indicar ou apoiar. Nesse sentido, o exemplo do pai de Virgulino é ilustrativo. Mesmo que desejasse manter-se alienado, não o teria podido, pois, de acordo com o seu depoimento, houve pessoas que o alertaram para esse risco. Mas o que é, precisamente, que a família não ignora? São duas coisas. A primeira é que “podem fazer alguma maldade com as crianças”. E isto se refere, em geral, a atos que partem de outras crianças. Qual é a mãe que não teme que os filhos sejam assaltados e agredidos pelos *maloqueiros*?

O segundo motivo de preocupação resulta da intuição clara e justificada de que a função manifesta desse tipo de maldade possa corresponder uma função bastante mais temível. Não é tanto do constrangimento físico que a família tem medo, mas da possibilidade de se constituir a partir dele algum tipo de relação positiva, isto é, que os algozes do filho venham a transformar-se nas suas “más companhias”. O assalto pode, afinal, não passar de uma provocação, de uma forma de chamar para o seu campo quem está em outro. Assim, podemos compreender a insistência das mães quando conjuram os filhos a não reagir, a não retrucar, propondo-lhes, diante dos meninos de rua, uma atitude de evitação, que equivale à recusa de qualquer relacionamento, como se temessem a sempre possível transformação do conflito em cooperação. Diante dessa hipótese, a necessidade só se impõe como *ultima ratio*, pois todas as demais motivações positivas de trabalho ficam relativizadas pela magnitude do risco. Uma das mães de criança trabalhadora, a daquele menino que diz que “os pais deveriam trabalhar mais para que os filhos ficassem mais em casa”, formula a situação com toda a clareza quando diz: “Não gosto que ele trabalhe, por causa das más companhias, crianças sujas e malcriadas, mas ele tem de arranjar um dinheirinho vendendo umas coisinhas”. Essa mãe sabe do que está falando, pois, no caso do filho dela, os riscos já não são apenas potenciais, porque o menino mudou no seu comportamento: ficou malcriado e não diz mais para onde vai...

Do ponto de vista da casa, isto é, da lógica da família, representada no discurso dos pais, o maior dos riscos é o de que a criança venha a *se enturmar*. A vinculação com a “colegagem da rua” é o caminho que leva

ao uso do tóxico e à realização de atividades ilícitas. A gravidade do problema, entretanto, não se reduz à prática de atos que a moralidade vigente, encarnada na família, reprova e reprime. *Enturmar-se* é grave porque implica na perda da ascendência do grupo doméstico sobre o menor. Ou, para ser mais preciso, na substituição da ascendência da família pela ascendência do *grupo de pares* que é a turma.

## 3.2. Nem pai, nem patrão: a razão dos enturmados

Uma frase — “cada caso é um caso” — quase sempre pronunciada em tom de advertência, marcou todo o contato inicial com o contexto da pesquisa. Essa frase revelou-se significativa não só pelas suas sucessivas reiterações, como também por esse caráter desconcertante que costumam ter os enunciados tautológicos. Desconcertante, sobretudo, porque a sua eventual aceitação tenderia a anular, de saída, toda a possibilidade de generalização, propósito final almejado por qualquer pesquisa.

Como fato ilustrativo dessa impossibilidade de generalizar evocou-se, por mais de uma vez, o caso de um menino de rua, considerado o mais cabal exemplo de interveniência de um fator aleatório na determinação da trajetória que leva uma criança para a rua. Conta-se o caso só para concluí-lo com o mesmo lugar-comum, agora formulado como um repto à capacidade de superação do dado empírico: como bem demonstrava a história, cada caso era mesmo um caso.

## O filho do azar

*A família de Zuenir veio do Piauí. Ele mesmo nasceu logo depois de chegarem à Goiânia. Era o sétimo filho do casal que lutava, em condições muito difíceis, para manter-se na cidade. O pai, após ter contraído tuberculose, perdeu o emprego. De acordo com a versão mais corrente, a mãe de Zuenir, logo após o parto, teve psicose puerperal. Em virtude desta, o seu relacionamento com o recém-nascido foi extremamente difícil. Na sua concepção, esse quadro problemático adquiria o seu significado em função de um fato que se podia datar e interpretar com exatidão: como o sétimo na ordem de nascimento, Zuenir era “o filho do azar”. Todo o seu comportamento com relação ao menino é explicado a partir dessa atribuição negativa. Desse modo, a infância de Zuenir foi marcada pela recorrência do que se costuma designar como maus-tratos, pois a mãe o mantinha preso, amarrando-o em casa. Em determinado momento, parece ter chegado à conclusão de que o menino deveria sair de casa para que ela se curasse. Impelindo-o, embora, para a rua, consta que a mãe o acompanhava, “porque sentia uma coisa ruim”. Zuenir tinha cinco anos quando se*

*iniciou esse processo e dezessete incompletos quando adoeceu de meningite e morreu, cumprindo a sua sina de “filho do azar”. Seus pais tiveram mais quatro filhos. Nenhum dos dez irmãos, entretanto, deixou a casa paterna.*

O caso de Zuenir, no qual uma doença é interpretada como conseqüência de um nascimento desafortunado, soluciona-se pela exclusão. Esta assume, inicialmente, a forma de confinamento (imobilização em casa), transforma-se em seguida em expulsão (movimento induzido para a rua) e termina com a morte, forma mais acabada e definida do processo. Por suas características, essa história parecia apropriada para ilustrar, de forma emblemática, a idiosincrasia das trajetórias, pressuposto da convicção de que “cada caso é um caso”. O que tinha levado esse menino para a rua não era algo que pudesse ser imputado a nenhuma das causas *razoáveis* que costumam servir de explicação para o fenômeno. Mais do que uma decorrência *natural* das carências de uma família pobre e numerosa, ou de eventuais formas perversas de atualização dos papéis, trata-se aqui da incidência do infortúnio, da manifestação de uma fatalidade, cuja força ultrapassa a razão dos atores. Estes agem sob o influxo de uma determinação superior, como se não tivessem escolha. A irracionalidade do curso dessa ação evidencia-se de forma brutal, diante do destino, certamente não aprazível, porém regular, dos demais irmãos de Zuenir. Tudo faz prever que lhes caberá, chegada a hora, contribuir para o sustento próprio e da família, como acontece com a maioria das crianças pertencentes ao seu mesmo estrato social. Para Zuenir, nem esta chance existiu. Seu lugar na família era uma *anomalia*, de cuja eliminação se esperava o restabelecimento da ordem, tal como parece ter acontecido.

O mesmo senso-comum que invocava “o filho do azar” como prova da inutilidade de qualquer tentativa de generalização sobre a *genealogia do mal*, passava, no momento seguinte, a uma argumentação cujas razões tendiam a colidir, frontalmente, com a idéia da irredutibilidade dos casos. Cada narrativa acrescentada à história trágica de Zuenir aplicava-se à tarefa da explicação das trajetórias dos meninos de rua, procurando derivá-las do contexto familiar dessas crianças. Com essa finalidade, o que se buscava destacar eram sempre as condições de deterioração dos relacionamentos no interior da família. Tratava-se de apontar a precariedade endêmica dos contextos familiares.

Em torno desse tema pudemos recolher, em campo, uma farta casuística:

*Carla, que tem 17 anos, foi para a rua com doze, seguindo a irmã mais velha. Esta deixou a casa por causa do pai que bebia muito, “ficava nervoso” e espancava as filhas. Após a sua morte, violenta (amarrado em um burro em disparada foi arrastado até morrer), há dois anos atrás, a família vive em situação de extrema miséria. São doze pessoas repartindo os 20m<sup>2</sup> de um barraco coberto de lona, juntamente com alguns animais de criação. “Lalá”, como é conhecida, tem uma filha de um ano e três meses que fica com a mãe. Outra irmã, mais nova, foi para a rua logo depois dela e também está*

esperando filho. Oscila entre a casa, a rua e a instituição. Consegue dinheiro "namorando com alguns homens". No futuro, pretende, segundo diz, "trabalhar, comprar um lote e cuidar da filha".

\*

Antenor, ou "Galeguinbo", como é chamado na rua, é o sexto de nove irmãos, dos quais três são mulheres. Os pais se separaram em meio aos mais sérios atritos. Após a separação, as crianças ficaram sozinhas em casa. Foi a partir daí que o menino começou a sair, inicialmente para catar papel e depois para engraxar sapatos. Para essa saída contribuiu, de acordo com o próprio Antenor, a sua péssima relação com o pai, que o espancava quando o pegava jogando bola na rua. Reconhece que "tem ódio do pai". Quando foi engraxar, roubaram-lhe a caixa e não teve dinheiro para comprar outra. A partir daí integrou-se a um grupo de mais ou menos quinze menores que frequentam a Praça do Cruzeiro. Inquieto e brigão, "Galeguinbo" tem um prontuário de mais de cem entradas no Centro de Triagem. "Gosta de cheirar cola" e já se envolveu em "furtos e arruaças". Revela carinho para com a mãe, ao mesmo tempo que reitera a sua "revolta" para com o pai. Já tem outro irmão na rua. Atualmente com 15 anos de idade, há dois mora, "definitivamente", na Praça, às vezes no CRT.

\*

Wellington "Ropinauta" é veterano na rua. Tem 17 anos e saiu a primeira vez quando tinha apenas seis. Foi trabalhar e não voltou, sendo recambiado pelo Juizado de Menores. Desde os quatro anos de idade não tem pai. Sua relação com a mãe é muito difícil e conflituosa ("mãe muito nervosa"). Ambos são muito agressivos. Tiveram uma briga quando Wellington tinha 11 anos. A surra começou na rua e terminou em casa. O menino ficou ensangüentado, pois apanhou com uma ripa. Com isso fugiu e só voltou um ano depois. Daí por diante, entretanto, não voltou a viver com a sua família (mãe, cinco irmãos e dois sobrinhos). Permaneceu na rua até integrar-se a uma instituição. Demonstra certa preocupação para com a mãe. Acha que lhe dá muita preocupação, mas alega não poder voltar para a casa enquanto a mesma não for aumentada ("não cabe lá") e ele não tiver condições de ajudar a mãe. Esta vê tudo de outro ângulo. Considera que o filho "sabe se cuidar bem e já está acostumado na rua". Sente-se tranqüila por sabê-lo na instituição, onde julga que esteja melhor do que em casa. Não tem nenhuma expectativa quanto a sua volta.

\*

Dea é uma menina de beleza exótica, o que lhe valeu o cognome de "Caboclinha". Trabalhava desde os 9 anos como empregada doméstica e babá. Em casa, apanhava muito do pai que, não contente de bater-lhe com fio de ferro de engomar e cinto, jogava-a no chão e pisava. Por essa época começou a mentir. Dizia que ia dormir no emprego, quando, na verdade,

ia para a rua. Lá conheceu os menores de rua, que começaram a levá-la para festas. E ela foi se acostumando "com esse ritmo de vida". Além das festas, gosta de furtar roupas ("fazer varal"), ouvir música e fazer sexo com o namorado. Com doze, já está há dois anos na rua, para onde levou também sua irmã de quatorze. "Minha vida é triste", afirma. Ao mesmo tempo, recua diante da idéia de mudar de vida, adiando essa resolução para quando tiver quinze anos. "Por enquanto", acrescenta, "quero curtir mais; descobrir as coisas do mundo. O dia da volta vai chegar". Sua experiência na escola revela-se igualmente turbulenta. Briga muito. Em casa, aparece pouco e, segundo a família, "só vem para comer e dormir", pois "é muito preguiçosa e não gosta de ajudar". Ela mesma diz que não gosta de demorar-se com a família porque "detesta as fofocas dos vizinhos". Quanto à mudança de vida, sua mãe admite que "se ela firmar a cabeça e deixar os amigos pode ter uma vida boa". "Caboclinha" tem absoluta clareza quanto à diferença da sua condição, que opõe à dos irmãos menores, Marcos e João, dos quais o último já trabalha vendendo laranjinha — "mas ele é um menino de casa", acrescenta, enfática. Constatação pertinente quando se considera que ela mesma, com onze anos apenas, já era uma "garota de programa na sauna do seu Tarzan".

\*

Saulo é conhecido na rua como "Mussum". Sua família veio de um outro estado. O pai batia na mãe e acabou arranjando outra mulher. O último contato dele com o menino foi há seis meses. A mãe é lavadeira e passadeira. Atualmente vive sozinha. Teve um companheiro que não aceitava Saulo. Bebia e surrava-o com um chicote, obrigando-o a dormir fora de casa. Sua relação com os filhos do padrasto era igualmente conflituosa. Há mais ou menos um ano Saulo saiu de casa. No começo ia e voltava. Depois, "foi em definitivo". Ficou fora seis meses. A mãe acha que "ele gosta de viver assim". Tem medo que esteja roubando e teme as pessoas com quem tem andado. Diz que "não sabe o que ele quer". "Mussum" não deseja voltar para a casa, mas quando se toca no futuro, afirma que "pretende trabalhar de marceneiro, ajudar a mãe, comprar uma casa e abrir uma caderneta de poupança". A trajetória de "Mussum" é significativa: começou como engraxate, depois "largou da caixa", enturmou-se com uns "meninos vadios" que encontrou na rua. Com eles roubava e pedia. Foi recolhido pelo Juizado e encaminhado para uma instituição. Não se adaptou. Agora está em outra, onde afirma ter muitos amigos com os quais vai a festas de aniversário, dançar lambada e fazer passeios.

\*

Kelly já tem cinco anos na rua e considera que a experiência a fez ficar mais adulta: "antes só ia pela cabeça das outras amigas; hoje, já penso pela minha cabeça". Atualmente vive numa instituição e segue um curso profissionalizante. Quando se fala em voltar para casa, esclarece que não alimenta

qualquer intenção neste sentido. Sua versão sobre a própria saída reúne diversos motivos, todos eles ponderáveis. Em casa, Kelly ajudava nas tarefas do lar. Antes de ir para a escola arrumava a cozinha. Tomava conta do sobrinho e ainda apanhava da mãe. O pai tinha um mercadinho. Kelly não se sente bem perto dele, pois, quando tinha nove anos, “tentou tocar no corpo” dela. A tudo isso veio acrescentar-se o fato de ter a menina descoberto que estes não eram seus pais: “minha verdadeira mãe é uma mulher da vida”, explica. Esse quadro ganha mais sentido quando se considera que a madrasta, procurada para conceder uma entrevista sobre Kelly, negou de início conhecer alguém com esse nome. Seja como for, aos 12 anos de idade conheceu umas amigas e teve vontade de ir para a rua. Sempre que pensa no tempo em que morava com a mãe substituíta termina por concluir: “eu não tive infância”. Entretanto, quando olha para o futuro, faz planos de estudar, casar, ter um lar e filhos. Kelly tem 17 anos.

\*

Josias, “JC”, está na rua há dois anos e há mais de um não tem qualquer contato com a família. Saiu quando começou a trabalhar como jornalista. Travou conhecimento com os meninos de rua e se enturmou. O pai, então, disse-lhe que não queria mais vê-lo em casa. “JC” percebeu que ele não estava brincando e foi embora. Atualmente, oscila entre a instituição e a rua. Seu ponto é a Praça do Cruzeiro. Quando está na rua, faz bagunça, briga, “cheira cola” e pega “rabeira”. Ao falar dessa experiência revela um certo desencanto: “Viver na rua já foi bom; já curti, foi massa. Foi tipo brincadeira de criança... como brincar de bola... hoje não dá mais”. Voltar para casa é coisa que não lhe passa pela cabeça. Admite morrer na rua de fome, mas em hipótese nenhuma voltar para o convívio familiar. Quer viver a própria vida. Sua aversão à família é profunda; menciona o castigo corporal (“ficar de joelhos em tampinhas”), umas “facadas” que deu no irmão e a sua ojeriza ao pai. Faz uma espécie de declaração de misantropia quando diz não gostar de ninguém, só de si mesmo “e olhe lá!”. Por isso, embora considere bom ficar na instituição, preferia ter um lugar próprio, “para os outros não ficarem enchendo o saco”. Para a família, ele tem um trauma relacionado com a perda da mãe quando tinha um ano de idade. Coerente com essa aversão, “JC” ignora os membros da família quando os encontra por acaso nas ruas da cidade. No futuro, entretanto, pretende ter uma casa, mulher, filhos e cuidar deles, mas se não der conta... mata todo mundo.

\*

Israel, “Esqueleto”, teve o pai assassinado em Rondônia “numa briga de boate”. A mãe veio para Goiânia onde se casou outra vez. O padrasto tratava-os mal. Só fazia bater. A mãe teve um derrame cerebral, levou os filhos para o CRT e foi para Araguaína. Desde então não se sabe do seu paradeiro. A irmã se prostituiu e desapareceu. Com isso, a família do “Esqueleto” se resume ao seu irmão

mais velho, que é professor de artes marciais numa academia e tem se esforçado no sentido de recuperar o menino. Chegou a interná-lo numa instituição onde fazia caixões, mas Israel fugiu e voltou para o CRT. Faz um curso profissionalizante, afirma “não mexer mais com drogas”, quer ter família, servir na Marinha e seguir carreira.

\*

Pedro “Pança” e Éverton “Rucinho” são da mesma idade e têm várias semelhanças entre si. Ambos não têm pai e suas mães trabalham fora o dia todo. A mãe de “Pança” atribui a esse fato a saída do filho para a rua. Diz que o abandonou e que, por isso, depois de ir para o centro da cidade, foi ficando por lá, pois conheceu um grupo de “cheiradores de cola”. Pedro relaciona a sua saída à separação dos pais. Começou a ir com os colegas para o Parque Mutirama e passou a gostar de ficar na rua. Tinha, então, 8 anos. Passados cinco anos voltou para casa e declara não querer mais ser menino de rua. A mãe, no entanto, acha que “ele continua custoso”, que “pega o alheio” e não lhe obedece (“tem dia que fico sem esperança”). A razão do seu desânimo está no ambiente do lugar onde moram, onde há, segundo ela, muitos meninos cheirando cola e roubando. Costumam levar o seu filho e obrigá-lo a comprar cola de sapateiro; ameaçam bater nele se não fizer o que mandam. O “Pança” acha que está melhor em casa do que na rua. Gostava da rua, no entanto. Sentia-se livre! Podia andar de um lado para outro. A instituição não lhe agradou. Queixou-se da pouca disciplina e de ser roubado pelos colegas. Quer estudar, trabalhar e ser policial.

Éverton também saiu porque a mãe trabalhava fora e ele não gostava de ficar em casa sozinho. “Foi ficando no centro; não voltava da escola para casa por causa dos atrativos da rua — as companhias, as amizades na rua, a cola, o esmalte, o vaivém das pessoas”, explica a mãe. Depois de quase dois anos na rua, “Rucinho” vai e volta. Agora já está há algum tempo em casa. “Tenho vontade de ficar em casa, mas gosto de ficar na rua” — eis o dilema de um menino, do qual se constata que “é meigo e educado”, mas que os outros meninos de rua manobram com facilidade.

\*

Silvio é o segundo de seis irmãos do quais apenas um é mulher. Tem pai e mãe. A família mora numa casa de dois quartos, com todos os equipamentos básicos. Está com 15 anos de idade e durante mais ou menos seis meses esteve na rua, onde dormia em casas abandonadas e no portal da Igreja de São Judas Tadeu. Cata material para o ferro-velho, nos fins de semana. Esteve no CFM. Atualmente, faz um curso profissionalizante numa OEC (Oficina de Educação Comunitária). Considera boa a perspectiva de tornar-se serralheiro. Quanto aos motivos que o levaram para a rua, a família invoca as “más companhias e influências”, enquanto ele mesmo diz, apenas, que “deu vontade”: que “conheceu uma turma e ficou com eles na rua”.

*Afirma, no entanto, que durante esse tempo ficava mais sozinho (“não andava muito com a turma”) e que nunca usou qualquer tipo de droga. Acha que a sua situação mudou — a mãe o trata melhor, agora. Não se tornou agressivo, mas manifesta desejos contraditórios: ora tem vontade de ficar com os meninos de rua, ora quer trabalhar e ter uma profissão. Mais que tudo, no entanto, o que surpreende no caso de Sílvio (que, significativamente, não tem apelido) é o fato de estar ausente qualquer menção à carência e/ou violência como justificativas do que aconteceu a ele.*

### 3.3 Cada caso é um caso

A fórmula “cada caso é um caso” não deve ser objeto nem de uma adesão, nem de uma rejeição ingênuas. A primeira equivaleria a abandonar qualquer tentativa de explicação do fenômeno em favor da atualização interminável de casos, numa seqüência para todo sempre aberta. A segunda nos levaria a subestimar o discurso do senso comum, desqualificando-o como modo de conhecimento, pelo simples fato de resistir à aplicação dos critérios pelos quais costuma pautar-se o modo de argumentação que prevalece nos meios acadêmicos.

Se levarmos em conta que essa fórmula foi empregada sempre por técnicos do sistema de atendimento do menor, tal como existe em Goiânia, isto é, por pessoas contínua e profundamente mergulhadas em contextos de ação, e admitindo a pertinência do senso comum como sistema cultural (Geertz, 1983), consideramos fundamental descobrir a função que lhe cabe no campo discursivo articulado em torno da “questão do menor”.

Ao afirmar que “cada caso é um caso”, o que se faz é, antes de tudo, ressaltar a “intratável diversidade da experiência” e, com ela, a sua contraditória riqueza. Em segundo lugar, vemos que ela contém um alerta contra a reivindicação, por parte da *expertise*, de qualquer mandato especial para tratar do assunto. Contra a arrogância reducionista do intelectualismo, insiste no fato tão notório quanto esquecido de que o mapa não é o mundo. Ademais, quem lida com programas de ação tem, na verdade, de resolver *casos*, tomando decisões que decorrem sempre da interpretação de conjuntos de variáveis muito mais complexamente articuladas do que seria possível prever na mais sofisticada simulação teórica. Finalmente, este lugar-comum traduz a percepção da singularidade dos *casos*, tal como estes são vivenciados na vida ativa.

Nada disso, entretanto, impede o recurso à teorização por parte daqueles que, num primeiro instante, são levados a postular a irredutibilidade dos casos a esquemas explicativos. O olhar orientado pela prática, cujo alvo é a eficácia da ação, não prescinde da crítica e das considerações especulativas, apenas relativiza as suas pretensões para evitar surpresas desagradáveis.

Por isso, a mesma pessoa segundo a qual “cada caso é um caso”, não hesita, no momento seguinte, em alinhar as razões pelas quais certas crianças vão parar

na rua. No elenco assim constituído aparecem determinadas variáveis. Menciona-se, por exemplo, a predominância das famílias de proveniência rural migradas para a cidade grande, onde se encontram, em geral, pouco adaptadas. Em seguida, constata-se a elevada taxa de pais ou padrastos, quer dizer, de provedores desempregados nas famílias dos meninos de rua. Daí se poderia derivar a necessidade da saída do menor para ganhar algum dinheiro, contribuindo para o sustento do grupo familiar. Esta saída não deve, entretanto, ser posta à conta das condições de pobreza tão somente. É necessário acrescentar-lhes, ainda, o fator recorrente de certas formas de desagregação na família. Em muitos casos isso não é o bastante, pois verifica-se a presença de outra variável motivacional, a curiosidade, que vê na saída para a rua uma aventura. Nessa aventura, finalmente, se une o útil ao agradável, porque, na maioria das vezes, o mundo da rua oferece mais conforto do que o grupo doméstico, permitindo escapar não só à vida parca, mas ainda da “cobrança” e da “alugação” a que se submete, irremediavelmente, quem vive no seio da família.

“Cada caso é um caso”, mas nem tanto assim, pois embora cada uma das histórias narradas se diferencie uma da outra, não se deixa de perceber nesse conjunto um perfil dramático comum. Algo como um repertório definido de cenários, personagens, enredos e desempenhos, em virtude de cuja recorrência variada se revelasse, aos poucos, uma espécie de padrão.

A sua apreensão é caleidoscópica e compreende um conjunto de variações em torno de alguns temas básicos. Todos esses temas giram em torno do mesmo núcleo dramático: uma criança sai de casa para viver na rua. Depois de conhecer uma dezena de dramas desse tipo, poder-se-iam inventar outros tantos sem muito esforço. Bastaria combinar alguns dos temas e cada nova trama evocaria as antecedentes e ecoaria nas subseqüentes. Por isso, convém considerar esses temas, mostrando como se integram na retórica dos motivos aplicada aos meninos de rua.

Há um conjunto de temas que se refere à casa e, por intermédio dela, à família. O primeiro é o tema da violência da qual é vítima a criança. Esta pode assumir diferentes formas. Em alguns casos, talvez na maioria, consiste numa variedade de constrangimentos físicos, que vão desde o confinamento até o espancamento, os abusos sexuais e, no extremo, a ameaça de morte, como ilustra o caso do menino que esqueceu de cuidar das codornas do pai, o qual, por isso, passou pelo pescoço do filho um alfinete. Os protagonistas dessas cenas são pais e mães; em alguns casos padrastos e madrastas, o que constitui uma agravante na percepção das crianças. Não raro essa violência endêmica é levada ao limite, quando relacionada com o alcoolismo, o desequilíbrio emocional e a “doença dos nervos”.

O constrangimento se exerce também pelo modo verbal, incluindo desde a descompostura e o xingamento, até a reiteração infundável de discursos admonitórios, acusatórios e reprobatórios, aos quais as crianças aludem quando empregam o termo “alugação”.

O constrangimento pode configurar-se, ainda, a partir de um processo de rejeição, quando padrastos ou madrastas se recusam a aceitar os seus enteados; ou quando as crianças descobrem que não são filhos de seus supostos pais, que os abandonaram.

Tão problemática quanto a casa violenta parece ser a casa vazia — outro tema recorrente da retórica dos motivos. A ausência continuada dos pais, ou de pessoas da geração ascendente que lhes façam as vezes, empobrece o grupo doméstico como instância de vida social. Em consequência, deixam de funcionar os dispositivos de controle. Junto com eles, desaparecem as atenções e cuidados, bem como os momentos de ritualização da unidade corporada do grupo.

Violenta ou vazia, em muitos dos casos, a casa representa para as crianças uma perspectiva de servidão. Isto é particularmente notável no caso das meninas que, com frequência, afirmam não terem tido infância por causa do fardo dos afazeres domésticos aos quais tinham de dedicar-se, lavando, limpando, cozinhando e cuidando dos irmãos:

Esse quadro mostra bem a transformação da casa, que deixa de ser um espaço onde a criança encontra abrigo, cuidado, orientação, ocasiões de sociabilidade e tempo livre para si mesma, para tornar-se num espaço de conflito, risco, solidão e servidão; onde, ao invés de lhe ser dada, a infância lhe é tolhida.

Diante do fato incontornável de que algum dos filhos (por vezes mais de um) trocou a casa pela rua, entretanto, a família tenta em geral eximir-se da responsabilidade, alegando seja a carência de recursos materiais, seja a influência das “más companhias” sobre os filhos. Como, no entanto, surge a oportunidade para que essas influências nefastas venham a se exercer? Há duas respostas para essa questão. A primeira invoca o trabalho, vendo nele a ocasião que propiciou ao menino (ou à menina) o encontro com a turma. A segunda resposta vê essa ocasião como fruto do estar à toa.

Não existe, até o momento, uma etnografia sistemática desse encontro. Tudo que se sabe é que, em virtude dele, a criança que se encontrava na rua, a trabalhar ou à toa, veio a ficar “de cabeça virada” e “enturmar-se”. O tema da “cabeça virada” volta constantemente no discurso dos pais quando procuram explicar os motivos que levaram os filhos a preferir a rua. Diante dele, é difícil não pensar num processo de *conversão* ou incorporação iniciática, como sugerem as palavras de uma mãe afirmando que a filha “já estava de cabeça feita na rua”.

Dois subtemas surgem ligados a essa conversão. O primeiro é o da “caixa roubada”. É, com pequenas variações, a história que se repete com tantos meninos que foram para a rua engraxar e não voltaram mais para casa. Todos eles mencionam um episódio crítico: os meninos de rua lhe roubaram a caixa. O segundo gira em torno da “cola” e do “esmalte”, que são as “drogas” de mais ampla circulação no mundo da rua. Não é infundado supor que o ato de “cheirar cola” seja emblemático da condição de menino de rua, constituindo-se, talvez, em um dos mais importantes princípios de afiliação a esse tipo de grupo. No caso da “caixa roubada”, entretanto, a violência precede a sedução, como se servisse para abrir-lhe o caminho. Ou melhor, como se “o roubo da caixa” representasse o corte de uma amarra, o desgarramento do caminho para a casa. Ou ainda, como se este ato oferecesse ao menino o motivo de que necessitava para tomar a decisão de não voltar. Talvez fosse oportuno acrescentar que o que acontece com a caixa do engraxate pode acontecer

também com o cesto de cocadas ou a caixa de bombons do ambulante. Em todos esses episódios, o que parece estar em jogo é a contestação de um valor por uma ação. Ao privar o menino da possibilidade de executar a sua tarefa, questiona-se, de modo radical, o trabalho como valor associado com a reprodução do grupo doméstico, ou seja, a família.

De um modo ou de outro, o que transparece na temática do “enturmar-se” é a acusação, dirigida pela família à criança, de ter preferido à sua casa uma sociabilidade espúria no mundo da rua — de ter trocado a família pela “turma”. Se, no entanto, existir um grão de verdade nessa alegação, cabe perguntar: o que a turma proporciona a esse trãnsfuga e que a família não pode proporcionar-lhe?

Para responder a essa pergunta será necessário apresentar, em síntese, uma etnografia do cotidiano dos meninos de rua. Nos seus pontos essenciais, este se confunde com a etnografia da turma, pois ela é o plano de organização social que mais contribui para tomar a vida na rua viável. Além disso, é através dela que essa vida alcança a sua configuração peculiar, isto é, aquilo que permite distingui-la como forma de vida *sui generis*.

A vida na rua se distingue, em primeiro lugar, por formas diferenciais de apropriação do espaço e alocação do tempo. O espaço onde costuma desenrolar-se é o centro da cidade. Este, porém, encontra-se dividido em territórios, cada qual estruturado a partir do epicentro de algum logradouro público, em geral uma praça. Um território compreende toda uma rede de pontos da qual fazem parte os lugares preferenciais de atuação das turmas, além de toda uma série de trajetos, circuitos, rotas e atalhos, mediante os quais essa rede se integra. Aos mapas cognitivos da cidade, em particular de cada um de seus recortes territoriais, cabe articular lugares de reunião, como a “Viela da Rua 7”, no caso das meninas de rua (cf. Felon, Martins *et alii*, 1986), lugares de dormir (“mocós”), áreas de “caça” e pontos de apoio. Entre os últimos, inclui-se, neste caso, o aparato institucional de atendimento, tal como existe em Goiânia.

A presença dos meninos e meninas de rua nesse sistema de lugares, ocorre, na maioria das vezes, sob a espécie do bando. Ninguém sai de casa para ficar na rua sozinho. E posto que o quisesse, o que não é provável, dados os inconvenientes práticos de uma tal decisão, não o poderia. Também sob esse ponto de vista o “roubo da caixa” é significativo, pois equivale à afirmação/constatação de que não se está diante de um vazio de poder. A existência da turma torna impossível qualquer veleidade de apropriação da rua de modo puramente individual.

Assim, a realização de qualquer uma das atividades inerentes ao cotidiano da rua pressupõe a turma. Com efeito, esta não é apenas o quadro que torna possível a maior parte das atividades, mas, também, a instância capaz de admiti-las e legitimá-las na sua esfera de influência.

Quais são, no entanto, essas práticas e de que modo se articulam para dar à vida na rua sua configuração própria e irreduzível, ou seja, a sua identidade? Como se combinam, nessas atividades, o aspecto instrumental e o aspecto expressivo? Que propósitos perseguem e segundo que tipo de temporalidade se dedicam à sua realização? O que, finalmente, resulta da

atualização dessa forma de vida que possa justificar a sua preferência na escolha dos meninos?

Em primeiro lugar, o cotidiano na rua impõe o "pedir". Esse recurso está inscrito, seja na piedade cristã, seja, mais recentemente, no desconforto gerado por um fenômeno convencionalmente incluído na noção de "dívida social". Apelar com êxito para esse tipo de sentimento é, talvez, a primeira lição da arte de sobrevivência diária nas ruas. "Pedir" constitui, além do mais, uma forma sobremaneira econômica de obtenção de recursos. Pode ser exercida a qualquer momento; não se prende nem a tempos nem a lugares demasiado específicos; e, bem sucedida, pode resultar num ganho que, de outro modo, demandaria um empenho muito mais demorado. Na rua podem obter-se melhores refeições, roupas, calçados, cobertores e mais dinheiro do que em casa ou através do trabalho. Por isso vale a pena pedir, aprendendo a mobilizar e aperfeiçoar os recursos histriônicos capazes de proporcionar o êxito da abordagem.

Depois de aprender a "pedir", aprende-se a furtar e a roubar. Esse tipo de ação, entretanto, já demanda a colaboração de outros. Para conseguir "bater uma carteira", arrebatar uma bolsa ou subtrair produtos de uma loja, é preciso agir em parceria com um ou mais colegas, que ajudam a distrair a atenção da vítima ("fazer pano"), a obstruir seus movimentos e a confundir os eventuais perseguidores na hora de se dispersar e garantir o produto do furto. No caso do roubo com arrombamento, o concurso dos colegas é igualmente imprescindível, seja na concepção do empreendimento, seja na sua execução. Furtar e roubar pressupõe a turma ainda por outro motivo. Ambas são atividades que envolvem técnica e saber. São habilidades que precisam ser aprendidas e treinadas. É na turma que se aprende desde o andar na rua, até o quê, de quem, como e quando furtar ou roubar.

O furto e o roubo definem um critério de classificação no universo dos meninos e meninas de rua. "Chorro" é quem "bate carteira", toma bolsas na corrida, surrupia a roupa dos varais e furta em lojas. Quem arromba butiques, farmácias, padarias, lojas de ferragens, sapatarias, residências, lanchonetes e *trailers* é "caxangueiro"; os da "caxanga" tendem a menosprezar os do "chorro". Criticam-nos porque suas vítimas são mulheres, velhos, aposentados ou pequenos funcionários que, não só constituem oponentes fracos, como são, em geral, pessoas que pouco ou nada possuem. Roubar deles é fácil, incerto e, sob determinado ângulo, iníquo. Em contrapartida, os "caxangueiros" orgulham-se dos seus empreendimentos porque implicam planejamento e risco, e, quando bem sucedidos, um farto botim. Essa diferenciação, entretanto, não exclui o fato de existirem, em cada um dos campos, mestres e artistas do ofício, disputados com frequência pelos "maiores", que exercem nas ruas suas práticas ilícitas.

A vida ativa das turmas contém, ainda, atividades que gratificam em uma outra dimensão, nem por isso menos valorizada. Todos os meninos e meninas de rua gostam de mencioná-las entre os seus passatempos favoritos: "andar para cima e para baixo", em duplas ou bandos, "pegar rabeira" nos ônibus, "fazer banguça", passear, namorar, freqüentar festas ou até promovê-las. Ou seja, "poder ir e vir, fazer o que se quer, a possibilidade inesgotável de construir cada dia

de um jeito diferente, a partir das condições que a rua oferece" (Fenelon, Martins *et alii*, 1986:68).

Tudo isso traz consigo um modo particular de apropriar-se do tempo e do espaço sem as restrições que pesam sobre o cotidiano dos meninos submetidos ao grupo doméstico, e, através dele, à escola e ao trabalho. Na rua não se tem hora certa para fazer o que se quer, nem se é obrigado a fazer ou deixar de fazer seja lá o que for. Viver na rua significa, pois, não ter pai, nem patrão. Por isso, além de se poder tomar, com o tempo e o espaço, uma liberdade inconcebível para o menino de casa, consegue-se alcançar uma antecipação considerável da capacidade de dispor do próprio corpo, no que se refere às relações sexuais e ao consumo de drogas. Tudo que se permite ao Evandro é um copo de vinho no Natal, talvez um namoro inocente. Com a mesma idade, "Caboclinha" já tinha cheirado cola e esmalte à vontade e tido inúmeras experiências sexuais. Tinha se acostumado, como diz, a um outro "ritmo de vida" — o mesmo que Robson estava começando a levar e ao qual Jr. estava em vias de adaptar-se também.

Da casa para a rua não muda, apenas, o ritmo da vida, isto é, a forma de apreensão do tempo e do espaço por intermédio das atividades — mudam também os valores. Liberdade no espaço, liberdade com o tempo, liberdade para o corpo — todas estas formas significam, em última análise, algo bem mais problemático para o sistema social: a liberdade de quem não adere à convenção do mercado. "Na rua, para se ter o que se quer, basta tomar" (op.cit.:70); por isso é possível conseguir as coisas que a família não pode oferecer e que estão fora do alcance de quem "trampa legal" (isto é, quem trabalha regularmente). O projeto de consumo do grupo doméstico, nas camadas de baixa renda, se vê constantemente obrigado a diferir a fruição do que a sociedade urbana tem a capacidade de proporcionar. Na rua, pode-se "ter a cidade à sua disposição" (op.cit.:69), desde que se esteja disposto a conquistá-la.

Conquistar a cidade, porém, implica em repudiar a ética do trabalho para assumir a da aventura. Consiste, pois, em subverter a ordem que dá suporte ao estatuto do cidadão, com o fito de alcançar as metas de consumo que caracterizam uma existência cidadina. Para os meninos e meninas de rua, no entanto, esse projeto não está mediatizado pelo enquadramento familiar, escolar, laboral e legal. Resulta, antes, de uma negação desses meios. Em seu lugar, propõe o recurso sistemático aos empreendimentos da mendicância e da predação. O bando de meninos ou meninas de rua é, nos termos de Elias Canetti, uma malta predatória, ou uma malta de caçadores. Esta não se distingue, apenas, pelo fato de "pedir", furtar ou roubar, distingue-se, sobretudo, pela natureza dos objetos de consumo a cuja obtenção se dedica. Ao negar a produção em favor da pirataria, não se contenta com qualquer botim. Não se interessa, apenas, pelo que é útil. Ambiciona, ao contrário, as coisas não "falsificadas": os tênis, bermudas, relógios, blusas, vestidos, calças, camisas e cosméticos legítimos. Não basta ser útil, tem de ser "da marca". Com isso se estabelece, com nitidez, uma pauta de consumo onde o valor simbólico ultrapassa qualquer consideração de ordem funcional. Além disso, a lógica que preside a esse tipo de economia surpreen-

de pela sua adequação à própria ideologia da sociedade de consumo. As coisas não existem para ser acumuladas ou dispendidas de forma regular, constante e parcimoniosa. Servem, ao contrário, para ser obtidas e gastas de golpe e, quase sempre, sem resíduo. Neste sentido, como em outros, vive-se na rua uma vida vertiginosa, marcada por violentas sístoles e diástoles; pela alternância muito rápida entre o ter e o não-ter, pela oscilação entre a falta e o excesso.

Para exemplificar, bastam umas poucas referências. Assim, o grupo de meninos que após dois dias passados em cheirar cola (e sem comer), resolveram, durante a noite, arrombar uma lanchonete. No interior desta entregaram-se a uma verdadeira orgia gastronômica. Fizeram crepes; fritaram ovos com bacon; prepararam sanduíches com todo o tipo de molhos; beberam e, por fim, entraram num frenesi tal que acabaram provocando um princípio de incêndio. Depois de terem comido e bebido como se o fizessem pela última vez, foram todos acometidos de uma violenta indisposição, com vômitos e diarreia. Outro caso é o das meninas que, sujas e maltrapilhas, se reencontram, após um roubo de loja, na Viela da Rua 7. “As meninas se reúnem em um canto. São agora seis. Todas usando diademas, colares, brincos, várias pulseiras e anéis em todos os dedos... Nas caixas há, ainda, perfumes, sabonetes, creme dental, creme de barbear. Na mochila, calcinhas, camisetas, carrinhos, algum dinheiro e sapatilhas. Estas não servem para nenhuma delas. É preciso dar para alguém ou vender... Na amizade do encontro, conversa-se muito e alto, os gestos são amplos, a movimentação é geral. Alguns empurrões e tapas sem muita força também fazem parte das brincadeiras... Tão rapidamente como se formou, o grupo se dispersa. É hora de ir para outro lugar” (op.cit.68).

Em ambos os casos — de resto, prosaicos, na crônica das crianças de rua de Goiânia — podemos reconhecer a dinâmica da malta como a descreve Canetti (Canetti, 1980:101ss.): subitamente reunida em função da presa comum, ela comete o saque, distribui o produto em meio a um clima eufórico, para, em seguida, fragmentar-se e desaparecer, materializando-se pouco depois, em outro lugar, com outro objetivo.

O dado que melhor ilustra essa filosofia de consumo, no entanto, aproximando-a do ideal da sociedade de abundância, é a sua disposição de usar os bens obtidos sem dedicar tempo e esforço à conservação dos mesmos. Tudo o que se consegue, por melhor que seja, é tratado como se fosse descartável: usa-se até não poder mais e joga-se fora. Não se lava, não se conserva, não se conserta, não se recicla nada. Tudo é submetido, impiedosamente, à usura dessa vida vertiginosa, porque, como explicam os meninos valendo-se de adágios do senso comum, “o que vem fácil, vai fácil”, ou “o que entra rápido, sai rápido”.

Viver dessa maneira exige, além da referida liberdade de espaço, tempo e ação, determinadas virtudes que estão capituladas no código de ética da turma. Entre elas, há três que se destacam. Quem faz parte de uma turma não deve “cagüetar”, não deve depender do outro e nunca deve dizer que algo é difícil. Isto significa que cada membro de grupo está obrigado, em primeiro lugar, ao silêncio que protege os companheiros. Em segundo lugar, assume o compromisso de não constituir um peso para os demais. Esta regra, na sua vertente positiva, impõe, no entanto, a distribuição do

produto da pilhagem de acordo com uma certa hierarquia de lealdades. Em terceiro lugar, o integrante da turma subscreve um tabu verbal: não usar a expressão “é difícil”, como se, desse modo, se buscasse conjurar a dificuldade não falando dela. Com isso, se pretende manter, no ânimo de cada um e de todos, a coragem e a ousadia, sem as quais essa nova forma de viver não seria viável. Daquele que reúne todas essas qualidades pode-se dizer que é “tora”. Ser “tora” é o grande ideal da moralidade vigente nas turmas de meninos e meninas de rua. É uma qualidade que não pode ser alegada, pois é uma afirmação de excelência que só a turma tem o privilégio de atribuir.

A busca desse ideal, no entanto, imprime à vida da turma um caráter agônico, que decorre tanto das suas estratégias peculiares de inserção no consumo urbano, como do exercício da liberdade que se lhe encontra, estreitamente, associado. Sobrevive na rua quem for capaz de “se virar”. A capacidade de “se virar” distingue os membros da turma uns dos outros, pondo-os, dessa forma, em competição. A competição, por sua vez, envolve determinados princípios, que passam a reger o intercuro social no âmbito da turma. O primeiro deles é o da soberania da vontade no agir. Sob esse aspecto, o desempenho dos meninos e meninas na rua não reconhece outro limite que não o estabelecido pelo próprio agente. O corolário desse princípio pode ser sintetizado no binômio *não-interferência/não-“alugação”*, pois a nenhum colega é dado impedir a realização da vontade do outro por atos, nem tampouco tentar dissuadi-lo por palavras (“cobrança”, “alugação”). Regras válidas em quaisquer circunstâncias, mesmo quando a ação individual prenuncia ou configura riscos graves para a pessoa do agente. Não se deve, entretanto, concluir apressadamente que, por esta razão, prevaleça na rua a solidão moral do individualismo moderno. Para afastar essa suspeita basta consultar o excelente estudo de Fenelon, Martins e outros (1986) sobre as meninas de rua de Goiânia. Nele vamos encontrar um relato elucidativo quanto ao funcionamento dos princípios enunciados. Trata-se do caso de uma menina que, já muito drogada, deseja ingerir outra dose de um xarope chamado *Eritós*. Nenhum de seus companheiros tentou movê-la, embora seu estado já fosse crítico. Quando começou a agonizar, socorrida por outras pessoas (policiais e adultos), os companheiros quiseram permanecer ao seu lado, manifestando revolta diante da tentativa de impedi-los de assistir à colega nos seus instantes finais. Essa mesma solidariedade se manifesta quando algum dos meninos ou meninas de rua é preso e encarcerado, ou desaparece. Nesses casos, a turma, em alvoroço, procura determinar o paradeiro do(a) colega, para, em seguida, mobilizar as instâncias de apoio e proteção, não sossegando enquanto perdurar o problema.

Esse tipo de comunidade de aflição alcança o paroxismo quando o personagem em questão é o chefe da turma. No *Manuel d'ethnographie*, Marcel Mauss (1947:110) afirma que “o que define um grupo de homens não é nem a sua religião, nem as suas técnicas, nem outra coisa que não o seu direito”. O código da rua, entretanto, se encarna e especifica, sobretudo, no chefe da turma, pois é ele, em última análise, quem determina a exclusão ou inclusão nos seus quadros, e,

através deles, no mundo da rua. Cada turma é conhecida como a turma do seu chefe.

A realização do ideal de ser "tora", tem como horizonte a chefia. O chefe não é o mais velho, o mais forte, o mais antigo na rua ou o mais amigo, e sim o mais "tora" de todos. Os meninos novatos na vida de rua querem ser chefes, pois concebem o ideal sem conhecer os seus custos. Os veteranos, porém, não se equivocam a respeito, como deixa transparecer Carmelo quando afirma: "O menino quer ser chefe porque ele não sabe nada do que é a turma. Se eu for chefe não posso sair da rua. O chefe orienta e dá força para a turma, então fica difícil ele sair".

Ao chefe cabe, pois, englobar o grupo de pares que reconhece a sua liderança, seja na ação, seja na implementação dos valores. Com relação a estes, preenche o papel de instância de recurso, constituindo-se num autêntico *foyer d'appel* do bando. Por isso, este o protege como se protegesse a si mesmo, valendo-se em grau superlativo da mentira, da dissimulação e dos demais recursos capazes de preservá-lo, inclusive a autoacusação. Em alguns casos, suspende toda a sua atividade, como fez a turma do "Lica" quando este ficou preso na DVPM.

Estruturas como esta que procuramos esboçar a propósito da turma são bastante conhecidas; e o pensamento sociológico dedicou-se repetidamente à sua tematização, como podemos recordar, invocando os trabalhos de Simmel, da Escola de Chicago; do Grupo de Manchester, de Canetti, e, mais recentemente, de Maffesoli, na França. Um dos mais destacados pensadores da antropologia contemporânea desenvolveu, a respeito do fenômeno, toda uma teoria, que gira em torno das idéias de *liminaridade* e *communitas*.

Victor Turner (1974:169) distingue três formas de *communitas*: 1) a *communitas* existencial ou espontânea que resulta do confronto integral de identidades humanas em situações liminares; 2) a *communitas* normativa, em que o grupo, "sob a influência do tempo, a necessidade de mobilizar e organizar recursos para manter os membros do grupo vivos e prósperos e a necessidade de controle social entre esses membros (...), organiza-se como um sistema social que perdura"; e 3) a *communitas* ideológica dos modelos utópicos.

A turma constitui, desse ponto de vista, um caso de *communitas* normativa. O grupo assim organizado, entretanto, conserva, para além de sua funcionalidade e valor utilitário, o ideal da experiência de fraternidade e camaradagem que reuniu os seus membros nos perigos e peripécias comuns da saída para o mundo da rua. Por isso, além de reconhecer e guardar um determinado código de valores, a turma é, ela mesma, o maior valor, pois "a proximidade de seus membros cria laços profundos, o que provoca uma verdadeira sinergia das convicções de cada um", para usar as palavras de E. Renan (*apud* Maffesoli, 1987:177).

Reconhecemos nisso a forma atribuída por E. Troeltsch aos grupos do tipo-seita, nos quais prevalece o aspecto instituinte caracterizado, seja pela "força sempre renovada do estar juntos", seja pela "relativização do futuro" (cf. Maffesoli, op.cit: 118). Não é, pois, absurdo enxergar na turma uma espécie de *thiaso*, formado por meninos e meninas que percorrem a cidade

na embriaguez da perambulação, das brincadeiras e da "cola". Esse cortejo é dionisíaco, também, na medida em que subverte todos os parâmetros da cidadania, provocando sobressalto, estranheza, escândalo e repugnância.

Não é, pois, meramente ao constrangimento pelo terror, como parece implicar o depoimento de Virgulino Jr., que se deve a lealdade à turma na pessoa do chefe. Esta lealdade dirige-se, também, à experiência fundadora que ela proporcionou e continua a proporcionar, nos momentos rituais, aos seus membros. E é daí que ela deriva, quanto ao essencial, o seu poder de sedução, o seu feitiço, ou seja, a sua capacidade de "virar a cabeça" de quem chega, para se lhe incorporar.

Assim se explica, igualmente, a frequência dos casos em que um irmão (ou uma irmã), que foi para a rua, atrai os outros para a mesma vida. A turma precisa crescer e nada mais lógico que o faça explorando as linhas de menor resistência indicadas pelos seus próprios membros. Em certos casos, essa forma de recrutamento pode chegar ao extremo, abrangendo a totalidade do grupo de *siblings*. Em Goiânia existe o exemplo de uma mulher cujos seis filhos foram para a rua e que procura atraí-los de volta, acalentando o ideal de construir uma casa, onde possa reuni-los, sob seus cuidados, outra vez.

A volta ao lar, meta ideal de todo o esforço de recuperação dos meninos e meninas de rua, entretanto, envolve, nos seus dilemas, esse poder de sedução e essa lealdade dos quais a turma é o foco. Na composição entre a turma e a família, as situações resultam diferenciadas. Há meninos (ou meninas) que saem de casa para a rua e voltam. Há os que ficam indo e voltando. Há os que saem e pensam em voltar. E, por fim, há os que saem e nem pensam em voltar. Até mesmo os que retornam ao lar, entretanto, embora afirmando que a situação melhorou, não deixam de manifestar saudades. Talvez por isso, suas famílias não consigam disfarçar a apreensão, expressando o desejo de vê-los "firmar a cabeça" e deixar os amigos da rua, pois só assim crêem a volta assegurada.

## 4. O estranhamento na família

“**N**a rua eu já perdi um monte de amigos. Assim, de repente, eu lembro deles: o falecido Tamirinho, que morreu com uma injeção de *Algafan* na veia, mal aplicada por um 'chorro'; o falecido Adauto, que morreu de tiro; o falecido Alessandro e o falecido Carequinha, do Aprendizado de Anápolis, atropelados na estrada; o falecido Carequinha da Cidade Livre, morto a tiro pelo China; só aí são cinco que eu me lembro”.

Além de vertiginosa, a vida na rua é breve. Assim constata as palavras de Carmelo, um veterano dessa vida. Alguém, portanto, que conhece de sobra quanto

custa ser menino de rua. Há ameaças por toda parte. Elas vêm por parte da polícia, pois não há turma sem delito e a menoridade protege da pena, mas não da violência. Elas vêm dos maiores, sejam eles as vítimas ou os agenciadores da transgressão. Elas vêm, ainda, dos próprios meninos de rua, em particular, os da “outra turma”. Mais que tudo, no entanto, elas vêm do próprio ritmo que tem a vida na rua.

De resto, com exceção da violência física e do abuso sexual, os meninos de rua admitem a “reciprocidade das ações” (Fenelon, Martins *et alii*, 1986:70). Sabem que na rua “tudo tem volta” e contam com isso como se conta com a fatalidade. Não alimentam ilusões a respeito, como tampouco se iludem quanto à reciprocidade de perspectivas, como revela o diálogo entre uma entrevistadora e uma menina: — “O que você acha que as pessoas pensam de meninas como você?”. Resposta: — “Vagabundas, maloqueiras”. Nova pergunta: — “E você, o que acha de vocês mesmas?”. Resposta: — “Vagabundas, maloqueiras...” (op. cit.:75)

Essa capacidade de relativizar a turma e a sua vida na rua vem acompanhada de uma grande consciência dos riscos envolvidos na opção de sair de casa. Por isso, não deve surpreender que, em alguns casos, os menores de rua, ao invés de aliciarem os irmãos, queiram preservá-los na sua identidade de “meninos de casa”. Em Goiânia, foi possível registrar mais de um caso desses. A caçula de uma família que tem três filhos na rua é obstinadamente impedida de conviver com suas irmãs e irmão, por eles mesmos, que dividem o tempo entre a rua e a instituição (CFM). Não se admite que vá para o meio dos meninos de rua e são eles que cuidam de evitar tê-la entre si. Dizem sempre: “Ela não! Ela é menina de casa, não vai vir para a rua”.

Assim, surpreendentemente, vemos que a adoção da turma como valor, embora possa levar ao desconhecimento (perda total de contato) da própria família, parece não invalidar a família enquanto valor social. A grande maioria dos meninos de rua entrevistados, quando fala do futuro, imagina conseguir trabalho, ter casa e constituir família. Ao mesmo tempo, pressionados para atestar a autenticidade do projeto, são capazes de negar a crença manifestada anteriormente.

Diante disso, retornamos à questão inicial. O que provoca numa criança um estranhamento tal no seio da família, a ponto de fazê-la optar pela vida na rua? Que tipo de trajetórias levam meninos e meninas a se afastar da família para integrar-se à turma e à sua forma de vida, nas ruas e praças da cidade?

A respeito disso, as crianças e os adolescentes que vivem na rua gostam de contar as suas *sad stories*. Nelas torna-se por vezes difícil separar os fatos da fantasia. Isto se deve, talvez, à sua função no intercuro social com os diversos tipos de agentes da ordem estabelecida. As histórias tristes são concebidas com a finalidade de mobilizar a compaixão desses agentes, para os manobrar convenientemente. Servem também, no entanto, como uma espécie de mito etiológico através do qual se trata de tornar plausível a própria escolha de viver na rua. A nenhuma delas, entretanto, se pode negar o caráter da ficção verossímil, e, como tais, não há porque excluí-las do *corpus* etnográfico, quando nele admitimos até as projeções do futuro.

Estas últimas — e aqui não encontramos discrepâncias significativas nos dados sobre os meninos-trabalhadores — revelam, nos menores de rua, uma adesão generalizada ao parâmetro da família nuclear, nas suas linhas gerais. Imaginam uma casa, onde vive um casal com os seus filhos. Fabulam um quotidiano sem notáveis conflitos, no campo das relações afetivas, seja entre os pais, seja entre estes e os filhos, ou dos irmãos entre si. Pensam numa casa onde não faltam as coisas, onde há um certo conforto, graças à atividade de um pai provedor e de uma mãe econômica. Imaginam que o bem-estar dos filhos deva passar adiante de qualquer outra preocupação, nos esforços do casal. Esperam, da parte deste, investimento e presença na vida do grupo, julgando-se credoras de proteção e segurança, orientação e participação em experiências compartilhadas de sociabilidade, no seio da família.

A trajetória para a rua começa na casa pobre, violenta ou vazia. Parte de uma situação de carência. Carência de conforto, em que as privações impõem, ora a ausência dos pais, e com ela a sensação de abandono, ora uma tensão insuportável nas relações de marido e mulher, ou de pais e filhos, que submete a uma dura prova todo o arcabouço de papéis, contaminados por desempenhos irregulares. Maridos que maltratam suas mulheres; pais e mães (ou madrastas e padrastos) que punem os seus filhos (ou enteados) de modo excessivo e errático, ou que simplesmente se omitem. Chefes de família incapazes de prover o grupo doméstico do necessário e mães de família que têm de assumir esse papel em detrimento do seu; além de tudo, muitas vezes alcoólatras, “nervosos”, ou francamente doentes mentais. Crianças que levam vida de adulto, obrigadas a alienarem o seu tempo livre em prol da reprodução de um teatro familiar, frequentemente à beira da tragédia.

Embora se possam constatar conexões significativas entre esses elementos, não é prudente estabelecer um encadeamento causal entre eles, que, partindo da miséria, passasse pela desagregação, para terminar na violência e, com ela, na expulsão da criança. Devemos, antes, compreender que tais elementos podem agrupar-se, segundo distintas constelações, sem que se possa detectar um traço comum a todas elas, ao qual fosse possível imputar, em última instância, a responsabilidade pelo mal.

Tudo que se pode razoavelmente afirmar é que, em virtude da co-ocorrência variada dos elementos mencionados, o que se configura é, de algum modo, o rompimento do pacto fundador da aliança familiar. As famílias são estruturas processuais, cuja reprodução imprime movimento ao ciclo do grupo doméstico. Para que este se realize de modo regulado, torna-se necessário aderir ao projeto da família nuclear, agindo de acordo com as expectativas que cada um dos atores, em particular as crianças em vias de socialização, deve poder acalantar diante dos outros, sobretudo dos pais.

Famílias são dispositivos institucionais que têm a função de reduzir a complexidade do mundo. Para cumprir esse requisito, têm de implementar um conjunto de regras nítidas, internalizadas como valores e exteriorizadas como desempenhos paradigmáticos. O princípio sociológico que garante o funcionamento de qualquer dispositivo de redução da complexidade do mundo, no entanto, é a confiança (Luhman, 1989).

A negação do pacto familiar, sob qualquer uma das suas formas, está sempre relacionada ao desempenho deficitário dos papéis, seja por excesso, seja por falta, seja ainda pela imprecisão que provocam os recobrimentos. Confiança sempre implica risco. Não além de certo limite, entretanto, pois para poder confiar é preciso crer que se está confiando com bons motivos e, portanto, dentro de uma certa margem de segurança. Confiar significa estender informações provenientes do passado, arriscando uma determinação do futuro: "no ato de confiar, a complexidade do mundo futuro é reduzida" (Luhman, op.cit.:20).

Não poder confiar significa, pois, um acréscimo insuportável de imprevisibilidade. A queda do potencial de confiança faz cair também a capacidade de ação. E, no limite, reduz os atores à impotência. Isto é, segundo nos parece, o que sucede com a família, no caso dos meninos de rua, como podem indicar os baixos índices de confiabilidade manifestados com relação às figuras paterna e materna. Não somente as crianças confiam pouco nos pais, senão que também estes revelam manifesta insegurança quanto ao mandato da família, e deles mesmos, no seio dela.

Ao desalento dos pais, corresponde, no entanto, a revolta dos filhos. O interessante é que todos concordam num ponto: foram traídos... pelo outro. Independente das razões invocadas de lado a lado, o que se reconhece de modo implícito, em cada caso, é a existência de uma família que se reproduz biologicamente, mas não é capaz de reproduzir-se socialmente. Com isso, a sua valência, como campo de forças, alcança o pólo negativo. Os laços se afrouxam na razão direta do enfraquecimento da densidade moral. É nesse momento que surgem as condições da busca, que leva os seus membros menores para a rua. Com frequência, através do trabalho, especialmente daquele que se desenvolve nos espaços menos controláveis da esfera pública, propiciando a exposição do menino, ou da menina, a esse outro campo de forças que é a turma.

Esta se apresenta, por sua vez, como mecanismo alternativo de redução da complexidade real do mundo. Assombra as famílias, disputando com elas a lealdade dos filhos, na medida em que contrapõe à impotência delas a sua própria onipotência. Ou, ao menos, o sentimento, a confiança nela, reciclando, positivamente, o ressentimento e a revolta, originados pelo colapso do ninho. Assim, talvez, se compreenda melhor o mandamento que proíbe usar a expressão "é difícil", alcançando, ao mesmo tempo, o significado mais profundo dessa droga da rua que é a "cola". O que todos os meninos e meninas dizem, quando lhes perguntamos como vivenciam o "cheirar cola", é que se sentem poderosos, fortes e destemidos, como Rambo e Hulk.



# Referências Bibliográficas

- BATESON, G. (1986). *Mente e natureza: A unidade necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BERGER P. & LUCKMANN, T. (1967). *The social construction of reality*. New York: Anchor.
- BURKE, K. (1969). *A grammar of motives*. Berkeley: University of California Press.
- CANETTI, E. (1987). *Masse und macht*. Frankfurt a. Main: Fischer Taschenbuch Verlag.
- FENELON, G. & MARTINS, L. C. et alii (1986). *Meninas de rua: um estudo de identidade social*. Doc. (mimeo.).
- GEERTZ, C. (1983). *Local knowledge — further essays in interpretative anthropology*. New York: Basic Books.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- LUHMANN, N. (1989). *Vertrauen — ein mechanismus der reduktion sozialer komplexität*. Stuttgart: Enke.
- MAFFESOLI, M. (1987). *O tempo das tribos — o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MAUSS, M. (1947). *Manuel d'ethnographie*. Paris: Payot.
- SHORTER, E. (1975). *Making of the modern family*. New York: Basic Books.
- TURNER, V. W. (1974). *Dramas, fields and metaphors — symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press.

# A FAMÍLIA CONTRA A RUA

Uma análise  
psicossociológica da  
dinâmica familiar em  
condições de pobreza

Wilson Moura\*

*\* Professor do Instituto de Psicologia da UFRJ, e coordenador de pesquisas da FLACSO — Sede Acadêmica Brasil*



# Capítulo

# 7

## Índice

Apresentação

Introdução

- 1.** A visão psicossociológica da família: um modelo teórico
- 2.** A análise da dinâmica familiar
- 3.** Alguns aspectos da convivência familiar: entre a interdependência e a desintegração grupal
- 4.** Em busca da solidariedade desaparecida

Anexo 1

Anexo 2

# Apresentação

Este trabalho tem a sua origem na pesquisa realizada em Goiânia, no período de maio a outubro de 1990, sob os auspícios do Convênio FLACSO/UNICEF e a colaboração da Fundação de Promoção Social de Goiás, sendo voltada, prioritariamente, para o estudo das famílias de crianças e adolescentes na rua.

O interesse desta parte, em que pese o compromisso interdisciplinar que orientou a investigação, concentra-se na análise dos problemas das famílias em condições de pobreza, dentro de uma perspectiva da Psicologia Social.

## Introdução

**A**s indagações que deram origem a esta pesquisa situam-se, primordialmente, no plano da investigação sobre a dinâmica familiar das crianças e adolescentes que vivem ou trabalham na rua. Por isto mesmo, o desafio da pesquisa, inicialmente estabelecido, visou relacionar aspectos da interação familiar às seguintes situações, envolvendo seus respectivos membros, crianças ou adolescentes:

- o abandono definitivo de casa para viver na rua;
- o exercício de atividades de subemprego;
- a existência de uma possível trajetória de vida — a começar pelo subemprego e terminando pela vida inteiramente na rua.

Pontos também considerados relevantes, tendo em vista a natureza contraditória das informações levantadas, foram os vinculados aos efeitos perversos do grau de pobreza familiar. Não obstante as inúmeras pesquisas realizadas apontarem para o fator econômico como o grande responsável pelo problema, como atestam Pires (1988) e Silveira (1989) em seus respectivos levantamentos bibliográficos, uma questão se impôs, formulada a partir de constatações empíricas, como a merecer um esclarecimento imediato: por que existem famílias, em condições de idêntica miséria, que conseguem se manter razoavelmente estruturadas, sem que nenhum de seus membros, crianças ou adolescentes, troquem em definitivo o convívio familiar pela rua, mesmo sendo obrigados por contingências de sobrevivência a buscarem nas calçadas o complemento da renda familiar?

O que se pretendeu, portanto (é necessário que se enfatize), não foi desconhecer o econômico, uma vez que isto seria impossível, dado inclusive as informações coletadas sobre a renda familiar (média *per capita* de 1/2 salário-mínimo) contidas na análise quantitativa desta pesquisa (ver Alves, Capítulo 5 desta publicação). O propósito foi o de se evitar a

cristalização de crenças em torno de um determinado problema social, o que, por vezes, impede uma percepção mais rica das múltiplas articulações presentes. Uma visão microscópica sobre o interior do objeto “família em condições de pobreza” talvez propicie uma compreensão mais nítida da interação exibida por seus integrantes diante de condições tão difíceis de sobrevivência.

Evidentemente que as respostas a problemas desta natureza dificilmente admitem uma vinculação linear do tipo “fatores determinantes/resultados correspondentes”; todavia, as mencionadas indagações funcionaram, ora como uma espécie de eixo orientador, impedindo desvios excessivos de rota, ora como um catalizador estimulando inferências e desdobramentos fecundos.

Na medida do possível, buscou-se orientar esta análise para as questões inicialmente formuladas, atentando-se, não obstante, para dois aspectos normalmente estranhos aos não familiarizados com a Psicologia Social: o lógico e o epistemológico.

A crise de credibilidade que às vezes se instala quando alguém se depara com análises baseadas em histórias de vida merece algum esclarecimento. Realmente, para aqueles muito afeitos a levantamentos quantitativos, a questão da frequência constitutiva da amostra passa a ser um ponto dos mais importantes, daí decorrendo, para muitos, a confiabilidade no estudo realizado. Entretanto, quando se utiliza a estratégia qualitativa, o que se almeja é dotar os interessados na pesquisa de um material que represente construções razoáveis sobre as possíveis articulações das diferentes variáveis do problema. Trata-se, como afirmam Lincoln e Guba (1985) de se trabalhar com um “paradigma naturalístico”, pois o valor e a confiança no relato repousam na possibilidade deste vir a se constituir num paradigma, capaz de aumentar a compreensão do objeto de estudo para os que dele fizerem uso. Inexiste, portanto, a pretensão de generalização, aliás tema dos mais controvertidos na ciência, pois o que se intenciona é contribuir para o melhor entendimento do fenômeno investigado, através de explicações que tornem mais nítidos os aspectos subjacentes.

Outro esclarecimento diz respeito à produção de conhecimentos no campo da Psicologia Social que, como sustenta Moscovici (1990 a), deve se incumbir de “analisar e explicar os fenômenos que são, simultaneamente, psicológicos e sociais”. Deste modo, o que vem à tona é a necessidade de se resgatar o “psíquico”, normalmente deslocado para um plano secundário devido à idéia, por muitos compartilhada, de que tudo que é psicológico tem a sua origem no social. Esta é a razão pela qual ainda se esbarra na crença fortemente difundida no âmbito das ciências sociais de que “uma boa explicação sociológica” deve, em princípio, evitar o lado subjetivo do indivíduo (emoção e demais processos psíquicos), além de ter que encontrar uma boa base econômica de sustentação (Moscovici, 1990 b). Entretanto, na condição de um campo de conhecimentos que se situa na interseção, reconhece a Psicologia Social que a sua sobrevivência decorre de uma atuação interdisciplinar. Daí a necessidade de se enfatizar ambas as vertentes (psíquica e social) que caracterizam a visão da realidade. A sua utilidade, em suma, decorre da capacidade de produzir interpretações em

diferentes instâncias, sem apelar para reducionismos. Entender, por exemplo, que simultaneamente à condição de miséria econômica subjaz um estado de miséria psicológica, que se manifesta por um sentimento de abandono e de impotência, é um bom exemplo de visão psicológica do problema. Resta trabalhar em ambas esferas sem que, contudo, se estabeleça a subordinação entre elas; pois, embora se influenciando mutuamente, será através da autonomia dos diferentes níveis que se construirá um conhecimento interdisciplinar mais eficaz do que aqueles até então produzidos, isoladamente, por cada disciplina.

Finalizando esta Introdução, torna-se oportuno lembrar que a partir das entrevistas realizadas com a criança e respectivos pais, estruturou-se um relato, em forma de caso, com o intuito de se propiciar uma visão mais rica dos diferentes aspectos que possam ser considerados relevantes na apreciação de cada dinâmica familiar.

Os depoimentos foram divididos em quatro etapas<sup>1</sup>:

1. a trajetória de vida dos genitores até a constituição da família de referência da criança;

2. a trajetória da família desde sua constituição até a saída da criança para a rua ou o subemprego;

3. a trajetória de vida da criança a partir de sua saída para a rua ou o subemprego até o momento atual e, finalmente,

4. as perspectivas futuras.

# 1. A visão psicossociológica da família: um modelo teórico

**U**m olhar para a família, enquanto fenômeno psicossocial, implica primordialmente enfocá-la na sua dimensão grupal. É dar relevo a essa entidade “psicoe-sociológica”, estruturada através de vínculos — emocionais/rationais, subjetivos / objetivos — que emergem da interação desenvolvida por seus integrantes.

No dizer de Lewin (1947), um grupo é um campo<sup>2</sup> onde se manifestam não só as ligações de ordem racional, por exemplo, aquelas que constituem as expectativas sobre os comportamentos que devem ser

exibidos no desempenho dos respectivos papéis (o sócio-grupo), como também aquelas que, sendo de ordem afetiva, respondem por uma espécie-de “costura emocional” que une as pessoas entre si (o psicogrupo). Esta convivência de “distintos” e, ao mesmo tempo, “complementares” planos de análise resulta ser uma das características mais relevantes de qualquer estrutura grupal. Daí, os aspectos ambíguos de sua dinâmica: uma estrutura que aparenta a fragilidade, por seu desequilíbrio constante e, simultaneamente, uma certa solidez, devido à persistência de seus vínculos. O primeiro é uma decorência dos insumos que o alimentam, pois flutua ao sabor da inconstância dos investimentos de energia de seus membros. O outro corresponde aos vínculos interpessoais que se constroem a nível cognitivo gradativamente porém com firmeza, como resultado da convivência. Logo, a preocupação em se trabalhar as duas esferas de energia visa evitar maiores equívocos. Um grupo pode aparentar equilíbrio no desempenho de papéis, sem que, no entanto, os vínculos permaneçam consolidados. Do mesmo modo, um outro grupo pode estar vivenciando uma grave crise, apresentando-se, pois, bastante desequilibrado, embora os vínculos que unem seus membros se mantenham extremamente firmes e duradouros.

O desenvolvimento da estrutura grupal decorre, portanto, da interação (troca de energia) entre seus membros. Quanto mais intensa ela for, maior será o efeito integrador. Por outro lado, a falta de engajamento, que corresponde à falta de irrigação de energia, favorece o aparecimento do efeito centrífugo, quando então se criam condições, conforme sugere Tajfel (1980) para o abandono do campo e a conseqüente filiação a novos grupos.

Finalmente, é importante destacar que a idéia de grupo (integrado/desintegrado) não deve ser entendida como uma simples manifestação objetiva de relações, pois que se requer a simultaneidade de correspondência a nível subjetivo. Uma maior freqüência de interação entre as pessoas na casa, no trabalho, na escola, em decorência, às vezes, dos papéis desempenhados, ou mesmo o sentimento e a manifestação de afetividade para com os participantes (colegas, amigos, familiares), não necessariamente significam que estas pessoas se sintam atraídas, ou mesmo parte integrante de um grupo. A condição de membro de um grupo implica, a nível perceptivo, sentir-se ou não, simultaneamente, sujeito e objeto de uma ação coletiva, cúmplice de um projeto existencial comum.

## O modelo teórico

A farta literatura sobre o tema registra, ao lado dos aspectos econômicos ligados à sobrevivência, a importância dos instintos ligados a reprodução (os impulsos sexuais) na origem da instituição família.

Por isso, se torna fácil identificar o embrião do grupo aí inserido tendo em vista a presença das duas esferas responsáveis pela estrutura grupal — o psicológico e o sociológico.

Ao longo do processo de desenvolvimento da família observa-se que os investimentos de energia dos parcei-

1. Ver Anexos.

2. O modelo Lewiniano sofre forte influência da Física. O conceito de campo sugere a idéia de um espaço energizado, onde atuam forças antagônicas (atração/repulsão) em constante movimento.

ros (os responsáveis pela gênese da família) devem assegurar não só a vinculação afetiva decorrentes das expectativas do prazer sexual (a dimensão psíquica), como também uma quantidade de energia a ser canalizada para o desempenho de papéis que garantam as expectativas de sobrevivência material de cada integrante em particular e, por conseguinte, do coletivo compactado.

Portanto, o crescimento e a manutenção da família, enquanto grupo, requer a satisfação simultânea das diversas expectativas geradas, quer sejam no plano da afetividade, quer no da sobrevivência econômica. Este último implica ainda um desdobramento — o interior e o exterior. O nível interno se consagra pelos papéis desempenhados visando a manutenção das condições físicas necessárias à convivência familiar (as atividades domésticas). Já o nível externo diz respeito ao desempenho de papéis, usualmente fora do campo de convivência familiar, com o intuito de assegurar os recursos necessários às funções básicas de sobrevivência (alimentação, abrigo, educação etc.).

Deste modo, estas duas dimensões (a psíquica e a sociológica) formam um campo de tensão a se influenciarem mutuamente. Assim é que a satisfação afetiva reforça os investimentos de energia na produção da sobrevivência e vice-versa. Da mesma forma, as carências vivenciadas funcionam como um elemento de dispersão das energias presentes no campo, enfraquecendo os elos que os interligam.

## A articulação dos elementos constitutivos do grupo familiar

Viver o grupo é sentir a reciprocidade do outro. É ter presente a interdependência das ações. É ter consciência da vinculação ao outro. Por isto mesmo, Sartre (1960) fala da distinção entre aglomerado e grupo. O primeiro é a experiência do anonimato na situação coletiva, quando, mesmo em presença do outro, sente-se o isolamento e o abandono — é a solidão. Já o grupo representa a experiência da solidariedade, a vivência da experiência comum.

Uma explicação bastante criativa para a articulação dos conteúdos psíquicos na solidificação dos vínculos grupais encontra-se em Käs (1977) e Anzieu (1981), para quem nos membros de um grupo se observa a presença de elementos inconscientes a responderem pela maior ou menor estruturação das relações. A tese central que defendem é a de que os grupos só conseguem se erigir como uma realidade social na medida em que determinadas formações psíquicas assumem o papel articulador entre o desejo e a demanda material, objeto da associatividade. Os organizadores psíquicos grupais são, pois, configurações inconscientes compartilhadas e capazes de sintetizar, a nível da percepção, a “grupalidade interna” e a “grupalidade social”. A “grupalidade interna” deve ser entendida como a manifestação de um sentimento de interdependência emocional, fruto das fantasias buscadas e alimentadas na relação com o outro. Já a “grupalidade social” reflete a internalização do sentimento de reciprocidade de comportamentos, fruto de uma racionalidade que se

consagra e se mantém na medida em que é capaz de assegurar a concretização de objetivos comuns.

Ao se ocupar um lugar num grupo, este pode já pre-existir com sua estrutura de papéis devidamente normatizados; entretanto, caso não se vivencie internamente “o sentimento de interdependência”, a internalização do grupo (a grupalidade interna), de nada adiantarão as pressões, oriundas da lógica e coerência da racionalidade imposta ao indivíduo (a grupalidade social), dado que as desarticulações fatalmente ocorrerão por conta do estado de alheamento e indiferença reinantes.

Por isto mesmo, os organizadores exercem uma espécie de função aglutinadora ou desagregadora do grupo. Como um espelho, eles facilitam o reconhecimento de imagens análogas, proporcionando assim o *insight* da apreensão isomórfica entre os processos psíquicos e os processos sociais.

Faz-se necessário, contudo, entender-se que um organizador não passa de um constructo teórico a indicar uma predisposição inconsciente, presente no psiquismo e capaz de influenciar intensivamente as percepções mútuas exibidas pelos membros de um grupo. Seguindo esta orientação, Eiguer (1985) desenvolveu uma teoria grupalista dos vínculos familiares na dinâmica de interação familiar.

Ao longo da história de interação da família, cada incorporação de um novo membro, a começar pela gênese — a escolha dos parceiros —, passando por nascimento de filhos, novos companheiros, enteados, parentes, amigos, representa momentos significativos para a dinâmica. As expectativas desencadeadas, recíprocas ou não, de satisfação de conteúdos fantasiosos em cada membro, estimulam reações de afastamento ou de aproximação. Neste particular, é importante ressaltar o princípio de identificação freudiana: “imita-se a quem se ama”, a responder pelas ligações familiares. A este respeito, Eiguer (idem) observa que, com o correr do tempo, ocorre a estabilização, aparecendo os seguintes laços, que passam então a regular a relação entre os membros: os vínculos de aliança (companheiro/companheira), os vínculos de filiação (pais/filhos) e os vínculos de consangüinidade (entre irmãos). Estes vínculos não só respondem pelos investimentos no outro (o grau de atração/repulsão), como também orientam a interação entre os papéis (as diferentes atitudes exibidas).

Deste modo, pode-se inferir que os organizadores (enquanto manifestação de conteúdos fantasiosos) pre-dispõem aos investimentos de energia (libido) no outro, favorecendo assim a emergência e a manutenção das ligações interpessoais (os vínculos), tanto no nível inconsciente (da afetividade), quanto no nível consciente (a racionalidade) dos papéis. Dependendo da intensidade do intercâmbio de energia, cria-se um campo favorável à comunicação e, conseqüentemente, à estruturação do espaço grupal diferenciado de relações.

O estabelecimento de fronteiras num sistema aberto, segundo Bertalanffy (1973), é condição indispensável à sua sobrevivência. Logo, a percepção de limites no espaço familiar torna-se crucial, dado que possibilita a cada membro diferenciar as relações que se inscrevem dentro e fora desse limite; quem e o quê se insere nesse interior; quais atitudes são as mais indicadas e — o que é mais significativo — o sentimento de pertencimento, ou seja, a autopercepção que permite a um membro qualquer sentir-se parte integrante ou não desse grupo familiar.

Aliás, como afirma Laing (1972), a família não é um simples objeto social decorrente do desempenho de papéis, uma vez que o que importa é a sua internalização. O indivíduo só se assume como membro de um grupo familiar quando se sente aceito, trocando energia, enfim, compartilhando desse projeto comum.

Um outro aspecto, ainda, dos mais relevantes na interação grupal, são as relações de poder desenvolvidas no interior da dinâmica familiar, pois se constitui fator de equilíbrio. É evidente que as articulações racionais dos papéis contidas na produção grupal destacam o conteúdo explícito, mas não necessariamente internalizado do poder. Este somente se efetiva na medida em que os respectivos integrantes o interiorizam, não como uma ameaça, mas como um objeto de identificação.

A propósito desta temática Sennet (1981) propõe-se a refletir sobre o significado dos vínculos grupais. Para ele, a ambigüidade é esclarecedora, porquanto um vínculo sugere, simultaneamente, não só a idéia de união, como também a de pressão. Em se tratando dos vínculos familiares, principalmente os vínculos filiais, estes dependem do reforço obtido — o sentimento de segurança e proteção — inferido da relação. Isto requer investimentos, de forma a assegurar a proteção que a criança idealiza. Daí, o que Sennet chamou de “força de autoridade dos pais”, pois se baseia neste processo de identificação dos filhos, decorrente do empenho da doação de energia afetiva dispendida pelos pais, no sentido de garantir o clima necessário ao desenvolvimento do filho. Esta força é agregadora, pois se sustenta numa forte vinculação. Em contrapartida, no outro extremo, encontra-se a autoridade que se sustenta na força, na violência dos pais. Esta é frágil e desagregadora, pois, sendo pura descarga de energia, não consegue alimentar os vínculos familiares; tendo sua força oriunda do medo, é dispersiva e, portanto, estimula o abandono do campo, já que tanto mais afastados os membros estiverem das figuras detentoras do poder, menos se sentirão submetidos a essa situação desfavorável.

À guisa de conclusão talvez fosse importante, neste ponto, fazer um resumo das articulações ligando os diferentes elementos teóricos levantados para explicar a dinâmica de interação familiar. Com o intuito de facilitar a apreensão dos diversos aspectos apontados, buscou-se a ajuda de uma representação esquemática (ver Figura 1).

O esquema esboçado sugere a representação mental dos diferentes aspectos da dimensão grupal. No primeiro plano, denominado psicogrupo, estão simbolizados os conteúdos mentais que pertencem ao domínio da afetividade. Oriunda da libido, a energia sexual responsável pela reprodução da espécie atua a nível inconsciente, alimentando as fantasias de cada membro. Estas fantasias funcionam como verdadeiro organizador da vida grupal, na medida em que devem ser satisfeitas na relação com o outro. Esse campo de interação vai se estruturando com o tempo e tende a ser percebido dentro de um contorno nítido — os limites da entidade grupal — permitindo assim a cada membro sentir-se ou não parte integrante da mesma (o sentimento de pertencimento).

No outro plano, o sócio-grupo, estão representados os conteúdos pertencentes à esfera da racionalidade humana. Buscando garantir o compromisso da sobrevivência de cada membro e do grupo enquanto totalidade, reflete as influências culturais sobre a definição dos papéis atribuídos a cada membro, necessários à

manutenção do grupo — quer sejam as atividades domésticas (a produção interna), quer, ainda, o denominado trabalho remunerado (a produção externa).

Na medida em que se constata uma gratificação simultânea em ambas as esferas, a qual se dá no nível da afetividade, através da identificação com o outro, e no nível da produção, assegurando-se as condições mínimas de sobrevivência, ocorre um reforçamento dos diferentes vínculos estabelecidos nos grupos familiares. Por sua vez, a intensidade da vinculação, fruto da gratificação obtida, atualiza o compromisso de cada membro para com a entidade grupal, garantindo a sua sobrevivência autônoma e singular no tempo.

Interessante ainda é registrar algumas peculiaridades encontradas no plano afetivo. A gratificação nessa esfera, além de contribuir para o fortalecimento dos vínculos grupais, permite também uma transferência de energia psíquica, que atua então sob a forma de motivação sendo colocada à disposição da esfera da produção. Isto representa dizer que a gratificação afetiva propicia uma concentração de energia na esfera da produção, o que favorece ao grupo enfrentar o desafio da sobrevivência. Evidentemente que a não concretização, no tempo, dos objetivos de sobrevivência, provocará um refluxo, uma dispersão das energias (a desmotivação), o que resultará no enfraquecimento dos vínculos, com o conseqüente abandono do campo de tensão.

O que se pretende, pois, assinalar, é o caráter altamente dinâmico das forças presentes nesse campo. Essa intercomunicação constante dos diferentes conteúdos mentais — o afetivo (a instância de prazer) e o racional (o da produção da sobrevivência) — decorre e, ao mesmo tempo, se alimenta das atitudes manifestadas em relação a cada integrante do grupo. A circulação intensa de energia entre os membros é o verdadeiro adubo, o elemento de sustentação do grupo familiar.

Este esquema deve ser entendido como uma configuração dos elementos contidos no campo da consciência de cada participante do grupo. A realidade concreta da família é caracterizada pelo desempenho dos papéis; todavia, os investimentos de energia derivam da manifestação dos conteúdos simbólicos decorrentes das gratificações obtidas na relação.

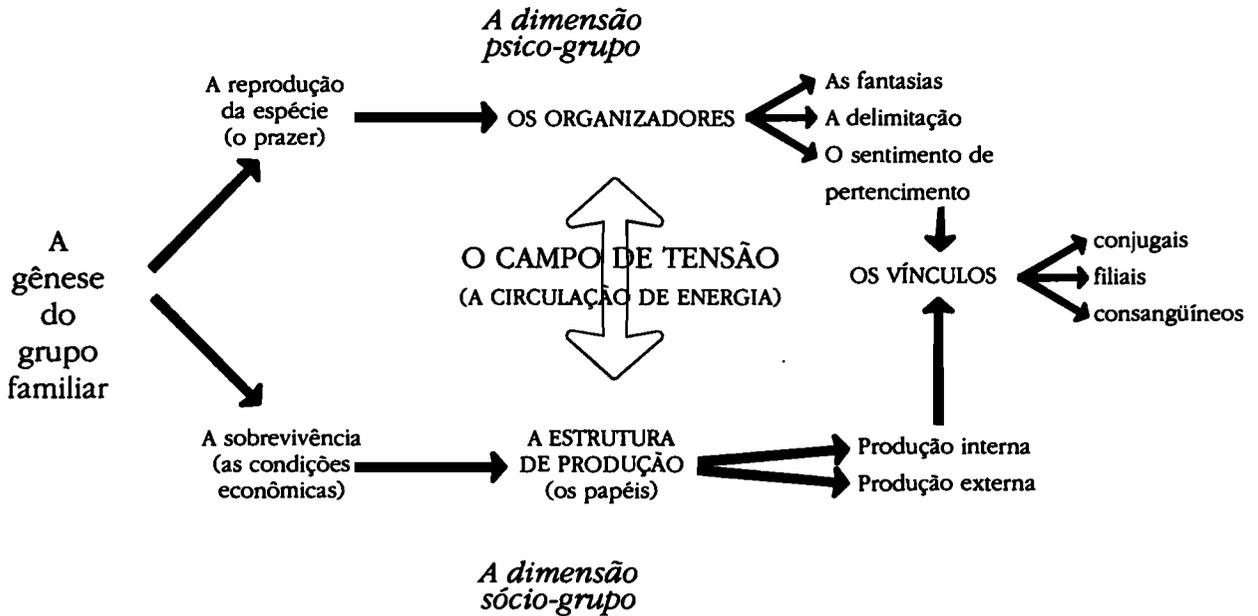
Os “organizadores”, enquanto constructo teórico, respondem pela subjetividade presente na relação grupal. O sentimento de aproximação ou afastamento “no interior da entidade grupal família” decorrerá, pois, do nível de satisfação das fantasias alimentadas por cada membro e do êxito obtido na garantia de sobrevivência de cada membro, em particular, e da estrutura como um todo.

## Os indicadores grupais

A visão de família, enquanto grupo, sugerida no referencial teórico adotado, pressupõe o empenho de cada membro no sentido de assegurar a sua sobrevivência. Da circulação de toda a energia investida no interior do grupo para cada integrante a fim de satisfazer, simultaneamente, as duas instâncias — a do prazer e a da sobrevivência —

Fig. 1

Articulação esquemática de uma concepção psicossociológica da família



depende a sua estruturação. Daí, o fluxo interativo resultar sempre de investimentos e retornos (a reciprocidade intermembros), os quais se consagram na relação.

Portanto, se toda a dinâmica grupal reflete o grau de envolvimento de seus membros, a avaliação desta só será possível por intermédio de "indícios" que retratem o nível de gratificação exibido por cada participante. Destas considerações decorre, então, a escolha de indicadores capazes de orientar o levantamento e análise da dinâmica familiar dos casos pesquisados. Diante da imposição do intercâmbio de energia proposta pelo modelo, os indicadores deverão registrar a reciprocidade de interação manifestada — os investimentos e os retornos.

## 1. Os investimentos no grupo

1.1. *Os vínculos conjugais* — dizem respeito aos investimentos que cada parceiro faz no sentido de vitalizar a relação para com o outro e que espelha em que grau cada um vê ao outro como objeto de prazer.

1.2. *A presença física* — responde pela frequência e intensidade das relações mantidas entre os membros do grupo familiar, com especial destaque à presença compartilhada, na qual o elemento visado seja efetivamente o grupo familiar.

1.3. *A sobrevivência do grupo familiar* — 1. atividades domésticas — indica o esforço de contribuição dos integrantes na realização das atividades domésticas, fator de primordial relevância na sustentação da convivência familiar, ainda mais que estas atividades constituem um encargo muito pe-

sado para serem atribuídas a um único membro. 2. Renda familiar — traduz o grau de empenho demonstrado por cada membro: suas respectivas iniciativas registradas, as ações por cada um realizadas com o intuito de assegurar as condições mínimas de sobrevivência para todos os integrantes do grupo familiar.

1.4. *As experiências compartilhadas* — correspondem à frequência e intensidade com que as tarefas, presentes na dinâmica familiar, se revestem de características próprias de "atividades em comum", pois sugerem um grau de cooperação, reciprocidade e interdependência entre os seus membros.

## 2. Os retornos grupais

2.1. *Os vínculos filiais* — correspondem aos investimentos recíprocos capazes de fortalecerem as ligações dos filhos para com agentes que simbolizam o pai e a mãe e que refletem o grau de interdependência existente na relação

2.2. *O sentimento de proteção* — trata-se da avaliação daquilo que a família representa para cada membro em termos de acolhimento e de segurança; enfim, o quanto os membros se sentem protegidos ou menos ameaçados pelo fato de se perceberem pertencendo à respectiva família.

2.3. *O sentimento de apoio* — retrata a percepção do grau de reforçamento obtido do grupo familiar, por parte de cada membro, quer seja em forma de ajuda à resolução de problemas e conflitos, quer na afetividade recebida em situações difíceis, quer, ainda, no estímulo constante às iniciativas visando enfrentar os desafios que o meio impõe.

## 2. A análise da dinâmica familiar

O propósito desta análise é resgatar a dimensão grupal, enquanto entidade determinada e determinante da interação sugerida pelos diferentes atores, em suas respectivas histórias singulares.

Penetrar no interior da dinâmica familiar subjacente aos depoimentos, por vezes isolados, de seus participantes, todavia, requer uma certa intencionalidade no ver, uma certa prontidão no olhar, que impeça passar despercebido aquilo que se torna indispensável à compreensão do fenômeno.

Daí a necessidade de critério, a importância de indicadores, como os descritos anteriormente, que sejam capazes de funcionar como uma lente na tarefa de melhor compreender o fenômeno.

Finalmente sugere-se, a seguir, uma leitura prévia do respectivo relato de cada caso, constante nos Anexos.

### Caso 1

## 1. Os investimentos no grupo

### 1.1. Os vínculos conjugais

Em que pese os quinze anos de convivência e o grande número de filhos gerados, o sentimento de rejeição da mãe pelo companheiro é explicitado verbalmente. Ao fazer questão de frisar: “não vivemos como marido e mulher”, ela deixa bem patente que não se trata de uma “relação de prazer”, mas, como ficou evidenciado, de uma relação voltada exclusivamente para a sobrevivência. Embora não se tenha obtido a percepção do companheiro, sua postura é pelo menos indicadora do afastamento que deseja manter em relação à companheira. Verifica-se, portanto, uma tendência desagregadora, e a aliança estabelecida reside no interesse que a companheira tem na casa e numa herança para os filhos e, no caso do companheiro, na comida e roupa lavada. Aliás, ao falar de sua família, a entrevistada assim se expressou: “a família dos meus filhos é constituída dele e os meus filhos... Mas eu, eu só considero os meus filhos, pois dele eu não gosto não...”

### 1.2. A presença física

O pai, ainda que fisicamente presente pelo menos durante o dia, já que trabalha de vigia à noite, devido aos seus problemas de saúde, troca muito poucas palavras, principalmente depois que se operou, há uns sete anos atrás. A sua presença, segundo a mãe, é solitária e isolada do restante da família. Já a mãe, ainda que mais participante, se encontra ausente das 05:30 às 21:00 horas.

### 1.3. A sobrevivência do grupo familiar

A mãe, devido a sua longa jornada de trabalho fora de casa, dispõe de muito pouco tempo para dedicar às atividades domésticas, a não ser os sábados e domingos e, assim mesmo, quando não está muito cansada. O grosso das atividades caseiras está confiado às filhas de 12, 10 e 7 anos, sendo que a mais velha ainda trabalha fora, de babá. Como parecem não gostar desse tipo de compromisso, segundo a mãe, muita coisa não fica a gosto, mas, como ela mesma menciona, “o que se pode fazer?, o melhor é não se preocupar com essas coisas...”

No tocante à obtenção dos recursos necessários à sobrevivência, parece que a família não encontra tantas dificuldades, pelo menos em comparação com o restante das famílias que foram entrevistadas.

Ambos os parceiros possuem dois empregos cada, sendo que o pai possui ainda recursos extras, oriundos de outros imóveis alugados. Deve-se, contudo, registrar a desarticulação desses recursos obtidos por cada parceiro, o que deve acarretar prejuízos para o grupo como um todo. Como diz a mãe, “cada um leva a vida em separado com os seus respectivos ganhos; para dizer a verdade, eu não vejo o dinheiro dele...”

### 1.4. As experiências compartilhadas

Nenhuma fala, nenhum indício foi extraído da entrevista que pudesse sugerir a existência de alguma atividade compartilhada para o grupo. As atividades domésticas são desenvolvidas pelas filhas, o que inclui basicamente alimentação, mesmo assim com muita resistência. Tudo leva a crer que cada um busca resolver o seu problema de uma forma muito individualizada, a não ser, é o que parece, a lavagem de roupa e a alimentação para o pai.

## 2. Os retornos grupais

### 2.1. Os vínculos filiais

Ao que tudo indica ambos, pai e mãe, parecem não ter conseguido estabelecer com os filhos nenhuma ligação mais consistente e, sequer, conseguem passar alguma afetividade. Segundo a análise que a própria mãe faz, “da mesma forma que eu não sou feliz, eu acredito que os meus filhos também não são felizes... Eles não tiveram carinho de ninguém — nem do pai, nem da mãe... Acho que não consegui dar muito carinho .. por falta de tempo...”

### 2.2. O sentimento de proteção

É difícil inferir quaisquer manifestações nessa dinâmica grupal capaz de insinuar acolhimento e segurança da parte dos seus integrantes. O espaço de interação é palco constante de diferentes manifestações de violência, especialmente na relação entre os companheiros, como relata a mãe: “Quando ele briga comigo, ele me manda embora, como já mandou as meninas várias vezes... Às vezes ele vem me bater e eu não aceito que ele me bate... então eu dou uns murros nele... aí as irmãs dele vêm em socorro dele... e a gente pega a brigar...” Nas relações com os filhos, principalmente o que se encontra na rua, as informações são muito expressivas: “o pai sempre foi nervoso, nunca deu atenção, nenhum carinho... se o menino teve atenção são os colegas de rua...” A própria mãe ao declarar que já amarrou o menino, de corrente, dá bem a idéia do tipo de interação que mantém com o filho.

### 2.3. O sentimento de apoio

Além do fato de o pai há muito tempo não mais se preocupar em ir buscar ou procurar o menor na rua, com o intuito de trazê-lo para casa, a mãe, não obstante as afirmações de interesse e preocupação com a vida de seu filho, somente no período de realização da entrevista efetivamente procurou entrar em contato com o Juizado de Menores, embora seu filho estivesse detido há mais de dois meses na Delegacia. Acrescente-se ainda o fato de que declarou não saber se o melhor para seu filho era ficar em casa ou na delegacia, uma vez que o que importa é que não fique na rua. Comentando o longo período em que o menor se encontrava na Delegacia, a mãe assim se expressou: “Eu já acho difícil ele estar lá, mas ao mesmo tempo, eu já acho bom... porque quando ele está na rua, eu nem durmo pensando...”

O desinteresse manifestado pelos pais com relação ao destino do filho que se encontra na rua é um forte indicio da falta de apoio do grupo familiar.

## Conclusão

A história da constituição dessa família demonstra uma ausência de gratificação mútua entre os parceiros. Tal frustração funciona como elemento centrifugador, fazendo com que seus membros, principalmente aqueles com mais independência, busquem fora dela alguma forma de recompensa. Daí, talvez, a ausência, como uma característica familiar importante e, ao mesmo tempo, profundamente desagregadora.

### Caso 2

## 1. Os investimentos no grupo

### 1.1. Os vínculos conjugais

A longa trajetória de vínculos da mãe com suas respectivas vivências traumáticas, conforme suas próprias declarações, sugere um acúmulo de frustrações intensas. No tocante à ligação com o parceiro, pai dos dois filhos que oficialmente estão na rua, deixou transparecer um forte sentimento de rejeição, revestido de um caráter humilhante.

Quanto ao seu parceiro atual, cuja convivência gira em torno de dois anos, não conseguiu transmitir nenhuma informação ou indicio de amizade, confiança ou consistência da relação.

O mesmo ocorreu com o parceiro, que, ao final da entrevista com a mãe, fez questão de dar declarações, tentando, tão-somente, expor o seu excelente nível cultural (pois tem 1º grau completo) e os problemas que possui com as ex-companheiras e respectivos filhos, os quais não moram com ele.

### 1.2. A presença física

Como se pode depreender do relato, a presença da figura do pai ou padrasto foram efêmeras e, no caso dos menores de rua, praticamente nenhuma. A mãe, tendo em vista a necessidade de sobreviver com um pouco mais de dignidade, desde 1984 se ausenta diariamente, inclusive aos sábados, das 05:00 às 21:00 horas. Sendo o único elo de ligação entre os irmãos, na medida em que são filhos de diferentes pais, pode-se facilmente concluir o que significa a ausência da mãe na dinâmica deste grupo familiar.

### *1.3. A sobrevivência do grupo familiar*

Tendo em vista a ausência dos responsáveis (mãe e padrasto), atualmente as atividades domésticas estão entregues aos filhos mais velhos: o de 16 anos, uma de 14 e outro de 13 anos. Ainda existem mais quatro crianças, menores de sete anos, que também devem ajudar. Acontece que o mais velho estuda e trabalha (parece ser o verdadeiro chefe da família) e os dois que a ele se seguem vivem na rua, o que provoca inúmeros problemas de desordem em casa, segundo a mãe. Como consequência, é necessário muitas vezes que a avó materna, que vive numa casa próxima, junto com a filha mais velha e o neto, venham socorrer, principalmente as crianças menores. Parece que o problema se agrava com a presença dos menores que vivem na rua, pois quando eles resolvem aparecer em casa normalmente trazem consigo vários "coleguinhos", como disse a mãe.

No que tange à obtenção de condições mínimas de sobrevivência, os investimentos para o grupo, principalmente por parte da mãe, são bastante significativos. A excessiva preocupação por ela demonstrada em não deixar faltar nada em casa é confirmada pela dedicação que parece ter ao trabalho, conforme suas palavras: "foi a melhor coisa que podia ter acontecido em minha vida..."

Disse várias vezes que não tem medo de trabalhar, que sempre fez serviço braçal na roça e que faz o que for preciso para aumentar os seus ganhos.

### *1.4. As experiências compartilhadas*

Nada transpareceu da entrevistada que pudesse sugerir atividades compartilhadas ou em interdependência neste grupo familiar. As atividades domésticas poderiam ser consideradas um espaço em comum; todavia, talvez por falta de algum elemento aglutinador, o desinteresse evidenciado nas dificuldades relatadas demonstram que em verdade cada membro tenta resolver o seu problema específico individualmente. Inclusive os filhos que se ausentam muito frequentemente (não são os menores que estão na rua), costumam se alimentar fora de casa.

## **2. Os retornos grupais**

### *2.1. Os vínculos filiais*

A figura paterna parece estar muito enfraquecida na família, em virtude da rotatividade e negatividade

das relações que foram estabelecidas. Já a mãe, embora se esforce por ser compreensiva e "conselheira", como ela se autointitula, está mais preocupada com as aparências, como, por exemplo, quando menciona: "Todo o mundo tem dó, porque meus filhos tão roubando... meu coração dói..." O seu grande ideal de vida seria poder trabalhar em paz, retornando à casa de noite, quando então gostaria de encontrar "todo o mundo quietinho e arrumadinho... os filhos tudo quietinho em casa, me esperando..."

### *2.2. O sentimento de proteção*

Pela dinâmica relatada torna-se difícil imaginar uma vivência grupal que propicie segurança aos seus membros, principalmente se atentarmos para a seguinte informação retirada da entrevista com a mãe: "Tá tudo na rua... a menina, por exemplo, já veio da rua..."

Em outros trechos deixa entrever que já tinha conversado este assunto com eles mas que, ao que tudo indica, nada obteve: "Quando eu saio para o trabalho, eles saem para a rua. Eles dizem que dentro de casa é ruim..."

A casa, o lugar físico do grupo familiar, parece não oferecer nenhuma recompensa, até mesmo para aqueles filhos que não estão na rua (pelo menos oficialmente).

### *2.3. O sentimento de apoio*

O acolhimento grupal foi outro traço ausente da entrevista. O que se infere é que se trata de um grupo familiar cujos membros dão a impressão de se encontrarem de passagem, sem tempo nem vontade para se relacionarem, em busca de algum outro lugar para viverem. A mãe, ainda que verbalize estar muito preocupada com a situação dos filhos, principalmente os menores de rua, em verdade há muito tempo não os via e sequer sabia de seus paraderos. O que talvez esteja nos seus planos é tentar alguma instituição que tome conta desses filhos. Aliás, ao finalizar a entrevista, declarou enfaticamente: "Eu quero que vocês me ajudem... que eu sou uma mãe fraca... que minhas forças é pouca... que arrumassem um lugar pra botar eles..."

## **Conclusão**

Este grupo insinua uma dinâmica totalmente desintegrada, marcada, notadamente, pela ausência física dos adultos (mãe e padrasto). Pelo pouco de energia que investem no relacionamento, este tende a se atrofiar. A casa não é um lugar de encontro dos seus integrantes, servindo muito mais como dormitório, já que dificilmente interagem entre si. A falta de intercâmbio de energia e a desaglutinação familiar sugerem que se trata de um pseudogrupo, na medida em que se cons-

tatam manifestações de descompromisso para com o outro, consagrando a idéia de que “cada um vive para si”.

## Caso 3

### 1. Os investimentos no grupo

#### 1.1. Os vínculos conjugais

A convivência da mãe com o padrasto da menor, ao longo de quase quinze anos marcados por um conjunto de acontecimentos trágicos, coloca em evidência o traço de desprazer, de rejeição e mesmo de ódio concretamente explicitado nas tentativas de assassinato mútuo. A explicação para a manutenção da ligação, pelo menos por parte da mãe, se encontra nas dificuldades econômicas enfrentadas, no excesso de filhos, na insegurança em relação à saúde, nas ameaças recebidas caso abandonasse o companheiro e na falta de energia para buscar alternativas. Aparentemente, essa ligação nada tinha para se manter, quer nos planos da afetividade, quer ainda no insucesso com relação à sobrevivência; entretanto, não foi o que se constatou.

No que diz respeito à última ligação da mãe, que parece já existir há três anos, tudo indica que esteja voltada para a busca de um lugar fixo para viver. Anteriormente ela se encontrava vivendo na rua como papeleira, o que justifica sua preocupação, manifestada durante a entrevista, em “ter um pouso”.

#### 1.2. A presença física

Conquanto a presença física tenha sido assídua, o clima de desavenças e desconfianças compartilhadas impediu, ao que tudo indica, uma presença mais efetivamente participante, no sentido da construção grupal.

A presença da mãe, não obstante todas as dificuldades enfrentadas, conseguiu se tornar muito mais marcante do que a do pai. Uma informação elucidativa foi prestada pela filha menor de rua, ao mencionar que, quando o padrasto expulsou a mãe de casa, há cerca de quatro anos, o pai fez questão de ficar com os filhos, mesmo porque a mãe foi para a rua (naquele período em que viveu como papeleira). Acontece que depois de algum tempo, logo depois que a mãe foi morar com o vigia, os filhos abandonaram o pai e retornaram ao convívio da mãe. O interessante é que houve uma disputa judicial pela posse dos filhos e os próprios filhos declararam, perante o juiz, que não queriam permanecer com o pai, uma vez que nem alimentação eles tinham.

Conclui-se, então, que a presença da mãe, com todas as suas dificuldades, ainda pode ser entendida como um certo investimento, ainda que tênue, na aglutinação familiar.

#### 1.3. A sobrevivência do grupo familiar

As próprias instalações físicas do local de moradia dificultam a organização das atividades domésticas, tomando a interação física já difícil. Compete à mãe se dedicar à cozinha e, no tocante à lavagem de roupa, conta com a ajuda dos filhos engraxates. Dos filhos que moram com ela, a mais velha (15 anos) trabalha e estuda; a outra, de 13 anos sofreu um acidente de motocicleta e, segundo a mãe “não é muito certa da cabeça... ela é muito nervosa... ela está na creche durante o dia... ela não ajuda nadinha...”; os meninos (12 e 9 anos) trabalham de engraxate, passam o dia fora e aos sábados e domingos ajudam a lavar a roupa; sobra a filha de 8 anos, que é com quem a mãe conta para ajudá-la nas tarefas domésticas.

Com relação às condições mínimas de sobrevivência, a família enfrenta grandes dificuldades, como se pode inferir do seguinte trecho: “faz mais de seis meses que eu não ganho nada. Os meninos com suas engraxadinhas ajudam um pouquinho. Dá pra gente... arroz, feijão... algum dia uma carminha... Quando eu trabalho eu ajudo ele<sup>1</sup>, compro alguma coisa, levo alguma coisa para minha mãe, ela está muito velha... o meu dinheiro é pra isto, não dá pra comprar roupa nem sapato... os meninos não têm nada...”

#### 1.4. As experiências compartilhadas

O que impressiona nessa dinâmica é a falta de ajuda em relação à mãe. Mesmo tendo optado judicialmente pela convivência com a mãe, os filhos desaparecem de casa, principalmente os mais velhos, e se esquivam em colaborar para diminuir os encargos da genitora. Esta, mesmo doente, tem que assumir todas as obrigações domésticas. A falta de alguém que organize a produção doméstica é evidente. As dificuldades de sobrevivência, o desânimo frente a um sentimento de impotência talvez expliquem a falta de iniciativa e de liderança da mãe, ao longo dos anos. Mas o que choca, no presente, é o fato de que não se observou nenhum indício entre os filhos de cooperação entre si, ainda que biologicamente a consangüinidade entre dois irmãos seja completa (com exceção da menina de rua, todos os demais, inclusive um outro menino que vive na rua, são filhos do mesmo pai e da mesma mãe). A imagem que fica da interação familiar é a de ligações filiais exclusivistas e intermitentes. Os filhos, embora de uma maneira muito contida, trocam

1. O companheiro atual.

alguma energia com a mãe, sem que, no entanto, haja qualquer expectativa de interdependência grupal.

## 2. Os retornos grupais

### 2.1. Os vínculos filiais

A figura paterna aparece totalmente comprometida, principalmente em virtude da marca da violência. Além da relação extremamente conflituosa entre os parceiros, das atitudes que o padrasto tomou em relação à menor, outras informações foram acrescentadas, como, por exemplo, estas da mãe: “eu sempre bati nas crianças, mas nunca machuquei. O pai deles (o padrasto) já quebrou... O menino que vai completar 17 anos tem quebradeira no corpo. Esta quebradeira o juiz de menores diz que tem que tratar porque tem inflamação dentro... foi devido ao chute que o pai deu quando descobriu umas confusões que ele aprontou na rua...”

Felizmente, contudo, o que se constata é que a mãe, não obstante todas as tragédias de sua vida, consegue passar uma certa afetividade, um certo carinho quando fala dos filhos. A menor de rua também se refere com carinho à mãe.

No entanto, a prova maior de afetividade foram os filhos abandonarem o pai e espontaneamente buscarem o convívio da mãe. Mesmo assim, porém, a mãe se queixa de que os filhos não a tratam bem. “As meninas mesmo são tudo grosseiras... eu acho que sou mais enjoada com eles do que eles comigo... eu não tenho vista que preste, mas o que eu posso fazer pra eles, eu faço... a gente é pobre, não pode dar uma vida *mió* pra eles...”

### 2.2. O sentimento de proteção

Sem dúvida existe um certo acolhimento por parte da mãe, inclusive explicitada pela menor, quando a ela se refere: “a minha mãe é uma pessoa sempre legal... se não fosse ela eu não estaria viva não... a qualquer hora que eu precisar dela, eu posso correr lá, que eu terei comida, roupa limpa...”

Mas o fato é que, talvez por uma certa impotência em relação ao pai de seus filhos, a mãe não conseguiu criar um clima de segurança familiar. As suas constantes mudanças de lugar, as desavenças freqüentes, as agressões mútuas parecem ter produzido uma dinâmica familiar muito mais ameaçadora do que acolhedora, principalmente para os filhos.

### 2.3. O sentimento de apoio

Em que pese os investimentos nas relações com os filhos, principalmente por parte da mãe, constata-se o abandono do campo: a filha mais velha casada desa-

pareceu, dois filhos vivem na rua, a filha que trabalha e estuda sai de manhã e só aparece em casa depois das 22 horas, a outra passa o dia na creche, os meninos engraxates também passam o dia inteiro na rua — portanto, os filhos não parecem encontrar muito apoio na interação grupal.

Uma explicação possível para o fenômeno é que talvez a mãe tenha conseguido estabelecer tão-somente uma vinculação interpessoal com os filhos. Ela não deve ter conseguido estruturar a imagem de uma entidade grupal acolhedora, daí a dispersão.

## Conclusão

A imagem da interação familiar passada neste caso é a de um grupo que não consegue se manter como entidade autônoma, não só devido a problemas de ordem afetiva entre os parceiros, como também na esfera da sobrevivência. Não obstante a existência de vínculos maternos desenvolvidos com muito esforço e afetividade estes não foram suficientes para criar uma atmosfera de proteção. Ao lado da afetividade da mãe convive também um certo sentimento de fraqueza, de impotência que, percebido pelos membros, leva-os a se afastarem uns dos outros.

### Caso 4

## 1. Os investimentos no grupo

### 1.1. Os vínculos conjugais

Embora a primeira ligação materna não tenha sido satisfatória em decorrência da bebida e maus tratos, a segunda ligação (a atual), que já dura uns oito anos, é bastante razoável. Pelo menos é o que dá a entender a mãe ao se referir ao seu companheiro atual: “às vezes ele toma uns golinhos, fala umas bobagens, mas a gente não liga... afinal, ele é boa gente...” Pôde-se inferir da entrevista que os dois conseguem estabelecer uma certa relação de cumplicidade (são as alianças), tentando se desculparem mutuamente, talvez até em virtude das grandes dificuldades de sobrevivência que enfrentam.

### 1.2. A presença física

A mãe se encontra disponível o tempo todo, pois, até fazendo algum trabalho fora — como, por exem-

plo, a lavagem de roupa —, as suas atividades são realizadas em torno de sua casa, uma vez que se destinam ao atendimento da vizinhança. Os filhos, mesmo os que trabalham fora, têm uma rotina na qual a casa é o seu ponto de reunião. Os filhos que trabalham na feira (dois) regressam à casa às 14 horas para almoçar e descansar; outros dois filhos trabalham como aprendizes de mecânico, numa oficina na mesma rua em que residem. Existem ainda duas filhas que trabalham no comércio, no mesmo bairro. O seu companheiro trabalha de pedreiro, na maioria das vezes nas redondezas, e, segundo a mãe, à noite está todo mundo em casa.

### *1.3. A sobrevivência do grupo familiar*

As condições de habitação são bastante precárias, tendo em vista, principalmente, o grande número de pessoas (onze) que habitam numa casa de proporções bem reduzidas. A casa, entretanto, possui um terreno bem grande e é interessante que no dia da entrevista, um domingo, a família estava toda reunida e animadamente engajada em preparar o almoço. Com exceção daqueles que estavam ainda trabalhando na feira, o restante dos filhos se distribuía em diversas tarefas domésticas, desde a limpeza até a preparação dos alimentos. Havia mesmo uma certa manifestação de contentamento para com as atividades domésticas, por parte dos membros da família, no momento da entrevista: as crianças correndo e jogando bola no quintal, o rádio tocando e os irmãos conversando animadamente com a mãe. O que chamou a atenção foi o fato de que a mãe supervisionava os trabalhos brincando com os filhos e outras pessoas que estavam presentes.

Com relação às condições mínimas de sobrevivência, as dificuldades são visíveis. A começar pelo próprio local de moradia, daço que a família mora de favor: “a casa é de um ex-cunhado que deixou a gente morar lá até arrumar uma outra coisa pra viver... ‘tô pagando Cr\$ 2.000,00, mas sei que qualquer coisa aqui por perto’ tão cobrando Cr\$ 20.000,00. Além das casas estarem caras, não acha não... pobre não dá conta não...” Segundo a mãe, o que consegue minimizar as dificuldades que enfrentam é que todos os meus filhos ajudam um pouco, um tantinho que seja já serve... Até os miudinhos carregam coisas pras vizinhas... a ajuda dos vizinhos também... um vem e dá uma coisinha... Às vezes eu lavo uma mala de roupa, um vem me dá um litro de óleo, um saco de arroz... a vida aqui em casa não é fácil, não... Eu gasto vinte quilos de arroz por semana... tá nascendo neto, eu tenho que cuidar, também... tenho uma filha que é doente da cabeça, que me dá muito trabalho... ela tem que tomar remédio... mas, a gente não tem...”

Um outro tipo de dificuldade diz respeito à escolarização: “agora, por exemplo, não tem ninguém na escola... porque no colégio que eles ‘tavam não deixava eles entrar sem a lista de material: primeiro era o uniforme, depois o material... É o que eu digo pra eles: tem de dar um jeito de trabalhar, pra comprar material pra estudar...”

## *1.4. As experiências compartilhadas*

As atividades domésticas foram um exemplo vivenciado pelo entrevistador dos investimentos de cada membro para um projeto comum — a realização do almoço. Segundo a mãe, “os filhos são tudo muito bom... tudo que eu peço pra eles me ajudar eles fazem... Tem dias que eu estou tão cansada... aí eu peço pra eles arrumar alguma coisa, eles vão... São uns meninos muito bom... nisto eu sou muito agradecida...”

O menor que trabalha na feira fez questão de frisar na sua entrevista que ganha uns Cr\$ 300,00 por feira e dá uns Cr\$ 200,00 para a mãe, às vezes mais: “o resto eu junto pra comprar roupa...”

## *2. Os retornos grupais*

### *2.1. Os vínculos filiais*

Em relação às figuras do pai (para os filhos mais novos) e do padrasto (para os filhos mais velhos) parece não existir muita aceitação. Segundo a mãe, “os meninos, principalmente os mais velhos, não gostam muito dele, não... ele é muito fechado... muito sem carinho com os meninos... Mas não judia, não, ele não é de maltratar e nem de bater... ele não gosta muito é de zumbido nos ouvidos...”

Em contrapartida, a mãe parece ser uma figura muito pregnant, muito ativa, muito alegre e que consegue passar muita afetividade na relação que desenvolve com os seus familiares. O tempo todo em que a mãe foi entrevistada todos os filhos presentes vinham periodicamente se pendurar no pescoço dela, acariciá-la. Esta, comentando a respeito de seus filhos, disse em certa altura: “eles são muito carinhosos comigo e eu também com eles. Não tenho nada que reclamar deles... é o que a gente tem... o futuro que eu tenho até agora são os filhos...”

### *2.2. O sentimento de proteção*

Pela participação presenciada, pelo envolvimento relatado, tudo indica que os membros da família se sentem acolhidos por uma dimensão grupal familiar. A propósito, o menor do subemprego, quando entrevistado, mencionou que não gostava muito de sair de casa, que a melhor diversão para ele “era ficar em casa, jogando bola...” Este fato, aliás, foi confirmado por sua mãe, que declarou-se assim a respeito do mesmo: “acho que ele é um menino sofrido, porque não conhece o pai, trabalha, me ajuda, não reclama... joga bola, ouve o gravadorzinho dele... agora, é um menino muito amigo, pronto para ajudar no que a gente precise...”

## 2.3. O sentimento de apoio

Uma das características mais interessantes da dinâmica desta família é que, não obstante as grandes dificuldades, a mãe desempenha um papel de grande estimuladora da dimensão grupal. A forma como ela relata as dificuldades e a maneira como busca encontrar saída é muito pessoal. A sua expressão “mexendo com o meu povo” é bem indicadora do que ela sente em relação ao grupo familiar. Aliás, ela acredita que realmente é uma forma de enfrentar os obstáculos, quando frisa, em relação aos filhos: “é o que a gente tem... o futuro que eu tenho até agora são os filhos”.

Uma prova convincente de que a dinâmica familiar é bastante participativa está não só no apoio que recebe dos vizinhos, como também no tempo que os filhos permanecem em convívio familiar.

## Conclusão

Esta família, embora enfrente um enorme desafio para sobreviver, apresenta, no entanto, uma dinâmica familiar muito acolhedora. Observa-se uma certa coesão entre os seus membros e a sensação de um coletivo que compartilha não só as dificuldades como as alegrias. A mãe, a todo instante, procura incutir nos filhos a necessidade de se ajudarem uns aos outros e estes, ao que parece, respondem afirmativamente, assumindo os compromissos de ajuda familiar não só com dinheiro, como no nível das tarefas domésticas. A maneira como a mãe se refere ao companheiro dá a entender que a relação é de alguma forma gratificante.

### Caso 5

## 1. Os investimentos no grupo

### 1.1. Os vínculos conjugais

O casal convive há dezenove anos e, pelo menos na entrevista, passou um certo clima de entendimento bem razoável. Demonstraram um nível de concordância muito grande em relação às dificuldades financeiras da família, aos projetos, às preocupações familiares e, principalmente, à educação dos filhos, o que põe em destaque uma certa aliança existente entre ambos. Um outro aspecto que chamou a atenção foi o respeito demonstrado em relação às opiniões manifestadas por cada membro. Ninguém invadiu o espaço de resposta do outro tentando dar palpites sobre o

que o outro deveria ou não dizer, o que demonstra um grau de aceitação mútua bem acentuado.

### 1.2. A presença física

Devido aos desafios da sobrevivência familiar, tanto o pai como a mãe são obrigados, atualmente, a se ausentarem por muito tempo do convívio familiar. O pai, nos dias normais, sai antes das 04:00 horas da manhã e só retorna por volta das 16:00 horas. A mãe, enquanto os filhos eram pequenos, trabalhava com costura, primeiramente em casa e, depois, em sociedade com uma vizinha, na casa desta. Agora que os filhos estão crescendo (a filha com 16 e o filho com 15 anos), ela trabalha numa indústria de confecção, saindo de casa às 06:30 horas e regressando às 18:30 horas. Entretanto, chega em casa ainda a ponto de preparar o jantar.

O que se constata é que as obrigações de cada membro não impedem que todos compartilhem as noites juntos, bem como os fins-de-semana.

### 1.3. A sobrevivência do grupo familiar

A casa apresenta uma boa organização e, como são poucas pessoas (o casal e dois filhos), parece ser fácil a sua manutenção. As atividades domésticas estão bem estruturadas, dado que a filha se incumba, de segunda a sexta-feira, após o regresso da escola, de arrumar a casa, fazer o seu almoço e começar o jantar.

Todos os outros membros almoçam fora e a mãe, ao chegar em casa à noite, termina o jantar e prepara a marmita (o almoço do dia seguinte) para ela e para o marido. Durante a entrevista, a mãe declarou o seguinte: “pensando bem, em casa eu trabalho mais que no serviço... a gente que é dona de casa é sempre sacrificada...”

Em relação à obtenção das condições mínimas de sobrevivência, ainda que enfrentando as dificuldades que os assalariados sofrem, principalmente os de baixa renda, conseguem sobreviver razoavelmente. As preocupações maiores da família estão voltadas para a ampliação da casa que, sendo própria, requer obras para um maior conforto. Segundo o pai, agora que a esposa voltou a trabalhar na indústria, talvez este ano possa terminar mais uma peça da casa.

### 1.4. As experiências compartilhadas

A organização doméstica é um exemplo bem significativo da maneira como a família consegue se estruturar, investindo em atividades para o coletivo e, assim, melhor capacitando a todos a enfrentar a luta pela sobrevivência. O que se observa é que para que a mãe

pudesse aumentar a renda familiar, houve uma total rearticulação doméstica, sem prejuízo, no entanto, daquilo que parece ser a maior preocupação da família — a educação para o futuro.

Interessante ainda registrar que o pouco dinheiro ganho pelo menor no subemprego (jornaleiro) também serve de contribuição à renda familiar, uma vez que, segundo ele, depois de uma semana de trabalho ganha uns Cr\$ 800,00, sendo que dá para a mãe uns Cr\$ 500,00 ou Cr\$ 600,00 e fica com o restante para comprar roupas.

## 2. Os retornos grupais

### 2.1. Os vínculos filiais

Os pais parecem transmitir bastante tranquilidade aos filhos. Estes, em plena adolescência, desenvolvem o padrão classe média de exigências: festinhas, roupas e tênis com etiqueta e aparelhagem de som. Os pais, por outro lado, sem entrar em polêmica, deixam transparecer a excessiva preocupação com estudo, profissão e futuro daqueles. Ambos expressam na frente dos filhos que desejam que eles estudem “para não dar um duro igualzinho eu e o pai deles...”

Pela interação observada durante a entrevista pôde-se inferir uma relação muito intensa entre os membros. O pai, mais tranquilo, a mãe, mais preocupada com a falta de controle sobre os filhos e estes, brincando com a preocupação da mãe. Mas, o que é importante, todos participando intensamente da troca de idéias.

### 2.2. O sentimento de proteção

A forma como todos os membros se comportaram, a manutenção responsável da rotina da casa, sem que exista um controle mais rígido, e a forma como se trataram, dão a entender que existe um clima de acolhimento e segurança na convivência familiar.

### 2.3. O sentimento de apoio

A preocupação dos pais em dar o melhor em educação para os filhos é uma constante. A grande frustração manifestada pela mãe em relação ao seu filho, deve-se ao fato de ele ter abandonado a atividade de guardamirim<sup>1</sup>, o que permitiria ao menor, além de ganhar um ordenado, ser profissionalizado: “se permanecesse lá até completar 17 anos, primeiro faria um curso de dati-

lografia e depois estagiaria numa repartição do governo do Estado e assim estaria com o futuro garantido”, acrescentou o pai. Entretanto, o filho abandonou aquela atividade porque queria ganhar mais.

O outro motivo que preocupa, principalmente a mãe, nessa atividade de jornaleiro escolhida pelo filho, é que, fora de controle, ele pode vir a andar em más companhias. Mas mesmo assim respeitaram o direito do filho decidir e escolher uma outra atividade que não a desejada por eles.

## Conclusão

Esta família, ao que tudo indica, é bem estruturada, tanto no plano afetivo, como no plano da sobrevivência. A sua dinâmica demonstra as preocupações que ocorrem em todos os grupos familiares participantes — a educação e o futuro dos filhos. O sentimento de grupo está profundamente demarcado nas atividades dos pais e seus investimentos, nas atividades domésticas da filha e na contribuição salarial do filho.

## Caso 6

## 1. Os investimentos no grupo

### 1.1. Os vínculos conjugais

Apesar da longa convivência, pois se encontram juntos há dezenove anos, o pai, pelo menos na entrevista, não deixou transparecer nenhuma forma de afetividade em relação à companheira. A maneira como relatou o início de sua ligação foi a mais impessoal possível, como se estivesse combinando um negócio com o cunhado. Fora esta alusão, nenhuma outra referência fez à sua companheira.

### 1.2. A presença física

Durante onze anos, desde que ele e a mulher entraram para a Limpeza Urbana, estiveram ausentes de casa de segunda-feira a sábado, das 05:30 às 20:00 horas. Quando começaram nesta atividade, o filho mais velho (papeleiro) estava com 4 anos. “De manhã, quando nós saía, nós deixava o café pronto... deixava o dinheiro, aí eles ia e comprava um pão pra eles... aí ficavam os dois mais pequenos...”

1. Faz parte de um programa de treinamento da Fundação de Promoção Social de Goiânia.

O pai trabalhou até o ano passado, sendo que a mãe ainda continua trabalhando na Limpeza. Hoje em dia o pai faz biscate de pedreiro, durante o dia, e trabalha de vigia, durante a noite.

Pelo que foi dito pelo menor entrevistado, devido à luta pela sobrevivência, tanto a figura do pai como a da mãe estiveram bem ausentes da dinâmica familiar.

### *1.3. A sobrevivência do grupo familiar*

Parece que as atividades domésticas são muito complicadas. O pai disse que não tem tempo, a mãe só chega a partir das 20:00 horas e vem muito cansada, o filho mais velho (o papeleiro) fica a maior parte do tempo fora de casa (inclusive, mora no depósito). Resta, então, uma menina de 11 anos e um menino de 9, que, segundo os pais, “têm de se virar...”

No que tange à obtenção das condições mínimas de sobrevivência, moram num lugar afastado, numa casa razoável situada num terreno muito grande, todo arborizado. Segundo o pai, primeiro compraram o terreno e depois construíram a casa, que necessita ainda de melhorias. Em verdade, a renda familiar é para sustentar o casal e os dois filhos menores, já que o filho papeleiro praticamente não dá despesa e até, de vez em quando, “resolve dar um presente... compra um bujão de gás...”

### *1.4. As experiências compartilhadas*

Da entrevista nada surgiu que pudesse insinuar a existência de alguma atividade compartilhada, a não ser a contribuição para a renda familiar. Mas, mesmo assim, parece que é a mãe a grande provedora dos recursos financeiros, uma vez que o pai é biscateiro. Quanto ao filho mais velho, quase que não toma conhecimento da casa, pois, segundo o pai, “tem tempos que ele some mais de uma semana...” Segundo o próprio menor, sua renda é de cerca de Cr\$ 1.000,00 por dia e, mesmo assim, não se compromete com nenhuma parcela para a renda familiar.

## *2. Os retornos grupais*

### *2.1. Os vínculos filiais*

A ausência dos pais e a falta de iniciativa do pai sugerem uma relação muito tênue entre os membros, principalmente os filhos. O pai acha que o seu filho (o papeleiro) “é um menino simples, obediente, não

cria caso... precisa de orientação...” Disse que o que falta para a família ficar boa “é recuperar o filho... tem dia que ele não vem pra casa, a gente fica preocupado, a gente não sabe o que ele está fazendo... mas a gente não pode fazer nada, a gente não sabe onde encontrar ele...”

Segundo o pai, a mãe também não pode fazer nada, porque ela trabalha muito.

### *2.2. O sentimento de proteção*

A família parece complacente, dando a impressão de falta de energia, de tónus, para enfrentar a realidade. O pai falava como se estivesse resignado com o destino do filho. Segundo o que se depreende da entrevista, foi o próprio menor que desde os 10 anos de idade tomou a iniciativa de trabalhar na rua. Primeiramente começou a vender doces e depois resolveu catar papel.

Segundo o pai, quando o filho resolveu ser papeleiro, eles ficaram aborrecidos: “a gente não gostava porque a gente via as crianças na rua, mas ele dizia que era pequeno e não podia arrumar outro serviço... Nós também não tinha tempo de arrumar outro serviço...”

Uma informação esclarecedora a respeito do grau de acolhimento do grupo familiar é o fato de que o menor passa às vezes a semana inteira dormindo num depósito de papel, cujas condições são péssimas, muito piores do que as que possui em sua própria casa.

### *2.3. O sentimento de apoio*

Ao que tudo indica, os pais não querem perceber que o filho está, efetivamente, se afastando de casa. Nada fazem para trazê-lo de volta, a não ser um relato de que ambos (pai e mãe), após um longo período de ausência do filho, resolveram ir procurá-lo. Descobriram o local onde trabalhava e foram falar pessoalmente com o patrão dele. Na ocasião, este senhor tranqüilizou-os, dizendo que não se preocupassem porque o dia em que o menor não fosse para casa é porque iria dormir no depósito e lá estaria em segurança. Depois desta conversa, então, eles ficaram um pouco mais tranqüilos.

Durante a entrevista, o pai teve um momento em que começou a refletir sobre o que dizia e chegou à seguinte conclusão: “eu tô vendo que demos excesso de liberdade pra ele, desde da época que ele começou a vender doces... ele falava que não vendia, ficava com o dinheiro... tudo isto nós tinha que corrigir... agora, tá mais difícil...”

## *Conclusão*

A impressão que passa é de um grupo familiar no qual os membros estão desarticulados, cada um acomodado na sua realidade individual, sem se preocu-

Fig. 2

## Quadro resumo das análises da dinâmica familiar realizadas nos casos estudados

FAMÍLIAS	Investimentos no grupo					Retornos grupais			Dimensão grupal
	Vínculos conjugais	Presença física	Condições de sobrevivência do grupo familiar		Experiências compartilhadas	Vínculos filiais	Proteção	Apoio	
			Atividades domésticas (produção interna)	Sobrevivência dos membros do grupo*					
Caso 1 (menino menor de rua)	Rejeição	Pai-presente sem participação Mãe-ausente	Inconsistente	Razoável	Inexistente	Pai-inexistente Mãe-pouco consistente	Ameaçador	Inexistente	Quase inexistente
Caso 2 (menino menor de rua)	Inconsistente	Pai-inexistente Mãe-ausente	Inconsistente	Razoável	Inexistente	Pai-inexistente Mãe-consistente	Pouco consistente	Inexistente	Quase inexistente
Caso 3 (menina menor de rua)	Rejeição	Padrasto-presente sem participação Mãe-Prezente	** Inconsistente	Crítica	Pouco Frequentes	Padrasto-inexistente Mãe-consistente	Ameaçador	Inexistente	Quase inexistente
Caso 4 (menino menor do subemprego — fretista)	Consistente	Padrasto-presente Mãe-presente	Consistente	Crítica	Intensas	Padrasto-pouco consist. Mãe-consistente	Consistente	Consistente	Consistente
Caso 5 (menino menor do subemprego — jornaleiro)	Consistente	Pai-presente Mãe-presente	Consistente	Razoável	Intensas	Pai-consistente Mãe-consistente	Consistente	Consistente	Consistente
Caso 6 (menino menor do subemprego — papeleiro)	Não observado	Pai-presente sem participação Mãe-ausente	Inconsistente	Razoável	Inexistente	Pai-pouco consistente Mãe-não observado	Pouco consistente	Inexistente	Quase inexistente

(\*) A categorização razoável/crítica só tem valor comparativo, pois que se trata de uma população cuja renda *per capita* média é de 1/2 SM.

(\*\*) Deve-se considerar, neste caso, que a mãe sofre de problemas graves de visão, o que prejudica os seus movimentos.

par muito um com o outro. A mãe, preocupada com o seu trabalho e independência financeira. O pai, com os seus biscates. O filho, em fazer a sua vida fora de casa. Devido a essa ausência de engajamento, falta autoridade aos pais para reorientar o filho, que lhes parece se encontrar numa trilha perigosa, uma vez que os vínculos já estão muito fragilizados.

### 3. Alguns aspectos da convivência familiar: entre a interdependência e a desintegração grupal

**A** reflexão sobre os relatos e respectivas análises efetuadas sugerem imagens bem diferenciadas sobre as dinâmicas das relações estabelecidas no interior dessas famílias. A impressão que fica é a de que as famílias convivem num clima que varia das manifestações de forte coesão grupal ao total alheamento das pessoas umas para com as outras — a desagregação contínua.

No exemplo da família do caso 4 a idéia é de que as pessoas convivem em grande interdependência como a formar uma grande estrutura monolítica para enfrentar os problemas, pois, a despeito das imensas dificuldades, elas permanecem unidas e preocupadas, não só com a sua sobrevivência, como também pela dos demais membros.

Já no outro pólo se encontram exemplos cujos relatos acentuam a ausência de compromissos comuns e predisõem a construção de imagens nas quais se vislumbram os membros totalmente livres e desimpedidos para encontrarem soluções para os seus respectivos problemas individuais, onde a convivência com os demais se dá num clima de hostilidade e violência, enfim onde se observa um processo constante de desintegração familiar.

A existência, contudo, de múltiplas combinações de elementos impede que se chegue, de imediato, a uma explicação satisfatória das causas responsáveis. Por isso mesmo, a necessidade de se levantar as características marcantes de cada caso com o intuito de se identificar as variáveis que, de uma forma ou outra, contribuem para o fortalecimento ou enfraquecimento das ligações familiares.

#### Aspectos favoráveis à integração familiar

Na leitura do quadro resumo (Figura 2) destacam-se as famílias dos casos 4 e 5, pois foram estas as que

obtiveram melhor pontuação no item dimensão grupal. De fato, esta e outras informações se confirmam nos depoimentos, embora isto só não baste, uma vez que o que se deseja, em verdade, é conhecer as razões de tal dinâmica.

#### A afetividade e a integração familiar.

Segundo o que indica o quadro resumo, em princípio, as seguintes variáveis chamam a atenção pela capacidade de discriminação exibida: a relação entre os parceiros (mãe/padrasto e pai/mãe), a presença física constante da mãe, o envolvimento dos membros nas atividades domésticas e as experiências comuns compartilhadas.

Entretanto, uma maior atenção sobre as articulações retratadas conduzem à constatação do importante papel da afetividade. É importante relembrar, fazendo referência ao modelo teórico utilizado, que a energia afetiva diz respeito não só ao prazer sexual obtido pelos parceiros, como ao reforço do desejo de estar com o outro, de se aproximar do outro, de dar e receber energia, a qual deve circular, principalmente, entre os membros mais frequentes na família — pais/filhos/irmãos. Isto é o que de certa forma se verifica nos casos cujas famílias foram consideradas as mais integradas. As manifestações de afeto entre os parceiros explicitadas nos depoimentos e presenciadas durante as entrevistas são uma evidência empírica bastante significativa, capaz, inclusive, de explicar o porquê estas famílias conseguem sobreviver mesmo diante de tantos obstáculos. Acontece que os organizadores do grupo familiar alimentam-se, simultaneamente, das trocas entre os parceiros (os reforçadores dos vínculos conjugais) e da interação pais/filhos/irmãos (os vínculos filiais). Tal vinculação contribui de uma forma decisiva para dar sentido aos esforços dispendidos para alcançar as metas de produção familiar. Justifica-se assim a motivação para superar obstáculos, ajudar aos outros, buscar alternativas para o grupo, encontrada em membros de famílias que, às vezes, enfrentam situações dramáticas de sobrevivência. Este empenho decorre, sem dúvida, de um certo nível de gratificação afetiva, sem o que ela dificilmente se sustentaria.

Por outro lado pode-se observar o que acontece nas dinâmicas das famílias em que não há indícios de prazer na relação entre os parceiros, como, principalmente, se depreende dos relatos dos casos 1 e 3. Em vez de afeto, a rejeição, a violência e a conseqüente emergência de um clima ameaçador, responsável pela dispersão gradativa de seus integrantes. As relações de desprazer mantidas pelos parceiros, com o tempo se transformam em ódio, o que pode, inclusive, vir a tomar-se um perigo à sobrevivência dos membros da família. Um exemplo disto é o que ocorreu no caso 3, no qual o padrasto tentou matar com o auxílio de um travesseiro sua enteada, na época uma criança de três meses, hoje uma menina de rua (entrevistada), sob a alegação de que a criança chorava muito. Interessante, ainda, é o fato de que esta menina, de certa forma,

se encontra viva, porque sua mãe, após presenciar algumas tentativas de assassinato da filha pelo mesmo padrasto, permitiu o seu afastamento de casa, ou seja, a sua expulsão para a rua.

Esta ocorrência merece sem dúvida uma melhor reflexão, uma vez que se observa que, diante de uma casa onde a violência reside, a rua pode até vir a ser um local mais seguro.

## A presença de uma figura forte e a integração

A simples menção da variável presença física, como originalmente aparece na avaliação efetuada, talvez não seja suficientemente esclarecedora. Embora a ausência represente uma das formas mais efetivas de extinção dos compromissos grupais, observa-se em alguns casos estudados que a presença física da mãe e do pai não foi, por si só, suficiente para garantir um adequado nível de integração grupal.

Nos casos 1 e 3, por exemplo, a presença dos pais é constante, mas dentro de um clima de grande hostilidade, o que resulta ser muito mais desintegrador.

Por outro lado um fenômeno, aqui denominado “síndrome da casa vazia”, parece retratar com suficiente clareza a perplexidade da situação que, infelizmente, parece cada vez mais freqüente, principalmente nas camadas mais pobres da população. Trata-se do relato no caso 2, cujo menino foi para rua aos três anos, talvez em busca de algum contato humano, já que a mãe, na época o único adulto da casa, se ausentava por motivo de trabalho das 05:00 às 21 horas.

Em que pese a situação descrita conter um alto poder desagregador, o fato de esta mãe estar presente não garantiria, por si só, a integração familiar. Não se trata de relativizar a importância da variável, mas sim chamar a atenção para o fato de que existe algo mais significativo do que a simples presença física: uma espécie de “presença psicológica” — esta, sim, capaz de funcionar como um verdadeiro aglutinador grupal.

Um exemplo talvez seja mais elucidativo. No caso 4 a presença da mãe é tão atuante que pode servir de modelo. Fruto de sua energia, de sua capacidade de organizar a família, distribuindo tarefas e estimulando as realizações conjuntas, de sua disponibilidade para ouvir e aconselhar, de suas iniciativas em buscar ajuda onde for possível, de incentivar, inclusive nos filhos pequenos, a necessidade de cooperação para com o coletivo, ela se tornou para aquele grupo, dentro e fora de casa, uma figura onipresente. É, pois, este tipo de presença que se deseja destacar, dada a capacidade de promover um forte sentimento de identificação grupal.

Obviamente que o exercício deste papel requer um grande investimento de energia, que carece, por seu turno, da alimentação de um combustível específico — a afetividade. Este é então o motivo pelo qual se considerou a “figura forte” como a resultante da combinação de variáveis.

No caso 3 podemos encontrar um outro exemplo, ao contrário, no sentido de que a mãe simboliza uma

“figura fraca” isto é, ainda que presente, fisicamente, lhe falta energia para atuar organizando e integrando a família. Os filhos, como os que atualmente vivem na rua, embora a estimem, sentem por ela uma espécie de pena, por julgá-la inclusive incapaz de enfrentar os desafios da vida. É como se eles se sentissem mais capacitados do que a mãe para enfrentar a vida. Esse quadro de “desânimo existencial” exibido pela mãe, se analisado sob o prisma da afetividade, ganha contornos nítidos devido à longa e traumática relação de rejeição mantida com o seu parceiro durante anos. Uma vida de total desprazer e violências, em todas as esferas, tanto na afetiva como na material.

Mas, retomando-se a mencionada “síndrome da casa vazia”, com o intuito de refletir-se sobre alguns aspectos ainda não muito claros, observa-se que a discussão deve se reorientar para a questão da mulher — mãe e trabalhadora — numa sociedade cujas famílias apresentam cada vez mais uma estrutura matrilinear e, portanto, assume o papel de responsável pelo crescimento econômico da família (Alves, Capítulo 5 desta publicação).

Por isto mesmo, esta constatação se constitui num grande problema. Parece, no primeiro momento, tratar-se de um impasse do tipo “preso por ter cão, preso por não ter cão”. Se a mãe fica em casa e não consegue trabalho, faltam os recursos para a sobrevivência da família; se a mãe sai para trabalhar e não fica nenhum adulto em casa, instalam-se as condições favoráveis à “síndrome da casa vazia”, com a conseqüente ameaça à desintegração familiar. A construção de creches, ao lado de políticas de emprego que aproveitem a mão-de-obra feminina, parecem alternativas, pelo menos em princípio, para enfrentar o dilema apontado.

A influência da “figura forte” ainda merece algumas considerações no tocante a um outro aspecto, também mencionado no modelo teórico — a autoridade. Esta questão se reveste de grande relevância, tendo em vista as constantes manifestações de violência encontradas nas famílias pesquisadas, não só na análise quantitativa realizada (Alves, Capítulo 5), como nos casos 1, 2 e 3.

A figura forte na família é aquela pessoa com a qual os membros se identificam, imitam, respeitam. Logo, é aquela pessoa que possui autoridade, um grande poder de orientar, enfim, de controlar. Por isto mesmo se infere a importância da “presença de uma figura forte” no aprendizado da vida de relação, na incorporação das regras de convivência, na internalização de valores e normas, em suma, na socialização dos integrantes da família.

A importância das figuras fortes nos grupos pode ser bem aquilatada quando se reflete sobre o papel dos chefes de bando, verdadeiros responsáveis pelo processo de socialização a uma nova “cultura” das crianças e adolescentes que buscam o caminho da rua, conforme a análise sócio-antropológica realizada por Vogel e Mello (Capítulo 6 desta publicação).

É importante considerar que nas manifestações de poder pela violência não existe a figura forte, pois o que alimenta a relação é o sentimento de rejeição — o medo.

A diferença, portanto, se encontra no fato de que a imagem da “figura forte” se constrói com a afetividade, com a disponibilidade, com os investimentos de energia, enfim, com a presença atuante.

## A socialização das atividades domésticas e a integração

Uma família pode e deve ser percebida pela perspectiva de uma organização social da produção e, por isto mesmo, necessita que os insumos de manutenção sejam constantes. Acontece que um grupo nos quais os seus integrantes se julguem sobrecarregados e explorados dificilmente poderá se manter estruturado. Faz-se necessário, portanto, que as pessoas sintam que a distribuição de responsabilidades e os esforços para o coletivo sejam compartilhados de uma forma considerada justa. Entende-se, logo, que a maneira pela qual os componentes de uma família participam das atividades domésticas dizem muito do seu grau de interdependência.

Entretanto, há na realidade brasileira uma espécie de “tradição cultural”, ou, em outras palavras, preconceitos, que alimentam a divisão de tarefas da família. Em princípio, a administração e execução das tarefas domésticas são atribuições das mulheres (mães e filhas). A este respeito, convém lembrar o depoimento da mãe do caso 5, que menciona o fato de que estava se dando conta de que trabalhava mais em casa do que na fábrica.

O que, de repente, entra em cena, é a constatação de que a maioria das mulheres (principalmente as pertencentes às camadas mais pobres, as quais, por isso, não podem se valer do concurso de empregadas domésticas) sofrem os efeitos discriminadores do machismo nas tarefas domésticas e, por conseguinte, enfrentam uma dupla jornada de trabalho.

Sem dúvida, este preconceito deve ser abolido, não só porque significa um problema de consciência moral (a extinção das injustiças e desigualdades entre os homens), como também se constitui num fator de grande insatisfação e desarmonia na família. A leitura dos relatos confirma esta evidência de que as famílias mais integradas são aquelas que apresentam o maior nível de cooperação e distribuição de atividades domésticas.

O contrário (como observado nos casos 1 e 2, nas quais as crianças mais velhas se sentem exploradas pelos demais) significa um forte estímulo desintegrador. Mas, então, o que fizeram as famílias dos casos 4 e 5 para obterem este efeito de participação tão elevado nas atividades domésticas? Como sempre, o efeito integrador é uma decorrência da combinação de variáveis.

No fenômeno específico, a resposta se encontra nos papéis desempenhados pela mãe (caso 4) e pelos pais em conjunto (caso 5), que foram capazes de organizar as suas respectivas famílias, distribuindo e participando de tarefas solidárias e independentes, enfim, democratizando a família. Em verdade, trata-se da atuação destas “figuras fortes”.

Contudo, é interessante atentar-se para a peculiaridade de que a maioria das atividades domésticas são rejeitadas, principalmente, pelos filhos adolescentes. Logo, a sua aceitação requer algum sentido, alguma forma de gratificação. O entusiasmo presenciado durante a entrevista realizada com a família do caso 4 é um fato notável, dado que se tratava de cinco irmãos e irmãs adolescentes que se encarregavam de juntos

prepararem o almoço comemorativo do dia dos pais. Isto é uma prova de que as atividades domésticas devem ter um sentido — a coesão. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar o fato de que esta família representa um grupo, cuja participação é altamente gratificante para cada um dos seus membros.

Este mesmo fenômeno pode ser analisado pela ótica do contraste, ou seja, do efeito inverso. É o que ocorre com as famílias dos casos 1 e 3, cujos vínculos já estão muito fragilizados, que sequer conseguem realizar para o conjunto atividades básicas como a elaboração da própria comida. É importante ressaltar que não se trata de falta de recursos financeiros para aquisição de alimentos, mas sim da total indiferença para com os demais membros. O quadro é mais agravante quando se constata que a mãe se encontra enferma, com problemas de visão e, por conseguinte, carece de quem lhe prepare as refeições.

Infelizmente, neste caso, não existe nenhuma “figura forte”, com energia suficiente para organizar e socializar as atividades domésticas desta família — torná-la um pouco mais interdependente e solidária. Como resultado de uma dinâmica familiar totalmente desintegrada, o que se verifica é que esta família não habita mais uma casa, mas sim um dormitório. Quanto menos atividades em comum, menos interação entre os membros, menos circulação de energia, mais enfraquecimento dos vínculos, até que se extinguem.

Portanto, a participação de todos os membros nas atividades domésticas deve ser encarada como um importante aspecto do equilíbrio familiar. Resta atentar-se para o fato de que se torna imprescindível reparti-los igualmente, criteriosamente, garantindo, em suma, que eles sejam compartilhados.

## As condições econômicas e a integração

Conforme aponta o quadro resumo, a variável “condições de sobrevivência do grupo familiar” não apresenta um grande valor de discriminação entre as dinâmicas das famílias estudadas. Das duas famílias que enfrentam maiores dificuldades econômicas, uma foi considerada das mais integradas (caso 4) e outra, das mais desintegradas (caso 5).

Entretanto, o fator econômico não pode deixar também de ser levado em consideração, ainda mais quando se aprecia uma variação dos efeitos, dentro de uma dimensão temporal mais dilatada. Aliás, a contínuada perda de poder de consumo dos salários bem exprimem as condições sufocantes com que os assalariados sobrevivem e, em especial, os de baixa renda, exatamente a nossa população alvo. Um exemplo talvez possa ser esclarecedor.

Não obstante os inegáveis resultados práticos obtidos pela família do caso 4 no seu intuito de enfrentar os obstáculos à sobrevivência, não se pode prever as reações futuras caso persistam as pressões a que está submetida. A propósito, a mãe declarou estar preocupada em relação ao aluguel da casa. Ela tem consciência de que o valor que atualmente paga ao seu ex-cunhado, a título de aluguel, é praticamente simbólico: a casa é

muito valorizada, ainda que seja pequena (três cômodos) e maltratada, pois é bem localizada e possui um terreno grande. Esse fato a obriga a conviver com seu ex-cunhado, que mora em outro imóvel dentro do mesmo terreno, com a conseqüente perda de privacidade e liberdade. A situação descrita serve para lembrar que imprevistos, provocados por pressões econômicas, podem vir a afetar a dinâmica familiar.

Apesar disto, sem desconhecer a relevância dos aspectos mencionados, o que se persegue é a necessidade de se conhecer o máximo de detalhes entre as variáveis atuantes envolvendo as diversas relações. Por isto mesmo, uma melhor compreensão do problema, inclusive das atuações das condições econômicas, impõe uma análise combinada de variáveis.

Se no caso 4 os efeitos da pobreza são minimizados pelo "efeito interdependência", no caso 3 estas mesmas condições são amplificadas pelo "efeito egoísmo"<sup>2</sup>. Acrescente-se ainda que, de todas as famílias entrevistadas, a que efetivamente possuía melhores condições econômicas de sobrevivência era a do caso 1. Entretanto, esta família, não obstante contar potencialmente com condições econômicas mais favoráveis, vivenciava, na prática, condições devastadoras de convivência, provocadas, tudo leva a crer, pela desintegração familiar. A ausência de qualquer vestígio de limpeza ou arrumação, os poucos móveis existentes e os utensílios quebrados, a falta de motivação para cuidar do preparo das refeições, tudo causava uma imagem desoladora das condições de habitação, resultado da dinâmica de interação desta família.

O que se pode inferir, neste ponto, é que, apesar da influência dos fatores econômicos na integração familiar, ela resulta de uma ação combinada com outras variáveis. A impressão que permanece é a de que quanto mais desintegrada a família, mais nítida se torna a influência dos aspectos econômicos, na medida em que a própria competição e violência entre os membros é alimentada, acabando por promover o desaparecimento da estrutura familiar.

## Conclusão

A reflexão sobre a atuação das diferentes variáveis e respectivas articulações responsáveis pela dinâmica familiar evidenciou alguns aspectos significativos deste fenômeno.

O primeiro é que, a despeito da razoável semelhança das condições de pobreza em que vivem, estas famílias se diferenciam quanto ao grau de integração/desintegração que apresentam. Como conseqüência, estas características produzem resultados diversos na forma pela qual enfrentam os efeitos perversos das pressões econômicas pela sobrevivência.

A segunda consideração é que, na comparação entre as dinâmicas das famílias mais integradas e as mais desintegradas, alguns aspectos se tornam bastante discriminatórios. Assim é que nas famílias mais integradas observam-se índices de gratificação na relação en-

tre os parceiros, com a explicitação de afeto e carinho entre os membros; o pai ou a mãe, ou ainda ambos, se converteram em "figuras fortes" para suas respectivas famílias, por sua presença ativa e participante, estimulando a cooperação e organizando os grupos; e, finalmente, constatou-se uma maior participação nas atividades domésticas, distribuídas entre os diversos membros. No que se refere às famílias mais desintegradas, registra-se uma maior manifestação de ódio, rejeição e violência entre os parceiros, extensiva aos demais membros; a ausência dos pais ou mesmo de algum adulto responsável, dando origem ao que se intitulou "síndrome da casa vazia"; a imagem que os pais transmitem para os filhos é de desmotivação, de desinteresse e mesmo de impotência para enfrentar o desafio da sobrevivência, transformando-se assim em "figuras fracas" para a família; e uma generalizada manifestação de atitudes de alheamento e egoísmo em relação ao desempenho das atividades domésticas, reduzindo a casa — o lugar da família — em simples dormitório.

Por fim, é importante mencionar que o grau de integração/desintegração de uma família vincula-se às percepções que os seus membros sustentam a respeito do grau de envolvimento para com os demais membros. O sentimento de pertencimento se reflete nas preocupações manifestadas em relação à reciprocidade de compromissos. Não se trata, pois, de um fenômeno estático, como se fosse um atributo definitivo, ou um estigma a marcar para sempre a família, do tipo "a família unida sempre será unida", ou, o inverso, "a família desintegrada nunca conseguirá unir-se". Ao longo da convivência ocorrem flutuações de compromisso; entretanto, é importante notar, elas representam estados que se situam sobre um eixo cuja trajetória oscila da solidão à solidariedade.

## A família e os quadros de tensão

### A família e o abandono da casa

Após as reflexões desenvolvidas, chega o momento de enfrentar as indagações iniciais. O que tem a família a ver com o problema das crianças e adolescentes que a abandonaram para viverem definitivamente na rua? Quais são as características da família que mais influenciam o aparecimento deste problema?

Neste ponto é oportuno lembrar àqueles "economicistas" mais radicais que, nem consciente nem inconscientemente, se deseja lançar a culpa na família, encobrendo assim as graves injustiças sociais existentes, em particular nas sociedades terceiromundistas<sup>1</sup>. Porém, o que se torna inegável é o fato de que, quais-

1. "Efeito interdependência" — do tipo "um por todos e todos por um".

2. "Efeito egoísmo" — do tipo "cada um na sua".

1. No primeiro mundo também se verifica este problema, todavia não em proporções alarmantes como no nosso. A Europa, por exemplo, atualmente observa um sensível aumento nos seus índices, devido principalmente ao acréscimo de imigrantes.

quer que sejam os condicionantes “macro”, é na família que se constata o fenômeno. Daí, a preocupação em enfocá-la, dissecando a sua dinâmica.

O que ocorre com as crianças e adolescentes, principalmente aqueles que pertencem a famílias que se enquadram nas condições de pobreza do universo pesquisado, é que elas vivenciam um estado de tensão constante devido ao conflito entre a fantasia e a realidade. Submetida a todas as pressões de consumo que a sociedade divulga através dos meios de comunicação, a criança sonha com um mundo que se encontra fora de sua casa. Os brinquedos, os aparelhos elétricos, a música, o estilo de vida jovem, as marcas da boutique, os alimentos enlatados, o shopping, os lugares da moda, fazem parte desse imaginário coletivo que simboliza a vida na cidade. Mas a realidade se encontra na sua casa. As tristes condições de habitação onde não existe lugar para brincar e nem brinquedos, tampouco um local só seu onde possa garantir uma certa identidade; as frustrações com a alimentação; o trabalho duro, fora e dentro de casa; a falta de tempo para brincar, se divertir, descansar — fazem parte das constatações do seu dia-a-dia. Aí vem a conversa com os amiguinhos, as histórias que ouve, o trabalho na rua e as novas amizades, e uma outra vida vai se configurando. Os que estão na rua não precisam trabalhar duro, eles têm liberdade, alguns chegam até a calçar tênis e vestir roupa de marcas famosas, comem nas lanchonetes, arranjam até um dinheirinho. De repente, a rua se transforma no eldorado, no lugar onde todos os desejos se realizam!

Mas, então, o que ainda retém a criança ou o adolescente em casa? Como comprova Tajfel (1972), as pessoas tendem a abandonar o grupo quando este não é capaz de satisfazer as suas necessidades. Logo, o que seria de se esperar é que todas essas famílias já tivessem desaparecido. Mas, a despeito do visível aumento da população de crianças e adolescentes nas ruas, que ora se observa na maioria de nossas cidades, o que se infere é que realmente a vinculação ao grupo familiar se distingue da vinculação aos demais grupos. A presença da afetividade, do sentimento de proteção e segurança, dos compromissos de interdependência, dos compromissos de lealdade e solidariedade, parecem ser a ação neutralizadora frente à grande atração que a rua exerce.

A situação assemelha-se a uma disputa entre dois campos de força, tentando cada qual atrair as partículas para o seu interior. Diante dessa imagem, a única força de que dispõe o campo família repousa na solidariedade.

Por outro lado, parece claro que nesse duelo de forças existem alguns aspectos da dinâmica familiar que atuam de forma a desequilibrar o quadro da tensão — são os responsáveis pelo efeito expulsão. O clima de violência, a falta de apoio, a falta de incentivo, a “figura fraca” dos pais e o respectivo quadro de impotência para enfrentar as adversidades do mundo, a obrigatoriedade de ter que trabalhar e retornar trazendo um dinheirinho para dentro de casa, sob pena de enfrentar a violência dos pais; enfim, todos ou alguns destes fatores funcionam, sem dúvida, como verdadeiros estímulos que favorecem o abandono da família.

A alternativa, pelo que se verifica, se encontra na integração da família, no sentido de que sejam estimu-

ladas a emergência e permanência daqueles fatores que se configuram mais acolhedores, extinguindo os que contribuirão para tornar a dinâmica familiar repulsiva.

## A família e o subemprego

“Lugar de criança é em casa ou na escola” — sem dúvida, esta é a afirmação mais antiga e, por que não dizer, a mais nova esperança de modernidade, a qual almeja países como o nosso. Falar então de trabalho infantil em condições de subemprego parece ser grave deformação social. Infelizmente, esta é a realidade com que se defrontam hoje milhares ou milhões de crianças que perambulam pelas ruas das principais cidades brasileiras, em busca de ganhos financeiros. Ainda que reconhecendo a calamidade da situação, sabe-se que, tendo em vista os condicionantes que envolvem o problema, dificilmente esse quadro será extinto da paisagem urbana brasileira a curto prazo. Por isto mesmo impõe-se um conhecimento mais minucioso dos diferentes matizes da questão, visando-se encontrar as medidas que, implementadas através de políticas, sejam capazes de contribuir para evitar maiores seqüelas à população infantil que se encontra no exercício dessas atividades.

Vale, inicialmente, mencionar as dificuldades encontradas para definir o que é subemprego, como apontam os documentos do UNICEF (nº 1 e nº 8). Considerou-se atividade de subemprego aquela ligada a uma economia informal, que não está, portanto, sob controle quanto a: salário, benefícios, horário (número de horas, diurno/noturno), natureza das tarefas, desgaste físico, pausas, riscos de acidente, alimentação, insalubridade, treinamento e horário escolar. Acrescenta-se ainda os riscos resultantes do longo período correspondente a uma jornada de trabalho passada na rua, fora da proteção da família e submetida, em alguns casos, a situações que se configuram bastante ameaçadoras, como tentativas de estupro, prostituição, drogas, assaltos.

Cabe, então, à pergunta: por quais motivos uma criança ou adolescente exerce uma atividade de subemprego? Qual a influência da família no exercício desta atividade?

A reação primeira à pergunta formulada é considerar a resposta como óbvia: se a criança ou o adolescente trabalha é porque lhe faltam recursos financeiros, seja à família ou ao próprio menino ou menina. É inegável o fato de que dificilmente se encontra uma criança ou adolescente da classe média trabalhando em condições de subemprego. Quando acontece exercem alguma atividade, esta se apresenta em condições especiais, pois, inclusive, todo o cuidado é tomado para não interferir com a escola. Entretanto, é bom recordar que, não obstante o universo da pesquisa ter sido o das famílias em condições de pobreza, as informações coletadas nem sempre revelaram a necessidade de complemento da renda familiar. Das informações prestadas, o que se apreendeu foi a referência aos seguintes fatores, como motivos de ingresso no mercado do subemprego:

- o complemento da renda familiar;
- a necessidade de profissionalização;
- a liberdade de consumo.

Assim é que existem famílias nas quais efetivamente as condições de sobrevivência impõem que, de imediato, todos os seus membros busquem uma forma qualquer de atividade remunerada. Nestes casos, os pais chegam até a ser violentos no sentido de obrigarem os filhos a ganhar uns "trocados". O curioso é que nesta mesma situação se encontram outras famílias, que, em princípio, possuem uma entrada financeira pequena porém regular, e que, no entanto, também obrigam os filhos, inclusive crianças maiores de seis anos, a trabalhar. Parece que estas atitudes têm origem nos hábitos que os pais trouxeram do campo, de onde migraram. Segundo alguns depoimentos de pais e mães, houve a menção constante ao fato de que "lá na roça", onde nasceram, desde cedo ajudavam os seus pais na lavoura. Na cidade, sob condições diferentes, as exigências continuam, mas os resultados são bem diferentes. Ouviu-se afirmações de pais que diziam ser sua obrigação educar os filhos até os nove anos, depois do que as crianças teriam que se "virar" comprando inclusive o seu material escolar, roupa, sapato e tudo o mais que precisassem.

Já outros pais mencionaram as suas preocupações a respeito do futuro dos filhos. As justificativas para o subemprego encontravam-se nas expectativas de profissionalização dos mesmos. Uma declaração interessante foi a de um pai que, preocupado com suas dificuldades financeiras, reclamava a colaboração dos filhos e, ao mesmo tempo, mencionava que a filha de 16 anos estava sem trabalho porque "a menina só estuda... Acho que não vale a pena trabalhar como empregada doméstica, não ajuda nada, não vale para arranjar um emprego melhor para o futuro e ainda tem de parar de estudar...". Foram inúmeras ainda, em outros depoimentos, as referências ao fato de os filhos menores trabalharem em oficinas mecânicas, carpintarias, serralherias, quase clandestinas, do tipo "fundo de quintal", sem receber remuneração alguma, pois a finalidade era "aprender um ofício". Vale lembrar que estas oficinas, normalmente, apresentam péssimas condições de trabalho até para um trabalhador adulto, o que não dizer para crianças ou adolescentes.

Cada vez mais se observa a necessidade de ensino profissionalizante, que garanta a formação profissional e, também, remunerar as crianças ou os adolescentes na medida da sua produtividade, a fim de motivá-los.

O último tópico, então, refere-se à decisão da criança ou do adolescente de trabalhar para poder comprar as suas coisas e, também, "quem sabe ajudar um pouquinho à família...". O que se observou nestes casos foi que, por se tratar de iniciativa da própria criança ou adolescente, as reações podiam ser melhor entendidas se analisadas em conjunto o binômio subemprego/escola. Nos casos em que a criança ou adolescente permaneceu na escola, tendo muitas vezes que rea-

daptar os horários, como o menino fretista, observou-se que a atividade até contribuiu para o seu processo de amadurecimento, com a incorporação de responsabilidades, saudáveis para o jovem. Por outro lado, nas situações em que houve o abandono da escola e o total desinteresse da família, os resultados nem sempre foram muito positivos. A preocupação com ganhos elevados conduz a caminhos não muito adequados na obtenção de lucros maiores, como os que insinuam as atividades ilícitas, caso em que se encontra o menino papeleiro.

Das considerações levantadas infere-se, portanto, que a questão do trabalho no subemprego não se reveste, tão-somente, dos aspectos ligados ao complemento de renda familiar. Existem outras instâncias a reclamar de imediato uma ação governamental no sentido de regulamentar as atividades, talvez como primeiro passo para extingui-las.

## Família e trajetória de vida — do subemprego para a rua?

Será que a criança do subemprego, hoje, é o menor de rua de amanhã? Esta indagação também esteve presente durante o desenrolar da investigação. Talvez ela reflita um pouco as preocupações daqueles que travam um contato mais próximo com a população de crianças e adolescentes que orbitam em torno da rua. E, por isso mesmo, esta indagação deve ser entendida muito mais como o reflexo de uma atitude preocupada com relação ao futuro dessas crianças, do que uma manifestação gratuita de preconceito. Aliás, basta acompanhar de perto, preferentemente, o processo de transformações por que passam esses jovens, para se ficar mobilizado. Da timidez inicial à desenvoltura posterior, traçam-se as trajetórias de vida que, se bem analisadas, são capazes de fornecer indicações valiosas sobre a maneira como vão incorporando a realidade e, conseqüentemente, construindo o seu futuro.

Entre os vários aspectos pelos quais se pode avaliar o problema, o primeiro está na forma como se dá o ingresso no mercado de trabalho do subemprego. A questão é de se saber como é a interação família/criança ou adolescente. Se houve participação conjunta envolvendo a escolha da atividade, a busca de informação, a ajuda ou o alheamento de uma das partes. Caso afirmativo, ocorre uma tal cumplicidade, com a conseqüente internalização de compromissos, que dificilmente haverá grandes desvios de caminho. Porém quando se trata de uma decisão solitária, quer por imposição da família para aumentar a sua renda, quer por uma decisão isolada da criança ou do adolescente, os resultados terão alta probabilidade de serem imprevisíveis, como se pôde acompanhar nos relatos. O que se observa, nestes casos, é que as crianças ou adolescentes se manifestaram totalmente desinteressados pelas atividades desempenhadas. Com o tempo, começaram a se ligar nas mais variadas estimulações presentes no campo. Como resultado se tornaram mais propensos a embarcar em aventuras de risco.

Uma outra informação importante diz respeito ao

1. A afirmação se encontra entre aspas por ter sido um lugar-comum nos depoimentos das crianças e adolescentes entrevistados, mesmo sabendo-se que não correspondiam inteiramente à veracidade.

uso que a criança ou adolescente faz de seus rendimentos. Por menor que sejam os ganhos e as respectivas contribuições, o que deve ser considerado é o gesto de ajuda ou a indiferença. A atitude de envolvimento para com as necessidades da família é bem diferente da situação na qual a preocupação da criança ou do adolescente é do tipo “o dinheiro é meu e eu faço com ele o que eu quero”. Neste caso infere-se, sem muitas dificuldades, o tipo de dinâmica desintegrada da família, pois não consegue atrair este seu membro. O resultado também será de difícil prognóstico, dado que, sem nada que o prenda, esta criança ou adolescente se torna muito mais vulnerável aos mais variados tipos de apelos.

Finalmente, uma outra faceta do problema se encontra na própria escolha das atividades a desempenhar no mercado de subemprego, pois estas já trazem, em si mesmas, informações sobre a natureza dos papéis a desempenhar. Um exemplo é a atividade de papeleiro. A própria mistura de atividade legal (coleta de papéis) com ilegal (o furto de vasilhames, artigos de metal, cascos de bebida) é uma constante. Considerando-se ainda que, dentro do carrinho e nos depósitos de papel, podem ser encontrados qualquer tipo de mercadoria (material elétrico, eletrônico, equipamentos variados) chega-se à conclusão de que esta atividade pode ser vista, como “semi-ilícita”. Acrescente-se um outro dado bastante relevante — a ausência periódica de caso<sup>1</sup>. Ora, os pais que, embora mantendo interesse por seus filhos, não se preocupam em saber do paradeiro deles, estão arriscando muito e poderão, quem sabe, vir a ser surpreendidos com o rumo que eles tomarão. Pelo que se deduz, a ausência da casa é um indício perigoso, pois no início pode ser eventual, mas, depois, vai se tornando rotina e, quem sabe, pode ser que um dia não mais se retorne.

Deste modo, é interessante observar-se que a própria escolha da atividade já é um prenúncio do que pode vir a ocorrer em termos de desintegração familiar. A atitude da família, então, pode ser de fundamental importância, como observado em alguns depoimentos. A omissão, quer seja por descaso, desinformação ou falta de conscientização, resultará em conseqüências perigosas, como as que relataram alguns pais, arrependidos por não terem tomado providências desde cedo. Convém ainda chamar-se a atenção dos pais sobre os tipos de atividades, seus riscos, cuidados, pois às vezes, devido à total desinformação, esses pais não dão conta, a tempo, dos problemas que poderão vir a ocasionar algumas atividades aparentemente lucrativas que seus filhos vêm exercendo.

Finalmente, convém refletir sobre a perda de valor do salário-mínimo. O aprendizado que a criança ou adolescente faz da relação entre investimento de energia (esforço) e o retorno em termos de ganhos é de fundamental importância para a sua perspectiva futura. Se, de repente, após algum tempo exercendo alguma atividade, se convencer que está sendo “otário” ou injustiçado, inexoravelmente se predisporá a buscar outros ganhos complementares. E a questão na famí-

lia, nestes casos, se torna mais complicada, porque não foram poucos os meninos entrevistados, principalmente papeleiros, que afirmaram ganhar duas ou três vezes mais que seus respectivos pais ou padrastos. Quando uma confrontação deste nível se instala, dificilmente uma dinâmica familiar consegue se segurar diante da perplexidade gerada. O que fatalmente ocorre é que a criança ou adolescente buscará outros caminhos, mais tortuosos, porém mais rentáveis.

## 4. Em busca da solidariedade desaparecida



imagem da família como uma espécie de usina produtora de crianças e adolescentes foi a que se procurou passar. Evidentemente, não se trata nem de responsabilizá-la, nem de analisá-la isoladamente, pois que, como parte integrante da sociedade, ela vem sofrendo efeitos perversos dos graves problemas sócio-econômicos atualmente existentes.

É importante ainda sublinhar que tampouco desconheceu-se o fato de que uma dinâmica familiar não deve ser reduzida a uma dinâmica de grupo pequeno. Se idênticos fossem os vínculos familiares e os vínculos grupais, já estariam em extinção as famílias em condições de pobreza, pois todos os seus membros já as teriam abandonado.

Este trabalho com as famílias em condições de pobreza permitiu trazer à tona aspectos da dinâmica familiar que esclarecem não ser somente os fatores econômicos os responsáveis pelo seu processo de desintegração. Ao que parece, a família apresenta problemas de articulação interna, independente da influência da questão econômica, como atestam algumas famílias que conseguem se manter integradas mesmo em duras condições de pobreza.

Introduz-se assim, neste ponto, um tema de vital importância para compreensão do fenômeno abordado — as transformações da família.

Há algum tempo estudiosos de diferentes áreas do conhecimento dedicam-se a pesquisar as modificações que o grupo familiar vem apresentando. Para muitos é como se estivesse ocorrendo um enfraquecimento desta estrutura. Ariés (1981), em sua tentativa de reconstrução histórica, chama a atenção para a fragilidade da instituição família, a despeito de muitos acharem o contrário, uma vez que a proteção da intimidade da família contra o efeito desagregador das pressões sociais, em verdade, foi um produto tardio da história, pois somente se encontram indícios dela a partir do séc. XVIII. O que entra em jogo, então, é a questão da solidez da instituição,

1. Tendo em vista o horário de trabalho, os donos de depósito dão preferência aos meninos que dormem nos depósitos, ainda que as instalações sejam péssimas. A maioria dos meninos só vai para casa nos fins-de-semana.

pelo menos, com as características identificadas atualmente. Já transcorreram quase vinte anos da crise apontada por Laing (1972) e Cooper (1980) quando, então, tiveram a oportunidade de preconizar a morte da família e a sua respectiva substituição pela comunidade. Malgrado as críticas formuladas, a família permanece, fragilizada ou não, mesmo porque não se descobriu ainda instituição melhor para educar as crianças e adolescentes. Uma lembrança, de recordação tão sinistra, vem a ser as experiências com instituições fechadas do tipo SAM, depois FUNABEM, que, a título de proposta educacional moderna, criaram estabelecimentos com o intuito de substituir a família. Do resultado trágico o novo Estatuto da criança acabou por enterrar os escombros ao abolir o regime asilar.

Entretanto, não se pode desconhecer a necessidade de mudanças. A propósito, David (1977) defende a tese de que se tornou imperioso rever alguns aspectos do fenômeno, de forma a não se manter uma imagem totalmente divergente da realidade vivenciada. Propõe, a título inicial, repensar os seguintes pontos: o estatuto da mulher, a função do pai e o lugar da criança.

No caso desta pesquisa, constatou-se efetivamente uma mudança dos papéis no interior da família, devido, principalmente, à presença de uma estrutura nitidamente matrilinear. A mãe ocupa praticamente o lugar do "pai simbólico" de Lacan, pois sendo a principal responsável pela renda familiar, passa à condição de chefe da família. Um fato interessante registrado foi o número de mulheres que já se encontravam acima de cinco ligações com companheiros. Em virtude de serem independentes financeiramente e de lhes pertencer a casa, elas permanecem na casa com seus filhos, enquanto os parceiros são substituídos. O mes-

mo vem ocorrendo com algumas crianças que, devido ao seu trabalho, assumem por vezes a condição de "homem da casa", dado que é em função de seus ganhos que a família se sustenta. Ao lado disto, a imagem de pai desempregado ou ganhando pouco frente à família, que ainda projeta as expectativas culturais em relação ao chefe da família, cria sem dúvida um choque entre a aspiração e a realização no interior da dinâmica familiar.

Por tudo isto, constata-se uma crise de identidade do tipo "quem é quem?" na família, o que, por si só, já é bastante para o aumento do campo de tensões.

Entretanto, parece que a crise não seria suficiente para justificar os problemas levantados, porque, se assim fosse, estariam presentes em todas as famílias estudadas. A questão, ao que tudo indica, parece se colocar em outra instância. Em verdade, não parece ser nenhum processo: nem de extinção, nem de enfraquecimento, nem de substituição, mas sim de falta de solidariedade. Aliás, na análise sócio-antropológica, Vogel e Mello (Capítulo 6) apontam para a tentativa de reprodução da família solidária idealizada, feita por crianças e adolescentes que vivem na rua. Eles parecem agir como se tentassem fugir da solidão, produzindo uma dinâmica de interação na qual o líder se assume como pai e os demais membros se organizam como filhos.

Face a estas considerações, o que se tem a fazer, a título de conclusão, é enfatizar que a solução se encontra em fortalecer a família, mediante o concurso de políticas, de forma que estas possam contribuir para uma dinâmica de interação familiar mais integrada. Deste modo, talvez, se consiga deter um pouco essa verdadeira hemorragia social na qual se converteu o drama de crianças vivendo na rua.

# Referências Bibliográficas

- ANZIEU, D. (1981). *Le Groupe et l'inconscient: l'imaginaire groupal*. Paris: Dunod.
- ARIÉS, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- BERTALANFFY, L.V. (1973). *Teoria geral dos sistemas*. Petrópolis: Vozes.
- DAVID, P. (1977). *Psicanálise e família*. Lisboa: Moraes.
- EIGUER, A. (1985). *Um divã para a família: do modelo grupal à terapia familiar psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- EISER, R. J. (1986). *Social Psychology: attitudes, cognition and social behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KÄES, R. (1977). *El aparato psíquico grupal: construcciones de grupo*. Barcelona: Granica.
- LAING, R.D. (1972). *La politique de la famille*. Paris: Stock.
- LEWING, K. (1947). Group Decision and Social Change. In: T. M. NEWCOMB, E. Hartley (eds.). *Readings in social psychology*. New York: Holt.
- LINCOLN, Y. & GUBA, E. (1985). *Naturalistic inquiry*. Beverly Hills: C A, Sage.
- MOSCOVICI, S. (org.). (1990). *Psychologie sociale*. 3. ed. Paris: PUF.
- (1990). *A máquina de fazer deuses*. Rio de Janeiro: Imago.
- PIRES, J.M. (1988). *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado).
- SARTRE, J.P. (1960). *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard (Théorie des Ensembles pratiques, I).
- SENNET, R. (1981). *Autorité*. Paris: Fayard.
- SILVEIRA, R. L. L.(1989). *O menor mulher: a dupla opressão*. Fortaleza: UFCe (Dissertação de Mestrado).
- TAJFEL, H. (1972). La categorization sociale . In: S. MOSCOVICI, S. (org.). *Introduction à la psychologie sociale*. Paris: Larousse.
- (1980). Comportamento intergrupo e psicologia social de mudança. In: *Simpósio sobre mudança social e psicologia social*. Lisboa: Presença.
- UNICEF (1988-1991). *Menores en circunstancias especialmente difíciles*.
- UNICEF (1989). *Lineamientos para la aplicación de la guía metodológica para el análisis de situación de menores en circunstancias especialmente difíciles*. Bogotá.

## As histórias de vida do menor de rua

**N**a categoria denominada menores de rua foram entrevistadas as seguintes pessoas: três menores (2 meninos e uma menina), suas respectivas mães e dois companheiros<sup>1</sup> das mães. Primeiramente foram entrevistados os menores e depois a família, tendo-se o cuidado de consultar os menores sobre a existência de algum impedimento em relação às entrevistas com suas respectivas famílias.

### Caso 1

Menor: 13 anos  
Sexo: masculino  
Saída para a rua: aos 6 anos

A escolha desta história de vida deveu-se ao fato de o menor apresentar um volume intenso de registros de ocorrências no Setor de Triagem, face aos inúmeros encaminhamentos realizados pelos órgãos policiais, na sua maioria a detenção, em flagrante, por furto, roubo e desordem. Atente-se, ainda, ao fato de que o menor foi entrevistado na Delegacia de Menores por autorização da Sra. Delegada de Menores, onde se encontrava recolhido há dois meses, à disposição do Sr. Juiz de Menores.

## Dados sobre a família (depoimento da mãe)

Idade da mãe: 30 anos  
Idade do pai: ± 50 anos

Obs.: O pai negou-se a dar entrevista, reagindo de forma agressiva às tentativas de persuasão. Trata-se ao que tudo indica de uma pessoa doente que, segundo os familiares e vizinhos, já se submeteu a uma cirurgia cerebral.

1. A terminologia "companheiro da mãe", e não padrasto, foi utilizada em virtude de ser uma relação estabelecida pela mãe após a saída de casa do menor.

Tempo de convivência do casal: 15 anos

Número de filhos:

*Condições econômicas:* a mãe trabalha como arrumadeira em um hotel, ganhando em torno de dois salários mínimos (salário e gratificações). O pai, no dizer da mãe, "recebe aposentadoria e ainda trabalha à noite; mas eu não vejo o dinheiro dele... roupa para os meninos só eu compro".

*Condições de habitação:* a casa é bem modesta, com 4 cômodos pequenos, morando a mãe e três filhas (12, 10 e 7 anos) e, de vez em quando, o menor que está na rua. O pai dorme em outra casa, ao lado, no terreno que é de propriedade de sua mãe, falecida ano passado. Atualmente existe uma pendência judicial entre os herdeiros. É importante registrar que o terreno está localizado em um bairro central da cidade, valorizado, portanto. Consta ainda que o pai recebe alugueis de outros imóveis que possui.

As condições em que vive a família são bem modestas; entretanto, não pagam aluguel, se alimentam bem e moram num bairro com todas as facilidades de locomoção e serviços.

## A trajetória da genitora até a constituição da família do menor

### A infância

Disse que não teve infância, pois vivia na roça e "mexia com gado, plantação, essa coisarada toda..."

Mencionou, ainda, que não gostava de lembrar dessas experiências: "Nossa! eu tenho pavor de roça!... a gente trabalha muito, no sol... a gente apanhava muito... meus pais eram muito rigorosos... eles batiam em nós, só faltava matar".

Então, quando tinha 7 anos, a família mudou-se para Goiânia.

### Escolarização

Disse ter iniciado os estudos com 9 anos e que estudou até a 8ª série, não chegando a obter o diploma de 1º grau.

## A primeira ligação amorosa

Desde os 13 anos era muito namorada e vivia brigando com a mãe, que não a deixava sair para as

festas, principalmente nos sábados. Por isso mesmo, era obrigada a fugir, mesmo sabendo que depois iria apanhar muito. Foi então que conheceu um rapaz por quem se enamorou (segundo ela, “ainda o grande amor de sua vida...”) e foi morar com ele. Viveiram juntos dois anos, tendo engravidado dele: “Aí nos separamos... ele casou depois com uma amiga minha”.

## A trajetória da família: da sua constituição à saída do menor para a rua

### A constituição da família do menor

Aos 15 anos, amigou-se “com o atual companheiro”, pai do menor de rua. Observou que seus pais não queriam que ela fizesse isso; entretanto, diz ela, “eu fugi e fui morar com a madrinha dele, até a gente montar casa”.

Como o companheiro tratasse mal o filho daquela primeira ligação, este foi entregue aos seus pais que o criaram. Este filho (o mais velho) foi criado pelos avós maternos, estando hoje com 16 anos, “trabalhando e estudando”.

Com o nascimento do segundo filho (primeiro do casal, o menor de rua), “arrumamos um barracão e mudamos”. Disse ter vivido muito bem, em que pese o companheiro ser doente.

“Tinha um problema de balas na cabeça... isto era antes de conhecê-lo... Aí ele fez operações pra tirar... aí foi ficando nervoso desse jeito. Se a gente falava com ele, ele quer bater... quer dar tiro... sabe, às vezes eu não aceito que ele me bate e então eu dou uns murro nele... Aí elas (as irmãs dele) vêm em socorro, porque elas não acham justo bater nele, porque ele é doente... Então, é uma confusão danada. Já tivemos um período separados, quando a mãe dele levou ele embora. Quando a mãe dele morreu, eu não podia deixar ele sozinho... afinal, ele é pai dos meus filhos e ainda mais que eu estou no lugar que são deles” [ela está se referindo ao fato de que a casa onde mora é propriedade do companheiro]. Quando ele briga comigo, ele me manda embora, como já mandou diversas vezes o menino. A gente briga, discute, mas eu lavo a roupa dele, cozinho para ele... Mas cada um tem a sua vida, não vivemos como marido e mulher. Não dependo dele para viver, a não ser a casa... é ele que faz alguma compra pra os meninos”.

## A vida do menor antes de ir para a rua

Disse que o menino sempre foi muito bom e nunca desconfiou de nada; sempre foi criado sem muita atenção, segundo a mãe, porque o pai não gostava dele e ela, por sua vez, não tinha tempo.

Quando o menino tinha 6 anos ela começou a trabalhar de copeira em dois empregos, em firmas diferentes: um, das 07:00 às 12:00 horas e o outro, das 13:00 às 21:00 horas. Isto correspondia a se ausentar de casa de segunda a sexta-feira das 05:30 às 21:30 horas.

A princípio o menino sumia de casa e aparecia horas depois. Em seguida, começou a desaparecer sistematicamente por uns dois dias “mas ninguém desconfiava de nada... Um dia o pai dele chegou até a botar retrato dele na televisão...”

### A saída de casa (a visão da mãe)

Embora o menino já se ausentasse de casa frequentemente, a família parecia não ter se dado conta do que estava se passando. Foi só quando o menino desapareceu por cerca de vinte dias e foi encontrado na Delegacia de Menores que começaram a entender o que ocorria.

A partir daí, em contato com a equipe do Juizado de Menores, foram se conscientizando do problema.

“Um dia eu saí cedo do trabalho para passar no centro da cidade e ver se achava ele... Eu vi ele, naquele momento ele tinha acabado de tirar a carteira de uma mulher... Eu passei mal na rua, foi preciso o pessoal da limpeza me pegar... Pra diante a gente foi descobrindo várias coisas que ele fazia... Ele mexe com drogas... eu já fui muitas vezes ao Pronto-socorro... Chegava lá, ele estava desmaiado... todo mole...”

### A saída de casa (a visão do menino)

Dentro da percepção do próprio menino, a sua saída de casa aconteceu assim: “...tinha um colega meu que já era dessa vida e me convidou. Eu em princípio não quis ir; ele “alugou” a minha cabeça e aí eu fui com ele lá no centro. Aí eu comecei essa vida... cheirar esmalte...”

Segundo o menino, ele tinha uns 8 anos quando começou a sair de casa e agora está com 14 anos (constata-se aqui uma diferença com relação ao depoimento da mãe, que diz ter o filho 13 anos). A primeira coisa que fez quando chegou à rua foi pedir dinheiro numa pizzaria para comer. Depois, começou “a roubar bolsa de mulher... a cheirar cola... a cheirar esmalte...”

# A trajetória do menor: da saída de casa até o momento atual

## A visão da mãe

“Ele viveu dos 6 aos 11 anos nessa vida, indo para a rua, depois passando um bocado em casa, retornando a seguir. Até que resolveu viver com a avó paterna. Ficou até o início deste ano, quando a avó morreu. Não durou muito tempo... depois de algum tempo os colegas de rua vieram apanhá-lo... a vida dele é essa mesma: sai de casa e depois volta. Ele já fez duas cirurgias no tornozelo e já quebrou a perna em três lugares... e os braços também. Às vezes eu saía do serviço e trago ele. Bato nele, demais... mas não adianta, ele está sempre drogado... eu trago ele... mas é difícil... eu tenho até hoje marcas das dentadas dele... E o pessoal grande que andavam com ele não gostavam que a gente fosse apanhá-lo. Um me disse, uma vez: — não vem atrás dele, não, que eu vou te acertar uns murros! Ele pegou um ferro pra me acertar... Mesmo assim eu tirava o menino das mãos deles e botava no ônibus... não adiantava muito... Ele entrava por uma porta e saía pela outra. E o cara estava esperando ele mais a frente...”

Por isso, segundo a mãe, já está havendo um certo esmorecimento na vontade de retirá-lo da rua: “a gente peleja de um jeito, peleja de outro, dá conselhos, mas não resolve muito... O tempo vai passando assim... O pai dele é doente; um dia ia apanhar o menino, já outro não...”

Quanto ao relacionamento do menor com o pai, acha que foi sempre ruim: “o pai sempre foi nervoso, nunca deu atenção. Se o menino teve atenção foi dos colegas dele na rua. Tem um pessoal do CETI<sup>1</sup> e outras pessoas que falam com os meninos na rua... eles chamam de tia<sup>2</sup>, eles tratam os meninos bem... Ele não tinha apoio nenhum do pai, só o meu...”

Continuando a falar do carinho, a mãe, nesse momento, deu como exemplo o filho mais velho que, como se sabe, foi criado pelos avós maternos. “Ele é um menino que estuda, está fazendo o 1º grau e trabalha”. Perguntada então se ela achava que, caso o menino fosse criado por ela, poderia vir a dar trabalho, respondeu que sim, “podia dar, porque eu não tive tempo de olhar eles assim direitinho. Se eu falar que eu tive tempo, tava mentindo... Acho que dava, sim...”

## A visão do menor

Na rua vive do dinheiro que consegue roubar. Diz que não tem um grupo muito definido, mas que tem

1. CETI (Centro de Triagem Integrada) é o órgão de triagem responsável pelo recebimento dos menores recolhidos na rua ou detidos por policiais.

2. Educadores de rua.

os meninos que ele gosta mais de andar. Tem um que parece ser o seu líder, que vai sempre buscá-lo, mesmo quando resolve ir para casa. Perguntado por que razão, respondeu que o colega às vezes oferece drogas e ele, então, vai para a rua. “Tem vezes, não sei, não, ele faz a minha cabeça... aluga a cabeça da gente, fica dizendo: — vamos para o centro, vamos para o centro, ganhar dinheiro... Tem vezes que eu vou porque eu quero, tem vezes que eu tenho medo dele me pegar, me bater... aí eu vou.”

Atualmente está batendo carteiras — “o chorro”. Já fez “caxanga”, ou seja, roubos que exigem maior organização, como, por exemplo, roubar butiques. Entretanto, hoje em dia se tornou mais perigoso, dado que “fazer caxanga é arriscar levar um tiro na cabeça...” O motivo parece ser o aumento de vigilância nas casas comerciais, acrescido do aumento da ação policial, tudo com o intuito de diminuir o índice de roubos aos estabelecimentos comerciais.

Mas, voltando ao tema inicial, mencionou que a sua rotina diária era “roubar as bolsas das mulheres, para depois tomar os troços<sup>1</sup>...”

## A experiência com as drogas

Já fez uso de cola de madeira e esmalte de unha, mas agora prefere o *Eritosse*, o *Rupenol* ou *Diazepan*. A cola e o esmalte compram no supermercado e os remédios na farmácia, sem problema algum, bastando ter dinheiro.

Para preparar o *Eritosse* basta misturar o conteúdo num copo de cerveja e depois repartir com o grupo. “O *Diazepan* você lava na água, tira aquele amarelo e na hora em que ele ficar branco você pega e toma ele com água, com pinga...” A sua preferência atual recai no *Eritosse* e maconha, juntos.

Perguntado sobre o que sente quando sob o efeito das drogas, respondeu: “a gente fica bobo, doidão, a gente não sente nada... Dá tudo certo... dá vontade de roubar... dá vontade de brigar...”

Perguntado sobre a origem das tremedeiras que apresenta atualmente nas mãos, nas pernas, nos lábios, disse que há muito tempo sente isso e que por este motivo não dava mais bola.

## Condições de vida na rua

Disse que quando chega a vontade de dormir vão se esconder nos “mocós”. Atualmente tem dormido no mocó da Av. Goiás. “Aí a gente arruma um papelão, tem sempre umas cobertinhas velhas, e quebra o galho...”

Quanto à alimentação, quando está sem dinheiro tenta conseguir um prato de comida pelos bares. Caso contrário, “cheira cola, que engana o estômago, até descolar uma grana...”

1. Os “troços” a que se refere dizem respeito a cheirar cola, cheirar esmalte e outros tipos de drogas.

## A melhor coisa que aconteceu na sua vida

Ocorreu um fato bastante interessante durante a entrevista com o menor. Num determinado instante, foi-lhe solicitado que falasse da coisa mais “bacana” que já tinha acontecido na sua vida. De pronto, respondeu: “foi o acidente que sofri...” Diante da perplexidade e, como se mantivesse firme no propósito de falar sobre o acidente, foi-lhe solicitado que o relatasse. “Tinha um velho com uma bolsa marrom, a tiracolo, eu abri a bolsa e peguei 300 cruzados... Na época era muito dinheiro... eu estava careta, não tinha tomado nada. Aí eu peguei o dinheiro e saí correndo, mas o velho veio atrás... Uns colegas que estavam comigo disseram pra eu sair fora que o velho vinha atrás. Aí eu atravessei a rua, veio um carro e me pegou. Eu machuquei muito, tive até que colocar platina na minha perna.”

A seguir, refeita então a pergunta original, respondeu: “Foi o tempo que fiquei morando com a minha avó. Foi logo depois do acidente. Minha avó chegou pra mim e disse: — você quer morar aqui em casa? Te dou estudo, todo mês compro uns negócios pra você, te dou roupa, coloco você no campo do Atlético pra você jogar futebol... Aí eu peguei e falei: — se a minha mãe deixar, eu fico. A minha mãe deixou e então eu peguei e fiquei com ela. Mas ela morreu... foi em 87 que ela morreu. De lá pra cá tô na rua direto...”<sup>1</sup>

## A perspectiva temporal futura

### As expectativas da mãe

Perguntada a respeito de seus planos futuros, respondeu: “eu pretendo ficar sozinha... quero o meu filho de volta... quero ver se eu recupero ele. Acho que se eu sair do emprego e ficar quieta dentro de casa, eu acho que ele pára...” Quanto à sobrevivência, acha que esta poderá ser obtida entrando na justiça e obrigando o pai a pagar uma pensão. “Ele tem condição de dar e eu também podia arrumar um serviço que eu trabalhasse em casa: costurar, mexer com salgadinhos, doces...”

Indagada do porquê ainda não tinha colocado em prática essa intenção, declarou ter que primeiramente resolver a questão da herança e da pensão. “Afim, isto é do pai deles. Depois é só construir mais um cômodo e a casa fica boa... Ele sai e eu fico morando”. Mas, como acha que será difícil que o

juiz conceda o que deseja, disse que “o jeito é continuar trabalhando e amarrar este menino, aliás, como já fiz, amarrar de corrente pra que ele não fuja”.

Depois, refletindo sobre o que acabara de falar, disse que não sabia o que fazer. “Se eu deixo ele na rua, ele faz desordem, a polícia vem, pode matar; se eu amarrar ele em casa, vem um vizinho, dá queixa e aí vão me prender. É, tá difícil, não é? O melhor é mesmo eu sair do emprego pra olhar ele...”

## As expectativas do menor

Tendo em vista que se encontrava preso há mais de dois meses na delegacia de menores, por ocasião da entrevista o menor disse que o que importava era sair de lá. Estava tentando entrar em contato com a mãe para ver se ela consegue tirá-lo de lá. Segundo ele, depois dessa, ele não ia mais voltar para a rua. “Quando eu voltar pra casa eu vou me defender... eu vou todo o dia com a minha mãe para o serviço dela, eu tenho como trabalhar lá”. Perguntado por que ainda não tinha colocado isto em prática, respondeu que “a cabeça ainda não passava isto, não, mas agora era diferente...”

### Caso 2

Menor: 8 anos

Sexo: masculino

Saída para a rua: desde os 3 anos

A escolha deste caso baseou-se no fato de que pelos registros dos Órgãos de Atendimento, tratase da criança que com menos idade foi viver na rua e continua sendo, ainda, o de menor idade, embora já possua cinco anos de experiência. Possui ainda um irmão mais velho, de cerca de 11 anos, também vivendo na rua; infelizmente, não se conseguiu localizá-lo a tempo de entrevistá-lo. Se a pouca idade sugere aspectos de relevância, não encontráveis com freqüência em outros menores, por outro lado dificultou a comunicação, devido à pouca fluência verbal do entrevistado. Acrescente-se ainda um nível de agitação motora elevado, o que dificultou ainda mais a coleta de informações, porque o menor não conseguia ficar muito tempo sentado e confinado numa sala. Atualmente este menor se encontra assistido por instituição aberta, onde foi entrevistado.

Segundo informações dos educadores da instituição, ele permanece aí há cerca de três meses, embora possa sair e voltar para a rua sem nenhuma restrição.

1. Neste período em que viveu com a avó foi a única vez que freqüentou uma escola. Diz ter estudado até a 2ª série.

# Dados sobre a família (depoimento da mãe)

Idade da Mãe: 30 anos

Obs.: Atualmente o companheiro com quem vive é o quinto e convive com ele há dois anos. O pai dos menores que estão na rua foi o seu terceiro companheiro.

**Número de filhos:** São 10 filhos. A mais velha tem 17 anos e já possui um filho, ambos morando com a avó materna. A idade do restante dos filhos varia na faixa de 2 a 16 anos, moram todos juntos com a mãe e o novo companheiro. Além dos dois menores que estão na rua (um com 11 e outro com 8 anos), segundo a mãe, “já existe uma porção deles que só quer saber de rua... desaparece durante o dia e só volta de noite”.

**Condições econômicas:** a mãe trabalha na Limpeza Urbana, ganhando em torno de dois salários-mínimos. O atual companheiro trabalha como auxiliar de enfermagem e tira em torno de dois salários-mínimos também. Existem dois filhos (um de 16 e outro de 14 anos) que disseram também trabalhar, mas não se pode levantar com certeza o quanto ganham.

**Condições de habitação:** A casa é bem modesta, de estuque e sapê, localizada numa região bem periférica de Goiânia, distante uma hora do centro. A casa tem 5 cômodos, sendo muito pequena para acomodar os moradores: o casal, três adolescentes e quatro crianças, fora os dois menores que vivem na rua. Entretanto, a região é muito agradável e a casa possui um terreno grande que pode ser cultivado, além de ser própria e bem equipada.

## A trajetória da genitora até a constituição da família do menor

### A infância

“Eu tinha uma vida maravilhosa. A minha família não era rica... nunca ouvi falar que um da minha família mexesse com a lei<sup>1</sup>. A família de minha mãe é todos rica... mexe com fazenda... a mais fraquinha é a minha mãe... Eu passei a minha infância na roça, foi capinando, plantando. Minha mãe se separou de meu pai quando eu era pequena... eu vim conhecer meu pai quando tinha 11 anos. Mas, foi muito boa... eu trabalhava muito, mas eu era muito sapeca... nós ia brincar no córrego, brincar de marido e mulher... eu era muito traquinas... Na época que eu mudei

1. Está se referindo a ter problemas com a lei, com a polícia.

para outra região, aí eu danei a arrumar uns namoradinhos... A minha infância não foi destruída com crianças... a minha infância foi destruída por uma pessoa de mais de 40 anos...”

### O estupro

“Eu tava com 8 anos de idade quando eu perdi a minha infância, nem sei eu não tinha... Foi que nem bicho selvagem... Depois que aconteceu tudo, ele puxou da gaveta um revólver: — isso aqui é pra descarregar todinho na sua família se você abrir a boca!... Aí eu passei calada... Quando a minha mãe veio descobrir, eu tava com 13 pra 14 anos... A minha mãe tava pra levar no médico, eu fiquei com medo de passar vergonha, o médico descobrir, aí eu abri o jogo com minha mãe... Foi uma decepção, porque eu era a única filha mulher e a minha mãe queria tanto me ver vestida de noiva. Depois que eu contei, a minha vida acabou... acabou aquela infância de alegria, de confiança, de consideração dentro de casa...”

### A primeira ligação amorosa

Em virtude da descoberta de que não era mais virgem, o padrasto obrigou-a a morar com uma pessoa que ela não queria. Mas mesmo assim guarda boa lembrança do padrasto. “Meu padrasto era gente boa, foi o que eu conheci como pai, acarinhava que nem pai... era gente humilde. Mas eu tinha perdido a confiança. Então, o meu padrasto fez eu morar com essa pessoa, sem eu querer... Eu era criança — 13 anos — e ele já era avô... eu nem tinha idéia... Ele saía pra trabalhar, quando ele chegava eu tava brincando de boneca mais as filhas dele... Foi nessa época que peguei a gestação... Quando ela nasceu eu tinha 14 anos. Aí eu peguei nojo dele... Ele na época abandonou os filhos, a família, foi embora... me chamou várias vezes pra morar juntos... Atrapalhei da cabeça, fiquei doidinha da cabeça depois que a primeira filha nasceu... Levaram eu pra outra cidade, uns dizem que eu estava macumbada, outros que eu estava com demônio... Na época eu fiquei ruim, eu não conhecia ninguém, nem os filhos dele, nem a minha própria mãe... Os outros chegavam perto de mim, se não fossem espertos eu avançava... Minhas conversa era tudo diferente... Foi aí que a médica disse que era tudo devido à gestação recente... passou uns remédios e eu voltei pra dentro de casa... de minha mãe”.

### O retorno e a expulsão da casa materna

“O meu terceiro padrasto é que tentou viver comigo mais a minha mãe. Foi uma pessoa... boa pra minha mãe, ruim pra mim... Ele queria que eu fosse

esposa dele, junto com a minha mãe: — já que você não é de nada mais, você fica aqui comigo. Quando a sua mãe tiver doente, você fica aqui sendo minha esposa. Eu disse a ele que se ele não endireitasse ia contar isso pra minha mãe. Foi aí que eu não agüentei mais e abri o jogo com a minha mãe: — mãe, vamos embora pra Goiânia, é uma capital boa, dá toda assistência pra nós, esse marido da senhora não é homem pra nós... A mãe não acreditou naquilo e abriu o jogo com ele. Ele ficou tão revoltado com aquilo que eu contei que ele me pegou e me deu um couro...:

— Uma cachorra que nem você, tem mais é que morar na rua! Pegou as minhas coisas e jogou da porta de casa pra rua...”

## A segunda ligação amorosa

Saiu da casa do padrasto (expulsão) e foi para a casa de um primo dele. Conversou com o mesmo, fazendo uma proposta para tentar resolver a situação em que se encontrava. “Aí eu arrumei o pai do meu segundo filho... — Se você me der arroz e feijão, um lugar pra eu morar é o que eu quero... Aí eu abri o jogo pra ele, contei tudo direitinho pra ele... ele chegou a chorar. — Vou levar você pra minha casa. Eu sou rapaz solteiro, bebo as minhas pinga...”

Nessa época ele tinha uns 19 anos. Nós fomos morar juntos. Nasceu o menino, tudo bem. Quando foi o outro filho, aí começou... começou a arrumar muiezada. No dia que eu ganhei o menino, eu comecei a ter o treco de novo. Os médicos examinaram e disseram que eu estava daquele jeito por falta de alimento. Aí eu peguei e vim pra Goiânia. Fui morar com a família dele. Não deu certo e então eu fui embora pro Norte. Lá encontrei a minha mãe e fui morar com ela e meu padrasto. Trabalhando na roça e ajudando a criar os meus...”

## A trajetória da família: de sua constituição à saída do menor para a rua

### A constituição da família do menor (a terceira ligação amorosa)

“ — Ali tem um rapaz trabalhador, muito humilde... por que você não vai morar com ele?, disse o meu padrasto. Ele achava que eu tinha que ter um homem pra aprender a educar os meus filhos. Então

eu fui morar com ele... é aquele que é o pai dos meninos<sup>1</sup>. Trabalhador, demais da conta, seguro, o que ele faz é pensando no futuro... casa farturenta... Não deu certo por causa de uma certa pessoa, o meu compadre que morava conosco. Eu encontrei o rapaz que vivia comigo mexendo com homem... eu fiquei sem graça...”

Depois de algum tempo, segundo a entrevistada, achou que não dava para continuar e saiu de casa. Aí veio para Goiânia e de novo restabeleceu o convívio com o mesmo companheiro. Nessa situação em que se encontrava, muito dependente, disse que a sua vida com muitos filhos era difícil. “Depois eu acordei... vi que aquilo não era vida... ele me batia, judiava comigo... ruim demais. Nessa época eu não trabalhava, vivia às custas de homem... só comia o que botavam em casa... Aí não suportei mais e saí de casa”.

## A quarta ligação amorosa

Consegui com o auxílio da mãe e parentes internar os mais velhos num orfanato em Anápolis. Consegui uma casa para morar na Vila Mutirão e ficou com o menor, que devia ter uns 2 anos na época. Arrumou um companheiro que foi viver com ela, mas que também não deu certo, porque não queria trabalhar. Era ela que tinha que sustentar tudo. Foi então que consegui trabalhar na Limpeza Urbana, em 1984. “Depois que eu entrei na COMURG a minha vida melhorou...”

## A vida do menor antes de ir para a rua

Quando começou a trabalhar na Limpeza Urbana, o menor tinha 3 anos e não dispunha de ninguém para cuidar dele. “Foi então que um meu irmão começou a levar o menor todo dia pra conhecer Goiânia... Eu saía de madrugada pra trabalhar e chegava tarde da noite e aí danava a procurar os meninos... cadê os meninos? ... Os meninos tavam pra rua...”

Como estivesse com saudades e achasse que “ter uma casa e um emprego era uma riqueza para os meus filhos... “mandou buscar os filhos todos para morarem juntos. “Lá onde nós morava tinha muita criança. Mas basta um, pra levar todos a perder. Um diz: — vamos lá pra Goiânia! lá a gente consegue um dinheiro, nós compra balinha, nós faz isso, nós faz aquilo... Aí acostuma, não quer outra vida...”

Mas mesmo assim disse que tentava dar conselhos para eles: “ — mamãe foi criada na roça, nunca teve tempo pra aprender o que não presta... Se vocês não querem estudar, pelo menos fica em casa... tudo o que vocês pede, mamãe dá: mamãe compra televisão, dá carinho, dá amor, conto a ‘regulagem’ como é lá fora, procuro o lado que é melhor pra vocês... Mas parece que não adiantava muito...”

1. Os “meninos” são justamente os menores que se encontram na rua.

## A saída de casa (a visão da mãe)

“Quando o menino nasceu em 1981, eu não trabalhava não. Depois, em 1984, quando eu comecei a trabalhar, que a minha vida melhorou... dessa hora em diante que eu comecei a trabalhar, meus filhos ficaram dessa forma que tão agora... Quando eu saí pra trabalhar, eles saíam pra rua... Eles dizem que dentro de casa era ruim. Eles me pediam pra levar eles pro serviço... mas eu não podia...”

Perguntada quando efetivamente tomou conhecimento de que se encontrava na condição de mãe de um menino que resolveu viver na rua, respondeu que foi quando o menino passou sete dias fora de casa. “Eu fiquei maluca... pejejei com o meu chefe pra ver se eu conseguia um dia de folga pra procurar o meu filho... Aí eu telefonei pra Polícia Feminina e elas me disseram que ia achar os meninos... Acharam o menino, na Av. Goiás, enrolado no jornal. No dia seguinte, às 5:00 horas da manhã, chegou o pessoal do Juizado de Menores... Eles olharam a casa toda e chegaram à conclusão de que os meninos não tinha razão pra ficar na rua: — com tudo que a senhora tem em casa não dá pra entender porque eles fogem de casa...”

## A saída de casa (a visão do menor)

Disse que gostava de casa, mas um dia resolveu acompanhar o irmão mais velho que ia para o centro da cidade. “Entrou no ônibus, passou por debaixo da catraca e assim conseguiu entrar sem pagar nada... Chegou no terminal, pediu um dinheirinho, comprou uns salgados... eram ruins...” Mesmo assim gostou da rua. “Chegava em casa à noite... e aí a mãe batia... de vara. Depois saía sempre... conseguia uns 100, 200 por dia...”

## A trajetória do menor: da saída de casa até o momento atual

### A visão da mãe

“Logo nos primeiros dias que o menino começou nesta vida, veio aqui em casa uma moça com uma informação pra eu comparecer à Delegacia de Menores... É que o menino e os companheiros tinham sido apanhados roubando bicicleta... Ele me disse que só apanhou a bicicleta porque os mais velhos mandaram, porque se não apanhasse, eles batiam...”

“Todo o mundo tem dó porque os meus filhos tá roubando... meu coração dói... Tem dia que eu deito e fico pensando — será que o meu filho tá dormindo numa casa? Eu choro... Um dia desses eu estava trabalhando no centro da cidade e encontrei o menino, dentro de umas caixas de papelão... junto com um bando de pivetinhos... tão sujo! Eu já pensei em pedir as contas do emprego e ir embora pra roça pra ver se recupero os meninos... Eu pensava assim quando eu saí de onde eu morava e vim pra cá... tão longe... foi pior... Lá pelo menos eles saíam cedo e quando era noite eles voltavam... Aqui, eles acham muito longe... aí eles passam a dormir fora direto...”

## A visão do menor

Infelizmente, ficou prejudicada pela dificuldade de comunicação do menor. Entrevistando então os educadores de rua que já convivem há bastante tempo com o menor na rua, pôde-se levantar as seguintes informações. Normalmente o menor pede dinheiro, o que não impede de participar de pequenos furtos. O que invariavelmente faz é aplicar o seguinte golpe: pede a algum adulto que esteja na rua, normalmente algum camelô com quem se relaciona, para escrever num pedaço de papel: “me dá um dinheirinho para ajudar a comprar a caixa de engraxate”. Com isto fica pedindo ajuda o dia inteiro, até conseguir o suficiente para comprar o que deseja. Também faz uso de cola e esmalte.

Atualmente se encontra numa instituição que se ocupa de crianças deficientes, crianças abandonadas e menores de rua de 7 a 14 anos. Como é uma instituição aberta, de vez em quando se enjoa e vai para a rua. Dificilmente a mãe aparece pra visitá-lo. Foram raríssimas as vezes que o pessoal que trabalha na instituição viu a mãe do menor. Este, segundo alguns técnicos, diz sentir saudades da mãe e do atual padrasto.

## A perspectiva temporal futura

### A visão da mãe

O grande sonho da mãe do menor é “que a família tivesse paz e união... que os filhos fossem todos quietinhos, que trabalhassem direitinho, que fossem carinhosos...” Que quando ela chegasse em casa, de noite, “tudo tivesse arrumadinho... os filhos tudo quietinho em casa... preparado pra dormir... Isto é minha alegria... de todos os pais e todas as mães...”

“Eu queria que vocês' me ajudassem... que eu sou uma mãe fraca... que minhas forças é pouca... que

1. A mãe do menor tomou o entrevistador como membro de alguma instituição de assistência ao menor.

arrumassem um lugar fixo pra botar eles”. Logo em seguida, refletindo sobre o que tinha dito, emendou: “eu tenho a impressão de que se eu pegasse as contas na firma, arranjasse uma roça, bem no interior, pegasse todos eles e mudasse pra roça... eu acho que eu dava um jeito neles. Levar eles todos os dias pro serviço... igualzinho a minha mãe me criou... Eu acho que dava conta. Os meninos que estão na rua já dão conta de pegar uma enxada... Eu acho que desta maneira, eles têm jeito de endireitar... eles estão novos...”

## Caso 3

Menor: 18 anos  
Sexo: feminino  
Saída para a rua: aos 7 anos

A escolha deste caso deveu-se primeiramente a um fator bastante limitador — o número de meninas de rua vem diminuindo sensivelmente. É importante ter-se em mente a distinção da *menina de rua* — aquela que efetivamente se instalou na rua com as demais meninas e/ou meninos, compartilhando dos muitos comportamentos anteriormente descritos — das *meninas na rua*. Estas, sim, fartamente observadas, desenvolvem na rua várias atividades, principalmente a prostituição, mas não devem ser confundidas com as meninas de rua porque ou mantêm ainda as suas ligações familiares, inclusive residindo com suas famílias, ou possuem um domicílio fixo fora da rua.

Outro condicionante também foram as próprias características da população de meninas de rua: elas são muito mais difíceis de serem contactadas e, mais ainda, de concederem entrevistas. Sobretudo quando se trata, como foi o propósito deste trabalho de envolver também a família. Nesta situação, só foi possível estabelecer contatos com algumas meninas através de experientes educadoras de rua que se prontificaram a ajudar e a estabelecer essa ligação. Assim mesmo ficou-se reduzido a um total de três opções, das quais se escolheu uma. É importante considerar que, mesmo se tratando de uma maior, porque já completou 18 anos, resolveu-se levantar a sua história, devido às seguintes características: está na rua desde os 7 anos; sempre conviveu com os meninos indistintamente, compartilhando os mesmos hábitos — cheira cola, participa dos roubos e furtos, se diverte, vive nos grupos, dorme nos mocós —; mesmo tendo já completado a maioridade e estando grávida, permanece tendo os mesmos hábitos; e, finalmente, tendo em vista a forte ligação afetiva desenvolvida com a educadora de rua que serviu de ligação, foi a mais disponível para dar a entrevista, comparecendo no local e data acertados, e ainda estabelecendo um contato com a mãe para avisá-la de que uma pessoa iria à sua casa realizar uma entrevista com ela.

# Dados sobre a família (depoimento da mãe)

Idade da mãe: 35 anos

*Número de filhos:* uma filha casada (22 anos); uma filha (18 anos) e um filho (17 anos) na rua; e cinco filhos que moram, atualmente, com a mãe: duas meninas (15 e 13 anos); dois meninos (12 e 9 anos) e a caçula, de 8 anos..

Companheiro atual: 55 anos

*Condições de saúde:* a mãe está atualmente quase cega, pois ainda não conseguiu operar-se para resolver o problema de catarata que a aflige desde os 7 anos de idade.

*Condições econômicas:* a mãe está impossibilitada de trabalhar devido à falta de visão. Dos filhos que moram com ela, todos têm uma atividade, sendo que as duas adolescentes trabalham fora e os dois meninos trabalham como engraxates. O companheiro atual é aposentado e trabalha no lugar de moradia como vigia dos carros e, segundo declarações suas, dá para viver sem passar fome. É interessante conhecer o próprio julgamento que a mãe faz a respeito de suas condições de vida: “Atualmente eu não ganho nada, faz mais de seis meses... Os meninos com as engraxadinhas deles ajudam... Dá pra gente... arroz, feijão, algum dia uma carne... Quando eu trabalho eu ajudo ele... compro um arroz, feijão... O meu dinheiro é para isto... nem roupa dá pra comprar... os meninos não têm nem roupa e nem o que calçar...”

*Condições de habitação:* trata-se de um estacionamento de automóveis, localizado numa região bem central da cidade. Esse estacionamento possui ao fundo uma parte coberta, onde se encontra uma construção de alvenaria, dividida internamente por cortinas em sala, quarto e cozinha. No exterior há um banheiro. Ao que tudo indica, deve ter sido construído para abrigar o vigia, sem família.

## A trajetória de vida da genitora até a constituição da família da menor

### A infância

Não tem saudade de nenhuma época de sua vida. Na infância, diz que sofreu demais. “A minha mãe me batia muito, porque eu era pequena, tinha que trabalhar muito, lavar roupa para os outros pra poder comer...” Tinha muitos irmãos e o pai morreu cedo. “O maior sacrifício, deixou nós sem colocação... eu tinha 12 anos quando meu pai morreu”.

A mãe veio para Goiânia tentar algum emprego, enquanto ela ficou lá na roça, onde teve o primeiro filho. “Eu fiquei sozinha... a gente não tem cabeça, faz o que não deve...” Já sofria da vista desde os 7 anos. Aos 13 chegou a Goiânia e foi trabalhar na roça, num município vizinho, por cerca de dois anos. Quando retornou a Goiânia veio gestando a menor. Estava com quase 15 anos de idade.

## A trajetória da família: da sua constituição à saída da menor para a rua

### A constituição da família da menor

Casou aos 15 anos com o padrasto da menor, viveu com ele durante dez anos e teve seis filhos. Estava sempre mudando de lugar, de cidade em cidade, buscando uma melhoria. “Vivia com a trouxa na cabeça. Estive em Minas, S. Paulo, Mato Grosso. “A última cidade onde viveu com o marido foi Niterói. Ganharam uma casinha, mas logo depois se separou e voltou para Goiânia. Brigavam muito. Já tinham três filhos. O motivo da separação foi que tentou matá-lo. “Nós pegou brigando, brigando, brigando... Aí eu peguei uma foice pra cortar o pescoço dele, quando o dono da casa chegou. Ele estava dormindo... — Mas, o que é isto, Dona X? A senhora fazer uma coisa destas! Vai sujar nós...” E tomou a foice da mão dela. Nisto o marido acordou, com a desordem: “ai o senhor falou pra ele: — O senhor ia morrendo aí agora! Aí eu peguei os trem e resolvi sair... — Também não vou ficar aqui, agora! foi o que disse pra eles...”

A seguir voltou para Goiânia e o marido veio atrás. Ele deu parte dela na Polícia, que a obrigou a morar junto com o marido, senão teriam que prendê-la por ameaça de morte. Passaram então a viver juntos de novo e “aí a gente adquiriu mais um filho...” O marido começou a trabalhar na rua como catador de papel e também ela catava papel. Contudo, continuaram brigando, até que ela não agüentou mais, porque o marido vivia querendo matá-la e ela tendo que fugir, se esconder. “Até que eu larguei dele, fiquei aqui na viela três meses, sofrendo, passando fome, tudo... Eu não queria ficar sozinha... e ele atrás de mim, querendo

me matar, me dando tapa na minha cara, dentro do ônibus... Foi então que eu arrumei este vigia que eu estou morando com ele...” Há quatro anos está separada do marido e vivendo com o atual companheiro.

### A vida da menor antes de ir para a rua

“A minha vida era atribulada, cheia de confusões, cheia de tragédias... A gente brigava muito por causa dela... O padrasto sempre implicava com a menina, porque não gostava dela. Quando a menina tinha um mês de nascida, tentou matá-la, amarrando a boca da menina com uma fralda. Eu acordei e desamarrei a menina. Perguntei a ele porque ele queria matar a menina. Ele respondeu que ele tinha raiva da menina, porque ela não era filha dele e chorava demais... Depois a menina foi crescendo e o padrasto melhorou”. Chegando aos 6 anos, a menina foi ficando mais difícil, mais levada, o que enfurecia o padrasto.

A partir dos 7 anos começou a fugir de casa. O motivo era que o padrasto “judiava” muito da menina, ou seja, batia muito nela e na mãe também, quando esta tentava defendê-la. “Aí eu saía atrás dela, pelejava, pelejava, ela não me atendia... até que eu conseguia trazer ela de novo...”

### A saída de casa (a visão da mãe)

Aos 12 anos, quando o padrasto descobriu que a menina não era mais virgem, expulsou-a definitivamente de casa. Ele tinha medo que as outras meninas fossem desencaminhadas. “— De agora em diante”, o padrasto disse, “o trem mudou aqui em casa. Eu não vou criar *muié*... ela se vira. Aí eu peguei a soltar ela... quando ela ia presa eu ia soltar ela e levava para casa...”

### A saída de casa (a visão da menor)

Desde pequena o padrasto não gostava dela, batia-lhe muito. Quando descobriu que não era mais virgem, mandou-a embora de casa “para não dar mau exemplo às irmãs...”

A mãe era doente da vista e vivia com muita dificuldade. Antes de sair brigava muito com a mãe, porque queria ficar na rua. “Tudo o que aprendi na vida foi na rua... até a cozinhar”.

# A trajetória da menor: da saída de casa até o momento atual

## A visão da mãe

A menor tem um homem de quem não gosta e de quem está esperando um filho agora. “Ela já arrumou barriga uma vez e perdeu o menino, abortou... Ela morou com um velho e levou facada. Ela tá morando com um rapaz novo, sem juízo que nem ele... Ela não pára dentro de casa. Tem um homem que trabalha na Limpeza Pública, dá umas coisinhas para ela, o que ele pode fazer, ele faz. Arrumou uma casa... só para ela fazer umas comidinhas, e ela não pára dentro de casa. Diz que não agüenta porque enjoou da cara dele. Aí vem para a rua... usando cola... usando esmalte... usando drogas... Esse velho que deu a facada nela é viciado na droga. Ela anda com ele... vai para lá, usa a maconha dele... Não liga pra conversa minha... Não tem jeito não de mudar...”

## A visão da menor

Depois que foi viver na rua começou a roubar, cheirar cola, esmalte e usar drogas.

Agora parou de roubar; segundo ela, parou de roubar com medo de ser presa, ficar detida. “Somente os meninos é que apanham umas coisas e dão pra mim...”

Também tem vivido da prostituição, mas não gosta muito, não.

Existem algumas informações de educadoras de rua que afirmam que a menor é muito agressiva, metida a valentona.

## Condições de sobrevivência

“O filho que eu estou esperando é de um rapaz que mora lá na Vila Mutirão... Ele me dá uns Cr\$ 2.500,00... só que eu não gasto tudo assim de uma vez. Já o coroa me dá meio salário-mínimo... porque ele me deu umas furadas na barriga. Eu morei com ele um ano e meio. Aí, eu quis me mandar... ele ficou com ciúme, ele disse que se eu não fosse morar com ele não ia morar com mais ninguém. Aí me deu duas furadas... uma atingiu meu fígado, tive que operar... agora ele me dá dinheiro todo mês...”

Perguntada sobre a avaliação que faz de sua vida, acha que os responsáveis foram os homens: o padrastrito e os homens com quem morou junto. “A gente arranja uns home pra morar e eles querem se aproveitar.

Uns quer me bater, outros querem se aproveitar de mim... prefiro ficar do jeito que estou. Prefiro viver de mocó a ficar numa casa presa... sendo assim mandada... faz isto, faz aquilo... A gente faz as coisas certas, mas... não é deste jeito, é de outro... prefiro ficar como estou”.

## A melhor coisa que aconteceu na sua vida

“Foi a época que viveu no CFM<sup>1</sup>. Eu tive que sair depois que completei 18 anos. Eu era a menina mais boa que existia lá... bem comportada, estudava, ficava numa boa... Tinha um papeleiro que eu vivia com ele. Todo dia ele ia lá encher o saco... Eu tive que sair... elas disseram que daquele jeito não dava. Elas não podiam fazer isso comigo, não... O dia que elas me mandaram embora eu saí com ele... eu gostava dele. Aliás, eu saí de lá por causa dele. Ele me dava porrada, todo dia... Nós saímos de lá e fomos viver juntos lá no depósito de papel... Aí ele grilou comigo... era ciúme... então, me deu uma garrafada na cabeça e sumiu para Anápolis...”

## A perspectiva temporal futura

### As expectativas da mãe

“Minha vida sempre foi amargosa... toda a vida soufri da vida, desde os sete anos... Eu passo mais de olhos fechados, do que de olhos abertos... A gente não tem uma vida alegre, a gente tem uma vida triste... Não acredito em mais nada da vida... só Deus... Eu esperava que os meus filhos gostasse de trabalhar, mas pelo visto não tá dando nada que preste... O outro filho de 17 anos tá aí na rua... Já falou até em me matar. Ele é revoltado, desde pequeno... Eu não sei porque ele é assim... só procura malandragem... É muito difícil a minha vida de família... os meninos todos desobedientes... Não existe um jeito de dar um serviço assim pra trabalhar... Mas o que eu posso fazer por eles, eu faço. A gente é pobre, não pode dar uma vida *mió*, pra eles... Só espero que Deus vai fazer melhorar a minha vista de forma a eu poder trabalhar e ajudar o meu marido e com isso arrumar um lugar pra gente morar melhor, mais sossegado, criar estes meninos direito... O tipo de ajuda que eu queria é que me dessem um lote, pra molde eu poder criar esses meninos mais tranqüilo...”

1. CFM (Centro de Formação do Menor) é uma instituição aberta que assiste a menores de 14 aos 18 anos, desenvolvendo várias atividades de formação profissional.

## As expectativas da menor

“A minha mãe é uma pessoa superlegal. Se não fosse ela eu não estaria viva, não. A qualquer hora que eu precisar dela eu posso correr lá que eu terei comida, roupa limpa... Aquilo ali não me dispensa por nada...”

Com relação à família gostaria que fosse unida, tivessem sido criados juntos e que “não tivesse a vida que eu tive. Essa vida que eu levo não é vida pra ninguém, não...” Com relação ao filho que vai nascer, “pretendo dar tudo que eu não tive a ele. Assim que ele nascer pretendo trabalhar, arrumar um barraco pra mim, colocar ele na creche, durante o dia... à tarde eu pego... alugor um barraco pra mim...”

Perguntada como iria arrumar tudo isto, respondeu que “trabalhando”. Indagada, então, por que não fazia isto agora, antes do filho nascer, respondeu que “só depois...” Insistindo-se sobre a contradição, respondeu: “qualquer coisa, jogo a criança nas costas da coroa, pra poder se virar...” Perguntada por que não gosta de trabalhar, respondeu “que é porque não gosto que os outros mandem em mim... não preciso trabalhar, porque eu tenho o que eu quero... agora não quero, não... somente quando o meu filho nascer. Eu não vou tratar ele igual eu vivo na rua, não! A coisa que eu mais gosto na vida é curtir... do jeito que eu tou na rua, hoje, ninguém me perturbando, ou então junto da minha patota. Eu queria mesmo era as meninas de antigamente!... eram gente fina...” O que mais deseja na vida “é ter um lugar pra eu ficar... O resto não importa, não. Daqui alguns dias não vai mais ter jeito de dormir nos mocós. Quando eu tiver no sétimo mês, não dá mais, não...”



1. Refere-se à época em que existiu um bando de meninas de rua famoso em Goiânia, do qual fez parte.

## As histórias de vida do menor do subemprego

**N**o grupo de menores do subemprego foram entrevistadas as seguintes pessoas: três menores exercendo as seguintes atividades, cada um: fretista, jornalista e papeleiro); duas mães e dois pais. Primeiramente foram entrevistados os menores. Logo a seguir foram feitas consultas sobre a possibilidade de se entrevistar os respectivos pais e, somente após este procedimento, foi realizada a entrevista com a família.

### Caso 4

Menor: 13 anos  
Sexo: masculino  
Subemprego: fretista  
Início do trabalho: 10 anos

A escolha desta história foi totalmente aleatória. Desejava-se entrevistar um menor do subemprego que não tivesse nenhum contato com a Fundação de Promoção Social de Goiânia, ou seja, que fosse classificado na categoria “não-assistido”.

Soube-se que era muito frequente encontrar-se, nas feiras livres de Goiânia, menores que desempenham a atividade de fretistas (meninos que se utilizam de um carrinho de feira para transportar as compras de quem o deseja). Escolheu-se uma feira pelo dia e lá abordou-se o primeiro fretista que se encontrou. Conversou-se, inicialmente, para saber se gostaria de dar a entrevista e, depois, sobre a possibilidade de entrevistar sua família.

## Dados sobre a família (depoimento da mãe)

Idade da mãe: 40 anos  
Companheiro atual: É o segundo companheiro, com quem convive há sete anos, com ele tendo quatro filhos.  
*Número de filhos:* São 10 filhos. A mais velha tem 17 anos. Os seis mais velhos, incluindo o menor do subemprego, são do primeiro companheiro. A família, portanto, é composta de doze membros.

*Condições econômicas:* o companheiro é pedreiro, trabalhando por empreitada e retirando em torno de dois salários-mínimos. Existem duas filhas que trabalham nas redondezas como balconista e passageira, e dois filhos que são fretistas. Segundo a mãe, não dá para calcular ao certo a renda familiar, mas, segundo as suas estimativas, está em torno de quatro salários-mínimos.

*Condições de habitação:* a casa é modesta, localizada porém num bairro bem próximo do centro da cidade. Tem 3 cômodos, sendo o banheiro localizado fora de casa. O casal dorme na cozinha, num colchão que é estendido todas as noites. A casa possui um terreno grande, cheio de árvores frutíferas e pertence a um ex-cunhado da mãe (separado da irmã), que a deixa morar, por enquanto, pagando somente Cr\$ 2.000,00, ainda que, segundo afirmação da mãe, uma casa igual à deles, no bairro, não seria alugada por menos de Cr\$ 20.000,00.

## A trajetória da genitora até a constituição da família do menor do subemprego

### A infância

“Fui criada na roça, nem estudo tem... Meu pai sempre mexeu com a roça, eu também... era muito sofrido. Éramos treze irmãs... a minha infância não foi boa, não... Meu pai bebia muito, sem estudo, a gente vivia assombrada no meio da roça, sem saber o que fazer... Aí nós veio pra cidade... Eu tinha uns quinze anos. Nós deixou os velhos sozinhos, cada um traçou o seu rumo... Eu fui trabalhar de doméstica...” Parou de trabalhar, então, quando conheceu o primeiro companheiro.

## A trajetória da família: da sua constituição ao início do trabalho do menor no subemprego

### A primeira ligação amorosa

“Eu convivi primeiramente com um rapaz, é o pai dos seis filhos mais velhos... Tinha 16 anos... tive a menina mais velha. Quando ela nasceu eu ia completar 17 anos. Tive mais cinco filhos, nem sei porquê, não podia dar

certo. Era muito sistemático... nós vivia mal... bebia muito, judiava muito de mim... Aí um dia eu enfrentei ele... botei ele pra fora, fiquei uns tempos sozinha... mas compensou. Sofri demais... sozinha... alimentar tanto filho..."

## A segunda ligação amorosa

Disse que conheceu o segundo companheiro e que ele a convidou para morar com ele. No início ficou com receio, mas, como estava em dificuldades, aceitou. Disse que foi uma boa coisa que fez, ainda que a sua vida seja muito difícil. "Os meninos não gostam muito dele, não... ele é muito fechado, muito sem carinho com os meninos... Mas não judia, não, ele não é de maltratar nem de bater em ninguém. Às vezes, ele toma uns golinhos, diz besteiras, mas eu não ligo... ele é boa gente, é muito companheiro..."

## As condições de vida da família

Segundo a mãe, a sua vida sempre foi muito difícil, a começar pela instabilidade de moradia, uma vez que os aumentos de aluguéis impedem que ela continue no imóvel e "sabe como é, ninguém quer alugar pro pobre... O que mais desejo na vida é uma casa... não viver corrida... A gente está num aluguel, aí vem o dono, pede... se as crianças fazem uma arte aí vem o dono e diz que não quer mais alugar, porque a gente faz muito barulho... Eu só sei que a gente tem que ter o cantinho da gente, nem que seja uma maloquinha pra gente morar lá..." Comparando, todavia, a sua vida com a que tinha na roça, assim se expressou: "Na cidade tudo é mais fácil, tem muita gente com dó de mim, sabe o tanto de filho que a gente tem... É mais fácil por isso... um vem agrada com uma coisa, eu faço um servicinho aqui, lavo umas roupas ali, no final todos ajudam um pouco... meus filhos todos ajudam, no final tudo dá certo..."

## A educação dos filhos

"Agora, por exemplo, não tem nenhum estudando... porque no colégio que eles tavam não deixavam eles entrar sem a lista de material... não tenho condições... primeiro era uniforme — aí eu peguei e comprei uniformes; aí tinha lista de material... isso aí é muito triste... É o que digo pra eles: tem de dar jeito de trabalhar pra comprar material pra estudar... Mas eles é tudo bons meninos... só espero que seja honesto... É uma coisa que eu digo pra eles: não quero filhos meu corrido da polícia... prefiro ver um filho morto do que ver um filho com caso com a polícia. Falo isso mesmo, falo de coração... porque na minha família não existe gente vagabundo, tudo são pobre, pobre mesmo de não ter onde morar, mas tudo honesto, tudo gente trabalhadora... mas, pelo menos até agora... graças a Deus, nenhum deu encrenca... todos trabalham, até os miudinhos carrega coisa pros vizinhos,

ajuda lá na venda, ganha o seu dinheirinho. O marido também dá bons exemplos... é trabalhador que é danado. Agora, dá trabalho tanto filho... a gente controla eles, é uma gritaria, tem de ser... tem horas que eu fico doida... briga com um, faz um agrado no outro, é uma ciúmeira... e tem os problemas de comida, de casa..."

## O ingresso do menor no subemprego (a visão da mãe)

"Sabe, a vida de pobre só vive com ajuda... os filhos aqui em casa sabe disso... Eu acho ele um menino bom, educado... muito calado, mas muito amigo... Eu acho que ele viu tanta dificuldade e resolveu ajudar... Um dia, ele era ainda mais menino, já faz tempo... Ele chegou perto de mim e pediu um carrinho de feira... era pra ir junto com os coleguinhas ganhar um dinheirinho... Eu me virei como pude, pedi ali, ajuda aqui, eu consegui um carrinho já velhinho, mas bom... Ele ficou tão feliz, eu também... é mais uma ajuda..."

## O ingresso do menor no subemprego (a visão do menor)

Obs.: O menor é bem calado e tímido e tem certa dificuldade de se expressar, pois gaguejava um pouco. Por isto mesmo a transcrição da entrevista ficou um pouco prejudicada, uma vez que ele tendia a responder de uma forma monossilábica.

Com relação ao começo de suas atividades, disse que quando estava com aproximadamente 10 anos conheceu um vizinho que trabalhava na feira e que lhe disse que era muito bom, pois dava para ganhar um dinheirinho, brincar com o carrinho, comer fruta. Então ele contou para a mãe os seus planos e pediu-lhe para ajudá-lo a comprar o carrinho. A mãe arrumou o carrinho e ele começou a trabalhar.

## A trajetória do menor: do início do trabalho até o momento atual

## A vida do menor do subemprego (a visão da mãe)

"Eu acho ele só muito calado... não sei se eu acho que é porque ele não conhece o pai, é um menino

sofrido... fica a maior parte do tempo dentro de casa, jogando bola com os irmãos e vizinhos, ouvindo o gravadorzinho dele... Ele comprou com o dinheirinho dele... tá todo prosa... Agora, é um menino amigo, a qualquer hora do dia e da noite que a gente precise, pode contar com ele... Ele é trabalhador, ajuda, a escola parece que ele não tem jeito, não, não sei, não gosta, não aceita, acho que dá preguiça...”

## A vida do menor do subemprego (a visão do menor)

Disse que todos os dias acorda às 05:00 horas da manhã, toma café e sai para a feira. Normalmente frequenta as feiras que lhe permitem chegar a pé, uma vez que não pode entrar no ônibus de carrinho. Em média, ele percorre a distância entre as feiras e a sua casa em aproximadamente uma hora e meia. Quando chega à feira, ajuda os barraqueiros a armarem as suas barracas e a transportar a mercadoria e depois, no final da feira, ajuda-os também. Com isto já garante uma gratificação inicial. O rendimento médio que retira por feira é de Cr\$ 300,00, sendo que normalmente dá Cr\$ 200,00 para a mãe e o restante junta para comprar roupa. Durante a feira consegue sempre comer alguma coisa, prestando um favor ou outro para os barraqueiros. Normalmente, termina as suas atividades entre as 12 e 13 horas, chegando em casa a partir das 14 horas.

Após chegar em casa almoça e deita-se um pouco para descansar. Por volta das 17:30 horas levanta, toma banho e fica esperando o jantar.

O horário da escola é das 19:30 às 22:30 horas. Entretanto, confessou que há muito tempo não frequenta, porque não tem vontade. Disse que estaria na 2ª série, mas que abandonou. Prefere conversar com os amigos, ver televisão e dormir, porque acorda muito cedo.

Quanto a diversões gosta de jogar bola e ir para as festas, principalmente às sextas-feiras, no clube perto de sua casa. Gosta muito também de escutar música.

## A perspectiva temporal futura

### A visão da mãe

“Eu espero que não só ele, mas que eles não me dêem uma tristeza maior, sejam todos honestos, assim como eu fui toda a vida com os meus pais. Eu quero é que eles ajudem a sair do buraco. Não tenho nada a reclamar deles. Eles todos são muito carinhosos, eu também... É o que a gente tem... o futuro que eu tenho agora são os meus filhos... Mas eles sabem que a vida

da gente é difícil: um dia falta uma coisa, apanha um quilo de arroz emprestado aqui, um copo de óleo ali, acaba um trem, acaba outro, tem dias que um quilo de arroz é pouco, tem que inteirar com macarrão. Mas eles ajudam... tem dia que eu fico doida, aí eles arrumam tudo, fazem a comida, diz pra eu sair... mas, que nada... a minha distração é eles. Por isso eu dou graças a Deus... quando tá tudo ruim, vem um filho compra uma coisinha, é um alívio... Às vezes eles saem pra festas, eu fico preocupada... A hora que eles chega já é uma diversão pra mim... hora que tá tudo dormindo eu fico satisfeita. Eu espero que seja sempre assim...”

## A experiência do menor

Até agora não decidiu o que pretende fazer na vida, pois não sabe se quer estudar. Acha que o que importa é continuar trabalhando. Disse que não pretende sair de casa, nem para viajar, porque gosta muito de sua casa. Disse também que o futuro é continuar ganhando o dinheiro dele: “é pouco, mas é bom... se der pra continuar tá bom...”

### Caso 5

Menor: 15 anos  
Sexo: masculino  
Subemprego: jornaleiro  
Início do trabalho: 14 anos  
1º trabalho: 13 anos — fretista

A escolha deste menor foi por sorteio. Dentre os jornaleiros cadastrados na Fundação de Promoção Social este foi sorteado, contatado na hora do almoço no CPT<sup>1</sup>, entrevistado e consultado sobre a possibilidade de se realizar uma entrevista com a família.

## Dados sobre a família (depoimento do pai e da mãe)

Idade da mãe: 38 anos  
Idade do pai: 42 anos

1. CPT (Casa do Pequeno Trabalhador) é um órgão da Fundação de Promoção Social de Goiânia que dá apoio ao menor do subemprego

*Número de filhos:* uma menina: 16 anos  
um menino (jornaleiro): 15 anos

*Casamento:* 1971

*Condições econômicas:* o pai trabalha como cobrador numa empresa de ônibus, percebendo em torno de dois salários-mínimos; a mãe trabalha numa indústria de confecção de roupas, ganhando dois salários-mínimos.

*Condições de habitação:* a família habita uma casa de 5 cômodos, própria, de alvenaria, num bairro popular de Goiânia, distante uns 40 minutos do Centro. A casa possui um pequeno terreno no fundo, onde existe uma horta bem cuidada.

A casa é muito simples, mas, tendo em vista o número de ocupantes, dispõe de um conforto razoável.

## A trajetória da família: da sua constituição ao início do trabalho do menor do subemprego

### A infância da mãe

Eram sete irmãos (cinco homens e duas mulheres), o pai lavrador e a mãe doméstica. Desde cedo, começou a trabalhar na fazenda, permanecendo até os 10 anos em companhia dos pais, até que foi trabalhar como doméstica, sozinha, numa fazenda em outra cidade.

Sobre este tempo, relatou: "Acho que nem tive infância... trabalhava muito, era demais... eu levantava muito cedo, tinha que fazer o café, dormia muito tarde". Aos 14 anos veio com a mesma família para Goiânia: "Aí melhorou um pouco mais, já tinha horário... na roça era demais, não fazia outra coisa senão trabalhar. Na cidade as coisas melhoraram..."

Disse que continuou trabalhando de doméstica para essa família que, às vezes, passava os fins-de-semana e as férias numa fazenda numa cidade perto. Foi aí que conheceu o marido, namorou e casou aos 19 anos.

### A infância do pai

"A minha infância foi terrível... trabalhava muito na fazenda, ajudava meu pai em consertos de curral, cerca, arame. Quando eu tinha 12 anos comecei a tomar conta do serviço pra ele. Eu já trabalhava como gente grande. Nós éramos três irmãos homem, mas o velho não deixava a gente sair de jeito nenhum... Só comecei a ir a festinha depois de 18 anos... em 71 casei. Aí eu já ia batalhar por nossa conta. Nós morava na cidade,

mas de vez em quando eu tinha que ir para a fazenda fazer um servicinho. Depois que arrumei um emprego no transporte, aí é que as coisas melhorou um pouco. Tenho saudade da vida no interior, porque a gente trabalhava de segunda a sexta, era duro, agora, sábado e domingo fomos dar uma pescadinha, descanso... aqui não tem feriado, sábado, domingo..."

## A trajetória da família: da sua constituição ao início do trabalho do menor no subemprego

### A trajetória do casal

No início disseram que foi muito difícil, porque tinham que pagar o aluguel caro. Quando o marido conseguiu o emprego de cobrador e a mãe começou a costurar, aí as coisas melhoraram. Mas, assim mesmo, acham que trabalham muito e ganham muito pouco.

O pai assim relatou a sua rotina diária atualmente: "o relógio desperta às 03:20 horas da manhã; às 03:50 horas o carro passa para me apanhar. Chego na garagem, apinho o carro e começo a rodar. Tem dias que paro às 13:00 horas, tem dias que paro às 16:00 horas. Depois que paro vou para a garagem levar o dinheiro; gasto mais uma hora e meia. Nos dias que paro cedo, chego em casa às 15:00 horas, nos outros dias, por volta das 18:00 horas. Nós temos dez minutos para almoçar. Se não almoçar, frio mesmo, tem que completar o almoço na outra viagem. Depois que eu desperto, eu boto o relógio para despertar às 05:20 horas, para acordar a minha mulher..."

A mãe relatou, então, a sua jornada de trabalho atual: "eu pego o ônibus às 06:00 horas, entro às 07:00 horas e saio às 12:00 horas para almoçar. Retorno às 13:30 horas e termino às 17:20 horas. Chego às 18:30 horas e termino o jantar que a filha já começou e preparo o almoço meu e do meu marido pro dia seguinte. No sábado, eu levanto às 06:00 horas pra cuidar da casa, lavar as roupas da semana que a filha deixou pra lavar. Pensando bem, em casa eu trabalho mais que lá no serviço... a gente que é dona de casa tem sempre uma coisinha pra fazer. A menina toma conta da casa de segunda a sexta... sábado e domingo é por minha conta. A minha filha estuda de manhã, chega, cuida de fazer o almoço pra ela, à tarde ela dá um jeito na casa e começa a preparar o jantar".

### A educação do menor

Na época em que eles eram pequenos a mãe trabalhava em artesanato de costura, primeiro na sua casa e

depois em sociedade com uma vizinha, bem perto de sua casa. Ela disse que os filhos “nunca deram problemas, sempre foram tranquilos e sempre por perto de casa... isto é muito importante...”

Diz que sempre deu duro para o menino estudar e que ele ficou um período sem ir à escola, mas que agora está tomando juízo, pois voltou a frequentar o colégio.

## O ingresso do menor no subemprego (a visão da mãe)

“Há uns dois anos ele fez uma carrocinha para fazer frete na feira, por conta própria. Aí nós vimos que era melhor deixar, mas ficamos preocupados... Fica na rua sozinho, pode cheirar esses trem, eu queria mesmo que ele entrasse para a guarda-mirim!... Eu fui me informar, não tinha vaga... Aí eu falei com meu filho e ele concordou em sair da feira. Eu disse a ele que a gente ia arrumar uma coisa... ele disse então que queria ser jornalista. Aí um dia que nós ia inscrever ele como jornalista, apareceu a vaga na guarda-mirim, mas ele entrou de má-vontade, porque dizia que os colegas ganhavam mais vendendo jornal. Tanto assim que começou a faltar e tempos depois nós recebemos carta lá do serviço dizendo que ele estava dispensado da guarda-mirim, por falta... Eu acho que o serviço de guarda-mirim é melhor que o de jornalista. Ele agora fica muito livre na rua, tem contato com muita gente... Ele trabalhava somente três horas e tudo o que precisava tinha lá”.

A propósito deste assunto, o pai também confirmou que achava a guarda-mirim muito melhor, “porque mais tarde ele poderia ser um profissional: se ele ficasse lá até completar 17 anos, primeiro faria um curso de datilografia e depois ia para outro órgão. Eu estava preocupado não era com o presente, mas sim com o futuro. Achava que seria bem melhor do que vender jornal, que não tem futuro algum a não ser ganhar uns troquinhos. Aliás, eu acho essa questão de futuro fundamental. A minha filha, por exemplo, só estuda... ela podia trabalhar como doméstica, não adianta nada, não aprende nada, também... hoje em dia tem que ter futuro...”

## A visão do menor

Começou a trabalhar no carrinho de feira, mas como a mãe não gostava, teve que sair. Conseguiu

uma vaga na guarda-mirim mas não gostava e, por isso, arranhou de ser jornalista...

## A trajetória do menor: do início do trabalho até o momento atual

### A vida do menor no subemprego (a visão do menor)

Diz que levanta às 03:30 horas da manhã e sai com o pai. Às 05:30 horas chega na distribuidora dos jornais para apanhá-los. Atualmente apanha quinze jornais. Apresenta então uma carteirinha da Fundação de Promoção Social de Goiânia e não precisa pagar adiantado ou deixar um depósito. Chega às 07:00 horas no terminal ferroviário, que é o seu ponto de vendas. Vendendo tudo recebe Cr\$ 140,00, já que cada jornal custa Cr\$ 40,00 e ele recebe 20% de comissão. Termina de vender às 10:30 horas e vai para a CPT, onde acerta as contas das vendas. Terminado, pode almoçar. A Fundação dá uniforme, almoço e bola para eles se distraírem num campo que existe lá. Depois do almoço vai para casa, toma banho e vai para o colégio: das 13:00 às 17:00 horas. Atualmente está na 4ª série do 1º grau e está atrasado porque parou de estudar uns anos; segundo ele, “estava muito chato...” Depois do colégio vai bater papo com os colegas na porta de casa.

Com relação ao que ganha, mencionou: “do dinheiro que eu ganho, dou primeiro pra minha mãe, o que sobra serve pra comprar qualquer coisa, comprar roupa... Se a minha mãe tiver apertada eu dou todo o dinheiro pra ela. Depois de uma semana de trabalho eu fico com uns Cr\$ 200,00 e dou pra minha mãe uns Cr\$ 500,00 ou Cr\$ 600,00...”

### A visão dos pais

A mãe se diz preocupada com as atividades atuais do filho: “a gente tem medo das más companhias: os colegas daqui a gente conhece, mas os outros que vende jornal, a gente não sabe... Mas eu acho o meu filho um bom menino... Ele me dá toda semana um pouco do dinheiro, eu recebo, porque qualquer ajuda é sempre boa”.

O pai também falou das suas preocupações: “Eu trabalho nesse serviço de ônibus, a gente vai vendo o que acontece dentro do ônibus, eu acho que esses problemas a gente não vai ter... O meu filho, nem fumar, fuma... eu não sei, acho que esse problema a gente não vai ter, não”.

1. Guarda-mirim é um programa desenvolvido pela Fundação de Promoção Social. O menor quando ingressa tem direito a uniforme, almoço e meio salário-mínimo de remuneração.

# A perspectiva temporal futura

## A visão do menor

Quanto ao futuro, ainda não tem muita certeza, mas gostaria de ser caminhoneiro. Se pudesse, voltava a morar na fazenda de sua madrinha, numa cidade do interior.

## A visão dos pais

A mãe gostaria de ter um lugar melhor para morar e, em relação aos filhos, gostaria “é que eles tem estudo melhor, arrumem um emprego melhor, pra não dar duro igualzinho eu e o pai deles...”

Já o pai, assim se referiu:

“Às vezes os meninos ficam revoltados, ainda não fez o banheiro, ainda não fez aquilo, mas com o meu salário não dá... A minha mulher agora voltou a trabalhar. Talvez este ano dá pra gente tampar aqui e fazer mais uma peça...”

Em relação aos filhos, falou: “... é ter um trabalho, mas não ficar igual a nós, sem aquele futuro, tendo um pouquinho como nós... Tendo um estudo, uma profissão, tudo fica bem... é isso que eu espero que aconteça”.

## Caso 6

Menor: 15 anos  
Sexo: masculino  
Subemprego: papeleiro  
Início do trabalho: 12 anos  
1º trabalho: 9 anos — vendedor de doces

A escolha deste menor foi por sorteio. Dentre os papeleiros cadastrados na Fundação de Promoção Social este foi sorteado, contatado na hora do almoço no CPT, entrevistado e consultado sobre a possibilidade de se realizar uma entrevista com a família.

## Dados sobre a família (depoimento do pai)

Idade do pai: 44 anos

Idade da mãe: 37 anos  
Tempo de casados: 19 anos  
Obs.: A mãe se encontrava ausente (estava no trabalho)

*Número de filhos:* um menino (papeleiro): 15 anos  
uma menina: 11 anos  
um menino: 9 anos

*Condições econômicas:* durante o dia o pai trabalha de servente de pedreiro, como biscateiro e à noite de vigia noturno, percebendo em média dois salários-mínimos. A mãe trabalha na limpeza urbana e ganha também dois salários-mínimos.

*Condições de habitação:* a família habita uma casa de alvenaria, própria, com 5 cômodos, sem muitos móveis, com um grande terreno, todo arborizado, localizado num bairro popular muito afastado do centro. A casa é mal cuidada, mas, tendo em vista o número de habitantes, não é muito desconfortável.

## A trajetória do pai até a constituição da família

### O histórico do pai: da infância ao casamento

Foi criado num colégio de freiras no interior do Paraná até a idade de 11 anos. Não conheceu nem pai nem mãe. Foi empregado, através do colégio, numa firma de calçados, até completar 18 anos, quando foi servir no Exército. Depois que deu baixa, ficou quatro anos trabalhando na Rodoviária de Curitiba e, mais tarde, foi para o comércio. A seguir, mudou-se para São Paulo, onde permaneceu três anos trabalhando na lavoura: “mexendo com algodão”. Chegou em Goiás em 1971 e foi trabalhar na construção civil, quando conheceu a companheira.

### A ligação afetiva

“Ela era empregada doméstica de uma casa ao lado da construção onde eu trabalhava na época. Aí nós conversamos até que chegamos ao ponto de vivermos juntos... Foi mais ou menos dois anos que eu estava em Goiânia. Aí ela me levou na casa da irmã dela e eles ficaram de acordo, porque ela vivia sozinha. Inclusive eles arranjaram um cômodo para nós morar, porque a gente era fraco, não tinha nada... Ela já tinha um filho, quando nós passamos a morar juntos... O menino ainda não tinha um ano de idade... a cunhada criou ele...”

# A trajetória da família: da sua constituição ao ingresso do menor no subemprego

## As condições de vida familiar

Em 1979 ele e a companheira entraram para a Companhia de Limpeza Urbana e as coisas começaram a melhorar, porque antes estava muito difícil. “O menino na época era pequeno, ficava em casa com as outras crianças, os filhos da minha cunhada... até o irmão por parte da mãe... Mas, não estava dando certo, não, era muita confusão. Aí nós saímos da casa do cunhado quando consegui comprar o lugar onde atualmente moramos. Compramos o terreno e construímos um barraquinho, até construir a casa. Nesta época a gente saía às 05:00 horas da manhã e voltávamos às 08:00 da noite... De manhã, quando nós saía, nós deixava o café pronto, deixava o dinheiro, aí eles ia e comprava um pão pra eles... Só ficavam os dois mais velhos... o menino tinha uns 9 anos...”

## O ingresso do menor no subemprego (a visão do pai)

“Primeiramente ele começou a vender doce aqui perto de onde a gente mora, é um terminal de ônibus... Ele arrumou de trabalhar pra fábrica de doces... depois ele ia pro Centro. Foi ele mesmo que resolveu, via os outros meninos... Aí então os colegas dele arrumaram pra ele... ele trabalhou nisso de 9 aos 12 anos. Depois ele começou a mexer com papel, não sei como ele arranjou esse serviço. A gente via sempre o exemplo dos meninos catadores de papel, porque a gente trabalhava na rua, a gente via... Mas ele dizia pra gente que como ele era pequeno não podia arrumar outro serviço. Nós também não tinha tempo de arrumar serviço pra ele. Nós acha o serviço perigoso e até malvisto. Já aconteceu do carro bater no carrinho dele... eu não gosto do serviço que ele faz... Todo mundo diz que catador de papel pode até se tornar marginal...”

## A visão do menor

Disse que em conversa com os vizinhos resolveu vender doces para ver se conseguia algum dinheiro. Ficou um tempo lá, mas não estava dando muito lucro, porque tinha dias que não vendia quase nada, e

ainda gastava com transporte e alimentação. Foi então que descobriu o trabalho de papeleiro, porque o colega disse que estavam precisando de gente no depósito e ganhava muito mais. Devia ter uns 12 para 13 anos quando começou a trabalhar como papeleiro.

## A trajetória do menor: do seu ingresso no mercado do subemprego até o momento atual

### As condições de vida do menor (a visão do menor)

Disse que acorda às 04:50 horas, toma o ônibus às 05:30 horas, vai para o depósito de papel apanhar o carrinho e, em seguida, se dirige para a rua a fim de catar papel. Às 11:00 horas vem para a CPT para almoçar, pratica um esporte e volta às 13:00 horas para recomeçar o trabalho de catar papel. Às 17:00 horas retorna ao depósito, pesa o que recolheu, recebe o pagamento e, às 17:30 horas pega o ônibus, chegando em casa por volta das 19:30 horas. Quando está muito cansado dorme no depósito mesmo, porque “gasta menos em condução e é mais mió...”

Recebe Cr\$ 1,50 por quilo de papel recolhido. Em média, consegue recolher até 300 quilos de papel por dia. “Dá pra ganhar uns Cr\$ 1.000,00 por dia, Cr\$ 5.000,00 por semana”.

Do dinheiro que ganha, “fica tudo pra mim... tô dando duro, tô juntando pra comprar um gravador... só falta uns Cr\$ 10.000,00...”

Quando vai para casa depois que chega, toma banho, vê televisão e vai dormir. Quanto aos estudos, diz ter parado na 2ª série, quando tinha 12 anos. “Eu estudava, agora parei, não compensa, não... é ruim demais, não gosto, não...”

Depois de algum tempo de conversa disse que gostava de cheirar cola com os colegas e que faz uns pequenos roubos: “a gente se vira... rouba uns vasilhão, uns alumínio, é bom que custa Cr\$ 30,00 o quilo... dá pra tirar uns Cr\$ 500,00 por dia, fora o do papel...”

## A visão do pai

“Eu peço, a mãe dele pede, pra largar disso... Ele diz que não estudou pra arrumar outra ocupa-

ção... Ele de vez em quando compra um gás, eu acho ele um bom filho. A única coisa que não me agrada é esta situação de papeleiro... Um dia nós fomos lá na Alameda Botafogo e conversei com o patrão dele. Ele falou que o dia que ele não viesse pra casa é porque iria dormir no depósito... é que ele ficava até mais tarde carregando os caminhões de papel, que não precisa a gente se preocupar... Aí a gente ficou mais tranqüilo, mas, é isso, o filho tá crescendo, a gente não pode ir atrás dele, mesmo porque a gente não sabe onde ele está. Eu tô vendo que demos excesso de liberdade pra ele... desde que ele começou a trabalhar, vendendo doce, nós devíamos ter controlado mais... inclusive ele nem contribuía para a casa... ele falava que não vendia, ficava com o dinheiro, tudo isso nós tinha que controlar, antes... tô vendo que tudo isso foi excesso de liberdade e agora pra corrigir vai ser mais difícil..."

## A perspectiva temporal futura

### A visão do pai

"O que falta é a regeneração do menino... tem dia que ele não vem pra casa, a gente fica preocupado, ele é um menino simples, obediente, nós temos que tentar tirar ele desse serviço.. Se ele fosse um menino que se interessasse pelos estudos, eu preferia que ele estudasse, pelo menos até um determinado período..."

### A visão do menor

Diz que não sabe o que vai fazer da vida, só sabe que não quer estudar. "Por enquanto, a vida tá boa... depois, a gente vê..."



# A MONTANHA E A PEDRA:

Os limites da política social  
brasileira e os problemas  
da infância e da juventude

Vilmar E. Faria\*

*\*Professor do Depto. de Ciências Sociais da UNICAMP e pesquisador do C.E.BRAP. Para esse trabalho contei com a ajuda imprescindível de Regina M. B. Faria, que, entre outras tarefas, pesquisou o material sobre as mudanças jurídicas e institucionais e redigiu a seção do artigo que trata desse tópico. Não fosse sua reconhecida modestia, ela deveria aparecer como co-autora do texto como um todo. Agradeço, também, a Maria Filomena Gregori e a Antonio Celso Aguiar pela leitura cuidadosa do manuscrito original e pelas inúmeras sugestões. À parte as limitações que o tempo e o espaço sempre impõem, os erros, a rapidez e superficialidade no tratamento de questões, sem dúvida complexas, são de minha exclusiva responsabilidade.*

junho de 1991.



# Capítulo

# 8

## Índice

Introdução

1. Desenvolvimento social e urbano. A posição do Brasil no cenário internacional
2. Quem são e para onde vão as crianças e os jovens brasileiros?
3. O marco jurídico e o institucional
4. A montanha e a pedra: os limites estruturais da política social brasileira

# Introdução



Os capítulos anteriores foram discutidos, em detalhe, diversos aspectos da situação das crianças e dos adolescentes<sup>1</sup> no Brasil contemporâneo.

O objetivo desse capítulo final, ao mesmo tempo modesto e difícil, é localizar a situação antes descrita no quadro mais geral da delicada questão social brasileira e, ainda mais especificamente, no contexto do sistema brasileiro de proteção social, tendo em vista suas características, perspectivas e limites<sup>2</sup>.

Neste sentido, vale a pena recapitular, nessa introdução, os processos demográficos, econômicos, sociais, políticos e culturais, de caráter geral e de mais longa duração, responsáveis pela configuração que os problemas da infância e da juventude assumem no Brasil de hoje. Depois disso podemos nos dedicar a uma discussão mais detalhada dos aspectos pertinentes a uma avaliação dos dilemas, perspectivas e limites colocados pelo sistema brasileiro de proteção social para o tratamento dos problemas da criança e do adolescente no limiar do terceiro milênio.

## Antecedentes estruturais

A situação da criança e do adolescente no Brasil contemporâneo resulta de processos estruturais de longa duração. São particularmente relevantes os processos que tiveram lugar depois da Segunda Guerra Mundial e que mudaram a face do país, transformando-o, quanto ao tamanho, numa das maiores economias urbano-industriais do mundo, embora heterogênea, pobre e desigual.

Do ponto de vista demográfico, aspecto sem dúvida crucial embora sobredeterminado da questão, o volume total da população brasileira atual e sua composição etária resultam de um vigoroso processo de crescimento vegetativo (uma vez que a contribuição

1. Referimo-nos, aqui, à população com menos de 18 anos de idade. Ao longo do texto, dependendo da disponibilidade de informação, nem sempre será possível manter constante essa definição do contingente populacional, objeto de nossa análise. Além disso, sempre que possível, serão distinguidas subpopulações específicas nesse contingente.

2. Seria mais econômico se se pudesse falar em "Estado Brasileiro de Bem-Estar". Embora existam razões que recomendam o uso desse conceito, pelo menos em seu sentido mais restrito, como por exemplo a importância do gasto governamental nessa área e a diversidade institucional que sustenta essas políticas de governo, acredito que os resultados pífios e precários dessas políticas — quer do ponto de vista da baixíssima capacidade em "desmercantilizar" a força de trabalho, quer do ponto de vista da efetividade do gasto realizado para proporcionar serviços e benefícios para a população mais pobre — sugerem cautela no uso do conceito. Além disso, a experiência dos países desenvolvidos mostra que o marco institucional do Estado de Bem-Estar envolve características do sistema político que estão bem distantes do padrão brasileiro. Ver, entre outros, Draibe, 1989; Flora, 1988; Sping-Andersen, 1990 e Offe, 1985.

de migrações internacionais, depois da Segunda Guerra Mundial, tem sido negligenciável), que se acelerou nos vinte anos do imediato pós-guerra, para mostrar sinais de relativo arrefecimento a partir de 1965, quando se acelerou o processo brasileiro de "transição demográfica" (Martine & Carvalho, 1988).

Um rápido exame das informações mínimas pertinentes, resumidas na Tabela 1, confirma tais colocações, fornecendo indicações sobre a natureza desse processo.

Como se pode observar, entre 1940 e 1985, são vários os processos populacionais que se aceleram e os pontos de inflexão que ocorrem na dinâmica demográfica brasileira, cabendo destacar, em resumo, os seguintes:

- a *aceleração* entre 1940 e 1965 das taxas de crescimento populacional no país como um todo e em cada uma de suas macrorregiões, em virtude do declínio nas taxas de mortalidade (declínio que variou de região para região), associado à estabilidade (ou mesmo ligeiro crescimento, em algumas regiões) das taxas globais de fecundidade;

- a *desaceleração* da taxa de crescimento no período posterior a 1965 para o país como um todo (com importantes diferenças regionais), em função da persistente queda nas taxas de mortalidade ter sido mais do que compensada pela mudança no comportamento das taxas globais de fecundidade, que passaram a declinar, às vezes de forma abrupta, em que pesem persistentes diferenciais, quer por região, quer por segmentos sociais;

- a *intensificação* das migrações internas, tanto intra como inter-regionais — no princípio predominantemente de origem rural e destino urbano e, posteriormente, com um importante componente de migrações interurbanas;

- a *progressão*, acelerada, do processo de urbanização — inclusive nas áreas do interior do país — e o surgimento dos processos de metropolização e conurbação multimunicipal.

Em conseqüência, alterou-se significativamente a estrutura por idades da população brasileira e modificou-se a distribuição rural-urbana da população infantil e jovem. Assim, no que se refere à população com idade até 19 anos (ver Tabela 2), vale a pena destacar:

- o aumento no número absoluto de pessoas com menos de vinte anos de idade, que seguirá crescendo até pelo menos o ano 2010, embora a taxas decrescentes;

- o incremento da participação relativa desse grupo no conjunto da população brasileira até meados da década de 70: em 1980 a participação desse grupo atingiu 50,2% da população brasileira;

- a queda, a partir de 1990, de sua participação relativa, levando a estimativas de que no ano de 2010 esse grupo representará 35% da população total;

- a crescente urbanização dessa população: predominantemente rural pelo menos até 1960; em 1990 cerca de 70% da população brasileira na faixa de 0 a 19 anos residia em áreas urbanas.

Tabela 1

Indicadores da dinâmica demográfica  
Brasil — 1940/1985

Ano	Cresc.*	TMI	TFG	Urbano <sup>a</sup> %	Urbano <sup>b</sup> %	EV
1940	2,39	163,6	6,26	31,2		40,7
1950	2,99	146,4	6,21	36,2	24,3	44,6
1960	2,89	121,1	6,28	44,7	32,7	53,4
1970	2,48	113,8	5,76	55,9	38,1	54,6
1980	2,10	88,0	4,35	67,6	51,3	63,6
1985			3,60			

Fontes: Faria, 1986 e Martine & Carvalho, 1988.

(\*) Cresc. = Taxa de crescimento; TMI = Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos; TFG = Taxa de fecundidade geral; EV = Esperança de vida ao nascer.

a. Urbanização segundo a definição censitária.

b. Urbanização em cidades de 20.000 habitantes ou mais.

Do ponto de vista sócio-econômico,

*"entre 1945 e 1980 a sociedade brasileira conheceu taxas bastante elevadas de crescimento econômico e sofreu profundas transformações estruturais. Ficou para trás a sociedade predominantemente rural, cujo dinamismo fundava-se na exportação de produtos primários de base agrícola, e emergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial. Complexa porque marcada pelos processos que constituíram, entre nós, uma das maiores economias contemporâneas. Intrigante porque, afora essa complexidade e esse tamanho, essa economia de base urbana e industrial localizada na periferia da economia mundial crescentemente internacionalizada esteve — e está — longe de apresentar as características típicas das sociedades industriais avançadas, mesmo quando aquelas se encontravam em níveis comparáveis de desenvolvimento de suas forças produtivas"* (Faria, 1991, p. 102).

Em conseqüência, por um lado, modificou-se a estrutura produtiva — no campo e na cidade ampliou-se o assalariamento, expandiram-se e aprofundaram-se as relações mercantis, constituiu-se um mercado nacional de trabalho e de consumo, cresceu a presença dos meios de comunicação de massa, alterou-se a estrutura do emprego e das ocupações, modificou-se a estrutura de classes. Por outro lado, dado o padrão específico assumido por esse processo de crescimento baseado no aviltamento dos salários, cristalizou-se entre nós uma das distribuições de renda mais desiguais do mundo e, apesar de mudanças no padrão de gasto social, persistiram profundas desigualdades regionais e um vastíssimo contingente de famílias pobres, tanto no campo como na cidade.

Do ponto de vista político, o período caracterizou-se pela instabilidade institucional, fortemente marcada pelo período autoritário vigente entre meados da década

de 60 e meados da década de 80. Essa debilidade das instituições e dos processos democráticos — em que pese a permanente resistência dos setores populares e de segmentos importantes das camadas médias — impediu, ou pelo menos dificultou, a influência dos segmentos mais amplos da população sobre o conteúdo das políticas de governo. No campo das políticas sociais, como veremos, isso significou que sua expansão e transformação foram ditadas pelas necessidades de centralizar e "racionalizar" o gasto governamental e para proporcionar mecanismos clientelísticos de legitimação do regime autoritário. Adquiriram, assim, forte conteúdo assistencialista e uma precária estrutura de benefícios, que pouco contribuiu para amenizar o peso da mercantilização sobre a força de trabalho.

Culturalmente, a valorização dos padrões culturais de uma sociedade de consumo, num contexto de desvalorização do trabalho e de pobreza generalizada, gerou entre nós uma peculiar sociedade de consumo de massa, pobre e desigual, cujo impacto sobre as crianças e os jovens ainda não foi suficientemente avaliado.

A partir do final da década de 70 — quer pelo aprofundamento de suas próprias contradições e dilemas, quer pela crise e pelas transformações na economia mundial na qual a economia brasileira se insere — o padrão prevalecente de acumulação e as formas de regulação a ele associadas entram em crise e a economia perde sua estabilidade e seu dinamismo. Recrudesce o movimento pela redemocratização do país, multiplicam-se os movimentos sociais, agravam-se os problemas inflacionários, aprofunda-se o problema da dívida externa, agrava-se o problema do déficit fiscal, entram em crise segmentos importantes da política social do regime autoritário, ocorrem conjunturas recorrentes de elevadas taxas de desemprego aberto, o aparelho estatal se desorganiza e entra em progressiva paralisia. O regime autoritário começa a desagregar-se.

Tabela 2

Estimativas da população jovem  
(19 anos ou menos)  
Brasil — 1980 e 1990

Idade/Anos	1980	%	1990	%
0-4	17.145.504	14,4	16.632.109	11,4
5-9	15.002.316	12,6	16.632.109	11,4
10-14	14.168.854	11,9	16.778.005	11,5
15-19	13.454.458	11,3	14.881.361	10,2
<b>Subtotal</b>	<b>59.771.132</b>	<b>50,2</b>	<b>64.923.584</b>	<b>44,5</b>
mais de 19	59.294.868	49,8	80.972.111	55,5
<b>Total</b>	<b>119.066.000</b>	<b>100,0</b>	<b>145.895.695</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Carvalho & Martine, 1988.

O Brasil, que conheceu um ritmo de crescimento acentuado e auto-sustentado, experimenta fortes oscilações cíclicas e a década de 80, do ponto de vista das taxas de crescimento e da transformação do aparelho produtivo, passará a ser conhecida como a "década perdida"<sup>3</sup>.

Entretanto, mais do que "uma década perdida", a década de 1980, no Brasil<sup>4</sup>, foi na verdade uma década paradoxal. Por um lado (como indicado sumariamente na nota 3), em termos de renda *per capita* e, em menor medida, em termos de transformação na estrutura produtiva, os anos 80 foram efetivamente marcados pela estagnação: no final da década, o brasileiro médio se encontrava na mesma situação que a do início do período. As camadas mais pobres, por seu turno, não só parecem ter aumentado como, também, viram os seus rendimentos médios diminuídos (Lopes & Gottschalk, 1990).

Já do ponto de vista político, esta década foi extremamente dinâmica e proveitosa. Com raízes no período anterior, o movimento pela democratização do país ganhou impulso, mobilizando a população pelas eleições diretas. Movimentos e partidos políticos com raízes populares e com programas partidários mais avançados ganharam nova expressão. Multiplicaram-

se as eleições com sufrágio universal, sobretudo para eleição dos principais postos do Executivo (presidente da República, governadores de Estado e prefeitos das grandes cidades). Instaurou-se um processo constituinte onde, apesar dos pesares, a presença dos interesses populares se fez sentir, direta e indiretamente. O Legislativo, pelo menos em parte, recobrou sua força e alguns ganhos, especialmente na área dos direitos sociais, foram obtidos.

Entretanto, dados os limites impostos pela deterioração da situação econômica, esses avanços no plano da abertura política e na capacidade de influência dos interesses populares resultaram, até agora, com apenas uma ou outra exceção, em ganhos efetivos reduzidos.

É como resultado desse longo processo que se deve entender a situação atual das crianças e dos adolescentes no Brasil contemporâneo, cujo volume e distribuição por faixas etárias são apresentados nas tabelas que se seguem e cuja dinâmica demográfica futura será objeto de discussão posterior. Como se pode verificar, em 1980 esse grupo etário constituía o contingente majoritário da população brasileira e, em 1990, embora sua participação relativa já tivesse começado a cair, as pessoas com menos de 19 anos de idade representavam um contingente de mais de 80 milhões de pessoas.

Os resultados extremamente iníquos, heterogêneos e desiguais desse longo processo de desenvolvimento fizeram com que o país contraísse uma dívida social bastante pesada com os segmentos mais pobres da população, fazendo com que o Brasil apresente, como veremos noutra parte desse trabalho, índices de desenvolvimento social e humano bastante insatisfatórios quando comparados com países com renda *per capita*, taxa de urbanização e tamanho populacional comparáveis aos seus. Isso se reflete de forma expressiva na situação social de sua população infantil e jovem: uma proporção significativa da população de pessoas com 19 anos ou menos (mais de 40% nas áreas urbanas e mais de 50% nas áreas rurais) vivia, em 1981, em domicílios cujas famílias percebiam menos de 1/2 salário-mínimo por pessoa.

Para aprofundar a análise da situação social global da infância e da adolescência neste final de século, a

3. Esses processos, como se sabe, não vêm ocorrendo apenas no Brasil. Os dados abaixo, recentemente publicados pelo Banco Mundial, mostram as taxas de crescimento do PIB *per capita* em alguns países da América Latina nos últimos trinta anos:

País	Taxa de Crescimento do PIB <i>per capita</i>		
	1960/1970	1970/1980	1980/1988
Argentina	2,9	0,9	-1,9
Brasil	3,2	5,9	-0,1
Chile	2,0	0,9	0,3
Venezuela	1,5	-0,8	-1,3

Fonte: The World Bank. *Social Spending in Latin America: The story of the 1980's* (p. 3).

4. Ambas as expressões encontram-se no excelente relatório da Cepal que trata das transformações estruturais e dos dilemas do desenvolvimento na América Latina nesse final de século (Cepal, 1990).

partir dos antecedentes apresentados nessa introdução, dividiremos o restante deste artigo em quatro partes. Na primeira, procuraremos situar a posição brasileira no cenário internacional, no que se refere a seus índices de desenvolvimento humano e social. Na segunda, trataremos de apresentar dados descritivos — embora sintéticos — da situação social dessa população. Na terceira parte, apresentaremos um resumo das transformações jurídicas e institucionais que ocorreram no período recente, relevantes para uma avaliação do futuro desempenho das políticas de governo no tratamento futuro das questões da criança e do adolescente. Finalmente, na última parte, procuraremos discutir as perspectivas, dilemas e limites da política social brasileira no limiar do terceiro milênio.

# 1. Desenvolvimento social e humano: a posição do Brasil no cenário internacional

**O**om o agravamento da crise econômica, o fracasso dos diversos planos de estabilização, a falta de iniciativas governamentais inovadoras na correção dos desequilíbrios e inadequações da política social brasileira e a deterioração das finanças públicas estaduais — combatidas pelo uso eleitoral dos recursos —, fizeram voltar à primeira página dos jornais e das revistas de circulação nacional a denúncia e o debate em torno das questões da desigualdade e da pobreza, infelizmente ainda endêmicas no Brasil do final do século XX.

Do ponto de vista acadêmico e científico, essas questões, infelizmente, revestem-se de uma certa monotonia: não parece ter mudado, senão para pior, o panorama desenhado pelas análises realizadas em meados da década de 70, tão logo o regime autoritário deixou alguma brecha para o debate e a crítica.

Embora industrial, urbanizado, grande, complexo e diferenciado — a nona economia urbano-industrial do mundo, como quer o ufanismo ingênuo<sup>5</sup> —, o Brasil apresentava índices de desigualdade, carências sociais e pobreza comparáveis a países de menor desenvolvimento relativo, que a expressão “Belíndia” consagrou.

Dados que aparecem em recente informe publicado pelo PNUD (*Human Development Report*, 1990), em que pesem a precariedade da base de informações e o caráter sempre discutível dos indicadores utilizados, onde são comparados 130 países, permitem avaliar a posição atual (final da década de 80) do Brasil no cenário internacional

quanto ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social.

Com base num volume razoavelmente amplo de informações o estudo do PNUD elabora, para cada um dos 130 países, dois indicadores básicos (além de divulgar dados relativos ao desempenho e à posição dos países considerados num conjunto amplo de indicadores econômicos, ecológicos e sociais). O primeiro, relacionado ao crescimento econômico, consiste no *Produto Interno Bruto per capita*, ajustado em função do poder de compra característico nos diferentes países<sup>6</sup>. O segundo, relacionado ao desenvolvimento social, consiste no *Índice de Desenvolvimento Humano*, calculado a partir de indicadores de renda *per capita*, de analfabetismo da população adulta e da esperança de vida ao nascer<sup>7</sup>.

Várias comparações podem ser feitas a partir dessas informações com o objetivo de melhor apreciar a posição brasileira no cenário internacional, embora não seja fácil obter-se um consenso a respeito da comparação metodologicamente mais adequada e pertinente. Começemos pelas duas comparações mais óbvias e bombásticas, embora problemáticas do ponto de vista metodológico.

## O triste lugar da nona economia urbano-industrial do mundo

Em meados da década de 80<sup>8</sup>, o Brasil se constituía, efetivamente, na nona economia do mundo, em termos do volume *global* de seu Produto Interno Bruto, embora algo distante das sete primeiras eco-

5. Ufanismo, aliás, combatido pelas estatísticas mais recentes, que parecem indicar que a posição brasileira, em termos do volume do PIB, parece ter caído para a décima-segunda ou décima-terceira posição, em face da estagnação recente. Manterei, nesse texto, a estatística anterior, que corresponde aos dados que estou utilizando.

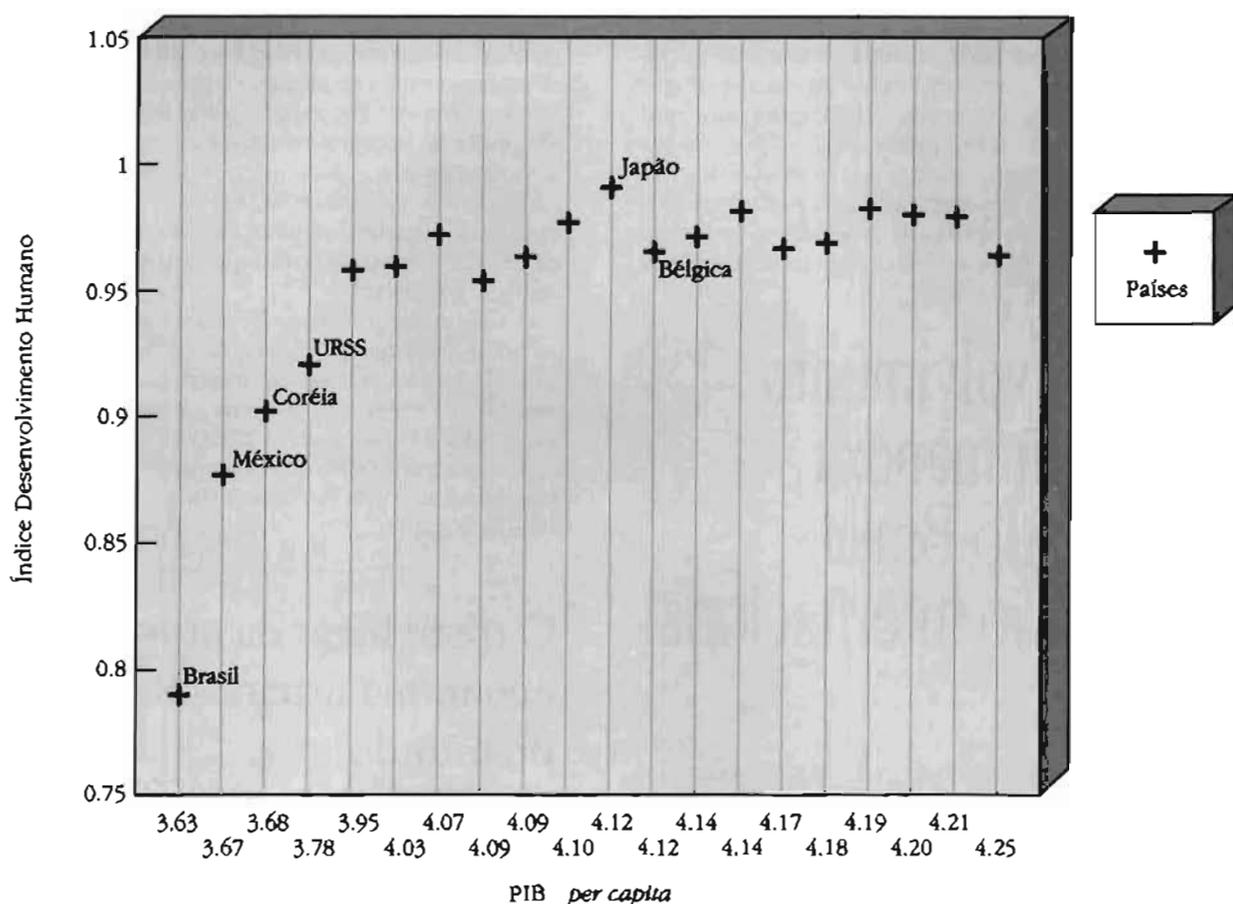
6. Esse indicador, denominado “Adjusted Purchasing Power Gross Domestic Product *per capita*”, baseia-se em estudos desenvolvidos pelo Projeto de Comparações Internacionais de Preços. Para se ter uma idéia do ajuste desse impacto, enquanto o produto interno bruto *per capita* brasileiro medido de forma convencional teria sido, em 1987, de US\$2.020, esse valor ajustado pelo poder de compra teria atingido US\$4.307; o do Japão teria sido de US\$15.760 e US\$13.135, respectivamente.

7. O Índice de Desenvolvimento Humano foi construído usando-se procedimentos relativamente simples de agrupação dos indicadores parciais mencionados, levando-se em conta os valores máximos e mínimos observados para os 130 países quanto à esperança de vida e às taxas de alfabetização da população adulta e, ao valor médio, para os países desenvolvidos do hemisfério Norte, da renda *per capita* considerada como definidora da linha de pobreza. Este índice, teoricamente, pode variar entre 0 (zero) e 1 (um), este último valor representando o máximo de desenvolvimento social, nas condições do mundo contemporâneo. Empiricamente, o Japão apresenta o índice mais elevado (0,996) e o Níger o índice mais baixo (0,116). O índice de desenvolvimento humano calculado para o Brasil atingiu 0,784. É importante ter presente que o índice *não leva em conta desigualdades na distribuição da renda*, nem considera as diferenças existentes entre os países no que tange aos direitos civis e políticos.

8. Os dados utilizados pelo PNUD se referem, em geral, ao ano de 1987, embora possa haver indicadores definidos para um ou dois anos anteriores.

Gráfico 1

**Maiores economias urbano-industriais  
(PIB *per capita* — Desenvolvimento Humano)**



nomias mundiais (EUA, Japão, União Soviética, Alemanha, França, Itália e Grã-Bretanha) e mais próxima da oitava e décima economias, respectivamente Canadá e China. Nesse grupo de doze países com PIB superior a 200 bilhões de dólares, o Brasil ocupa o antepenúltimo lugar em termos do Índice de Desenvolvimento Humano elaborado pelo PNUD, atrás apenas da Índia e da China, países predominantemente rurais.

Se tomarmos as vinte maiores (em termos de volume do PIB) e mais urbanizadas (mais de 50% da população vivendo em áreas urbanas) economias do mundo como referência, onde estariam incluídas as economias do México, da Coréia e da Austrália, entre outras, a nona economia do mundo ocupa um triste último lugar em termos de desenvolvimento social, tal como medido pelo índice do PNUD. Situa-se, assim, em posição inferior tanto a economias de menor porte, como a Espanha, o México e a Coréia, como a de economias menos urbanizadas, como mostra o Gráfico 1.

Entretanto, essa comparação, embora atraente, talvez seja metodologicamente incorreta e injusta, pois não leva em conta a população dos diferentes países. Na verdade, o Brasil, nesse grupo de vinte países, como mostra o Gráfico 2, possuía o menor PIB *per capita*, indicador sem dúvida mais correto para servir de base de comparação.

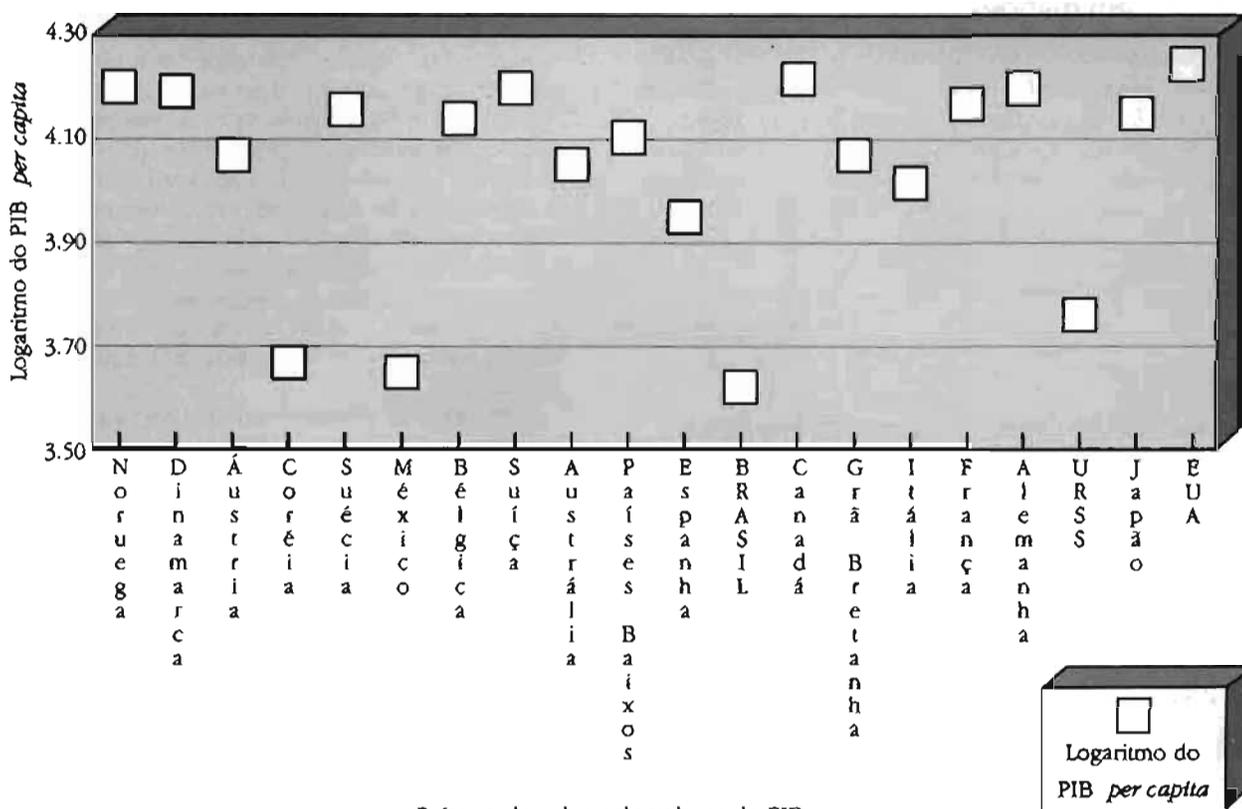
Tomando-se este último indicador — o PIB *per capita* (ajustado pela paridade do poder de compra) —, podemos verificar a posição do Brasil no conjunto dos 130 países considerados no relatório.

Nesse grupo, amplo e heterogêneo, o Brasil ocupava, em 1987, o 47º lugar em termos de PIB *per capita* e o 51º lugar em termos de desenvolvimento social (tal como medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano estabelecido pelo PNUD). Excluídos os países do Oriente Médio, produtores de petróleo, a posição do Brasil sobe para o 42º e 50º lugares, respectivamente. Isso indica o atraso relativo do Brasil em termos de desenvolvimento social no conjunto dos países. Assim medido, esse atraso, embora importante, não é dos mais pronunciados: os EUA, por exemplo, ocupam o primeiro lugar em termos de PIB *per capita* e o 19º lugar em termos de desenvolvimento social; os Emirados Árabes Unidos, o 18º e o 54º lugares, respectivamente.

Essa comparação, entretanto, também é bastante insatisfatória por várias razões, entre as quais se destaca, por um lado, a enorme heterogeneidade existente entre os 130 países considerados e, por outro lado, o fato de que, a partir de um certo nível de PIB *per capita* (a partir de US\$5.000, aproximadamente), os aumentos no Índice de Desenvolvimento Humano

Gráfico 2

Economias urbano-industriais  
Vinte maiores em volume do PIB



Fonte: PNUD, 1990.

Países ordenados pelo volume do PIB

devidos diretamente ao crescimento do PIB *per capita* são muito pequenos. Essas razões recomendam que se façam comparações melhor "focalizadas", tomando grupos de países mais homogêneos pelo menos com respeito a três critérios básicos: o PIB *per capita*, a taxa de urbanização e o tamanho populacional dos países<sup>9</sup>.

Para facilitar essa focalização, concentramos nossa atenção nos países que possuíam as seguintes características:

- países com PIB *per capita* entre US\$ 3.000 e US\$ 5.999; ou
- países com taxa de urbanização superior a 50%; ou
- países com mais de 50 milhões de habitantes.

Sessenta e cinco países constituem esse grupo, no qual nos concentraremos<sup>10</sup>.

9. Seria interessante comparar países que apresentassem complexidade econômica semelhante. Os dados do relatório do PNUD, entretanto, não facilitam tal comparação.

10. Para compor esse grupo, primeiro selecionamos todos os países com PIB *per capita* entre US\$3.000 e US\$5.999, semelhante ao PIB *per capita* brasileiro (25 países). Em seguida, do restante da lista de 130 países, selecionamos todos aqueles com taxa de urbanização superior a 50% (30 países). Finalmente, da lista restante, selecionamos todos os países com mais de 50 milhões de habitantes (10 países). Para a lista dos 65 países selecionados, consulte-se a relação da p. 205.

## A posição do Brasil em comparação com o grupo de 65 países

Podemos subdividir o grupo dos 65 países selecionados em subgrupos mais homogêneos com respeito ao tamanho populacional, ao PIB *per capita* e à taxa de urbanização, verificar os valores médios do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em cada subgrupo e situar a posição do Brasil nesses subgrupos.

A Tabela 3 indica os valores médios do Índice de Desenvolvimento Humano para quatro subgrupos de países segundo o tamanho de sua população.

Como se pode observar, no subgrupo de países que possuem entre 100 e 500 milhões de habitantes (8 países: Bangladesh, Nigéria, Paquistão, Indonésia, Brasil, União Soviética, EUA e Japão) o Brasil possui um Índice de Desenvolvimento Humano superior à média do subgrupo. Observe-se, porém, que este subgrupo possui uma das médias mais baixas e que existe grande dispersão dentro do subgrupo (desvio padrão de 0.287). Além disso, o tamanho populacional, para o conjunto dos 65 países e na média, se correlaciona *negativamente* com o Índice de Desenvolvimento Humano.

Se agrupamos os 65 países de acordo com seu PIB *per capita*, obtemos os resultados que aparecem na Tabela 4.

**Tabela 3**

**Índices de Desenvolvimento Humano  
(por grupos de tamanho populacional,  
em milhões de habitantes)**

Tamanho	Mínimo	Média	Máximo
até 50	0.690	0.879	0.987
50 - 100	0.501	0.798	0.974
100 - 500	0.318	0.664	0.996
500 ou mais	0.439	0.578	0.716
<b>BRASIL</b>		0.784	

**Tabela 4**

**Índice de Desenvolvimento Humano  
(por grupos de países  
segundo o PIB per capita)**

PIB per capita	Mínimo	Média	Máximo
até US\$2.999	0.318	0.612	0.877
3.000-3.999	0.660	0.787	0.920
4.000-4.999	0.730	0.875	0.930
5.000-5.999	0.899	0.919	0.949
6.000 ou mais	0.702	0.931	0.996

**Tabela 5**

**Índice de Desenvolvimento Humano  
(por grupos de países  
segundo a taxa de urbanização)**

Urbanização	Mínimo	Média	Máximo
menos de 50%	0.318	0.627	0.913
50-59	0.660	0.843	0.961
60-69	0.719	0.869	0.983
70-79	0.702	0.897	0.996
80-89	0.735	0.910	0.984
mais de 90%	0.839	0.928	0.970

Nessa comparação, o valor do Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (0.784) não só é inferior ao da média de seu grupo (países com PIB *per capita* entre US\$4.000 e US\$4.999), como inferior também à média do grupo anterior (países com PIB *per capita* entre US\$3.000 e US\$3.999)<sup>11</sup>.

Finalmente, quando subdividimos o grupo de 65 países de acordo com suas respectivas taxas de urbanização, obtemos os resultados da Tabela 5.

Também nessa comparação a posição brasileira quanto aos Índices de Desenvolvimento Humano é desfavorável: o valor do IDH do Brasil não só é bastante inferior à média de seu grupo (países com taxa de urbanização entre 70 e 79%) como é inferior, também, à média dos demais grupos predominantemente urbanos (50% ou mais de taxa de urbanização), em que pese a relação também *positiva*, na média, existente entre a taxa de urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano.

Para concluir, podemos efetuar uma última comparação, focalizando os países que apresentam PIB *per capita* e taxas de urbanização equiparáveis às do Brasil (excluindo, ainda, os países que embora atendessem a esses dois critérios possuíam população inferior a dez milhões de habitantes). Na Tabela 6, apresentamos indicadores diversos que caracterizam esse grupo de 14 países.

Os dados desta tabela mostram, claramente, o atraso relativo do Brasil em termos de desenvolvimento humano quando comparado a países com PIB *per capita* e taxas de urbanização equiparáveis aos brasileiros: seu Índice de Desenvolvimento Humano é inferior à média desse grupo, embora a taxa de urbanização e o PIB *per capita* brasileiros sejam superiores à média do grupo.

Noutros indicadores de desenvolvimento social, *não considerados no Índice de Desenvolvimento Humano desenvolvido pelo PNUD*, a posição do Brasil é ainda mais desfavorável: nesse grupo de países temos a pior distribuição de renda (medida pelo número de vezes em que a renda do primeiro quintil da distribuição de renda representa a renda do último quintil), a mais baixa taxa de escolarização no 2º grau e o maior índice de evasão escolar. Nos Gráficos 3 e 4, para cada um dos 14 países, registramos os valores dos desvios (com relação à média do grupo) em cada um desses indicadores. Nesses, o

11. Note-se que, na média, existe uma relação *positiva* entre o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano.

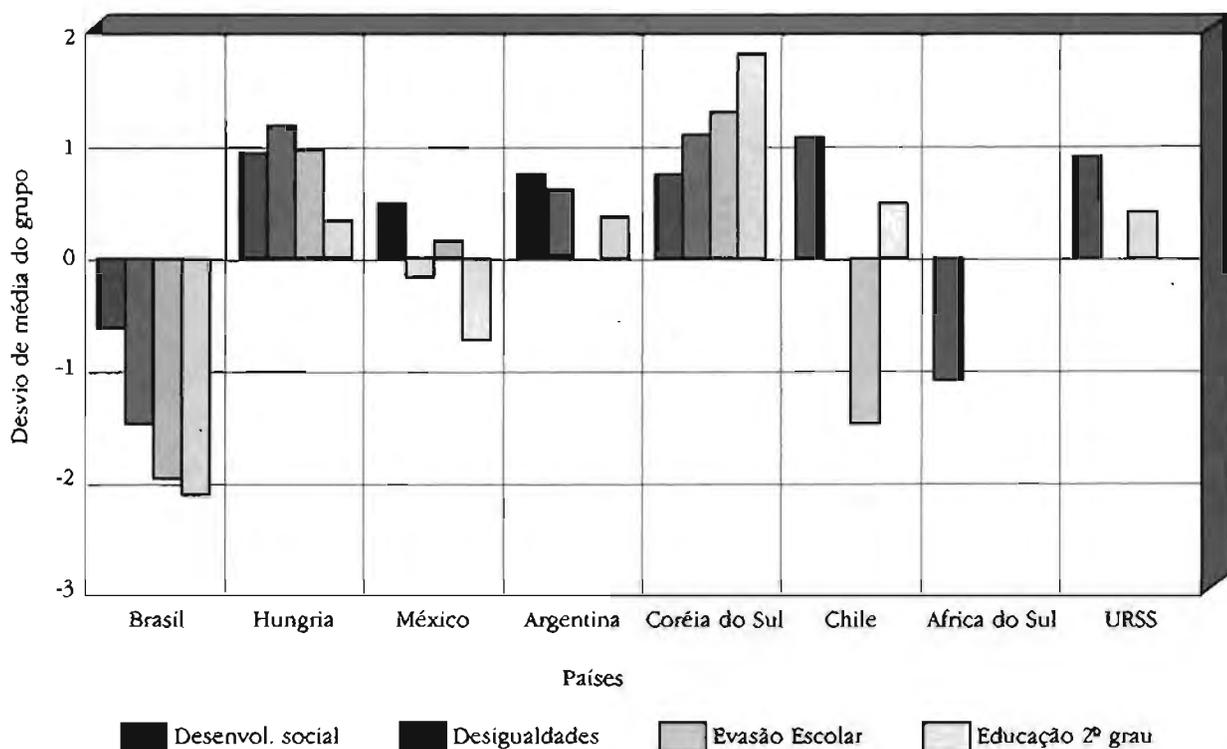
**Tabela 6**

**Países comparáveis ao Brasil  
Indicadores gerais**

Indicador	BRASIL	Máximo	Média	Mínimo	SD
PIB <i>per capita</i>	4.307	4.981	4.178	3.129	658
Urbanização	75	89	69	51	12.3
Desenvol. humano	0.784	0.931	0.825	0.660	0.094
Concent. renda	33.7	33.7	17.8	5.2	10.6
Educ. 2º grau	32	91	63.5	32	15.3
Evasão	78	78	32.5	1	24.9

Gráfico 3

### Desenvolvimento, educação e desigualdade Países comparáveis



Fonte: PNUD - 1990. Nota: dados de 1987.

Brasil tem a *pior* posição no grupo, mesmo quando comparado com países com índices mais baixos de desenvolvimento humano (Peru, Síria, Irã e África do Sul).

Em face desses resultados, não surpreende a conclusão do relatório do PNUD sobre a experiência brasileira, considerado um caso paradigmático de "oportunidade perdida para o desenvolvimento humano". Afirma o citado relatório:

*"Brazil failed to achieve satisfactory human development despite high incomes, rapid growth and substantial government spending on the social sectors"* (PNUD-1990, p. 56).

## PIB *per capita* e desenvolvimento social: o tamanho da oportunidade perdida

Basta olhar o atraso relativo do Brasil em termos dos indicadores sociais relacionados à distribuição da renda, à escolaridade de 2º grau e aos diferenciais sociais e regionais relativos à mortalidade infantil ou à mortalidade de menores de cinco anos de idade, para se ter uma idéia, dramática, do custo social dessa "oportunidade perdida".

Tecnicamente, é possível aprimorar um pouco a medida do hiato que separa o desempenho brasileiro quanto aos indicadores de desenvolvimento humano agrupados no índice do PNUD e aquele que seria de se esperar, dados os níveis de crescimento econômico e de urbanização atingidos pelo país. Essa medida permitirá, além disso, avaliar o tamanho do esforço a ser feito para vencer esse hiato.

Como se pode depreender dos dados antes apresentados, na média, para qualquer dos subconjuntos de países tomados como referência comparativa, existe uma relação positiva e estreita entre os Índices de Desenvolvimento Humano, por um lado, e os níveis do PIB *per capita* e das taxas de urbanização, por outro. A intensidade e a natureza funcional dessa relação podem ser estimadas a partir da correlação e da equação de regressão que descreve a conexão funcional entre essas variáveis, estimadas a partir dos dados já apresentados.

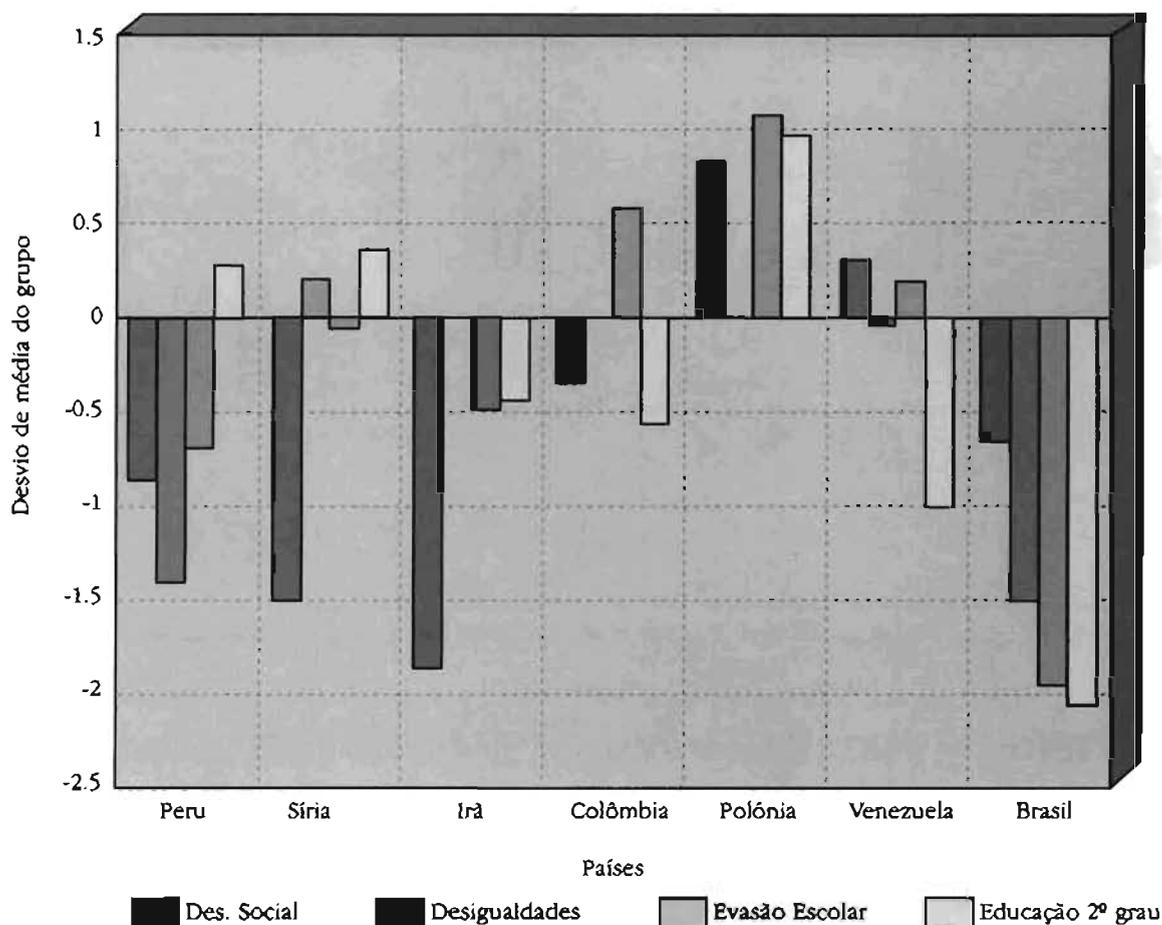
Para realizar essas estimativas exploremos, em primeiro lugar, a relação entre o PIB *per capita* (PIB pc)<sup>12</sup> e o Índice de Desenvolvimento Humano.

Tomando esses dois indicadores — o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o logaritmo do PIB

12. Considerando que em níveis muito baixos de PIB *per capita* os ganhos em desenvolvimento humano derivados do crescimento do PIB *per capita* são moderados e que níveis relativamente altos de desenvolvimento humano — medido através dos indicadores básicos utilizados pelo PNUD — são alcançados quando se atingem níveis intermediários de PIB *per capita*, é recomendável usar o logaritmo do PIB *per capita* para avaliar a relação entre este indicador e o IDH.

Gráfico 4

### Desenvolvimento, educação e desigualdade Países comparáveis



Fonte: PNUD - 1990. Nota: dados de 1987.

*per capita* (logPIB pc) — para o grupo dos 65 países inicialmente selecionados, obtivemos as estimativas para o coeficiente e para a equação da regressão que relaciona essas duas variáveis<sup>13</sup>.

Segundo esse modelo, o Brasil, dado o nível alcançado por seu Produto Interno Bruto *per capita*, deveria ter um Índice de Desenvolvimento Humano na casa de 0.804, semelhante ao índice obtido pela Colômbia, que é superior ao índice brasileiro (0.784).

Como se pode observar no Quadro A, que mostra os desvios entre os valores esperados dados pela equação de regressão e os valores observados nos diferentes países desse grupo amplo, 37 países possuíam índices superiores aos esperados e 28 países Índices de Desenvolvimento Humano inferiores aos esperados.

Se tomarmos o subgrupo constituído pelos 37 países que apresentam Índices de Desenvolvimento Humano relativamente altos — dados os seus níveis de

*PIB per capita* — e que podem ser considerados mais avançados desse ponto de vista, podemos obter estimativas mais exigentes, embora também historicamente observadas (ver nota 13).

Segundo o padrão dado por esse subgrupo de países, o Brasil deveria possuir um Índice de Desenvolvimento Humano da ordem de 0.871, semelhante ao do México.

Se tomamos como padrão o modelo obtido a partir dos dados dos 14 países selecionados pela maior homogeneidade de seus indicadores de PIB *per capita*, tamanho populacional e taxas de urbanização (ao qual o Brasil pertence), os resultados são semelhantes (as estimativas para o coeficiente de correlação e para os parâmetros da equação de regressão para esse subgrupo de países aparecem nas tabelas do anexo mencionado na nota 13). Também nesse grupo o Brasil aparece como retardatário: deveria apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.837.

Podemos tentar melhorar um pouco mais nossas estimativas incluindo como variável de predição, além do logaritmo do PIB *per capita*, a taxa de urbanização. Estimados esses modelos para os três subgrupos de países (65 iniciais, 38 mais desenvolvidos

13. Para facilitar a leitura, reunimos as informações mais técnicas sobre os modelos de regressão em um anexo que não acompanha este texto. O leitor interessado poderá obter essas informações consultando o Autor.

**Quadro A**

**Lista dos 65 países selecionados**

Países com IDH acima da linha de regressão	Países com IDH abaixo da linha de regressão
Holanda .0032578	Bangladesh -.2263006
Japão .0076675	Paquistão -.2161792
Austrália .0086432	Arábia Saudita -.2104296
Itália .0118237	Emirados Árabes Unidos -.1949471
Malásia .0128102	Nigéria -.1729636
Nova Zelândia .015619	Líbia -.1706587
China .027484	Kuwait -.1569228
***Colômbia .0279908	Índia -.1318665
Israel .0293898	Egito -.1116132
Tchecoslováquia .0299557	***Irã -.1006238
Líbano .0388937	***África do Sul -.0989364
Espanha .0411849	Singapura -.0855374
Vietnam .0447237	USA -.0766694
Irlanda .0447752	***Síria -.0668287
Rep. Dem. da Alemanha .0481606	Hong Kong -.0599228
Filipinas .0482548	Indonésia -.0557694
Portugal .0510879	Alemanha -.0403082
Iraque .0515082	Dinamarca -.0401033
***Venezuela .0576296	Canadá -.0394889
***URSS .0607024	Turquia -.0333946
***México .062449	***Brasil -.0223705
Tailândia .0641227	Bélgica -.0223325
***Coréia .0786538	França -.0219228
Iugoslávia .0840635	Áustria -.0159471
Uruguai .0870636	Suécia -.0089228
Panamá .0890151	Reino Unido -.0069471
***Argentina .092449	Jordânia -.0030335
Bulgária .0986539	***Peru -.0030335
***Chile .1048587	
Grécia .104883	
Tobago .1091956	
**Hungria .1100393	
Rep. Pop. da Coréia .1118694	
Romênia .1175568	
***Polônia .1190151	
Costa Rica .1366054	
Cuba .1619179	

Obs.: Os 14 países assinalados com (\*\*\*) foram selecionados para uma comparação mais sistemática com o Brasil, por apresentarem PIB *per capita* entre US\$ 3.000 e US\$ 6.000, taxa de urbanização acima de 50% e tamanho populacional superior a 10 milhões de habitantes.

socialmente e 14 mais diretamente comparáveis), verificamos que os ganhos não são expressivos, exceto para o último subgrupo. Neste último caso, considerando-se seu PIB *per capita* e sua taxa de urbanização, o Brasil deveria apresentar um Índice de Desenvolvimento Humano da ordem de 0.853, de novo semelhante ao do México.

Isso teria ocorrido se tivéssemos uma expectativa de vida ligeiramente mais alta (cerca de 70 anos), uma taxa de alfabetização de adultos na casa de 90% e preços comparativamente mais baixos para os itens que compõem a cesta básica de consumo.

Significaria, também, que deveríamos possuir uma distribuição de renda menos desigual (que a renda do primeiro quintil fosse "apenas" 20 vezes a

do último, e não o escândalo de 34 vezes), taxas mais baixas de mortalidade infantil e de mortalidade antes dos cinco anos (68 por mil nascidos vivos e não 85 por mil!) e melhores índices de escolaridade no 2º grau (taxas brutas de matrícula de 54% e não de apenas 32%).

Para vencer esse atraso, independentemente do crescimento do PIB *per capita*, deveríamos melhorar o desempenho dos nossos indicadores sociais em 5% na taxa de mortalidade geral, em 25% na taxa de mortalidade de menores de cinco anos e em 60% na escolaridade de 2º grau. É este o tamanho do nosso atraso, medido em termos do tempo perdido.

Sem um esforço sério e urgente para vencer o atraso social em que nos encontramos, os resultados da análise

Tabela 7

## Estimativas de taxas anuais brutas de crescimento

Modelo	IDH estimado	Hiato	PIB pc URSS	PIB pc Espanha	Padrão URSS	Padrão Espanha
<b>PIB per capita</b>						
65 Países	0.804	0.020	8.977	11.443	9.6	12.3
38 Desenv.	0.871	0.087	7.334	8.581	7.5	9.1
14 Comp.	0.837	0.053	5.574	6.266	3.6	5.8
<b>PIB + Urbanização</b>						
65 Países	0.820	0.036	8.260	10.940	8.7	11.8
38 Desenv.	0.879	0.095	6.299	8.260	5.9	8.7
14 Comp.	0.853	0.069	5.044	5.818	3.6	5.1

Pelas peculiaridades da conjuntura, o ano de 1986 não é um ano típico da década, particularmente no que se refere à situação do emprego e da renda, em virtude do impacto positivo — *no curto prazo* — do Plano Cruzado<sup>14</sup>. Tudo indica que a situação dos segmentos mais modestos da população piorou de lá para cá: entre meados de 1987 e meados de 1991, a renda real *per capita* deve ter decrescido, multiplicaram-se os surtos inflacionários e as conjunturas de desemprego, caiu o salário real médio e piorou o desempenho do setor público em algumas áreas importantes<sup>15</sup>.

## Tamanho e distribuição da população dos menores de 18 anos

Como resultado dos processos indicados na Introdução, de acordo com os dados da PNAD, em 1986, excluída a população rural da região Norte do país, existiam no Brasil um pouco mais de 27 milhões de famílias (27.170.080 famílias) nas quais viviam mais de 57 milhões de menores de 18 anos de idade (57.482.302 pessoas). Como assinalamos, isso significa que possuímos uma das maiores populações de crianças e jovens do mundo (entre a quarta e a sexta). Essa imensa população de crianças e jovens se distribua entre as regiões do país e entre o campo e a cidade da maneira indicada na Tabela 8.

Esses dados mostram, claramente, que a população brasileira de menores é predominantemente urbana (68,9%), se concentra na região Sudeste do país (40,4%) e, sobretudo, nas áreas urbanas do Sudeste (33,4%). Chama também a atenção não só o tamanho relativo do contingente de menores de 18 anos na região Nordeste

(9,5 milhões de pessoas) como, sobretudo, sua importância relativa nessa região (quase 50%).

Os dados da Tabela 9, por seu turno, mostram a distribuição dessa população por diferentes faixas etárias.

Digno de referência é o elevado contingente de menores na faixa de 10 a 17 anos nas áreas urbanas: 16,5 milhões de pessoas, que representam quase 30% dos nossos menores e que devem enfrentar um sistema educacional precário e um mercado de trabalho perverso. Chama também a atenção a diferença, relativamente pouco marcada, existente entre as distribuições por idades no campo e na cidade nesta subpopulação específica.

## A população de menores\* de idade por faixas de rendimento

Além da distribuição de renda extremamente desigual que caracteriza o país, diversos outros mecanismos contribuem para que a população de menores se concentre, em termos relativos, nas famílias mais pobres, cabendo destacar, entre outros, a fecundidade diferencial por estratos de renda (e de escolaridade dos pais), o volume menor de força de trabalho apta a integrar-se no mercado de trabalho nas famílias mais jovens e a discriminação que as mulheres e os menores sofrem neste mercado.

Não surpreende, portanto, que a maioria dos nossos menores, mesmo em 1986, vivessem em famílias cujos rendimentos mensais *per capita* eram inferiores a um salário-mínimo da época, como mostram os dados da Tabela 10.

Esses dados são constrangedores, para não dizer es-

14. Para uma análise das variações que ocorreram na década, no que se refere à renda e ao emprego no Estado de São Paulo, consulte-se Lopes & Gottschalk, 1990.

15. O leitor interessado poderá cotejar os dados para o ano de 1986 com dados semelhantes apresentados na publicação IBGE/UNICEF, já mencionada, para os anos de 1981 e 1983.

\* O termo "menor" é usado neste trabalho por ser uma denominação mais sintética que inclui crianças e adolescentes de ambos os sexos. Estamos conscientes das conotações pejorativas que podem acompanhar sua utilização, as quais queremos, de início, descartar.

**Tabela 8**

**Distribuição da população menor  
(por grandes regiões e rural/urbana)  
Brasil — 1986**

Região	Rural	Urbana	Total
Norte	*	2.068.682	2.068.682
Nordeste	9.444.142	9.905.197	19.349.339
Sudeste	4.903.834	19.210.805	23.385.827
Sul	3.319.931	5.052.238	8.372.169
Centro Oeste	1.204.619	2.999.122	4.203.741
<b>BRASIL</b>	<b>17.888.065</b>	<b>39.594.237</b>	<b>57.482.302</b>

(\*) As PNADs não fornecem dados para a população da zona rural na região Norte.

**Tabela 9**

**Distribuição da população menor  
(por faixas de idade)  
Brasil — 1986**

Faixas de Idade	Urbana	Rural	Total
menos de 1 ano	2.198.206	1.039.956	3.238.162
1 a 3 anos	6.800.077	3.165.923	9.966.000
4 a 6 anos	7.291.041	3.250.744	10.541.785
7 a 9 anos	6.892.922	3.080.836	9.973.758
10 a 14 anos	10.451.923	4.869.593	15.321.516
15 a 17 anos	5.960.068	2.481.013	8.441.081
<b>Total</b>	<b>39.594.237</b>	<b>17.888.065</b>	<b>57.482.302</b>

pantosos! Nas áreas urbanas, sempre pelo menos 30% de nossos menores de 15 anos vivem em famílias com rendimento inferior a 1/2 salário-mínimo *per capita* e quase 60% em famílias com rendimento *per capita* inferior a um salário-mínimo. Reflexo da entrada precoce no mercado de trabalho, a situação melhora, ligeiramente, na faixa dos 15 aos 17 anos. Nas áreas rurais o quadro é patético: em torno de 70% dos menores de 15 anos vivem em famílias com rendimento mensal igual ou inferior a 1/2 salário-mínimo *per capita* e quase 90% em famílias com rendimento *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo. No Nordeste do país, embora possa parecer impossível, o quadro é ainda mais melancólico, como mostram os dados da Tabela 11.

Nas áreas urbanas do Nordeste do Brasil, um pouco mais de 50% dos menores de 15 anos de idade vivem em famílias cujo rendimento mensal é inferior a 1/2 salário-mínimo *per capita* e entre 75% e 80% dos menores de 15 anos vivem em famílias com rendimento mensal igual ou inferior a um salário-mínimo *per capita*!

Nas áreas rurais nordestinas essas percentagens chegam, respectivamente, a 80 e 90%! Um pouco mais de 50% dos menores de 15 anos nas áreas rurais do Nordeste brasileiro vivem em famílias com rendimento mensal igual ou inferior a 1/4 de salá-

*rio-mínimo.*

Como veremos na última seção deste capítulo, com essa distribuição de renda não há política social que resista...

## Mortalidade e morbidade

O *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil* não apresenta dados sobre mortalidade e morbidade infantis. Dados de outras fontes, disponíveis apenas para o Brasil em conjunto e para algumas regiões específicas, permitem uma primeira aproximação.

Segundo dados do relatório do PNUD sobre desenvolvimento humano, em 1988 a taxa de mortalidade infantil para o Brasil como um todo andava na casa de 62 por mil nascidos vivos, superior à da maioria dos países da América Latina, inclusive o Paraguai, a Nicarágua e a Colômbia, comparável às taxas prevalentes em Honduras e na República Dominicana e muito inferior às taxas do Chile (19 por mil), da Argentina (32 por mil) e do México (46 por mil). Essa taxa, entretanto, encobre profundas desigualdades regionais e sociais. Na região mais desenvolvida do país, o Estado de São Paulo, os diferenciais de mortalidade eram, em 1984, de 38 por mil nascidos vivos no interior do Esta-

Tabela 10

Distribuição dos menores por faixa de renda da família  
(percentagem cumulativa por faixas de salário-mínimo)

Idade/Área		menos de 1/4	até 1/2	até 1	Total
menos de 1 ano	Urbano	10,7	30,6	59,1	100
menos de 1 ano	Rural	39,7	69,6	85,9	100
1 a 3 anos	Urbano	10,8	31,4	58,3	100
1 a 3 anos	Rural	42,3	71,6	87,6	100
4 a 6 anos	Urbano	11,8	31,9	58,6	100
4 a 6 anos	Rural	42,0	70,8	88,4	100
7 a 9 anos	Urbano	11,6	32,9	60,8	100
7 a 9 anos	Rural	41,7	71,1	88,7	100
10 a 14 anos	Urbano	9,9	30,8	59,7	100
10 a 14 anos	Rural	34,6	65,7	87,2	100
15 a 17 anos	Urbano	6,0	22,4	52,0	100
15 a 17 anos	Rural	25,0	55,6	81,8	100
18 anos ou mais	Urbano	4,5	16,9	40,6	100
18 anos ou mais	Rural	22,4	50,8	77,3	100

Tabela 11

Distribuição da população menor por classes de renda  
(percentagem acumulada — em salários-mínimos *per capita*)  
Nordeste — 1986

(%)

Idade/Área	menos de 1/4	até 1/2	até 1	Total
<b>Urbano</b>				
menos de 1 ano	22,4	52,8	75,5	100
1 a 3 anos	24,0	53,7	76,5	100
4 a 6 anos	26,2	56,0	76,4	100
7 a 9 anos	26,1	57,8	81,0	100
10 a 14 anos	22,5	55,1	79,8	100
15 a 17 anos	15,8	45,0	75,3	100
18 anos ou mais	12,3	37,5	65,2	100
<b>Rural</b>				
menos de 1 ano	51,1	80,4	92,1	100
1 a 3 anos	54,5	84,0	94,0	100
4 a 6 anos	54,9	83,3	94,7	100
7 a 9 anos	54,8	83,4	95,4	100
10 a 14 anos	46,1	79,1	94,5	100
15 a 17 anos	35,8	70,7	91,9	100
18 anos ou mais	33,4	67,0	88,9	100

do, passando por 48 por mil na cidade de São Paulo (60 por mil na periferia desse município) e chegando a atingir 99 por mil nos municípios menores e mais periféricos da região metropolitana de São Paulo: ou seja, em algumas áreas do coração urbano-industrial do país, nossas crianças ainda estão submetidas a regimes de mortalidade semelhantes aos que prevalecem na Nigéria, no Paquistão ou em Bangladesh.

A taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade, considerada pelo PNUD como um dos melhores indicadores de desenvolvimento social e humano, atingia, em 1988, segundo os dados do relatório, 85 por mil nascidos vivos, das mais elevadas no grupo de

países com PIB *per capita* e taxa de urbanização semelhantes às do Brasil: a taxa, no Chile, era de 26 por mil, na Argentina de 37 por mil, no México de 68 por mil; em Portugal e na Espanha essas taxas alcançavam, respectivamente, 17 e 12 por mil nascidos vivos.

Não foi possível reunir informações sistemáticas sobre a morbidade de crianças e jovens para o Brasil como um todo. Um recente estudo sobre a questão na região metropolitana de São Paulo, entretanto, mostra a gravidade do problema.

De acordo com esse estudo, "a taxa de incidência das principais causas de morte no processo mórbido dos óbitos infantis" em diferentes áreas da região

Tabela 12

Taxas de incidência das principais causas de morte infantil  
Áreas da região metropolitana de São Paulo

Causas	S.Paulo Distritos Centrais	S.Paulo Distritos Periféricos	Municípios Periféricos Grande SP
Infecciosas e Parasitárias	8,21	20,85	39,84
Desnutrição e Desidratação	5,90	15,80	29,90
Aparelho Respiratório	18,49	23,28	40,22

Fonte: *O jovem na Grande São Paulo*. São Paulo: Seade, 1988.

distribuiu-se segundo os dados apresentados na Tabela 12.

O estudo apontado, quanto às causas da mortalidade infantil na Região Metropolitana de São Paulo, conclui:

*“verificaram-se enormes diferenças quanto à mortalidade infantil de distintos subgrupos (...). Nos grupos de menor instrução da mãe (...), predominam as causas exógenas do período pós-neonatal. Este diagnóstico fica ainda mais dramático ao constatar-se que essas pequenas vítimas estão morrendo (...) de causas, em sua grande maioria, fâcets de reduzir mediante iniciativas oficiais que pouco ou nada interferem na atual estrutura sócio-econômica”* (Seade, 1988, p. 147).

Quanto à mortalidade dos menores com idade superior a um ano, o referido estudo conclui que na Região Metropolitana de São Paulo “mais de 50 por cento das mortes ocorrem por causas possíveis de serem reduzidas ou eliminadas” (Seade, 1988, p. 177).

Mesmo não dispondo de dados sistemáticos, não é difícil imaginar a situação que prevalece nas zonas rurais do resto do Brasil e nas regiões urbanas do Nordeste. A situação do saneamento básico em que vivem os menores nestas últimas oferece uma indicação disso. Segundo os dados da PNAD-86, 69,4% dos menores de idade vivendo nas áreas urbanas do Nordeste moravam em domicílios considerados inadequados do ponto de vista do saneamento básico. Para os menores vivendo em famílias com rendimento mensal igual ou inferior a 1/2 salário-mínimo *per capita*, essa proporção alcança nada menos que 83%!

## Instrução e preparação profissional

São inúmeros os indicadores que poderiam ser analisados para retratar a situação em que se encontram os menores brasileiros no que se refere à instrução escolar e à preparação profissional. Nesse quadro sintético, entretanto, cabe apenas mencionar os mais gerais.

Na Tabela 13 apresentamos a percentagem de menores de 18 anos, por faixas de idade, que no mo-

mento da realização da PNAD-86 não estavam frequentando a escola (embora pudessem já tê-la frequentado antes). Isso distorce, ligeiramente, as comparações inter-regionais: nas faixas mais avançadas de idade — especialmente depois dos 11 anos — a distribuição entre os menores que nunca frequentaram a escola, por um lado, e os que alguma vez frequentaram mas não frequentam atualmente, por outro, pode variar bastante de um lugar para outro. Por isso, no caso dos menores entre os 15 e os 17 anos, apresentamos também a proporção dos que nunca frequentaram a escola. Para avaliar as desigualdades regionais e sociais quanto ao acesso dos menores à escola, apresentamos essas informações para as regiões Nordeste e Sudeste, para as áreas rurais e as áreas urbanas, e para as distintas faixas de rendimento familiar mensal *per capita*.

Os dados são bastante eloquentes. Para exemplificar: na faixa de 7 a 9 anos de idade, 38,9% das crianças nas áreas rurais do Nordeste e em domicílios com renda *per capita* de até 1/4 de salário-mínimo não estavam frequentando a escola, o que contrasta com apenas 2,6% dos menores das famílias com rendimento de mais de um salário-mínimo *per capita* das áreas urbanas da região Sudeste. Na faixa de 15 a 17 anos, enquanto 30,6% dos adolescentes das famílias rurais do Nordeste com rendimento entre 1/4 e 1/2 salário-mínimo *per capita* nunca frequentaram a escola, apenas 1,1% dos adolescentes das famílias urbanas da região Sudeste com renda superior a um salário-mínimo *per capita* se encontravam nessa situação.

Chama ainda a atenção a proporção de jovens na faixa entre 15 e 17 anos de idade que já não frequentavam a escola (embora muitos deles já possuíssem alguma instrução): essa proporção atinge 84,6% dos adolescentes das famílias rurais, da região Sudeste do país, com rendimento *per capita* entre 1/2 e 1 salário-mínimo. Nessa faixa e nesse lugar de residência, um pouco mais de 70% dos jovens já possuía algum nível de instrução: deixaram a escola precocemente para contribuir no orçamento doméstico. Nas áreas urbanas da região Sudeste entre 30 e 50% dos jovens de 15 a 17 anos, variando em função do rendimento familiar, haviam deixado de frequentar a escola para ingressar, ou tentar ingressar, precocemente no mercado de trabalho.

Outro indicador significativo da precariedade da situação escolar de nossas crianças e jovens refere-se aos elevados graus de repetência ou de atraso no desenvolvimento escolar. Mesmo nas áreas urbanas da

**Tabela 13****Menores que não freqüentam a escola**

(%)

Grupos de idade Lugar/Faixa de renda	Total	5-6	7-9	10-14	15-17	15-17*
<b>Nordeste rural</b>						
até 1/4 SM	44,5	72,1	38,9	29,7	55,9	25,8
+ de 1/4 a 1/2	44,5	69,4	35,7	31,1	61,9	30,6
+ de 1/2 a 1	43,8	58,0	33,4	31,9	72,7	24,5
Mais de 1 SM	30,4	90,2	20,1	16,5	47,4	14,0
<b>Sudeste rural</b>						
até 1/4 SM	43,6	85,3	24,5	25,3	79,4	15,6
+ de 1/4 a 1/2	48,0	79,3	20,5	35,0	79,5	12,7
+ de 1/2 a 1	48,6	74,3	17,8	33,1	84,6	11,3
Mais de 1 SM	39,4	53,3	7,5	30,1	67,8	3,8
<b>Nordeste urbano</b>						
até 1/4 SM	31,2	55,7	23,2	19,8	43,6	14,9
+ de 1/4 a 1/2	26,9	45,9	17,8	17,7	40,7	10,8
+ de 1/2 a 1	21,6	35,9	12,9	12,9	34,2	7,7
Mais de 1 SM	11,0	14,6	4,4	6,3	21,4	3,4
<b>Sudeste urbano</b>						
até 1/4 SM	35,8	70,2	23,6	19,6	50,7	7,0
+ de 1/4 a 1/2	31,0	63,3	14,7	17,5	55,1	5,7
+ de 1/2 a 1	27,3	55,6	8,8	14,7	49,4	2,4
Mais de 1 SM	15,9	32,3	2,6	7,1	30,6	1,1

(\*) Nunca freqüentaram a escola.

**Tabela 14**

**Alunos matriculados nas diferentes séries do 1º grau segundo a adequação da idade (áreas urbanas da região Sudeste)**

(%)

Série	Idade adequada	Idade inadequada
Primeira	55,7	44,3
Segunda	41,7	58,3
Terceira	38,8	61,2
Quarta	35,4	64,6
Quinta	28,3	71,7
Sexta	32,7	67,3
Sétima	35,3	64,7
Oitava	35,3	64,7

região Sudeste este número é significativo, como mostram os dados da Tabela 14.

Como se pode verificar, o grau de inadequação ida-

16. Outra maneira de observar esse mesmo fenômeno consiste em tomar as pessoas em cada faixa de idade e verificar sua situação escolar. Nas áreas urbanas da região Sudeste, para exemplificar, das crianças com 9 anos de idade (1.116.600 crianças), apenas 45,2% freqüentavam a série adequada (ou estavam adiantadas), 50,3% estavam atrasadas e 5,1% não freqüentavam a escola; na faixa de 14 anos de idade (1.026.370 crianças), apenas 17,9% freqüentavam a série adequada, 58% estavam atrasadas e 24,2% não freqüentavam a escola.

de/série chega a atingir mais de 70%, mesmo nas áreas urbanas da região Sudeste<sup>16</sup>.

Em resumo, o acesso à escola é ainda difícil, especialmente para as populações mais pobres, o tempo de permanência na escola pode ser longo, pelo baixo rendimento escolar e pelas pressões intermitentes para deixar de freqüentá-la.

Aliados às precárias alternativas de educação profissional — embora não tenha sido possível analisar informações sistemáticas sobre o tema — esses fatores fazem com que vastos contingentes de nossas crianças e jovens não disponham da capacitação instrucional mínima que o mundo moderno exige de sua mão-de-obra. Sem corrigir essa grave distorção, não passa de retórica vazia a promessa de aumentar a produtividade, quer do setor privado, quer do setor público. Essas crianças e esses jovens possuem, de partida, uma enorme desvantagem no difícil mercado de trabalho de uma economia urbano-industrial complexa.

## Trabalho e rendimento dos menores de 18 anos

As conexões — virtuosas e viciosas — existentes entre a educação e o trabalho de crianças e jovens (e, especialmente, destes últimos) são suficientemente importantes e complexas para merecer análise e refle-

Tabela 15

Atividades educacionais e laborais das pessoas de 10 a 17 anos  
(regiões Nordeste e Sudeste, por situação do domicílio)

(%)

Idade e domicílio	Somente estudam	Trabalham e estudam	Somente trabalham	Nem uma nem outra
<b>Sudeste urbano</b>				
10-14	81,0	7,1	9,3	2,7
15-17	37,5	22,4	36,7	3,4
<b>Sudeste rural</b>				
10-14	59,1	9,7	38,3	2,9
15-17	14,5	8,0	74,4	3,0
<b>Nordeste urbano</b>				
10-14	77,9	6,5	11,8	3,8
15-17	49,2	14,4	31,3	5,1
<b>Nordeste rural</b>				
10-14	53,5	16,2	27,3	2,9
15-17	23,7	16,9	57,4	2,0

xão profundas que não cabem nos limites desse resumo. Cabe apenas apresentar alguns dados gerais.

Para começar<sup>17</sup>, vejamos como as pessoas na faixa de idade entre 10 e 17 anos se dedicam ao estudo, ao trabalho, a ambos ou a nenhum deles. Os dados para as regiões Nordeste e Sudeste são apresentados na Tabela 15.

Na faixa de idade de 10 a 14 anos de idade, a proporção de crianças que consegue dedicar-se com exclusividade às atividades escolares varia entre 81% (nas áreas urbanas da região Sudeste) e 53% (nas áreas rurais do Nordeste). Isso significa que, em algumas regiões, quase metade das crianças nessa faixa de idade trabalha. Na verdade, a proporção de crianças na faixa de 10 a 14 anos que somente trabalham (incluindo afazeres domésticos) chega a atingir, nas áreas rurais, de 27 a quase 40%.

Na faixa de idade de 15 a 17 anos, como não poderia deixar de ser, a situação é mais grave. A proporção de jovens nessa faixa de idade que consegue dedicar-se com exclusividade às tarefas escolares varia entre 49% (nas áreas urbanas do Nordeste) e quase 15% (nas áreas rurais do Sudeste). Uma proporção significativa dos jovens nessa faixa de idade, que varia entre 31% (nas áreas urbanas do Nordeste) e 74% (nas áreas rurais da região Sudeste), se dedica exclusivamente a atividades laborais.

As diferenças entre o Nordeste e o Sudeste, talvez um pouco surpreendentes, mostram como a existência de oportunidades de emprego — maiores no Sudeste — pode ter um efeito perverso sobre a escolaridade dos jovens, que abandonam precocemente a escola por oportunidades, às vezes precárias, de trabalho<sup>18</sup>.

Um outro indicador demonstra a importância do

trabalho de crianças e jovens para os apertados orçamentos das famílias brasileiras mais pobres, como mostra a Tabela 16.

Para terminar, um indicador final — o rendimento médio mensal de todos os trabalhos — que resume e dá a medida da dramática situação dos 7 milhões de crianças e jovens que, em 1986, se encontravam no mercado de trabalho, muitas delas já afastadas prematuramente da escola. Os dados, reveladores da discriminação experimentada por crianças e jovens, são chocantes.

Nas áreas urbanas, o salário médio das crianças de 10 a 14 anos foi, de acordo com a PNAD-86, de 0,6 salário-mínimo para o conjunto e de 0,8 para os que trabalhavam 40 horas ou mais por semana! Nessas mesmas áreas, o salário médio dos jovens de 15 a 17 anos foi de 1,1 salário-mínimo, pesando nessa média geral o salário dos jovens que trabalhavam 40 horas ou mais por semana, o qual atingiu a média de 1,2 salário-mínimo!

Para mais de 3 milhões de jovens e crianças trabalhando nas áreas rurais brasileiras essa média foi, respectivamente, de 0,2 salário-mínimo (para as crianças de 10 a 14 anos) e de 0,5 salário-mínimo (para os jovens de 15 a 17 anos)!<sup>19</sup>

Seria desejável concluir esse quadro sumário analisando indicadores relativos à violência, ao abandono, à exposição às drogas e ao envolvimento na economia criminal que, crescentemente, afetam nossas crianças e jovens. Além do rico material apresentado nos capítulos anteriores desse livro, não foi possível, infelizmente, reunir material sistemático que permitisse uma análise mais global desses aspectos.

## A situação da criança e do jovem no "Sul maravilha"

Mesmo na região mais desenvolvida do país — a região metropolitana de São Paulo —, centro dinâmico

17. Os dados publicados da PNAD-86 não permitem analisar a situação de trabalho dos menores de 10 anos de idade, razão pela qual concentraremos nossa atenção nos menores na faixa de 10 a 17 anos.

18. Nas idades mais elevadas, a combinação do estudo com o trabalho pode significar um retorno dos jovens à escola, o que sem dúvida constitui algo positivo. Felícia Madeira (Madeira, 1988) tem enfatizado a importância desse processo e a necessidade de proporcionar incentivos à sua generalização.

**Tabela 16**

**Origem dos menores que trabalham segundo a faixa de rendimento**

Renda	10-14	15-17
<b>Urbana</b>	100,0	100,0
Sem renda	11,6	5,3
até 1/4	19,6	4,7
+ 1/4 a 1/2	25,2	13,0
+ 1/2 a 1	29,6	40,2
<b>Subtotal</b>	86,0	63,2
<b>Rural</b>	100,0	100,0
Sem renda	64,5	45,3
até 1/4	7,2	5,5
+ 1/4 a 1/2	11,9	10,5
+ 1/2 a 1	12,6	22,3
<b>Subtotal</b>	96,2	93,6

co do processo de desenvolvimento nos últimos cinquenta anos, persistem situações dramáticas de injustiça e desigualdade, como mostra o Quadro B de indicadores básicos ao lado.

## As tendências demográficas da população jovem

Como vimos na Introdução, o peso relativo da população jovem — no caso, a população de 19 anos ou menos — chegou ao seu máximo no final da década de 70 e começo da década de 80, quando esse contingente passou a representar mais de 50% da população brasileira. É possível, também, que nesse período, a infância e a juventude brasileiras tenham atravessado o seu momento mais crítico, especialmente na conjuntura de crise dos anos 81/83, situação que pode repetir-se com o agravamento da crise atual.

Do ponto de vista da dinâmica demográfica, as projeções populacionais disponíveis indicam, como se pode verificar nas Tabelas 17 e 18, que:

- a. em termos absolutos, a população brasileira de menos de 19 anos seguirá aumentando, passando dos atuais 81 milhões para mais de 126 milhões em 2010;
- b. em termos relativos, essa população diminuirá progressivamente sua proporção, passando dos atuais 45% para 35% no ano 2000.

Essas tendências apresentam aspectos favoráveis e, alguns, desfavoráveis. O aspecto favorável reside no fato de que o peso relativo da população infantil e jovem tenderá a decrescer, sistematicamente, nos próximos vinte anos, o que significa uma relação mais favorável no número de adultos por jovem.

Dois aspectos são preocupantes nas tendências futuras. Por um lado, os vários subgrupos da população jovem ainda continuarão a crescer em termos absolutos, pelo menos até o ano 2010. Isso significa que a infraestrutura física e de serviços atualmente disponível

**Quadro B**

**Menores na Grande São Paulo — Indicadores básicos —**

<b>I. Pobreza (% de pessoas de 0 a 19 anos em famílias pobres)</b>				
Região metropolitana de SP			51,7	
Município de São Paulo			47,8	
São Caetano do Sul			23,2	
Osasco			55,6	
Mogi das Cruzes			63,2	
Barueri, Itapevi e Santana			74,9	
<b>II. Taxa de mortalidade infantil (1984)</b>				
Distritos centrais SP	24,01	(Coreia 26)		
Estado de São Paulo	44,92	(Filipinas 46)		
Região metropolitana de SP	51,25	(Siria 49)		
Município de São Paulo	48,93			
Zona Leste Mun. São Paulo	63,87	(Irã 65)		
Mun. de Ferraz de Vasc.	124,73	(Bangladesh 120)		
<b>III. Taxas médias de matrícula em 1980 (% de pessoas de 5 a 19 anos)</b>				
São Caetano do Sul			75,5	
São Paulo			67,9	
Diadema			57,9	
Guararema			46,7	
Pirapora Bom Jesus			37,1	
<b>IV. Retenção escolar (% de pessoas com idade superior à normal)</b>				
	Máxima		Mínima	
Primeira Série	31,0		15,0	
Quarta Série	76,0		35,0	
Oitava Série	75,0		45,0	
<b>V. Abandono escolar (% de matriculados na primeira série que atinge a)</b>				
Quarta Série			64,0	
Oitava Série			39,0	
<b>VI. Emprego de menores (% que trabalha, por faixa de idade e renda familiar per capita)</b>				
Idade	10-14	15-17	18-19	
Menos de 0.5 SM per capita	21,0	55,0	75,0	
0.5 a 1.0 SM per capita	21,0	72,0	81,0	
Mais de 3 SM per capita	9,0	57,0	78,0	
<b>VII. Rendimento de menores (rendimento médio real por hora)</b>				
Instrução/Idade	10-14	15-17	18-19	20 e mais
Primeiro grau incompleto	18,0	26,0	35,0	69,0
Primeiro grau completo	—	34,0	46,0	105,0
Segundo grau incompleto	—	40,0	53,0	103,0

VIII. Violência: mortalidade por causas violentas (mortes por 100.000)		
	1970	1984
<b>Homens</b>		
5-9 anos	35	50
10-14	44	63
15-19	61	55
<b>Mulheres</b>		
5-9 anos	19	35
10-14	27	34
15-19	36	48

Fonte: *O jovem na Grande São Paulo*. São Paulo: Fundação Seade, 1988.

para atender a essa população — hoje precária, como vimos — continuará sob pressão.

Por outro lado, no grupo de 0 a 19 anos, estará crescendo no futuro próximo, à taxa relativamente mais alta — embora modesta —, o subgrupo de 15 a 19 anos, como mostra a Tabela 19. Isso significa pressão relativamente constante desses grupos sobre o mercado de trabalho, particularmente entre os anos 1990 e 2000 (as oscilações, como apontam Carvalho & Martine, se devem à superposição de duas estruturas etárias decorrentes da aceleração na transição demográfica).

Se persistir o padrão atual de distribuição de renda e se a política social brasileira não se transformar, radicalmente, para fazer face a essa calamitosa situação em que se encontram as crianças e os jovens, entraremos

no terceiro milênio com mais de 50 milhões de brasileiros jovens não só muito distantes de qualquer padrão de modernidade mas, *sobretudo*, sem qualquer esperança de alcançá-la em algum momento de suas vidas.

Para avaliar as futuras possibilidades das crianças e dos jovens precisamos analisar o quadro jurídico e institucional no interior do qual os graves problemas dessa parte da população serão tratados. Precisamos, também, examinar mais a fundo o sistema brasileiro de proteção social, responsável por proporcionar os serviços sociais indispensáveis ao bem-estar e ao futuro da população jovem. A essas análises dedicaremos as duas últimas seções deste capítulo.

### 3. O marco jurídico e o institucional



década de 80 abrigou inovações importantes para a política de atenção à infância e adolescência, no que se refere tanto à base jurídica como ao cenário institucional.

O marco jurídico foi modificado

**Tabela 17**

**Estimativas da população jovem (19 anos ou menos)  
Brasil — 1980 e 1990**

Idade/Anos	1980	1990	2000	2010
0-4	17.145.504	16.632.109	16.850.371	17.884.727
5-9	15.002.316	16.632.109	16.509.960	17.301.529
10-14	14.168.854	16.778.005	16.169.548	16.523.932
15-19	13.454.458	14.881.361	16.509.960	16.329.533
<b>Subtotal</b>	<b>59.771.132</b>	<b>64.923.584</b>	<b>66.039.838</b>	<b>68.039.722</b>
mais de 19	59.294.868	80.972.111	104.165.931	126.359.483
<b>Total</b>	<b>119.066.000</b>	<b>145.895.695</b>	<b>170.205.769</b>	<b>194.399.205</b>

**Tabela 18**

**Estimativas da participação da  
população jovem no total**

(%)

Idade/Anos	1980	1990	2000	2010
0-4	14,40	11,40	9,90	9,20
5-9	12,60	11,40	9,70	8,90
10-14	11,90	11,50	9,50	8,50
15-19	11,30	10,20	9,70	8,40
<b>Subtotal</b>	<b>50,20</b>	<b>44,50</b>	<b>38,80</b>	<b>35,00</b>
mais de 19	49,80	55,50	61,20	65,00

Fonte: Carvalho & Martine, 1988.

Tabela 19

**Taxas de crescimento em cada período**  
**População de menos de 19 anos**  
**Brasil — 1990/2010**

População	1990/2000	2000/2010		
Total	16,70	14,20	33,20	48.503.510
0 a 4 anos	1,31	6,14	7,53	1.252.618
5 a 9 anos	-0,73	4,79	4,02	669.420
10 a 14 anos	-3,63	2,19	-1,51	-254.073
15 a 19 anos	10,94	-1,09	9,73	1.448.172
0 a 19 anos	1,72	3,03	4,80	3.116.137

pela Constituição Federal de 1988, pelas Constituições estaduais e, principalmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069 de 13.07.90), que revogou o Código de Menores. As alterações decorrentes da nova legislação abarcam três aspectos fundamentais da política social de atenção à infância e adolescência: a definição dos direitos de nossas crianças e jovens; a redefinição dos deveres do Estado e da sociedade civil, bem como sua interação; e a reorganização das atribuições e competências do poder público federal, estadual e municipal, em virtude da municipalização do atendimento.

O cenário institucional modificou-se timidamente no âmbito público, seja por força de exigências legais, seja por pressões decorrentes da complexidade e da magnitude dos problemas de crianças e jovens pobres esquecidos, por décadas, nas ruas. Menos tímidas foram as modificações no âmbito societal, com o fortalecimento das organizações não-governamentais e dos movimentos comunitários. Assim, a década de 80 registrou, por um lado, o surgimento de órgãos públicos especializados (com sugestões de programas destinados às crianças e jovens pobres), bem como o surgimento do direito de participação da comunidade na definição de diretrizes e no acompanhamento da ação voltada para aqueles beneficiários; por outro, a organização, com competente militância, de movimentos sociais destinados a defender e proteger os direitos da minoridade.

A literatura especializada, os relatórios oficiais e a realização de seminários e eventos têm sido instrumentos eficazes de divulgação e debate das conquistas ocorridas na década de 80. Contudo, efeitos não-antecipados e às vezes perversos, relacionados àquelas modificações, têm sido menos visíveis e debatidos. Este capítulo trata de sintetizar algumas modificações essenciais e de examinar preliminarmente alguns dos possíveis efeitos indesejados que possam decorrer das respectivas inovações.

## Marco jurídico — direitos e deveres

As principais inovações introduzidas no cenário jurídico, por dispositivos constitucionais ou legislação

ordinária, são aceitas consensualmente como um avanço na explicitação e na clarificação dos direitos e garantias das crianças e adolescentes.

De uma perspectiva mais abrangente, este avanço se traduz no fato de crianças e adolescentes serem explicitamente considerados como pessoas em desenvolvimento, credores de proteção especial, que lhes é devida pela família, pela sociedade e pelo Estado.

Do ponto de vista da extensão dos direitos fundamentais e de seu próprio conteúdo, tanto a Constituição Federal quanto a Lei 8069/90 garantiram às crianças e jovens direitos que abrangem todas as dimensões do desenvolvimento humano: física, intelectual, emocional, moral, espiritual e social. O artigo 227 da Constituição Federal — ao assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde e alimentação; educação, lazer, profissionalização e cultura; dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e convivência comunitária; proteção contra negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão — garantiu-lhes o direito à vida, com os conteúdos de integridade e dignidade que lhes são (ou deveriam ser) peculiares.

No que se refere a algumas dimensões específicas do desenvolvimento humano, examinaremos de forma preliminar três aspectos essenciais e a regulamentação dos direitos que lhes está associada.

Para efeitos meramente didáticos, vamos separar o inseparável e examinar, em primeiro lugar, a dimensão básica do desenvolvimento físico com o correspondente direito à *saúde* e à *alimentação* (arts. 7-14, Lei 8069/90). Ao regulamentar o dispositivo constitucional que garantiu o direito mencionado, o Estatuto da Criança e do Adolescente responsabilizou o poder público pela implementação de políticas sociais "que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência", abrangendo a atenção à gestante, parturiente, nutriz, criança e adolescente. Também estão especificadas em lei as condições de atendimento médico-odontológico, alojamento hospitalar (conjunto), identificação do recém-nascido, tratamento especializado aos portadores de deficiência e prevenção de enfermidades que afetam a população infantil.

Em segundo lugar, examinaremos a dimensão propriamente intelectual e a profissional (arts. 53 a 69, Lei 8069/90), que registram avanços significativos. O di-

reito à *educação* implica, para os pais ou responsáveis, a obrigatoriedade de matricular, e, para o poder público, o dever de ofertar os serviços para o atendimento da demanda; contempla-se a progressiva expansão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio, o atendimento especializado a portadores de deficiência, o oferecimento de creche e pré-escola às crianças de 0-6 anos, o ensino noturno para o adolescente trabalhador, bem como a garantia de compatibilização de horários para seu acesso à escola. O direito à *profissionalização* e à *proteção ao trabalho* inclui: a proibição de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz; a aplicação dos direitos previdenciários e trabalhistas, bem como a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para a faixa etária de 14-18 anos; a compatibilização do horário da atividade/emprego do aprendiz com o de acesso à escola; e o estabelecimento de programas sociais de trabalho educativo, enfatizando as exigências pedagógicas do desenvolvimento humano em detrimento do aspecto produtivo. Finalmente, e mais importante, o tratamento do tema *formação profissional* contempla e reforça a condição de pessoa em desenvolvimento peculiar às crianças e adolescentes.

Em terceiro lugar, examinaremos a dimensão do desenvolvimento emocional, social e moral. Neste caso, tanto a Constituição Federal quanto o Estatuto estabelecem o direito à *liberdade*, ao *respeito*, à *dignidade*, ao *convívio familiar* e ao *convívio comunitário*. A família é considerada o *locus* adequado para o desenvolvimento e a convivência das crianças e adolescentes. O conceito de entidade familiar é ampliado, incluindo os grupos resultantes de união estável e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. Elimina-se a discriminação entre filhos legítimos, ilegítimos e adotivos. Além destas, outras garantias enfatizam e valorizam o desenvolvimento das crianças e adolescentes em liberdade, no seu meio familiar e cultural: a valorização do lar substituto, estendendo o direito de adoção a estrangeiros; o incentivo aos mecanismos de acolhimento e guarda; o direito à convivência comunitária, cuja restrição só pode ser imposta por lei; a obediência aos princípios de brevidade e excepcionalidade nos casos de internação. A conquista básica nesta área foi, sem dúvida, a oportunidade de um desenvolvimento livre e em meio aberto, enfatizando o convívio com a família nuclear biológica, a substituta e a comunidade, em detrimento do tratamento institucionalizado.

## Marco jurídico — esferas do poder público e sociedade civil

Nos termos da legislação em vigor, a sociedade compartilha com o Estado e a família o dever de assegurar às crianças e adolescentes seus direitos fundamentais. Ao assumir deveres para com a população infanto-juvenil, a sociedade adquiriu direitos de participação na definição de diretrizes e acompa-

nhamento dos programas sociais. O dever de zelar e o direito de participar estão consubstanciados em inúmeros dispositivos legais e incluem: “o direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e participar da definição das propostas educacionais”; a competência para fazer parte do conjunto de atores a cargo da definição da política de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes; o direito de integrar o Conselho de Direitos (níveis municipal, estadual e federal), bem como o Conselho Tutelar, definidos pelo Estatuto em seus artigos 88 e 131 a 140.

No que se refere às três esferas de governo (federal, estadual e municipal), a legislação em vigor define um novo padrão de atuação descentralizada, ampliando as responsabilidades do poder local e propondo o desenvolvimento da nova política social, mediante um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, compartilhado pela União, pelos Estados e pelos Municípios. A municipalização do atendimento, a exemplo de outras políticas governamentais, respeita as especificidades locais e reforça o princípio de que o ambiente cultural, comunitário e familiar das crianças e jovens é o *locus* privilegiado para seu desenvolvimento e crescimento. A redistribuição de atribuições e encargos entre as diferentes esferas de governo na formulação e execução das políticas públicas está respaldada pelos princípios administrativos da *participação* e *descentralização*, mas também pelo novo padrão de política tributária. Fortalecidos financeiramente, os municípios tiveram ampliadas suas responsabilidades político-administrativas na formulação e implementação das políticas públicas, especialmente as sociais. No caso específico de atenção à infância e adolescência, são medidas de grande impacto a municipalização da educação e a constituição local de Conselhos deliberativos e paritários para a garantia e zelo dos direitos da população infanto-juvenil.

## Marco institucional

No decorrer da década de 80, a definição do *complexo institucional* a cargo da formulação, implementação e avaliação da política social foi permeada por uma discussão que muitas vezes colocou o Estado e a sociedade em pólos antagônicos, seja quanto ao nível de responsabilidade, seja quanto ao caráter e oportunidade da atuação destes dois atores.

Durante décadas, a atuação da sociedade foi voluntária e filantrópica; mais recentemente, tem sido comunitária e participativa. O Estado, por seu turno, tem tido uma atuação distributiva e/ou compensatória. Numa longa, bem conhecida e cansativa discussão, a participação da sociedade foi considerada de tudo um pouco: omissão do Estado, privatização do Estado, caridade e filantropia. Na maioria das oportunidades, defendeu-se o dever precípua do Estado de oferecer à população os serviços sociais de que necessita. Raras vezes as análises foram capazes de indicar, sem paixão, a possibilidade de uma ação conjunta e uma participação eficaz da sociedade, especial-

mente no que se refere à formulação e ao controle das ações sociais.

Atualmente, o aspecto surpreendente da participação social na área da infância e adolescência reside em algumas conquistas eficazes depuradas do estigma "Estado-vilão/sociedade-boazinha" ou vice-versa.

Resumindo a ação destes dois atores na década de 80 e tratando de examinar os avanços atuais, podemos assinalar, com respeito à atuação do Estado: o mérito de alguns programas no referente à participação e descentralização (saúde, merenda escolar); a criação de programas especialmente voltados para as crianças e jovens pobres; os esforços para o atendimento a meninos e meninas de rua, através da implementação — em escala modesta — de alguns programas originais e criativos; e o esforço para racionalizar o complexo institucional público graças ao surgimento de órgãos especializados, que deveriam evitar a duplicação de atribuições e competências. Contudo, não foi possível solucionar os problemas decorrentes do caráter realmente setorial da ação.

Por outro lado, o espaço de atuação da sociedade civil foi ampliado na década de 80, seja por iniciativas populares e comunitárias, seja por força dos institutos jurídicos que vimos examinando. Podemos registrar vários eventos indicativos desta afirmação. O primeiro deles é o *fortalecimento das organizações não-governamentais*. Em linhas gerais, a nova política de atenção à população infanto-juvenil deverá ser desenvolvida pela União, Estados e Municípios, através de um *conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais*.

Surgidas a partir dos anos 60, ancoradas nos movimentos sociais comunitários (religiosos ou não), e nos movimentos sindicais, as novas organizações não-governamentais (ONGs) registram uma atuação sistemática e básica nas áreas sociais (educação, saúde e alimentação) junto à população pobre. A capacidade de mobilização destas ONGs, seu poder de penetração e expansão, bem como seu grau de organização e integração interna e externa não foram valorizados pelo poder público no Brasil. Ao contrário, não se perdeu qualquer oportunidade de discriminação, avocando para as organizações governamentais a tarefa de fazer solitariamente, com pseudo-eficiência e total exclusão da sociedade, trabalhos que já estavam sendo feitos pelas ONGs ou movimentos populares e comunitários menos formalizados. Não há registros de interação consistente entre governamental e não-governamental com o objetivo de incorporar experiências, somar esforços ou rever desacentos. Financiadas por recursos internacionais, as ONGs receberam crédito de confiança dos financiadores, especialmente do Banco Mundial, em período recente. A razão principal para o crescente prestígio destas organizações parece ser sua capacidade de *fazer chegar o benefício ao beneficiário*, qualidade deficiente nas organizações públicas onde, na melhor das hipóteses, 40% dos recursos destinados aos programas sociais ficam retidos nas engrenagens enferrujadas da "máquina burocrática". No presente, as ONGs se tornam parceiros legítimos e desejados para as ações municipalizadas de atenção às crianças e adolescentes.

Um segundo fator importante é o surgimento e a consolidação de movimentos populares e comunitá-

rios, atuando com vigor na luta pela conquista e extensão de direitos das crianças e adolescentes. Um exemplo a ser registrado, pelo seu impacto no processo constituinte, é o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MMR). Gestado entre 80-84, o MMR emerge do Encontro Nacional de Grupos Sociais em junho/85; em maio/86 ocorre o I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua e, em agosto, a II Assembleia Nacional. A partir de 1987, o movimento se expande e, em 1989, encontra-se estruturado em 22 Estados com 88 Comissões, assim distribuídas:

Região	Local	Comissões
Norte	Amazonas	03
	Pará	03
	Amapá	01
Nordeste	Maranhão	03
	Piauí	01
	Ceará	02
	R.G.Norte	02
	Paraíba	06
	Pernambuco	09
	Alagoas	03
Sudeste	Sergipe	01
	Bahia	01
	Rio de Janeiro	04
	São Paulo	23
	Espírito Santo	05
Centro-Oeste	Minas Gerais	03
	Goiás	01
	M.Grosso Sul	03
	M.Grosso	01
	Distrito Federal	03
Sul	Paraná	04
	Santa Catarina	03
	R.G.Sul	03

O terceiro fator, importante no que se refere à participação da sociedade na formulação e controle da política social, diz respeito às suas *atribuições* expressas em lei. O artigo 204 da Constituição Federal define as diretrizes de organização das ações sociais, explicitando o concurso das organizações não-governamentais e representativas na sua coordenação, formulação e controle. A criação — já mencionada — dos Conselhos de Direito e Tutelar constitui diretriz da política de atendimento, nos termos do art. 88 do Estatuto. O Conselho de Direito é órgão controlador da ação e deliberativo, consubstanciando a forma de participação popular garantida pelo art. 204 da Constituição Federal. O Conselho Tutelar tem, entre outras, a atribuição de fiscalizar as entidades de atendimento.

## Prevenir é muito melhor do que remediar

Em um momento de celebração de reais conquistas de direitos, de participação e de fortalecimento das

instituições, parece desejável evitar hipóteses pessimistas. Mas parece também prudente mencionar efeitos que, se antecipados, podem ser evitados. É o que tentaremos fazer.

Embora seja inquestionável o caráter meritório da legislação no campo dos direitos sociais da população infanto-juvenil e de sua democratização, é possível antever dificuldades em algumas áreas. A primeira diz respeito à *municipalização do atendimento*. Operacionalizar a descentralização que permitirá uma real atuação dos municípios no atendimento a crianças e adolescentes exige definições e medidas destinadas a evitar o aguçamento das diferenças regionais. Além disso, dificilmente teremos uma municipalização eficaz sem a definição exaustiva e clara das competências e responsabilidades das três esferas de governo.

No plano *político-institucional*, o poder estadual parece encontrar-se "ensanduichado" entre os recursos financeiros do poder central e os níveis de independência do poder local, obtidos, em parte, pela sua capacidade de arrecadação. Para minimizar as disparidades regionais graves e o uso político dos recursos, é preciso acrescentar ao papel normativo do governo federal alguns critérios redistributivos. No nível dos governos estadual e municipal, é necessário definir mecanismos de transição, reservando ao Estado o exercício de algumas atividades permanentes, que garantam o aprimoramento da ação e um diagnóstico atualizado das reais necessidades, para além das realidades locais isoladas.

No plano *administrativo*, o processo de descentralização e repasse de competências e atribuições deve ser gradativo e flexível, capaz de incorporar as especificidades locais. Há um sem-número de ações sociais ocorrendo nos municípios, sob a batuta financeira e organizacional do Estado. Os programas de apoio à família, as creches conveniadas e os programas de amparo aos portadores de deficiência são, entre outros, exemplos de ações implementadas com o concurso de estruturas regionalizadas dos órgãos estaduais, bem como com recursos financeiros e humanos daquela esfera de governo. O repasse de ações sociais de um nível a outro exige a capacitação progressiva das esferas locais e regionais, com andamento e critérios ditados por suas especificidades.

No plano *econômico-financeiro* é necessário definir procedimentos, mecanismos e fluxos de repasse de recursos e estabelecimento de convênios de cooperação. Além disso, é absolutamente prioritário definir critérios redistributivos que balizem os repasses e priorizem as ações, tanto no nível do governo federal, quanto dos governos estaduais, de modo a garantir o acesso democrático aos recursos e o atendimento aos pólos mais necessitados. Finalmente, mas não menos importante, é imperioso regulamentar a captação e administração dos recursos constitutivos dos fundos vinculados aos Conselhos de Direito.

O segundo conjunto de questões refere-se à *expansão dos direitos* das crianças e adolescentes. Quanto aos institutos disciplinadores do trabalho dos menores de 14 anos, é conveniente contrapor alternativas adequadas ao "não-trabalho". É conhecida a contribuição dos filhos-crianças para o orçamento familiar e a sobrevivência da família. Por outro lado, ninguém desconhece a situação de exploração exis-

tente nas condições de "trabalho" (anterior ao Estatuto?) destas crianças. Também não ignoramos que grande contingente de crianças que trabalhava em condições irregulares (carregadores, entregadores, mensageiros, guardadores etc.) sem documentação profissional e sem garantias trabalhistas foi "desempregado" com o advento do Estatuto, sem que lhe tenha sido oferecida alguma alternativa adequada de "não-trabalho" como: educação (com alimentação e bolsa); estágios para aprendizagem e formação técnico-profissional; lares com suas famílias biológicas ou com famílias substitutas. Quem vai impedir que conquistas de direitos se transformem em punição e sofrimento? O que significa garantir o cumprimento da lei, neste caso específico? Significa também criar e ampliar condições de vida adequadas aos demais direitos essenciais das crianças e adolescentes?

O direito ao *convívio familiar e comunitário*, bem como o fato de enfatizar o crescimento em meio aberto, em detrimento do tratamento institucionalizado, poderá gerar dificuldades para a assimilação de crianças e jovens em situação de infração nos municípios pequenos. É muito importante formular alternativas que garantam a recuperação, sem ferir os direitos. A existência de um vácuo de diretrizes e orientação nesta área não pode se prolongar.

O terceiro núcleo vulnerável refere-se ao estabelecimento de *mecanismos de avaliação, acompanhamento e controle* das ações sociais voltadas para a população infanto-juvenil. A participação da sociedade, embora signifique um avanço em direção à democratização, e mesmo sendo condição necessária, não é condição suficiente para o acompanhamento e avaliação da política social voltada para a infância e adolescência. É preciso adequar e agilizar as estruturas municipais para o trabalho de diagnóstico, acompanhamento, atualização da informação, avaliação e proposição de novas ações e/ou aprimoramento das existentes.

Na distância e no tempo existentes entre a lei — conquista — e a realidade aviltante, quase tudo está por ser feito. Nossas crianças e nossos jovens ainda estão em situação de modesto e tímido desenvolvimento humano.

## 4. A montanha e a pedra: os limites estruturais da política social brasileira



As mudanças no marco legal e institucional em que se enquadra o tratamento das questões relativas à população infanto-juvenil, antes descritas, fazem parte de um processo mais amplo de questionamento do sistema brasileiro de proteção social que foi ganhando força à medida que a luta pela redemocratização se consolidava.

Em quase todas as áreas significativas da política

social desenvolvida pelo regime autoritário, tão logo foi possível a discussão pública e a organização dos interesses populares envolvidos nessa política, ocorreu tal crítica. Isso, na verdade, foi sendo cada vez mais urgente em virtude das múltiplas e recorrentes crises que afetaram todas as políticas governamentais de proteção e desenvolvimento social.

Assim, em meados da década de 80, constituiu-se uma vasta agenda de questões envolvendo as políticas de educação, saúde, habitação e saneamento básico, previdência social, segurança e justiça, alimentação e nutrição, assistência social e transportes coletivos urbanos.

Já o governo Sarney, no início de seu mandato, pelo menos, se viu forçado — ou mesmo motivado — a enfrentar essa importante agenda. As Comissões de Reforma, os Planos de Prioridades Sociais e as Ações de Emergência deram substância a essas iniciativas — fracassadas em sua maioria. A pressão popular e o acicate da crise generalizada terminaram por desaguar na Constituinte, onde, de uma forma ou de outra, para o bem ou para o mal, os temas foram tratados e importantes ganhos legais e simbólicos — alguns claramente controvertidos — foram obtidos.

Contudo, a renitência e o agravamento da crise econômica, política e administrativa têm impedido que as críticas, as soluções alternativas e os ganhos legais e simbólicos se traduzam em resultados efetivos. Por isso, as questões da política social brasileira continuam na ordem do dia.

Para terminar este capítulo, procuraremos examinar as principais características do sistema de proteção social herdado do regime autoritário e discutir seus dilemas mais agudos. Em seguida, procuraremos localizar a dramática situação das crianças e dos jovens nesse contexto e as perspectivas que se descortinam. Para concluir, chamaremos a atenção para um ponto a nosso ver crucial: a questão dos limites estruturais do sistema brasileiro de proteção social<sup>19</sup>.

## A expansão das políticas de proteção social: cara, fragmentada, discriminatória, ineficiente e ineficaz

Seria um equívoco grosseiro inferir, a partir dos indicadores de qualidade do desenvolvimento social brasileiro, que não tenha havido expansão significativa nas políticas de governo voltadas para o desenvol-

19. A bibliografia sobre o sistema brasileiro de proteção — o chamado “Estado de mal-estar brasileiro” — cresceu bastante nos últimos dez anos, desde os trabalhos pioneiros de Wanderley G. dos Santos (*Cidadania e Justiça*) e de James Malloy sobre a Previdência Social. Cito, entre muitos outros, os relatórios do Banco Mundial, os relatórios do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP e os estudos específicos do UNICEF, do PNUD, do Seade e do IBGE, para ficar nos documentos de caráter mais geral. Vários autores têm se dedicado aos múltiplos aspectos do tema. O resumo que aqui apresentamos repousa, como não poderia deixar de ser, nesse amplo material. Limitações de tempo impedem referências mais precisas e cuidadosas sobre cada estudo em particular.

vimento e a proteção social. Ao contrário, todas as análises apontam na direção de um aumento significativo na complexidade e no tamanho da máquina governamental voltada para essa área, na expansão da cobertura dos diversos programas (com exceções, dignas de nota, na área de seguro-desemprego, de educação do segundo grau e de ensino profissionalizante, onde os ganhos foram modestos) e no volume do gasto governamental como percentagem do PIB.

Quanto ao tamanho e à complexidade da máquina governamental, é suficiente lembrar as reformas empreendidas no campo da seguridade social e a multiplicação de programas na área da habitação, da alimentação e da nutrição, levadas a cabo pelo regime militar, por um lado, e o expressivo aumento do emprego nas atividades de administração pública e atividades sociais, entre 1960 e 1990, por outro, para se ter uma idéia da expansão ocorrida<sup>20</sup>.

Quanto à cobertura das políticas mencione-se, entre outras:

- a quase universalização — *do ponto de vista do direito abstrato ao acesso* — da cobertura previdenciária e da atenção à saúde e que se refletem na expansão no número de segurados do INPS, no crescimento no número de benefícios pagos pela Previdência Social e na expansão das consultas e internações médicas, ainda que sob a forma de convênios com a medicina privada (Faria, 1989);

- o crescimento da matrícula no ensino de 1º grau e no ensino superior, muito embora com predomínio do ensino privado e pago; e os números relativos à merenda escolar.

Quanto ao gasto público, mencionem-se apenas as estimativas realizadas por estudo do Banco Mundial (*The World Bank*, 1987): no Brasil, chegou-se a gastar perto de 18% do PIB com programas de desenvolvimento e proteção social. Essa cifra — embora sujeita a alguma controvérsia — coloca o Brasil no grupo dos países em desenvolvimento que realiza esforço mais elevado de gasto social.

Por tudo isso, repete-se aqui o mesmo enigma examinado na primeira seção: esse grande esforço não se traduz, de forma adequada, em benefícios para a população mais pobre. Na crítica política e na literatura especializada já foram apontadas, em boa medida, as razões responsáveis por essa situação.

Em primeiro lugar, o nível do gasto social *per capita*, considerado o tamanho do PIB e da população brasileira, é ainda muito pequeno: enquanto o gasto social brasileiro *per capita* mal alcançava 500 dólares anuais, nos países desenvolvidos essa cifra alcança entre 3.000 e 4.000 dólares *per capita* anuais<sup>21</sup>.

20. Já abusamos da paciência e da boa vontade do leitor, sobrecarregando este texto com dados, tabelas, gráficos e equações. Nesta última parte, sacrificaremos a riqueza da informação factual em benefício da simplicidade, clareza e brevidade de um texto que já está se tornando longo.

21. Na verdade, esses dados são inteiramente indicativos de ordens de grandeza. Foram calculados a partir das informações sobre o PIB e o PIB *per capita* de alguns países fornecidas pelo relatório do PNUD e as estimativas de gasto social apresentadas pelo relatório do Banco Mundial, já mencionado. Não se errará, contudo, ao estimar que o gasto social *per capita* nos países desenvolvidos é, na média, entre cinco e dez vezes maior que o brasileiro.

Contudo, além de metodologicamente problemática, essa razão está longe de ser suficiente para explicar o enigma. Países com gasto social *per capita* inferior ou igual ao brasileiro, como o Chile, o México e a Coréia, apresentam, como vimos, resultados bem mais favoráveis.

Um segundo conjunto de fatores relacionados ao *padrão* de política social que terminou por prevalecer no Brasil é responsável por parte importante dos resultados insatisfatórios que caracterizam as ações governamentais na área social.

Herdeira de um esquema de seguridade social corporativo e discriminatório e de uma política de assistência social tributária do clientelismo e do populismo, a política social que se desenvolveu durante o regime autoritário adotou e desenvolveu um arcabouço *financeiro, administrativo e institucional* que contribui, poderosamente, para sua ineficácia e para sua falta de efetividade.

Uma parte significativa dos recursos que sustentam a política social brasileira resulta de contribuições associadas diretamente ou indiretamente — via preços — à massa de salários e constitui, na verdade, formas variadas de *seguridade social*, onde uma parcela dos contribuintes sustenta outra parcela na expectativa de, com isso, adquirir um *direito*.

O caso típico — e central, porque responsável por importante fatia do gasto social — é o da Previdência Social: os trabalhadores contribuem com uma parcela de seu salário, os empresários com uma parcela proporcional à massa de salários paga por seu empreendimento e o Tesouro Federal com outra (na prática, de importância decrescente). Nesse esquema, o grande responsável pelo financiamento do sistema é a pessoa adulta, em idade ativa, sadia e empregada, quer diretamente como trabalhador; quer indiretamente como consumidor. Dele se beneficiam, teoricamente, esse mesmo trabalhador e seus dependentes — nas eventualidades asseguradas pelo seu contrato de seguro.

Sem entrar nos detalhes técnicos, essa modalidade de financiamento, nas condições prevalentes no Brasil ao longo dos últimos vinte ou trinta anos, se permitiu a expansão contínua do sistema, gerou também efeitos perversos e uma estrutura de financiamento potencialmente crítica.

Entre os primeiros salientam-se, por um lado, os efeitos negativos sobre o emprego, na medida em que favorece, em termos relativos, as atividades intensivas em capital em detrimento das atividades trabalho-intensivas, por aumentar o custo indireto da mão-de-obra; por outro lado, o incentivo que oferece para incorporar novos segmentos de trabalhadores ativos como forma de resolver problemas periódicos de fluxo de caixa.

O segundo aspecto, o da propensão estrutural à crise cíclica, relaciona-se, por um lado, ao desencontro entre receita e despesa nos diferentes momentos do ciclo: na fase de queda, aumentam as necessidades financeiras para fazer face ao crescimento da demanda por benefícios, precisamente no momento em que diminuem as receitas pela contração da atividade econômica; por outro, ao crescente desequilíbrio — em condições de ganhos reduzidos de produtividade e da persistência de baixos salários — entre contribuintes

ativos e beneficiários, resultante do envelhecimento da população.

A dinâmica das políticas sociais sujeitas a essa lógica foi, quase sem exceção, a crescente ampliação da cobertura, quer por razões relacionadas à solução dos problemas contingentes de fluxo de caixa, quer por razões relacionadas à pressão corporativa ou popular, quer, sobretudo, por razões ligadas às necessidades de buscar legitimação política através da criação de novas clientelas. Dados os estrangulamentos financeiros do sistema, esses espasmos de expansão foram seguidos, quase sempre também, pela deterioração dos serviços ou dos benefícios, pela manipulação clientelística de recursos escassos e pela piora nos salários dos profissionais responsáveis pela prestação do serviço ou do benefício.

Noutra modalidade de financiamento, como por exemplo a adotada pelo SFH/BNH, em que se procurou manter o retorno do investimento — embora os fundos também dependessem, em alguma medida, da massa de salários via FGTS e Cadernetas de Poupança —, os problemas, embora de outra natureza, tenderam a se agravar. Nessa modalidade, o custo de incorporar-se passou a ser o calcanhar de Aquiles do sistema: essa modalidade de programa, feitas as contas, nunca conseguiu oferecer, em larga escala, seus benefícios para a população mais pobre. E, dinamicamente, mesmo os segmentos empobrecidos das classes médias se viram em dificuldades para honrar os compromissos assumidos com o Sistema, que, aos poucos, foi se tornando inviável e praticamente faliu.

Em resumo, as modalidades prevalentes de financiamento da política social dificultaram — e ainda dificultam — que se evite, por um lado, o Cila da cobertura ampla para um serviço ruim (como na área da previdência social, da educação ou da saúde) ou, por outro, o Caribdis do financiamento adequado com acesso difícil (como na área da habitação e do saneamento básico). A população pobre, no período, ficou espremida entre esses dois tormentos.

Do ponto de vista administrativo, a centralização burocrática dos serviços e dos recursos nas mãos do Governo Federal (ou nas mãos de governos estaduais, em sua maioria precários, fracos e dependentes do primeiro) constituiu a característica mais marcante do sistema brasileiro de proteção social, pelo menos até meados da década de 80.

Protegida do controle público e democrático, essa centralização permitiu que a gestão dos recursos — especialmente aqueles que envolviam transferências negociadas entre os vários níveis de governo — se fizesse de forma opaca e com base na troca de favores e no tráfico de influências. Permitiu, também, que se constituíssem grandes burocracias estatais que passaram a engolir parcela importante dos recursos nas atividades-meio: muitas vezes, apenas uma parte muito pouco significativa dos recursos gastos chegava ao beneficiário final.

Além disso, atravessadas de fio a pavio por poderosos interesses privados, e protegidas pela falta de controle público, constituíram-se em torno dessas máquinas governamentais verdadeiros “quadriláteros de ferro” — formados pelos que detinham o controle burocrático, os representantes dos interesses empresariais privados aí envolvidos, os políticos fisiológicos e par-

celas da clientela-alvo —, delimitando um terreno fértil para o desperdício, o empreguismo, a negociata e a corrupção, em grande e em pequena escala.

Tudo isso, finalmente, tornou estruturalmente difícil — com uma ou outra exceção notável — a consolidação de uma burocracia estatal impregnada de espírito público e portadora do “ethos” burocrático descrito no tipo ideal weberiano. Na verdade, nos órgãos de prestação de serviços públicos, disseminou-se o “ethos” patrimonialista, generalizou-se o tratamento indolente, áspero ou incompetente dado ao usuário desses serviços e se impôs o que passou a ser conhecido, jocosa e tristemente, como o império da “lei de Gerson”.

Finalmente, a oferta de serviços de desenvolvimento e proteção social pelo setor *privado* com subsídio público, por um lado, e o padrão *regressivo* do gasto social, por outro, caracterizaram a dimensão *institucional* da política social brasileira no passado recente.

Apesar da retórica conservadora e neoliberal, os interesses particularistas do setor privado estiveram — e ainda estão — estratégica e perversamente imbricados na definição e na operação dos programas governamentais da área social como, de resto, nas demais áreas de atuação do Estado. Esses interesses foram variados (agrícolas, industriais, comerciais, financeiros e até mesmo das corporações profissionais) e, às vezes, conflitantes (como os vários interesses privados em choque na esfera da educação de 2º grau). Suas formas de imbricação foram diferentes, de profundidade e centralidade variável (como os empreiteiros da construção civil, na política habitacional, e os empresários da indústria do livro didático, na política educacional). Aparecem ora como fornecedores de insumos (como a indústria de alimentos industrializados na área de nutrição e merenda escolar), ora como executores de serviços (as empresas de seguro médico e os hospitais privados), ou de obras (os empreiteiros de obras públicas em escala grande, média ou pequena), ora como beneficiários de subsídios diretos ou indiretos ou de crédito governamental (como as empresas de transporte coletivo urbano).

O que tem sido inegável é a participação desses interesses na definição da natureza dos investimentos, nos rumos e na operação da política social, por um lado e, por outro, alguns efeitos negativos — do ponto de vista da eficácia e efetividade — dessa influência: distorção do gasto entre investimento e custeio (na política educacional); prioridades discutíveis e efeitos perversos (como no impacto imobiliário e fundiário da política habitacional); tecnificação e utilização má e desproporcionada de equipamentos (como na área de saúde).

A área de saúde é ilustrativa dessas distorções. Como mostram inúmeros estudos, a política social nesse setor, atravessada por uma teia de interesses particularistas, produziu um padrão de atendimento que privilegia a medicina curativa em detrimento da medicina preventiva, que eleva os custos dos serviços por sua elevada — e inadequada — tecnificação, que amplia o uso sem critérios dos medicamentos e que favorece a hospitalização nem sempre necessária. Emblemático de tudo isso foi, por exemplo, a proliferação do parto através de cesarianas, o que proporcionou ao Brasil um outro destacado e triste lugar entre as nações do mundo. A partir desse quadro, os ainda elevados índices de mortalidade infantil perdem parte de seu caráter enigmático.

Mas é *no caráter regressivo do gasto social* que reside parte ponderável das razões do enigma da política social brasileira.

Embora difícil de avaliar com a precisão desejável e sendo variável de um setor para outro, não parece haver muita dúvida quanto à regressividade da maioria dos benefícios e dos serviços proporcionados pela política social brasileira, aliada à má distribuição dos recursos *entre* diferentes populações igualmente carentes. Três exemplos ilustram essa característica geral do padrão brasileiro de política social.

A política habitacional do sistema SFH/BNH constitui o exemplo mais claro — e, até certo ponto, escandaloso — do caráter regressivo do gasto social. *Grosso modo*, embora ancorado nos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e das Cademetas de Poupança, esse programa nunca beneficiou os segmentos da população com renda inferior a cinco salários-mínimos. Beneficiou, na verdade, além dos interesses imobiliários e da construção civil imbricados na política, os segmentos de classe média e, em especial, da classe média alta.

Na área previdenciária<sup>22</sup> dois aspectos mostram o caráter relativamente pouco redistributivo da política.

Por um lado, a incorporação tardia dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores urbanos do setor informal ao sistema e a desigualdade — não redistributiva — qualitativa e quantitativa existente entre os benefícios assegurados aos trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos.

Por outro lado, o emaranhado complexo de aposentadorias diferenciais onde se destacam, por seu caráter regressivo, a aposentadoria por tempo de serviço e várias aposentadorias especiais. Essas aposentadorias que beneficiam um número menor de assalariados, em geral melhor situados no mercado de trabalho, consomem uma parte não desprezível do gasto social: basta dizer que as aposentadorias por tempo de serviço no sistema INPS, em 1988, tiveram o valor médio de 2,91 salários-mínimos, enquanto as aposentadorias por velhice — que beneficiam a imensa massa dos trabalhadores — atingiram, no mesmo ano, o valor médio de 0,74 salário-mínimo! (Avelino, 1991, p. 43.)

O terceiro exemplo situa-se na área da política de educação e se relaciona à distribuição do gasto entre os diferentes graus do ensino público e gratuito. A exigüidade dos recursos voltados para o financiamento do ensino público de 2º grau constitui, para nós, indicador inquestionável do caráter regressivo do gasto. A gratuidade do ensino universitário para as camadas de elite é outro indicador significativo de regressividade<sup>23</sup>.

22. Referimo-nos, aqui, como de resto no conjunto dessa seção, à política social *antes* das mudanças proporcionadas pela nova Constituição. Muitas das características aqui apontadas, contudo, ainda prevalecem, quer em virtude de não ter havido alteração de fundo no padrão da política (a descentralização e a municipalização constituem uma das exceções importantes), quer em decorrência da lentidão em transformar as diretrizes constitucionais em princípios legais e institucionais operativos quer, finalmente, pelo fato das alterações constitucionais terem agravado os problemas.

23. Mais discutível, mas nem por isso menos importante, é a distribuição do gasto em educação entre o 1º e o 3º graus do ensino público, onde a desproporção, em detrimento do ensino de 1º grau, é flagrante e enorme. As diferenças de custo e de composição das atividades (ensino, extensão e pesquisa), por um lado, e a essencialidade da atividade universitária de caráter público para o futuro do país, por outro, recomendam reflexão ponderada e cuidadosa (desse ponto de vista, a ilusão neoliberal da privatização da universidade pública não passa de rematada insensatez).

Recente avaliação técnica de natureza qualitativa ilumina um outro aspecto do impacto diferencial da política social. Comparando a proporção do gasto voltado para diferentes segmentos da população, diferenciada por idade e sexo, com a participação desses segmentos no conjunto da população do país, esse estudo mostra que a população feminina é melhor aquirida que a população masculina (pelo viés materno-infantil, certamente correto, da política de saúde); que a população de mais de 60 anos, em primeiro lugar, e a população de menos de 4 anos de idade, em segundo lugar, são melhor contempladas que a população jovem — especialmente a população de 11 a 17 anos (pelos efeitos cumulativos do viés materno-infantil, da precariedade do ensino público de 2º grau e do peso dos gastos com a previdência social) — e, especialmente, que a população adulta em idade ativa. A essa última cabe, quase que tão-somente, pagar a fatura do gasto.

*Essas informações acentuam a precariedade e a vulnerabilidade de um segmento estratégico da população brasileira, objeto dos estudos reunidos neste livro: a população adolescente e jovem.*

Os exemplos poderiam multiplicar-se para dar testemunho da regressividade do gasto. O resultado líquido, entretanto, parece ter sido, até aqui, um só: os segmentos mais empobrecidos da população pouco se beneficiaram dos resultados da complexa, cara, ineficaz e pouco efetiva política social brasileira.

Se esse padrão de política persistir por mais algum tempo e, especialmente, se ele persistir em conjugação com a inércia recessiva, só se pode ser pessimista quanto às perspectivas que se abrem para as crianças e jovens brasileiros, particularmente para os mais pobres. Nesse quadro, a esperança de modernidade é, para eles, uma remota quimera...

Por razões de ordem moral, por razões de caráter estratégico ligadas ao nosso destino como nação soberana e até mesmo por mezinhas razões de ordem instrumental e econômica, a necessidade de um salto qualitativo no padrão de política social se impõe.

## Os dilemas da política social brasileira

Não é fácil encontrar as soluções para esse imenso desafio. Tampouco é desejável a formulação de propostas miraculosas e salvacionistas. Estamos convencidos de que a profundidade das questões, o tamanho da fatura, o antagonismo dos dilemas e a agudeza dos conflitos envolvidos exigem responsabilidade, discussão pública e, por isso, o fortalecimento das instituições democráticas.

Contribuindo para essa discussão, parece-nos indispensável chamar a atenção para dois pontos que o exame crítico da política social brasileira ressalta.

Dados o atraso acumulado e o tamanho da dívida, parece-nos ilusório imaginar que os mecanismos de mercado sejam capazes de realizar as profundas transformações que são requeridas. A privatização dos serviços públicos essenciais, nesse sentido, dificilmente poderá incorporar os setores hoje negligenciados.

Além disso, a experiência recessiva da década de 80 tem deixado uma importante lição. Apesar de sua ineficácia, de sua falta de efetividade e de suas distorções, o sistema brasileiro de política social oferece uma rede — precária e de malhas muito grandes — de proteção para alguns segmentos importantes da população. Os indicadores sociais, na década de 80, registraram algumas modestas melhorias, apesar da crise. Isso significa que se a situação é ruim com essa rede, muito pior teria sido, e será, sem ela.

Por outro lado, como mostram os avanços no tratamento da questão de crianças e jovens, o envolvimento de organizações não-governamentais sem fins lucrativos no controle e na prestação de serviços de interesse público oferece um rico potencial transformador. Mas, aqui também, é preciso não tomar a nuvem por Juno. A presença do setor público continua indispensável. Existe um risco muito grande de que esse potencial se converta em ideologia e consagre formas redivivas e ultrapassadas de neofilantropismo. Parece inaceitável conjugar, numa concepção de política — como fazem o FMI e o Banco Mundial —, o porrete da recessão com o sopro do assistencialismo.

Entendemos que uma efetiva transformação da política social brasileira, tarefa de longo alcance e de longo prazo, passa necessariamente pelo enfrentamento de algumas questões cruciais.

É preciso *crescer*, para superar o limite de uma renda *per capita* muito baixa; *desprivatizar* os serviços governamentais, para torná-los, efetivamente, serviços *públicos*; *redistribuir* serviços e benefícios, para mudar o caráter regressivo da política social; *priorizar* os esforços, para poder enfrentá-los num contexto de escassez crônica de recursos; *democratizar* o acesso, para incorporar vastos setores até agora excluídos e *universalizar o acesso*, com realismo e parcimônia, para que a consagração meramente simbólica de direitos, sem contrapartida nas possibilidades materiais, não termine por gerar o efeito perverso do favoritismo e do clientelismo. É essa, parece-nos, a agenda das questões que resulta de um exame crítico da política social brasileira e que deve ser discutida pelo conjunto das forças interessadas em promover a democracia e a justiça.

## Os limites estruturais da política social

O exame do desempenho da política social brasileira nos últimos trinta anos e dos dilemas que a acometem deixa, ainda, uma importante lição.

São os trabalhadores ativos os responsáveis, em última instância, pela conta das políticas sociais e, para eles, o emprego constitui a proteção mais estratégica. No futuro próximo, como se sabe, “a população entre 15 e 64 anos deverá crescer a uma taxa anual relativamente elevada (...), em torno de 2,1% ao ano” (Carvalho & Martine, 1988, p.14). Proporcionar emprego estável e produtivo para esse contingente constitui condição *necessária*, embora não suficiente, para uma adequada política social. O pro-

blema do emprego é um dos limites estruturais para qualquer política social.

No quadro das transformações tecnológicas em curso, isso é particularmente relevante para orientar a política social para crianças e jovens, conferindo prioridade às políticas educacionais e de capacitação profissional.

Outro limite estrutural é imposto pela distribuição da renda. Com a atual distribuição de renda — determinada pela fatia relativa do trabalho e do capital, no mercado — não há política social que resista.

Isso é patente nas regiões mais desenvolvidas do país, dotadas de serviços públicos de razoável qualidade, como no Estado de São Paulo. Mesmo sendo possível, por exemplo, incorporar o conjunto das crianças de 7 a 14 anos ao sistema educacional, muito rapidamente a iníqua distribuição de renda cobra o seu preço: as crianças pobres, ao atingir a idade de 10 ou 11 anos, são forçadas a abandonar a escola, buscando inserir-se num mercado de trabalho incerto e duvidoso, para socorrer os combalidos orçamentos domésticos. Muitos deles, como vimos, apanhados no contra-pé pelas oscilações do mercado de trabalho, jamais voltam à escola e vão engrossar as fileiras do vasto contingente de trabalhadores de baixa qualificação e reduzida produtividade. E, assim, completa-se o círculo de ferro...

Sem que esses limites sejam ultrapassados, esperar que das políticas sociais, e apenas delas, resulte uma situação satisfatória de bem-estar social, é como esperar Godot.

Na verdade, e para terminar, se pensarmos a política social cometendo o equívoco de querer encobrir os efeitos nefastos da falta de emprego e da iniquidade da má distribuição da renda direta entre Capital e Trabalho estaremos condenando-a — como Sísifo, que teve a pretensão de enganar a Tanatos, o deus da morte, e a Hades, o rei das sombras — a um eterno castigo: em vão ela terá como tarefa alçar a pedra ao cume da montanha, pois, ao fim de cada dia, a política social esmorecerá sob o peso da missão e terá, na manhã seguinte, que recomeçar tudo de novo.



# Referências Bibliográficas

- ALVES, Z. M. C. (1986). *A infância pobre no Brasil — Subsídios para o encaminhamento da questão na próxima década*. Rio de Janeiro (mimeo.).
- AVELINO, G. (1991). *Política e políticas sociais no Brasil: um estudo sobre a Previdência*. São Paulo: USP (Dissertação de Mestrado).
- BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil* (1988). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.
- BRASIL CRIANÇA-URGENTE. Lei 8069/90 (1990). *O que é preciso saber sobre os novos direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Pedagogia Social/Columbus Cultural Ed.
- CEPAL/NACIONES UNIDAS (1990). *Transformación productiva con equidad: la tarea prioritária del desarrollo en America Latina y el Caribe en los años noventa*. Santiago do Chile: CEPAL.
- CURY, GARRIDO & MARÇURA (1991). *Estatuto da criança e do adolescente anotado*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- DRAIBE, S. M. (1989). Notas (desanimadas) sobre a política social da Nova República. In: *Ciências sociais, hoje*. Rio de Janeiro: ANPOCS.
- FARIA, V. (1991). Cinquenta anos de urbanização no Brasil. In: *Novos estudos CEBRAP* 29, mar. São Paulo: CEBRAP.
- . (1990). Conclusões. In: *O idoso na Grande São Paulo*. São Paulo: Seade (Col. Realidade Paulista).
- . & CASTRO, M. H. G. (1990). Social policy and democratic consolidation in Brasil. In: *The political economy of Brazil — public policies in an era of transition*. L. GRAHAM and WILSON (eds.). Austin: University of Texas Press.
- FLORA, P. (org.) (1988). *Growth to limits: the western european welfare States since World War II*. New York: European University Institute (5 vols.).
- GARRIDO DE PAULA, P. A. (1990). *A criança e o adolescente na Constituição Federal*. In: Faria, S. F. e S. Stanisci (orgs.). *Cadernos FUNDAP: infância, adolescência, pobreza* 18, set., ano 10. São Paulo: FUNDAP.
- . (1990). A criança e o adolescente na Constituição Paulista. In: R. Faria, S. Faria e S. Stanisci (orgs.). *Cadernos FUNDAP: infância, adolescência, pobreza* 18, set., ano 10. São Paulo: FUNDAP.
- . (1990). A criança e o adolescente: perspectivas da legislação ordinária. In: R. Faria, S. Faria e S. Stanisci (orgs.). *Cadernos FUNDAP: infância, adolescência, pobreza*. 18, set., ano 10. São Paulo: FUNDAP.
- HENRIQUES, M. H. et alli (1989). *Adolescentes de hoje, pais de amanhã: Brasil*. New York: The Alan Guttmacher Institute.
- LOPES, J.R.B. & GOTTSCHALK (1990). Recessão, pobreza e família: a década pior que perdida. In: *São Paulo em perspectiva*, 14 (1), jan.-mar. São Paulo: Seade.
- MADEIRA, F. R. (1986). Los jovenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. In: *Revista de la CEPAL*, 29, ago. Santiago do Chile: CEPAL.
- MARTINE, G. & CARVALHO, J. A. M. de (1988). Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais. In: *Seminário Brasil, Século XXI*. Campinas: UNICAMP (mimeo.).
- NEPP/UNICAMP (1986). *Relatório sobre a situação social do país: Brasil 1985/1986*. Campinas: UNICAMP.
- OFFE, C. (1985). *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge Mass.: The MIT Press.

- SEADE (1988). *O jovem na Grande São Paulo*. São Paulo: Seade.
- SERRA, J. (1990). A Constituição e o gasto público. In: *Planejamento e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1.
- SITRAEMFA (Sindicato dos trabalhadores em entidades de assistência ao menor e à família) & CBIA (Centro brasileiro para a infância e adolescência) (1991). O Estatuto da criança e do adolescente e a questão educacional. In: I. Pereira (ed.). *Cadernos Populares*, 1, jan. São Paulo: Forja.
- . (1991). O estatuto da criança e do adolescente e a participação da sociedade — Conselho de Direitos e Conselho Tutelar. In: I. Pereira (ed.). *Cadernos Populares*, 2, jan. São Paulo: Forja.
- . (1991). O estatuto da criança e do adolescente e a questão do delito. In: I. Pereira (ed.). *Cadernos Populares*, 3, fev. São Paulo: Forja.
- . (1991). O estatuto da criança e do adolescente e os trabalhadores da área da menoridade. In: I. Pereira (ed.). *Cadernos Populares*, 4, mar. São Paulo: Forja.
- SOUZA, H. de. (1989). *ONGs e desenvolvimento social na década de 90*. Rio de Janeiro (mimeo.).
- SPING-ANDERSEN, G. (1990). *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- THE WORLD BANK (1990). Social spending in Latin America: the Story of the 1980s. June 26 (Document). Washington.
- . (1987). Report n. 3286/BR. Policies for reform of health care, nutrition and social security in Brazil. Washington: WB, jan.
- UNDP (1990). *Human Development Report 1990*. New York/Oxford: Oxford University Press.
- UNICEF (1988). *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil: Sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes — 1981-1983-1986*. Fundação IBGE: Rio de Janeiro: IBGE/UNICEF.
- . Sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1981-1983-1986. In: *Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- . (1989). *Situação mundial da infância — 1989*. Brasília: UNICEF.

# ANEXO ESTATÍSTICO

## O Menino trabalhador no Brasil Urbano dos anos 80

Ruben Cervini (UNICEF)  
Freda Burger (IPEA)  
Lucilene D. Cordeiro

### I. Nota geral

**O**s dados apresentados nas tabelas a seguir referem-se à População Economicamente Ativa (PEA) das áreas urbanas do Brasil e de duas regiões metropolitanas — São Paulo e Recife —, com particular ênfase na PEA infanto-juvenil (população de 10 a 17 anos de idade). As fontes utilizadas encontram-se indicadas em cada uma das tabelas. Em relação ao trabalho infanto-juvenil, as principais fontes são as Tabulações Especiais do Sistema de Indicadores sobre Crianças e Adolescentes (SINCA), provenientes dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), além de algumas Tabulações Especiais da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

As definições gerais que estão sendo utilizadas nas tabelas encontram-se ao final deste Anexo. Quando forem usadas definições específicas, estas serão indicadas em notas de rodapé nas tabelas. A maior parte das informações sobre a PEA infanto-juvenil é apresentada para o último ano disponível (1988), sendo que para algumas delas também é apresentado o ano de 1981, o que permite observar as mudanças ocorridas durante a década de oitenta. Quando a informação for apresentada para aqueles dois anos e segundo o rendimento familiar *per capita*, os valores monetários nominais para 1988 são deflacionados pelo INPC — restrito do IBGE, com relação aos valores de 1981, para permitir a comparação entre ambos os anos.



**Tabela 1**

**Distribuição da PEA urbana\* por setores produtivos de bens e serviços  
Brasil — 1960/1970/1980**

PEA	1960			1970			1980		
	(%)								
<b>1. PEA Formal</b>	67,4	70,9	75,7						
1.1 Bens não-agrícolas **	25,6	30,6	29,7						
1.2 Serviços	41,8	40,4	46,0						
<b>2. PEA Informal</b>	22,6	18,3	16,0						
2.1 Bens não-agrícolas **	2,1	8,1	4,2						
2.2 Serviços	20,6	10,4	11,6						
<b>3. Serviços domésticos</b>	10,2	10,7	8,2						

Fonte: PREALC/OIT, 1986.

(\*) PEA urbana se refere à PEA não-agrícola e não-mineira e não inclui os "que procuram trabalho pela primeira vez" e os "sem declaração".

(\*\*) Bens não-agrícolas = indústria manufatureira e construção civil.

**Tabela 2**

**Distribuição da PEA no setor serviços  
Brasil — 1960/1970/1980**

PEA	1960			1970			1980		
	(%)								
<b>1. Serviços Formais'</b>	57,7	65,8	69,8						
1.1 Comércio e transportes	22,1	23,7	20,5						
1.2 Pessoais	3,8	1,0	5,7						
1.3 Outros serviços	30,8	41,0	42,6						
<b>2. Serviços Informais</b>	28,2	16,7	17,8						
2.1 Comércio e transportes	12,5	14,0	9,0						
2.2 Pessoais	9,5	0,9	6,4						
2.3 Outros serviços	6,2	1,9	2,4						
<b>3. Serviços domésticos</b>	14,1	17,5	12,4						
<b>4.(2) + (3)</b>	42,3	34,2	30,2						
<b>Total (1)+(2)+(3)</b>	100,0	100,0	100,0						

Fonte: PREALC/OIT, 1986.

**Tabela 3**

**Taxa média geométrica anual de crescimento da população ocupada e dos empregados com carteira  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife —  
1981 a 1988**

Regiões e Posição na ocupação		1981/84*	1984/86*	1986/88	1981/88
<b>Brasil Urbano</b>	ocupados	3,83	6,57	3,28	4,45
	com carteira	-0,58	7,86	3,13	4,04
<b>São Paulo</b>	ocupados	4,01	7,14	2,36	4,42
	com carteira	1,81	8,14	4,22	4,28
<b>Recife</b>	ocupados	3,06	7,71	1,54	3,93
	com carteira	-0,86	10,79	3,37	3,57

Fonte: FIBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(\*) Área urbana: 1981/84 = 1981/83; 1984/86 = 1983/86.

**Tabela 4**

**Taxa média geométrica anual de crescimento da população ocupada, por posição na ocupação, segundo faixas etárias  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 a 1988**

Regiões	Total					com carteira					sem carteira					conta própria				
	1981/84	1984/86	1986/88	1981/88	1981/84*	1984/86*	1986/88	1981/88	1981/84	1984/86	1986/88	1981/88	1981/84	1984/86	1986/88	1981/88	1981/84	1984/86	1986/88	1981/88
<b>Brasil Urbano*</b>																				
10 anos e mais	3,83	6,57	3,28	4,91	4,45	-0,58	7,86	3,13	1,24	4,04	37,14	-10,44	1,89	0,75	4,95	-	-	-	-	-
10-17 anos	0,13	9,95	-0,69	4,49	2,60	-11,80	16,39	-0,21	-0,08	2,90	1,56	6,99	-2,01	0,81	2,80	0,23	6,49	2,55	1,00	3,54
<b>Recife</b>																				
10 anos e mais	3,06	7,71	1,54	4,58	3,93	-0,86	10,79	3,37	7,02	3,57	3,44	8,71	-3,59	2,37	2,85	12,19	3,42	5,95	4,42	6,58
10-17 anos	-2,10	11,86	0,51	6,03	2,47	-25,46	27,83	7,90	17,44	-3,35	-3,83	12,44	2,53	7,37	2,42	17,01	13,46	12,32	13,00	14,13
<b>São Paulo</b>																				
10 anos e mais	4,01	7,14	2,36	4,72	4,42	1,81	8,14	4,22	6,16	4,28	11,09	3,80	-4,70	0,41	4,86	3,66	6,25	6,92	6,51	3,69
10-17 anos	-1,73	18,08	-4,77	5,59	2,39	-10,62	34,25	-0,90	15,35	3,40	6,61	8,12	-11,81	-2,35	1,39	4,05	6,10	-4,76	1,61	2,30

Fonte: FIBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(\*) Área urbana: 1981/84 = 1981/83; 1984/86 = 1983/86; 1984/88 = 1983/88

**Tabela 5**

**Indicadores econômicos e sociais  
Brasil — 1980 a 1990**

Anos	Taxa de variação PIB Real <i>per capita</i> (1)	Taxa de desemprego aberto (2)	Taxa de desemprego Total (3)	Famílias pobres % (4)		Índice de Gini (5)	Salário-mínimo real (6) dez/86 = 100	Salário-mínimo real S.Paulo (7) julho/40 = 100	Ração essencial/Salário-mínimo (8)
				1 SM	2 SM				
1980	6,8	6.3	—	21.9	44.4	—	138.5	61.8	65.6
1981	(6,5)	7.9	—	21.1	43.3	0.572	132.3	63.3	62.4
1982	(1,6)	6.3	—	23.0	46.3	—	135.6	66.0	54.7
1983	(5,6)	6.7	—	25.5	48.5	0.589	117.6	56.1	73.6
1984	2,7	7.1	—	25.3	48.6	0.587	98.0	52.0	81.1
1985	5,9	5.2	12.5	22.5	44.8	0.597	99.3	53.2	74.4
1986	5,3	3.6	9.8	16.2	35.1	0.591	100.0	50.4	78.9
1987	1,5	3.7	9.0	23.3	44.1	0.601	83.6	36.3	86.9
1988	(2,0)	3.8	9.7	24.5	46.0	0.618	80.5	37.9	71.5
1989	1,5	3.3	8.8	—	—	0.635	81.9	40.2	77.9
1990	(6,3)	4.3	10.1	—	—	—	71.4	29.1	92.4

Fontes: 1. Banco Central, "Brasil Programa Econômico".

2. FIBGE/Pesquisa Mensal de Emprego (média ponderada pelas 6 regiões metropolitanas).

3. SEADE/DIEESE; Pesquisa de Emprego e Desemprego (1990, exceto o mês de dezembro-Grande São Paulo).

4. Hoffman, 1990.

5. FIBGE, 1990.

6. MTb-Secretaria Nacional do Trabalho (deflacionado pelo IGP-DI); 1990 exclusive o mês de dezembro.

7. DIEESE.

8. DIEESE (dado para o município de S. Paulo).

**Tabela 6**

**Taxa de crescimento anual da população economicamente ativa  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife —  
1981 a 1988**

Regiões	1981-84	1984-86	1986-88	1984-88	1981-88
<b>Brasil Urbano</b>					
10 anos e mais	3.83	5.18	4.14	4.66	4.31
10-17 anos	-0.27	7.58	1.03	4.25	2.29
10-14 anos	-0.14	11.18	-0.13	5.37	2.97
15-17 anos	-0.33	5.98	1.58	3.76	1.99
<b>São Paulo</b>					
10 anos e mais	4.03	5.23	2.98	4.10	4.07
10-17 anos	-0.81	10.19	-2.98	3.40	1.57
10-14 anos	4.00	13.08	-8.38	1.79	2.73
15-17 anos	-1.98	9.37	-1.43	3.83	1.30
<b>Recife</b>					
10 anos e mais	3.24	5.67	3.53	4.59	4.01
10-17 anos	-2.21	10.28	2.18	6.15	2.49
10-14 anos	0.00	15.73	-7.00	3.74	2.12
15-17 anos	-3.15	7.71	6.68	7.19	2.63

Fonte: FIBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

**Tabela 7**

**Taxas de participação e de atividade das pessoas de 10 a 17 anos  
por faixas etárias  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 a 1989**

(%)

Anos	Taxa de participação		Taxa de atividade					
			Brasil Urbano		São Paulo*		Recife*	
	Total	Urbano	10-14	15-17	10-14	15-17	10-14	15-17
1981	14,6	11,0	11,6	43,6	7,4	52,1	7,3	28,6
1982	14,4	11,0	12,7	46,0	7,7	52,6	8,5	30,4
1983	13,4	10,0	11,1	42,9	7,1	49,5	6,2	26,8
1984	13,1	9,7	11,1	43,6	7,9	48,3	6,9	26,9
1985	13,2	10,0	12,4	45,7	10,1	54,6	8,5	29,0
1986	12,9	10,2	12,9	46,8	9,2	55,9	9,2	31,4
1987	12,5	9,9	12,7	47,9	8,2	53,7	7,8	31,7
1988	12,2	9,6	12,1	46,8	7,2	52,6	7,2	30,2
1989	12,3	9,8	12,6	46,6	9,6	52,4	6,3	28,6

Fonte: FIBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(\*) Inclusive as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

**Tabela 8**

**Taxas de atividade e de participação na PEA das pessoas de 10 a 17 anos,  
por faixas etárias, segundo gênero e cor  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1988**

(%)

Gênero e cor	Brasil urbano				São Paulo				Recife			
	10-14		15-17		10-14		15-17		10-14		15-17	
	TA	TP	TA	TP	TA	TP	TA	TP	TA	TP	TA	TP
<b>Gênero</b>												
Masculino	16,7	64,9	61,5	61,8	10,9	67,3	65,4	60,3	10,7	72,4	42,3	63,7
Feminino	9,0	35,1	36,8	38,2	5,1	32,7	44,2	39,7	4,3	27,6	23,5	36,3
<b>Cor</b>												
Branca	11,3	47,2	48,8	53,8	7,3	65,4	52,3	65,5	5,8	28,0	29,2	33,2
Preta	15,9	6,9	57,3	6,8	10,0	6,5	58,5	5,2	20,4	12,0	53,2	9,5
Parda	14,4	45,5	48,2	39,2	9,3	26,8	64,4	28,0	7,7	60,0	33,1	57,3
Amarela	11,6	0,4	22,8	0,2	9,5	1,3	30,0	1,3	0,0	—	0,0	—

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Nota: TA=Taxa de atividade; TP=Taxa de participação.

**Tabela 9**

**Taxa de Atividade das Pessoas de 10 a 17 anos,  
por faixas etárias e tipos de atividade  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 a 1988**

Ano	Brasil Urbano									São Paulo									Recife								
	10-14			15-17			10-17			10-14			15-17			10-17			10-14			15-17			10-17		
	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total	Taxa Ativid.	Afaz. Domest.	Total
1981	11,6	4,8	16,4	43,7	8,8	52,5	23,9	6,3	30,2	7,4	3,3	10,7	52,1	6,4	58,5	24,4	4,5	28,9	7,2	5,3	12,5	26,6	9,9	38,5	15,4	7,1	22,5
1983	11,1	4,6	15,7	42,9	9,7	52,6	23,0	6,5	29,5	7,1	2,7	73,7	49,5	7,6	57,1	23,0	4,5	27,5	6,2	7,0	13,2	26,8	13,0	39,8	13,7	9,2	22,9
1986	12,9	4,1	17,0	46,8	8,9	55,7	25,4	5,9	31,3	9,2	2,5	11,7	55,9	6,5	62,4	26,0	3,9	29,9	9,2	4,8	14,0	31,4	11,6	43,0	17,1	7,2	24,3
1987	12,7	3,9	16,6	47,9	8,5	58,4	25,6	5,6	31,2	8,2	1,9	10,1	53,7	6,7	60,4	25,0	3,7	28,	77,8	5,9	13,7	31,6	10,9	42,6	16,7	7,8	24,5
1988	12,1	3,6	15,7	46,8	8,5	55,3	24,5	5,4	29,9	7,2	1,8	9,0	52,6	6,5	59,1	23,1	3,4	26,5	7,2	5,1	12,3	30,2	10,4	40,6	15,8	7,1	22,9
1989	12,6	3,2	17,9	46,6	8,8	57,2	24,8	7,2	32,0	9,6	1,3	10,9	52,4	6,9	59,3	24,7	3,3	28,0	6,3	5,6	11,9	28,6	11,5	40,1	15,0	7,9	22,9

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

**Tabela 10**

Taxa de atividade das pessoas de 5 a 14 anos, por faixas etárias,  
segundo diferentes tipos de medição  
São Paulo e Recife — 1985

Diferentes Medições	São Paulo		Recife	
	Faixas Etárias		Faixas Etárias	
	7-9 anos	10-14 anos	7-9 anos	10-14 anos
<b>1. O que fez na semana de .../... a .../...?</b> (corpo básico)				
Total	-	12,8	-	14,1
-PEA	-	10,1	-	8,5
-Só Afazeres domésticos	-	2,7	-	5,6
Nenhuma Atividade	-	1,9	-	(3,8)
<b>2. Normalmente executa algum tipo de serviço?</b> (Bloco 10, Quesito 15)				
-Trabalho	2,3	11,7	4,3	10,0
-Afazeres domésticos		(4,0)		(5,8)
<b>3. Faz alguma tarefa ou serviço?</b> (Bloco 8, Quesitos 1 e 2)				
Total	5,4	-	8,4	-
-Só afazeres domésticos	3,2	-	4,4	-
-Trabalho	2,2	-	4,4	-
Nenhuma atividade	(5,7)	-	(8,0)	-

Fonte: FIBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

**Tabela 11**

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por grupos de horas trabalhadas,  
segundo faixas etárias  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 e 1989

Grupo de horas trabalhadas	Brasil Urbano Faixas etárias						São Paulo Faixas etárias						Recife Faixas etárias					
	10-17		10-14		15-17		10-17		10-14		15-17		10-17		10-14		15-17	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 20	7,5	11,2	12,7	19,3	5,2	7,2	5,6	4,9	18,1	10,2	2,8	3,3	11,2	12,8	15,6	16,7	9,3	11,5
21 a 39	15,6	18,0	25,1	26,9	11,4	13,6	12,7	13,1	24,0	21,2	10,1	10,5	13,9	20,5	14,5	34,5	13,6	15,6
40 ou mais	76,8	70,7	62,0	53,7	83,2	79,1	81,6	81,8	57,9	68,6	87,0	86,0	74,9	66,4	69,9	48,8	77,1	72,4
Sem declaração	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1	—	0,2	—	—	—	0,2	—	0,3	—	—	—	0,4

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes- SINCA.

Tabela 12

Distribuição da PEA \* por faixas etárias e classes de rendimento mensal familiar *per capita*  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 e 1988

(%)

Faixas etárias e rendimento	Brasil Urbano		São Paulo		Recife	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>10-17 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 SM	41,2	42,3	13,5	8,6	65,4	76,2
1/2 a 1 SM	35,6	32,3	39,5	36,2	25,4	15,4
1 a 2 SM	18,0	19,2	35,1	41,0	7,3	6,3
Mais de 2 SM	5,2	6,2	11,8	14,2	1,9	2,1
<b>10-14 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 SM	54,3	54,5	22,7	14,7	79,9	89,2
1/2 a 1 SM	31,9	29,1	45,3	42,1	14,9	8,7
1 a 2 SM	10,9	13,0	25,0	33,1	4,6	2,1
Mais de 2 SM	2,9	3,4	7,0	10,1	0,6	-
<b>15-17 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/2 SM	35,9	36,7	11,5	7,1	59,7	71,3
1/2 a 1 SM	36,9	33,8	38,3	34,8	29,4	17,9
1 a 2 SM	21,0	22,0	37,3	42,8	8,4	7,9
Mais de 2 SM	6,2	7,5	12,9	15,2	2,5	2,9

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Nota: Dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

(\*) Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

Tabela 13

Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos, residentes em domicílios particulares, segundo rendimento mensal familiar *per capita* e faixas etárias  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 e 1988

(%)

Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> e faixas etárias	Brasil Urbano		São Paulo		Recife	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>Até 1/2 SM *</b>						
10-17 anos	22,3	24,1	18,6	13,4	14,8	17,7
10 a 14 anos	12,9	14,8	8,1	6,3	7,8	8,8
15 a 17 anos	42,4	45,6	49,3	34,5	28,8	36,2
<b>Mais de 1/2 a 1 SM</b>						
10-17 anos	26,3	27,2	27,0	24,8	13,9	13,8
10 a 14 anos	11,9	13,0	8,7	9,0	4,0	5,0
15 a 17 anos	47,6	51,4	59,1	60,3	27,2	24,3
<b>Mais de 1 a 2 SM</b>						
10-17 anos	23,0	26,3	27,4	29,1	10,1	10,9
10 a 14 anos	7,5	9,8	6,2	7,5	3,2	2,5
15 a 17 anos	42,7	51,0	55,0	64,4	18,6	25,0
<b>Mais de 2 SM</b>						
10-17 anos	11,8	13,0	16,0	16,4	4,0	4,5
10 a 14 anos	3,4	3,9	3,0	4,3	0,6	0,7
15 a 17 anos	23,3	28,0	33,3	36,6	9,3	10,5

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Notas: Dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

(\*) Inclusive os sem rendimento para Brasil Urbano.

**Tabela 14**

**Filhos ocupados de 10 a 17 anos que contribuem com mais de 30% no rendimento mensal familiar, segundo a situação de domicílio e classes de rendimento mensal familiar *per capita* Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1988**

Renda em salário-mínimo	(%)		
	Brasil Urbano	São Paulo	Recife
<b>10-14 anos</b>			
Total	8,6	4,5	19,2
Até 1/2 SM	11,6	25,0	21,1
1/2 a 1 SM	6,9	2,6	-
<b>15-17 Anos</b>			
Total	20,1	19,6	27,3
Até 1/2 SM	28,2	45,0	30,5
1/2 a 1 SM	20,5	30,1	24,2

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Nota: Dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

**Tabela 15**

**Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos por faixas etárias, segundo ramo de atividade e posição na ocupação do pai Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1988**

Ramo de atividade e Posição na ocupação	Brasil Urbano			São Paulo			Recife		
	10-17	10-14	15-17	10-17	10-14	15-17	10-17	10-14	15-17
<b>Ramos de atividade</b>									
Indústria	23,9	10,5	50,9	20,6	6,1	54,8	13,1	6,1	27,2
Construção	27,6	14,4	54,2	27,6	8,2	60,0	17,3	7,6	36,7
Comércio	23,1	12,6	43,6	22,7	12,5	40,0	15,8	6,1	33,7
Prestação de serviços	28,8	14,9	52,4	27,2	10,7	56,1	20,4	10,4	35,5
Outros serviços *	20,7	9,2	41,8	22,4	5,3	54,2	10,3	3,6	21,6
<b>Posição na ocupação</b>									
empregado c/ carteira	23,5	10,6	49,0	22,6	7,3	55,9	12,0	5,0	25,6
empregado s/ carteira	34,7	20,3	60,9	30,2	11,3	62,0	18,7	9,6	40,3
Conta própria**	27,0	14,4	49,4	25,8	8,4	55,7	22,1	10,5	38,9

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial.

(\*) Serviços auxiliares, atividade econômica, transporte e comunicação, social e administração pública.

(\*\*) Exclusive os com educação superior.

**Tabela 16**

**Pessoas de 0 a 17 anos por tipos de unidade doméstica  
Brasil Urbano e regiões metropolitanas — 1981 e 1988**

(%)

Tipo de unidade doméstica	Brasil Urbano		São Paulo		Rio de Janeiro		Recife		Salvador	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>Total absoluto</b>	35.933,5	40.859,4	5.039,9	6.011,3	3.375,3	3.693,6	1.095,0	1.236,4	839,2	970,4
Casal com filhos *	85,1	82,4	88,2	85,2	83,6	79,3	80,9	76,3	81,5	76,6
Mulher chefe com filhos **	11,6	14,2	9,2	12,2	13,4	16,6	15,2	18,3	15,1	19,5
<b>Até 1/2 salário-mínimo</b>	16.049,5	13.968,5	1.025,9	713,0	1.217,7	1.364,5	674,5	749,6	393,6	435,4
Casal com filhos *	81,1	76,1	83,3	72,8	79,7	70,3	79,2	72,3	76,1	67,4
Mulher chefe com filhos **	15,6	20,2	14,3	23,6	17,5	25,5	17,6	22,6	21,7	28,9

Fonte: IBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema Nacional de Indicadores sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Nota: dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

(\*) Inclusive casal com filhos e parentes e famílias com não-parentes.

(\*\*) Inclusive mulher chefe com filhos e parentes e famílias com não-parentes.

**Tabela 17**

**Taxa de atividade das pessoas de 10 a 17 anos, por faixas etárias,  
segundo a presença do pai, condição na família e número de irmãos  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1988**

(%)

Características demográficas	Brasil Urbano		São Paulo		Recife	
	10-14	15-17	10-14	15-17	10-14	15-17
<b>Presença do pai</b>						
Presente	11,4	47,3	6,6	52,6	5,4	30,0
Ausente	17,7	57,4	14,0	70,1	16,1	39,6
<b>Condição na família</b>						
Filho	12,2	49,2	7,4	56,0	7,1	32,1
Parente	13,2	45,1	10,6	51,1	8,2	29,2
<b>Número de irmãos</b>						
0	8,8	42,8	10,1	47,8	6,4	24,1
1	8,3	42,0	6,3	42,6	5,7	25,2
2	10,1	45,5	5,8	53,3	4,3	28,3
3	12,7	50,5	8,7	63,8	7,9	32,5
4	16,4	56,8	10,7	62,2	8,3	25,0
5	16,4	53,8	9,7	65,2	11,5	48,0
6	17,6	54,9	-	66,7	10,1	44,3
7 ou mais	17,0	55,3	7,3	70,0	10,2	33,8

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial.

Tabela 18

Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos,  
segundo faixas etárias e rendimento familiar *per capita*  
Brasil Urbano e regiões metropolitanas — 1981 e 1988

(%)

Rendimento familiar <i>per capita</i> e faixas etárias	Brasil Urbano		São Paulo		Rio de Janeiro		Recife		Salvador	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>Total</b>										
5-17 anos	70,6	78,0	73,3	79,4	75,8	80,4	74,6	80,6	77,6	84,3
5-6 anos	30,0	53,1	28,0	48,9	43,0	55,0	48,8	69,1	46,2	67,1
7-14 anos	83,8	89,4	89,1	93,0	87,4	90,2	83,4	88,4	86,2	90,6
7-9 anos	79,3	90,3	84,5	93,8	84,0	88,7	80,9	90,0	79,8	89,0
10-14 anos	86,7	88,9	92,0	92,5	89,4	91,2	85,0	87,5	90,2	91,6
15-17 anos	63,2	63,6	63,9	64,4	67,1	70,5	68,3	66,8	78,1	78,7
<b>Até 1/2 salário-mínimo</b>										
5-17 anos	62,7	70,9	61,2	68,7	66,2	70,0	68,4	75,1	67,9	78,3
5-6 anos	20,8	41,6	9,8	32,2	25,5	36,5	36,6	60,3	32,0	55,3
7-14 anos	76,5	83,5	78,4	85,7	80,6	82,8	78,7	84,8	78,7	86,4
7-9 anos	69,8	84,0	68,5	87,1	74,6	80,8	74,9	86,3	69,7	83,1
10-14 anos	81,0	83,2	86,3	84,8	84,2	84,2	81,1	83,8	85,1	88,5
15-17 anos	54,0	53,7	51,1	46,3	53,2	57,7	60,6	57,5	69,5	70,5

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Nota: Dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

Tabela 19

Pessoas de 10 a 14 anos residentes em domicílios particulares, por condição de  
frequência à escola, segundo classes de rendimento mensal familiar *per capita*  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 e 1988

(%)

Rendimento mensal familiar <i>per capita</i> (salário-mínimo)	1981				1988			
	Total	Frequente	Não frequente mas já frequente	Nunca frequente	Total	Frequente	Não frequente mas já frequente	Nunca frequente
<b>Brasil urbano</b>								
Total	100,0	86,7	7,7	5,5	100,0	88,9	7,7	3,3
Até 1/2 SM	100,0	81,0	9,6	9,2	100,0	83,2	10,9	5,9
1/2 a 1 SM	100,0	87,9	8,6	3,4	100,0	89,6	8,2	2,1
1 a 2 SM	100,0	93,7	4,7	1,5	100,0	94,3	4,5	1,1
Mais de 2 SM	100,0	97,8	1,3	0,8	100,0	98,6	0,9	0,4
<b>São Paulo</b>								
Total	100,0	92,0	5,4	2,5	100,0	92,5	5,6	1,9
Até 1/2 SM	100,0	86,3	7,9	5,8	100,0	84,8	8,5	6,6
1/2 a 1 SM	100,0	90,8	6,7	2,4	100,0	89,5	8,7	1,7
1 a 2 SM	100,0	94,5	4,0	1,4	100,0	94,1	5,0	0,8
Mais de 2 SM	100,0	98,5	1,4	-	100,0	98,9	0,5	0,5
<b>Recife</b>								
Total	100,0	85,0	7,0	7,9	100,0	87,5	8,3	4,1
Até 1/2 SM	100,0	81,1	8,3	10,5	100,0	83,8	10,9	5,3
1/2 a 1 SM	100,0	89,9	6,3	3,7	100,0	91,5	5,2	3,3
1 a 2 SM	100,0	92,3	4,0	3,6	100,0	96,3	2,7	0,9
Mais de 2 SM	100,0	93,9	1,6	4,4	100,0	97,4	0,8	1,7

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Nota: Dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente de empregado doméstico.

**Tabela 20**

**Pessoas de 10 a 17 anos,  
segundo situação de trabalho e freqüência à escola  
Brasil Urbano e regiões metropolitanas — 1981 e 1988**

(%)

Tipos de atividade	Brasil Urbano		São Paulo		Rio de Janeiro		Recife		Salvador	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>Pessoas de 10-14 anos</b>										
Só estudam	80,2	81,4	86,8	87,9	87,6	87,6	80,7	83,3	84,9	85,0
Trabalham e estudam	6,0	7,2	5,0	4,2	3,4	3,5	3,4	3,9	4,0	5,8
Só trabalham	5,6	4,9	2,3	3,0	2,3	1,5	3,8	3,3	3,5	2,9
Afazeres domésticos	4,8	3,6	3,3	1,8	2,9	3,5	5,3	5,1	4,1	3,2
Nenhuma atividade	3,4	2,9	2,85	3,1	3,8	3,9	6,8	4,3	3,5	3,1
<b>Pessoas de 15-17 anos</b>										
Só estudam	44,4	41,5	38,6	38,3	58,4	53,9	55,2	53,1	62,5	57,4
Trabalham e estudam	18,0	21,6	24,8	25,8	13,0	16,1	10,9	13,0	12,2	19,0
Só trabalham	25,7	25,1	27,3	26,8	17,2	17,5	17,6	17,1	15,2	14,1
Afazeres domésticos	8,8	8,5	6,4	6,5	7,2	8,5	9,9	10,4	6,7	7,0
Nenhuma atividade	3,2	3,2	2,9	2,7	5,2	4,1	6,4	6,3	3,5	2,5

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

**Tabela 21**

**Pessoas de 10 a 17 anos, por situação de ocupação,  
segundo a condição de freqüência escolar e adequação série/idade  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1988**

(%)

Freqüência à escola	Brasil Urbano		São Paulo		Recife	
	ocupados	não-ocupados	ocupados	não-ocupados	ocupados	não-ocupados
<b>10-14 anos</b>						
Freqüente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Adequada/ Não-adeq.)	61,0	92,0	62,5	94,1	53,2	89,6
Não freqüente	(15,8/84,2)	29,0/71,0	18,5/81,5	36,8/63,2	7,4/92,6	20,8/79,2
	39,0	8,0	37,5	5,9	46,8	10,4
<b>15-17 anos</b>						
Freqüente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Adequada/ Não-adeq.)	47,0	74,7	50,1	76,3	42,9	74,3
Não freqüente	(13,2/86,8)	19,6/80,4	15,9/84,1	24,9/75,1	8,9/91,1	12,3/87,7
	53,0	25,3	49,9	23,7	57,1	25,7
<b>10-17 anos</b>						
Freqüente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Adequada/ Não adeq.)	51,5	87,4	52,6	89,9	45,9	84,7
Não freqüente	(14,1/85,9)	26,9/73,1	16,5/83,5	34,5/65,5	8,5/91,5	18,4/81,6
	48,5	12,6	47,4	10,1	54,1	15,3

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial.

Tabela 22

Distribuição das pessoas ocupadas de 10 a 17 anos,  
segundo posição na ocupação e faixas etárias  
Brasil Urbano e Regiões Metropolitanas — 1981 e 1988

(%)

Posição na ocupação e faixas etárias	Brasil Urbano		São Paulo		Rio de Janeiro		Recife		Salvador	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>10-17 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Emp. c/ carteira assinada	24,9	25,5	53,7	57,5	28,3	23,1	14,8	9,9	15,3	6,1
Emp. s/ carteira assinada	58,9	59,7	39,1	36,5	57,6	58,4	65,3	64,9	64,4	66,3
Conta própria	6,7	7,1	3,1	3,1	10,8	14,7	9,8	20,7	12,7	20,1
Não-remunerado	9,4	7,7	4,2	2,9	3,1	3,8	10,1	4,2	7,4	7,5
<b>10 a 14 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Emp. c/ carteira assinada	7,5	9,9	22,5	34,6	7,1	4,4	6,2	1,0	4,5	2,9
Emp. s/ carteira assinada	68,5	67,5	60,2	53,9	67,5	64,7	65,9	62,0	65,3	62,6
Conta própria	9,2	100,0	4,9	4,8	21,2	22,1	12,4	27,0	16,6	26,0
Não-remunerado	14,7	12,5	12,4	6,7	4,2	8,8	15,5	9,0	13,6	8,6
<b>15 a 17 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Emp. c/ carteira assinada	32,6	32,8	61,0	63,3	35,2	27,7	18,6	13,7	20,2	8,0
Emp. s/ carteira assinada	54,7	55,9	34,1	32,1	54,4	56,8	65,1	66,1	64,0	68,6
Conta própria	5,6	5,8	2,6	2,7	7,4	12,9	8,6	18,0	10,9	16,6
Não-remunerado	7,1	5,4	2,3	1,9	2,8	2,5	7,7	2,1	4,6	6,8

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Nota: Quando a soma das porcentagens não for igual a 100%, isto se deve à omissão das categorias "empregador" e "sem declaração".

Tabela 23

Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos, por faixas etárias,  
segundo ramos de atividade  
Brasil Urbano e Regiões Metropolitanas — 1981 e 1988

(%)

Ramos de atividade e faixas etárias	Brasil Urbano		São Paulo		Recife	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>10-17 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	14,5	10,4	1,2	0,4	12,3	7,5
Ind. Transformação	19,1	18,5	38,3	31,7	10,4	13,8
Ind. constr. civil	6,8	6,8	3,1	3,9	5,5	4,5
Com. Merc.	17,4	18,4	19,8	20,9	20,0	20,1
Prest. Serviços	31,3	31,8	20,3	21,6	40,4	35,4
Outras Ativid.	10,8	14,1	17,3	21,6	11,3	18,6
<b>10 a 14 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	19,4	13,1	2,7	-	16,0	8,0
Ind. Transformação	13,2	14,4	22,0	20,2	8,3	4,0
Ind. constr. civil	4,2	4,1	2,2	3,8	3,6	3,0
Com. Merc.	17,6	20,9	24,8	31,7	19,7	24,0
Prest. Serviços	38,5	38,0	34,4	27,9	43,6	42,0
Outras ativid.	7,2	9,4	14,0	16,3	8,8	19,0
<b>15 a 17 anos</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	12,4	9,1	0,9	9,5	10,7	7,3
Ind. Transformação	21,8	20,4	42,1	34,5	11,3	18,0
Ind. constr. civil	7,9	7,9	3,3	3,9	6,4	5,1
Com. Merc.	17,3	17,3	18,6	18,1	20,2	18,5
Prest. Serviços	28,2	28,8	17,0	20,0	39,0	32,6
Outras Ativid.	12,4	16,3	18,1	22,9	12,5	18,5

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Tabela 24

Pessoas de 10 a 17 anos ocupadas, por posição  
na ocupação, segundo ramos de atividade  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1988

(%)

Ramos de atividade	Brasil Urbano					São Paulo					Recife				
	Total	Empregado		Conta Própria	S/ remuneração	Total	Empregado		Conta Própria	S/ remuneração	Total	Empregado		Conta Própria	S/ remuneração
		c/cart.*	s/cart.				c/cart.*	s/cart.				c/cart.*	s/cart.		
Indústria**	19,2	9,7	8,0	0,5	1,0	32,7	23,3	8,8	0,2	0,4	15,3	4,0	10,7	0,3	0,3
Construção	6,8	0,7	5,1	0,6	0,4	4,0	1,0	3,0	—	—	4,4	0,7	3,7	-	-
Comércio	18,5	6,2	8,4	2,4	1,5	20,8	13,4	5,8	0,8	0,8	21,4	2,0	9,0	8,7	1,7
Prest. Serviços	31,7	2,4	25,7	1,9	1,7	22,2	5,4	13,2	2,0	1,6	35,8	1,3	29,1	3,3	2,0
Outros serviços ***	10,4	5,6	3,8	0,7	0,3	15,2	11,0	3,8	0,2	0,2	10,7	2,3	4,4	4,0	-
Outras Ativid.	3,0	1,5	0,8	0,6	0,1	5,0	4,6	0,4	—	—	7,7	0,3	2,7	4,7	-
Total	89,6	26,1	51,8	6,7	5,0	100,0	58,8	35,0	3,2	3,0	95,2	10,6	59,6	21,0	4,0

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial.

(\*) Inclusive empregados públicos.

(\*\*) Inclusive "outras atividades industriais".

(\*\*\*) Outros serviços: serviços auxiliares na atividade econômica, transporte e comunicação, social e administração pública.

Tabela 25

Rendimento médio mensal \* de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos e mais, por grupos de horas trabalhadas, segundo faixas etárias  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 e 1988

(%)

Grupos de idade	1981				1988			
	Rend. médio mensal	até 20 hs	21-39 hs	40 hs ou mais	Rend. médio mensal Total	Até 20 hs	21-39 hs	40 hs ou mais
<b>Brasil Urbano</b>								
10 anos e mais	1.8	-	-	-	1.9	-	-	-
10-17 anos	0.7	0.3	0.4	0.8	0.6	0.3	0.4	0.8
10-14 anos	0.4	0.2	0.3	0.5	0.4	0.2	0.2	0.5
15-17 anos	0.8	0.4	0.6	0.9	0.8	0.5	0.6	0.8
<b>São Paulo</b>								
10 anos e mais	2.6	-	-	-	2.8	-	-	-
10-17 anos	1.2	0.5	0.7	1.3	1.2	0.4	1.0	1.2
10-14 anos	0.7	0.3	0.4	0.9	0.7	0.2	0.5	0.9
15-17 anos	1.3	0.8	0.9	1.3	1.3	0.6	1.2	1.3
<b>Recife</b>								
10 anos e mais	1.3	-	-	1.4	-	-	-	-
10-17 anos	0.5	0.2	0.5	0.6	0.4	0.3	0.4	0.5
10-14 anos	0.3	0.2	0.2	0.4	0.3	0.2	0.2	0.3
15-17 anos	0.6	0.2	0.7	0.7	0.5	0.4	0.5	0.6

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informação sobre Crianças e Adolescentes - SINCA.

Notas: Dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

(\*) Em salários-mínimos.

Exclusive os sem declaração de rendimentos.

Tabela 26

Pessoas ocupadas de 10 anos e mais, por faixas etárias, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos  
Brasil Urbano, São Paulo e Recife — 1981 e 1988

(%)

Rendimento mensal* (salário-mínimo)	1981				1988			
	10 anos e mais	10-17 anos	10-14 anos	15-17 anos	10 anos e mais	10-17 anos	10-14 anos	15-17 anos
<b>Brasil Urbano</b>								
Até 1/2 SM **	11,3	46,1	71,8	34,8	—	48,7	73,5	37,0
1/2 a 1 SM	15,6	26,9	18,1	30,8	16,1	29,9	18,9	35,1
1 a 2 SM	29,0	23,8	8,8	30,3	25,4	18,1	6,6	23,5
Mais de 2 SM	44,2	2,7	0,7	3,6	48,9	2,8	0,4	3,9
<b>São Paulo</b>								
Até 1/2 SM **	4,5	16,8	51,9	8,5	2,3	14,3	35,5	8,9
1/2 a 1 SM	7,9	25,7	22,4	26,5	5,4	29,2	36,5	27,3
1 a 2 SM	24,6	48,7	21,5	55,1	20,7	47,7	22,1	54,1
Mais de 2 SM	62,5	7,7	2,2	9,0	70,3	8,1	2,9	9,4
<b>Recife</b>								
Até 1/2 SM **	16,3	60,1	77,2	52,6	15,1	66,3	81,0	60,1
1/2 a 1 SM	18,4	25,5	19,1	28,3	20,7	24,9	15,0	29,2
1 a 2 SM	30,8	12,4	3,1	16,5	25,7	6,0	2,0	7,7
Mais de 2 SM	34,1	1,6	-	2,3	36,5	0,9	-	1,3

Fonte: FIBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Dados deflacionados pelo INPC-IBGE para 1981.

(\*) Em pisos salariais.

(\*\*) Inclusive os sem rendimento.

**Tabela 27**

**Pessoas ocupadas de 10 anos e mais, por grupos de horas trabalhadas e rendimento médio, segundo faixas etárias São Paulo e Recife — 1989**

(%)

Regiões e rendimento	Até 20 hs			21-39 hs			40 hs e mais		
	10-14 anos	15-17 anos	25-39 anos	10-14 anos	15-17 anos	25-39 anos	10-14 anos	15-17 anos	25-39 anos
<b>São Paulo</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 0,5 SM	64,9	31,7	14,8	54,5	18,0	7,8	27,4	12,0	5,5
De 0,5 a 1 SM	16,3	20,1	8,9	23,0	23,6	6,9	35,5	29,4	4,9
De 1 a 1,5 SM	3,4	10,9	5,9	6,5	19,8	9,2	15,0	25,7	8,8
Mais de 1,5 SM	15,4	37,3	70,4	16,0	38,6	76,1	22,1	32,9	80,8
<b>Recife</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 0,5 SM	80,1	65,7	35,6	78,0	57,9	22,2	64,7	46,1	15,9
De 0,5 a 1 SM	6,0	16,3	13,7	8,0	22,0	20,0	16,2	30,2	19,8
De 1 a 1,5 SM	0,0	2,4	8,7	1,7	4,9	11,8	3,2	7,6	14,9
Mais de 1,5 SM	13,9	15,6	42,0	12,3	15,2	46,0	15,9	16,2	49,4

Fonte: FIBGE/Pesquisa Mensal de Emprego (Tabulação Especial).

**Tabela 28**

**Pessoas ocupadas de 10 a 17 anos por faixas etárias e rendimento, segundo grau de instrução São Paulo e Recife — 1989**

(%)

Grau de instrução	10-14 anos			15-17 anos		
	Até 1/2 SM	1/2 a 1 SM	Mais de 1 SM	Até 1/2 SM	1/2 a 1 SM	Mais de 1 SM
<b>São Paulo</b>						
Nunca frequentou	56,1	19,5	24,4	27,3	34,9	37,8
1º Grau	37,5	30,8	31,7	14,8	25,9	59,3
2º Grau	-	-	-	11,7	19,2	69,1
Total	37,5	30,4	31,7	13,9	28,1	58,0
<b>Recife</b>						
Nunca frequentou	76,1	13,7	10,2	56,8	26,3	16,9
1º Grau	70,5	11,6	17,9	25,0	75,0	-
2º Grau	-	-	-	34,5	23,8	41,7
Total	71,3	12,0	16,8	51,0	26,7	22,3

Fonte: FIBGE/Pesquisa Mensal de Emprego (Tabulação Especial).

**Tabela 29**

**Taxas de atividade e participação na PEA das pessoas de 10 a 17 anos,  
segundo faixas etárias e anos de estudo  
Brasil Urbano e Regiões Metropolitanas — 1981 e 1988**

(%)

Anos de estudo e faixas etárias	Brasil Urbano				São Paulo				Recife			
	Taxa de atividade		Participação na PEA		Taxa de atividade		Participação na PEA		Taxa de atividade		Participação na PEA	
	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988	1981	1988
<b>10 a 14 anos</b>	11,6	12,1	100,0	100,0	7,4	7,2	100,0	100,0	7,3	7,2	100,0	100,0
sem instrução e menos de 1 ano	16,6	15,5	19,6	12,2	6,7	4,3	6,9	2,5	14,3	10,3	32,9	13,9
1 a 3 anos	9,5	10,4	40,9	41,9	4,9	7,0	32,7	24,7	6,2	7,4	45,9	57,0
4 anos	13,1	13,1	19,1	20,6	8,7	8,5	22,3	27,2	5,4	5,9	10,0	13,9
5 a 7 anos	12,0	13,0	19,1	24,5	11,4	11,4	36,5	43,4	5,0	6,5	10,4	15,9
8 anos		0,5	0,7	-	-	1,4	-	1,7		-	0,5	-
<b>15 a 17 anos</b>	43,7	46,8	100,0	100,0	52,1	52,6	100,0	100,0	28,6	30,2	100,0	100,0
sem instrução e menos de 1 ano	57,1	52,8	8,7	5,6	50,8	45,5	3,6	2,2	48,3	43,8	18,7	10,3
1 a 3 anos	51,5	55,2	21,0	18,7	64,9	61,1	15,0	9,5	38,1	41,5	24,8	24,3
4 anos	52,6	53,6	19,1	17,1	62,2	52,2	15,9	12,7	28,7	30,0	14,4	16,6
5 a 7 anos	39,9	46,3	34,2	39,8	52,0	58,4	41,5	52,1	23,0	26,8	30,0	36,6
8 anos	36,0	39,0	9,6	10,6	47,0	39,4	14,3	11,7	23,4	23,4	7,2	5,9
9 anos e mais	29,3	33,1	6,9	7,9	37,3	43,9	9,7	11,7	13,2	13,2	4,5	5,9

Fonte: FIBGE/PNAD, Tabulação Especial do Sistema de Informações sobre Crianças e Adolescentes- SINCA.

**Tabela 30**

**Pessoas ocupadas de 15 a 17 anos  
por posição na ocupação,  
segundo grau de instrução  
São Paulo e Recife — 1983 e 1989**

(%)

Grau de instrução	Empregado		Conta própria	
	1983	1989	1983	1989
<b>São Paulo</b>				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca frequentou	2,6	1,0	6,6	1,4
1º Grau	82,6	85,0	85,9	89,1
2º Grau	11,0	14,0	3,87	8,2
<b>Recife</b>				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca frequentou	16,0	10,7	19,4	15,0
1º Grau	73,8	83,5	74,9	81,0
2º Grau	7,4	5,8	3,2	3,9

Fonte: FIBGE/Pesquisa Mensal de Emprego (Tabulação Especial).

### III. Definições

*Situação urbana.* Como situação urbana considerou-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas.

*População residente.* A população residente é composta pelas pessoas moradoras presentes — isto é, pessoas que tinham a unidade domiciliar como local de residência habitual e se achavam presentes na data de referência — e pelas pessoas moradoras ausentes — pessoas que tinham a unidade domiciliar como local de residência habitual e que, na data de referência, estavam ausentes temporariamente, por período não superior a doze meses em relação àquela data.

*Condição no domicílio e na família.* Dentro de cada unidade domiciliar e familiar, as pessoas foram classificadas em função da relação com o chefe ou com o seu cônjuge, de acordo com as seguintes definições:

*Chefe* — pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família), ou que assim fosse considerada pelos demais componentes.

*Cônjuge* — pessoa que vivia conjugalmente com o (a) chefe da unidade domiciliar (ou da família), existindo ou não vínculo matrimonial.

*Filho* — pessoa que era filho, enteado, filho adotivo ou de criação do (a) chefe da unidade domiciliar (ou da família), ou do seu cônjuge.

*Outro parente* — pessoa que tinha qualquer outro grau de parentesco com o (a) chefe da unidade domiciliar (ou da família), ou com o seu cônjuge;

*Agregado* — pessoa que não era parente do (a) chefe da unidade domiciliar (ou da família), ou do seu cônjuge e não pagava hospedagem.

*Pensionista* — pessoa que não era parente do (a) chefe da unidade domiciliar (ou da família), ou do seu cônjuge e pagava hospedagem.

*Empregado doméstico* — pessoa que prestava serviços domésticos remunerados, em dinheiro e/ou em benefícios, a componente da unidade domiciliar (ou da família).

*Parente do empregado doméstico* — pessoa que era parente do empregado doméstico e não prestava serviços domésticos remunerados a componente da unidade domiciliar (ou da família).

*Estudante.* Foram classificadas como estudantes as pessoas que freqüentavam cursos regulares (de 1º e 2º graus, e superior), de mestrado ou doutorado, pré-escolares, de alfabetização de adultos, supletivos ou pré-vestibulares, ainda que estivessem de férias ou impedidas temporariamente de comparecer às aulas na data de referência.

*Anos de estudo.* A classificação de anos de estudo foi obtida em função da série e grau que as pessoas estavam freqüentando ou haviam freqüentado.

*Adequação idade/série freqüentada.* Consideraram-se como adequados os estudantes de 7 a 14 anos que se encontram cursando as séries do 1º grau correspondentes à sua idade apropriada. Assim, estão em situação adequada os estudantes que aos 7 anos de idade cursam a 1ª série deste grau, os que aos 8 anos estão matriculados na 2ª série e assim sucessivamente.

*Trabalho.* Considerou-se como trabalho o exercício de ocupação econômica: a) remunerada em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios; ou b) sem remuneração, normalmente exercida durante pelo menos 15 horas por semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica, ou a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz, estagiário etc.

*Condição de atividade.* A população de 10 anos de idade ou mais foi classificada, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativa e não-economicamente ativa. A população economicamente ativa na semana de referência compôs-se das pessoas que, nesse período, tinham vínculo de trabalho (pessoas ocupadas) ou estavam dispostas a trabalhar, tendo para isso tomado alguma providência efetiva.

*Taxa de atividade.* Relação percentual entre o total de pessoas economicamente ativas (PEA) e a população total.

*Taxa de participação.* Relação percentual entre a PEA de uma faixa etária específica (por exemplo, de 10 a 17 anos de idade) e a PEA total.

*Ocupação.* Por ocupação entendeu-se o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa na semana de referência.

*Ramo de atividade.* A classificação da atividade foi obtida através da finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade em que as pessoas exerciam a ocupação declarada e, para as que trabalhavam por conta própria, a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida na semana de referência.

*Posição na ocupação.* Consideraram-se as seguintes categorias para a investigação da posição das pessoas ocupadas:

*Empregado* — pessoas que trabalhavam para um empregador.

*Conta própria* — pessoa que explorava sua própria empresa econômica ou exercia uma profissão ou ofício, não tendo empregados.

*Empregador* — pessoa que dirigia sua própria empresa econômica ou exercia uma profissão ou ofício com auxílio de um ou mais empregados.

*Não-remunerado* — pessoa que trabalhava normalmente 15 horas ou mais por semana, sem remuneração, em ajuda a membro da unidade domiciliar que tinha uma atividade econômica, ou a instituição beneficente religiosa ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz, estagiário etc.

*Rendimento mensal.* A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 10 anos de idade ou mais e para as economicamente ativas.

*Rendimento mensal de trabalho.* Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

a) *para os empregados* — a remuneração bruta mensal a que normalmente tinham direito, ou a remuneração média mensal recebida, quando o rendimento era variável; e

b) *para os empregadores ou conta própria* — a retirada líquida do mês, ou a retirada média mensal, quando o rendimento era variável.

Pesquisou-se o rendimento em dinheiro e em produtos ou mercadorias, provenientes do trabalho principal e de outros trabalhos, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio. As pessoas que recebiam apenas moradia, alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, foram incluídas no grupo “sem rendimento”.

*Horas habitualmente trabalhadas por semana.* Número de horas normalmente trabalhadas por semana no trabalho principal e nos outros trabalhos que possuíam na semana de referência.

*Família.* Considerou-se como família o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência e que residissem na mesma unidade domiciliar, bem como a pessoa que morasse só, em uma unidade domiciliar.

*Rendimento mensal familiar.* Considerou-se como rendimento mensal familiar a soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os pensionistas, empregados domésticos ou parentes dos empregados domésticos.

*Domicílio.* Conceituou-se domicílio como o local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos.



A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO — é um organismo internacional de caráter regional e autônomo, constituído pelos países latino-americanos e do Caribe, em 1957, para promover o ensino, a pesquisa, a cooperação científica e assistência técnica no campo das Ciências Sociais em prol do desenvolvimento e da integração dos países da região. A FLACSO mantém unidades (sedes e programas) em dez países da região. A unidade da FLACSO no Brasil foi criada em 1981.



## **SEDE ACADÊMICA BRASIL**

SCN Edif. Venâncio 3000 • Bloco A

6º andar • Sala 607

Tel. (061) 224-4500 FAX (061) 224-4563

CEP 70165-900 • Brasília • DF • Brasil



Fundo das Nações Unidas para a Infância

O Fundo das Nações Unidas para a Infância-UNICEF nasceu a 11 de dezembro de 1946, criado no primeiro período de sessões da Organização das Nações Unidas — ONU, para atender às necessidades urgentes de crianças da Europa do pós-guerra e da China. Em 1950, seu mandato foi ampliado para atender as crianças de todo o mundo em desenvolvimento e, em 1953, tornou-se órgão permanente do sistema das Nações Unidas.

Combinando objetivos humanitários e de desenvolvimento, o UNICEF coopera com países subdesenvolvidos nos seus esforços em proteger suas crianças e para capacitá-los a desenvolver seu potencial máximo, para tornarem-se membros produtivos de suas sociedades.

Organização das Nações Unidas  
para a Educação, Ciência e Cultura

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura é um organismo especializado das Nações Unidas. A UNESCO fomenta uma ampla gama de atividades e impulsiona a cooperação internacional, intelectual e científica nas áreas da sua competência. Entre todas as organizações das Nações Unidas, a UNESCO possui um mandato único no que diz respeito ao fortalecimento das Ciências Sociais.

